Universidade Federal Fluminense
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Lenin Pires

Arreglar não é pedir arrego

Uma etnografia de processsos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro

Tese de doutoramento

Niterói
2010

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Lenin Pires

Arreglar não é pedir arrego

Uma etnografia de processos de administração institucional de no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Niterói
2010

Banca Examinadora

Professor Orientador Roberto Kant de Lima
Universidade Federal Fluminense

Professora Co-Orientadora – Sofia Tiscornia
Universidade de Buenos Aires

Prof. Dr. Fernando Rabossi
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Michel Misse
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello
Universidade Federal Fluminense

Suplentes:

Profª Drª Maria Victoria Pita
Universidade de Buenos Aires

Drª Gláucia Maria Pontes Mouzinho
NUFEP/INCT-INEAC

RESUMO

A presente tese é constituída de uma etnografia contrastiva dos mercados da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Partindo da observação do comércio realizado nas ruas das duas cidades, e inserindo-se nas vendas ambulantes realizadas nos trens metropolitanos, a abordagem busca entender as diferenças nas formas de organização daquelas atividades, como também nas maneiras como são representados os conflitos subjacentes a tais práticas. Particular atenção é voltada para as instituições formais e informais que estão envolvidas nos processos de administração das disputas inerentes a tais contextos. Dessa maneira, o foco está voltado, em ambas as sociedades, para a intersecção entre venda ambulante e as práticas que buscam controlar a mesma. A tese procura apresentar ainda de que maneira valores sociais mais abrangentes são representados, podendo influenciar, ou não, as dinâmicas dos atores que se envolvem nos cotidianos analisados. Também discorre sobre que recursos, materiais e simbólicos, são comumente empregados para possibilitar a circulação de mercadorias e trajetórias dos atores. Neste movimento, a etnografia busca transcender o espaço das duas cidades, penetrando nos espaços das regiões metropolitanas das quais fazem parte. A análise por contraste tem por recurso comparar duas categorias nativas, adjacentes aos contextos pesquisados: *arreglo*, em Buenos Aires, e *arrego*, no Rio de Janeiro.

RESUMEN

La presente tesis está constituida de una etnografía contrastiva entre los mercados de venta ambulante en Buenos Aires y Río de Janeiro. Partiendo de la observación del comercio realizado en las calles de las dos ciudades, e interiorizado en las ventas ambulantes realizadas en los trenes metropolitanos, el abordaje buscar entender las diferencias en las formas de organización de esas actividades, como también en las maneras en que se representan los conflictos subyacentes a tales prácticas. Particular atención se da a las instituciones formales e informales involucradas en los procesos de administración de las disputas inherentes a tales contextos. De esa manera, el foco está volcado, en ambas sociales, hacia la intersección entre la venta ambulante y las prácticas que buscan controlarla. La tesis busca presentar, aun, de qué manera valores sociales más amplios son representados, pudiendo influir, o no, en las dinámicas de los actores que se involucran en las cotidianeidades analizadas. También discurre sobre qué recursos, materiales y simbólicos, son comúnmente empleados para posibilitar la circulación de mercancías y trayectorias de los actores. En este movimiento, la etnografía busca trascender el espacio de las dos ciudades, penetrando en los espacios de las regiones metropolitanas de las cuales forman parte. El análisis por contraste tiene como recurso comparar dos categorías nativas, adyacentes a los contextos investigados: *arreglo*, en Buenos Aires, y *arrego*, en Río de Janeiro

.

ABSTRACT

My dissertation draws an ethnographic contrast between street vending in Buenos Aires and Rio de Janeiro. Starting off from observations of vending both on the streets and in the metropolitan trains, my work seeks to understand the organizational differences between this activity in the two cities. In particular, I focus on the formal and informal institutions involved in administering the conflicts underlying street vending, examining the interaction between vending and the attempts at controlling it. Moreover, my dissertation discusses how broader social values are represented in these conflicts and what role, if any, they play in them. I also examine the material and symbolic resources that actors mobilize to make it possible for both merchandise and the actors themselves to circulate. As I follow this movement, my ethnography seeks to transcend the limits of the two cities, entering into the metropolitan regions of which they are part. The analytical contrast between the two cities is based on comparing two native categories: *arreglo*, in Buenos Aires, and *arrego*, in Rio de Janeiro.

Sumário

GRACIAS/OBRIGADO.....10

INTRODUÇÃO.....18
Sobre uma etnografia dos trens.....21
O esculacho.....23
A emergência da Segurança Pública.....25
A experiência internacional: uma perspectiva contrastiva..... 27
Imergindo entre gostos e símbolos.....28
Em castelhano.....30
Comer, ouvir e aprender.....32
O Asado e sua temporalidade.....33
Gerações e degenerações.....34
A la parrilla.....35
Carne e política à mesa.....36
Pedaços do Rio.....37
A articulação de novas experiências: mercado e direito.....40
Antropologia, direito e moral.....43
Sobre a igualdade jurídica.....44
Sem economia e sem direito?.....46
Uma breve discussão sobre o conceito de informalidade.....47
Capítulos de uma etnografia urbana 50

Capítulo I – CONHECENDO BUENOS AIRES.....53
Aspectos materiais e físicos na composição de uma grande cidade.....55
Um mergulho na cidade.....58
Os Cafés e suas janelas para o mundo.....62
Um olhar particular sobre o cotidiano portenho.....63
Os transportes e as ruas.....65
Protestos e manifestações.....69
As noites e suas personagens.....70
Estabelecimentos comerciais e os estabelecidos no comércio.....72
População e estereótipos.....75
A venda ambulante e seu tempo.....77
Das ruas aos trens.....78
Nacionalidades em contato - uma primeira mirada à oeste.....89
Os africanos.....82
Chinos, Bolichas, Peruchas e Paráguas.....83
As mafias.....87
Migração e controle.....88
O comércio ambulante – as praças e o sistema de transportes.....89
As praças e o mercado ambulante.....91
Ambulantes e agentes de controle.....95
Rumo aos trens.....96
A Calle Florida.....99
O sindicato de ambulantes e suas representações sobre seus pares.....102
Normas e regras na codificação da venda ambulante.....107

Capítulo II - CONTROLE E DESCONTROLE NA CIDADE.....111

A Polícia Federal Argentina.....112
A organização da PFA.....116
A reforma constitucional e a autonomização de Buenos Aires.....122

A autonomia da cidade de Buenos Aires.....124
A legislação da CABA – O Código de Convivência.....130
O Ministério Público da CABA.....133
Os primeiros momentos.....135
As atas contravencionais.....137
Da tramitação das atas.....138
....a tramitação das causas.....139
As penas.....140
De mãos dadas.....141
A ordem pública e o governo da CABA.....143

Capítulo III – ARREGLO E INTERPRETAÇÃO.....148
A transformação da venda ambulante em problema.....149
Analisando os dados.....151
O "flagelo" da venda ambulante.....156
Críticas ao CCU.....159
Buscas X Ambulantes.....162
A Fiscalia vista de perto.....165
De volta às ruas de Once.....168
Um brasilero na mesita de CD.....173
Compreendendo o arreglo.....176
O que pode fazer a polícia.....177
O serviço adicional e demais transações.....178
Daniel na cova dos leões.....181
A caja recaudadora.....182
Um artigo bom para pensar.....185
As interpretações e a lei.....190

Capítulo IV– ENTRE AMBULANTES, COMERCIANTES E BUSCAS EM CONSTITUCIÓN.....193
Até Constitución.....195
O bairro.....196
Na rota da venda ambulante.....199
O negócio de Jorgito.....206
Escoando a mercadoria: o potencial dos buscas.....209
Puesteros, fijos e buscas.....214
Contêineres de desafios e oportunidades.....217
O começo.....217
A conjuntura política.....221
Redes e furos.....223
A emergência dos buscas num cenário decadente.....226

Três contêineres para queimar.....228
A primeira negociação.....229
A segunda negociação.....230
A terceira negociação.....231

Preparando a trampa.....232
Negócios em Liniers.....234
Dando o troco.....235
Uma racionalidade busca.....237
De volta à loja de Jorgito.....239
O interior da loja.....243
O espaço da calçada e a invisibilidade do arreglo.....244
O público e o privado na loja de Jorgito.....245
O valor que o dinheiro tem.....246
Algumas considerações.....250

Capítulo V – CAMINHOS DE FERRO QUE LEVAM AO CORAÇÃO.....254
Os agrupamentos de passageiros de trens.....256
De Buenos Aires ao Conurbano – agrupamentos e reclamações.....258
As linhas de trem.....258
Pasajeros del Roca.....260
O enquadramento da memória.....265
Entendendo o processo de privatização.....267
O conflito em Constitución.....269
Entre a capital e o conurbano – a liminaridade das plataformas de Constitución.....274
Ao encontro de um busca cantante.....276
Margot 282
Os subtes.....283
Os dias em Glew.....286
Um busca na escola.....288
Clarita.....291
Brian.....293
Como ter um puesto em Constitución.....294
A coima.....295
Os capos.....298
Os ambulantes nos trens – capos e arreglos em movimento.....302
Os cantantes.....307
Passageiros e ambulantes.....311

Capítulo VI - FAZER ARREGLO X PEDIR ARREGO – PARTICULARISMOS E PARTICULARIDADES NA VENDA AMBULANTE DO RIO DE JANEIRO E DE BUENOS AIRES 321
Aspectos legais sobre o uso do espaço público.....322
Ambulantes e camelôs segundo o direito administrativo.....324
A lei 1876/1992: carentes e desafetos.....328
O liberalismo é pecado? 332
Camelódromos: territorialização e pasteurização.....335
Os camelódromos em volta da Central.....336
O Mercado Popular da Rua Uruguaiana.....339
A associação de ambulantes nos trens do Rio.....346
A mobilização política: uma agenda agitada.....348
Mudança de conjuntura: a Segurança nos trens.....351
É possível negociar? 351
A ASTRATERJ em ação.....357
Trabalho e exclusão.....359

Os camelôs e a Polícia: dificuldades no acesso à justiça.....363
Azulão vai à Polícia.....364
O recrudescimento da violência: experiências ilustrativas.....367
A via crucis de Duda.....368
O uso ilegítimo da força enquanto regra.....373

CONCLUSÕES.....377
Conteúdos e significados.....379
O que é o arrego? 381
Precariedade e mercado.....390

BIBLIOGRAFIA.....391

Gracias/Obrigado

Comparar as expressões de agradecimento na Argentina e no Brasil me fizeram pensar e construir representações sobre elas. Parecia-me que dizer *gracias* soava muito mais adequado – além de mais bonito - considerando ser parte das trocas que podem ser realizadas entre pessoas. Dizer *gracias* por um favor ou uma gentileza , eu pensava, era reconhecer o congraçamento da interlocução, do intercâmbio. *Obrigado*, em contrapartida, me soava como uma pergunta ao outro se o que havia sido feito o fora a contragosto. No entanto, a resposta correspondente "por nada" é que não se encaixava na minha interpretação. Somente quando estive em Angola, país africano que também foi colonizado pelos portugueses, que fui entender que a expressão "obrigado" é geralmente emitida por aquele que está prestes a fazer alguma coisa para outro. Nos hotéis e bares por onde passei, aqueles que estavam prestes a me atender manifestavam com a afirmação "obrigado!" sua disponibilidade. A entonação e a expressão de seus rostos me faziam crer, no entanto, que tal atendimento era antes um prazer. Logo concebi que ao responder com um outro "obrigado!", aquele que recebeu o favor ou a gentileza afirmava ter o compromisso em manter a circulação da dádiva, apontando a disposição de devolver o bem recebido. É com disposição análoga que desejo veicular meus agradecimentos àqueles que, por variados motivos, se disponibilizaram em me apoiar e contribuir com a empreitada dessa tese.

Pessoas que se envolveram de maneira generosa na minha luta contra as dúvidas, inseguranças, contra idéias conformistas que preconizam o cansaço ou, pior, o recurso ao emprego das idéias pré-concebidas, que negam a pesquisa e as surpresas – nem sempre boas - inerentes ao processo de construção de conhecimento. Atenções fundamentais para que eu pudesse contornar esses obstáculos, mantendo um nível razoável de pensamento autônomo, condições materiais adequadas para a empresa, como também um bem estar físico e emocional mínimo. Espero que o cansaço desses dias não me permita esquecer destes que tanto me apoiaram, embora não sejam responsáveis pelos erros e equívocos que, inevitavelmente, fazem parte desse trabalho.

Começando pela Grande Buenos Aires, entre os muitos interlocutores e amigos que fiz, quero agradecer especialmente a Victor Germe, Margot, Verônica e Nagual, amigos de Glew, por terem compartilhado vários dias de suas vidas, com generosidade e alegria incomensuráveis. Sou grato também a Laurita e Brian, que me permitiram tomar carona nas suas representações sobre a vida ao sul de Buenos Aires. Igualmente

agradeço a Agueda Piro, Paula, Jorge, Lucía e Michaela, amigos de La Plata, pelo carinho com que me receberam e confiaram a mim suas representações e expectativas neste mundo. Também em La Plata e City Bell, e pelos mesmos motivos, agradeço a Leopoldo Dameno e Maria Susana Ramon. Meu sincero agradecimento a Alejandro, de Adrogué, pelo interesse em ajudar-me entre os passageiros e por ter socializado comigo sua amizade de infância com Victor. Juan Pablo, de Burzaco, demonstrou enorme interesse em meus assuntos, como também Isabel Gomes, de Guernica, Tomás Martinez e Juan Tosi, de Lomas de Zamora, Miriam Garré e Irene Garelli, de Glew, e Mirta Garciarena, de Tolosa. A Aníbal e demais membros da associação de pais de Claypole e J. Marmol, muito obrigado por todo apoio e confiança.

Na Cidade de Buenos Aires, entre meus interlocutores que militavam por melhores serviços de transportes, meu reconhecimento aos meus *Desesperados del Sarmiento*, Cristina e Florencia Suarez, Raul Alvarez, Sebastian Neil e Natalia Cadiz, pela amizade iniciada em uma praça de Ramon Mejia e que resultou em muitas horas de conversas, risos, atenções, e muito carinho de todos por todos, nos bons e maus momentos. Da mesma forma, agradeço a Marcelo Cruciani e Florencia Rios, amigos que conheci nas mobilizações de passageiros do metrô de Buenos Aires, e que também seguem comigo por todos os trilhos por onde segue meu coração. Muito grato sou também a meu amigo e interlocutor Guillermo Janz Pereyra pelos esclarecimentos sobre o funcionamento dos mercados e por se dispor a conversar comigo, todas as vezes que precisei, sobre temas que relacionavam *buscas*, ambulantes, *mayoristas* e outros atores. A Julio Caruso minha gratidão por permitir acompanhá-lo em seu cotidiano de trabalho, ainda que as vezes eu o atrapalhasse, ou não soubesse por que me ajudava.

Entre os muitos amigos de Buenos Aires, que a princípio não eram interlocutores diretos em minhas pesquisas, mas que acabaram se tornando também referências de minhas reflexões, agradeço a Alejandro Valerga, Natália Federman e Julia Valerga pelas muitas oportunidades em que nos cuidamos carinhosamente, sempre interessados que novos dias e experiências nos colocassem permanentemente em contato. Maria José Guembe e Maria Laura Guembe são amigas sempre interessadas por minhas experiências e foram responsáveis por perguntas estimulantes e conversas sempre bem humoradas. Este é o caso também de Maria Lousteau, cuja amizade e despreendimento me permitiram contatar representantes de importantes instituições que abriram espaços para a realização desse trabalho. Igualmente agradeço a Philip Kitzberger (Felipe), Julian Trotksbergan e Rodrigo Torniquist pelo interesse em meu trabalho, as conversas

sempre estimulantes e esclarecimentos sobre episódios e situações do cotidiano portenho.

No Rio de Janeiro, a interlocução com Azulão é um privilégio que já rendeu uma dissertação. Espero que ele, representante legítimo dos vendedores ambulantes dos trens da Central do Brasil, receba esse trabalho como expressão de meu interesse e respeito por sua luta cotidiana, como também pela riqueza inerente às vidas daqueles importantes atores no sistema ferroviário fluminense. Também agradeço ao Gaúcho, camelô do Centro do Rio, e interlocutor há mais de oito anos. Entre os policiais civis do Rio, foram muito esclarecedoras as conversas com Rubem Campos, Carlos Alberto D'Oliveira e Cláudio Ferraz. Entre os guardas municipais do Rio de Janeiro, dirijo meus agradecimentos a Tatiana Rodrigues e Idinei Teixeira pela interlocução e interesse em ajudar-me.

No ambiente familiar, minha mãe, Maria Fidélis, é meu exemplo e principal apoio em todos os momentos de minha vida. Agradeço por uma vida fundamentada na confiança em minha capacidade de aprender e no estímulo incansável para que eu escolha caminhos de conhecimentos como forma de ter satisfação na vida. Espero que receba essa tese como um reconhecimento meu a tudo o que você ofertou para mim, que não foi pouco. Afinal, foi toda a sua vida. À minha irmã, Maria Goretti, pela vida em comum de parceria e aposta, emoldurada por inteligência, sensibilidade e alegria singulares. A meu cunhado Bruno Agostinho, pela amizade de 22 anos. Aos meus sobrinhos, Gabriel, Gustavo e George, pela alegria e carinho com que me recebem todas as vezes. Aos meus amados filhos Dandara Estevan, Gabriel Pires e Isabela Pires, cada qual no seu estilo, por todo o amor e carinho com que me aceitam em minhas dificuldades, em minhas ausências, mas sempre com aquele olhar de quem diz "contamos contigo".

Faltam-me palavras para reconhecer tudo o que tem sido feito por Lucía Eilbaum em apoio ao meu trabalho. Minha mulher, namorada, companheira e cúmplice ao longo destes cinco anos que nos une, ela é testemunha de minhas inseguranças, insatisfações, esperanças e mesmo das loucuras que as vezes se vestem de pensamento. Seu amor e seu carinho estão presentes quando meus estados de ânimo não permitem dizer as coisas que penso, mas que ela tem a capacidade de extrair de meus silêncios. Agradeço-lhe por sua dedicação, seu interesse em minha pesquisa, pelas leituras atentas de meus textos e indicações de leituras, pela paciência durante meu aprendizado do espanhol, e, principalmente, por tantos momentos lindos que vivemos nesses anos que

nos entregamos um ao outro. Essa tese, como se poderá notar ao longo de vários capítulos, não seria possível sem sua presença intelectual, mas também não o seria sem o apoio incondicional nos momentos de dificuldades extremas. Muito obrigado, meu grande amor.

Sou agradecido especialmente a Roberto Eilbaum e Maria Elena Caram, meus sogros, pelo interesse que demonstram pelo meu trabalho, particularmente em Buenos Aires, onde muito interagiram comigo, esclarecendo situações e estimulando minhas abordagens. Meu reconhecimento a generosidade com que me acolheram, proporcionando o melhor ambiente possível para meu trabalho. Também a sou muito grato a Nicolas Eilbaum pelo carinho e amizade manifestados em todos estes anos. Também agradeço aos Gusink - Luís, Diana, Juan e German - pelas conversas sempre bem humoradas e apoio incondicional às atividades desenvolvidas por mim em Buenos Aires. A Dju Eilbaum e Maria Elena Caram I, meu muito obrigado pelo carinho e atenção com que me receberam e recebem sempre.

Quero agradecer ao NUFEP, este encontro de pessoas organizadas com base em um ethos comum, pelos recursos mobilizados que me permitiram, ao longo de toda minha formação, dispor de condições imprescindíveis para que levasse adiante minhas pesquisas com conseqüência. Processo este marcado por parcerias e amizades que, não tenho dúvidas, são para toda a vida. Como a de Lucio Duarte, possuidor de uma habilidade única de manifestar com palavras, gestos e olhares um conhecimento sofisticado sobre os complexos interstícios da vida urbana, pela qual flana com competência magistral. De Virgínia Taveira, profissional competente, justa, e que com generosidade detém as “rédeas” de uma empresa acadêmica complexa, o NUFEP, sem demonstrar arrogância, ânsia de reconhecimentos injustificados e que, por isso tudo, é um exemplo para todos nós. Cito também a profissional competente que é Sônia Castro, bibliotecária do NUFEP, que demonstrou para nós que, na prática, é possível proteger um acervo sem envenenar os pés de páginas dos livros. Um abraço muito especial para Nígela Serravale, que há anos me acompanha e está sempre na torcida para que eu faça o melhor trabalho possível. Da mesma forma Francisco Rebel, seu assistente e meu colega nas Ciências Sociais, está sempre atento e disponível ao diálogo de idéias.

Entre os pesquisadores do NUFEP, agradeço uma vez mais a Fábio Reis Mota, parceiro de todos os momentos acadêmicos, como também das “quebradas da vida”. Em poucas linhas não dá pra expressar todo o agradecimento por esses oito anos em que me deu o privilégio de sua amizade. Agradeço também a Gláucia Mouzinho pelo interesse

sempre demonstrado em meu trabalho e o apoio dado nos bons e maus momentos. Reconhecimento este que estendo a Ana Paula Mendes de Miranda, que há anos me acompanha e aposta na minha capacidade de aprimorar meus conhecimentos, socializando oportunidades e responsabilidades. A Kátia Sento Sé, amiga de longa data, e que partilha comigo informações sobre o campo, meus agradecimentos por todos esses anos de parceria e apoio mútuo. A Solange Cretton meu reconhecimento ao interesse e estímulo contínuos ao longo desses anos que nos conhecemos.

A José Colaço Neto, parceiro em diversas atividades profissionais, agradeço por ser um dos meus ouvintes mais generosos e interessados nos temas que abordo. O mesmo se aplica a Frederico Policarpo, dono de um eterno bom humor e de um olhar generoso voltado para o trabalho de seus colegas. Aos meus colegas Sabrina Souza, Edílson Márcio, Christian Souza e Roberto Carlos Borghi meu muito obrigado por demonstrarem sempre estar interessados nas minhas idéias, fazendo sugestões e estimulando meu trabalho. O mesmo se aplica a Julie Goulart e Felipe Silva, jovens pesquisadores, sempre interessados em aprender e cambiar idéias. Igualmente sou grato a Marcos Veríssimo, Antonio Rafael Barbosa, Victor Hugo, Erick, Rômulo, Vânia e Maria de Paula, os quais me estimulam permanentemente. O interesse e apoio de Flávia Medeiros, que sempre demonstra atenção e respeito pela produção de seus colegas, é sempre uma fonte de contentamento. Entre os amigos que já não estão no NUFEP, mas que são presenças para toda vida, um agradecimento por todo o apoio e torcida de Helio Kyrillos, Roberta Mello, Bruno Mibielli e Flávia Peres.

No ambiente do Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro/UFRJ, meus agradecimentos começam pelo seu coordenador e meu professor, Marco Antonio da Silva Mello. Agradeço o interesse em meu trabalho, as sugestões sempre pertinentes e generosas, como também por demonstrar atenção e preocupação com os problemas que me afligiram, para mais além da vida acadêmica. Agradeço também a Letícia Freire, pela amizade, carinho e por sempre manifestar interesse pela pesquisa que faço. Igualmente agradeço a Neiva Vieira Cunha pelo apoio e sugestões para a conclusão desse trabalho. A Soraya Simões, manifesto o reconhecimento pelo apoio sempre, mesmo a distância. A Paulo Thiago, meu colega do doutorado, obrigado pelo apoio.

No Núcleo de Estudos da Criminalidade e Violência Urbana – NECVU/UFRJ, agradeço primeiramente ao professor Michel Misse pelas sugestões e estímulo ao longo dos últimos anos, que em muito contribuíram para o prosseguimento de meu trabalho. A Vivian Ferreira Paes, pela amizade de todos esses anos, pelo interesse e admiração

mútuos por nossos trabalhos, o que nos encorajou a manter contato permanente, ora tratando de assuntos acadêmicos, ora falando das coisas da vida para que nos apoiássemos na solidão da escrita. Da mesma forma são sinceros meus agradecimentos a Brígida Renoldi, amiga de muitos anos, sempre atenta e estimulada a exercitar sua imaginação sociológica com seus colegas, além de apresentar-me Hector, interlocutor importantíssimo para a elaboração do presente trabalho.

No Programa de Pós-Graduação em Antropologia meus agradecimentos se iniciam pelo meu orientador nesta tese, professor Roberto Kant de Lima, o qual me orientou também na elaboração de minha dissertação de mestrado. É ele o principal responsável pela minha socialização. Nestes oito anos que nos conhecemos, foram muitas as *situações de ação* em que estivemos envolvidos, que me permitiram integrar os conhecimentos aprendidos nas salas de aula com o fazer antropológico, particularmente nos círculos institucionais. Momentos que foram vividos com intensidade, a partir do NUFEP, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento e consolidação do PPGA. Processos estes que, concomitantemente, consolidaram em mim os conceitos básicos da disciplina, em função das muitas situações em que meu orientador me pôs a prova, mas sempre confiando na minha capacidade de internalização do *habitus*. Ao professor Roberto Kant, antes de tudo, meu muito obrigado por aceitar ser meu *sócio* no empreendimento da minha vida.

Ao professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto um agradecimento especial pela interação permanente com meus assuntos, pelas inúmeras sugestões de leituras e por encorajar minhas abordagens. As professoras Eliane Cantarino e Simoni Guedes, coordenadoras do PPGA durante meus anos de estudo, meu agradecimento por todo o empenho institucional. A professora Delma Pessanha, pela orientação pedagógica e por um apoio muito importante em um momento particularmente difícil. A Ilma e Vanessa, secretárias do PPGA, meus agradecimentos por suas disponibilidades e apoio. Aos demais professores do PPGA, com os quais tive o prazer de interagir academicamente, meus agradecimentos.

No Equipo de Antropologia Política y Jurídica da Universidade de Buenos Aires, em primeiro lugar, agradeço toda a generosidade de Sofia Tiscornia, minha co-orientadora, que me ouviu atentamente nas muitas vezes que nos encontramos, sabendo encorajar-me, com extrema generosidade, nos momentos em que as dúvidas me pareciam sufocantes. Igualmente sou grato a Josefina Martinez pela dedicação, em Buenos Aires, pelo bom andamento da parceria com o NUFEP, como também pela

interação com minhas idéias e sugestões para o aprimoramento desse trabalho. O que também devo agradecer a Maria Victória Pita, que se disponibilizou para interagir com meu trabalho, a partir de temas comuns de pesquisas. Meus agradecimentos também aos demais pesquisadores, e igualmente amigos, Carla Villalta, Maria José Sarrabayrouse, Belen Mora, Débora Daich, Eva Muzopapa, Santiago Garaño, Joaquin Gómez, Mariana Sirimarco, Maria Pianciola e Marcela Perelman por me recepcionarem tão gentilmente neste ambiente institucional.

Meus agradecimentos a Mariana Heredia, Ariel Wilkis e Alexandre Roig, do IDAES-Universidad San Martin, pelas opiniões emitidas sobre meus trabalhos e sugestões que em muito contribuíram para a elaboração do presente texto.

No âmbito da Rede Interdisciplinar de Estudos Comparativos (RIEC) e do INCT-INEAC recebi importantes aportes para a pesquisa e fui sempre estimulado em minhas perspectivas. Agradeço a seus pesquisadores nas pessoas dos professores Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Daniel Simeão, da UnB; do professor Daniel dos Santos, da Universidade de Ottawa; da professora Jacqueline Sinhoreto, da UFSCar, da professora Maria Stella Amorim, da UGF, da professora Lana Lage, da UENF e do professor Jorge da Silva, da UERJ.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro meu reconhecimento, uma vez mais, à aposta institucional em minha formação. Em especial ao reitor Aloísio Teixeira, meu professor e pessoa que demonstrou sempre grande entusiasmo pela minha qualificação acadêmica. Da mesma forma, agradeço ao pró-reitor de pessoal, professor Luiz Afonso Henriques, e seu superintendente, Roberto Gambine, que materializaram o apoio institucional concedendo sem hesitações meus afastamentos para pesquisar, como também a necessidade de flexibilidade em minhas jornadas de trabalho. Sou imensamente grato a Rita Anjos, coordenadora da Comissão de Desenvolvimento de Pessoal da UFRJ, e minha chefe imediata, pela forma entusiasta que apoiou institucionalmente meu doutoramento durante todo o tempo. Também a Marizete Silva meu reconhecimento por seu empenho em auxiliar-me em minhas necessidades. Da mesma forma, Edson, Luiz Cláudio, Valdete e Valquíria foram muitos generosos comigo, durante todo o tempo.

Ao professor Fernando Rabossi, do IFCS/UFRJ, meus sinceros agradecimentos por interagir de forma interessada com minha pesquisa, como também por aceitar-me como seu parceiro em alguns empreendimentos acadêmicos. Na mesma instituição sou grato também as contribuições de Beatriz Heredia, com quem tive o privilégio de

estudar e trabalhar enquanto professor substituto daquela instituição.

Foram vitais, para o desenvolvimento da pesquisa em Buenos Aires, os recursos mobilizados pela CAPES, no âmbito do convênio CAPG-BA 021/05, os quais constituíram bolsas de doutorado-sanduíche que permitiram meu deslocamento e instalação, em duas oportunidades distintas, em Buenos Aires. Igualmente o CNPq e a FAPERJ apoiaram essa pesquisa com recursos que foram alocados nos PRONEX *Sistemas de Justiça Criminal e Segurança Pública, em uma perspectiva comparada: administração de conflitos e construção de verdades*, o qual integrei como pesquisador. A FINEP apoiou esse trabalho através dos recursos alocados no projeto *Segurança Pública e Violência Urbana: a descentralização de formas institucionais de administração de conflitos*, no qual também realizei pesquisas que contribuíram com construção de parte dos dados empíricos que fundamentam essa tese.

Introdução

Em abril de 2006, em um andar escuro de um prédio precário no bairro carioca[1] da Saúde, acontecia uma reunião de vendedores ambulantes. Cerca de 50 pessoas, entre homens e mulheres discutiam uma proposta para regularização das atividades comerciais que exerciam em parte do sistema ferroviário carioca. Havia alguns dias a concessionária dos serviços de transportes ferroviários, se reunira com a ASTRATERJ, associação que representa os interesses dos ambulantes associados a ela[2]. Naquele encontro fora divulgado pela empresa que uma outra organização passaria a ter permissão para comercializar mercadorias nos trens. Esta última poderia contratar parte dos 1.200 vendedores que atuavam nos cinco ramais ferroviários. E era por isso que, naquela tarde, aquelas pessoas interromperam suas atividades e se puseram a escutar o que lhes era proposto.

O anúncio parecia trazer vantagens e desvantagens. Pelo menos era a primeira vez que a empresa anunciava a oportunidade de autorizar práticas comerciais nos trens. Afinal, segundo o Regulamento dos Transportes Ferroviários, somente poderiam exercer tais atividades aqueles que tivessem o aval da "Administração Ferroviária"[3]. Era uma iniciativa importante àquela altura, pois apontava para a possibilidade de interromper as práticas de apreensões de mercadorias, como também determinadas ações depreciativas e violentas, patrocinadas cotidianamente por vigilantes terceirizados contra os ambulantes. O problema era que a proposta não incluía a todos. Por outro lado, segundo a formulação, caberia à ASTRATERJ o ônus de vedar o acesso aos trens àqueles que fossem preteridos. Isso não era tarefa nada fácil. Além das dezenas de ambulantes que seriam excluídos, era sabido que havia algumas pessoas que comercializavam drogas ilícitas ou praticavam outros ilícitos penais nos trens. Segmento pouco afeito a conversas, este podia manifestar-se de forma ainda mais violenta quando contrariado em seus interesses. Para os membros da associação de ambulantes parecia que a intenção da

1 Relativo a cidade do Rio de Janeiro.

2 Associação dos Trabalhadores Ambulantes dos Trens do Estado do Rio de Janeiro

3 O regulamento foi instituído pelo Decreto 1.832 de 4 de março de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 5/3/1996, p. 3.575/78. Nele, também as empresas concessionárias, instituídas em leilões de privatização, eram admitidas como Administração Ferroviária.

empresa era somente desgastar a entidade junto a seus representados, como também envolvê-la em problema que não era de sua natureza administrar.

Resumidamente, o presidente da ASTRATERJ, o *Azulão*, anunciou com sua voz grave que a concessionária sugeria, por um lado, que os ambulantes se organizassem para "trabalhar direito"; por outro, anunciava que havia estabelecido um convênio com a Polícia Militar[4]. Daquele momento em diante esta não só estaria presente no sistema ferroviário como uma força aquartelada para intervir em conflitos e desordens em áreas relacionadas ao mesmo[5], como também passaria a encarregar-se da vigilância das composições e das estações. Com isso, substituiria praticamente todo o contingente de vigilantes privados que, desde a privatização, em 1996, atuava nos trens e estações. O pessoal que gostasse de andar "fora da linha" nos trens seria o alvo principal desse novo sistema de segurança.

Próximo de onde eu estava, um ambulante mais jovem, possivelmente de 30 anos, interrompeu-o. Com voz igualmente grave, disse que "isso nunca foi problema". Afinal, quem tentava "alguma gracinha" nos trens nos quais viajavam camelôs se "dava mal". Era um problema com o qual conviviam há tempos e que eles mesmos davam jeito, sem precisar a intervenção da polícia. Em resposta, Azulão disse que tal forma de resolver as coisas, por mais que fosse comum, teria que dar espaço a uma outra. Em primeiro lugar, todos aqueles que quisessem trabalhar tranqüilos deviam cadastrar-se junto à entidade. Quem não o fizesse e quisesse fazer uso dos trens de maneira irregular, teria que se haver não mais com os camelôs, mas com a polícia. Os comentários que se seguiram foram dos mais desencontrados. Percebi, porém, o predomínio de certo ceticismo com aquele encaminhamento. Era possível captar mesmo um pouco de ironia nas expressões e tons dos presentes, em relação à competência policial para lidar com questões daquela natureza. Segundo diziam alguns, isso tudo ia acabar em um "arrego".

.....#.....

4 A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é a instituição policial responsável, segundo os termos da Constituição Federal brasileira, pela manutenção da ordem e pelo chamado policiamento ostensivo. Atua, assim, distintamente da Policia Civil, que tem atribuições judiciárias e, desde esse lugar, realiza investigações para informar processualmente o Poder Judiciário. Cada estado brasileiro conta com uma policia militar e uma policia civil próprias.

5 Com a privatização dos trens, em 1996, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou o Batalhão de Polícia Militar Ferroviária, cuja área territorial de atuação se circunscrevia a estações e composições ferroviárias. O mesmo foi extinto em 2008.

Ilustração 1 - Ambulantes se reúnem para debater proposta da SUPERVIA em abril de 2006

Essa opinião sobre a atuação policial, captada naquela reunião de abril de 2006, bem poderia ser compartilhada por outras pessoas na Cidade do Rio de Janeiro, como também naquelas localizadas em seu entorno, que formam juntas a chamada Região Metropolitana ou Grande Rio[6]. Faço menção, particularmente, aos milhares de pessoas que se dedicam à venda não legalizada de mercadorias nas ruas e nos meios de transportes dispostos neste significativo território, no qual vivem cerca de 15 milhões de pessoas. Estas atividades são chamadas por autoridades municipais, como também pelos meios de comunicação, de *comércio informal* e, em função de sua não legalidade, costumam ser tratadas repressivamente por diferentes agentes de segurança, públicos ou privados. Para estes segmentos, a polícia não costuma ser representada como uma força pública competente e confiável, mas, muitas vezes, como violenta e corruptível.

Parte expressiva do expediente repressivo dispensado ao controle da venda ambulante, na região supracitada, é protagonizada pela polícia fluminense[7]. Esta se subdivide em duas instituições vinculadas ao governo do Estado do Rio de Janeiro: a polícia militar e a civil. Mas também pode observar a participação cada vez mais ativa, na repressão desses contingentes, das chamadas Guardas Municipais, forças públicas mantidas pelas prefeituras. Em muitos casos, estas têm localizado no *combate* ao comércio informal um mote para veiculação de suas identidades e práticas[8].

6 Atualmente esta região é constituída pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim , Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Cf http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=17&i=P&c=793

7 O termo fluminense se refere a pessoas nascidas no Estado do Rio ou instituições vinculadas a ele. Desta forma, todo carioca é também fluminense.

8 Miranda, A. P. M., Mouzinho, G. M. P. & Mello, K S. S., 2003; Kant de Lima, Pires & Eilbaum, 2008.

É nesse vai-e-vem conflituoso que estas pessoas procuram estabelecer-se em uma das regiões urbanas mais importantes do Brasil. Estratos sociais que expõem suas mercadorias nas ruas e calçadas dos mais diferentes bairros destas cidades, no interior dos ônibus ou dos trens urbanos. Igualmente, as praias nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói são espaços muito requisitados por estes comerciantes para fazer chegar ao público mais geral suas mercadorias. Muitos destes veiculam suas práticas em áreas pré-determinadas pelas prefeituras municipais[9], valendo-se de barracas cobertas de madeira ou metal ou mesmo construções de alvenaria, de caráter mais permanente. Entre aqueles que ocupam as ruas e calçadas, há os que utilizam caixas de madeira, esteiras de pano ou de plásticos, barracas de pequenas dimensões, entre outras possibilidades. Há também aqueles que, por motivos materiais ou estratégicos, utilizam seus braços ou outras partes do corpo para levar adiante suas práticas comerciais. Apresentando-se de diferentes formas, estas pessoas são comumente chamadas de *ambulantes* ou *camelôs*.

Dentro deste contingente, como referi, aproximadamente 1.200 ambulantes comercializam mercadorias nos trens urbanos do Rio de Janeiro. Neste texto, quando focalizar a atividade ambulante no Rio de Janeiro, este será meu público privilegiado. Isso não quer dizer que não faça menção aos demais comerciantes que atuam nesse mercado, nas ruas e, sobretudo, nos chamados *camelódromos*, para indagar sob quais condições este pode se desenvolver na Cidade do Rio e, considerando os trens, na região metropolitana. Que relações sociais são indispensáveis para sua viabilização? Que mecanismos e estratégias são adotados pelos diferentes atores que se relacionam nas interfaces existentes a partir desse comércio? Quais custos estes devem estar dispostos a arcar para levar adiante suas estratégias de comercialização? Como esta atividade iminentemente urbana se articula com as demais e, principalmente, que conflitos se originam a partir de sua vigência e como são administrados? Que podem informar tais processos acerca das características de organização do espaço público do Rio de Janeiro?

Sobre uma etnografia dos trens do Rio de Janeiro

Procurando responder tais indagações dirigi-me àquela reunião no centro do Rio, em abril de 2006. Estava lá realizando trabalho de campo, previsto no projeto de

9 São os chamados camelódromos, como os existentes no Rio de Janeiro – por exemplo, no centro do Rio, Campo Grande, Madureira, entre outros bairros da cidade; em Caxias, Nova Iguaçu, entre outros municípios da região metropolitana.

doutoramento. Assistia uma vez mais a Azulão tentando organizar seus companheiros que atuavam nos trens urbanos de passageiros. Luta essa que testemunho desde 2002, quando iniciei minhas pesquisas nos trens da Central do Brasil[10]. Foi nesse exercício que realizei uma etnografia sobre os usos dos trens urbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em minha abordagem, focalizei principalmente as atividades dos chamados comerciantes ambulantes ou, como eles mesmos se costumam nomear, *camelôs*. Acompanho desde então o cotidiano vivenciado por esse grupo de pessoas, em uma malha ferroviária administrada comercialmente por uma empresa privada, mas compartilhada por outras lógicas empresariais e de negócios. Deste empreendimento resultou minha dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, em fevereiro de 2005. Tratou-se, para minha surpresa, da primeira etnografia sobre um tema relacionado aos trens urbanos na área metropolitana do Rio de Janeiro[11].

Em um primeiro momento, meu interesse estava focalizado nos chamados *camelôs*. No curso do trabalho de campo, porém, os trens e seus usuários acabaram por se tornar personagens indispensáveis de minha etnografia. Na dissertação, relacionando e relatando os dados empíricos de minha pesquisa, demonstrei que distintas lógicas e valores concorrem para que seja possível observar a prática da venda ambulante nos trens. Também pontuei que a verificação daquela atividade no ambiente ferroviário se constitui em um prolongamento de um mercado que se origina, desde uma perspectiva formal, nos bairros que circundam as principais estações do sistema.

Na época de minha pesquisa eram importantes, por exemplo, aspectos da sociabilidade entre ambulantes e os demais usuários dos trens, em suas distintas maneiras de se veicular naquele espaço - de pregadores evangélicos a jogadores compulsivos, passando por pequenos traficantes. Mas também eram de significativa relevância os mecanismos institucionais de controle e repressão acionados pela empresa concessionária dos serviços ferroviários. Em linhas gerais, percebi a existência de uma lógica que contrastava permanentemente o mundo das normas legais ao das regras embutidas nas práticas sociais. Seriam domínios conflitantes, onde um anularia o outro diante da

10 Este é um terminal de trens localizado na cidade do Rio de Janeiro, que liga o centro da cidade a bairros das zona norte e oeste, como também a outros municípios da região metropolitana.

11 PIRES, Lenin, 2005a.

impossibilidade de diálogo entre estes dois universos normativos. O resultado de minha observação foi a descrição de uma etiqueta muito complexa que, uma vez partilhada pelos atores, encerrava um conjunto específico de sanções positivas e negativas (Pires, 2005a, 2006).

O esculacho

Foi nessa abordagem, e a partir da convivência com aqueles atores, que percebi a relevância de uma categoria nativa: o *esculacho*. Este se expressava, geralmente, através de um ato violento em termos físicos e/ou morais, praticados por vigilantes terceirizados contra camelôs. Era também, na maioria das vezes, precedido da apreensão das mercadorias dos camelôs. Nos trens aquela prática expressava, simultaneamente, as possibilidades e limites relacionais em um contexto de forte desigualdade social e jurídica[12]. Interpretei o *esculacho* como expediente insultante dirigido por um ator a outro, cuja vigência punha em risco a presença, naquele contexto, da pessoa insultada (Da Matta, 1997; Cardoso de Oliveira, L R., 2002). Dessa forma, a reação a ele era não só legítima, mas mesmo obrigatória para que o ator pudesse seguir sua trajetória naquele contexto social.

Ocorre que os possíveis significados do termo *esculacho* no Rio de Janeiro não se limitam aos ambientes dos trens. Ele é evocado em diferentes contextos, desde o sistema prisional às relações entre pessoas no cotidiano carioca, para expressar conteúdos de insulto às substâncias morais das pessoas. É famoso, no Rio de Janeiro, o caso de uma rebelião em uma penitenciária cujo primeiro ponto na pauta de reivindicações era o "fim do esculacho"[13]. Igualmente, no ambiente das ruas, onde a prática da venda ambulante poderia enfrentar a repressão de policias militares, civis ou de guardas municipais, o temor ao esculacho sempre está presente. O termo é empregado para designar situações onde o insulto de alguém dirigido a outro extrapola um limite imaginário, concebido socialmente e praticado em termos rituais.

12 Sobre o conceito de igualdade e desigualdade jurídica Ver Kant de Lima (1995) e Marshall (1965).

13 Rebelião de Bangu I, em 2002. Ver http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2002/not20020911p19699.htm

Elias Maluco é preso e pede: "Não me esculacha"

> O traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, de 36 anos, foi preso às 8h45 de hoje, no segundo andar de uma casa de alvenaria, em um beco na Favela da Grota, na zona norte do Rio. Ele é acusado pelo assassinato do repórter Tim Lopes, da Rede Globo, executado em 2 de junho. "Perdi, chefia. Não me esculacha, não", disse o traficante ao ser abordado, sem oferecer resistência, a apenas 400 metros da base de operações da polícia. Moradores da favela denunciaram onde era o esconderijo[14].

Minha interpretação sobre o que seria *esculacho* dialogou com as contribuições teóricas de Kant de Lima (1995, 2001) para quem a sociedade brasileira pode ser pensada em função de expedientes que buscam ocultar os conflitos de interesses. Nesta, a igualdade é pensada como um valor que se estabelece dentro de *estamentos* hierarquizados. Assim, as trajetórias dos sujeitos sociais dependem das relações com outros sujeitos, e não de recursos que podem ser acionados de maneira universalista, igualitária, em um mercado de opções. Nos termos do autor, esta hierarquia pode ser representada por um modelo holístico piramidal, onde os relacionamentos em seu interior se arrumam em função de uma repressão político-jurídica permanente, e não pela internalização de regras universais que disciplinam os comportamentos. O *esculacho*, neste contexto, é um tipo de insulto que coloca em risco o pertencimento do sujeito à estrutura social hierarquizada, com base nos valores da desigualdade.

Esta interpretação, embora verossímil frente ao conjunto dos dados que construí em dois anos de trabalho de campo nos trens da Central, acabou por suscitar outras questões que seguiram me desafiando posteriormente. Em quais contextos se pode dar a veiculação do *esculacho*? O que há em sua essência que sua simples enunciação, em diferentes contextos da sociedade carioca, se faz entender por diferentes atores e legitima as reações a ele? Por que no Rio de Janeiro a prática do *esculacho* é tão recorrente, sendo desenvolvida por distintos segmentos sociais?

14http://www.paranaonline.com.br/editoria/pais/news/24909/?noticia=ELIAS+MALUCO+E+PRESO+E+PEDE+NAO+ME+ESCULACHA

Já na sessão de apresentação pública de minha dissertação para argüição acadêmica, parte destas questões foi suscitada por integrantes da banca. Aquela sessão ritual acabou por lançar o desafio de buscar respondê-las em uma tese de doutoramento. Para parte de meus argüidores eu deveria me debruçar sobre o material já existente para tentar dar conta desse expediente interpretativo. Em minha perspectiva, um novo projeto de pesquisa que redundasse na construção de novos dados empíricos parecia-me estimulante. Os acontecimentos que se seguiram acabaram por me levar a empreender uma nova etnografia, na Cidade de Buenos Aires, como também empreender novas abordagens no ambiente ferroviário do Rio de Janeiro. Esta tese, assim, é uma tentativa de comparação dessas experiências, na qual sigo me referenciando nas contribuições teóricas que problematizam as questões relacionadas à igualdade na sociedade brasileira (Kant de Lima, 1995; Cardoso de Oliveira, op. cit; entre outros).

A *emergência* da Segurança Pública

Ainda no ano 2005 envolvi-me de maneira mais incisiva em diferentes projetos de pesquisas e de extensão universitária relacionados ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP)[15], ao qual sou associado desde 2002. Neste exercício participei da elaboração de projetos, auxiliei e coordenei pesquisas de campo, cursos de extensão, entre outras atividades. A maioria destas estava relacionada com o chamado tema da Segurança Pública[16]. Em um primeiro momento, ministrei aulas de introdução a

15 O Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas foi criado em 1994 no âmbito do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Foi sugerido pelo antropólogo Luiz de Castro Faria, e seu funcionamento se deu concomitantemente ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da mesma instituição.

16 No Brasil são assim chamados os temas que se relacionam ao controle estatal e social de conflitos, delitos, violência e criminalidade. Envolve um conjunto significativo de instituições estatais e da sociedade civil com predominância, porém, daquelas caracterizadas por práticas policiais. No Brasil, de uma maneira geral, estas são vinculadas a duas esferas do Poder Executivo: federal e estadual, sendo que nestas há variadas instituições policiais. Em nível federal, a Polícia Federal responde por ações de controle alfandegário, de controle de delitos e investigação de crimes que interessam à União, entre outros aspectos estratégicos de caráter federativo. Ainda nesta esfera, há a Força Nacional que pode ser acionada, desde o Ministério da Justiça, para teoricamente contribuir nas esferas estaduais em situações que põem em risco o chamado pacto federativo.

Já na esfera estadual, segundo a Constituição Federal, as atividades de policiamento ostensivo e investigativo são divididos entre as polícias militares e civis, respectivamente. A primeira, que constitui uma força complementar do Exército brasileiro, opera nos estados para controle preventivo e repressivo dos delitos e da criminalidade; a segunda, enquanto instituição responsável pela investigação dos crimes e delitos cometidos, desenvolve funções de Polícia Judiciária, responsável por um instituto administrativo denominado "inquérito policial", que antecede um processo judicial, mas que pode integrá-lo em função das informações coletadas no processo investigativo e que possuem estatuto de fé pública, ou seja, verdade oficial e, em muitos casos, inquestionável para efeitos de promoção da justiça. Na esfera municipal não há instituições policiais, segundo os termos da Constituição Federal, mas guardas municipais, que oficialmente devem atuar na guarda e proteção dos próprios municipais. No entanto, há alguns anos, estas instituições vem adquirindo maior relevo nas políticas públicas de segurança pública, além de serem alvo de inúmeras propostas de

Antropologia e Sociologia para agentes de segurança pública – policiais, sobretudo - que buscavam ser aprovados para um curso de especialização na Universidade Federal Fluminense[17]. Posteriormente coordenei e dei aulas em cursos de extensão para Guardas Municipais em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, além de desenvolver projetos de pesquisas nas cidades de Niterói e São Pedro da Aldeia, entre outros, visando a elaboração de Planos de Segurança Pública. Dessa forma, distanciei-me durante o ano de 2005 de minhas pesquisas nos trens, só retomando-as em 2006, como referi.

Esse distanciamento, porém, não comprometeu a continuidade de meu relacionamento com interlocutores-chaves do período anterior. Mesmo sem ir a campo, mantive-me em comunicação permanente com eles. Particularmente com Azulão, meu principal interlocutor. Vendedor de cartilhas, palavras-cruzadas e relógios, é ele também o principal dirigente da associação de ambulantes. Muitas foram as oportunidades nas quais ele me ligou para comunicar algum acontecimento ou solicitar minha presença em algum evento que ele julgava importante. Dessa forma, pude me manter sempre atualizado acerca do que se passava nos trens e que meus interlocutores achavam pertinente me informar. Logo, essas informações não só correspondiam a uma determinada versão, mas também às intenções destes atores em manter suas conversas comigo. Mantive-me atento a isso.

Paralelamente, minhas atividades profissionais me permitiram conhecer novos interlocutores que aos poucos contribuíram para que eu alcançasse algum entendimento sobre as formas de organização das chamadas instituições de segurança pública, ou alguns dos valores que as orientam. Passei, por exemplo, a compreender melhor as diferenças entre policiais militares e civis, tanto do ponto de vista de suas atribuições normativas, como também dos valores corporativos concernentes às categorias classificatórias *militar* e *civil*. Também passei a entender os conflitos existentes entre seus agentes, de que maneira os mesmos poderiam se desdobrar na convivência com

reforma constitucional que aspiram conceder-lhe o chamado Poder da Polícia, o qual é exercido pelas instituições acima aludidas.

17 O Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, da Universidade Federal Fluminense. Curso de 600h, era dirigido a oficiais da policiais militar, delegados de policia civil, como também para o público civil que possuísse graduação em qualquer área. No caso dos policiais militares, o curso era parte do que chamavam de Curso Superior de Polícia (CSP), o qual todo oficial deveria concluir para chegar ao posto de coronel, patente máxima daquela instituição. Em 2008, a vigência desse curso foi transferido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para a Fundação Getúlio Vargas.

Guardas Municipais e, sobretudo, quais seus possíveis efeitos para a população que busca seus serviços. No entanto, durante todo esse processo, concebia essa experiência como divorciada de minha pesquisa a qual eu classificava até então como devotada ao *mercado informal*. Só mais tarde eu iria associar esses dois universos de práticas e discursos.

A experiência internacional: uma perspectiva contrastiva

A possibilidade de iniciar um trabalho de natureza comparativa em outra sociedade começou a se esboçar ainda em 2005. Em julho daquele ano viajei pela primeira vez para um país estrangeiro, para participar de um encontro internacional na Argentina. Foi a primeira vez que estive na Cidade de Buenos Aires, sua capital federal. Ainda me lembro da calorosa recepção dos parentes de minha mulher, também argentina, que contrastava com o vento frio que me gelou a face tão logo cruzei a porta magnética do Aeroporto Internacional de Ezeiza. Momentos depois eu me depararia com amplas avenidas que contrastavam com ruas estreitas, de calçadas delgadas, que as entrecortavam. Nelas se entranham seus ônibus ruidosos, localizam-se seus cafés com enormes janelas de vidro e se desenha o quadriculado de suas quadras. O espanhol, por sua vez, foi a primeira língua estrangeira que ouvi no rádio de um automóvel, como também nas ruas dessa cidade, numa repetição infinita de signos lingüísticos então estranhos aos meus ouvidos.

Retornei muitas vezes àquela cidade, entre 2006 e 2009. Ora fazendo rápidas viagens, para participar de encontros acadêmicos[18], como também para rever amigos e parentes; ora por períodos mais intensos, de 3 a 6 meses, para a realização de pesquisas em associação com o Equipo de Antropologia Política y Jurídica da Universidade de Buenos Aires[19]. Estas se tornaram possíveis pela articulação de um projeto comparativo, reunindo universidades brasileiras e argentinas, no âmbito do acordo CAPES-SPU[20].

18 Como, por exemplo, a Reunião de Antropólogos do Mercosul ou o encontro da Associação Latino-Americana de Antropologia.

19 Este grupo é liderado pela antropóloga Sofia Tiscórnia. Ainda na década de 1990, ela e Roberto Kant de Lima iniciaram relações institucionais entre o Equipo e o NUFEP.

20 Projeto Burocracias penais, processos institucionais de administração de conflitos e formas de construção de cidadania (CAPG-BA 021/05). Experiência comparada entre Brasil e Argentina. Este vem se desenvolvendo no âmbito do acordo de cooperação internacional promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissionais de Ensino Superior, do Brasil (Capes), e a Secretaria de Políticas Universitárias da Argentina (SPU). Este projeto reúne, no Brasil, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, o Programa de Antropologia Social da Universidade de Brasilia e o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho. Na Argentina reúne o Doutorado em Antropologia da Universidade de

Graças a esta iniciativa, obtive bolsas de doutorado-sanduíche por dois períodos: agosto de 2007 a fevereiro de 2008 e abril-junho de 2009.

Nos primeiros seis meses conheci um significativo contingente de pessoas, em virtude de meu trabalho de campo. Seguindo os terminais de trens e seus entornos, eu tentava tanto quanto possível construir dados que possibilitassem uma comparação com os contextos que pesquisava no Rio. Desta temporada resultou uma quantidade significativa de informações e uma rede de interlocutores e amigos à qual estou ligado desde então. Na segunda jornada, de três meses, essa rede foi acionada originando novos contatos e ampliando a construção dos dados. Contudo, o mais significativo foi constatar os horizontes que se abriram diante de um melhor domínio da língua nativa.

Com a aquisição dessa competência, me foi possível realizar novas entrevistas, observações diretas e participantes, ler jornais, revistas e processos judiciais, tal como fizera da primeira vez. Contudo, além das entrevistas serem melhor compreendidas no momento em que ocorriam, qualificando as notas no caderno de campo, me foi possível melhor precisar as categorias das entrevistas gravadas anteriormente. Da mesma forma, reinterpretar as informações lançadas em 2007 e 2008 nos cadernos de campo reabriu novas perspectivas para minha análise sobre temas relacionados ao chamado *mercado informal* em Buenos Aires.

Imergindo entre gostos e símbolos

Minha estadia em Buenos Aires também foi caracterizada por um dedicado consumo das iguarias nativas, particularmente da comida e bebida argentina. Particularmente no interior de um dos círculos de amigos de minha mulher. Foi convivendo com estas pessoas que fui mais intensamente socializado com o idioma espanhol. Um processo no qual fui, gradativamente, testando o uso das palavras em função das distintas conversas que partilhávamos. Cometendo erros, perguntando, sendo corrigido, ao mesmo tempo que era apresentado a parte dos distintos contextos e ideários portenhos e, em alguns casos, argentinos.

Esse círculo de amigos era reduzido, sendo formado por jovens de classe média, com

Buenos Aires e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Nacional de Misiones.

idades entre 25 e 35 anos. Todos haviam passado pela Universidade de Buenos Aires, a maioria tendo cursado e concluído a graduação em Direito[21]. Buscavam obter sucesso em suas carreiras e alcançar relativa ou total autonomia finaceira frente à seus pais. Nesse aspecto, um valor importante era a aquisição de um apartamento ou casa própria. Todos tinham recentemente adquirido seu imóvel ou estavam em vias de fazê-lo. Seja por que tinham realizado poupança para esse fim ou por que tinham obtido um financiamento bancário. Através deles conheci outras pessoas, com as quais estudaram ou trabalharam; eram igualmente jovens, com planos semelhantes de estabelecerem-se autonomamente o quanto antes.

Estes jovens trabalhavam principalmente em órgãos governamentais, seja no âmbito da Prefeitura de Buenos Aires, seja no âmbito do governo federal. Alguns eram funcionários efetivos ou em vias de se efetivar. Outros eram empregados contratados de uma dessas instâncias, em função das estratégias dos governantes em prover determinadas funções de confiança de pessoas tecnicamente competentes, uma vez que eram especialistas em determinados temas em suas respectivas áreas. Alguns entre eles, inclusive, ministravam aulas em universidades privadas e/ou em uma das universidades nacionais na cidade e no conurbano.

Um deles era Genaro, que trabalhava na Prefeitura e era sociólogo formado pela Universidade de Buenos Aires. Com ele tive várias oportunidades de conversar sobre o tema da venda ambulante e buscar contatos e informações nesse sentido. Josefina, a mais experiente do grupo, era uma advogada especializada em Direitos Humanos, trabalhara por um tempo significativo na Prefeitura da cidade em contato com temas relacionados às condições de moradia e de ocupação do espaço público. Naqueles dias, ela estava desenvolvendo atividades no âmbito do Ministério de Direitos Humanos, com um contrato determinado para coordenação de projetos. Marina, também advogada, tinha um contrato precário com o Ministério da Defesa; era de origem inglesa, de pais argentinos e ocupava um cargo de confiança naquela instituição. Havia nascido fora do país, no período da ditadura, ocasião em que seus pais se encontravam exilados. Era casada com Antonio, o único que não havia terminado ainda o curso de graduação.

21 O curso de graduação, na Argentina, diferentemente do Brasil, aportava valores informacionais e simbólicos suficientes para um licenciado aspirar alcançar seus interesses no mercado de trabalho. A pós-graduação, ainda que existisse em distintas modalidades, não tinha se tornado ainda uma exigência tão forte como eu percebia no meu país.

Cursara sociologia e também economia na Universidade de Buenos Aires e, em determinado momento, decidiu dedicar-se a um curso avançado de cozinha. Esta decisão parece ter lhe dado muito mais satisfação e aportado elementos para manejo de sua grande sensibilidade. Era verdade que tinha que conciliar seus dotes com um emprego praticamente estável no Ministério da Economia de seu país. Por sorte, em Buenos Aires não faltavam situações de comensalidade, a maioria delas sob sua batuta, para que nossos encontros se desenvolvessem e, neles, ele desse provas de seu incontestável talento culinário.

Nestas reuniões, geralmente noturnas, tive a oportunidade de falar de minhas pesquisas e dos temas que me interessavam com estas pessoas. Elas não tinham contatos diretos com ambulantes e, nesse sentido, não puderam me ajudar muito. Mas escutavam minhas idéias, ainda que inicialmente tivessem dificuldade de me entender. Com o tempo, alguns entre eles buscaram me ajudar apresentando pessoas ligadas à Prefeitura e ao Ministério Público da Cidade de Buenos Aires. Nestas instâncias, respectivamente, estavam os responsáveis por controlar o espaço público urbano e fiscalizar as regras referentes às práticas contravencionais e faltas observadas nesse mesmo espaço citadino. Mas, fundamentalmente, era nessas reuniões que me interava dos temas contemporâneos relacionados à política, à economia e à vida cultural daquela sociedade. Elas foram determinantes para que, gradativamente, internalizasse as formas de pensar e representar essas questões. Em certo sentido, isso um pouco que se refletiu na minha forma de falar.

Em castelhano

À medida que adquiria competência lingüística graças à recorrência destes encontros, pessoas com quem conversava em outros círculos diziam notar um certo sotaque *portenho* na minha forma de expressar. Ou seja, sobreposto ao sotaque estruturado pela língua portuguesa, se notava em mim formas de expressão tipicamente portenhas. Por um lado, um certo prolongamento na última palavra de um conjunto de frases, fazendo com que esta fosse praticamente cantada. Mais ou menos como nós, cariocas, atribuímos aos patrícios nascidos na Bahia. Em termos fonéticos, a pronúncia de palavras com “S”, com um chiado prolongado, com um som de “shhh” era praticamente similar ao que praticamos os nascidos no Rio de Janeiro em oposição, por exemplo, aos nossos vizinhos *paulissstas*. Igualmente, o emprego de certas palavras e a forma de

mencioná-las me delimitava enquanto um brasileiro socializado linguisticamente na Cidade de Buenos Aires.

Um exemplo, entre tantos outros que eu poderia dar, diz respeito ao uso da palavra *calle*[22]. Em espanhol da Espanha, falado em várias províncias da Argentina como também em outros países da América do Sul, o fonema é "calhe"; entre os portenhos, se pronunciava "caje". Ou seja, o duplo "L" tem como efeito o som de "J" e não de "LH". Tal utilização, entre muitas outras, era tipicamente atribuída aos portenhos e era parte de seus vários diacríticos que não só os diferenciavam em relação aos espanhóis, mas, sobretudo, em relação aos demais argentinos.

Todo esse aprendizado foi possível por que, ao mesmo tempo em que eu buscava entender a venda ambulante em Buenos Aires, contei com a atenção desse grupo de amigos. Entre eles, e de uma forma destacada, estava o paciente acompanhamento de minha mulher. Esta corrigia minhas construções gramaticais (muitas vezes em público, o que gerava risos em algumas pessoas) para evitar que minhas colocações não fossem compreendidas e, dessa maneira, minhas interlocuções fossem prejudicadas. Da minha parte, também foi importante ser paciente e tolerante diante de um conhecimento que não possuía, fosse da língua, fosse dos contextos sociais que como estrangeiro eu ignorava.

Com o passar do tempo, enquanto me deliciava a cada nova descoberta, comparando-as com coisas análogas de minha sociedade, constatava o quão relativo podia ser o tema da ignorância. Uma ignorância que me mostrava de maneira crua a limitação da leitura como método de apreensão das coisas que queria aprender. A compreensão do espanhol escrito, iniciada mesmo no curso de mestrado em antropologia, resultava mais efetivo que o espanhol falado, particularmente nos processos interativos. No entanto, ler, por exemplo, todos os jornais disponíveis, não me aportava elementos suficientes entender rapidamente, entre outras coisas, as possíveis associações entre humor, futebol, política e o mundo do espetáculo. É quando você se dá conta de como faz falta na vida poder rir, burlar, ironizar. O fato é que eu naturalizei um saber que partilhara um dia: os conhecimentos de uma sociedade se constróem e se alteram nas suas tramas e seus

22 Em castelhanocastelhanocastelhano, significa rua.

dramas cotidianos. Assim, um dos aprendizados que tive que empreender novamente na vida, e que me esquecera de certa forma, foi o de esperar. Esperar a decantação dos significados lingüísticos, combinando-os com os olhares, os gestos e as expressões faciais que passei a julgar enquanto típicos daquela sociedade que era nova para mim. No movimento de superar parte de minha ignorância, portanto, teria que tomar como parâmetro as situações e categorias com as quais estava familiarizado em minha própria sociedade e estabelecer contrastes. Esperar, mas atuar ao mesmo tempo. Uma atividade cansativa.

Comer, ouvir e aprender

O fato é que parte significativa desse aprendizado teve lugar nessas reuniões onde importante papel teve a *mão* de Antonio. Não só por que preparava a comida em si, mas, sobretudo, devido à forma como a preparava. Possuía a capacidade de buscar criar, a partir de técnicas que aliavam tempero e paciência, sensações coletivas que se podiam sacar dos sabores de sua comida. Foram muitas as situações em que a combinação entre os sabores de suas carnes, saladas, *woks*, entre outras comidas, com as dos diferentes vinhos que escolhíamos para acompanhar estas situações, emolduravam de sentimentos positivos e satisfação a convivência aí obtida. Dessa forma, aumentavam o gosto pelos debates e por compartilhar opiniões, planos, sonhos, perspectivas, em meio a suspiros e proclamações do tipo "*Hum…Que rico!*[23]". Como propôs Laplantine, é "através da aprendizagem da língua e da cozinha que podemos ter acesso à especificidade de uma sociedade que descobrimos pela primeira e que temos intenção de estudar" (Laplantine, op. cit.: 20).

Estas situações se davam, geralmente, nos jantares em casa de Antonio e Marina, então localizada na divisa entre os bairros San Telmo e Constitución, ao sul da cidade. Mas também ocorreram situações em que eu e minha mulher recebemos pessoas em nosso apartamento. Participamos ainda de vários outros jantares, na casa de pessoas do círculo descrito, ou mesmo de pessoas não tão próximas. A freqüência desses encontros era praticamente semanal. O que me parecia bastante distinto das relações sociais que eu estava acostumado no Rio. O hábito de se receber as pessoas para o compartilhamento do espaço da casa não me parecia nada comum. Em minha sociedade, quase sempre os espaços de sociabilidade estão conferidos ao ambiente externo à casa: um bar, um

[23] Na Argentina dizer que uma comida é *rica* significa dizer que ela é muito gostosa.

restaurante, a praia. Conseqüentemente, a sociabilidade nestes contextos se distinguia bastante daquela que eu percebia em Buenos Aires.

Poderia elencar várias situações sociais onde o que interpretei como uma *sociabilidade portenha* - que depois descobri se estender a muitas partes do chamado conurbano bonaerense – podia ser observada e sentida. Múltiplos contextos onde eu podia perceber determinadas atitudes cerimoniais, na rua ou na casa. Um exemplo possível seriam os inúmeros protestos. Protestar no espaço público urbano era, com efeito, uma iniciativa possível e comum a todos os segmentos sociais em Buenos Aires. Dos *panelaços* da classe média aos bloqueios de estrada dos *piqueteros*, se podia inferir na realização de protestos públicos um traço distintivo mesmo de uma pretensa *argentinidade*. No entanto, nem todos protestam do mesmo jeito e pelos mesmos motivos. Na minha perspectiva, havia uma situação social onde, mais exemplarmente, se podia visualizar de modo mais definitivo uma essencialidade dessa sociabilidade portenha e, em certa medida, argentina. Refiro-me à comensalidade cerimonial do *asado*.

O *Asado* e sua temporalidade

Na casa de Antonio aprendi que em um *asado* tudo é feito de uma maneira praticamente prescrita. Esperava-se, a meu ver, a reprodução de um resultado tido como ideal não apenas para nosso grupo de amigos em particular, mas em termos sociais. O *asado* não era um tipo de acontecimento ou situação social onde, como ocorre no Brasil com relação ao churrasco, se concebe distintas formas de fazê-lo em termos culinários e procedimentais. Um *asado* pareceu-me um tipo de acontecimento que, pela forma como está estruturado em Buenos Aires – como também de norte a sul da Argentina - assemelhar-se-ia mais com a feijoada brasileira. É possível variar um pouco, em termos culinários, particularmente com os cortes que lhe servem como ingredientes; no entanto, a forma como se procede em seu preparo, sua apresentação e temporalidade não se alteram. Meu amigo era um mestre na composição desses ritos.

Começando pela maneira como este organizava a lenha para o fogo. Não se tratava de atear fogo às peças de carvão, como eu mesmo cansei de fazer em churrascos que promovi ou participei no Rio. Tratava-se de organizar as madeiras formando, tanto quanto possível, uma espécie de cone ou semi-círculo. Os maiores pedaços eram acondicionados de forma a possibilitar, tão logo se fizesse fogo, a maior concentração

do calor na área central. Os pedaços menores de madeira eram colocados na periferia. Tão logo o fogo produzisse as esperadas brasas, essas eram puxadas para distintas regiões da *parrilla*[24], de acordo com suas dimensões. A *parrilla* era organizada de forma a ter maior calor no centro, diminuindo a intensidade à medida que se aproxima das extremidades. Uma estratégia fundamental era deixar do lado da grelha carvão ou lenha ardendo a fim de segurar novas brasas caso o *asado* demore demais e acabem as já selecionadas. Com isso se assegurava o controle sobre o tempo de duração do asado de uma maneira prévia.

Assegurar que o tempo transcorra de forma a prover bons momentos a serem compartilhados era um objetivo que, igualmente, se buscava durante a promoção de um asado. Tempo para conversar e atualizar-se não só as informações sobre a semana ou quinzena – quando era o caso de ficarmos tanto tempo sem ver-nos – como também as representações que imantavam aquelas relações. Entre estas, talvez a que mais tenha me estimulado a pensar, foi a discursividade em torno dos processos migratórios que originaram as famílias daqueles que se reuniam nesses encontros.

Gerações e degenerações

Era comum que, volta e meia, um de meus amigos veiculasse em suas falas de que região da Europa ou da Argentina seus pais e avós haviam se originado. No caso dos avós, quase sempre eram imigrantes espanhóis e italianos. Também havia menção a árabes, sírios, *polacos* ou ingleses. Pessoas que, segundo aqueles discursos, teriam vindo à América do Sul fugindo dos contextos de fome ou de guerra em seus países. Pessoas que, como tantos outros imigrantes que vieram à Argentina pelos mesmos motivos, tinham construído aquela sociedade ao longo do século XX. E desta forma eu podia perceber que, diferente do que acontecia no Rio de Janeiro, o tema das miscigenações era publicamente representado antes como um cruzamento de nacionalidades e não de *etnias*.

Assim era possível, por exemplo, que um amigo falasse durante o asado que seu pai era

24 Parrilla (fala-se parrija) seria equivalente á churrasqueira, com a diferença de não ser constituída como uma caixa onde se encerra o carvão, como no Brasil. Em geral, uma parrila era formada de duas superfícies que se sobrepõe uma à outra. A primeira, mas abaixo, é feita de material refratário onde se acondicionam as brasas; acima dela, uma estrutura de metal móvel, tipo grelha, onde se acondiciona os cortes de carne. Esta pode ser movida como uma carretilha e, dessa maneira, pode-se regular mais ou menos a exposição ao calor das brasas.

descendente de espanhóis de segunda geração, enquanto sua mãe era neta de italianos, que foram viver em Buenos Aires, onde tiveram seu pai ou sua mãe. Igualmente podia ocorrer que uma outra pessoa falasse que o avô era um operário inglês que veio à Argentina para construção das ferrovias, casando-se com uma mulher que nascera na Argentina, de pais espanhóis. Ou seja, era recorrente que estivessem presentes no nível dos discursos essas tramas de relações com base nas nacionalidades, as quais deram origem à sociedade portenha. Como será visto mais adiante, essa não era só uma particularidade de meu círculo de amigos, mas que se reproduziu em outros espaços onde tive a oportunidade de circular, onde nem sempre o vínculo com meus interlocutores era tão caloroso. O que chamou minha atenção para o estatuto que pode ter a diferença naquela sociedade, diferentemente do que ocorre no Rio onde, apesar de existirem diferentes origens em comunidades nacionais e lingüísticas, estas não são apresentadas em primeiro plano, a partir dos discursos dos atores sociais.

A la parrilla

Falando em calor, quando a temperatura ideal da *parrilla* era atingida as carnes eram depositadas na *parrilla* de forma a garantir uma seqüência padrão. No centro, onde estavam as brasas mais intensas, eram colocados os cortes que seriam servidos primeiro. Em geral, a *morcilla* e *chorizo*, que correspondem, respectivamente, ao chouriço e lingüiça brasileiros. Em uma zona intermediária, eram colocados os cortes com menor quantidade de carne, como a tira de *asado*, ou carnes retiradas da região da barriga da vaca, como a *molleja* ou o *vacío*. Outros pedaços eram colocados em regiões mais periféricas da superfície da grelha que compõe a *parrilla*, e eram gradativamente trazidas para o centro, para que o processo de assar a carne se concluísse de forma a que estes fossem os últimos pedaços a serem servidos. Em nossos assados, estes podiam ser o *bife de costillar*, o *lomo*, o *bife de chorizo* ou, em algumas situações, o chamado *ojo de bife*, o mais nobre entre os cortes de maior densidade de carne.

As carnes não eram cortadas em pedaços menores e espetadas, como habitualmente fazemos no Rio de Janeiro. Elas eram depositadas por Antonio em grandes pedaços sobre a grade de metal da *parrilla* (a grelha). Assim, sabia-se de antemão que o tempo que levaria para assá-los seria considerável. Todo o período de espera seria consumido em conversas mais amenas, sobre o dia de trabalho, a semana em si ou um tema que tenha tido destaque na imprensa por aqueles dias. Em geral, nessas conversas que eram

realizadas antes que o asado estivesse pronto, se adiava a discussão de temas mais profundos, como política, economia ou coisa que o valha. Até por que nesses momentos se podia perceber uma certa dispersão das pessoas em pequenos grupos pelo ambiente.

Antes disso, porém, à medida que chegávamos para o *asado*, costumávamos levar uma garrafa de vinho ou refrigerante. Os gastos, ao final, podiam ser compartilhados entre todos ou não. Dependia da ocasião. Enquanto a carne era preparada, uma mesa devia ser arrumada para acomodar os participantes. A maior parte do tempo, porém, ficávamos a conversar em sofás e poltronas ou circular por lugares de convivência. Por um período, os homens formavam círculos próprios, assim como as mulheres. Estas últimas, geralmente, encarregavam-se de fazer a salada que iria acompanhar a carne. Eventualmente, se embalava verduras em papel alumínio, que assim eram levadas às brasas para cozimento. Antonio era sempre aquele responsável por assar a carne. Mais, tarde, em outros ambientes, percebi ser usual que apenas uma pessoa seja o *asador*. Logo que começávamos a degustar o vinho, seguia-se o compartilhamento de uma *picada*. Geralmente porções de queijo, azeitonas, salaminho, *pickles*[25], entre outras possibilidades.

Durante os meses que vivi em Buenos Aires, constatei que o vinho é a bebida nacional da Argentina. Há dezenas de marcas, das mais diferentes qualidades. Por conseguinte, eram variados os preços que circulavam no mercado, atendendo-se aos mais diferentes gostos e, principalmente, bolsos. No caso deste grupo de amigos do qual participava, como éramos de uma classe média não tão abonada, contentávamos com vinhos que, na época, correspondiam a valores entre $15 e $20 (quinze e vinte pesos, respectivamente). Tomávamos vinho por toda a noite, combinando-o com vasos de água mineral com gás para aliviar um pouco o efeito rascante da bebida[26].

Carne e política à mesa

Voltando ao asado, após se servir os *chorizos* e as *morcillas*, era a vez de fazer chegar aos participantes a tão esperada carne. Os grandes pedaços eram subdivididos em duas ou três partes, que iriam a uma enorme mesa. As pessoas, uma vez sentadas, se serviriam em seus pratos da quantidade que quisesse. Portanto, não era usual que

25 pequenos vegetais em vinagre

26 Também se poderia beber soda, que era um água gaseificada e embala em vasos de vidro ou plástico com sifão.

fossem servidos pequenos pedaços de carne em bandejas para que comessem com as mãos, nem tampouco que as pessoas pegassem um prato e comessem em uma cadeira ou um canto qualquer.

Durante o *asado*, as conversas se desenvolviam em um nível ascendente de complexidade. Inicialmente, era comum que um ou outro participante fizesse referência à qualidade da carne ou a um outro *asado* mais recente. Falava-se da qualidade daquele que estava sendo compartilhado ou de Antonio, em especial, na qualidade de *asador*. Era a senha para que novas conversas fossem introduzidas, trazendo à tona situações que, ao serem rememoradas, referiam-se a contextos mais gerais. Com isso, cada um dos participantes tinha a oportunidade de expressar suas experiências gastronômicas ou sociais mais recentes. Podia ser que duas ou três pessoas, por alguns poucos minutos, compartilhassem entre si um assunto particular. No entanto, na maior parte do tempo, um tema introduzido contava com a interação de todos em torno dele. Podia ser um assunto de natureza pessoal, como as aulas na universidade, a compra de um apartamento ou de um automóvel, ou ainda dificuldades e desafios na vida profissional. Com o avançar do tempo, as conversas sobre problemas sociais, políticos e econômicos assumiam a centralidade nas discussões. Eram situações excelentes para que eu introduzisse minhas questões sobre a venda ambulante, contando com a audiência de todos e, em boa parte das reuniões, do interesse da maioria. Às vezes, para distensionar, o futebol também podia embalar comentários, particularmente se o selecionado nacional estivesse em processo de preparação para algum torneio internacional. Mas logo a política voltaria à cena, mobilizando paixões peronistas, radicais, entre outras. A dinâmica envolvia, portanto, assuntos particulares e gerais, de forma que todos pudessem saber o que se passava com cada um e a opinião de todos sobre determinados assuntos.

Pedaços do Rio

A observação desses contextos me remetia – geralmente no dia seguinte – a pensar comparativamente os encontros sociais que compartilhamos no Rio. Em uma ocasião, por exemplo, me pus a contrastar com os churrascos que costumava participar com alguns de meus círculos de amigos na cidade carioca. Quase sempre os participantes se distribuem em mesas de metal com quatro cadeiras. Também ocorre, eu pensava, que as pessoas comem de pé, se movimentando de um lugar a outro. É muito comum a

utilização de pratos plásticos, o que é impensável em Buenos Aires. Afinal, é necessário apoiar no prato de cerâmica ou de madeira os grandes pedaços de carne que devem ser cortados com garfos e facas de metal. No Rio, evidentemente, não há contradição que se utilize talheres rígidos. É usual, porém, que o *churrasqueiro* – ou churrasqueiros, pois é comum que várias pessoas compartilhem essa tarefa em um churrasco no Rio – corte a carne em pequenos pedaços e sirva-os junto com asas de frango e rodelas de lingüiça de porco. Dependendo do contexto ou da classe social, se pode utilizar pratarias, material plástico ou, simplesmente, as mãos.

O churrasco no Rio pode ter também uma grande mesa. Esta, em geral, não costuma ser utilizada para que as pessoas se sentem em torno dela e, dessa forma, compartilhem uma conversa única. Nela podem ser depositados os acompanhamentos do churrasco, geralmente elaborados por mulheres: arroz, salada de maionese (batata, chuchu, cenoura e maionese), salpicão, farofa, molho à campanha entre outros acompanhamentos. Há, no entanto, a possibilidade de introdução de novidades, seja nos acompanhamentos, seja na forma de fazer o churrasco, o que não costuma suscitar maiores surpresas nos participantes. Não há uma estrutura a ser seguida, seja do ponto de vista dos gêneros que são servidos, seja na forma cerimonial que se pode perceber, no caso de Buenos Aires, na maneira seqüencial em que são introduzidos os tipos de carne. Uma picanha ou um filé pode ser servido antes de uma alcatra e ninguém vai estranhar.

Mas o determinante é que, diferentemente do que me pareceu ocorrer em Buenos Aires, o churrasco carioca costuma se desenvolver em meio a um barulho considerável. E são variáveis as fontes de entropia. Músicas provenientes de um aparelho de som ou grupos tocando instrumentos de percussão são as formas mais recorrentes de promover barulho. Em meio a tudo isso, se pode observar conversas de cinco ou dez grupos diferentes, todas ocorrendo ao mesmo tempo, versando sobre os mais diferentes assuntos: do futebol aos problemas cotidianos, passando por temas de repercussão nacional. Também é comum haver dança, coisa que, definitivamente, não acontece em Buenos Aires durante um *asado*.

Assim, na minha perspectiva, em um churrasco no Rio as múltiplas conversas que ocorrem não são refletidas universalmente enquanto as pessoas estão reunidas. Uma mesma pessoa para falar do último jogo do Flamengo, por exemplo, pode circular por

dois ou três grupos de participantes, ou então falar o mesmo assunto duas ou três vezes, de acordo com a chegada de novos interlocutores à esfera em que se encontra. Com isso, evidentemente, é possível mudar as versões, em virtude não só da audiência diversificada, mas também em razão do maior ou menor volume da turba à sua volta.

Essas reflexões me fizeram recordar de uma ocasião em que eu era candidato a presidente de um sindicato, em plena campanha eleitoral, e conversava com um grupo de *apoiadores* em um churrasco. Criticava violentamente um grupo político adversário que tentava a reeleição. Enquanto falava, aproximaram-se de onde eu estava duas pessoas que eu sabia serem *apoiadores* históricos daquele grupo. No entanto, elas pareciam interessadas em considerar a possibilidade de mudar o voto. Senti-me obrigado a mudar taticamente meu discurso para não "espantar" os possíveis novos *apoiadores*. Quando o casal se aproximou, cumprimentei-o e, após alguns minutos, quando deveria dar continuidade à discussão que fora interrompida, comecei a reproduzir cautelosamente o discurso que fizera para o grupo anterior. As pessoas que o constituía pareceram se desinteressar, pois tudo levava a crer que eu reproduziria o mesmo discurso. O fato é que começaram a buscar outro assunto entre si. Cheguei-me mais perto dos dois novos interlocutores, fazendo com que estes dessem dois ou três passos para trás. Assim pude marcar minhas diferenças com a chapa adversária, ainda que de forma mais branda, o que seria estranho para o grupo anterior. O som ensurdecedor à minha volta era cúmplice de minha tática, assim como a bandeja de alumínio e seus minúsculos pedaços de carne que, ao dispensarem mesa, pratos e talheres de metal, fazia com que uma ou outra pessoa se deslocasse ao seu encontro.

O que eu quero chamar a atenção é que os *asados* que participei – e participei de muitos, em distintas regiões da cidade e do conurbano – me pareceram sempre um acontecimento onde, de um modo geral, todos se conectam com todos. Mais do que isso, que os procedimentos que os constituíam pareciam estabelecer, no ambiente da casa, um caráter essencialmente público para a circulação das conversas e idéias. Durante suas realizações havia lugar para múltiplas opiniões acerca de um assunto, mas não eram recorrentes as oportunidades para que diferentes versões sobre um mesmo tema fossem veiculadas por uma mesma pessoa. Durante o desenvolvimento dos mesmos, havia espaço para que duas pessoas tivessem conversas pessoais. Estas, porém, costumavam ser realizadas rapidamente e podiam ser concluídas com um agendamento,

por exemplo, de um encontro mais reservado, durante a semana, em um café para melhor desenvolvimento.

Pareceu-me, enfim, que os *asados* são uma espécie de cerimonial que simboliza a constituição dos espaços públicos portenhos – e bonaerenses – nos quais prima a universalidade dos códigos empregados na convivência. O que resulta em uma sociabilidade mais contida das pessoas, onde a atenção ao outro, o interesse pela sua opinião ou ponto de vista é condição para interlocuções claras e conhecimentos mais abrangentes e amplos possíveis sobre os temas que se estão tratando.

No entanto, essas reuniões permitiram bem mais que obter o acesso ao entendimento dessa sociabilidade, contrastando com aquela que eu naturalizava com relação ao Rio. Permitiram-me também, como referi, estabelecer contatos importantes para meu trabalho de campo. Nestas reuniões sociais, além de meus amigos, eram também convidadas pessoas que, em contato com minhas idéias e minhas perspectivas, predispunham-se a colocar-me em contato com possíveis interlocutores, desde posições institucionais que podiam me interessar. Foi assim, portanto, que obtive acesso a interlocutores chaves em instituições que se ocupam das Contravenções e Faltas, onde se circunscrevem as ocorrências relacionadas à venda ambulante; fiscais de posturas municipais; membros da policia federal argentina, advogados de organismos de direitos humanos, particularmente devotados a representar possíveis acusados de imigração ilegal, entre outros.

A articulação de novas experiências: mercado e direito

Nos períodos intermédios, segui desenvolvendo meu trabalho de campo junto aos ambulantes nos trens do Rio, utilizando das mesmas técnicas para construção dos dados. Dessa vez atento à maneira enquanto concebiam sua organização, como também aos processos de controle aos quais estavam submetidos. Os dados construídos com essas novas interlocuções, em contraste com aqueles que resultaram de minhas temporadas portenhas, levaram-me a comparar dois princípios norteadores das relações entre ambulantes e agências de controle. Tratam-se das categorias nativas *arreglo* e *arrego*, utilizadas respectivamente em Buenos Aires e Rio de Janeiro, para designar a maneira como ambulantes e agentes de segurança pactuam suas convivências. Ao longo dos capítulos que compõem essa tese, além de explicar do que se tratam estas categorias “do

ponto de vista nativo", procuro descrever e analisar os contextos em que estas se veiculam.

A conjugação dessas experiências - por um lado, envolvendo as atividades de pesquisa e extensão nos ambientes dos chamados *mercado informal* e da Segurança Pública; e, por outro, a experiência de viver em outra sociedade – apontou para a realização de uma etnografia distinta da que eu tinha projetado. Ela acabaria por se pautar na focalização sobre os mercados ditos informais enfatizando os pontos de contato entre práticas e técnicas comerciais e aquelas destinadas ao controle do espaço público. As leituras que fiz dos trabalhos de outros pesquisadores devotados ao tema dos mercados me pareciam abordar de maneira interessante e aprofundadamente esse assunto. No entanto, as intersecções entre venda ambulante e controle me pareciam poder ser abordadas de uma maneira mais particular. Concebi ser essa minha contribuição para o desenvolvimento do tema.

No universo dos trens da Central do Brasil, entre uma multiplicidade de questões que me estimulam a pesquisa, eu já havia me interessado pela problemática relacionada à percepção de direitos por parte de um público pretensamente marginalizado. As representações sociais sobre o direito *do* trabalho e, sobretudo, do direito *ao* trabalho estiveram no centro de minhas análises, na perspectiva de dialogar com temas subjacentes a um universo onde, tradicionalmente, são contrapostos concepções de legalidade e ilegalidade às atividades ditas informais (Pires, 2006).

O chamado *mercado informal* pode ser pensado como um lugar que possibilita opções para trocas e aquisições não contempladas pelo sistema de oferta do mercado regulado nos termos descritos por Polanyi (2000). Mas também pode ser entendido como um lócus para o exercício de moralidades, conhecimentos e reconhecimentos de segmentos sociais que não encontrariam respaldo em uma economia subdividida e demarcada por uma lógica jurídica oficial. Dessa maneira, para além de se conceber como espaço reprodutor das relações sociais marcadas pelo ideal normativo moderno, parece ser antes resultado de relações baseadas em confianças, pessoalidades e ingerências que fazem com que o Estado não tenha uma única face, pois seus variados agentes acionam distintas éticas no relacionamento com estes atores.

Maneiras análogas de focalizar tais mercados, desde a Antropologia, vêm destacando os processos dinâmicos relacionados à instituição de regras locais onde o Estado é concebido como resultado da ação de seus múltiplos agentes. Representado como possuidor de caráter polissêmico, multifacetado, sua presença é referida como um interesse a mais nos espaços de interação. Esta, por exemplo, é a perspectiva de Rabossi (2004), em sua abordagem sobre o comércio de rua em Ciudad del Leste, no Paraguai. Sua etnografia de um comércio de fronteira, focalizando as complexas relações desenvolvidas naquele âmbito, chama a atenção para a convivência de códigos legais distintos – como, por exemplo, aqueles que pautam as atuações das instituições brasileiras e paraguaias naquela região – mas também das diferentes lógicas e regras que emergem desde as perspectivas identitárias dos atores presentes nos planos interacionais. Estas últimas resultam de diferentes papéis sociais, de gênero, nacionalidades, a diversidade de valores associados à religião, à amizade, entre outros. Tudo isso, segundo o autor, contribui de forma significativa para que as regras de convivência e de uso do espaço público se fundem em um agregado que faz sentido em termos locais, podendo recepcionar, ou não, as normas universalistas que disputam o ordenamento daquele mercado e suas relações. Em outras palavras, para se captar o sentido da legalidade em um universo tão repleto de relações, é necessário um esforço por perceber e entender os significados compartilhados pelas distintas moralidades, em meio à multiplicidade destas.

Esta é uma perspectiva da qual se aproxima Machado (2005), que focaliza as redes transnacionais de comércio informal partindo de uma etnografia de um *camelódromo* de Porto Alegre. Em sua etnografia junto aos camelôs e sacoleiros da Praça XV de Novembro, naquela cidade, a antropóloga aborda as variadas facetas da vida social dos atores, focalizando especialmente àqueles que viajam a Ciudad Del Este para adquirir mercadorias. A partir dessa abordagem, a autora fala de suas famílias e relações de parentesco, de códigos de reciprocidade e lealdade, de construções de identidades sociais e de conflitos, de relações políticas, de condição de trabalho e de cotidiano, de globalização, de mercado. O tema preponderante é o da moralidade dos trabalhadores populares urbanos, os quais constróem suas vidas e reputações em um cotidiano onde confrontos e negociações junto a distintos atores são recorrentes. Situações onde a palavra empenhada é a única coisa que os atores têm a oferecer e que, portanto, tem que ter valor para fazer o mercado vigorar. “La garantia soy yo”, frase atribuída a um

vendedor ambulante no Paraguai que negocia uma mercadoria sem nota-fiscal e, portanto, sem garantia, sintetiza esta ordem de interações.

Antropologia, direito e moral

É plausível, a essa altura, destacar que questões relacionando possíveis tensões entre o plano jurídico-normativo e o domínio da moralidade são temas recorrentes na Antropologia. Uma tradição que inicialmente esteve pautada pela lógica evolucionista, na qual a forma escrita do Direito, de caráter pretensamente universalista, ocuparia uma posição "superior" em comparação com as regras consuetudinárias, transmitidas oralmente (Kant de Lima, 2008). Contexto no qual a crescente especialização das funções jurídicas e institucionais aponta, desde uma perspectiva eurocêntrica, para uma maior "presença" do Direito, em contraposição à "ausência" dessa especialização (Kant de Lima, op. cit:8) nos ambientes hegemonizados pela *moral* (Durkheim, 1978; Mauss, 1972, 2003). Nestes últimos prescinde-se de uma maior complexificação de papéis e ações para promoção do direito e da justiça, concorrendo para uma superposição de domínios e funções e possível *contaminação* de um ideal universalista de justiça por lógicas e interesses econômicos e/ou políticos.

O olhar sobre a complementaridade entre o direito e a moral, internamente à Antropologia enquanto disciplina, alterou-se significativamente com o desenvolvimento do método antropológico fundado na etnografia. A observação direta, de forma contínua, participante e envolvente, fez com que o "outro" passasse a ser familiar aos olhos do pesquisador (e classificador nato). Pouco a pouco este deixou de procurar evidências enquanto marcadores da identificação de estágios pertencentes a um ideal progressista, assumindo em seu lugar uma lógica reflexiva, incorporando as teorias sociais autóctones como parte de seu inventário. Como resultado, o olhar dirigido ao *nativo* deixou de reproduzir o imaginário de um passado, originando um questionamento sobre a contemporaneidade da sua própria sociedade. Geralmente ocidental e representada enquanto *adiantada, progressista* e *moderna*.

Uma das idéias mais caras à modernidade, entendida aqui fundamentalmente como ideal fundado na sociedade civil dos indivíduos e nas relações capitalistas de produção (Marx, 1964), é aquela que preconiza, por exemplo, a divisão das funções do Estado em três esferas de exercício do poder: o legislativo, o executivo e o judiciário (Secondant,

1996). A segmentação do poder nestes domínios deve promover, idealmente, monitoramentos e controles institucionais recíprocos. Estes se intensificam à medida que, internamente a cada um deles, diferentes saberes e competências apropriam-se do fazer inerente a cada esfera. Em teoria, isso leva a um aumento do grau de dispersão do saber inerente ao poder (Foucault, 2004), fazendo com que seu exercício não seja apenas monopólio de interesses tradicionais, mas também das camadas inferiores representadas por funcionários especializados, uma burocracia (Weber, 1978).

Pensada enquanto império das normas e das técnicas, a burocracia é uma tipologia que expressa o ideal aprimoramento das instituições inerentes às sociedades ocidentais. Ela supostamente teria possibilitado o refinamento das técnicas de administração, beneficiando não só a produção econômica, mas também as práticas políticas, de promoção da justiça, entre outros. A força motriz por trás desses modelos seria justamente o predomínio das normas e regras em detrimento das relações que recomendariam proximidade e pessoalidade em lugar da competência técnica. Conforme essa representação, quiçá mesmo uma ideologia, a impessoalidade resultante é condição *sine qua non* para promoção da igualdade. É, desde esse ponto de vista, substância mater para o ideal liberal que sustenta a lógica de mercado, lócus por excelência da competição entre os indivíduos, e onde se esgrime a competência, resultante do domínio das técnicas. Por isso mesmo, dentro de uma perspectiva liberal pura, o Direito é concebido como moderador das desigualdades dos talentos, que explicariam os insucessos e infortúnios, mas que não justificariam a discriminação cívica do Estado frente aos cidadãos (Marshal, 1966; Kant de Lima, 2000).

Sobre a igualdade jurídica

Para Marx, a transformação dos homens em indivíduos era a base da sociedade civil e, portanto, fonte da expropriação dos meios de produção da sociedade pelos capitalistas. Nessa direção, opinava que o homem livre - retirado dos grilhões da religião, da propriedade e das relações do antigo regime - tornara-se escravo, ainda que acreditasse ser livre e igual aos demais. O direito, na perspectiva do autor, era um novo credo, que alienava a humanidade acerca do caráter de sua condição de escravos da modernidade, assim como mascarava os privilégios que transformava em lei, em favor das chamadas classes dominantes.

Quando me dirijo às bancas de jornais no Rio de Janeiro, e defronto-me com as manchetes que informam as mortes de dezenas de pessoas em operações policiais na cidade ou no estado, muitas vezes lembro-me desta crítica política de Marx, acerca do caráter igualitário formal das leis no liberalismo. É possível que ele a reformulasse, diante dos efeitos da desigualdade jurídica que informa as práticas institucionais de controle populacional em certas localidades de minha sociedade. Ainda que o fizesse em prol da preservação de parte das chamadas forças produtivas.

As contribuições de Marx, penso, podem ser mais rentáveis, do ponto de vista da informação para o *olhar* que emprego na pesquisa, se me esforço por explorar seu potencial naquilo que Löwith (2007) definiu como a capacidade de manter viva a sociologia na "confrontação permanente que surge entre sua ala burguesa e sua ala marxista". Tal referência a este autor empreende ao que qualifica como um permanente diálogo entre Karl Marx e Max Weber. E essa é minha perspectiva em meu trabalho. Significa dizer que, ao mesmo tempo que concordo com a idéia que a interpretação materialista da história é um passo rumo ao auto-conhecimento do capitalismo, entendo a descrição das relações capitalistas de Marx, "um homem de seu tempo", enquanto uma tipologia ideal que contribuiu em muito para a percepção do fenômeno do capitalismo. Logo, ao pensar as relações capitalistas em lugares tão distintos quanto o Rio de Janeiro e Buenos Aires busco estar atento às representações que podem ter, em um lugar e no outro, o direito à igualdade formal e seus efeitos na articulação entre espaço e esfera pública.

Marianne Weber (1995) sugeriu que, a princípio, não havia contradição entre Weber e Marx sobre a concepção do Estado e sua ideologia no capitalismo. Pergunto-me, porém, se as diferenças profundas na percepção do lugar do indivíduo na sociedade civil, e as motivações e lógicas de suas interações, não podem fazer com que essa pretensa coincidência sobre o Estado e sua ideologia desapareça. Referenciando-me em Weber, considero – e neste particular sigo de perto a antropólogos como Clifford Geertz - que os atores em interação constituem a sociedade, não preexistindo no tempo uma estrutura que as aprisiona e as encerra de alguma forma. Isso envolve, inclusive, o Estado, cujas instituições são concebidas, muitas vezes de forma acrítica, enquanto burocracias.

Uma burocracia pura é uma concepção ideal. Assim como não se pode verificar um Estado que se faz apenas pelas mãos de uma casta de especialistas, que operam desinteressadamente os mecanismos do fazer estatal, também não é possível pensar as normas como a fonte única da autoridade obedecida. Há outras crenças partilhadas nestes universos, o que impõe observações acerca do caráter que pode ter a igualdade, a cidadania, entre outros aspectos. Logo, uma indagação possível de ser feita é: em que nível as normas positivas são creditadas como válidas para promover o respeito à autoridade? E que autoridade resulta legítima dessa mescla de crenças no direito e na moral, de forma a interpretar e fazer valer, no curso das ações, aquilo que os atores crêem que deve ser feito?

Para responder questões dessa natureza é que a pesquisa de caráter antropológico que me interessa fazer, livre de quaisquer determinismos, busca "compreender a realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados naquilo que tem de específico; por um lado, as conexões e significação cultural das suas diversas manifestações na sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu assim e não de outro modo" (Weber, 1982:88). E se tratam de questionamentos estimulantes, quando pensados desde um lugar onde se focalizam as relações entre agentes do Estado, pretensamente homens da lei, e os mercadores ambulantes que cada vez mais se multiplicam pelas ruas das grandes cidades.

Sem economia e sem direito?

Nos casos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, uma vez que minha atenção esteve voltada para estes atores, me indaguei também sobre como esta tensão entre direito e moral se pode traduzir na captação daquelas práticas econômicas pelas autoridades regulatórias. E se aceitamos a idéia que os membros das chamadas burocracias estatais olham para estes atores da mesma forma como os precursores da antropologia do direito miravam os nativos do século XIX – ou seja, como sujeitos *sem direito* – é importante pensar também o que podem representar acerca de suas atividades.

Como antropólogos contemporâneos têm proposto, o universo das burocracias estatais, pretensamente modernas, é uma fonte preservativa deste olhar evolutivo sobre as sociedades. Seus integrantes percebem-se, muitas vezes, enquanto promotores de um evolucionismo permanente, classificando os segmentos sociais de acordo com essa

premissa (Tiscornia, 2008; Star e Collier, 1989). No que concerne aos vendedores ambulantes, da maneira como tenho observado, estes não só são vistos enquanto atores *sem direitos*, mas também detentores de práticas *sem economia*, voltados para a subsistência (Sahlins, 1978; Mello, 2007). Mais uma vez, trata-se de perceber o *outro* pelas supostas *ausências* que o caracterizam, em comparação com um suposto ideal complexo, especializado e de pretenso caráter universalista.

Minha pesquisa, assim, se pauta por compreender estas interações, ambientadas nos contextos de distribuição de mercadorias. Referencio-me, assim, na perspectiva de Godelier (S/D), para quem a economia deve ser pensada desde uma perspectiva dialética e de inter-relacionamento de suas dimensões. Em outras palavras, assim como nas etapas de produção de um determinado bem se faz necessário consumir serviços e matérias-primas, que serão repartidas nos variados processos da concepção de uma manufatura, penso a circulação das mercadorias enquanto consumidora de bens e serviços que a viabilizam e, por conseguinte, produtoras de regras, sentidos e direitos. Nesse diapasão, é possível pensar que "a instância jurídica não só reprime, mas produz" (Kant de Lima, op. Cit: 9).

Uma breve discussão sobre o conceito de informalidade

O que chamo aqui de mercado informal pode ser, em certa medida, pensado como espaço que reproduz relações sociais orientadas pelo ideal normativo de um Estado representado enquanto *moderno*. No entanto, ele também pode ser pensado enquanto resultado de relações baseadas em confianças, pessoalidades e ingerências, ou seja, por preceitos morais (Rabossi, op. Cit). Refletir como essas dimensões podem combinar cotidianamente nesses mercados me parece um exercício estimulante e, de certo modo, tento fazê-lo nesse texto.

As mais recorrentes abordagens sobre a informalidade privilegiam seu foco nas atividades ditas informais enquanto fenômeno definido a partir das relações sociais previstas normativamente pelo Estado. São concepções com as quais é importante debater, com o objetivo de possibilitar uma ampliação, tanto quanto possível, dos horizontes teóricos que promovam uma melhor captação do fenômeno e sua acelerada complexificação na contemporaneidade. A perspectiva é por ampliar a compreensão do que ocorre em torno desse mercado informal, buscando pensá-lo a partir de dinâmicas

distintas daquelas observadas quando o termo foi cunhado nos anos 60-70, resultado de pesquisas em países africanos sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho.

O conceito de informalidade caracterizava-se, então, enquanto formas de trabalho marcadas pela migração da força de trabalho do campo para as cidades, instabilidade, baixa produtividade e remunerações reduzidas (Silva, 1993). Por duas décadas, tal conceituação foi utilizada para fomentar sugestões aos estados coloniais africanos para fortalecerem as atividades informais (ILO, 1972), visando formas de acumulação que possibilitassem o desenvolvimento de relações capitalistas mais complexas (Thomaz Junior e Gonçalves, 2002). Concebendo a economia dividida em formal e informal, e proclamando a superioridade da primeira sobre a segunda, a OIT apontava para modelos normativos de desenvolvimento social e econômico, amparados em um sistema de direitos promotor de uma igualdade jurídica formal, calcado no direito igualitário à diferença (Marshall, 1965).

Na década de 1970, no Brasil, a dualidade entre o formal e informal foi objeto de considerações seminais sobre o tema. Trabalhos como os de Kovarick (1975) e Silva (1971) figuram entre estas contribuições que, como sugeriu Machado (op. cit: 131), utilizam o conceito de "marginalidade" para demonstrar que estas dimensões, na verdade, se tangenciariam, ainda que uma estivesse subordinada à outra em termos materiais e simbólicos. Foram os primeiros movimentos em favor da promoção de uma maior relativização da dicotomia proposta.

Não obstante, contribuições contemporâneas parecem ainda retratar as relações entre o *formal* e o *informal* com base no pressuposto de que tais instâncias podem ser classificadas tendo como eixo uma fonte normativa: o Estado. Esta me parece ser, por exemplo, a perspectiva do sociólogo francês Bruno Lautier, que ao analisar as atividades do comércio informal em países do chamado terceiro mundo sugere que o fenômeno da informalidade resulta de uma necessidade política do Estado, que exerce certa tolerância com sua vigência (Lautier, 1997). O autor acredita que, por isso, em função da flexibilidade das regras e, sobretudo, pela apropriação de recursos econômicos sem contrapartida para o sistema de previdência e bem-estar social, a cidadania corre riscos. Seu olhar sobre a América Latina, refletido na sua França de

origem, pode suportar tais conclusões. No entanto, em função de minha própria experiência de campo, eu me pergunto se conceitos como igualdade e cidadania, tal como observáveis entre os cidadãos franceses, poderiam ser equivalentes para brasileiros, argentinos, bolivianos, paraguaios, entre outras nacionalidades. Neste sentido, é possível indagar se não há, entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, uma forma diferente de pensar a cidadania, desde o lugar que ocupam vendedores ambulantes.

É interessante observar que mesmo na sociologia, onde questões de inspiração normativa costumam embalar a abordagem aos objetos de estudo (Laplantine, 2004: 18), se pode perceber tentativas de olhar para o plano da informalidade buscando captar dimensões menos naturalizadas. É o caso, por exemplo, de Policastro & Rivero (2005), sociólogos argentinos que procuraram compreender como se constituía o cotidiano dos vendedores ambulantes nos trens urbanos de Buenos Aires. Eles descrevem o circuito da venda ambulante no ramal que liga o Terminal Retiro, na Cidade de Buenos Aires, ao norte da província de mesmo nome. Nesse trabalho, concluem que as vendas ambulantes, naquele universo, se desdobram em atenção a regras muito fortes, claras e rígidas em torno da organização do tempo, espaço e distribuição de papéis, que são elaboradas no curso cotidiano. A combinação de situações de cooperação e conflito entre os diferentes tipos de ambulantes, funcionários da concessionária *Trenes de Buenos Aires* (TBA) e policiais – semelhantes àquelas que eu observei entre 2002 e 2004, no Rio - constitui o cotidiano daquelas relações. Os atores, assim, precisam saber manter vínculos pessoais, mas também burocrático-institucionais, sobretudo com os agentes que controlam os usos dos trens. Durante meu trabalho de campo em Buenos Aires, visualizei vários aspectos apontados pelos autores, a partir da minha etnografia em outro ambiente do sistema ferroviário portenho. E que em muito diferiam daquelas que eu havia observado no Rio de Janeiro.

Tendo como foco as dimensões econômicas, minha etnografia parte de um pressuposto básico da Antropologia, no qual a economia não se restringe à administração otimizada de recursos escassos, mas é reflexo das interações humanas focadas nas doações observadas e suas devidas contraprestações (Mauss, 1974). Não focalizo, portanto, uma suposta autonomia da dimensão dos contratos de bens e serviços entre os indivíduos, acenando a hipótese de uma racionalidade dominante. Minha pesquisa no chamado *mercado informal* procurou entender como se dá a construção de sentidos em meio às

trocas materiais e simbólicas, constituindo moralidades alternativas que possam ser compartilhadas pelos indivíduos em processos dinâmicos.

Nesta dimensão, a moral enquanto estatuto dos significados compartilhados por um grupo pode expressar um plano de estratificação dos sentimentos (Roux, 1920:254), inserindo-se como reguladora das interações imediatas dos indivíduos numa sociedade (Mauss, op. cit.; Cardoso de Oliveira, L. R: 2002). Expressa, assim, uma dimensão jurídica relevante, além de ser parte constitutiva das relações políticas que definem as formas de uso da força, promoção da ordem, em prol da viabilização das estratégias dos atores em se estabelecer nos mercados urbanos.

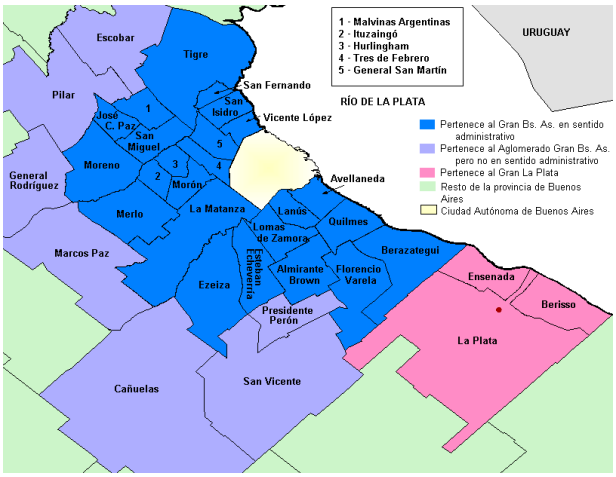
Capítulos de uma etnografia urbana

Minhas reflexões e perspectivas, que se apóiam nas contribuições teóricas a que fiz referência, entre outras, foram suscitadas na observação de duas cidades. O ambiente urbano, assim, é tomado neste texto como uma instância produtora de sentidos e significados. Tomo como referência as contribuições de Simmel e, sobretudo, Ezra Park, expoente da chamada Escola de Chicago, delineando aspectos de uma "ecologia", nos termos referidos à utilização moral de seu território. Estas lentes não só estão colocadas no momento que escrevo sobre minhas experiências, mas já estavam postas, por exemplo, durante minhas inserções enquanto *flaneur* por Buenos Aires. Nesse exercício, me foi possível imaginá-la no início do século XX quando "muito limpa, catita, elegante, provocava-nos e enchia-nos de loucos desejos de igualá-la" (Lima Barreto, 1997). Por isso mesmo eu a descrevo, no capítulo I, ainda que limitadamente, a partir de minhas próprias inserções e interesses. Tal relato pauta-se em apresentar seus personagens e atores, buscando compreender quais as possíveis conexões entre seu esboço físico e as representações sobre as possíveis trajetórias sociais. Delineando os traços característicos da cidade, aos olhos de um brasileiro, carioca, e interessado por temas relacionados à venda ambulante, procuro marcar as distinções da capital argentina com a cidade na qual nasci, vivo e trabalho.

A descrição da cidade, sua dinâmica cotidiana e os fluxos de seus sujeitos morais me conduziram a pensar nas suas formas de controle e nas lógicas que embalariam os atores desde seu interior. A observação das circunstâncias em que tais controles podiam ser visualizados, assim como a sistematização de informações disponíveis a esse respeito,

estão dispostas nos capítulos II e III. Concluir suas elaborações foi o que abriu a possibilidade de entendimento para um conjunto de fatores envolvendo a conjugação de valores morais em confrontação com o direito, fazendo emergir possíveis interpretações sobre o significado do *arreglo* entre comerciantes, ambulantes e autoridades portenhos. Lógicas e valores que, em certa medida, circulam em outros ambientes, como busco relatar nos capítulos IV e V, onde pratico uma etnografia em movimento espirilazado, da periferia ao centro, dos contextos aos indivíduos, de suas manifestações públicas àquelas adstritas à intimidade.

O último capítulo, que afunila nas conclusões provisórias a que cheguei neste texto, é um testemunho do impacto de minha experiência em Buenos Aires sobre a reflexão acerca da pesquisa que realizo na Cidade do Rio de Janeiro, entre ambulantes nos trens da Central do Brasil. Como se poderá ver, a oportunidade de ter vivido em outra sociedade, onde percebi o conceito de direito civil enquanto possuidor de um valor diferenciado, um princípio norteador de diferentes moralidades, fez-me lançar novas questões para as pesquisas que ainda estão por vir. Assim espero.



Ao lado, representação gráfica da República Argentina. Chamo a atenção para a Província de Buenos Aires, a maior de todas

Acima, representação gráfica da Grande Buenos Aires e, em destaque, a Cidade de Buenos Aires

Representação Gráfica da Cidade de Buenos Aires, por bairro

Capítulo I

Conhecendo Buenos Aires

As cidades de Buenos Aires[27] e Rio de Janeiro são cidades sem leste. Explico. Em ambas a zona leste é tomada pelas águas. E são distintas as formas que estas limitam suas terras a orientarem-se pelos três pontos cardeais restantes. Em Buenos Aires cabe ao Rio de la Plata pôr água, literalmente, em possíveis interesses de edificação viária ou imobiliária naquela zona. Na cidade carioca é a Baía de Guanabara que limita às zonas sul, norte e oeste os esforços humanos de seu povoamento. Estas diferenças um pouco que anunciam as distintas sociabilidades de suas populações, no que concerne ao uso das cidades. Enquanto a carioca está fundada na utilização das praias – sejam as da Baía, mas sobretudo as do mar, que envolvem o sul e o oeste - os portenhos dão às costas ao rio poluído e se internam nos espaços culturalmente concebidos. As diferenças entre as cidades se acentuam ainda mais dos pontos de vista histórico e sociológico.

Minha intenção nesse capítulo é descrever a cidade portenha que conheci em meu trabalho de campo, expressando meu entendimento sobre ela. Interessa-me construir descritivamente o cenário no qual observei, entre outras coisas, determinadas relações envolvendo o comércio baseado na venda ambulante. Quero marcar de que maneira faço distinção da principal cidade argentina em comparação com o Rio de Janeiro, cidade na qual vivo e desenvolvo pesquisa há alguns anos. E nessa abordagem farei recurso, na medida de meus interesses, às idéias de Ezra Park, autor que concebia a cidade enquanto algo mais que um amontoado de ruas, edifícios, sistemas de transporte e comunicação, sendo fundamentalmente um corpo de costumes e tradições que comunicam sentimentos e atitudes das pessoas que nela vivem, organizadas a partir dos processos vitais que as envolvem (Ezra Park, 1976: 16). Tanto quanto possível pontuarei minha descrição através de comparações com a cidade carioca, com especial atenção às relações que têm essas metrópoles com a região de seus entornos, os chamados conurbanos. Espero que o recurso às analogias e contrastes contribua para

27A capital federal da República Argentina está situada no hemisfério sul da América, a 34º 36' de latitude sul e 58º 26' de longitude oeste; a cidade se estende sobre um terreno plano na margem à oeste do Rio La Plata de 19,4 quilômetros de norte a sul e 17,9 km de leste à oeste. Tem, portanto, cerca de 250 km2 .Sobre demais características geográficas ver INDEC: www.indec.gov.ar. Sobre a história da fundação de Buenos Aires ver. Ref: http://imeviolao.googlepages.com/historia-buenos-aires.html (27/5/2009).

melhor explicitar meus argumentos.

Já durante meu trabalho de campo, naquela que abriga o distrito federal argentino, percebia que a organização material da cidade tinha uma maneira muito particular de interagir com aquilo que, para manter o recurso a Ezra Park, poderia ser entendido enquanto uma *organização moral* da mesma. O problema é que falar da organização moral de uma cidade é fundamentalmente um recurso para fazer alusão às regras de conduta e comportamento sistematizadas para mais além de termos legais. A sociedade portenha, na contemporaneidade, trata-se de uma reunião complexa de pessoas que professam variadas religiões ou partilham diferentes credos institucionais, as quais são originárias de múltiplas regiões da Argentina, como também de distintas partes do mundo. Assim, não me parece possível referir-me à organização da cidade fundamentada em uma moralidade, ou seja, na primazia do conjunto de regras consideradas válidas por apenas um grupo social. Antes, parece-me que a disposição da cidade baseia-se em um arranjo de normas de convivência entre distintas concepções morais, ainda que não sejam desprezíveis os movimentos que determinados grupos fazem para impor seus códigos aos demais. Esta ordem de conflitos, como pude observar, não é capaz de impor um caráter homogêneo à cidade, sendo ela um *caleidoscópio* de cores, sons, perfumes, práticas e ações discursivas. É bem verdade que a planta da cidade fixa os limites e o caráter das construções físicas em seu interior. Todavia, os gostos e conveniências pessoais, os interesses vocacionais e econômicos tendem a segregar e classificar as populações, comandando as formas de ocupação e utilização dos domínios da cidade. Dessa forma se regem os ritmos de extensão do seu mercado, processo vital para uma maior complexificação da divisão social do trabalho (Ezra Park, op.cit: 37).

Esses processos, no entanto, podem ser mitigados, influenciados pelas estruturas de transportes e comunicações. Estas, ainda que sejam fontes primárias na organização ecológica da cidade, tendem contemporaneamente a produzir alterações contínuas em seus critérios classificatórios, na medida em que a existência de distintas concepções de espaço e tempo por parte de pessoas e grupos tende a ressignificar os valores conferidos às localidades e suas formas de ocupação. Particular atenção dispenso a esse aspecto, pois me parece que é na observação das formas de agir e pensar, em função dessas representações sobre tais dimensões, que se pode entender os contrastes marcantes entre

as formas de organizar os fluxos da vida social em cada uma das cidades que pesquiso e sobre as quais reflito o desenvolvimento da chamada venda ambulante.

Um outro ponto que me interessa destacar em relação a Buenos Aires é seu caráter de pólo de atração de grandes correntes migratórias, de distintos interesses econômicos, políticos e ideológicos (Velho, 1976: 10). Centro irradiador de uma concepção urbana e cosmopolita, que transborda desde seu epicentro original, "a praça de mercado em volta da qual foi erigida" (Ezra Park, op. cit: 36), preenchendo todos os recantos da cidade, como também fundando as demais regiões que constituem a chamada Grande Buenos Aires[28]. E isso se estabelece na medida em que não só novas conveniências de comércio surgiram ao longo das décadas, mas, sobretudo, pela complexificação da sua organização econômica, que exigiu a multiplicação de ocupações e profissões à medida que aumentou a densidade populacional da mesma (Wirth, 1976: 102), como também em função de sua integração a um mercado mais amplo, seja em termos nacionais ou mundiais.

A cidade neste texto é fundamentalmente o lugar onde se erigem e se deslocam os mercados, em função das conveniências e interesses das pessoas por se estabelecerem em seus domínios. E o mercado, como síntese da vida urbana, das crises inerentes à existência urbana é, por isso mesmo, lugar das possibilidades, das oportunidades; onde os desafios são lançados e vividos nas lutas cotidianas por aquisição de alguma estabilidade – valor que não está dado, mas se constrói - por parte dos sujeitos e grupos aos quais estão vinculados. Desafios que são vividos intensamente e, se vencidos ou perdidos, são comemorados ou lamentados de maneira efêmera. Afinal, a dinâmica da vida social impõe que em um momento mais adiante, frente à assunção de novos riscos, às vezes pelos mesmos atores, outras por distintos sujeitos, a vida prossiga. E assim forja-se esse conhecimento acumulado que é a cidade e as trocas/mudanças que se processam em seu interior.

Aspectos materiais e físicos na composição de uma grande cidade

Já na primeira vez que avistei Buenos Aires desde a janela do avião, enquanto sobrevoava o Rio de la Plata, sua topografia plana chamou-me a atenção. A imagem

28 Em certa medida, essa perspectiva pode ser também aplicada ao Rio de Janeiro, cidade que também atraiu pessoas das mais diferentes regiões do mundo e, principalmente, do enorme território nacional brasileiro.

captada pelos olhos contrastava com a da mente, onde até então morros e elevações eram os únicos leitos possíveis para acomodar cidades, como acontece com o Rio de Janeiro. Mais tarde, quando voltei ao Rio, realizaria operação inversa, fazendo com que Buenos Aires se tornasse uma recordação, frente às imagens captadas por minha retina no Rio de Janeiro. No entanto, era a primeira vez que eu a observava comparadamente a uma outra cidade. O que não é o mesmo olhar. Esta comparação de imagens suscitaria em mim a composição de representações acerca dos imaginários societários por trás dessas composições. A previsibilidade estaria para Buenos Aires e suas quadrículas, por exemplo, assim como o traçado incerto da cidade carioca ensejaria certa inclinação para o inexcrutável.

Vista aérea da Cidade de Buenos Aires. Destaque para seu aspecto quadriculado

Da mesma forma, o deslocamento entre o Aeroporto de Ezeiza, no chamado conurbano bonaerense[29], e a capital federal argentina, permitira-me perceber o caráter dominante de planície que se estende a toda Grande Buenos Aires. Nestas acomodam-se uma infinidade de quadras construídas tal qual um conjunto de imensos tabuleiros de xadrez,

29 O Conurbano, também conhecida como Gran Buenos Aires é a Região Metropolitana que circunda Buenos Aires. É constituída por 25 municípios, além de incluir a cidade portenha: Almirante Brown, Avellaneda, Berazategui, Esteban Echeverría, Ezeiza, Florencio Varela, General San Martín, Hurlingham, Ituzaingó, José C. Paz, La Matanza, Lanus, Lomas de Zamora, Malvinas Argentinas, Merlo, Moreno, Morón, Quilmes, San Fernando, San Isidro, San Miguel, Tigre, Tres de Febrero y Vicente López. Nestes municípios, segundo o INDEC, vivem cerca de 12 milhoes de pessoas, cerca de 24% da população argentina, em uma área de 3.630 km2. Cf.: http://www.indec.gov.ar. Mais adiante, no quinto capítulo, aprofundo um pouco mais sobre minhas percepções acerca dessa relação entre a capital federal e demais cidades na chamada Gran Buenos Aires.

nos quais *jogam* gerações de argentinos[30]. Posteriormente, à medida em que se tornaram freqüentes as viagens entre os dois países, como também pelo interior de Buenos Aires, outros detalhes fui incorporando à minha percepção sobre aquela região que era considerada a mais desenvolvida da Argentina[31].

Entre o chamado conurbano e a capital argentina, à beira das estradas, via de regra, é possível perceber casas, prédios de variadas dimensões, galpões, fábricas abandonadas, entre outras construções que, vistas à meia distância, constituem as cidades vizinhas à capital, os chamados *partidos*. À medida que se tornam mais complexas arquitetonicamente, parecem sussurrar a proximidade com a cidade de Buenos Aires, que eu sempre ouvira ser representada como uma das mais modernas do continente sul-americano. Neste movimento, particular atenção me despertou a existência de casas feitas de placas de papelão ou de madeira, circundados por cercados ocasionais, estes últimos formados por tramados de ferro, portas de automóveis, arames lisos, entre outras formas de se encerrar formas íntimas de vida precária. Aqui também as favelas – as chamadas *villas de emergencia* - são planas em suas formas de ocupação popular do solo.

Essa designação de *emergência* para essas formas de ocupação me estimularam a pensar na sua caracterização ideal enquanto uma efemeridade. As *villas de emergencia*, segundo Cravino (2001), teriam surgido em 1930 enquanto forma de moradia popular precária, no marco de intensas migrações internas, no contexto de industrialização substitutiva das importações e, portanto, no quadro de decomposição da chamada economia rural que caracterizava o interior argentino. Ao longo das décadas, os estratos sociais conterrâneos continuaram a chegar em Buenos Aires, ora ampliando os espaços requeridos, ora se estabelecendo de forma menos precarizada na cidade. Contudo, eram acompanhados de estratos migrantes dos países limítrofes – particularmente Bolívia e Paraguai - que também encontraram nessas localidades suas primeiras oportunidades de

30 Segundo Ferreras (2006), o aspecto quadriculado da cidade de Buenos Aires, que se estende para as cidades do chamado conurbano, foi introduzido por Juan de Garay em 1534. Ainda que tenham sido múltiplas as políticas públicas de urbanização de Buenos Aires, com conseqüências do ponto de vista imobiliário, a manutenção da quadrícula sempre foi uma exigência das autoridades portenhas e bonaerenses.

31 Desde suas origens enquanto capital do vice-reino espanhol, em 1776, Buenos Aires vivenciou um forte desenvolvimento econômico que, ao promover uma forte circulação de bens e de pessoas, proporcionou a difusão dos ideais liberais europeus a partir do final do século XVIII. Considerações sobre tal processo histórico podem ser encontradas em Sáenz Quesada (2006).

se fixar nas áreas mais próximas à cidade, criando expectativas mais favoráveis de contratação de suas forças de trabalho[32] na capital e adjascências.

À medida que passou o tempo, percebi que entre a cidade e o conurbano essas formas populares de se viver respondem a critérios diferentes de organização das moradias. As *villas* são predominantes na capital, ocupando terrenos estatais; assim, parecem-se mais com as favelas cariocas onde suas vielas estreitas não permitem a circulação de automóveis. Os assentamentos típicos do conurbano geralmente ocupam área privada; as casas são dispostas em quadras, na busca de reproduzir o tipico quarteirão quadriculado dominante em toda aquela região. Assim, enquanto o primeiro tipo parece uma forma emergente e transitória de estabelecer-se na cidade, a segunda já se apresenta como uma forma mais duradoura de estabelecimento de pessoas, em suas estratégias de se localizarem naquela região onde eram mais significativas as possibilidades de trabalho, como também os recursos urbanos para prover demandas existentes por educação, saúde e lazer.

Neste trajeto, sempre me pareceu um espetáculo particular não ver uma montanha sequer desde a janela do automóvel, do ônibus ou do trem. Igualmente córregos incidentais ou trechos de rio não impõem fraturas ao leito de terra, diferentemente do que se pode observar na cidade em que nasci. Pensava que era nessa particularidade geográfica que residia uma característica da cidade portenha – que se estendia ao conurbano, conforme descobri com o tempo – a qual me fascina desde o primeiro momento: a simetria na numeração das quadras. Uma após a outra, elas são numeradas de 100 em 100 números; desta forma as ruas, paralelas umas às outras, sempre tem numerações correspondentes. Essa característica possibilita que um portenho, como percebi, possa desenvolver a memorização do mapa da cidade de forma a bem orientar-se em seu interior.

Um mergulho na cidade

Uma vez que deixava a auto-pista Riccieri, que liga Ezeiza à Cidade de Buenos Aires, o deslocamento até minha casa se constituía de um trajeto que formava um ângulo reto entre a Avenida Entre Ríos e a avenida Las Heras. Neste trajeto, deslizando entre

32 Ver Cravino (2001). Encontrável em http://www.iade.org.ar/uploads/c87bbfe5-d937-81c6.pdf

prédios novos e antigos, grandes e pequenos, que servem como residências, repartições públicas e estabelecimentos comerciais, percebi a combinação de concreto, ferro e vidro que caracterizam a bela cidade de Buenos Aires. A Avenida Entre Ríos, após cruzar a Avenida Rivadavia, transforma-se em Avenida Callao. Com o tempo descobri que Rivadavia tem essa capacidade de alterar os nomes e numerações das ruas e demais avenidas que cruzam seu caminho[33], enquanto ela corre caudalosamente pela cidade até desaguar sua multidão de carros, ônibus, caminhões, motos e pessoas em localidades a oeste do conurbano bonaerense. Mais algumas quadras adiante, no cruzamento com a Avenida General Las Heras, foi onde fiquei hospedado.

Com o passar do tempo, acabei por acostumar-me com os comentários das pessoas que vim a conhecer entre agosto de 2007 e fevereiro de 2008 sobre o significado social de meu endereço. Afinal, fazia parte do chamado *Barrio Norte*[34] que, como aprendi, tem uma representação análoga à zona sul de minha cidade. É ali que reside parte dos estratos mais bem estabelecidos da sociedade portenha[35]. Numa inversão completa com relação ao Rio, os bairros da zona norte opõem-se aos da zona sul em função de sua

33 Em Rivadavia está o marco zero de todas as ruas e avenidas que cortam-na perpendicularmente, fazendo com que à direita e à esquerda elas sigam paralelamente, quadra por quadra, guardando equivalência na numeração. Assim, se na décima quadra os imóveis são organizados de 900 a 1000, nas quadras perpendiculares a ela se dará a mesma coisa. Com o tempo, como pude perceber, o habitante da cidade passa a ter facilmente o mapa registrado em sua mente, sabendo não só a distância de onde está até um certo ponto, mas também os tempos que podem ser feitos por um táxi em um horário de trânsito livre e, em alguns casos, até os ônibus que passam pela localidade.

34 Barrio Norte é uma zona da cidade de Buenos Aires conhecida com este nome porque se encontra ao norte da zona central da cidade. Uma referência nesse sentido pode ser o monumento do Obelisco, localizado no meio da Avenida 9 de Julio, em seu cruzamento com a avenida Corrientes. É região composta por setores de vários bairros como Recoleta, Retiro, Balvanera e Palermo. Pode-se situá-lo tomando como limites as avenidas Córdoba, 9 de Julio, Las Heras e Coronel Diaz, sendo a Avenida Santa Fe seu principal eixo.

35 Os portenhos gozam de uma identidade nacional que, segundo minha percepção, pode ser considerada por outros núcleos identitários dentro da Argentina como pouco positiva. Nesse sentindo, e ainda segundo minha percepção, difere daquela que são representadas sobre os cariocas por parte da maioria das identidades regionais brasileiras. Os portenhos podem ser estigmatizados, segundo alguns discursos, por serem da capital e, portanto, "querer tudo só para eles". É o que costumavam dizer para mim, por exemplo, pessoas que vivem nas cidades vizinhas à capital, no chamado conurbano bonaerense. Também há construções que os critica negativamente por uma suposta auto-representação enquanto europeus. Dessa forma, se julgariam superiores, em contraposição ao restante atrasado do país onde se pode observar uma maior predominância de miscigenação entre colonizadores europeus pobres e povos indígenas originários. A identidade carioca, segundo minha experiência, não é vista de forma tão negativa entre os brasileiros. Ainda que não seja vista unanimemente de forma positiva, costuma-se representar as pessoas que nascem no Rio de Janeiro enquanto alegres, de bem com a vida e, em certa medida, alheios a formas repressivas de ordenamento da vida social. Um exemplo desse tipo de representação é a música da cantora gaúcha Adriana Calcanhoto, onde ela declama " Cariocas são bonitos /cariocas são bacanas/cariocas são sacanas /cariocas são dourados/cariocas são modernos/cariocas são espertos/cariocas são diretos /cariocas não gostam de dias nublados/Cariocas nascem bambas /cariocas nascem craques /cariocas têm sotaque /cariocas são alegres /cariocas são atentos /cariocas são tão sexys /cariocas são tão claros /cariocas não gostam de sinal fechado".

melhor infraestrutura urbana. Minha localização nas proximidades do cruzamento entre as avenidas Las Heras e Callao permitiu-me reconhecer as principais características da cidade partindo de um bairro de *classe média alta*[36].

Em Buenos Aires a proximidade com o Porto de Buenos Aires, mas também o contorno do Rio La Plata, foi sempre fator determinante para distinguir os melhores acomodados em termos sócio-econômicos. No Rio de Janeiro, distintamente, à medida que os setores populares se tornaram hegemônicos na ocupação das áreas próximas ao porto - nos bairros da Saúde e São Cristóvão, por exemplo - os setores mais bem estabelecidos buscaram refugiar-se próximo ao mar, tão logo as tecnologias disponíveis contribuíssem para a superação dos inúmeros obstáculos naturais[37]. Ao longo do século XX esta opção acabaria por criar as condições para que se verificasse no bairro de Copacabana aquilo que Gilberto Velho denominou por uma *Utopia Urbana* (1978), que seria a vinculação de estratos sociais diferenciados a uma representação cosmopolita de se viver no Rio. Se para os cariocas isso é absolutamente distintivo, em termos de *status*, no caso portenho morar na zona norte parece ter significado diferente, ainda que seja considerada uma região atrativa dentro de uma perspectiva turística. Morar ali, na percepção de muitos com quem convivi naqueles meses, seria um privilégio em função da historicidade e da tradição, e não em função de uma representação de um estilo de vida "moderno".

É possível que os prédios de distintos estilos arquitetônicos, perfilados nas amplas avenidas que servem o bairro, como também em suas estreitas ruas, constituam a imagem que informa a maioria dessas representações. Mas, com o passar do tempo, vivendo no lugar, concebi nos moradores, em suas atitudes corporais e formas de

36 No Brasil, o conceito de classe média mais amplamente utilizado se fundamenta na segmentação socio-econômica estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em função da renda obtida por um grupo familiar. Assim, de acordo com a renda, uma família pode ser classificada como A, B, C, D e E. Conforme essa construção, os segmentos B, C e mesmo D poderiam ser considerados de classe média. Em Buenos Aires, diferentemente, esse conceito pode ser percebido de uma outra maneira. Para Gino Germani, a classe média incluiria a todos os proprietários, empresários, comerciantes e funcionários públicos, com exceção do que chamava "núcleos dirigentes". Germani classificava a população argentina, particularmente a portenha, em três grupos: trabalhadores, classe média e classe alta, sendo que esta última era numericamente ínfima, sendo sempre representada no âmbito da classe média. Ver Germani, 1942. Ezequiel Adamovsky, por sua vez, defende que a classe media é antes de tudo uma identidade, construída em torno a interesses e mobilizações políticas que buscavam introduzir uma classe social alternativa às duas que, historicamente, caracterizam os argentinos; a "gente decente" e o "populacho" (Adamovsky, 2009: 215).

37 As construções de túneis ligando os bairros de Botafogo à Copacabana ou do Rio Comprido à Cosme Velho e Ipanema datam dos últimos anos do século XIX, início do século XX, abrindo definitivamente a possibilidade de ocupação massiva da zona sul da cidade carioca. Sobre esses processos ver LESSA, Carlos (2000).

conceber materialmente suas vidas, os principais responsáveis por essa composição. Ali no Bairro Norte as pessoas que saíam dos elegantes prédios, ou trafegavam nos inúmeros automóveis importados pelos traçados de suas ruas e avenidas, eram majoritariamente brancas, de cabelos castanhos escuros, claros ou mesmo loiros. Havia também pessoas que, em minha forma de interpretar, exibiam diacríticos menos *europeizados*. Mas de um modo geral, era naquela região que eu podia identificar quão forte pode ser a idéia de que "los argentinos descendemos de los barcos"[38], em alusão às distintas correntes migratórias que vieram desde a Europa para construir a *Nação*[39].

Contudo, de um modo geral, se distinguiam igualmente de outros que podiam apresentar pele mais escura e cabelos negros e lisos, me fazendo lembrar daqueles que conhecemos no Brasil como indígenas. Também não observei vivendo no *barrio norte* concentração de pessoas de pele negra; uma parcela daquelas de origem asiática vivem no elegante bairro de Belgrano, embora sejam muito mais numerosas a oeste, no bairro Flores. Com o tempo, percebi que estratos tão distintos, em comparação com os do *barrio norte*, podem ser encontrados mais freqüentemente em outras localidades, particularmente onde se observam as chamadas *villas de emergencia*. Entrando e saindo de um destes elegantes prédios, eu mesmo podia ser visto como um "ponto fora da curva". Em algumas situações, chegava mesmo a perceber um ou outro olhar furtivo, possivelmente em virtude de certa curiosidade em relação à minha identidade. Com o passar do tempo, porém, entre meus vizinhos tornou-se predominante me representarem como *brasilero*. Em alguns casos, marcavam esse reconhecimento dizendo "obrigado" em portunhol, com um meio sorriso, caso eu lhes desse preferência por entrar em um café ou no atendimento em algum comércio, por exemplo[40].

38 Essa expressão de caráter popular está no centro das reflexões de Enrique Garguin, o qual disserta sobre a articulação discursiva da classe média argentina, cujas estratégias articularam características raciais para diferenciar-se da classe trabalhadora. Ver Garguin, E (2009).

39 A Constituição Nacional Argentina, em seu preâmbulo, afirma que a iniciativa de sua elaboração tem por objetivo "constituir a união nacional, afiançar a justiça, consolidar a paz interior, prover a defesa comum, promover o bem estar geral e assegurar os benefícios da liberdade, para nós, para nossa posteridade e para todos os homens do mundo que queiram habitar o solo argentino". No momento em que foi promulgada, fomentava-se a colonização das amplas regiões que foram conquistadas a partir de lutas com as populações autóctones, cuja dizimação resultou em amplos espaços vazios por um dos territórios mais vastos da América Latina. Essa expectativa e necessidade se refletiu no artigo 25 onde se lê que "O governo federal fomentará a imigração européia; e não poderá restringir, limitar nem gravar com imposto algum a entrada no território argentino dos estrangeiros que tragam por objetivo lavrar a terra, melhorar a indústria e introduzir e ensinar as ciências e as artes".

40 A expressão comumente utilizada para agradecer em castelhano é "gracias".

Estas pessoas do *Barrio Norte* - homens e mulheres; adultos, adolescentes e crianças - andavam sempre vestidos com roupas cujos modelos os distinguiam uns dos outros, mas eram análogas em estilo e qualidade[41]. Apresentando variedades de cores, entre os muitos modelos disponíveis para venda nas lojas de marcas famosas sediadas naquelas ruas e avenidas. Em suas caminhadas muitas vezes apressadas, outras mais lentas em função da contemplação de lojas, ou mitigadas pela atenção ao telefone celular, caracterizavam-se por não dirigir demoradamente o olhar aos demais. Mesmo aqueles que passeavam mais relaxadamente com seus cães - muitas vezes alheios aos efeitos das manifestações fisiológicas dos mesmos nas calçadas e praças - pareciam devotar pouca atenção àqueles à sua volta.

Com o passar das primeiras semanas acostumei-me com a rotina de encontrar parte daquelas pessoas a contemplar algumas das dezenas de vitrines de lojas e livrarias. Particularmente nas avenidas Santa Fe e Callao. Também era comum vê-las por trás das enormes vidraças das muitas cafeterias, sorveterias, bares e restaurantes, entre outros estabelecimentos comerciais localizados nos logradouros da região. Elas podiam, de maneira similar ao observado por Simmel, em relação às sociabilidades nas metrópoles européias de sua época, estarem atentas a tudo o que se passava a sua volta através de meios indiretos de observação. Estes proporcionados por múltiplos modos de reflexão das imagens e ações no cotidiano. Dos vidros transparentes ou opacos das vitrines, apesar de seus baixos índices de refração da luz, aos espelhos de variados tamanhos que ornamentavam quase a totalidade dos numerosos *Cafés*.

Os Cafés e suas janelas para o mundo

Estes podem ser encontrados praticamente em toda a cidade e não só na Zona Norte, meu ponto de partida para conhecer Buenos Aires. Nestes eu observava pessoas sozinhas, seja a fazer o desjejum ou folhear gratuitamente o jornal disponibilizado para leitura. Também era usual que eu visse pessoas estudando durante horas, ainda que o consumo se restringisse a uma única xícara de café. Outras vezes ficavam sozinhas a olhar para o nada, refletindo sobre algo, ou simplesmente olhando aqueles que passavam, despercebidos dessa inesperada atenção. Também pude observar duplas de pessoas, durante o dia, a segredarem seus assuntos.

41 A durabilidade da cor frente à resistência à deformação, frente aos processos de lavagem, são características importantes que marcam esse conceito de qualidade. Tais diferenças faziam-se sentir também nos preços dessas mercadorias, em geral mais caras.

Tarde no Café Britânico, em San Telmo

No final da tarde, estes Cafés podem transformar-se em espaços de interação de grupos animados, particularmente nos dias frios; aqueles que saem do trabalho, dos colégios ou das universidades, buscam consumir café, chás, chocolates e, sobretudo, o calor das conversas após mais um dia vencido. O silêncio, imperador absoluto da manhã e da tarde, tira algumas horas de descanso para dar lugar a um emaranhado de vozes, risos e, em alguns poucos contextos, pequenas algazarras que podem se prolongar pela noite, muitas vezes em um outro restaurante das proximidades. Em geral, os portenhos jantam após 21 h.

Do interior destes estabelecimentos, em distintas zonas de Buenos Aires, tive oportunidades de observar o movimento da cidade em distintos momentos do dia, como também suas personagens dominantes, em cada um deles. Essa foi uma das minhas principais técnicas de apreensão da dinâmica que se desenvolvia na cidade, permitindo-me focalizar as personagens sociais que davam vida ao agitado cotidiano portenho.

Um olhar particular sobre o cotidiano portenho

Pela manhã, jovens passeadores de cães disputam as calçadas com homens e mulheres a caminho do trabalho, como também com outros jovens e adolescentes. Estes últimos possivelmente a caminho de uma universidade ou um colégio. Ainda com relação a estes, me era possível notar uma distinção importante: enquanto àqueles de escolas públicas utilizam aventais brancos, meninas e meninos matriculados em escolas privadas fazem uso de guarda-pós de outras cores ou, simplesmente, casacos com o

brasão do estabelecimento de ensino. As meninas, via de regra, vestem saias quadriculadas. A maioria dos estudantes destes estabelecimentos é proveniente da classe média[42]; contudo, me era possível observar outros jovens deste mesmo segmento com aventais brancos em distintas regiões da cidade. É que há alguns colégios públicos prestigiosos, geralmente vinculados às universidades públicas.

Por um significativo período da manhã e parte da tarde, os aventais das escolas parecem dar lugar, particularmente na zona norte da cidade, aos de cor azul e rosa usados por empregadas domésticas. Estas, seja retornando de uma creche onde deixam o filho de alguém, seja em uma farmácia, nos supermercados ou outro lugar, parecem despontar como uma identidade a mais, ainda que por um breve período do dia. Com o tempo percebi que, na verdade, estas mesmas pessoas podem ser observadas com outras indumentárias, em horários distintos, deslocando-se de sua casa ao trabalho, ou o contrário. Geralmente utilizam as estações de metrô e/ou de trens. Muitas moram em regiões afastadas da cidade, no conurbano.

Em certa medida, a cidade que eu observava em movimento era embalada pelas mãos dos profissionais, durante um período onde se revelava de maneira mais detalhada a complexa divisão do trabalho que a caracteriza (Wirth, op. cit). Dos porteiros dos edifícios; dos trabalhadores nas obras, majoritariamente de origem boliviana e paraguaia[43]; dos policiais que caminhavam de um lado para o outro em um conjunto de quadras, ora conversando com os passantes, ora com o chefe do patrulhamento que passava de tempos em tempos em sua viatura; dos motoristas de ônibus e taxistas, esses últimos responsáveis pelos deslocamentos de considerável quantidade de pessoas pela cidade, dos garçons e donos de pequenos comércios chamados *kioskos*, enfim, de toda uma gama de atividades que põe Buenos Aires em movimento.

42 Era possível ainda vê-los, sobretudo no retorno da escola, exibindo parte de seus diacríticos materiais. Os rapazes, por exemplo, carregavam bolas de rugby; as meninas, tacos de hokey. Tratavam-se de esportes que eram praticados apenas pelas camadas mais bem posicionadas socio-economicamente.

43 Essa percepção foi corroborada pelo acompanhamento de conversas entre portenhos, pela leitura dos jornais e revistas, como também pela leitura de livros que focalizam, central ou perifericamente, as redes de imigração latino-americana em Buenos Aires. Uma discussão neste sentido pode ser encontrada em Vargas (2005).

Os transportes e as ruas

Em relação aos transportes que dominam as ruas da cidade, há vários aspectos que me estimularam a comparação com o Rio. Começando pela existência de filas de passageiros, para tomar os ônibus, os quais, no momento em que iniciam suas viagens, depositam moedas em máquinas arrecadadoras que substituem o que conhecemos como *trocador*[44]. Este último é um profissional que recebe os valores da passagem em ônibus do Rio. Inúmeras foram as situações em que fiquei imaginando a impossibilidade de que as duas coisas fossem observadas nos ônibus cariocas. Seja pela inexistência de um certo sentido de precedência por parte daqueles que esperam os ônibus, seja pelo senso de oportunidade de que alguns, certamente, podem exibir diante da inexistência de uma roleta ou de quem a guarde. Numa situação hipotética, seria possível que alguém buscasse iludir a um motorista nas horas de grande fluxo. Em Buenos Aires, distintamente, não se entra em um ônibus sem respeitar-se a fila; sem moedas para depositar na máquina, não se viaja.

Do ponto de vista estético, os ônibus na cidade de Buenos Aires fazem um capítulo à parte. É comum que os motoristas ornamentem os painéis dos coletivos, como também bancos, retrovisores, o eixo do câmbio, entre outras partes do veículo, de forma pessoal. Geralmente, há espelhos por toda parte. Também se costuma usar e abusar de bonecos de pelúcia, peles, entre outras formas de ornamentação. Esse hábito de particularização do interior dos ônibus, por parte dos seus condutores, era observado no Rio há algumas décadas. Ainda lembro quando os motoristas utilizavam as costas dos assentos para exibir os bordados e estampas de seus santos de devoção. No caso dos ônibus de Buenos Aires, segundo me disseram, esse hábito remonta ao período em que os veículos eram de propriedade dos choferes. Época que antecede as grandes corporações contemporâneas, geralmente dirigidas por empresários de sucesso que, no entanto, são originariamente condutores ou familiares destes[45].

44 No Rio também se usa a expressão cobrador.

45 O exemplo mais importante, na época de minha pesquisa, era a família Ciriliano, de origem italiana. Esta, capitaneada por dois irmãos ex-motoristas de ônibus, era proprietária de inúmeras companhias de ônibus que ligavam a cidade à inúmeros pontos do

A existência de tarifas diferenciadas nos ônibus, em função da quilometragem utilizada pelo passageiro, é uma possibilidade que contrasta com o observado no Rio, onde há pelo menos duas décadas as passagens têm valor único. Entre os cariocas, quem utiliza um coletivo por 3, 6, 12, 15 ou mais quilômetros paga a mesma tarifa. Na cidade de Buenos Aires, no momento em que escrevo esse texto, os preços das passagens são cobradas por seções de 3 quilômetros cada uma, contando desde a cabeceira da linha. Uma pessoa que, por exemplo, viaja dentro de uma primeira sessão de até 3 km paga $1,10; caso cruze à segunda, pagará $ 1,20, e assim sucessivamente. Para isso, o passageiro diz ao motorista o destino, o qual deve calcular a distância entre o mesmo e aquele ponto onde se encontram; desta forma, informa à máquina o valor a ser cobrado. O usuário deve por as moedas e receber de volta um bilhete, o qual deve guardar durante todo o trajeto para o caso de que lhe seja perguntado seu destino e, principalmente, para comprovar estar no ônibus em situação de acidentes.

Uma outra diferença importante diz respeito aos valores das tarifas em si. Uma passagem mais cara em Buenos Aires, no interior da cidade, custa em torno de $1,50 (um peso e cinquenta centavos). Este valor, convertendo-se para o dólar, equivale a US$ 0,40[46]. No Rio, onde vige a tarifa única, o acesso custa R$ 2,10, o equivalente a US$ 1,13. Estes valores, nas duas cidades, são referências para os demais tipos de transportes, como trens e metrôs. Assim, o gasto com deslocamentos na cidade de Buenos Aires é muito menor, o que garante o trânsito dos mais variados segmentos sociais. Lembro-me que entre camelôs dos trens no Rio havia um adolescente que sonhava em jogar no *Flamengo*, mas que dizia não ter condições de arcar com as despesas de transportes entre sua casa, num bairro da Baixada Fluminense, e a Gávea, localizada na zona sul da cidade. Em Buenos Aires, como também no conurbano, os transportes públicos garantem de forma mais ampla o acesso à cidade.

---

conurbano. A partir da década de 1990, os Cirilianos participaram dos leilões de privatização das empresas estatais de trens e metrôs. Naqueles dias que vivi em Buenos Aires, eles eram os grandes empresários do setor de transporte.

46 A conversão em 25 de agosto de 2009 equivalia a US$1=$3,85.

Igualmente os táxis são concorridos, em distintos momentos do dia. Nas horas de maior fluxo é praticamente impossível encontrar um livre, uma vez que suas tarifas não são consideradas abusivas por parte significativa da população da cidade, fazendo com que sejam uma alternativa de fato. Muitas pessoas acessam esse serviço, seja para contornar um atraso ou mesmo um engarrafamento, diante da possibilidade de estes tomarem caminhos alternativos. Mas também há aqueles que, seja por ter mais idade, seja pela vontade de viajar mais confortavelmente, declinam de utilizar os serviços de ônibus e metrôs.

Uma vez em um táxi, concorre-se ao brinde extra de receber os comentários dos taxistas sobre os problemas políticos, econômicos e sociais do país ou da cidade. Escutando um determinado conjunto de rádios, a maioria dos taxistas não só mantêm-se informada sobre variados assuntos, como também compartilha de determinados códigos de comunicação. Muitos destes refletidos nas opiniões de comentaristas moralistas, que via de regra criticam governos, reclamam das condições da cidade ou da presença de determinados estratos sociais na mesma. Nestes discursos, personagens como *piqueteros*[47], *cartoneros*[48], entre outros, que emergiram nos processos de crise dos anos 90, são negativados. Processos esses que se repetem nas vozes de taxistas, muitos deles ex-funcionários públicos que aderiram a processos de demissão voluntária na época do governo de Carlos Saul Menem[49]. O fato é que aquelas identidades sociais em suas práticas por vezes criavam dificuldades para a fluência do trânsito, particularmente nas vias expressas que ligam o conurbano à Capital Federal, o que molestava os interesses específicos desse público profissional.

Muitos entre eles faziam referência à cada vez mais crescente quantidade de bolivianos,

47 Piqueteros são ativistas políticos que pertencem a um dos movimentos sociais contemporâneos em Argentina de maior visibilidade midiática e política. Surgiram na década de 1990, a partir da mobilização de trabalhadores desocupados. Seu método de protesto mais comum é o chamado "corte de ruta", ou seja, o bloqueio de estradas e demais vias de acesso viário, inclusive na capital federal. É principalmente por esta razão que são vistos negativamente por taxistas, como também por outros atores sociais. Sobre piqueteros ver Quirós, (2006).

48 Tratam-se de homens e mulheres que atuam, sobretudo no horário noturno, recolhendo das ruas, principalmente, placas de papelão para serem enviadas para reciclagem. Mais abaixo faço uma breve descrição dessa atividade. Para um entendimento mais completo ver Schamber (2008).

49 No capítulo II apresento uma nota detalhada sobre o ex-presidente argentino, que governou a Argentina no período de 1989 a 1999, sendo considerado um ícone do chamado período neoliberal.

paraguaios e peruanos que percebiam na cidade. Em suas representações sobre estas nacionalidades, costumavam dizer que os bolivianos eram muito trabalhadores, pacatos, educados, no que podiam ser acompanhados pelos paraguaios em certa medida. Estes últimos, em geral, eram considerados um pouco mais chegados à *fiaca*[50], mas via de regra podiam ser encontrados trabalhando em algum lado. Os peruanos, porém, tinham uma representação negativa naqueles discursos. Eram tidos como chegados às *trampas*, aos roubos e mesmo responsáveis pelo crescimento do narcotráfico que diziam perceber crescente na cidade. Estes argumentos, aliás, eu ouvi da parte de muitas outras pessoas na cidade. Como veremos mais adiante, esse discurso tinha reflexo nas práticas policiais no tocante ao controle da população marginalizada na Cidade.

Foi utilizando esse serviço que conheci Luís, um taxista que dizia ter migrado da atividade da venda ambulante para o trânsito. Estabeleci contato com ele quase no final de minha pesquisa, por ocasião de uma corrida. Conversando durante a viagem, ele me disse que teria conseguido um táxi por que tinha contado com a ajuda de um cliente contumaz. Luís era deficiente físico e tinha 62 anos de idade. Teria chegado à cidade proveniente da província de Santa Fe, no nordeste do país, e durante mais de 20 anos atuara no bairro Retiro administrando um *puesto*[51].

Em todo esse período, segundo ele, manteve o que chamou de *arreglo* permanente com policiais, caso contrário teria sido impossível postar-se naquela localidade. Ele fazia referência a um pagamento que fazia semanalmente para poder vender suas mercadorias. Um dia, porém, ele não pode mais manter tais pagamentos, pois a repressão havia aumentado consideravelmente e os *arreglos* não davam mais conta para manter aquela estrutura. Ele passara então a vender no sinal de trânsito até que, em um dia chuvoso, um cliente se compadeceu de vê-lo naquelas condições. Luís não entrou em detalhes sobre a identidade da pessoa, mas disse que era muito conhecida na cidade e que em questões de dias esta adquiriu-lhe uma licença para taxista e deu-lhe um carro.

No momento em que nos conhecemos, ele já estava há mais dez anos naquela atividade e já trocara de carro três vezes. Sentia-se incomodado por que fora obrigado a comprar o

50 O mesmo que preguiça.

51 *Puesto* é como se denomina uma espécie de barraca, a qual abriga uma modalidade de ocupação da venda ambulante que descreverei mais adiante.

automóvel – o mais moderno que possuíra até então - com a sogra. Mas já estava devolvendo o dinheiro que esta teria aportado, segundo ele, "para ficar em paz". Aquele fora mais um caso onde percebi essa vitalidade inerente à vida urbana de Buenos Aires de que as trajetórias sociais podiam ser das mais diversificadas, não havendo um ponto de partida e chegada pré-definida para aqueles que querem estabelecer-se em seu interior. Voltarei a esse ponto mais adiante.

Protestos e manifestações

A vida urbana em Buenos Aires é caracterizada por muitos encontros e, portanto, por muitos conflitos. A capital federal argentina, na qual vivem cerca de três milhões de pessoas, às quais se somam outras três milhões diariamente, vindas de distintos pontos do conurbano, torna-se, invariavelmente, palco de manifestações políticas. Na época de minha pesquisa, quase que *religiosamente* estas aconteciam às terças e quintas. Sindicatos, associações de moradores, agrupamentos de *piqueteros*, círculos de profissionais liberais, representantes de grupos étnicos do norte ou do sul do país, partidos políticos, entre dezenas de outras possibilidades, utilizavam as ruas da capital, para manifestações políticas. Particularmente nas proximidades da Casa Rosada, sede do governo federal. Também a praça central, onde está localizado o Obelisco, costumava ser utilizada para tais fins, como também para atividades artísticas. Ocasiões onde, necessariamente, os comerciantes ambulantes se ocupam de prover as demandas por alimentação ou outras necessidades por parte do público, que sempre é bastante significativo.

A percepção que formei ao longo do tempo é que Buenos Aires é uma cidade para conhecer-se a pé. A relativa facilidade de se deslocar em seu interior, diante da inexistência de maiores obstáculos físicos à movimentação, combinado com a tendência à saturação do trânsito, fazem com que muitos optem por caminhar por várias quadras para chegar a seus destinos. No exercício de longas caminhadas, concebi uma maneira sistemática de buscar conhecer a capital portenha e, desde esse ponto de vista, fizeram parte de minha metodologia de apreensão daquela realidade que queria investigar.

As noites e seus personagens

No período noturno, como referi, a vida social transcorre nas casas, *Cafés* e, sobretudo, restaurantes das mais diferentes regiões da cidade. É um momento onde se percebe um maior número de homens e mulheres adultos nas ruas, com predomínio dos primeiros. Jovens e adolescentes se retraem mais no período noturno, com exceção dos finais de semana, onde se pode perceber uma formidável inversão. A partir das sextas-feiras, ônibus, praças, táxis, trens, metrôs são, praticamente, dominados por estes estratos mais jovens na busca de divertimentos, sobretudo as sextas e sábados.

Percebi que é no período noturno que a atividade comercial ambulante, que muito me interessava, diminui consideravelmente, salvo nas praças de grande movimentação, nos pontos de ônibus e nas proximidades das estações de trens, onde eu podia observar carrocinhas de cachorro quente e de sanduíches funcionarem até horas mais tarde. Ainda que as estações de metrô encerrem suas atividades às 23h, ônibus circulam toda a noite e os trens oferecem, para várias localidades, horários que avançam pelas primeiras horas da madrugada. O que eu percebi enquanto atividade recorrente, com efeitos importantes sobre toda a cidade, é o desenvolvimento da atividade *cartonera*.

Os *cartoneros* são grupos de homens e mulheres que andam pelas ruas de Buenos Aires recolhendo papéis e, sobretudo, papelão. Utilizam, na maioria das vezes, enormes sacos de material plástico, acondicionados sobre rodas, que lhes servem como uma espécie de carroças; outros têm carroças um pouco maiores. Em geral, se dedicam a fazer a coleta de papéis e papelões – que em alguns casos são reservados pelos moradores ou por lojas comerciais; em outros casos, devem revolver os sacos de lixo. Podem, nesse exercício, topar-se com objetos ou artigos que lhes atraiam o interesse, mas o objetivo principal é sempre plástico, papel branco e papelão. São esses os materiais recicláveis, os quais são comprados pelas empresas que os processam, geralmente localizadas no conurbano. Em suas jornadas noturnas, é comum que tais grupos sejam acompanhados por menores e adolescentes, que assistem à coleta ou ajudam-nos com a mesma. Conforme conversas que tive com vários deles, além de procurar manter seus dependentes na escola durante o dia, levá-los para as ruas

torna-se uma maneira de socializá-os com o valor do trabalho. E isso, queixavam-se para mim, não é visto como um traço positivo por parte daqueles que muitas vezes reclamavam de suas presenças na capital.

Na época de minha pesquisa era usual, em distintos bairros de Buenos Aires que os moradores se queixassem dessa atividade. É que algumas das pessoas que se ocupavam dela revolviam o lixo, abrindo sacos plásticos que, em seguida, eram deixados abertos ou mesmo esvaziados em seus conteúdos diretamente sobre as calçadas. A combinação dessa atividade, com o fato de que muitos moradores permitiam que seus cães utilizassem as ruas como banheiro público, transformavam o caminhar noturno pelas calçadas, em variados pontos da cidade, em uma atividade arriscada do ponto de vista do asseio e da segurança. Poder-se-ia escorregar, cair, cortar-se com vidros quebrados na calçada, entre outros riscos. Não obstante, os segmentos mais bem acomodados na capital atribuíam a *sujeira* maior aos *cartoneros* que, de um modo geral, vivem nas favelas da cidade ou nos chamados *partidos bonaerenses*[52].

Estes últimos, aliás, deslocam-se para Buenos Aires utilizando trens específicos que são providos pelas concessionárias das linhas do norte, sul e oeste. Aqueles que se organizam em cooperativas podem contar com pequenos caminhões para o transporte da

cidade ao conurbano, onde estão localizados os locais de reciclagem.Os trens são precários, sem bancos para acomodar as pessoas, ou mesmo portas e janelas. Funcionam dessa forma seja no calor ou no frio. Os horários são pré-estabelecidos para que apenas aquele público se desloque de seus locais de moradia, no cair da noite, e retornem aos mesmos no início da madrugada. Em cada um dos terminais em que funciona – Constitución, Once e Mitre – há somente uma composição desse tipo. E apesar de sua precariedade volta e meia ocorrem tentativas, da parte de distintos segmentos sociais portenhos, de tirá-los de circulação. Pode ser que a

52 Partidos bonaerenses, em castelhano, refere-se às cidades da província de Buenos Aires

intenção seja comprometer o desenvolvimento daquela atividade, o que pode ser pouco eficaz uma vez que, como disse, vários *cartoneros* já vivem na cidade.

Da mesma forma, entre as atividades observadas durante a noite, a oferta de sexo por parte de travestis e prostitutas faz com que determinadas regiões da cidade sejam identificadas enquanto *zonas rojas*[53]. Essa atividade é uma das mais conflitantes com as perspectivas morais de moradores de bairros como Palermo, Flores, Constitución, entre outros. São procurados por um público diversificado e suas profissionais, além de argentinas, envolvem segmentos que imigraram desde países da América do Sul e Central, particularmente da República Dominicana.

Estabelecimentos comerciais e os estabelecidos no comércio

Um outro aspecto pelo qual me interessei em observar, durante minha estadia em Buenos Aires, era como a cidade se organizava em termos de seus negócios comerciais mais recorrentes. Tratava-se, portanto, de identificar aquilo que o Código de Convivência Urbano da cidade de Buenos Aires chama de *Comercio Establecido*. Na medida que me distanciava da zona norte, seja em direção ao sul, leste ou oeste, minha percepção se alterava substancialmente. Para mim, o que se apresentava como estrutural, além dos cafés, eram os *kioskos* e suas miudezas[54] e os *locutórios*, cuja diversificada clientela é constituída tanto de imigrantes nacionais, estrangeiros e turistas[55]. No mais, avenidas e ruas podem se caracterizar ora por apresentar um maior número de pizzarias, ou livrarias, comércio de víveres e supermercados, e assim por diante. Como exemplos, a Avenida Corrientes, uma das principais da cidade, é

53 Zonas vermelhas.

54 Espécie de pequenos negócios que vendiam de tudo: balas, doces, cartões telefônicos, refrigerantes, pilhas, cigarro, enfim, uma espécie de tendinha, como se costuma falar no Rio de Janeiro. Estes podem ser organizados na forma de pequenas lojas, como nas principais ruas e avenidas da cidade, ou mesmo na casa de pessoas, em lugares mais distantes do centro, seja nos bairros onde são predominantes as casas em lugar de edifícios, seja nas chamadas villas. Este fenômeno se replica também no chamado conurbano.

55 São assim chamados os estabelecimentos comerciais que oferecem serviços de telefonia e/ou acesso a internet. São numerosos em toda a cidade e oferecem preços muito acessíveiss, se comparados àqueles praticados no Rio de Janeiro. Na cidade carioca, na época de minha pesquisa, levavam o nome de Lan House ou Cyber Café, sendo que ainda, não eram vistos em número tão significativos quanto percebia na cidade portenha. Além disso não era comum que integrassem serviço de telefonia. Em Buenos Aires havia, praticamente, um locutório a cada três ou quatro quadras, equivalente a 300 a 400 metros.

considerada especializada em “livrarias”; a Rua Libertad é abrigo de um significativo número de joalherias e relojoarias; a Rua Esmeralda, que corre paralela à famosa Rua Florida, é lugar onde se encontram as principais lojas de comercialização de couro.

Um outro aspecto importante é que à medida que os bairros se constituem, um conjunto de negócios se apresenta para atender as demandas dos moradores. Além de farmácias, supermercados, foi possível para mim perceber uma significativa quantidade de sorveterias. Em função da influência da imigração italiana na cidade, é bastante disseminado o costume de se tomar sorvete, ainda que no frio. E são das mais distintas marcas e preços. Como os vinhos, bebida nacional argentina. Da mesma forma, para cada conjunto de ruas corresponde pelo menos uma *parrilla*, um restaurante especializado em carnes na brasa, mas também em comida típica portenha[56], para o atendimento dos moradores das cercanias.

Entre uma infinidade de possíveis negócios de um bairro, chamou minha atenção a presença de pelo menos uma *verdureria*, muitas vezes conduzida por uma pessoa de origem coreana ou boliviana. Em praticamente todos os bairros há mini-mercados conduzidos por coreanos ou chineses, geralmente empregando pessoas de origem boliviana[57]. Assim, cada bairro poderia ser interpretado como um universo particular, onde os tipos de estabelecimentos comerciais se repetem, mas como variáveis que são rearranjadas de maneira inédita, de acordo com a dinâmica intrínseca nas relações entre seus *vecinos*.

O termo *vecino*, aliás, expressa um forte conteúdo, particularmetne quando reivindicado em determinados contextos socias em Buenos Aires. Como propõe Maria Victoria Pita (2003), *vecino* é, em primeiro lugar, a denominação com que as agências do Estado argentino, em seu tratamento a respeito de temas relacionados às políticas públicas, particularmente de segurança, interpelam à sociedade civil. Mas é também a forma como se auto-denominam determinados grupos de pessoas, que vivem em um bairro ou localidade de Buenos Aires, em suas estratégias de intervenção na arena pública acerca

56 Entre alguns exemplos desse tipo de culinária, figuram “milanesas a la napolitana”; “berenjenas a la napolitana”, “pastel de papas”, “lomo al horno con papas hervidas”, entre otros.

57 Sobre coreanos, chineses e bolivianos ver Courtis, Corina; Pacecca, María Inés e Pita, María Victoria (2009).

de algum destes temas. *Vecino*, assim, estaria referido a um ideal de *comunidade* de iguais, de pares, de acordo com a tradição ibero-americana que, como pontuou Eilbaum (2004),

> *"refere a grupos circunscritos de pessoas que possuem o direito de erigir-se em 'comunidade' e por isso participar das questões políticas locais e nacionais. (Isto é)... supõe a identidade de* vecino/buen vecino *ou proprietário como integrantes de uma elite local autorizada pelas regras do Estado a intervir no destino de toda a sociedade. Nesta acepção de 'comunidade', não haveria um reconhecimento nem uma aceitação e integração do diferente, senão uma reafirmação da identidade própria que empresta legitimidade àqueles que não compartilham dela*[58]*"*

Essa noção de *vecino*, portanto, guarda em seu significado muito mais que um critério de proximidade em função dos locais de moradia, mas sugere, como propõe Pita, elementos para pensar os sentidos particulares que adquire a *coisa pública*, a *res publica*, na sociedade portenha, quiçá argentina, assim como revelar o substrato moral sobre o qual se constrói a noção de *comunidade*. Como veremos ao longo desse texto, não é qualquer noção, em função da maneira como determinadas lógicas se impregnam nas regras e normas de controle social de caráter universal.

Voltando aos estabelecimentos comerciais, meu foco sobre aqueles que enumerei, mas também sobre outros mais – como hotéis, hostels, pousadas, restaurantes, bares, grandes supermercados, shoppings, entre outros – busca conjugar a importância dos mesmos em função das múltiplas formas de ocupação das pessoas em seus funcionamentos. Dessa maneira, penso eu, se pode compreender que esse setor da economia é contemporaneamente o empregador por excelência para expressivo número de pessoas, oriundas de distintos segmentos sociais. Ainda mais por que, desde os meados dos anos 90, a sociedade argentina experimentou um recuo considerável em suas atividades

58 Eilbaum, 2004.

industriais. E isso se deu em função de um conjunto de políticas públicas que definiram a adesão a um modelo econômico fundamentado na exportação de matérias-primas, de produção agro-precuária e de importação de bens manufaturados. Em um capítulo mais adiante discuto esse tema e seus efeitos. Por ora, pretendo tão somente enfatizar que o chamado setor terciário da economia, sobretudo em função do turismo que atrai um número significativo de pessoas à capital e a outros lugares na Argentina, passou a ser um empregador importante. Perde apenas para o funcionalismo público nos poderes legislativos, executivo e judiciário, particularmente nas esferas federal, provincial e da Cidade Autônoma de Buenos Aires[59].

População e estereótipos

Nas minhas incursões pelas ruas e negócios da cidade portenha, que depois se estenderam ao conurbano, percebi uma estimulante variação na composição estética da população, em comparação com aquela que observava em minha cidade. Esta variação pode ser explicada como resultante dos sucessivos processos de migração de países da Europa, da Ásia ou América, que possibilitaram o inter-relacionamento de pessoas, incluindo parte dos chamados *nativos*, dando origem a estereótipos bastante variados. Em um primeiro momento, pensei que isso se devia à região que vivia em Buenos Aires, onde era significativo o interesse turístico. Similarmente, há regiões do Rio onde se pode observar pessoas de diferentes línguas conversando entre si, ou vestidas com roupas características de seus países ou, pelo menos, das representações que fazemos sobre isso. No entanto, como aprendi, essa não era uma característica apenas da Recoleta, o *Leblon* portenho[60].

Em muitos bairros da cidade portenha me foi possível observar o transitar de pessoas falando diferentes idiomas e, sobretudo, distintos sotaques da língua espanhola. No

59 Assim, não se trata de um âmbito municipal ordinário, uma vez que o processo de autonomização da cidade autônoma de Buenos Aires em 1994 ensejou a criação de organismos específicos, como também a previsão de um conjunto de obrigações entre instituições deste e do governo nacional que serão objeto de maior análise no capítulo II.

60 O Leblon é um bairro da zona sul do Rio de Janeiro e seus habitantes pertencem majoritariamente às classes média-alta e alta, incluindo alguns dos nomes da elite cultural, econômica e política carioca. No entanto, há também moradores de classe média, especialmente aqueles que vivem no bairro há muitos anos, além da Cruzada São Sebastião. Este último é um conjunto habitacional localizado à margem oeste do Jardim de Alá. Criado em 1955 por iniciativa de Dom Hélder Câmara, então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que convenceu anos antes o presidente da República, Café Filho, a firmar um convênio para construir o conjunto habitacional. O objetivo era fazer dali uma espécie de plano piloto para a meta de Dom Hélder de acabar em dez anos com as 150 favelas existentes na cidade naquela época. Sobre a cruzada, o Leblon e os conflitos inerentes a estas relações ver Simões, 2008.

curso de minhas observações, percebia múltiplas características fisionômicas que pareciam refletir os múltiplos fluxos de imigração chegados a Buenos Aires. Particularmente aqueles de origem européia, a partir da metade do século XIX. Italianos, espanhóis, poloneses, ingleses, entre outros, eram as nacionalidades de muitos daqueles que, por distintas razões, ao longo de décadas, buscaram estabelecer-se na Argentina. Independentemente de para onde fossem dentro do território nacional, Buenos Aires era passagem obrigatória para eles[61]. Muitos se estabeleceram na cidade que, com o passar do tempo, ampliou-se formando uma ampla região metropolitana[62].

Em meio a essas observações, pensava sobre a possibilidade de interpretar essas distintas características como expressão de diferentes etnias, referenciando-me aos termos de Frederich Barth, para quem indivíduos originados em uma determinada região nacional, uma vez deslocados para outra sociedade podem, no contato com um *outro* distinto e ao longo de um período, reforçar diacríticos comuns que estabeleçam práticas, costumes e formas de referências contextuais, situacionais, que acabam por conferir uma identidade que se pode dizer étnica, na medida que possibilita produzir diferenciação no contato com as outras etnias (Barth, 2005). É comunidade humana definida por afinidades culturais que se manifestam, ou reforçam-se, em meio a contextos sociais diversos daqueles que constituem a sociedade de onde estes atores são originários. Contextos estes que serão responsáveis pela definição de novos processos de utilização dos espaços e construção de representações sobre eles mesmos, em outro lugar. Nesta conceituação, portanto, o partilhamento de fatores como a nacionalidade, religião, linguagem, reminiscências e tradições assumem posicionamento central. Assim, ao aludir sobre características étnicas de determinados estratos da população, estarei expressando meu olhar para a forma como pessoas provenientes de diferentes países podiam interagir com os nacionais argentinos na busca por se estabelecer em Buenos Aires, em especial aqueles que se comunicam em língua espanhola e fazem fronteira com a Argentina. Quando referir-me a tal conceito será com esse conteúdo, em virtude de ser uma abordagem que leva em consideração a observação de aspectos

61 Durante décadas, foi o porto de Buenos Aires o portal de entrada no país. Contemporaneamente, é o aeroporto internacional a principal via de acesso. Por ele passam, praticamente, todos os vôos internacionais com destino à Argentina.

62 A Argentina constituiu, junto com Estados Unidos, Canadá e Brasil, um dos principais países receptores da chamada "Grande corrente emigratória européia", observada no período de 1800 a 1950. Na Argentina o impacto dessa emigração foi intenso, pois reuniu iniciativas particulares e, sobretudo, políticas governamentais. Sobre tais processos ver, entre outros: Gori (1988); Rechinni De Lates (1971) Sarramone (1999).

encontrados no campo, e abordados em função dos propósitos desse texto.

A venda ambulante e seu tempo

O universo de práticas que descrevi parcialmente, assim como os lugares nos quais estas se desenvolvem, informa também distintas temporalidades. Diferentes personagens se substituem no cenário urbano, durante os turnos da manhã, tarde ou noite, preenchendo a cidade de interesses, desejos e necessidades. Para todos eles, a estrutura da cidade busca outorgar oportunidades de satisfação através de uma rede de provedores de bens a serem consumidos. E neste vai-e-vem, as distintas formas de estabelecimento comercial nutrem-se mutuamente, ao mesmo tempo em que alimentam a cidade de seus apetrechos, suas comidas, seus serviços. Algumas amplamente visíveis, estabelecidas, legitimadas, inclusive, em função das normas e leis que instituem suas vigências o que, salvo interpretação alternativa, garantem o ingresso de recursos na forma de taxas e impostos para desenvolvimento e manutenção das iniciativas estatais.

Na minha perspectiva, no entanto, as demandas do público que se desloca pela cidade podem ser satisfeitas também em outras formas de comércio. Estas são mais

atomizadas, na forma de vendedores ambulantes que, de acordo com meu modo de ver, preenchem as lacunas existentes entre os múltiplos espaços e temporalidades que distinguem as pessoas nos seus cursos e trajetos pela cidade. Para quem não podia ir a um shopping, as roupas lhes alcança em uma dada esquina, nas mãos ou banca de um vendedor ambulante. Caso esteja cheia de gente uma verdureria, ou o dinheiro disponível não alcance a “ganância do coreano”, ou ainda se for desejado apenas conversar sobre trivialidades, ali ao lado do supermercado está a senhora boliviana de sempre. Da mesma forma, se não se pode tomar um café solitariamente e contemplar vidas a passar, os vendedores de cafés, com suas multiplicidades de garrafas térmicas dispostas em um carrinho, conformam uma alternativa viável. Caso seja o aniversário do filho, ou lhe falte um caderno para suas aulas, a falta de tempo de ir à papelaria ou a

uma loja de brinquedos, pode ser compensada pela presença do ambulante no semáforo, no metrô, ou no trem, como veremos. O ato de consumir envolve escolhas e, portanto, sempre pode gerar dúvidas. Não por acaso existem propagandas e profissionais devotados a ajudar as pessoas a realizarem suas escolhas. Penso que os ambulantes podem ser pensados como atores que, de uma forma singular, ajudam as pessoas em seu cotidiano a solucionar suas inquietudes diante do consumo.

Das ruas aos trens

A exemplo do conhecimento que tenho com relação ao Rio de Janeiro, queria perceber como se organiza a atividade comercial ambulante em seu interior para, em seguida, compará-la com o ambiente dos trens. Era, assim, uma primeira abordagem para estabelecer possíveis similaridades e contrastes mais expressivos com o Rio de Janeiro. Começando pelo Bairro Norte, onde residia, essa atividade não me parecia destinada a render muitos frutos. Julgava serem poucos os indivíduos que se dedicavam a essas atividades por ali. De fato, nas ruas próximas, não eram mais que cinco pessoas. Em um cruzamento à frente de onde eu morava, uma senhora de feições *indígenas* vendia peças

íntimas femininas próxima a um supermercado. Uma outra, que para mim bem poderia ser irmã da primeira, comercializava hortaliças e verduras duas quadras adiante, próximo a outro supermercado. Ela estava sempre acompanhada de uma menina de uns 10 anos, que parecia sua filha. Em outra esquina próximo dalí, um rapaz de cabelos lisos e pele escura também se dedicava ao comércio nas ruas. Tempos mais tarde, conversando com ele, vim a saber que era do sudoeste do país, de origem *mapuche*[63]. Nas proximidades de um conjunto de mercearias, ele vendia panos de prato, toalhas de mesas, entre outros artigos similares. Um pouco mais distante, no cruzamento entre a avenida Santa Fe e a rua Rodriguez Peña, um rapaz em uma cadeira de rodas passava o dia a vender loteria e estudar textos. Marcava-os com suas mãos defeituosas e os analisava com os grossos óculos que eram protegidos permanentemente pela aba de um boné cinzento. Não era muito de falar, mas conhecia

63 A etnia mapuche é considerada uma das originárias do território argentino, em relação ao advento do processo de colonização espanhola.

muitos dos passantes aos quais saudava vez por outra. Parecia manter sintonia permanente com um homem moreno, de média altura e cabelos crespos, que assava amendoins em frente a ele utilizando uma carrocinha adaptada para fazer *garrapinãda*[64]. Percorrendo mais quadras, em distintas direções, busquei conhecer um pouco mais.

À medida que caminhava pela cidade, distanciando-me do Bairro Norte, percebi a repetição de um padrão análogo. Nas principais avenidas - as paralelas Santa Fe, Córdoba, Corrientes e Rivadavia, por exemplo, os ambulantes podem ser vistos em número muito significativo. Nas ruas que recheiam os intervalos entre elas, estes são mais escassos. Salvo se houver uma praça de grande circulação, nas proximidades de uma escola, um tribunal, uma universidade ou outra instituição onde seja grande a circulação de pessoas. Estes, geralmente, utilizam o próprio corpo para exposição das mercadorias. Em menor quantidade há aqueles que utilizam esteiras, bancas de madeira ou coisa similar. Entre os artigos mais oferecidos ao público nas ruas destacam-se os objetos para o lar, vestimentas íntimas, meias, acessórios para telefone celular, pequenos cadernos e canetas, doces e balas, hortaliças e verduras; nas praças, os vendedores desses artigos dividem o espaço com vendedores de artesanato e outros trabalhos manuais. Mas eles têm uma coisa em comum: as coisas que trazem consigo cabem em uma pequena bolsa.

Essas pessoas não têm as mesmas características daquelas que descrevi como moradores do Bairro Norte. Alguns têm feições parecidas com *indígenas*, como daquelas pessoas que descrevi acima. Aliás, são recorrentes as mulheres sentadas próximas aos supermercados, tendo a seu lado bolsas e caixas de verduras, as quais comercializam. Eu imaginava que, pela quantidade de coisas que via, não poderiam chegar àquelas localidades sozinhas. Alguém as trazia ou as ajudava. Mais tarde, conversando com elas, soube que chegam aos locais e, em seguida, uma caminhoneta lhes entrega as mercadorias. Às vezes são ligadas por laços de parentesco aos donos de verdurerias e esses, por sua vez, aos proprietários de hortas no conurbano. Outras vezes são empregadas por indicação de alguém com essas vinculações. A maioria daquelas

64 No Rio, estes amendoins são igualmente vendidos por pessoas hábeis em cobrí-los com açúcar torrado.

pessoas tem estatura mediana. Em geral, vestem roupas simples, em comparação com aquelas comumente utilizadas pelos moradores mais bem acomodados na cidade.

Nacionalidades em contato - uma primeira *mirada* à oeste

Entre os comerciantes ambulantes são numerosos aqueles de tez morena e, como se diz em castelhano, *morocho*[65]. Negros não são vistos regularmente pela cidade, salvo aqueles provenientes de algum país africano. Estes podiam ser vistos mais comumente, no período em que pesquisei na cidade, em *Once*, bairro localizado na zona oeste. Na verdade, o Once é toda uma região com grande quantidade de comércios – atacado e varejo – dos mais diferentes ramos de atividade. Por conseguinte, é densamente transitada por pedestres e meios de transportes, constituindo uma das zonas comerciais mais importantes da capital federal argentina. Era estimulante para mim ver a quantidade de gente que se dirigia aos variados negócios dispostos em suas ruas. Gente que ia e vinha, que comprava, que vendia, que chegava de trem, de metrô, em ônibus ou táxi. Gente que morava na cidade, mas que também vinha de outros estados do país ou de cidades da província de Buenos Aires para adquirir mercadorias que seriam vendidas em seus lugares de origem. Pessoas que também passavam por Once para chegar a seus lugares de moradia, na cidade ou no conurbano a Oeste. Por isso mesmo, lugar central

ocupa o terminal de trens, que leva o nome do político e escritor Domingo Sarmiento. Ele está localizado exatamente ao lado de *Plaza Miserere*, uma enorme praça em torno da qual se dispõem os terminais de ônibus e que abriga sob ela uma importante estação de metrô. É um lugar dos mais valorizados entre os vendedores ambulantes.

Once é uma localidade onde percebi uma grande concentração de comércio de atacado, cujos donos eram, em sua maioria, de origem judaica ou sírio-libanesa[66]. Já em minhas primeiras caminhadas por suas ruas, observar os nomes das lojas e a circulação de

65 O termo morocho é empregado para pessoas que tem cabelos negros.

66 A maior onda imigratória de Judeus, Sírios e Libanes na Argentina, ocorreu em princípios do século XX, em função dos impactos da Primeira Guerra Mundial provocados sobre a população de origem judia, nos países da Europa, e também sobre os países vinculados ao então Império Otomano. Efeitos que, em maior o menor medida, se reproduziu na chamada Segunda Guerra Mundial. Sobre tais processos ver Escudé, Carlos; Cisneros, Andrés, 2000. Disponível também em http://www.cari.org.ar/

pessoas com *quipá*[67] ou indumentárias árabes me indicavam tais características. Não por acaso, em certas ocasiões, fazia-me lembrar do SAARA, um conjunto de ruas no centro do Rio de Janeiro com características semelhantes[68]. Havia, porém, uma diferença importante: nas ruas de Once os vendedores ambulantes podiam, muitas vezes, ser observados em frente aos estabelecimentos comerciais. No caso carioca, como demonstrou Cortes (2005), as lojas contratavam seguranças para evitar roubos, furtos, mas também coibir as práticas comerciais de ambulantes não autorizados naquela região. Chegavam mesmo a isolar com cavaletes aquela área do restante da cidade, reproduzindo uma tendência que sempre observei de apropriação particularizada de determinadas áreas urbanas do Rio de Janeiro.

Durante meu trabalho de campo em Buenos Aires, tive contato com um acontecimento considerado recente: o bairro Once e suas imediações passaram a receber um significativo contingente de pessoas provenientes do continente africano, particularmente do Senegal. Com isso, aquela zona ganhava representantes de um novo continente, que somavam-se àqueles oriundos do Oriente Médio, como também de países centro e sul-americanos, como peruanos, colombianos, paraguaios, bolivianos, dominicanos, entre outros.

> Em 2001, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) publicou um estudo consolidado sobre os registros disponíveis dos processos de imigração para a Argentina entre 1869 e 2001. O quadro a seguir reproduz essa sistematização. Chamo a atenção para alguns dados significativos, tais como o crescente aumento da imigração desde os países limítrofes entre 1980 e 2001, período correspondente aos planos econômicos de natureza heterodoxa que culminaram na decretação da paridade de valor entre peso argentino – cujo ápice resultou na chamada lei de convertibilidade, de 1991 – o que transformou a Argentina em um destino atraente para a população dos países circunvizinhos, que falam espanhol. Note-se, por exemplo, que não houve incremento da imigração de origem brasileira neste período. Por outro lado, chamo a atenção para as imigrações de origem espanhola e italiana entre os anos 1895 e 2001, o que corrobora com a representação portenha de que espanhóis e italianos seriam as bases européias da formação do povo argentino.

67 Trata-se de um abrigo para a cabeça, no formato redondo, utilizado por judeus.

68 Ver Cunha & Mello, 2006.

Quadro 1

Tamanho e composição da população não nativa segundo o país de origem

País de nascimento	1869	1895	1914	1947	1960	1970	1980	1991	2001
Total	210.330	1.006.838	2.391.171	2.435.927	2.604.447	2.210.400	1.903.159	1.628.210	1.531.940
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Países limítrofes	41.360	115.892	206.701	313.264	467.260	533.850	753.428	817.144	923.215
	19,7%	11,5%	8,6%	12,9%	17,9%	24,2%	39,6%	50,2%	60,3%
Bolívia	6.194	7.361	18.256	47.774	89.155	92.300	118.141	145.670	233.464
	2,9%	0,7%	0,8%	2,0%	3,4%	4,2%	6,2%	8,9%	15,2%
Brasil	5.919	24.725	36.629	47.039	48.737	45.100	42.757	33.966	34.712
	2,8%	2,5%	1,5%	1,9%	1,9%	2,0%	2,2%	2,1%	2,3%
Chile	10.883	20.594	34.568	51.563	118.165	133.150	215.623	247.987	212.429
	5,2%	2,0%	1,4%	2,1%	4,5%	6,0%	11,3%	15,2%	13,9%
Paraguai	3.288	14.562	28.592	93.248	155.269	212.200	262.799	254.115	325.046
	1,6%	1,4%	1,2%	3,8%	6,0%	9,6%	13,8%	15,6%	21,2%
Uruguai	15.076	48.650	88.656	73.640	55.934	51.100	114.108	135.406	117.564
	7,2%	4,8%	3,7%	3,0%	2,1%	2,3%	6,0%	8,3%	7,7%
Países não limítrofes	168.970	890.946	2.184.496	2.122.663	2.137.187	1.676.550	1.149.731	811.032	608.725
	80,3%	88,5%	91,4%	87,1%	82.1%	75,8%	60,4%	49,8%	39,7%
Espanha	34.068	198.685	841.149	749.392	715.685	514.500	373.984	244.212	134.417
	16,2%	19,7%	35,2%	30,8%	27,5%	23,3%	19,7%	15,0%	8,8%
Italia	71.403	492.636	942.209	786.207	878.298	637.050	488.271	356.923	216.718
	33,9%	48,9%	39,4%	32,3%	33,7%	28,8%	25,7%	21,9%	14,1%
Otros Países	63.499	199.625	401.138	587.064	543.204	525.000	287.476	209.897	257.590
	30,2%	19,8%	16,8%	24,1%	20,9%	23,8%	15,1%	12,9%	16,8%

Fonte: INDEC (1997), (2001)

Os *africanos*

Os africanos podem ser vistos cotidianamente em Buenos Aires empunhando uma pequena maleta conhecida entre nós brasileiros como *OO7*. Na época de minha pesquisa a maior parte deles estava sempre caminhando pelas ruas de Once e bairros adjascentes de um lugar para o outro. Mas também andava por outros lados da cidade, mas não em

quantidade tão significativa. A presença africana é hegemonicamente de homens negros, cujas idades podem oscilar entre 18 e 40 anos, aparentemente. Como referi, a maioria é proveniente do Senegal, ainda que eu tenha encontrado nigerianos, caboverdianos, congoleses e quenianos durante meu trabalho de campo. Quando param, abrem suas maletas revestidas em feltro, sob as quais armam um cavalete de quatro pés. Dessa

forma, a maleta transforma-se em uma espécie de barraca que, ao longo do dia, muda várias vezes de lugar em uma mesma área. No interior destas estes comerciantes transportam, invariavelmente, bijouterias, presas com alfinetes ao feltro; desta forma não caem ante um movimento mais brusco. Anéis, pulseiras, cordões, confeccionados a partir de diferentes materiais: cromados, niquelados, banhados a ouro ou prata em distintos quilates. Também há aqueles que fixam seus artigos para venda na superfície de pequenos guarda-chuvas.

Diferentemente de outras pessoas que comercializam nas ruas, vestem jeans, sapatos e tênis de marcas conhecidas[69] ou outras roupas que lhes resulta em boa representação diante do público que é formado majoritariamente por mulheres. Eu conheci alguns que vestiam-se em trajes cerimoniais, geralmente de cor branca, com muitos colares coloridos e um gorro na cabeça. Isso, porém, era raro. Como pude constatar, conversando com alguns deles, podem adotar tais vestimentas tipos que exercem uma espécie de liderança, seja em relação àqueles africanos que vivem em hotéis ou apartamentos alugados em edifícios precários na região do Once ou em cidades localizadas na zona oeste da cidade.

Os africanos que circulam nesta zona à oeste o fazem em número significativo, considerando que não é comum encontrar negros em Buenos Aires. Isso não quer dizer que não seja possível encontrá-los em outras áreas da cidade. Já no final de minha estadia em Buenos Aires cheguei a encontrá-los em significativa quantidade na cidade de La Plata, na região sul do conurbano, onde fui várias vezes para encontrar-me com membros de um agrupamento de usuários de trens que reclamavam por melhorias nos serviços ferroviários[70].

Chinos, Bolichas, Peruchas e Paráguas

Naquela seção da zona oeste, porém, eu podia perceber uma maior incidência de pessoas com as mesmas características físicas das vendedoras que comercializavam verduras e roupas íntimas próximos à minha residência. Em sua maioria, segundo interlocutores que tive no Ministério Público da cidade, são pessoas de origem boliviana, peruana ou paraguaia. Ramón, um dos funcionários da *Fiscalia de*

69 Entre os tênis, as marcas mais comuns são Nike, Puma e Adidas.

70 Sobre minhas incursões junto a estes grupos ver sobretudo o capítulo V.

Contravenções e Faltas[71], o qual acompanhei durante um dia de trabalho pelas ruas de Once, dizia que cada nacionalidade tinha se especializado em um ramo específico de comercialização: os peruanos comercializavam celulares e tudo o que estivesse relacionado a eles; os bolivianos vendiam meias e roupas e os paraguaios, por sua vez, difundiam ferramentas e brinquedos. O fato é que os ambulantes, de uma maneira geral, vendiam mercadorias dos mais variados tipos e tamanhos nas ruas, destinadas a numerosos fins: de uso pessoal ao domiciliar.

É também significativo o número daqueles que se dedicam à venda de alimentos industrializados, como também frutas e verduras. Os melhores estabelecidos entre estes últimos têm suas próprias *verdurarias*. Geralmente uma pequena loja. Há também aqueles que trabalham para pessoas de origem asiática: chinesa ou coreana. Contudo, estes segmentos de origem latino-americana são muito mais numerosos em outras atividades, particularmente aqueles que requerem menor formação escolar. O mais comum é que trabalhem como pedreiros, mestre de obras, entre outras atividades relacionadas à construção civil.

A uma certa altura tomei conhecimento da existência de um significativo contingente de pessoas de origem boliviana que trabalha em confecções de roupas clandestinas. Estas seriam da propriedade de *chinos*, que é a forma como são chamados popularmente não só pessoas de nacionalidade chinesa, como também coreana. Pelo menos era o que me dizia Gerardo, um jovem portenho de 27 anos, o qual trabalhava no Ministério do Espaço Público do governo da cidade de Buenos Aires. Segundo ele, seria recorrente observar tal associação entre bolivianos e coreanos. Em uma ocasião contou-me um episódio revelador dessas relações.

Quando estava à frente de uma equipe responsável pelo ordenamento urbano, recebeu a denúncia de um morador do bairro Flores de que havia oficinas clandestinas em um imóvel não regulamentado para abrigar negócios comerciais. Munido de um mandato judicial e acompanhado por outros profissionais da Prefeitura, como também da Policia Federal Argentina[72], eles chegaram de surpresa ao prédio. Segundo disse, lá estavam as

71 No próximo capítulo descreverei com maior detalhamento esta instituição ligada ao Ministério Público da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

72 Na época de minha pesquisa, a polícia federal argentina era a instituição responsável pelo patrulhamento ostensivo das ruas,

máquinas de costura, duas pessoas de origem coreana e uma enorme quantidade de mulheres e homens bolivianos. Pessoas que trabalhavam mediante o pagamento de um salário semanal, sem garantia trabalhista alguma. Enquanto lavrava uma *acta de falta*, e solicitava aos policiais providências para fechar o estabelecimento, este meu amigo que coordenava a *operação* foi cercado pelos bolivianos. Os coreanos nada falaram, pois pouco se expressavam em espanhol.

Coube aos empregados bolivianos pedir que nada fosse feito, pois a desapropriação das máquinas e fechamento do local significava um duro golpe não só para aqueles que trabalhavam ali, mas, sobretudo, para seus filhos. Uns por que não receberiam o dinheiro e, com isso, faltariam com compromissos assumidos até na Bolívia; outros por que, caso os pais fossem obrigados a deixar Buenos Aires, perderiam o direito à escola. Dessa forma, interromperiam a oportunidade de educação com vistas a produzir melhorias na situação econômica e social daquelas famílias.

Foi com angústia que ele lavrou a ata, pois concebia enquanto legítima aquelas aspirações que, em certa medida, eram as dele também. No entanto, fez o que lhe correspondia funcionalmente e pediu que as pessoas deixassem o local, o que ocorreu sem maiores conflitos. Naquela noite, enquanto saboreávamos um *asado* na casa de amigos, Gerardo meio que desabafava. Para ele, a lei não enxergava a dramática situação daquelas pessoas, em especial dos bolivianos. Tirava-lhes o trabalho, mas não oferecia-lhes outra alternativa que não a marginalidade. Comentava que nunca esquecera aquele episódio. O silêncio com que as pessoas se retiravam teria sido por demais eloqüente e teria produzido um constrangimento nele, como também nos policiais que apoiavam a atividade de sua equipe.

Tomar conhecimento dessa circunstância me fez lembrar, em certa medida, das incursões descritas por Pinheiro Machado (2008) na região do Guandong, na China. Em sua etnografia das fábricas localizadas nas Zonas Econômicas Especiais de produção (ZEE) chinesa, a antropóloga brasileira tomou contato com situações nas quais centenas de milhares de chineses buscavam diariamente uma colocação em uma das milhares de indústrias localizadas na região, as chamadas *sweatshops* "expressão irônica que se

visando a prevenção e repressão aos delitos, como também pelas investigações destes últimos, em apoio aos juizados de instrução. Mais adiante falarei mais detidamente sobre isso.

refere ao suor de uma jornada de trabalho exaustiva e mal-remunerada" (Machado, 2008:351). Ela descreve e analisa as relações de trabalho instituídas naquelas verdadeiras *instituições totais*, onde um operário trabalha em torno de 12 horas por dia, ficando o restante de seu tempo no interior da fábrica, a exemplo que descreveu Foucault acerca da França do século XIX (Foucault, 2001). Através do acesso às representações dos próprios operários sobre aquelas relações, como também dos empresários que os empregam, Pinheiro Machado relativiza o conceito de *exploração*, preconizado pela Organização Internacional do Trabalho. Neste exercício, ela sugere que nos termos nativos - e de acordo com os valores subjacentes àquela cultura milenar, onde a fome é um desafio permanente - o que se está praticando na China contemporânea é um tipo de relação capitalista onde as noções de igualdade e liberdade – ou dignidade - são distintas daquelas que são representadas discursivamente no ideário ocidental. Noções essas que são responsáveis por uma economia onde "entre um bilhão de pessoas, cem milhões são empresários e novecentos esperam abrir um negócio" (Machado, op. cit: 373).

Talvez fosse o caso refletir sobre essas relações entre os *chinos* e os bolivianos em termos análogos. Pelo menos era o que me autoriza pensar a informação de que os bolivianos tinham por iniciativa defender seus vínculos de trabalho os quais eram remunerados parcamente, em condições que beiravam a insalubridade, em prol de propiciar melhores formas de se estabelecerem em Buenos Aires do que poderia ocorrer, por exemplo, em uma quantidade razoável de *departamentos bolivianos*[73]. Assim, Buenos Aires parecia equivaler às cidades norte-americanas para distintas correntes migratórias observadas ao longo do século XX que acederiam ao chamado *sonho americano*. Afinal, cada um sonha como e com o que pode.

Meses mais tarde eu tomaria conhecimento de outros episódios envolvendo esse tipo de associação entre bolivianos e coreanos, alguns surpreendentes. Um deles me foi descrito pelo chefe de inspetores da Divisão de Feiras e Mercados, também ligada ao Ministério do Ambiente e Espaço Público da cidade. Luís Miguel era o então responsável pelo controle dos inspetores da cidade e em uma de suas muitas andanças pelo bairro Flores, um bairro ainda mais a oeste, onde há uma marcante presença da comunidade boliviana,

73 Departamento é uma das formas como se representa politicamente a divisão do território da Bolívia, semelhante a estado no Brasil ou provincia na Argentina.

presenciou um fato que ele considerou emblemático. No cruzamento entre as avenidas Cobos e Curapaligue, segundo ele, um contingente significativo de pessoas de origem boliviana estava sentado nas quatro esquinas havia um tempo. Em determinado momento, uma caminhonete parou em uma das esquinas. As pessoas acercaram-se e, após o homem que estava em seu interior dizer alguma coisa, um após outro começou a gritar números: “quatro e cinquenta!”; “três e oitenta!”; “três e vinte!”; “dois e setenta!”; “dois e cinquenta”; “dois e dez!”; “um e oitenta!”, “um e cinquenta!”; “um e vinte!”... e seguiu-se o silêncio. Aquela foi a última fala. O homem saiu do interior da caminhonete. Era um tipo asiático, provavelmente coreano. Bateu no teto do carro e todas as pessoas afastaram-se, com excessão daquele que tinha gritado pela última vez. Este entrou no automóvel e foi-se com o *chino*. Segundo Luís, tratava-se de um leilão onde cada pessoa dizia quanto estava disposta a receber por hora para trabalhar em uma confecção.

Bolivianos nas esquinas das avenidas Cobos e Curapaligüe esperam oportunidade de trabalho

As *mafias*

Esse, talvez, fosse um tipo de associação muito semelhante àquele que os integrantes da *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas*, vinculada ao Ministério Público da cidade, representavam como sendo de exploração do trabalho para enriquecimento ilícito. Segundo essa perspectiva, era em práticas como essa que se originava aquilo que diziam ser *mafias*, que controlavam a produção em determinadas manufaturas e, sobretudo, a venda ambulante em distintas regiões da cidade portenha. As *mafias* eram vistas pelos *fiscales* como entes cujos líderes seriam desconhecidos, mas que operavam em regime

de promoção de delitos e contravenções na ocupação do espaço público. Desse modo, propiciavam enriquecimento ilícito àqueles que manejam redes de imigrantes, particularmente de países limítrofes à Argentina. Como veremos mais a frente, essa lógica discursiva fundamentava boa parte das iniciativas dos membros daquela instituição, quando lá fiz trabalho de campo.

Migração e controle

O fato, porém, é que pessoas de origem boliviana, paraguaia e peruana formam comunidades muito numerosas na cidade e em toda a região metropolitana[74]. Entre os portenhos é comum representar estes segmentos como constituindo a população majoritária das *villas de emergencia* da cidade. São tão significativas as presenças destas comunidades na região metropolitana que quando ocorrem eleições nestes países, ou qualquer evento de natureza política nos mesmos, são facilmente visualizados na cidade. Seja através de grandes movimentos nas embaixadas ou através da utilização do espaço público urbano para passeatas ou protestos públicos.

O mesmo não se pode afirmar com relação à população de origem uruguaia, cuja população é igualmente muito numerosa na região metropolitana[75]. No entanto, trata-se de uma identidade menos visível e mais difundida na cidade de Buenos Aires e no conurbano. A mobilização política desses segmentos nacionais se dá de forma muito mais discreta, particularmente em situações de conflito político envolvendo interesses argentinos e uruguaios[76]. Eu conheci muitos uruguaios durante o período de minha estadia. Estes, por sua vez, são devotados a inúmeras atividades profissionais e

74 A população de bolivianos e paraguaios na Argentina, em 2001, segundo levantamento do Instituto Nacional de Estadísiticas y Censos (INDEC), era, respectivamente, de 233.464 e 325.046. Em que pese serem países que fazem fronteira com a Argentina, a maioria dessas populações encontra-se em Buenos Aires, cujo processos migratórios iniciaram-se ainda no século XIX, mas que se intensificaram bastante nos últimos 20 anos. Sobre a imigração boliviana, recomendo a leitura de Grimson (2000). Aspectos sobre a imigração paraguaia podem ser lidos em Gómez, Pablo Martín Sebastián (2008).

75 Segundo o INDEC, eram 117.564 a quantidade de uruguaios na Argentina, em 2001. A maioria dos quais viveu em Buenos Aires.

76 Em 2007 teve início um conflito entre os dois países envolvendo a construção de uma indústria de celulose de origem suiça. O governo argentino havia proibido a construção da mesma, na região de Gualeguaychu, alegando motivações de natureza ambiental. Segundos estes argumentos, o Rio Gualeguaychu corria o risco de contaminação, atingindo diretamente outras atividades econômicas e a saúde da população local. A empresa propôs a construção ao governo uruguaio, que aprovou a construção da indústria na margem do mesmo rio, pelo lado uruguaio. A população daquela cidade, iniciou um protesto que, entre outras coisas, impediu o trânsito pela ponte que unia os dois países. Esses protestos tiveram reflexo em distintos pontos da Argentina; em Buenos Aires a polícia federal teve que custodiar a sede da embaixada uruguaia, localizada poucos metros de onde eu morava. Em todo o período que vivi na Argentina, nunca ouvi comentários de uruguaios sobre o episódio.

econômicas. Entre elas, o comércio ambulante em distintas zonas da cidade. Como se poderá ver, tive dois interlocutores chave de origem uruguaia.

Pensar os contextos de minha pesquisa, considerar sobre os processos distintos de imigração, mas sem me desviar de meus propósitos iniciais, se tornou para mim um desafio importante. Minha pesquisa junto à venda ambulante no Rio de Janeiro, particularmente nos trens, não tinha como um elemento distintivo a observância de imigrações estrangeiras relevantes, como eu percebia em Buenos Aires. No caso carioca, os processos migratórios foram protagonizados fundamentalmente por populações do nordeste, como também de localidades do interior dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Conseqüentemente, os mecanismos de controle social são diferenciados em um lugar e no outro, na medida em que lidar com o controle da imigração é um dos temas mais sensíveis ao poder de polícia que se pode exercer desde as administrações públicas.

Era, portanto, algo que tinha que levar em consideração ante o exercício de identificar essas formas de controle, no tocante à utilização do espaço público urbano. Afinal, como elas estariam inseridas nos discursos dos atores na viabilização dessas relações que, conforme eu testemunhava, eram responsáveis pela circulação de mercadorias e, sobretudo, de pessoas das mais diferentes procedências? Em minha forma de analisar, o que parecia se produzir desde a cidade de Buenos Aires era uma conjugação entre ações, práticas e normas que faziam da venda ambulante um objeto absolutamente distinto do que eu identificava em minha cidade. Entender essa conjugação me pareceu um exercício fascinante e que poderia render dividendos positivos para minha pesquisa, em termos comparativos. Para isso, foi preciso investir mais pesadamente no meu trabalho de campo.

O comércio ambulante – as praças e o sistema de transportes

Inicialmente eu acreditava que, à medida que me afastasse da suposta *zona nobre* da cidade, aumentaria a incidência de comerciantes ambulantes. Mais ou menos como acontecia, por exemplo, do Leblon em direção ao centro do Rio, passando pelo bairro de Copacabana. Essa opinião verificou-se acertada, mas não na proporção que eu supunha. Com excessão de um outro ponto, essas atividades não estão dispersas de maneira desordenada pela cidade. Em diferentes bairros o que se reproduz, a meu ver, é aquilo

que eu observei nas imediações da Recoleta. Um número reduzido de ambulantes, com poucas mercadorias, em pontos mais ou menos determinados.

Com o tempo percebi que de forma semelhante ao Rio de Janeiro, ainda que com uma incidência menor, há formas de organização do comércio ambulante que estão estruturadas de maneira mais permanente no espaço físico urbano. Sejam na forma de pequenas mesas, barracas, carrocinhas ou *puestos*[77]. Estas diferentes formas de organização do comércio ambulante na cidade de Buenos Aires pareceu-me disposta de uma forma seletiva, em função não só do bairro, mas, sobretudo, em função do fluxo urbano. Fluxo este que parece ser determinado por duas variantes importantes: a oferta de serviços de transportes e o bairro no qual se desenvolve. Conseqüentemente, a organização desse comércio *de rua* parece buscar, por um lado, possíveis consumidores que chegam e saem da cidade, nos momentos em que transitam em seu interior; por outro, possíveis clientes que vivem nas casas e edifícios pelas redondezas onde estão organizados. Dessa forma, os bens e produtos mais comumente comercializados podem ser classificados em três categorias: a) comestíveis; b) artesanatos e confecções manuais e c) produtos industrializados. Dependendo do lugar ou do horário, pode-se observar só uma, duas ou até mesmo as três modalidades de produtos serem oferecidos em um mesmo espaço, a partir de organizações diferentes.

***Puestos* em Plaza Miserere, Once, e *Fijo* em frente a estação de Retiro**

77 São assim designadas estruturas de diferentes dimensões. Os mais comuns, porém, são estruturas feitas de metal e com portas que correm de cima para baixo. Estas podem fechar-se no piso da estrutura ou no meio, quando encontra com uma placa de metal fixa. São semelhantes às bancas de jornais conhecidas em minha cidade. Há bancas de jornais parecidas, em Buenos Aires. No entanto, o mais comum, neste último caso é que estes sejam comercializados em estruturas mais modernas; algumas contando com ar condicionado, particularmente nos bairros dotados de melhor infraestrutura urbana.

As praças e o mercado ambulante

A cidade portenha pode ser percebida também como um feixe entremeado de ruas e avenidas que, após um conjunto de quadras, é interrompido por uma praça. Em muitas dessas, na maioria dos bairros, é possível encontrar uma ou outra barraca móvel, tipo *carrocinha*. Nestas comumente oferecem-se ao público cachorro-quente, refrigerantes, água mineral, doces, entre outros. Sobretudo no período de aulas e nos dias não chuvosos. Estes podem dividir o espaço com vendedores de artesanatos e outros trabalhos manuais, que expõem suas mercadorias em pequenas esteiras, particularmente nos finais de semana. Igualmente se pode notar que os vendedores são sempre os mesmos. E, dependendo da extensão da praça, é possível localizar uma, duas ou mesmo quatro barracas.

No entanto, se essa praça estiver situada nas proximidades de um terminal de ônibus, essa quantidade de *puestos* pode aumentar significativamente. Até por que, na maioria dos casos, esse terminal estará próximo a um terminal ou estação de trem e metrô. De fato, durante minha pesquisa, a Câmara Argentina de Comércio preocupava-se com as manifestações da chamada *venta callejera* nestas localidades. Aquela entidade representativa de pequenos e médios empresários mantém uma pesquisa mensal sobre essa atividade que é classificada por eles como de "competitividade desleal"[78]. A circulação de pessoas nestes pontos é bastante acentuada, podendo favorecer uma maior realização de negócios. Por isso mesmo, nestas localidades se pode observar uma significativa quantidade de barracas ou *puestos*.

Em determinados bairros, onde se localizam praças em que a venda ambulante não é vista com o mesmo rigor pelo *Observatório de Comércio e Serviços*[79], são predominantes as atividades ditas artesanais. Esse é o caso, por exemplo, da praça localizada na Recoleta. Nela se localiza, todos os sábados e domingos, a conhecida *Feira da Praça França*, quando fervilham barracas com artesanatos e confecções manuais de distintas origens. No entanto, os artesãos que atuam aí são bastante diferentes daqueles que eu observei em outras áreas menos prestigiosas da cidade. Enquanto nessas últimas é freqüente a presença de artesãos que viajam pelo país, ou

78 Segundo o periódico mensal que era enviado para cada sócio da entidade, as praças e estações que tinham as maiores quantidades de *puestos ilegales* eram, pela ordem, Estação Retiro, Praça Constitución, Praça Once, Parque Rivadávia, Estação Barrancas, Praça de Mayo e Estación Lacroze. No capítulo II desenvolvo uma análise mais detida sobre essa iniciativa.

79 Era este o nome da publicação da *Camara Argentina de Comercio.*

mesmo por outros países – os chamados *mochileiros* – em lugares como Recoleta, Palermo e San Telmo, os donos das barracas são oriundos da cidade e do conurbano, aparentando fazer parte de estratos mais acomodados. E isso eu podia ver na forma como cada um desses artesãos se apresentava e se representava publicamente, geralmente com trajes convencionais, que lhes conferiam um caráter de *bem vestidos* e exibindo as credenciais concedidas pelo governo da cidade.

No caso dos *puestos* e bancas localizadas em locais de grande movimentação, as formas de ordenar, disponibilizar e armazenar as mercadorias parecem adequadas para atrair e lidar com um público apressado. Estas formas, aliás, parecem tornar-se rarefeitas ao longo da cidade, em função da dispersão das pessoas pelos mais variados entroncamentos e destinos. Acompanhando esse movimento, pude notar que, na medida em que diminuem esses fluxos, os *puestos* passam a dar lugar a barracas de menores proporções; ou mesmo uma banquinha mais modesta, até que retorne o padrão inicial dos ambulantes utilizarem seus próprios corpos.

E neste ponto inscreve-se uma das mais importantes distinções, do meu ponto de vista, entre as cidades de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. Enquanto essa última tem apenas um grande terminal de trens, cujas composições partiam em sentido a cinco destinos diferentes, Buenos Aires conta com sete terminais para uma quantidade superior de localidades no conurbano bonaerense. Comparativamente, enquanto na capital carioca 450 mil pessoas utilizam trens diariamente para se locomover pela cidade, ou para ela chegar desde os municípios circunvizinhos, cerca de 2 milhões de pessoas deslocam-se de trens, particularmente do conurbano, à capital federal argentina. Este contingente corresponde a 2/3 dos três milhões de pessoas que, durante a semana, procuram a cidade portenha para estudar, trabalhar, acessar diferentes serviços públicos ou atender vários outros interesses. Buenos Aires dobra o tamanho de sua população nesse movimento, que tem nos ônibus um meio de transporte importante, mas não o principal.

No interior dos trens, a atividade comercial ambulante oferece a este numeroso público, durante todo o dia, uma gama muito grande de mercadorias e serviços de entretenimento. Uma pessoa pode adquirir desde analgésicos ou outros medicamentos até pães e *empanadas*, passando por ferramentas, bolsas, meias, camisas, brinquedos, carteiras, relógios, óculos, CDs e DVDs piratas, enfim, tudo o que igualmente se poderia encontrar nas ruas. Da mesma forma, pode acompanhar a performance de músicos, mágicos e outros artistas que, via de regra, são aplaudidos após suas exibições. Nesse sentido, em comparação com o Rio, é um prolongamento ainda mais fidedigno do mercado que se origina nas ruas e avenidas. Enquanto nos trens urbanos cariocas, conforme meus dados, não se vende mais cachorro-quente, pastéis, salgadinhos, entre outras produções *caseiras*, em Buenos Aires esse tipo de oferta não está vedada ao público.

Nos trens de todos os terminais há a presença de vendedores ambulantes. Nos períodos em que estive na capital federal e circulei pelo conurbano, privilegiei o trabalho nos trens da Linha General Roca, que se origina no terminal de Constitución, ao sul da cidade. Pareceu-me o lugar onde melhor poderia comparar morfologicamente com a

Central do Brasil, considerando os arredores da estação terminal, as características dos trens e das estações por onde 500 mil pessoas, diariamente, circulam entre a cidade de Buenos Aires e o sul do conurbano bonaerense. Basta dizer que, distintamente, em parte dos trens que vão para o norte, e que partem da estação de Retiro, quase todas as composições têm ar condicionado, serviços de telecomunicação e televisão que exibem as principais notícias do dia. Estas transportam, geralmente, pessoas oriundas da classe média, que vivem em partidos ao norte como San Martin, San Isidro ou Tigre[80], muitos deles funcionários de empresas de telecomunicações, de escritórios de advocacia e de repartições públicas, entre outras instituições públicas e privadas. Um público bem distinto, portanto, daquele que observava no sul no qual predominavam empregados do comércio, empregadas domésticas, pessoas em busca de emprego, policiais federais, ambulantes se deslocando pra cidade, entre outros. E que o fazem em trens mais precários, sem o auxílio luxuoso de uma voz que lhes avisa quando está chegando seu destino. Em comum entre todas as linhas, porém, está a atividade ambulante que ocorre de dia à noite, sem interrupção.

O mesmo eu pude observar nas composições do metrô, serviço que no distrito federal argentino desempenha um papel importante. Na época de minha pesquisa, cerca de 1 milhão de pessoas eram transportadas diariamente em suas seis linhas[81]. Estas cobrem praticamente toda a cidade. No entanto, correm paralelamente umas às outras, com exceção da linha C, que

80 Não por acaso a Defensoria del Pueblo de la Nación apresentou uma queixa, em 2006, contra a concessionária que provia os serviços ferroviários nas linhas ao norte e a oeste, por promoção de serviço discriminatório. Este organismo foi instituído na reforma constitucional argentina de 1994 e funciona como ombudsman, sendo representado como "os olhos, ouvidos e voz da sociedade contra possíveis atos discriminatórios do Estado e empresas contra os cidadãos". Para mais informações ver www.defesoriadelpueblodelanacion.org.ar.

81 Segundo informações da Secretaria de Transportes do governo federal argentino, em 2007.

atravessa-as nas estações próximas às suas cabeceiras, no centro da cidade, interligando-as. A linha C tem em seus extremos os terminais ferroviários norte e sul. Partindo de Retiro com direção ao bairro Constitución, ela permite que os passageiros que utilizam as linhas A, B, D e E possam intercambiar seus destinos[82].

Essa circulação de pessoas pela infinidade de estações de metrô possibilita que mercadorias e serviços que são oferecidos por ambulantes também sejam observados nos âmbitos daquele meio de transporte. Sejam eles comerciantes que atuavam no interior dos vagões, oferecendo mercadorias e bens que não são vendidos nos negócios localizados nas plataformas, sejam músicos e artistas que, ao buscarem animar as viagens e conseguir contribuições, são muito bem aceitos pelo público. A exemplo do que eu observei nos trens, são invariavelmente aplaudidos após suas apresentações.

Ambulantes e agentes de controle

Voltando às ruas, em minha pesquisa pude perceber que o fluxo de pessoas podia se alterar conforme o horário ou mesmo em função do dia da semana. No entanto, ainda que alterasse meu trajeto, de forma a ampliar progressivamente o raio de minha abordagem, percebi que os ambulantes no espaço público urbano são sempre os mesmos, quase sempre nos mesmos lugares. Em meu trabalho de campo com camelôs no centro do Rio, conheci alguns que ocupavam uma determinada localização. Não era usual, porém, que ficassem muitos meses ou anos no mesmo lugar. Mas podia acontecer. Era o caso, por exemplo, do Gaúcho que era um ambulante com quem discutia questões sobre o comércio ambulante nas imediações do Largo de São Francisco, no centro do Rio, desde meus tempos de graduação no IFCS[83]. No momento em que escrevo essa tese, ele continua trabalhando no mesmo lugar, testemunhando os conflitos diários entre sua gente e os agentes de segurança pública. Ora, guardas municipais cariocas, policiais militares e, às vezes, policiais civis também.

No caso de Buenos Aires, chamava minha atenção a manutenção cotidiana dos mesmos agentes policiais em determinadas áreas da cidade, controlando aquele fluxo intermitente. Isso, definitivamente, era uma enorme diferença com relação à minha

82 Os usuários da Linha H, um trajeto que era mais recente, circunscrito basicamente à zona oeste da cidade, para participarem desse processo deviam antes fazer baldeações com a linha A.

83 Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde concluí minha graduação em Ciências Sociais em 2002.

cidade, onde é comum que um policial circule permanentemente, evitando que se familiarize com as pessoas de um local. Segundo me disseram oficiais da polícia militar, essa medida visa evitar que os policiais estabeleçam relações de proximidade, o que facilitaria a corrupção dos mesmos.

Essa distinção também pode ser explicada pela forma como se organizam os serviços nas instituições policiais cariocas e portenhas. No caso do Rio, quase todos os policiais militares e civis trabalham em regime de plantão. No período em que pesquisei estas instituições, a maioria dos agentes de ambas trabalha em escalas de 24h X 48h ou 24h X 72h. Ou seja, atuam um dia e folgam dois ou três. Com isso, são sempre substituídos por um colega, seja nas ruas, seja nas delegacias. No caso argentino, havia igualmente muitas escalas, como me informou um *comisario*[84] da policia federal que entrevistei em Buenos Aires. No entanto, os policiais responsáveis pelo patrulhamento das quadras trabalham em escala de 12 h X 24h ou, em alguns casos, 8 horas diárias. Todos eles, porém, podiam ser vistos diariamente nos mesmos postos, pois podiam fazer horas extras de acordo com um regime conhecido como *servicio adicional*[85]. Diferentemente do que ocorria no Rio, a segunda jornada policial era um serviço regularizado institucionalmente. Mais adiante retomo esse tema.

Rumo aos trens

Seguindo pelas ruas, enquanto caminhava pela cidade de Buenos Aires e buscava entender a estrutura organizativa da venda ambulante, indagava-me como se organiza o comércio nas ruas e transportes do Rio, em função dos fluxos de pessoas a partir da disponibilidade dos transportes. Concluí que em minha cidade há, em certa medida, uma maior complexificação das formas de armazenar-ordenar-disponibilizar-oferecer as mercadorias. Lá os ambulantes também variam do uso do próprio corpo à utilização de estruturas de grandes dimensões, passando por pequenas barracas, carrocinhas, entre outras formas. No entanto, uma coisa me pareceu absolutamente distinta em minhas

84 Um *comisario* de polícia é a autoridade responsável pela organização das atividades policiais de uma unidade chamada *comisaria*. Seria análogo ao delegado de polícia, no Brasil, com algumas distinções fundamentais. Começando pela não exigência da formação em Direito. Por outro, pela não existência da responsabilidade de uma peça judiciária chamada inquérito policial. No capítulo II discuto um pouco mais as implicações dessas distinções.

85 Tratava-se de uma modalidade de contratação do serviço policial que envolvia um banco ou um grupo de comerciantes – que podiam ser representados pela câmara de comércio, por exemplo – com uma determinada *comisaria*. No capítulo II descrevo esta modalidade de serviços e analiso as possíveis implicações de sua vigência, de acordo com meus interesses nesta tese.

reminiscências: no Rio, em contextos análogos, onde os fluxos se originam no entrecruzamento de diferentes meios de transportes o usual é que se instalem “feiras” permanentes ou, como se costuma dizer, *camelódromos*. Diferentemente do que, de um modo geral, acontece em Buenos Aires como vimos até aqui.

No Bairro Retiro, porém, as coisas são ligeiramente distintas. Lá percebí que o fluxo de pessoas aumenta em função da maior ou menor proximidade dos terminais de trens. Naquela localidade há três, perfilados tão logo se ultrapassa a Avenida Libertador.

Na seqüência, os terminas Bartolomé Mitre, Belgrano e San Martin

Aqueles que caminhem na calçada contígua ao Terminal Ferroviário Bartolomé Mitre podem adquirir nas barracas dos ambulantes óculos escuros, CDs *piratas*, refrigerantes, cerveja, água mineral, biscoitos, doces, entre uma infinidade de outros artigos. Nos dias de frio se pode mesmo adquirir luvas e cachecóis. Se houver chuva, alguns entre eles oferecem guarda-chuvas. Mas não é uma atividade isenta de riscos e controles. Hugo, um jovem peruano que conheci em minhas andanças por Retiro, me confidenciou em um de nossos encontros que cada uma daquelas barracas tinha que pagar diariamente cerca de cinqüenta pesos argentinos para que determinados policiais não os retirassem dali. Ele sabia disso, pois havia trabalhado um tempo para um ambulante que era *dono* do ponto que estava localizado exatamente ao lado da banca de jornal na qual

trabalhava, quando o conheci. O pagamento da *coima*[86] valia a pena, segundo ele, pois era bastante significativo o consumo naquela área. Conforme eu percebi, é praticamente inexistente a incidência de ambulantes que exibam mercadorias nos braços, nas mãos ou outras partes do corpo. A mesma coisa observei em frente ao terminal localizado ao lado deste primeiro, no qual está abrigada a Linha General Belgrano.

O terceiro terminal - o General San Martin – por sua vez, era precedido de um conjunto de *boxes* e aí sim existia uma espécie de camelódromo. Segundo interlocutores meus que trabalhavam no Governo da Cidade, aquela iniciativa tinha sido uma primeira tentativa de controlar a expansão do comércio de rua. Ambulantes que trabalhavam em

Retiro, como também na famosa *calle Florida*, teriam sido cadastrados e conduzidos para ocupar uma área que foi construída com o fechamento de duas ruas localizadas ao lado do terminal de trens San Martin[87]. É também conhecida como *La Saladita*, em referência à similaridade estrutural com *La Salada*, uma enorme feira de mercadorias de diferentes procedências que está alocada no partido de Lomas de Zamora, ao sul do conurbano bonaerense. Esta última é considerada o mais amplo espaço onde se pratica o comércio de mercadorias ditas *alternativas* na Argentina. Lá se vendem roupas, cds, tênis, ferramentas e tudo o mais que, segundo se comentava, é de origem contrabandeada ou que se contrapõe à chamada *lei de marcas*[88]. Conversando com um economista argentino, que tinha experimentado por breve tempo o cargo de ministro da Economia, ele me dizia que *La Salada* é um empreendimento com mais de 6.000 comerciantes, com certa predominância de pessoas de origem boliviana. Naquele conjunto de *boxes* em Retiro, a exemplo do que se passa em Lomas, se pode comprar

86 *Coima* é o termo como se designa o pagamento para um policial ou outra autoridade pública para permitir algo que se pode considerar ilegal. Corresponde ao termo propina que se utiliza no Brasil.

87 Atrás do terminal se podia observar uma favela que se erguia ao fundo, conhecida como *Villa de Emergencia 31* ou, simplesmente, Villa 31. Segundo informações oficiais, era uma localidade habitada por uma grande quantidade de pessoas oriundas do Peru.

88 Nos períodos em que vivi em Buenos Aires não me foi possível fazer uma visita sequer àquela feira que era a referência em termos de mercado informal. Tentei muitas vezes algum contato que me favorecesse conhecer o lugar, com interesses etnográficos, mas fui muitas vezes desestimulado por pessoas, incluindo ambulantes, sendo representado como um lugar de dificil trânsito e inóspito para com estrangeiros.

tênis de distintas marcas, como também sapatos, camisas, bermudas, calças compridas, camisetas de futebol, entre outras mercadorias. Também é possível adquirir-se artigos para o lar ou para uso pessoal, além de brinquedos, livros, revistas, entre uma variedade significativa de ítens. Meses mais tarde fiquei sabendo por *fiscales* contravencionais[89] que toda aquela cadeia de negócios tinha à frente não mais que dez negociantes de origem argentina.

Retiro é um lugar de muito movimento, não só por que lá estão localizados os três terminais de trens, mas também por que abriga o Terminal Rodoviário que recebe os ônibus interestaduais e internacionais[90]. É um bairro obrigatoriamente acessível, portanto, a todos aqueles que vivem na cidade e em toda a região metropolitana de Buenos Aires. Seja pelos trens que ligam a cidade à zona norte do conurbano, seja pelo metrô, que permite que os moradores das regiões sul e oeste, da cidade e do conurbano, ali cheguem. São numerosas também as linhas de ônibus que vêm dessas três regiões, como também de distintos pontos da cidade. Estes últimos costumavam concluir seu trajeto nos terminais alocados no bairro ou fazer paradas nos variados pontos dispostos em múltiplas sessões na avenida em frente aos terminais ferroviários.

Conseqüentemente, são dos mais variados os tipos de pessoas que por ali transitam. No entanto, os ambulantes pareciam para mim pessoas distintas daquelas que observara em Once. Como vim a saber, podiam ser predominantemente de origem peruana, muitos entre eles moradores na *Villa 31*, localizada ali ao lado. Eu os percebia homogêneos em suas condições econômicas. Roupas simples, predominando o jeans e tênis de marcas desconhecidas, trabalhando em duplas ou mesmo em família.

A *Calle* Florida

Nas proximidades de Retiro se pode ter acesso à *calle* Florida. Trata-se de uma famosa rua de pedestres que durante boa parte do século XX fora a mais importante de Buenos Aires, pois sempre abrigou uma quantidade significativa de estabelecimentos bancários e comerciais. Por décadas foi o lugar freqüentado pelas elites portenhas, sítio das lojas mais sofisticadas e lócus da circulação das modas e gostos refinados. No momento de

89 Um *fiscal contravencional*, na cidade de Buenos Aires, equivale a um promotor de justiça que se ocupa das denúncias de casos de contravenção. No capítulo II discorro mais detalhadamente sobre essa atividade profissional.

90 Na época de minha pesquisa, chegavam diariamente ônibus de todas as províncias da Argentina, assim como de países como Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Venezuela e Brasil.

minha pesquisa, Florida era outra coisa. Mas ainda que o mercado tenha se intensificado e diversificado na capital argentina, o movimento de pessoas por aquela extensa via segue sendo contínuo. Afinal, aquela rua é ainda um dos pontos turísticos mais buscados da capital argentina.

A rua Florida une a Praça San Martin à Avenida de Mayo, esta última localizada nas proximidades da Casa Rosada, sede do governo federal. Em seu trajeto, é interrompida por várias ruas, como também pelas principais avenidas que ligam as regiões norte e oeste ao chamado *microcentro*[91]. Logo, em sus trajetórias, os passantes têm que aguardar sinais de trânsitos ou driblar carros, ônibus, caminhões ou furgões nos momentos de engarrafamento. Nenhuma novidade, uma vez que também devem procurar se esquivar dos muitos ambulantes que armam suas *cajas*, *mesitas* – equivalentes a banquinhas e mesinhas - ou estendem esteiras no chão para exibir suas mercadorias.

Eu percebi muitas pessoas que se dedicam à venda ambulante utilizando o espaço de circulação daquela rua. Algumas das mercadorias que eram por eles vendidas, também

podiam ser encontradas em lojas e demais formas de comércio *estabelecido*. Inclusive as *lojas de marca* que referi em relação ao Bairro Norte. Contudo, são mais recorrentes os negócios menos *sofisticados*, sugerindo que os antigos proprietários dos negócios refinados migraram para outras regiões da cidade. Isso parece ter ocorrido em função do deslocamento do público consumidor para outras paragens. Por conseguinte, as levas de novos comerciantes têm que buscar os novos públicos que acedem àquela localidade, com propósitos distintos da outrora elite econômica e social da cidade.

91 O "Microcentro" possui uma área de aproximadamente 60 quarteirões, cujos limites são a Avenida Córdoba e a Avenida de Mayo, contadas no sentido norte-sul, e entre a Avenida 9 de Julio, Avenida Leandro N. Alem e a Avenida de la Rábida (cortando estas últimas no sentido este-oeste).O Microcentro é, oficialmente, um dos 48 bairros portenhos e deve seu nome ao fato de ter abrigado uma grande concentração de escritórios, estabelecimentos comerciais, bancos e empresas. A totalidade das matrizes dos bancos da Argentina, como também de representação de bancos internacionais, estão em seu interior.

Os novos interesses parecem responder a um público muito mais diversificado e possuidor de restrito tempo, como também de recursos mais modestos. Para estes, as formas de estabelecimento se apresentam de maneira específica. Há prédios, por exemplo, onde, em seu interior, se alocam pequenos *box* que vendem de tudo: de artigos de couro à material de informática, passando por brinquedos, utensílios para o lar, *souvenirs*, entre outros. É, assim, uma rua *sui generis*, onde são múltiplas as formas de estabelecimentos comerciais e também de apropriação do espaço urbano pela atividade comercial ambulante.

Meu flanar pela cidade de Buenos Aires, margeando aquilo que seria o *leste*[92], permitiu-me entender que este mercado ambulante é vívido, significativo, mas em momento algum me pareceu *caótico* quanto eu o representava no Rio de Janeiro. Pareceu-me que sua disposição pela cidade responde a critérios minimamente definidos. E cada vez que eu me inseria mais para o seu interior, esse padrão se repetia. Minha hipótese passou a ser que isso tinha que ver com as formas de controle do espaço público, engendradas pelas agências instituídas com esse propósito. E isso pode parecer óbvio, mas para mim não o era, em virtude de minha experiência com tais agências em minha sociedade. Quais seriam os mecanismos e lógicas presentes na organização do espaço público urbano portenho que pareciam produzir um ordenamento particular?

Começando pela polícia que, como referi, parecia ter significativa presença nas ruas da Cidade de Buenos Aires, se reproduzindo de uma forma que os agentes eram quase sempre os mesmos numa dada localidade. Soube que ocorria transferências de pessoal, à guisa de punições ou por favorecimento em função das *transações* possíveis de serem feitas. Todavia, além de não serem tão freqüentes, estas não se verificavam com base em um discurso no qual era preciso fazer os policiais circularem para evitar a excessiva proximidade com os populares. Como aprendi, essa é a máxima que orienta a freqüente circulação de policiais no Rio de Janeiro, sejam da polícia civil ou militar, sejam subordinados ou superiores. A proximidade com o bairro, a identificação de um policial carioca com uma certa localidade, são consideradas fontes de possíveis práticas de

92 Esse flanar pelo leste de Buenos Aires pode levar-nos ao cais do Porto. Conhecido como Puerto Madero, além de porto é também uma atração turística e abriga um complexo imobiliário importante na cidade portenha. Situam-se nele, por exemplo, importantes escritórios de representação de empresas, como também de profissionais liberais.

corrupção e desvio.

A constatação dessas distinções me fez pensar na possibilidade de diferentes concepções acerca da articulação entre esfera e espaço públicos, desde as agências de segurança pública. Inevitavelmente, ainda que pouco tivesse a ver com minhas problemáticas, estas idéias eram ainda mais potencializadas pelo forçoso contraste das imagens gráficas das polícias em Buenos Aires e no Rio de Janeiro. Quando observei

policiais caminhando pelas ruas de Buenos Aires, ou mesmo dormindo no interior de coletivos, com pistolas na cintura (foto), recordei-me que seus equivalentes cariocas armam-se até os dentes, com fuzis e metralhadoras, para patrulhar bairros, praias e eventos desportivos. Para mim era sempre um incômodo explicar aos meus interlocutores argentinos os alarmantes índices de homicídio praticados no Rio, particularmente por policiais. É claro que também se pode verificar tais episódios envolvendo agências policiais argentinas, mas são ínfimos se comparado com a bestial proporção que se observa no Rio[93]. No entanto, o mais significativo para mim é que tais acontecimentos não eram para nada naturalizados pelos mais diferenciados segmentos daquela sociedade, começando pelos principais veículos de imprensa. Parecia-me, assim, que as tensões entre direito, moral e ética, na sociedade portenha, tinham na concepção dos direitos civis um referencial catalisador importante para o equacionamento dos conflitos.

O sindicato de ambulantes e suas representações sobre seus pares

Digo isso, entre outros motivos, porque em minhas tentativas de entender como se organiza o comércio ambulante na cidade, para conceber suas especificidades nos trens, eu me deparei com a existência de um sindicato de ambulantes. Ao tomar conhecimento

93 Segundo o Centro de Estudos Legales y Sociales (CELS), entre julho de 2007 e junho de 2008 foram observadas 121 mortes a partir de fatos violentos dos quais participaram policiais na Região Metropolitana de Buenos Aires. Desses, 16 se deram na Capital Federal e 105 no Conurbano (CELS, 2009: 111). No Rio de Janeiro, no ano de 2008, o número de mortes em confronto com a polícia foi de 1.137, segundo dados do Instituto de Segurança Pública da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Segundo o jornal português Diário de Notícias, essa cifra foi menor do que aquela registrada em 2007: 1.330. Ver em: http://dn.sapo.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1176042&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas

dessa entidade, imediatamente lembrei-me que no Rio de Janeiro, quando Azulão e seus amigos tentaram registrar um sindicato, esta possibilidade lhes foi negada sob a alegação que vendedor ambulante não é profissão. Buscar contato com essa identidade pareceu-me um movimento adequado, para que eu pudesse ter acesso a informações e representações de um segmento importante dentro da estrutura da venda ambulante na cidade.

E isso não só era algo *politicamente correto*, mas mesmo uma tentativa de melhor acessar aquele universo. Falar diretamente com ambulantes, durante boa parte do tempo que estive em Buenos Aires, não foi tarefa fácil. É que na capital argentina estes segmentos de origem popular olhavam-me com surpresa e desconfiança tão logo percebiam meu sotaque carregado. Pior ainda quando me apresentava como antropólogo, dizendo que gostaria de conhecer um pouco mais da venda ambulante em Buenos Aires. Foi trabalhoso estabelecer interlocuções com ambulantes nos primeiros momentos. E as desconfianças, conforme aprendi, tinham seus fundamentos.

Os antropólogos, na época de minha pesquisa, eram mais reconhecidos pelos segmentos populares na Argentina enquanto profissionais que "estudavam ossos"; fosse de animais e homens pré-históricos, fosse das vítimas da violenta ditadura argentina que na década de 1970, segundo cifras oficiais, eliminou mais de 30 mil pessoas[94]. A maioria delas continua desaparecida até os dias atuais. Considerando essa perspectiva sobre o trabalho dos antropólogos, presente no *senso comum*, não era simples explicar meu interesse pelo comércio informal. Muitas vezes conversando, com os ambulantes nas ruas, ficava imaginando um possível pensamento enquanto tentavam entender o que eu dizia: "*Y ese? Que busca entre nosotros*?". Essa forma de estranhar minha atividade parecia-me um primeiro obstáculo.

Cito como exemplo um episódio envolvendo um vendedor de cachorro-quente e

94 Essa era a estimativa de diferentes instituições da sociedade civil argentina como, por exemplo, o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), um dos mais atuantes daquele país. Cifra essa não contraditada pelos órgãos governamentais como, por exemplo, o gabinete da Presidência da República que em 20 de maio de 2009 publicava em seu sítio, na internet, que "El Estado argentino asume la tarea de revisar lo actuado por el terrorismo estatal durante la dictadura y por los gobiernos que la sucedieron. Esta asunción se expresa en el desarrollo de una política de Estado basada en los pilares históricos del movimiento de derechos humanos en la Argentina: memoria, verdad y justicia. Un Estado que asume su responsabilidad histórica". Cf: http://www.casarosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=24&Itemid=34#h.

refrigerantes que tinha uma espécie de carrocinha em uma praça. Eu o via cotidianamente e sempre pensava em perguntar-lhe como se conseguia uma concessão para estar ali. Um dia resolvi fazê-lo, sendo que naquela oportunidade estava um homem chamado Fernando, que se apresentou como o sobrinho do dono. Este tinha 40 anos, aproximadamente, era alto e exibia um semblante ligeiramente juvenil. Tinha mesmo cara de bobo. Fiquei conversando com ele por cerca de quinze minutos, até que encontrei uma forma de dizer o que estava fazendo. Em resposta, Fernando me disse que seu tio era do SIVARA, o sindicato dos vendedores ambulantes. Era possível que me ajudasse. Dias depois fiz contato direto com Elias, comentando a conversa que tive com seu sobrinho. Rispidamente, ele me disse que Fernando havia comentado com ele e que não tinha nada a dizer. Perguntei-lhe se ele pertencia ao sindicato, ao que respondeu secamente "não!", enquanto se punha a atender uma cliente. Sem desejar insistir, perguntei se ele poderia dizer-me onde estava localizado o sindicato. Sem encarar-me, e meio que estalando a língua, disse "não sei". Ao seu lado, Fernando, um tipo sempre sorridente, se pôs sério e com o olhar perdido no chão. "Campo minado", pensei. Esse tipo de tratamento por parte de ambulantes para comigo, nas ruas de Buenos Aires, se repetiu outras vezes. Na época, atribui essa reserva ao desconhecimento do sentido de minha atividade.

O jeito era tentar ir ao sindicato diretamente. Dirigi-me à sede do SIVARA[95], no bairro Once, na tentativa de conversar com alguém da diretoria, apresentar-me e dizer o que fazia em Buenos Aires. Subi ao segundo andar de uma espécie de sobrado, onde está sediado o sindicato. Havia um número considerável de pessoas em seu interior. Era um ambiente pouco iluminado, com um corredor dando acesso a três grandes salas. Na recepção havia um senhor que me atendeu e, tão logo disse-lhe o que desejava, chamou por um certo Alvaro. Após alguns minutos, entrou na sala um homem negro, de baixa estatura, que aparentava pouco mais de 50 anos. Foi uma surpresa para mim encontrar uma pessoa cuja aparência me lembrava um brasileiro. Perguntou-me o que eu desejava, ao que prontamente respondi com minha ladainha completa. Falei dos trens do Rio e de minha dissertação de mestrado, de minhas expectativas em Buenos Aires com relação ao meu doutorado e, por fim, que desejava conhecer a estrutura do chamado mercado informal na capital argentina. Olhou para mim por alguns segundos, pediu meus

95 Sindicato de los Vendedores Ambulantes de la República Argentina.

contatos e disse-me que levaria meu pleito ao conjunto da Diretoria. Fui embora e, de alguma forma, sabia que iria aguardar muito tempo. Durante meses nenhum contato foi estabelecido comigo.

A certa altura, enquanto desenvolvia outras atividades, ocorreu-me que talvez o problema não residisse apenas no fato de que os antropólogos, em Buenos Aires, não eram reconhecidos como profissionais para lidar com temas urbanos. Era possível que minhas dificuldades de comunicação desqualificassem minhas tentativas de estabelecer uma interlocução. O restrito vocabulário que detinha em castelhano parecia não permitir apresentar de forma clara e objetiva meus objetivos e inquietações. Daí os erros de concordância e mesmo de gramática faziam com que as pessoas desconhecidas franzissem o senho e se distanciassem de mim, pensei. Afinal, naquele universo eu estava sempre sozinho. Resolvi dar tempo ao tempo. Mais adiante, quando me pareceu que já conseguia me expressar melhor, além de entender de maneira mais completa o que me era dito, retomei o contato com o sindicato.

Através de um contato telefônico, marquei com o mesmo Alvaro um encontro. Foi ele quem prontamente atendeu-me, recordando do trabalho de pesquisa que desenvolvia. Ainda assim, ao encontrarmo-nos, percebi nele uma postura um tanto reticente, como quem tomava cuidado com as palavras. Quando interagia comigo, buscava somente falar quando provocado. Ele era o secretario geral da entidade e ali estava desde a década de 1990. Fez questão de apresentar-me o SIVARA como uma estrutura engajada na defesa político-jurídica dos associados, mas também preocupada com aspectos sociais. “Este é o único sindicato de ambulantes, em toda a América Latina que tem plano de saúde para seus afiliados”. Eram cerca de 11.000 em toda Argentina, a maioria na região metropolitana de Buenos Aires.

A opinião corrente no sindicato era que a venda ambulante havia se modificado nos últimos anos, sobretudo em função do aumento de bolivianos pelas ruas. Para Alvaro, aqueles atores estavam assumindo cada vez mais certo protagonismo na venda de certas mercadorias, onde antes era hegemônica a presença dos argentinos. Particularmente no comércio de roupas. Em tom de queixa, conjurou o que chamou de “convênio” entre chineses, coreanos e bolivianos, associação responsável pelo enfraquecimento das indústrias nacionais – sobretudo, segundo ele, às instaladas em Córdoba, onde

costumava comprar mercadorias quando vendia roupas na rua - diante da multiplicidade de pequenas confecções pertencentes aos orientais, nas quais trabalhavam parte dos bolivianos situados em Buenos Aires. De acordo com seu discurso, era como se estes últimos parasitassem a sociedade argentina, particularmente a portenha.

Não obstante esses argumentos, o fato era que o sindicato representava principalmente os ambulantes que se ocupavam da venda de cachorro-quente, refrigerantes, *garrapiñada*, pipocas, ou seja, aqueles mais identificados com o ramo de alimentos. Segundo me falou Alvaro, o ramo de vestimentas não estava coberto pela representação do SIVARA, ainda que um ou outro ambulante que se dedicasse à venda desses produtos tenham se filiado à entidade, buscando apoio às suas atividades. Assim, a queixa do secretário geral do sindicato parecia desencontrada. No entanto, para além do viés *nacionalista* de seu reclamo, diante do enfraquecimento da indústria nacional, extensível aos possíveis postos de atividade nas ruas para os nativos, parecia haver um conteúdo distinto.

O fato é que Alvaro possuía também um *puesto* em La Salada, a feira existente ao sul do conurbano bonaerense a que fiz alusão anteriormente. Ele e um ajudante vendiam meias às quartas-feiras, que era quando os negócios eram feitos no período noturno, atendendo majoritariamente os comerciantes atacadistas de Once, Retiro, como também das cidades localizadas na província de Buenos Aires como, por exemplo, Merlo, Moreno, Ituzaingó, Banfield, Florencio Varela, entre outras. Nas conversas que tivemos posteriormente, ele insistia que a feira era hegemonizada por bolivianos e coreanos, ainda que estivessem presentes também, segundo disse, as "comunidades" argentina, peruana e chilena. Logo, suas queixas pareciam conter uma perspectiva *empresarial*, uma vez que sua rede de compradores era bem menor. Em sua interpretação, o fato de suas mercadorias serem distintas e ligeiramente mais caras do que aquelas vendidas pelo *consórcio* chino-boliviano não permitiam uma melhor colocação dos *argentinos* no ranking de vendas da feira.

Segundo Alvaro, diante da constatação de que o *ramo vestuário* - entre pelo menos onze ramos possíveis para o comércio ambulante[96] - estava em mãos *estrangeiras*, o que

96 A Camara Argentina de Comércio classificava os ramos de atividade comercial ambulante em: Alimentos e Bebidas; Farmácias e

ficava com os *argentinos* era a comercialização de alimentos. Essas atividades, porém, viam-se dificultadas por um conjunto de regras e instituições que monitoravam a venda de comida nas ruas, desde a fiscalização sanitária levada a cabo pelo governo da cidade, como também pela promotoria do contravencional e faltas, do Ministério Público da cidade. Alvaro ressentia-se que eram reduzidas as permissões para essas atividades, diante da crescente demanda de pessoas por trabalho nas ruas. No entanto, as pessoas iam para a venda ambulante, pois não havia outro jeito. Logo, eram muitas aquelas que trabalhavam ilegalmente. Estas, caso fossem filiadas ao sindicato, contavam com o apoio da representação sindical, embora fossem reconhecidas as dificuldades em função da flagrante confrontação com o marco legal instituído.

Normas e regras na codificação da venda ambulante

A oferta de alimentos e bebidas nas ruas, por parte de pessoal não habilitado por concessão pelo governo da cidade, podia ser considerada, ao mesmo tempo, uma *falta*[97] e uma *contravenção*[98]. Dessa forma, se confrontava com diferentes códigos legais, sendo alvo da ação de duas agências diferentes: o governo da cidade e a *Fiscalia* do Ministério Público da Cidade[99].

O *Regime de Faltas*, diferentemente, sanciona as infrações às normas legais instituídas pelo poder legislativo, assim como as normas ditadas pelo Governo, destinadas a regulamentar o desenvolvimento das atividades comerciais e todas as demais submetidas ao poder de polícia da Cidade Autônoma de Buenos Aires. De acordo com a legislação, a venda de alimentos que estejam fora do prazo de validade, em condições inadequadas de armazenamento, em estado de contaminação, entre outras possibilidades, é passível de recebimento de multas, apreensão de mercadorias e fechamento das atividades. Isso se aplicava, evidentemente, a todos os segmentos comerciais. A queixa de Alvaro, porém, era que a fiscalização, assim como o Governo da Cidade, atuavam implacavelmente

---

Perfumarias; Indumentárias e Calçados; Artigos Domésticos; Ferrarias e Ferramentas; Víveres e Flora; Ótica, Fotografia, Relojoaria e Fantasia; Livrarias; Brinquedos e Entretenimentos; Artesanatos e *Outros*.

97 Uma falta é uma infração às normas que regulamentam distintos aspectos de cada atividade comercial que se desenvolve no âmbito da cidade de Buenos Aires.

98 A contravenção, segundo disposto na legislação portenha, é uma infração às normas, de menor gravidade que os delitos, e cujo conhecimento e sanção é competência exclusiva dos tribunais da Cidade Autônoma de Buenos Aires. São condutas consideradas reprováveis e que se encontram descritas no Código Contravencional com o objetivo de preservar "as melhores condições de convivência".

99 Tratava-se da Fiscalia en lo Contravencional y Faltas, instituição cujo funcionamento detalho no próximo capítulo.

contra os ambulantes, mesmo aqueles que possuíam autorização para atuar no espaço público.

A situação era mais complicada, justamente, para aqueles que não tinha concessão e, dessa forma, se confrontava com o artigo 83 da lei nº 1.472, também conhecida como Código Contravencional da Cidade Autônoma de Buenos Aires[100]. Assim, a atividade comercial ambulante na cidade de Buenos Aires se desenvolvia sob a vigilância de distintas agências, fossem ligadas aos poderes executivo e judiciário da cidade autônoma de Buenos Aires, ou não. As atividades autorizadas tinham que se enquadrar às orientações das múltiplas coordenadorias e setores de fiscalização do Governo da Cidade Autônoma, resguardando-se de infringir o regime de faltas; as não autorizadas, sobretudo, tinham que se preocupar com a lógica classificatória do Ministério Público da Cidade que, em última instância, deveria decidir se determinada atividade podia ser, ou não, considerada contravenção.

Não obstante, segundo Alvaro, essas dificuldades não impediam que a cada dia proliferasse a venda ambulante de alimentos na cidade. E isso, segundo ele, só era possível por que a maioria para subsistir tinha que ingressar no *arreglo* que era, segundo sua perspectiva, promovido pela Polícia Federal. Em outras palavras, os vendedores para instalar suas barracas nas calçadas ou nas praças combinavam com policiais federais um valor que lhes era pago por dia ou semanalmente. Mediante esse pagamento, a princípio, os vendedores não perdiam suas mercadorias ou eram retirados da rua, nem lhes era feito o que se chamava de *ata contravencional*. Esse documento era o que iniciava todo um processo judicial, podendo levar um ambulante – muitas vezes um imigrante ilegal – a ver de frente um juiz. As conseqüências de uma decisão deste último podiam ser das mais variadas, envolvendo o pagamento de multas ou mesmo sanções mais pesadas, como a detenção. A regra para os ambulantes era evitar a justiça como o diabo à cruz. O que não era difícil, em função da vigência do *arreglo*.

Por essa época eu já tinha me acostumado a ouvir essa palavra em diferentes situações, em Buenos Aires. *Arreglo* é um termo polissêmico, que em castelhano pode significar

100 Tal código foi criado em 1998, através de um processo que descreverei mais adiante. No entanto, em 2004 ele sofreu uma reforma, resultando em um novo texto que estava vigente no momento de escrita dessa tese. No próximo capítulo discuto mais detidamente seus aspectos.

conserto (de roupas, automóveis, imóveis, entre outros exemplos), acordo ou combinação. *Arreglar* um encontro era das coisas mais comuns e era dito com a maior naturalidade. Já *ter um arreglo* com alguém podia soar como algo positivo, denotando compromisso. No entanto, era mais comum que expressasse um conteúdo negativo, revelando um aspecto conspiratório, quando não ilegal. Entender quando essas palavras eram utilizadas com esses múltiplos sentidos dependia não só do contexto no qual eram utilizadas, mas também de perceber a entonação que era utilizada pelos atores para referir-se a ela. Geralmente, a ênfase negativa era dada aos *arreglos* "dos outros". E não era comum alguém reconhecer que havia, por exemplo, *arreglado* com um policial para não ser multado diante de uma infração de trânsito.

No caso da venda ambulante, o *arreglo* era uma chave. Para melhor entender como era possível, passei a questionar como se organizam as agências de controle da venda ambulante na cidade. Foi com o intuito de responder a essa questão que eu procurei, como parte de meu trabalho de campo, conhecer e colocar sob descrição as formas como se organizam as instituições estatais responsáveis pelo controle da venda ambulante. Meu trabalho de campo em Buenos Aires, portanto, foi realizado "com um olho no padre e outro na missa", perguntando-me sobre as tensões entre as regras escritas e a moralidade dos sujeitos que interagiam desde a venda ambulante e as agências oficiais.

Procurei também entender em que contextos estes podiam interagir e sob que bases isso podia ocorrer, caso se verificasse. Ao mesmo tempo, na busca por responder minhas inquietações eu busquei reproduzir e aprofundar as observações que fiz no bairro Retiro em uma localidade ao sul da cidade: o bairro Constitución. Nesta, como já mencionei, está localizado um outro grande terminal de trens pelos quais circulam diariamente 500 mil pessoas. Entender essa circulação e dentro dela acessar o público-alvo de minha pesquisa foi meu objetivo central durante minha permanência na cidade.

Esse conjunto de objetivos só me foi possível alcançar a partir do momento em que aqueles rostos e as expressões em castelhano deixaram de ser relativamente distantes, objetos apreendidos em meu flanar, para transformar-se naquilo que Clifford Geertz poderia considerar enquanto *experiência próxima*. O acercamento às pessoas permitiu-me entender não apenas as distintas representações sobre esse mercado que atrai minhas

inquietações sobre as lógicas sociais que circulam junto com as mercadorias. Permitiram-me conhecer, de forma ainda mais aprofundada, a cidade portenha e seu entorno. E essa tese, ao longo de seus capítulos, buscará descrever essa experiência. Antes, porém, faz-se mister descrever e discutir aspectos institucionais que ajudem à compreensão das agências de controle da cidade. É o que proponho desenvolver nos dois próximos capítulos.

Capítulo II

Controle e descontrole na cidade

A Cidade de Buenos Aires que descrevi no capítulo anterior é representada em função de sua dinâmica cotidiana, onde múltiplos atores contribuem para seu intermitente movimento. Contemplar tanta movimentação, a cadência que resulta harmônica de diferentes fluxos, me impôs indagar: como se coordena isso tudo? Como se podem controlar todos esses movimentos e se produzir todo aquele ordenamento? Responder essas perguntas me levaria a um volume inusitado de descrições e detalhamentos sobre as instituições que fogem ao objetivo desse texto. No entanto, eu posso e devo fazê-lo no sentido de responder quais eram as instituições centrais responsáveis pelo controle da venda ambulante na Cidade de Buenos Aires. Como elas se relacionam entre si e quais lógicas concorrem para regê-las em conjunto?

Neste capítulo, assim, proponho apresentar quais eram, na época de minha pesquisa, as principais instituições, descrever suas competências e, tanto quanto possível, explicar de que maneira suas atuações concorriam para a organização e administração do comércio ambulante na cidade. Durante meu trabalho de campo concebi serem quatro as principais instituições que podiam focalizar na venda ambulante um domínio de intervenção, dirigindo-lhes ações que concorressem para buscar controlá-la.

À Justiça da Cidade cabia julgar infrações, sobretudo no âmbito das contravenções e faltas previstas nos códigos legislativos da cidade. O Ministério Público da cidade, que tinha em suas *Fiscalias* o organismo mais atuante no estabelecimento de medidas de controle do espaço público da cidade, era quem apresentava à Justiça as matérias a serem julgadas. Ao Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), sobretudo através do Ministério de Justiça e Segurança, era outorgado organizar o espaço público, manter permanente fiscalização sobre sua utilização e, dessa maneira, operar seu ordenamento de forma a também contribuir no controle das contravenções e faltas. Por fim, à Polícia Federal Argentina (PFA), entre um conjunto variado de atribuições que a subordinavam ao Poder Executivo Nacional, como também a diferenciados organismos de Justiça, cabia apoiar o Ministério Público Fiscal da Cidade de Buenos Aires nas ações que buscavam lidar com as ações de contravenção, sempre que necessário.

Como se pode perceber todas as instituições – exceto uma, a PFA – têm suas existências referidas à Cidade de Buenos Aires. A Justiça Contravencional, o Ministério Público e o Governo da Cidade são instituições que resultam de um momento histórico particular, relativo ao processo de *autonomização* da cidade portenha. Momento histórico este que merecerá mais adiante uma apresentação e uma análise, ainda que breves. Este meu exercício terá como propósito assinalar o que me pareceu relevante: a relação conflituosa que se estabeleceu entre grupos políticos, envolvidos nas disputas pelo conceito de autonomia da Cidade de Buenos Aires, através de diferentes instituições. Entre estas últimas, particular relevância, no meu entender, teve a Polícia Federal Argentina. Para um melhor entendimento das particularidades desse processo, parece-me pertinente apresentar alguns aspectos históricos e contemporâneos do funcionamento dessa instituição policial.

A Polícia Federal Argentina

A Polícia Federal Argentina tem poder de polícia[101] nos lugares em que o Estado Federal argentino possui faculdade de legislação exclusiva, como também em assuntos sobre os quais o governo federal tem competência (Pita, 2003: 18). É por esse motivo que Buenos Aires, enquanto capital federal do país, tem naquela instituição a responsável exclusiva por seu policiamento[102]. A PFA tem delegações em todas as províncias, de forma a que possa intervir na prevenção e apuração dos delitos de competência federal nestes territórios. Contudo, na Cidade de Buenos Aires ela se ocupa de todos os delitos cometidos em seu interior. Em termos formais, está submetida ao Poder Executivo da Nação, vinculando-se à Secretaria de Segurança Interior, alocada no âmbito do Ministério da Justiça Segurança e Direitos Humanos.

Em sua forma organizacional, cumpre dois tipos de funções. Um primeiro, de caráter ostensivo, onde o policiamento é formalmente direcionado à prevenção e repressão dos

101 De um modo geral, pode ser assim qualificado o conjunto de atribuições concedidas à Administração Pública para disciplinar e restringir, em favor do interesse público considerado adequado, direitos e liberdades individuais.

102 A Polícia Federal Argentina foi criada em 24/12/1943, a partir da Polícia da Capital. Esta última surgiu da então Polícia da Cidade e passou a ser assim denominada em 1880, com a transformação da cidade em capital federal do país, em substituição à Província de Buenos Aires como reflexo da vitória dos chamados federalistas. Em 1943, portanto, ela passou a se designar Polícia Federal, ou seja, da Federação de Províncias argentinas, mas voltada para auxiliar a Justiça Nacional na apuração dos delitos sob sua competência em nível nacional, como também fazer a segurança da cidade.

delitos “da competência da Justiça Nacional”, sendo que na capital federal prevê e reprime todo e qualquer delito ou contravenção. Um segundo, voltado para a investigação criminal com o propósito de contribuir com a administração da justiça. Neste último âmbito, atua como auxiliar da Justiça Nacional na investigação e repressão dos delitos, conforme as diretivas emanadas pelos juízes nacionais e as faculdades e obrigações reguladas pelas normas processuais.

Ambos domínios de atividades são descritos pelos Decretos Lei 333/58 e 6.580/58. No primeiro, a Polícia Federal tem, entre outras atribuições, reprimir o jogo ilícito, colaborar com a proteção de menores, recolher coisas perdidas, assegurar bens de proprietários desaparecidos até que a justiça lhe dê destino, entre outras. Atividades estas sempre orientadas pelo princípio de “zelar pela manutenção da ordem pública e os bons costumes”. No segundo, se caracteriza seu status de *auxiliar* da Justiça Nacional nos procedimentos de apuração e comprovação de todos os delitos e infrações cometidas na capital, como também nos delitos de jurisdição federal cometidos nas províncias. No entanto, a Polícia Federal tem muitas outras faculdades. É também a instituição responsável pelo controle e emissão de passaportes e da cédula de identidade, como também pela manutenção dos arquivos policiais que incluem prontuários, arquivos pessoais, familiares e dactiloscópicos de um grande número de pessoas. Por isso, é instituição responsável, quando requerido, por atestar os *bons antecedentes* de argentinos e demais cidadãos que vivem em território argentino sob o conhecimento do Estado.

Assim, na Cidade de Buenos Aires, a PFA é a instituição “que opera na rua, intervém nos flagrantes, atua como auxiliar da Justiça na investigação dos mesmos e guarda o registro dos antecedentes das pessoas” (Eilbaum, 2008: 60). Em outras cidades as funções de prevenção e investigação de delitos podem ser competências de instituições distintas, mas na Cidade de Buenos Aires somente uma instituição concentra essas faculdades[103]. Logo, ainda que seja uma instituição nacional, é na CABA que esta Polícia tem ampla jurisdição o que lhe permite praticar aquilo que Pita, amparando-se

103 Em termos oficiais, na Cidade de Buenos Aires os delitos penais devem ser investigados por um Juizado de Instrução e, nos casos onde as autorias não são identificadas, tais investigações são enviadas ao Ministério Público, cabendo aos fiscales – profissionais semelhantes aos promotores do Ministério Público, no Brasil – a condução das investigações. A Polícia Federal Argentina figura sempre como uma força auxiliar para essas atividades. No entanto, no tocante às investigações de caráter preventivo, somente a Polícia Federal destina parte de seu efetivo para tais tarefas, como veremos mais adiante.

nas contribuições de Michel Foucault, denomina “o infinitamente pequeno do poder político” (Pita, 2003). Esta expressão refere-se ao controle do que Foucault denominava ilegalismos, os quais seriam condutas, comportamentos e práticas que não poderiam ser classificadas enquanto ilegais, mas que, ao serem veiculadas, poderiam contrariar determinadas perspectivas morais dominantes. Neste universo inserem-se as chamadas contravenções, objeto do qual se ocupará o Código de Convivência Urbana da Cidade Autônoma de Buenos Aires e que será discutido mais adiante.

Não obstante, no cotidiano operacional da Polícia Federal não se observa a existência de uma divisão interna que evidencie de que maneira essas funções são cumpridas prioritariamente por aquela instituição. Como propõe Pita (op. cit), essa seria uma demonstração empírica de uma certa associação promíscua das duas funções, o que leva a que a modalidade autoritária das atividades preventivas impregne e capture as tarefas de investigação processual, em um processo análogo àquele que Kant de Lima identificou em sua etnografia sobre a Polícia Civil da Cidade do Rio de Janeiro. Em ambos casos, essas *contaminações* (Kant de Lima, 1995) poderiam concorrer para o fortalecimento e incremento da autonomia policial no que concerne ao controle formal do Ministério Público sobre a atuação da Polícia.

As distinções entre as relações da Polícia com o Ministério Público Federal, no Rio e em Buenos Aires, apontaram-me diferenças relevantes nas formas de organização de seus policiamentos. No caso de Buenos Aires, esse modelo serviu de base para a organização da relação da PFA com o Ministério Público da CABA, o que me pareceu estimulante para pensar como, em função desse dado, se pode dar a distribuição da venda ambulante na cidade portenha. Todavia, também são significativas as formas como se organizam as atividades ostensivas e de investigação em cada uma das cidades. O que me estimulou a generalizar minhas reflexões sobre a organização da venda ambulante também no Rio.

No Rio de Janeiro a localização das atividades de policiamento ostensivo em uma instituição distinta daquela que se ocupa das atividades judiciárias têm conseqüências significativas para a venda ambulante, como veremos em um capítulo mais adiante. Mas se em Buenos Aires é possível argumentar que a reunião das ações ostensivas e investigativas em uma mesma instituição possibilita indefinições, era de se esperar que

no Rio isso não se verificasse. No entanto, na capital fluminense tanto a polícia judiciária, mais conhecida como Polícia Civil, assim como a polícia ostensiva, que leva o nome de Polícia Militar, organizam suas práticas em torno das atividades de prevenção e investigação[104]. Em termos legais, somente os fatos apurados pela primeira têm relevância jurídica. Contudo, o enorme contingente da Polícia Militar resulta em uma presença física – mas também fardada e armada até os dentes – de maior visibilidade nas ruas e nos morros da chamada *Cidade Maravilhosa*. E nos dois casos as técnicas de investigação misturam-se às de controle, com resultados nem sempre previsíveis.

Por outro lado, no Rio de Janeiro as relações entre a Polícia Civil e o Ministério Público são distintas muito em função da existência do instituto do *Inquérito Polícial*. Este outorga à Polícia Judiciária total autonomia para, autonomamente, iniciar uma investigação sobre os delitos. Na confecção dessa peça administrativa a Polícia Judiciária no Rio (e no Brasil) reúne indícios e provas os quais serão informados por escrito, de acordo com prazos processuais, ao Ministério Público estadual. Cabe a este último, quando considerar concluso o processo de investigação, transformar o inquérito em denúncia, remetendo-o para o âmbito da justiça estadual. Mas, caso a investigação ainda demande novas informações, o que se tem observado na prática é que se delega à Polícia Judiciária retomar as iniciativas, limitando-se a informar mais do que auxiliar uma investigação que se proceda desde o interior do Ministério Público.

Em Buenos Aires, o que está estabelecido formalmente é que a Polícia, ao tomar conhecimento de um delito, deve, tão logo tenha intervido e detido os supostos responsáveis, entrar em contato com os integrantes do Poder Judiciário. Assim, caberá a este último interrogar os autores e eventuais vítimas e/ou testemunhas do delito e, dessa forma, sob a autoridade do Juiz de Instrução, fazer com que os delitos cheguem até o julgamento oral, quando for o caso. Nos casos de autoria indeterminada, entre outros casos que demandem maior detalhamento, a investigação pode ser enviada ao

104 Diferentemente do que ocorre com a Polícia Federal Argentina, para a Cidade de Buenos Aires, ambas as instituições no Rio são vinculadas ao Poder Executivo Regional e não Nacional. Da mesma forma que atuam na prevenção e repressão aos crimes respondendo às instâncias estaduais do Executivo, o fluxo de sua produção de documentos para o Poder Judiciário alimenta o sistema estadual e não o nacional.

Ministério Público[105]. Desta forma, é nas atividades de controle do espaço público urbano que a PFA obtém absoluto monopólio de intervenção. Adianto que é este o modelo de relacionamento entre a instituição policial e Ministério Público Federal que será tomado como referência para informar o relacionamento entre a polícia e o Ministério Público da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

A organização da PFA

Em termos formais, a PFA está organizada de acordo com uma estrutura hierárquica, de doutrina civil, que se origina pela nomeação de uma Chefia e Sub-chefia de Polícia pelo Presidente da Nação. A estes seguem o nível de superintendências que, atualmente, são cinco: *Segurança Metropolitana, Investigações Federais, Federal de Bombeiros, Interior e Bem Estar* e *Administração.* A instituição também apresenta duas direções autônomas: Assuntos Jurídicos e Assuntos Internos. Cada Superintendência se subdivide em Divisões e Departamentos. Praticamente toda esta complexa estrutura se organiza fisicamente no Departamento Central de Polícia, no centro da Cidade de Buenos Aires.

No entanto, para os propósitos desse texto, interessa entender particularmente como se organizam as unidades descentralizadas da PFA que são as chamadas *comisarias*. Elas, na prática, representam o controle espacial da Polícia sobre a cidade. Estão dispersas em 53 unidades por todo o seu território, cobrindo diferentes bairros. Estas *comisaria*s se agrupam em sete circunscrições, coordenadas pela Divisão Geral de *Comisaria*s, vinculada à Superintendência de Segurança Metropolitana. Cada *comisaria* é comandada por um *comisario* titular e dois sub*comisario*s, um chefe operativo e um chefe administrativo. Um nível mais abaixo é constituído por quatro seções: Adminstração, Polícia Judicial, Assistencia Social e Serviços. Estas quatro seções integram-se internamente como um setor denominado *Servicios,* o qual é coordenado por um chefe, que tem sob sua égide os serviços interno, externo, de Brigadas, de Vigilância, de Comunicações e Serviços Gerais. Os serviços que se exercem nas ruas são os de *Brigadas* e *Externo* (Eilbaum, 2008: 62).

105 Para uma compreensão detalhada dessas relações entre a Polícia e a Justiça Federal, na Cidade de Buenos Aires, ver especialmente o capítulo 3 de Eilbaum, 2008.

As atividades caracterizadas como *Serviço Externo* são desempenhadas por policiais de uniformes que andam em automóveis caracterizados como pertencentes à Polícia. As *Brigadas* trabalham sem uniformes e andam em automóveis não caracterizados, conformando parte do setor denominado de *Inteligência Policial*. Atuam mais das vezes de maneira incógnita, forma que é justificada como fundamental para a obtenção de informações que obstruam o cometimento de delitos, como também para a investigação daqueles que já tenham sido praticados. No entanto, no cotidiano policial, as *Brigadas* cumprem funções que fazem com que suas presenças nas ruas não sejam assim tão incógnitas para determinados grupos.

> *"Uma das principais funções das Brigadas é o controle local da chamada população marginal do bairro. Através da cobrança de cánones*[106]*, em dinheiro ou espécie (sexo, droga, informação, ingressos gratuitos), mantém o controle sobre prostitutas, vendedores de loterias, donos de hotéis e prostíbulos, vendedores ambulantes, distribuidores de drogas. Com esse intercâmbio esses grupos asseguram não serem detidos e um desenvolvimento de suas atividades, nem sempre legais".* (Eilbaum, 2008:62)

É na efetuação dessas atividades que a PFA pratica o controle e investiga concomitantemente, apreendendo, analisando e classificando os tipos e práticas sociais considerados marginais. Ações que são desempenhadas cotidianamente, o que corrobora com a opinião de alguns dirigentes policiais, para os quais as atividades de controle e de investigação são absolutamente indissociáveis (Pita, op. cit: 20).

Em suas atividades de prevenção - mas igualmente atenta às atribuições de investigação - a Polícia Federal Argentina sempre operou o controle e sanção da população da Cidade de Buenos Aires. Particularmente no que se relaciona às questões de ordem contravencional, ou seja, infrações não tipificadas enquanto delitos pelo Código Penal,

106 Taxas ilegais.

mas cuja repressão, conforme opinião de alguns juristas, "constitui um complemento às funções que correpondem à autoridade adminstrativa para conservar a ordem e a moralidade públicas"[107]. De acordo com essa perspectiva, as contravenções seriam comportamentos e condutas consideradas desestabilizadoras da convivência social e de um "bem-estar comum", de forma a demandar da autoridade policial atenção por meio dos chamados *edictos policiales*.

Instituto esse sem correspondente no Rio de Janeiro – ou mesmo no Brasil - os *edictos* podem ser definidos enquanto um "corpo heterogêneo de ordens policiais referidos, segundo a percepção institucional, à alteração da ordem pública ou atentados a moralidade e aos bons costumes" (Tiscornia, 2004). A maioria deles provenientes de ordens do dia da instituição policial, disposições circulares, regulamentações, comunicações, boa parte elaborada sem uma autoria específica, e que surgiam em função dos acontecimentos que podiam ser julgados enquanto "promotores de situações que eventualmente pusessem em risco ou quebrassem a ordem social" (Pita, op.cit: 22). Seriam, portanto, expedições, mandatos, comunicações expressas que adquirem força de lei e são colocadas imediatamente em execução em função da prerrogativa policial de fazer uso da força legitimamente.

Entre as muitas matérias legisladas por esses *edictos*, ao longo dos anos de sua vigência, constaram a proibição de urinar em via pública, da circulação de ébrios no espaço público, como também posicionamentos contrários aos jogos de azar, vadiagem, mendicância, prostituição e, em momentos históricos específicos, ações políticas vinculadas ao anarquismo e ao socialismo como "elementos de perturbação social" (Salessi APUD Pita, op. cit). Disposições estas que se impuseram ao longo de pelo menos 50 anos – entre 1893 e 1943 - no vácuo da inexistência de um código contravencional ou coisa similar. Em 1943, porém, a publicação do Decreto Lei 17.550, do Poder Executivo Nacional, conferiu institucionalidade a tais disposições. Através dele criou-se a Polícia Federal, e no texto firmou-se definitivamente a faculdade desta de expedir *edictos*, através do Chefe da Polícia Federal, como forma de reprimir atos não previstos pelas leis[108].

107 Levene APUD Pita, 2003: 25

108 Segundo o Decreto Lei 17.550/43, tais edictos não teriam vigor sem a aprovação do Poder Executivo Nacional. No entanto, como a experiência mostrou ao longo de décadas, não era para todos os casos que se solicitava a aprovação do Ministério ao qual

Igualmente importante nas atividades de controle da população da Cidade de Buenos Aires pela Polícia é o instituto das Detenções por Averiguação de Identidade (DAI). Essa prática secular da PFA é, a exemplo dos mencionados *edictos*, fundamentada em sua lei orgânica. Nela as atividades de prevenção aos delitos devem entender-se como "toda atividade de observação e segurança destinada a impedir o cometimento de atos puníveis e a recolher elementos de juízo sobre atividades das pessoas de quem se suponha fundadamente que tentam cometê-los ou façam do delito sua ocupação habitual"[109]. Baseada nessas prerrogativas, em prol de uma pretensa *moralidade pública* e de indefiníveis *bons costumes*, a Polícia adquiriu e legitimou ao longo de anos a faculdade de deter pessoas na via pública com o propósito de definir sua identidade[110]. Detenção essa que se inicia na rua, evidentemente, e que pode se circunscrever àquele espaço caso o policial satisfaça-se com os documentos que por ventura sejam-lhe apresentados.

Via de regra, porém, é no âmbito das *comisarias* onde a instituição policial exerce mais cotidianamente essa faculdade, na perspectiva de averiguar fundamentalmente os antecedentes daqueles que, "por fundada supeita", foram convidados a alterarem suas rotas e se colocarem a disposição das autoridades policiais por horas seguidas. Portanto, não é a posse, ou não, de documentos que irá definir se alguém será detido ou não. Que a polícia possa deter pessoas e levá-las à *comisaria* durante horas, só por suspeita, resulta em uma das questões mais naturalizadas da sociedade portenha (Tiscornia, 2004: 58). Suspeita essa que se remete à virtualidade do perigo e não à consumação de um delito, o que se circunscreve na lógica do exame *foucaultiano*, ainda que com seus contornos idiossincráticos *à la argentina*. É, portanto, um mecanismo chave que se insere na plataforma de ações preventivas confiadas à polícia, complementadas ainda por ações como

> *"expedir documentos, vigiar, registrar e qualificar as pessoas dedicadas habitualmente a atividades policialmente reprimíveis, levar registros de*

estava subordinado à Polícia Federal ou outra autoridade instalado no Poder Executivo Argentino.

109 Título IV, art. 64 da Lei Orgânica da PFA, citado por Tiscornia, Eilbaum e Lekerman, 2004: 127. O grifo e a tradução são meus.

110 Estabelecido de acordo com o inciso I do artigo 5º da Lei Orgânica da PFA.

> *vizinhança, entrar em estabelecimentos públicos e privados (sob prévia autorização judicial), dar ordens a pessoas determinadas quando o cumprimento das leis assim o exija, realizar inspeções e controle de veículos, de condutores e de pessoas estrangeiras.*"[111]

Tiscornia chama a atenção, porém, que para muitos juristas estas atividades de controle correspondem a tarefas da Administração Pública - o chamado poder de polícia - para ordenamento do espaço público e promoção do bem-estar em prol das garantias individuais, coletivas e da cidadania (Tiscornia, 2004: 59). Desta feita, o uso de formas de castigos oriundos do direito penal – a detenção, particularmente – remontar-se-ia enquanto uma impropriedade que permitia à Polícia, referenciada por seus *edictos*, definir e identificar as atitudes e comportamentos "desordenadores" e atentatórios à "moralidade". Não obstante isso, o resultado é que se detinham pessoas por beber nas ruas, por estar *flanando* – o que, dependendo do ator, poderia ser interpretado como *vadiagem* – ou, simplesmente, por "atitude suspeita" ou, como se diz em castelhano, *portación de cara*[112]. Há situações onde ainda é possível observar tais práticas, dependendo dos atores envolvidos. Tais episódios, além de gerar estatísticas para fins internos, podem resultar em abusos e até mesmo agressões físicas, sem contar as de conteúdo moral. São situações onde a contaminação das técnicas de controle pelas de investigação podem assumir conseqüências imprevisíveis.

Antes de 1990, a Polícia podia deter uma pessoa durante 24 horas para averiguar seus antecedentes. Esse tempo, porém, foi reduzido para 10 horas em virtude de forte pressão social que acabou alterando a legislação vigente sobre o tema. Isso se deveu em decorrência da morte de um jovem – Walter Bulacio – em 1991, após ser detido pela PFA em função de sua presença nas imediações de um estádio, onde teria lugar um show de rock nacional argentino. Vários jovens foram detidos, levados à uma

111 Eilbaum, 2004: 128. Ver também Sarrabayrouse, 2004 e Martinez, Pita e Palmieri, 1998.

112 Esta prática policial de estereotipar as pessoas, criando tipos potencialmente delinqüentes não pode ser atribuída como uma habilidade exclusivamente argentina. Kant de Lima, em seu trabalho de campo nas delegacias de polícia na Cidade do Rio de Janeiro, chama a atenção que a categoria tira, atribuída enquanto identidade do policial que está nas ruas, dá-se fundamentalmente pela prática de tirar as pessoas que deambulam pelo ambiente urbano pelos seus diacríticos físicos e materiais. Ver Kant de Lima, 1995: 63

comisaria, sendo encerrados em cárceres. Tratava-se de uma *razzia*[113] rotineira, para que a Polícia mostrasse serviço em decorrência de um evento no qual os *vecinos* de um bairro sempre se mostravam alarmados. Uma vez na prisão, vários deles foram fortemente golpeados, entre eles Bulacio. Este acabou morrendo cinco dias depois, em virtude de ferimentos internos, após ser transladado a um centro médico.

> *"Sua morte aparece nos principais jornais. Os títulos dizem: 'Morreu o jovem estudante detido pela Polícia'. Walter era um garoto de classe média, estudante secundário, que trabalhava para pagar sua viagem de fim de curso. Quero dizer, a primeira distinção é que não se tratava de um suspeito "típico", ainda que sim, habitual"*[114].

No cotidiano policial, segundo Eilbaum, deter pessoas para fazer estatísticas ou "mostrar serviço" é parte das tarefas *burocráticas* destinadas a atender as expectativas institucionais, como também de determinados segmentos sociais. Como referi, tal prática chega a ser naturalizada socialmente. Por isso mesmo, é parte do modus operandi da instituição a fabricação de *tipos* que ao *portar cara* transformam-se não só na clientela habitual da Polícia, mas de todo o sistema de Justiça.

Bulácio, porém, fugia ao estereótipo padrão. Era um jovem de classe média, segmento que não tinha nada que ver com os *delinqüentes habituais.* Esse dado, associado com outras variáveis– entre elas a ainda recente virada democrática da sociedade argentina ou a existência de entidades atuantes da sociedade civil – fizeram com que o chamado "Caso Bulácio" tenha se tornado paradigmático para que a PFA passasse a experimentar questionamentos mais incisivos, e de maior penetração social, em sua forma de proceder[115]. A partir daquele momento ela foi focalizada enquanto uma instituição mais a ser objeto de mudanças em conformidade com os ideais democráticos que a sociedade argentina voltara a professar com o fim da ditadura militar, em 1983. Parte da opinião pública portenha comovida com o caso de Bulácio - mas igualmente informada da

113 Semelhante ao que se chama no Rio de Janeiro de Batida Policial.

114 Tiscornia, 2004: 57

115 Para um melhor entendimento do Caso Bulacio é imprescindível a leitura de Tiscornia, 2008.

inestimável colaboração da Polícia Federal com os arbítrios da ditadura militar – enxergou naquele episódio uma oportunidade de limitar o poder da polícia. Assim, veiculou-se por diferentes meios – particularmente dos veículos de imprensa – a necessidade, em prol da democracia, de mitigar ou mesmo suspender o poder que detinha a PFA em Buenos Aires, através dos *edictos* e da capacidade de deter para averiguar identidades.

Foi no embalo dessas discussões, e com as mudanças das conjunturas políticas nacionais e internacionais, que se avizinhou a oportunidade de se colocar em xeque o conjunto daqueles dispositivos. Esse contexto particular acabou por gerar as condições para que se iniciasse um processo político que redundou na autonomização da Cidade de Buenos Aires. Panorama no qual, por um lado, a Polícia Federal iria ser passada em revista, sofrendo alguns revezes em sua estrutura de funcionamento; por outro lado, dar-se-ia origem a um conjunto de instituições que iriam reconfigurar o status e posicionamento das infrações de ordem contravencional e de faltas na cidade portenha gerando um Código de Convivência Urbana.

A reforma constitucional e a autonomização de Buenos Aires

O processo de reforma da Constituição Federal da República Argentina inaugurou um conjunto de reformas institucionais importantes naquele país. Foram objeto dessas iniciativas instituições judiciárias, políticas e estatais, e até hoje se podem perceber reverberações desse período[116]. Tratou-se de um processo semelhante àquele que fora empreendido e concluído no Brasil, só que seis anos antes. Em ambos os países tais processos foram demandados pela ocorrência, durante períodos anteriores, de ditaduras militares que restringiram liberdades políticas e democráticas. No caso argentino, porém, ela se desenvolveu em um cenário político distinto, no qual os anseios de democratização e de reforma das instituições eram preconizados em um momento histórico em que se percebia o predomínio das idéias ditas neoliberais na condução política e econômica do país.

Esta conjunção de interesses e lógicas teve expressão, em minha perspectiva, no

116 Sobre reformas no Judiciário ver Sarrabayrouse, 2004; as reformas do ponto de vista político é objeto de abordagem de Sáenz Quesada, 2006.

chamado *Pacto de Olivos*, estabelecido em 1993 entre Raul Alfonsin[117] e Carlos Saul Meném[118], respectivamente ex-presidente e presidente da República à época. Em um nível mais interno, tratou-se de um acordo feito entre Alfonsin, líder máximo da União Cívica Radical[119], e Menem enquanto representante do Partido Justicialista, de inspiração peronista[120]. Em termos políticos, tinha centralidade questões como a atenuação do sistema presidencialista[121]; fortelecimento dos ideais e trâmites democráticos; defesa e garantia dos chamados *direitos humanos*, com a adesão aos protocolos internacionais sobre a matéria; reforma do Poder Judiciário – com debates acalorados sobre os papéis concernentes às instituições judiciárias e policiais - entre outros aspectos[122].

Foram também emulados tópicos em favor da descentralização dos processos de gestão, expressos na previsão de fortalecimento do regime federal[123], maior autonomia dos municípios e previsão de controle externo da administração pública, em prol do beneficiamento de trâmites administrativos e burocráticos que ensejassem uma melhor relação Estado-Cidadão[124]. No entanto, a grande novidade era, sem dúvida, a previsão

117 Alfonsin desenvolveu seu mandato entre 1983 e 1989, sendo o primeiro presidente eleito após o período de 7 anos de ditadura militar. No entanto, em 1989, antes do término de seu mandato, teve que deixar o governo em virtude de uma forte crise hiperinflacionária que teve seu ápice nos anos 1989/1990. Cf Vommaro, 2008.

118 Carlos Saúl Menem foi eleito presidente em 1989, sucedendo a Raúl Alfonsín e, reeleito em 1995, após reforma da Constituição Nacional em 1995, cumpriu mandato até 1999. Assumiu seu governo em meio a uma grande crise econômica que incluía hiperinflação e recessão. Cf Sáenz Quesada (op. Cit).

119 A União Civica Radical é um partido político que surgiu em finais do século XIX, na Argentina. Mais detalhes podem ser lidos em Sáenz Quesada (op. Cit).

120 O peronismo é uma matriz política que surgiu em função de acontecimentos que remontam o ano de 1940, quando foi afastado da presidência Roberto Ortiz, presidente legalmente eleito em 1937. Tal iniciativa foi tomada por um grupo de militares denominado Grupo de Oficiales Unidos (GOU), do qual fazia parte o coronel Juan Domingo Perón. Este tornou-se a verdadeira eminência parda do regime. Para uma Cf. Balbi, 2007.

121 Expresso através de cláusulas que, uma vez apresentadas ao Congresso, propunham limitar o mandato a presidente a quatro anos, com previsão de apenas uma reeleição, como também um conjunto de postulados que limitariam a capacidade de intervenção do presidente sobre as províncias do país. Propunha encurtar o mandato dos senadores a seis anos, a eleição presidencial direta e detalhar a legalidade constitucional dos decretos presidenciais, por razões de necessidade e urgência.

122 Os tópicos concernentes ao pacto foram transformados em uma Lei federal de nº 24.309, que declarou a necessidade de reforma da Constituição argentina, que foi sancionada em 29 de dezembro de 1993.

123 Preconizava a distribuição de competências entre o poder nacional e das províncias, no que dizia respeito à prestação de serviços e em matéria de gastos e recursos. Dessa forma, fixava o regime de co-participação entre os governos nacional e local, criava regiões para o desenvolvimento econômico e social, jurisdição provincial nos estabelecimentos de utilidades nacionais e possibilidade de que as províncias realizassem negociações internacionais, desde que fossem compatíveis com a política exterior ensejada pelo governo federal.

124 Neste período se difunde, em diferentes países da América Latina, a idéia de que o Estado se deveria ocupar da prestação de serviços sociais básicos – como saúde, educação e segurança – tendo no cidadão, além de um sujeito de direitos, um cliente e

de eleição direta para a chefia de governo da cidade de Buenos Aires e sua autonomização. Iniciativa que ensejou prolongados debates e reascendeu antagonismos de longa data.

Conversando com pessoas que manifestavam simpatias por distintas tendências políticas em Buenos Aires, como também com ex-funcionários dos governos de Alfonsin e de Menem, perguntei por que havia sido possível, em 1993, que radicais e peronistas se pusessem de acordo com esse conjunto de elementos para uma agenda de reformas políticas. Várias coisas me foram ditas, mas dois argumentos me pareceram centrais para produzir um entendimento: a Menem interessava mudanças na Constituição que lhe possibilitassem a reeleição; a Alfonsin, que discursivamente se dizia preocupado com as instituições democráticas, interessava fazer de Buenos Aires - onde historicamente os peronistas dificilmente obtinham a maior quantidade de votos em eleições - um enclave radical. Os interesses centrais diziam respeito ao exercício do poder político, seja na Nação ou na Cidade de Buenos Aires.

A autonomia da Cidade de Buenos Aires

Foi no cenário resultante desse jogo de interesses que a reforma constitucional previu a autonomização da cidade de Buenos Aires. Já na aludida negociação foram desenhados os termos consagrados no artigo 129 da Carta Magna argentina, que consagrou que aquela que era a sede do distrito federal do país passaria a ter um regime de governo autônomo. Os debates iniciais tiveram lugar com a proposição de que a cidade assumisse o status de uma nova província, o que não teve acordo. Contudo, com a formulação veiculada, seria a primeira vez em sua história que a cidade de Buenos Aires passaria a ter um chefe de governo escolhido em eleições diretas pela população eleitora da cidade. A proposta preconizava também que a cidade portenha teria faculdades próprias de legislação e jurisdição, ou seja, passaria a ter um poder judicial próprio, com funções e dependências correspondentes a seus exercícios.

Neste ponto não me parece inadequado sugerir que tais previsões ocultavam nas suas entrelinhas elementos de uma disputa histórica onde a cidade de Buenos Aires, sede do

provedor dos recursos básicos para manutenção de uma estrutura prévia para o atendimento de suas demandas básicas, segundo as chamadas idéias ditas neoliberais. Sobre esse período, no Brasil e na Argentina, respectivamente, se pode ler Pereira, 2004.

Porto, restou submetida ao governo nacional após décadas de um conflito que dividiu o país, dando lugar a confrontos armados não só em Buenos Aires, mas em todo o país. O resgate dessa memória é importante, para entender-se a profundidade do significado que há em apor ao vocábulo *cidade* o qualificativo *autônoma*. Era como se em 1994 se estivesse disputando um conceito de cidade reportado a uma concepção ideal que bem poderia se enquadrar na tipificação clássica de Max Weber onde, além de estabelecimentos industrial-mercantis, fossem encontrados em seu interior:

> *1)- a fortaleza; 2)- o mercado; 3) tribunal próprio e direito ao menos parcialmente próprio; 4)- caráter de associação, e , unido a isso, 5) ao menos uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma alguma forma*[125]

Em outras palavras, se a Cidade de Buenos Aires deveria se libertar do arbítrio a que foi submetida por mais de um século, se fazia necessário que tivesse sob sua égide, além da pujante economia que sempre a caracterizou, o controle de sua segurança; um código legislativo próprio, ainda que em consonância com as leis nacionais; um governo próprio – igualmente localizado em um sistema de instituições submetido constitucionalmente à Nação; a capacidade dos cidadãos da cidade escolher seus governantes e, logicamente, candidatarem-se para exercício do poder.

Feito o acordo de Olivos, e tão logo seus termos disseminaram-se pela sociedade argentina, segmentos políticos desta passaram a postular a criação de instituições responsáveis pelo controle do espaço público e da segurança dos munícipes portenhos. Como era de se esperar, considerando todas as lutas prévias que informaram consciências e pertencimentos às instituições e ao mundo da política, tal movimento suscitou resistências em múltiplos segmentos da sociedade.

O que pode ter sido percebido, de diferentes maneiras, foi que a conseqüência imediata

125 Weber , 1976:82

da autonomia da Cidade de Buenos Aires consistiu na vigência de um Estado que se organiza diversificando o poder em três esferas: executivo, legislativo e judiciário, segundo os termos de uma Constituição (Domingues, 1997). Somava-se a isso o fato de que, para além de escolher o Governo da Cidade, os eleitores de Buenos Aires passaram a eleger representantes na Câmara de Deputados e no Senado Nacional. Dessa forma, se assemelhava às províncias, uma vez que municípios estariam vedados de representação nessas instâncias legislativas pelo artigo 44 da Constituição. Nos termos de Quiroga Lavié (1996), Buenos Aires seria, assim, uma Cidade-Estado, sendo seus senadores representantes dos interesses dessa cidade junto à Nação.

Ao mesmo tempo, a Cidade de Buenos Aires passou a ter uma autonomia que a diferenciou não só de províncias e municípios, mas também da Capital Federal. Este regime especial, como sugere Gelli (1997), se incrementaria na hipótese de mudança da sede da capital[126]. Neste caso, segundo a autora, deixaria de existir a necessidade de garantir os interesses "do Estado Nacional na Cidade de Buenos Aires, enquanto seja capital da república, para assegurar o pleno exercício dos poderes atribuídos às autoridades do Governo da Nação"[127].

Também por essas e outras questões é que a coexistência, em um mesmo território, entre a Capital e a CABA produz um jogo de tensões. A autonomia desta última encontra desafios significativos, pois seu pleno exercício, segundo algumas opiniões, pode obliterar a capacidade do Governo Nacional representar os interesses da República. Uma expressão dessa lógica, talvez, seja a recente iniciativa do deputado nacional por Misiones, Miguel Angel Turrieta. Este retomou um projeto apresentado por Raul Alfonsin, de translado da capital para a região da Patagônia, sob o argumento de que "há que tirar-lhe o poder a Buenos Aires, por que na medida em que tudo se concentra ali, não vamos ter o país federal que queremos"[128].

Naquele momento onde se definia a reforma, um dos reflexos dessa tensão se depositou sobre o caráter que deveria ter a *fortaleza*, ou seja, a capacidade da cidade de gerir a segurança em um território no qual também se manifestavam os interesses da Nação.

126 Essa possibilidade foi aventada por Raul Alfonsin, que durante seu mandato propôs ao Congresso Nacional a mudança da capital de Buenos Aires para Vetma, uma cidade localizada na Patagônia, no sul argentino.

127 Artigo 1º da Lei nº 24.588/94

128 Declaração ao jornal O Clarin, em 14 de julho de 2009

Seja em função de uma crença instalada sobre qual deveria ser o papel da Justiça e da Polícia, seja em virtude de relações de proximidade entre grupos e pessoas no interior destas instituições, ao longo do tempo, e em diferentes contextos sociais[129]. O fato é que as tensões entre a Nação e a Cidade encontraram no debate sobre este tema seu ponto nevrálgico, produzindo efeitos bastante relevantes para a análise. Assim, em 1995 o Congresso Nacional sancionou a lei que convocava o processo de elaboração da Constituição da cidade de Buenos Aires. A lei nº 24.620 permitiu que o chefe e vice-chefe do governo da cidade fosse eleito já no ano seguinte[130]. A legislação fixou também em 60 o número de parlamentares eleitos exclusivamente para elaborar e aprovar o Estatuto Organizativo da cidade, equivalente a sua Constituição. Antes de que tudo isso tomasse vigência, porém, foi necessário que se aprovasse uma outra lei que dispusesse os limites da autonomia da cidade de Buenos Aires.

O autor da Lei, o deputado bonaerense Antonio Cafiero, propôs em seu texto manter parte da Justiça nas mãos dos poderes estabelecidos nacionalmente, além de dar marco legal ao funcionamento da Polícia Federal Argentina enquanto força de controle e segurança pública na cidade. Essa proposição, que acabou vitoriosa, contrariou distintos interesses. Por um lado, dos políticos que desejavam um poder judiciário pleno para julgar os conflitos que fossem observados no espaço da cidade; por outro, dos movimentos sociais que exigiam políticas de garantias para a democracia e exercício dos direitos humanos, os quais tinham na Polícia Federal uma representação atuante do modelo repressivo levado a cabo pela ditadura findada em 1983. Nesse contexto, o fim da vigência dos *edictos policiales*, como também um maior controle sobre as detenções para averiguação da identidade eram questões chaves.

Assim, nos termos do artigo 8º da Lei 24.588, foi facultada à cidade de Buenos Aires jurisdição em matérias que envolviam questões do contencioso-administrativo e tributários locais. Em outras palavras, estaria sob a égide da justiça da cidade mediar e julgar conflitos entre membros da população e, particularmente, entre estes e o governo da cidade. Em suma, aqueles eventos previstos em um futuro código acerca das

129 Lucía Eilbaum descreve as relações existentes, por exemplos, entre membros da Polícia Federal, de Juizados de Instrução e secretários desses juizados, e as formas como essas envolvem toda uma economia de bens materiais e simbólicos que aproximam estes distintos universos profissionais em atividades e eventos sociais. Tais abordagens podem ser verificadas em Eilbaum, 2008.

130 Naquela ocasião foi eleito o candidato da UCR, Fernando de la Rua. O que só acirrou os ânimos entre radicais e peronistas, uma vez que este último passou a ser um potencial candidato à Presidência da República.

contravenções e faltas que se podiam cometer, concorrendo para a desarmonização da vida citadina. Desta feita, a Justiça Ordinária continuaría a cargo do *Poder Judicial de La Nación*. O artigo 7º, por sua vez, refletindo a forte pressão feita pela Polícia Federal, estabelecia que esta conservaría sua jurisdição na cidade e proibia a criação de organismos de segurança sem autorização do Poder Legislativo Nacional.

A partir daí iniciou-se um processo no qual a transferência de competências em assuntos penais – e mesmo cíveis - para a Justiça da cidade foi protelada o quanto possível, ora em função de controvérsias políticas, ora em função da não aceitação de juízes em deixarem o seio da justiça nacional. As posições que se confrontavam com essa iniciativa eram manifestadas, sobretudo, por políticos oriundos do interior do país, os quais se diziam atentos a não conceder mais privilégios a Buenos Aires[131]. No entanto, eram apoiados por associações de classe – como a Associação de Magistrados ou o prestigioso *Colegio de Abogados*, instituição semelhante à Ordem de Advogados do Brasil (OAB), como também diversas entidades representativas de Policiais. Ainda que os salários propostos para os juízes da cidade fossem mais compensadores, tratava-se, segundo me foi dito por um juiz que acompanhou diligentemente as discussões à época, de uma "questão de prestígio".

Os argumentos discursivos para tal protelação eram dos mais variados. Havia dúvidas quanto ao orçamento requerido para a criação da estrutura necessária para a transferência dos juízes para a cidade. Afinal, além do pagamento dos magistrados, era ou seria preciso construir ou reformar instalações; adquirir automóveis e outros bens de capital; prever recursos para material de consumo; contratar funcionários para a justiça, entre outras iniciativas. Requeria-se ainda contabilizar a criação da estrutura para o Ministério Público Fiscal, Defensoria Pública, entre outros elementos estruturais para promoção da justiça na CABA, nos termos definidos constitucionalmente. Do ponto de vista jurídico, o argumento esgrimado pelos opositores da autonomia plena da cidade era que o conceito de *cidade autônoma* era um limitador. Buenos Aires não podia ter sua própria justiça, uma vez que a Constituição Federal dizia que somente as esferas federais e provinciais teriam representações daquela esfera do poder republicano. Ainda

131 No processo de autonomização da cidade, um dos argumentos em prol da iniciativa era que a partir dela a Nação não teria mais que arcar com os custos de manutenção do serviço de metrô que só existe na cidade portenha. O metrô figurava então como uma espécie de símbolo dos recursos públicos que só existiam no Distrito Federal, mas que eram mantidos com a arrecadação de todos.

que juridicamente coerente, tal assertiva não era capaz de eclipsar as motivações políticas que ensejavam essas disputas.

Em 29 de janeiro de 1997, por exemplo, o jornal argentino La Nación veiculava uma matéria na qual se podia contemplar parte dos discursos emprecados nessas disputas.

> "Em dezembro último, (o presidente) Menem – em um ato no qual estavam presentes (o ministro da Justiça Elias) Jassan e o chefe de Governo portenho, Fernando De la Rúa, e ao que assistiram numerosas personalidades especialmente convidadas – assinou um decreto que criou uma comissão, no âmbito da Justiça, para instrumentalizar a iniciativa (de transferência da Justiça para a Cidade Autônoma de Buenos Aires). A comissão, que preside Jassan, por certo trabalhou seriamente desde o primeiro momento. Realizou um seminário e se dedicou a detectar os muitos problemas que suscita a transferência, para redigir varios projetos de lei que o regulamente.
> Mas nos tribunais sempre se manifestou resistência à medida e os juízes deixaram transparecer que, se prospera, afogarão em breve os fóruns com centenas de ações para oporem-se a ela.
> O senador Jorge Yoma visualizou que as razões políticas que levaram a alguns a apoiar a transferência – a conveniência de desprender-se de juízes que podem fazer perder ao oficialismo o controle do Conselho da Magistratura federal e a necessidade de tirar de cima a vários magistrados que podiam iniciar comprometedoras investigações de corrupção – não tinham o suficiente peso. Yoma falou com Menem e este ordenou a (seu chefe de Gabinete Jorge) Rodriguez que chamasse uma reunião. Ontem, o encontro se fez com (o presidente da Associação de Magistrados Bindo) Caviglione Fraga.Em breve, com o sindicato judicial, que dirige Julio Piumato.
> Caviglione Fraga abriu fogo: falou da inconstitucionalidade da medida e propôs que se analize este tema, antes de seguir adiante. Também, dos problemas que gerará este tema ao serviço penitenciário, à polícia, e sobre o orçamento (haveria que dar à cidade uns US$ 900 milhões de dólares). Yoma, Eduardo Bauzá y otros senadores afirmam que não deve dar-se este dinheiro à cidade.
> Jassan, em troca, disse que depois da sanção da Lei de Garantias (Cafiero), ocorreram vários fatos - a UCR ganhou as eleições portenhas e se sancionou o Estatuto – que mudaram o panorama e obrigam a reconhecer jurisdição à cidade.
> Como ponto intermediário, acordou-se que Barra organizará uma volta de consultas na bicameral. O primeiro a ser escutado será Jassan. Logo virão outros que o apoiem e também rechacem seus argumentos. Mas, para prever o que resolverá a Comissão, não se pode deixar de considerar que os senadores que integram esse corpo votaram, na última sessão do ano, o

> projeto Yoma para restringir a autonomía portenha em matéria de segurança e legislação processual"[132].

Logo, havia limites políticos postos meses antes da veiculação dessa matéria, quando em junho de 1996 foi eleita pela população eleitora de Buenos Aires uma Comissão Constituinte com 60 membros. Após trabalhar por 65 dias, entre julho e outubro daquele ano, esta elaborou e sancionou a Constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires onde, tentando contrariar parte dos interesses que limitavam a autonomia da cidade, criou uma justiça própria e redigiu normas transitórias para a transferência de competências desde a Justiça Nacional. O Poder Judiciário da CABA surgia com as asas cortadas, em função da forte queda de braço que se verificava em nível nacional. Isso não quer dizer que não tivesse a intenção de alçar vôos mais altos em futuro próximo. Mas até o ano 2004, esta foi exclusivamente uma Justiça do Contravencional e de Faltas[133].

A legislação da CABA – O Código de Convivência

Já nos seus primeiros movimentos, por volta de 1998, esta Justiça Contravencional e de Faltas teve que encontrar formas de afirmar-se identitariamente, buscando relevância nos temas que restaram sob sua jurisdição. Em seu nascedouro essa Justiça da CABA nutriu-se de dois movimentos básicos: a implementação de um aparato judicial que tirasse das mãos da Polícia Federal a faculdade de realizar detenções por cometimento de contravenções e, por outro lado, a perspectiva de criar uma justiça democrática, diferenciada da impopular Justiça Nacional (Tiscornia, Sarrabayrouse e Eilbaum, 2004). E a possibilidade de afirmação do lugar dessa Justiça deu-se em virtude da elaboração e aprovação do Código de Convivência Urbana (CCU).

Nesse período, legisladores, organizações de direitos humanos e civis, agrupamentos de moradores, entre outros atores, discutiram o CCU tendo como um norte comum a limitação do poder de polícia. Estava prevista, por força de Lei, a eliminação dos chamados *edictos policiales*. Cabia ao Poder Legislativo da CABA, nos três primeiros meses de seu funcionamento, aprovar um Código que estabelecesse as regras de

132 La Nacion, 29 de março de 1997. Cf. http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=62835. A tradução e os esclarecimentos entre parentesis, são meus.

133 Em 2004 o governo federal e o governo da cidade puseram-se de acordo com relação à transferência de algumas competências penais para a Justiça da cidade.

Convivência. A Polícia Federal, que já exercera forte pressão sobre o Congresso Nacional para prosseguir com o poder de controle sobre a cidade, inaugurava nova fase de mobilização, agora sobre o legislativo portenho. Afinal, tratava-se de manter tanto quanto possível sua prerrogativa de deter pessoas em ações ditas incivilizadas ou para averiguação de antecedentes, preferencialmente sobre a *clientela* de sempre. Os setores do poder judiciário, por sua vez, se diziam interessados pela democratização da justiça e sua plena implementação pela CABA. O quadro que se desenvolvia apontava para um acirrado confronto de opiniões.

Apesar da existência desses conflitos, o legislativo da CABA aprovou, em 9 de março de 1998, um projeto de Código de Convivência Urbana. A decisão foi por unanimidade, mas o texto resultante rarefeito, em função das múltiplas tensões. Nele foram pontuados alguns poucos acordos entre os partidos, em prol de um período posterior de revisão. Tratou-se, portanto, de uma aprovação às pressas, impulsionada, como referi, pela previsão normativa de fim de vigência dos *edictos*. Temia-se que se instalasse um vazio normativo que poderia ser utilizado pela Polícia Federal, em suas práticas nos dias subseqüentes, para reafirmar a necessidade de manter os termos autoritários dos *edictos*, não recepcionados pelo CCU[134].

O que se desenhava, assim, é que a Justiça da CABA, já no seu nascedouro, teria que desenvolver-se em meio a desafios significativos. Em primeiro lugar, mover-se com base em um código que não representava os anseios dos setores mais bem estabelecidos na cidade, que tinham como único acordo a necessidade de colocar limites ao poder que detinha até então a Polícia Federal. Por outro lado, tinha que ser capaz de representar-se como Justiça, reproduzindo a linguagem, os ritos e os códigos específicos desta no trato de situações que, até então, esta esfera do poder republicano argentino, não reconhecia como relevantes. Conflitos entre familiares, crises em virtude da convivência entre pessoas diferentes, entre outras questões, não costumavam ser objeto de uma instituição que julgava ser necessário manter-se distante dos dramas cotidianos para, justamente, assegurar igualdade abstrata em meio a desigualdades sociais concretas (Marshall,

134 Naquele período avizinhava-se um novo período de eleições nacionais, onde o candidato da UCR era Fernando de la Rua, governador eleito da CABA. Para enfraquecê-lo, o então presidente Carlos Menem, diante das contrariedades de distintos segmentos da sociedade portenha em relação ao CCU, como também em função da pressão da PFA, impôs por decreto que os edictos policiales mantinham sua vigência. Ver Pita, (op. Cit)

1965; Kant de Lima, 2000). Assim, fazia-se necessário desenvolver uma nova representação de justiça, baseada na aquisição de um novo conhecimento, por assim dizer, atenta aos direitos à diferença dos cidadãos. Neste sentido, esta concepção iria enfrentar-se com uma instituição – a Polícia Federal - que há tempos vinha se ocupando destes tipos de conflitos e, desde aí, estabelecendo seus próprios mecanismos de controle social, alheios àquelas orientações que animavam as reformas.

O Código de Convivência Urbana, como era de se esperar, acabou sendo alterado mais adiante. Esse processo parece ter sido presidido pelos descontentamentos de parte de segmentos estabelecidos com a tolerância presente no código com os comportamentos de certos segmentos marginalizados, particularmente prostitutas e travestis (Pita, op. cit; Tiscornia, Sarrabayrouse e Eilbaum, op. cit). Desejosos por ver refletido na referida norma aquilo que acreditavam ser parte das regras de convivência, segundo suas perspectivas, estes grupos mais bem estabelecidos da sociedade portenha empreenderam forte pressão para redefinição dos termos da referida norma. Foi neste ambiente que se instalou o Ministério Público Fiscal da CABA, desenvolvendo seus primeiros movimentos em convívio com as instituições policiais que, historicamente, se responsabilizavam pelo controle de situações envolvendo tais grupos.

Como referi, o relacionamento entre o Poder Judiciário e a Polícia, em Buenos Aires é marcado pelo caráter auxiliar desta última frente à primeira, particularmente no que se relaciona às investigações para instruir as peças judiciárias para construção da *verdade judiciária* (Foucault, 1995). Era baseado nesse modelo que se fundou a Justiça do Contravencional e de Faltas e, portanto, era essa a relação que se esperava reproduzir no controle das *incivilidades* por parte do MPF que, como vimos, não pôde contar com uma instituição policial própria da cidade, mas contentar-se em ter a Polícia Federal como parceira.

O Poder Judicial da CABA, na época de minha pesquisa, estava constituído por um Tribunal Superior, com funções constitucionais no nível municipal, um Conselho de Magistratura, os Fóruns *Contencioso Administrativo e Tributário* e o *Penal, Contravencional e de Faltas* contando com os aportes do Ministério Público[135]. Para os

135 No anexo ao capítulo II detalho as atribuições formais de cada uma das instituições pertencentes ao Poder Judiciário da Cidade

propósitos dessa tese, interessa-me descrever em seu corpo o Ministério Público Fiscal do Penal, Contravencional e de Faltas[136].

O Ministério Público da CABA

O Ministerio Público da cidade está, desde seu início, integrado por três organismos diferentes e independentes entre sí: a) a *Fiscalía Geral*, b) a *Defensoria Geral* e, c) A *Assessoría Geral Tutelar*[137]. Seus dirigentes máximos são designados pelo Chefe de Governo da CABA, cuja confirmação deverá ser referendada por dois terços dos membros do poder legislativo da cidade[138]. Aqui estarei focalizando especificamente a *Fiscalia* Geral[139], ou Ministério Público *Fiscal*.

Formalmente, o objetivo institucional do Ministério Público é "velar para que o sistema de administração de justiça cumpra e promova as garantias constitucionais e o direito de livre acesso à justiça". Neste esquema, enquanto à *Fiscalía* compete investigar e denunciar contravenções e delitos, representando os interesses da parte acusatória, à *Defensoria*, "no marco do princípio da igualdade de armas", cabe "fazer o efetivo direito a defesa em juízo e assegurar o acesso à justiça" por parte das pessoas. A *Assessoría Tutelar*, por sua vez, tem a responsabilidade de promover e defender os direitos dos menores de idade e pessoas incapazes.

Conforme dispõe a legislação, ao Ministerio Público da CABA corresponde intervir nos assuntos onde estejam envolvidos, segundo a Lei, o interesse da sociedade e a ordem

---

de Buenos Aires, como também informo aspectos relevantes de suas estruturas no que se concerne ao tema da venda ambulante.

136 Como meu trabalho de campo na Cidade de Buenos Aires iniciou-se em 2007, já havia ocorrido a transferência de responsabilidade de julgar alguns delitos para a Justiça da CABA. Meu foco, porém, estará nas contravenções e, quando for pertinente, nas faltas.

137 Cada um dos três organismos está composto pelos seguintes níveis: 1- Fiscalía General: a)Fiscal General Adjunto/a b) Fiscales ante as Camaras de Apelações c) Fiscales ante os *juzgados* de primeira instância 2- Defensoría General: a) Defensor/a General Adjunto/a, b) Defensores/as ante as Camaras de Apelações, c) Defensores/as ante los *juzgados* de primeira instância ; 3- Asesoría General Tutelar: a) Asesor/a General Adjunto/a , b)Asesores/as ante las Camaras de Apelações e c) Asesores/as ante os *juzgados* de primeira instância

138 Esta designação está vedada, segundo a Lei, para aquele que não for argentino, que não tenha 30 anos no mínimo, com graduação em Direito por pelo menos oito anos. Faz-se necessário ainda ter especial versação jurídica e ter nascido na cidade de Buenos Aires ou nela residir por, pelo menos, 5 anos.

139 A tradução literal correspondeira à Promotoria Geral. Neste texto, porém, manterei o termo Fiscalia, por que a atividade do fiscal, na minha percepção, difere da de promotor no Brasil, considerando o código de processo penal daquele país, particularmente nas instâncias federais. Percebo naquela atividade uma ênfase na investigação e a responsabilidade por informar aos magistrados as dinâmicas de um delito, em virtude da ausência de um instrumento como o inquérito policial brasileiro. Sobre o instituto do inquérito ver Kant de Lima, 1995: 32.

pública[140]. Tal previsão relaciona, entre outras coisas, zelar pela defesa dos chamados *direitos humanos*, particularmente nos lugares onde se detém pessoas, para que estas não sejam submetidas à tortura e outras formas cruéis de tratamento. Esta atividade é desempenhada, particularmente, pelos Defensores Públicos da CABA. Segundo a Lei, cabe também ao Ministério Público informar o Conselho de Magistratura da CABA acerca das ações e omissões de juízes e funcionários dos tribunais de justiça, que possam ser alvo de sanções disciplinares. Por fim, quando existir uma Polícia Judiciária da CABA, caberá a este dirigí-la.

Ao Defensor Geral corresponde ditar os critérios gerais de atuação da Defensoria, cujo fim é orientar a ação dos Defensores Públicos, otimizar e homogeneizar seus desempenho, sem prejuízo da autonomia funcional que lhes corresponde. Na época de minha pesquisa o Ministério Público Defensor contava com dez *Defensorias* no Contravencional e de Faltas, cada uma delas integrada por dois *defensores*, os quais atuavam nos *Juzgados de Primera Instancia* e na *Câmara de Apelaciones* do Fórum no Contravencional e de Faltas.

A assistência é totalmente gratuita para aqueles que haviam sido imputados em causa contravencional, como também no caso dos delitos cuja competência havia sido transferida à Justiça da CABA. Nos casos de atas lavradas por cometimento de faltas administrativas e sua revisão judicial, a intervenção da Defensoria Pública dependia da pessoa envolvida, conforme pudesse provar que não conta com os meios econômicos suficientes para custear os honorários de um advogado particular.

O Ministério Público Fiscal, diante dos Juízes de Primeira Instância no Contravencional e de Faltas, estava, na época de minha pesquisa, constituído de vinte e quatro *fiscales*, distribuidos em 12 promotorias, integradas por dois *fiscales* cada um. O *fiscal general* é quem estabelece critérios de atuação dos mesmos e, quando razões fundadas o justifiquem, poderá determinar as zonas ou distritos onde estes devam atuar.

A atribuição de dirigir a Polícia Judiciária, atribuição formalmente designada ao Ministério Público, caberia particularmente à *Fiscalia*, caso existisse uma polícia

140 Ley Nº 316, BOCBA Nº 868 del 27/01/2000

judiciária da Cidade. Como referi, os poderes nacionais instituídos mantiveram a segurança pública como atributo da Polícia Federal Argentina. A *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas,* assim devia amparar-se na previsão normativa existente para melhor desempenhar suas funções.

> *"Os integrantes do Ministerio Público, em qualquer de seus níveis, podem requerer informações aos órgãos administrativos, aos prestadores de serviços públicos e/ou particulares, assim como dispor da intervenção da autoridade policial para realizar diligências, citar pessoas para que prestem esclarecimentos em suas dependências, entre outras questões ligadas à faculdade de investigação."*

Isso fazia com que, inexoravelmente, o Ministério Público Fiscal tivesse que recorrer à Polícia Federal Argentina, historicamente a única instituição que tinha se dedicado a tais atividades e, por isso mesmo, a única a contar com memória institucional de práticas, procedimentos e sistemas classificatórios próprios. A necessária ou forçada proximidade entre ambas as instituições inaugurou todo um período de animosidades e acomodações.

Os primeiros momentos

Os momentos iniciais de implementação do código tiveram sua dinâmica orientada, em certa medida, pela necessidade do MPF de buscar visibilidade social. Essa dinâmica pode ser refletida em duas iniciativas, por parte dos seus membros: a) a constante participação destes em reuniões que já vinham sendo realizadas pelas *comisarias*, dentro de um programa de acercamento junto aos *vecinos*, b) a exigência persistentemente dirigida a policiais para manter uma produção regular de atas contravencionais (Tiscornia, Eilbaum, Sarrabayrouse, 2004).

Estas últimas são formulários dispostos em talonários nos quais se informam, entre outros dados, o nome do contraventor e o artigo do código o qual este, supostamente, veio a desrespeitar em suas ações. A intenção era que o preenchimento de tais atas marcasse a adaptação policial à regulamentação do CCU e, desde essa perspectiva, a

resignação da perda do poder que representava a discricionariedade contida nos *edictos*[141]. Assim, naquele período desenvolveram-se a um só tempo, mecanismos de publicização das atividades da justiça – particularmente, reuniões com *vecinos*[142] - como também instrumentos de coerção e tentativa de controle dos comportamentos sobre a população e a Polícia. Desta forma, geravam-se dados que atestavam certa produtividade da Justiça da CABA, indo contra a teoria de que, com a eliminação dos *edictos*, vivia-se em Buenos Aires um vácuo normativo em relação à segurança pública.

No entanto, nos idos de 1998 a conduta policial na relação com o Ministério Público da CABA era uma preocupação dos *fiscales.* Era quase que uma norma, para esses últimos, seguir de perto as ações dos primeiros. Vigiar suas práticas e seus procedimentos parecia condição de fazer funcionar o novo código. E isso se traduzia, sobretudo, na produção de muitas atas contravencionais. Para que estas fossem produzidas, e que contivessem a menor quantidade de erros possíveis em suas confecções, os promotores decidiram fazer expedições nas ruas com policiais, muitas vezes usando os mesmos automóveis. Dessa forma, gradativamente, o MPF foi se delineando enquanto instância legitimadora, do ponto de vista judiciário, da atuação policial sobre os contraventores habituais que, naquele período, tinham como grupos mais representativos, segundo os discursos exaltados dos *vecinos*, prostitutas e travestis.

> "*Enquanto a polícia atuar dentro da lei, nós não só vamos a respaldar, senão que vamos a por o peito (...). A polícia são nossos olhos na rua (...). Nós estamos dizendo e já dissemos em várias oportunidades, que nós não pedimos que a polícia se*

141 Lembro que no procedimento relativo aos edictos policiales a polícia conduzia a pessoa à comisaría e lá ela julgava a infração e estabelecia a pena. Com o novo código, uma vez lavrada a ata contravencial, a pessoa fica nas mãos da justiça.

142 Nestas reuniões, foram levados a cabo estratégias de acercamento dos moradores, na busca por uma melhor representação de uma "justiça ágil, desformalizada e local". Processo esse recheado de conflitos onde determinadas representações apresentavam queixas pela falta de aplicação do código a fiscais e policiais presentes, muitas vezes acusando as normas enquanto "protetoras de delinqüentes". Nestas críticas de moradores, inclusive, veiculavam-se opiniões na qual existia uma certa dualidade entre os direitos humanos dos delinqüentes e um outro, pertencente àqueles que "pagamos nossos impostos". Interessante que tais fóruns serviram para forjar uma espécie de aliança entre promotores, policiais e moradores "em oposição aos legisladores que sancionaram o código". Dessa forma, constituiram-se em caixa de ressonância que orientou a reformulação do mesmo, ao mesmo tempo que se traduziu em um canal pelo qual circulavam informações, colaborações, delações de grupos supostamente infratores. Deste ponto de vista, fonte de coleta de provas e confecção dos relatórios tão esperados por parte do MPF junto à Polícia. Estes processos podem ser visualizados em Tiscornia, Eilbaum, Sarrabayrouse, (op. cit:)

> *adeque; se a polícia está num meio hostil, como pode ser uma manifestação, não vamos pedir que, enquanto levam pauladas e pedradas, que se ponham a lavrar atas. Neste caso a polícia pode aprender e levar à comisaria, lavrar a ata e notificar ao fiscal*" (Tiscornia, Eilbaum, Sarrabayrouse, op. cit: 116) [143]

As atas contravencionais

As atas contravencionais são elaboradas pela Secretaria da *Fiscalia* da Câmara do Fórum Contravencional do Poder Judiciário da CABA. Nelas deve ser registrada uma importante quantidade de informações: lugar e hora em que ocorreu o fato (a suposta contravenção) e foi lavrada a ata; descrição do fato e sua tipificação de acordo com o Código Contravencional. Também se devem registrar os dados referidos ao suposto contraventor: nome, idade, sexo, nacionalidade, lugar de residência, número de documento. Na ata, além disso, deve constar a identificação das testemunhas e do denunciante, se houver.

O rigor burocrático é não só condição de legalidade do procedimento, senão também uma ferramenta de controle sobre o desempenho da polícia em seu caráter de "auxiliar" de justiça. Observou-se, não obstante, uma importante quantidade de atas que não constam com o mínimo de dados requeridos. Estas são atas que as *fiscalias* devem enviar para o arquivo. Fatos que pela falta de informação não são investigados pela justiça contravencional, o que não significa que não tenham sido alvo da rotina policial.

Se não há testemunhos de particulares, o agente que interveio dá sua declaração por escrito e esta é que faz parte da prova. A ata é assinada tanto pelo funcionário que a redige, como pela pessoa a quem se lhe imputa a infração. Este, entretanto, pode negar-se a assinar.

Caso, ao ser redigida a ata, a pessoa acusada de cometer a contravenção não possa creditar minimamente sua identidade, a mesma é transladada à sede do Ministério

143. O período corresponde à fala de um promotor, em uma das reuniões com moradores, relatada pelas autoras.

Público. Tal como assinala a referida Lei, esta será detida "pelo tempo necessário para estabelecer sua identidade que em nenhum caso poderá exceder de 10 (dez) horas". No caso de menores ou de estrangeiros, algumas vezes por temor a revelar o fato de serem menores de idade ou de não terem os papéis em ordem, preferem afirmar que não levam sua identificação consigo. Uma vez no centro de identificação, ou aguardam as dez horas regulamentares ou, caso seja possível, avisam a seus familiares ou mesmo advogados para que sejam buscados e se tente agilizar sua liberdade.

A autoridade preventiva – isto é, a Polícia – pode adotar outras medidas denominadas "precautórias" além da apreensão, tais como a detenção preventiva, o seqüestro de bens e a imobilização e depósito de veículos motorizados "no caso de contravenções de trânsito, na medida em que constituia um perigo para terceiros ou que obstaculize o normal uso do espaço público". Em virtude dessas instruções, pode-se ler nas atas contravencionais que policiais tem seqüestrado o carro, a mesa ou a manta onde os vendedores ambulantes colocam suas mercadorias, tudo levado a um depósito do governo da cidade. Não é comum observar-se nas atas que as comunicações feitas pelos policiais aos *fiscais*, acerca de suas decisões, ensejem ordem contrária ou objeções ao operativo preventivo (Pita, op. Cit: 60).

Da tramitação das atas...

Diariamente ingressam pela mesa de entradas da *Fiscalia* todas as atas contravencionais lavradas na Cidade; sejam aquelas nas que interveio a polícia federal em seu caráter de organismo preventivo (tarefas de vigilância, patrulha ou como receptor de denúncias de vecinos), sejam aquelas provenientes de denúncias diretamente nas *fiscalias*. É que algumas das denúncias chegam àquela instituição através dos Centros de Gestão e Participação da Cidade, órgão pertencente ao Governo da Cidade que, entre outras coisas, organiza as reuniões por bairro, nas quais participam *vecinos*, autoridades policiais, entre outros atores. Ali se atribui à ata um número de causa, se rotula e a remete a cada uma das doze *fiscalias* existentes.

Cada uma das doze *fiscalias* tem atribuída uma zona durante o período que vai de 1 de setembro de um ano ao 31 de agosto do ano seguinte. Depois se estabelece o rodízio das zonas, de forma a possibilitar, com o passar do tempo, a mesma carga de trabalho para todas as *fiscalias*, em função das características de cada zona.

...a tramitação das causas

A pessoa acusada uma vez notificada deve apresentar-se em até cinco dias úteis ante à *Fiscalia*. A apresentação nesta instância obedece a que, de acordo com o Código de Procedimento da Justiça Contravencional, é o *fiscal* quem leva a cabo a instrução, ou seja, quem investiga os fatos e produz a prova. O juiz funciona como juiz de garantias do acusado. A pessoa acusada tem direito a ser assistida durante o processo por um defensor ou defensora de confiança, ou seja, particular. Caso não tenha, será assistida pelo defensor público.

O *fiscal* é quem produz a prova, de acordo com o que considere pertinente, segundo "seu leal saber e entender", e atendendo ao solicitado pela defesa. Durante o curso da investigação, a prova é assentada em atas levantadas pela fiscalia que vão engrossando o expediente judicial. A prova é basicamente a aportada pela polícia. Nas contravenções mais freqüentes, em geral a prova com que conta a *fiscalia* é a declaração policial, fotos, filmagens ou esboços elaborados à mão que a própria polícia produz na oportunidade, as declarações dos funcionários policiais, dos supostos contraventores e de outras testemunhas que se refiram ao ocorrido uns quantos meses depois.

A *Fiscalia*, caso estime que o fato não constitui contravenção, ou que não se pode provar sua existência, ou que o fato não foi cometido pelo denunciado, remete as autuações para um arquivo geral. No caso em que decida seguir adiante, tem lugar uma audiência no âmbito do Ministério Público, na qual intervém o *fiscal*, o contraventor e seu defensor. Se a pessoa acusada aceita os fatos que lhe são imputados, e voluntariamente admite sua responsabilidade neles, de acordo com o que estabelece a Lei de Procedimentos, a *Fiscalia* envia uma nota ao juiz pedindo formalmente para passar ao julgamento. Neste caso, a Fiscalia assinala qual é a prova que sustenta a qualificação legal do fato, solicita a pena que considera adequada ao caso e explica as circunstâncias que foram levadas em conta para determinar a qualificação e a pena correspondente. Este procedimento chama-se "*Requerimento de Juício*".

Se o juiz considera que com a prova existente é possível determinar a "verdade" jurídica dos fatos, dita a sentença a partir do que foi apresentado pela *Fiscalia*. Nesse caso não pode tipificar diferentemente da *fiscalia*, nem atribuir pena maior do que esta solicitou.

Logo, o contraventor é notificado da sentença. Esta forma de resolução é a que se denomina "*Juício Abreviado*".

Se, pelo contrário, o juiz estima que é preciso conhecer melhor os fatos, chama a audiência de julgamento, as partes são notificadas com dez dias de antecedência de sua realização – a qual é do tipo oral e tem caráter público. Caso a pessoa acusada pela contravenção não compareça à audiência, se ordena à força pública – ou seja, à Polícia - que a busque com o objetivo de garantir sua declaração. Os julgamentos orais podem dar lugar a mais de uma audiência devido à ausência tanto da pessoa acusada, como de testemunhas, sejam aquelas apontadas pelo *fiscal* ou pela defesa, seja aquela informada na ata. Após isso, o juiz, depois de ouvir a pessoa acusada, dita a sentença.

Essa sentença, em um prazo estipulado de cinco dias a partir da notificação das partes, pode ser apelada à Câmara de Justiça Contravencional. A sentença pode ser anulada, ditando-se uma nova, ainda que o acusado tenha outra instância a mais para apelar: o Tribunal Superior de Justiça.

As penas

As penas, geralmente, tendem a significar o desembolso de recursos relevantes àqueles que são punidos em virtude das acusações sofridas. Podem envolver a mobilização de recursos pecuniários para promover reparações frente ao estado ou terceiros que tenham supostamente sido prejudicados; o emprego do tempo disponível para o desenvolvimento de suas próprias estratégias para promover a reparação que venha a ser solicitada pela justiça; ou ainda àquelas restritivas de liberdade, sendo a detenção a mais pesada entre estas últimas. A pena mais leve é a advertência, um chamado de atenção do juiz ao contraventor.

Iniciando àquelas que envolvem a mobilização de recursos monetários, a pena denominada "caução de não ofender" consiste em um depósito bancário de uma soma em dinheiro. Trata-se de uma garantia de não reiterar a contravenção durante um período que fixa o juiz, mas que não pode ser superior a seis meses. Ao término do período fixado, caso não se verifiquem novas demandas judiciais contra a pessoa, devolve-se o dinheiro.

A “multa” é uma soma de dinheiro fixada pelo juiz e que, uma vez paga, o Conselho de Magistratura destina ao financiamento de programas de educação, esportes, promoção social ou médico-psicológicos ou trabalho de utilidades públicas, conforme disposto no Código Contravencional. A reparação, por sua vez, é uma pena que o juiz pode dispor quando o contraventor haja produzido um prejuízo a outrem. É uma espécie de multa paga em benefício de pessoa física ou jurídica prejudicada.

Entre as penas que envolvem a utilização do tempo do contraventor figura a de “instruções especiais” que implica submeter o contraventor a um plano de conduta estabelecido pelo juiz. Ela deve contar com o consentimento do contraventor e pode consistir, por exemplo, na assistência de um curso, iniciar um tratamento médico ou psicológico, entre outras possibilidades. Os trabalhos de utilidade pública devem prestar-se nos lugares e horários determinados pelo juiz e que são previamente acordados com o contraventor, de acordo com suas possibilidades. Devem guardar certa relação com a contravenção cometida. Estas duas últimas penas não devem superar os quatro meses.

Entre as penas restritivas de liberdade constam a “proibição de concorrência”, a qual dispõe que o contraventor não pode ter acesso, por um certo tempo, a determinados lugares. A pena de “clausura”, que não pode exceder os noventa dias, implica no fechamento de estabelecimento ou local pertencente a um proprietário que haja cometido uma contravenção. A “inabilitação” implica na proibição de exercer atividade, emprego ou profissão. Só pode aplicar-se quando a contravenção se produz em conseqüência de incompetência, negligência ou abuso no exercício dessa atividade. Por último a “prisão”, que não pode superar os trinta dias, é pena que deve ser cumprida em instituições existentes especificamente para contraventores, atendendo a prescrição legal.

De mãos dadas

Baseado nesses mecanismos, a gradativa integração entre o MPF e a PFA parecia concorrer para o controle das contravenções na cidade de Buenos Aires. Havia, claro, disputas entre as instituições. No entanto, a estrutura da Polícia Federal, assim como sua experiência no trato com populações marginalizadas e situações de contravenção, entre outros aspectos, eram imprescindíveis para as estratégias do Ministério Público Fiscal,

como também do Poder Judiciário da Cidade. Afinal, este último queria se estabelecer com plenitude e para isso era necessário *mostrar serviço*. Demandando a multiplicação das atas e, desde aí, controlando comportamentos e as práticas policiais, contribuindo para encher páginas de jornais e falando diretamente aos moradores da cidade, este jovem MPF protagonizava, aparentemente, um processo de mobilização política chamando a atenção para a Justiça da Cidade com relação à Justiça Nacional.

> *"(...) O espírito que impulsiona a todos nós no Ministério Público é, dentro das possibilidades que temos neste momento, tratar de dar resposta ao cidadão de uma maneira rápida, ágil e concreta. Que isso não seja mais do mesmo do que pode chegar a ser a justiça a nível nacional"* (Tiscornia, Eilbaum, Sarrabayrouse, op. cit: 117)

É certo que a criação do Código Contravencional, na seqüência da criação da Justiça da CABA, teve como eixo central a organização de um sistema de controle burocrático, fundamentado nos *direitos humanos* e garantias civis. Da mesma forma, esperava-se que sua posterior reforma levasse em conta esses valores. No entanto, *vecinos* de distintos bairros da cidade portenha, instrumentados em - ou instrumentalizados por - distintos meios de comunicação, empreenderam mobilização por uma re-confecção do código que resultasse em um conteúdo mais afeito a valores morais particulares. Naquela ocasião, a prática da prostituição foi representada como a principal ameaça ao ordenamento social requerido, segundo aqueles discursos. Conseqüentemente, não só alterou-se o código, ainda em 1998, de maneira a contemplar tais preocupações moralistas, como as práticas das agências de controle revestiram-se de lógicas moralizantes que significaram a *judicialização* das contravenções (Tiscornia, Eilbaum, Sarrabayrouse. op. cit.: 121).

Naquele período, enfim, houve um re-ordenamento das práticas consuetudinárias da polícia, em associação com a emergência do Ministério Público Fiscal. Assim, através do controle das contravenções se abriram novas possibilidades de detenção de pessoas que manifestassem outras formas de *desvios*, o que se somava à prerrogativa de se realizar detenções para averiguação de identidade, instituto que acabou não sendo

removido. Entre outras coisas, observaram-se ocorrências de episódios conflituosos gerados nestas abordagens e que podiam ser interpretados, ou não, como *resistência à autoridade*. O MPF se beneficiava dessa associação, aprendendo novas técnicas e, sobretudo, pela produção de documentos que lhe permitiam a sistematização de suas tarefas de controle e produção de dados. Afinal, a meta era demonstrar a capacidade de se tornar uma *justiça plena*, sempre em relação com a Justiça Nacional. Contudo, a PFA na cidade de Buenos Aires parece ter se adaptado a essa convivência, elaborando formas ainda mais eficazes e convincentes para exercer seu contumaz controle sobre determinados segmentos sociais.

Diante da emergência dessa nova justiça, que se dispôs a exercer um controle burocrático em composição sobre as condutas e comportamentos na cidade, parecia natural que gradativamente "a polícia ameace ao infrator com uma possível detenção, no momento de lavrar uma ata, sem advertí-lo que a prisão só é possível se não concorre ao MPF quando é citado pela segunda vez" (Tiscornia, Eilbaum, Sarrabayrouse, op. cit.: 122). Ao produzir um documento na rua - a ata – a polícia passou a criar também, e agora de maneira efetiva, a possibilidade que um suposto infrator viesse a relacionar-se com um maquinário burocrático, no qual a figura do juiz era garantidor de um futuro incerto[144]. E isso em causas que o Judiciário, historicamente, não tinha o menor interesse. Essa possibilidade introduziu elementos de incerteza e risco, particularmente para aqueles atores que estavam em situação ilegal no país. Para estes se agudizava a contumaz representação hermética dessa justiça que, ainda que se representasse democrática, célere e localizada, estava longe de ser uma justiça para todos. Mais próxima aos segmentos mais bem estabelecidos na cidade, com poder de mobilização e de influência na chamada opinião pública, se fez uma Justiça para transformar em ordenamento as representações sobre a ordem pública que fluíam desde as perspectivas morais de tais grupos.

A ordem pública e o governo da CABA

O Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires é constituído da Chefia do Gabinete

144 Em certo nível, equivale ao que ocorre no Brasil com causas que são levadas aos Juizados Especial Criminais, os chamados JECRIMs, onde o temor a um processo, por parte dos acusados, estimula-os a aderir ao instituto da "transação penal", ainda que se julguem inocentes das acusações que lhes são imputadas. Ver Kant de Lima, Pires e Eilbaum (2008a).

do governo e de oito ministérios[145]. No tocante à venda ambulante, diferentes agências podem interagir de forma a estabelecer normas que possibilitem sua ordenação e controle, embora mais comumente as duas pastas que mais recorrentemente focalizam aquela atividade com possibilidades de intervenção são Justiça e Segurança[146] e, principalmente, Ambiente e Espaço Público[147].

Os funcionários de ambos os Ministérios são agentes aos quais é confiado o exercício do poder de polícia que tem a Administração Pública para incrementar as condições de vida na cidade. Para tanto, têm a faculdade de aprovar ou desaprovar solicitação de usos do espaço público, certificar ou creditar certas atividades, multar infratores dos códigos, fechar estabelecimentos, entre outras faculdades. Muitas vezes, para dar vazão às suas práticas, podem requerer a participação das instâncias judiciais e, sobretudo, o apoio da PFA para os casos onde se fizer necessário salvaguardar a integridade física de seus agentes.

Em meu trabalho de campo, como referi no primeiro capítulo, eu me dirigí ao Ministério do Ambiente e Espaço Público onde tive contato com a Divisão Geral de Feiras e Mercados. Esta era vinculada à Subsecretaria de Uso do Espaço Público e tinha como atribuição não só organizar os espaços para realização das feiras de artesanatos, como também para vendas de mercadorias industrializadas ou produtos de origem agropecuária. Em minhas inserções naquele espaço fui acompanhado por Luís Miguel, o coordenador dos inspetores, os quais eram responsáveis pela fiscalização de ruas e praças. Oriundo da província de Buenos Aires onde, segundo ele, teria trabalhado com "mediação de conflitos", sua atividade cotidiana consistia em fiscalizar a fiscalização. Eram muitas as possibilidades de "desvios" por parte dos funcionários daquela instância, o que requeria uma permanente atenção.

No dia-a-dia daquela agência, me dizia Luís, era necessário estar atento ao complexo

145 Entre estes constam Ambiente e Espaço Público, Comunicação Social, Cultura, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Educação, Desenvolvimento Urbano, Fazenda, Justiça e Segurança.

146 O Ministério de Justiça e Segurança tem idealmente, entre outras atribuições, "Participar na formulação e implementar a política por meio do qual se exerça de forma integral o poder de polícia no âmbito da Cidade Autônoma de Buenos Aires". Nas notas anexas ao capítulo II informo uma lista mais completa de suas atribuições.

147 O Ministério do Ambiente e Espaço Público pode ser descrito como tendo entre suas missões, considerando os objetivos dessa tese, "Ordenar o sistema de feiras da cidade, valorizando as feiras e mercados e otimizando o uso do espaço público". Nas notas anexas ao capítulo II informo uma lista mais completa de suas atribuições.

arcabouço normativo que deveria orientar às atividades de seus funcionários. Isso por que havia duas diferentes fontes de regras: as leis da cidade e as chamadas *ordenanzas*. Estas últimas constituem um corpus prescritivo cuja existência é anterior ao código da CABA. Muitos de seus enunciados e aspectos haviam sido reelaborados, ou mesmo revogados, pelos códigos de contravenções e de faltas. No entanto, estava previsto que as *ordenanzas* – espécie de código de posturas – ainda estariam em vigor para o caso das leis mais recentes serem omissas com relação a algum assunto. Na prática, tal previsão fazia com que os agentes, no seu dia-a-dia, ora optassem pela aplicação das leis da Cidade, ora pelas *ordenanzas*. Daí a complexidade da sua atividade.

Essa complexidade se manifestava nos contextos onde se requeria a definição de quais práticas podiam ser acionadas no espaço público. De acordo com as leis recentes, *artesãos* e *manualistas*[148] são as modalidades de comerciantes de rua que podem pedir permissão para "uso precário da via pública". Afinal, eles alteram a matéria prima que adquirem e, portanto, não se trata de revenda. Aqueles que não são *artesãos* e *manualistas* são revendedores e na via pública não estava permitido sua localização. A não ser, como dizia Luis Miguel, que estivessem *arreglados* com a Polícia.

No entanto, uma forte crise de natureza política e econômica, cujas manifestações mais incisivas se verificaram em 2001, obrigou o governo e legislatura da Cidade, posteriormente, a repensar o uso do espaço público. Com a combinação da insolvência econômica do país e a grave crise institucional, as pessoas sairam às ruas, na busca de encontrar soluções para a sobrevivência. Um tempo que Luís Miguel lembrava muito bem.

> *"As pessoas vendiam tudo o que podiam nas ruas. As praças transformaram-se em pontos de comércio onde a gente botava uma manta no chão e vendia o que tinha. Ibarra, o governador à época, entendeu*

148Em termos gerais, um manualista é aquele que realiza trabalho artístico com as mãos ou ferramenta, sendo que esse pode ser reproduzido em função de um padrão ou planilha pré-estabelecido. Diferentemente, ainda que um artesão também realize seus trabalhos com as mãos, estes não podem ser reproduzidos. Quase sempre são trabalhos muito personalizados, que guardam entre si uma característica distintiva de cada artesão. Estas diferenças são contempladas pelas ordenanzas do Governo da Cidade de Buenos Aires, segundo me foi dito por Luís Miguel.

> *que havia uma crise e as pessoas tinham fome. Uma pessoa que vendia CD* trucho *estava contra a lei, mas quem vendia uma roupa usada, um brinquedo, uma comida que fazia, não estava contra a lei. Então ele propôs regular, através do decreto 92/2004, que as pessoas tivessem um lugar para vender e, com isso, não atrapalhassem a via pública. Esta norma fala da permissão para uso precário para pessoas, em determinados lugares. Um deles, o mais importante, foi em Retiro, onde em algumas ruas que estavam atrás da estação San Martin foram armadas barracas de canos de ferro 1,80m X 1,00m. Em um primeiro momento, foram mais ou menos 500* puestos*"*[149].

Assim, em função de um momento particular, apesar da existência de um Código de Convivência Urbano, o Governo da Cidade lançou mão de uma *ordenanza* que propunha um ordenamento distinto, para dar vazão às necessidades de sobrevivência das pessoas. Com isso, dava respaldo àquela que já era uma ação dos agentes municipais: tolerar o comércio ambulante nas ruas e praças de Buenos Aires. Esta moralidade acabou influenciando a reelaboração do CCU, ainda em 2004, como veremos mais adiante. A noção de *necessidade*, porém, parecia estar referida a determinados estratos sociais, sendo que outros segmentos passaram a usufruir dessa previsão normativa, o que contrariava certos interesses e representações sobre quem pode ou não estabelecer-se na cidade.

De acordo com minha interpretação, os contextos político-econômicos inaugurados na década de 1990 culminaram com os acontecimentos de 2001. Nestes últimos parece ter se configurado um momento particular, um ponto de inflexão que em muito contribuíra para a transformação da venda ambulante em um problema central para a CABA. Proponho, a seguir, voltar ao ambiente do Judiciário para analisarmos algumas informações concernentes ao período. Também interessa-me vislumbrar algumas

149 Entrevista gravada.

dinâmicas envolvendo o Ministério Público, a PFA, entre outras instituições, as quais nos permitam entender que lógicas internas aos processos de interpretação dos fatos que podem ser ou não considerados contravenções e, desde aí, estruturar os *arreglos*.

Capítulo III

Arreglo e interpretação

> "A Polícia é sócia da venda ambulante. Em alguns casos há organizações que comercializam mercadorias importadas que ingressam por contrabando ou então por pirataria de marcas conhecidas. São formas de organização empresarial que a polícia dá cobertura territorial. Caso você queira ir vender na esquina, e não fizer parte de nenhuma dessas organizações, a polícia te detém, lhe sequestra a mercadoria e lhe faz uma ata contravencional. Há algumas zonas onde a polícia atua, entendendo a mensagem da *Fiscalia*. Em outras, fazem jogo de cena. Tem uma banca, faz uma ata contravencional e sequestra uma terça parte da mercadoria. A polícia vai e o comerciante segue vendendo como se nada tivesse acontecido. O dinheiro é dado em outro momento. Não há vendedores ambulantes independentes nas ruas. Respondem à organizações que lhes dão uma certa quantidade de mercadorias por dia. O vendedor deixa seu documento de identidade e recebe a mercadoria. Ao final do dia, prestam contas e recebem o pagamento diário[150]. São escravos. Estas informações são procedentes das causas e, sobretudo, investigações da *Fiscalia*, onde operações de busca e apreensão em depósitos topam com até 30 documentos de identidade" [151]

Acima, em uma cápsula, veiculo a representação dominante na *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas*, do Ministério Público da Cidade Autônoma de Buenos Aires (MP/CABA), no momento de minha pesquisa. Como vimos, essa é uma das instituições envolvidas no controle da venda ambulante na capital federal argentina. Por um período acompanhei as atividades de parte de seus membros, a partir do interior daquela instituição. Naquela experiência aprendi que analisar o contexto de sua atuação é importante para entender as particularidades do comércio ambulante na Cidade de Buenos Aires e, conseqüentemente, compreender suas particularidades nos trens.

150 Segundo soube por parte de vendedores ambulantes nesta condição, o pagamento de uma diária em novembro de 2007 era, em média, 10 pesos, dependendo do lugar e da quantidade de horas combinada. Em 2009, quando retornei à cidade, o valor tinha subido para, em média, 30 pesos.

151 Fiscal do Contravencional e Faltas, em entrevista concedida a mim em 3 de novembro de 2007.

No discurso do *fiscal*, o qual entrevistei em novembro de 2007, se pode perceber implicitamente a venda ambulante enquanto um problema. No entanto, isso nem sempre foi assim. Aquela atividade foi construída enquanto tal, em função de interesses e lógicas institucionais distintas. Assim, neste capítulo interessa-me apresentar argumentos que dêem conta do percurso que fez com que o comércio ambulante se transformasse como o problema número um da cidade e, nessa perspectiva, mostrar sua relação com a noção de *arreglo*. O quanto sua vigência possibilita o exercício de distintas autoridades interpretativas sobre os acontecimentos envolvendo a venda ambulante.

A transformação da venda ambulante em problema

Uma breve análise sobre dados tabulados e disponibilizados pelo Conselho de Magistratura do Poder Judiciário da CABA[152], sobre o fluxo de ingresso de ocorrências nos âmbitos do contravencional e de faltas, no período entre 2002 e 2008, ajuda a entender parte da dinâmica de substituição dos *edictos policiales* pelo Código Contravencional[153]. Particularmente, a maneira como determinadas práticas sociais passaram por merecer maior focalização pelas instituições de controle.

É relevante, porém, para fazer uma interface com as dinâmicas inerentes ao Governo da Cidade, resgatar que o código contravencional criado em 1998 acabou por sofrer alterações substantivas em 2004. Em função dessas, o CCU cresceu em tamanho e sofisticação. No entanto, como referi, acabou também por incorporar outras expectativas, em função da grave crise política e social que viveu a Argentina, particularmente nos anos 2001 e 2002[154]. Com ela, não só os pobres de sempre – particularmente imigrantes – se viam impelidos a utilizar o espaço público urbano em suas estratégias de sobrevivência. Mas a novidade foi o fato de a classe média, desprovida de recursos, passar a utilizar praças e outras localidades públicas para trocar ou vender diretamente pertences e alimentos. As mudanças no sistema classificatório que definia quais eram as *contravenções* e as *faltas* tiveram que ser efetuadas levando-se em consideração essa conjuntura, mas o fato é que a ocupação do espaço público,

152 Os dados foram encontrados em http://cmcaba.jusbaires.gov.ar/cmcaba/estadisticas, em 02/09/2009.

153 As faltas têm um código específico, expresso na Lei nº 451, criada em 2000 e reformulada em 2006.

154 No período de 2001/2002, a Argentina sofreu uma crise de âmbito social, econômica (fiscal e financeira), política e institucional, que levou o presidente Fernando de la Rua a renunciar. No anexo ao capítulo III apresentou uma versão sobre esse processo, a partir de uma leitura de Conde, 2003.

ainda que não ofendesse "a moral e os bons costumes" passou a ser focalizada mais enfaticamente. Conseqüentemente, o CCU modificado não só refletiu a incidência de determinadas práticas sociais no espaço público urbano, como pode também ter contribuído para o crescimento da produtividade dos operadores – leia-se policiais e *fiscales* – nos contextos de controle de tais ações. Ou seja, antes de 2004 muitas atividades, por imprecisão da Lei nº 10, não foram recepcionadas pelo respectivo sistema judiciário, cabendo unicamente à polícia a administração desses conflitos.

Um exemplo relevante é que na Lei nº 10/1998 não havia referência explícita ao uso do espaço público urbano para práticas comerciais sem autorização enquanto uma contravenção. Isso não quer dizer que ambulantes não pudessem ser acionados por obstrução da via pública (art. 41) ou exercício ilegítimo de atividade (art. 48). Diferentemente, na Lei nº 1472/2004, seu artigo 83 é peremptório em afirmar que

> *"Quem realiza atividades lucrativas não autorizadas no espaço público, é sancionado/a com multa de duzentos ($200) a seiscentos ($600) pesos. Quem organiza atividades lucrativas não autorizadas no espaço público, em volumes e modalidades similares as do comércio estabelecido, é sancionado/a com multa de 5.000 a 30.000 pesos"*[155].

Como referi anteriormente, a utilização do meio ambiente urbano para práticas comerciais era recorrente desde meados dos anos 90, em virtude da dolarização da economia. Geralmente por segmentos desempregados ou subempregados, estratos sociais particularmente envolvidos em processos migratórios eram os que mais se ocupavam destas atividades. Contudo, a partir da crise de 2001, novos atores sociais passaram a disputar por espaços nas ruas, o que parece ter contribuído para que o governo da CABA propusesse, neste mesmo artigo, um parágrafo relativizador do conceito de atividades lucrativas.

155 A tradução é minha.

> *"Não constitui contravenção a venda ambulante na via pública ou em transportes públicos de bagatelas ou artígos similares, artesanatos e, em geral, a venda de mera subsistência que não implique uma competição desleal efetiva para com o comércio estabelecido, nem a atividade dos artistas de rua na medida que não exijam contraprestação pecuniária"*[156].

Na minha forma de ver, o decreto 92/2004 proposto pelo então governador da CABA, Anibal Ibarra, abrigou uma moralidade que interagiu na reelaboração do referido artigo da Lei que instituiu o CCU, em 2004. Este constitui importante exemplo de como uma legislação pode abrigar distintas moralidades, em função das pressões sociais ou políticas que são possíveis de serem observadas em determinadas conjunturas. Como veremos mais a frente, essa tensão entre distintas moralidades, bem demonstrada neste artigo, será um ponto de discórdia e um elemento chave para a prática do *arreglo*, sob a regência da PFA.

Analisando os dados

Do ponto de vista dos dados da Justiça Contravencional e de Faltas, a primeira coisa que chama a atenção na análise é que no período compreendido entre 2002 e 2003 as causas de *faltas* são bastante superiores às *contravenções* e *medidas cautelares*[157]. Em 2003, por exemplo, as faltas equivalem praticamente ao dobro destas últimas. Entre 2004 e 2007, porém, as faltas começaram a diminuir consideravelmente, enquanto as *contravenções* e *medidas cautelares* cresceram de forma bastante significativa[158].

Esses números, quando confrontados com a estrutura do Poder Judiciário da CABA nestes dois períodos, podem ajudar a levantar questões de outra ordem. Em 2002, quando o Fórum Contravencional e de Faltas tinha apenas quatro juizados, o total de ingressos foi de 8.324; em 2007, com 31 juízes, a quantidade de novas demandas somou

156 Parágrafo único do artigo 83 da Lei nº 1.472/2004 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

157 As medidas cautelares equivalem aos mandatos de segurança.

158 Entre 2002 e 2004 a média de ingressos das contravenções e medidas cautelares foi de 3.400 ocorrências; Entre 2005 e 2007 esta vai ser superior a 11.600 ingressos. Por sua vez, a quantidade de causas contravencionais é bastante superior às medidas cautelares. Em 2006, por exemplo, foram 6.994 causas contra 3.611 medidas.

18.364 casos[159], três vezes mais. Esses quantitativos, ainda que significativos, parecem desproporcionais se comparamos número de caso e quantidade de juízes. No entanto, pode refletir o tímido crescimento da estrutura do Ministério Público Fiscal e da Defensoria naquele período. Por outro lado, é necessário considerar a possibilidade de que existissem processos represados, aguardando definição[160] e, portanto, ainda sob análise dos juízes. Mas, de qualquer maneira, é possível perguntar se o aumento da estrutura do Poder Judiciário não tinha a ver com a expectativa de ampliação de suas atribuições, como também pela combinação entre o aumento das demandas, seja pela transferência de competência, em 2004, sob o julgamento de alguns poucos delitos, seja em função das práticas relacionadas ao uso do espaço público urbano e à mudança no Código Contravencional.

Na Lei nº 1.472/2004, além de terem sido criados novos artigos, foram reelaborados os conteúdos daquelas contravenções que já haviam sido definidas na lei anterior. A rigor, passaram a ser informados nos próprios artigos os tipos de sanções a que cada ato poderia sofrer diante da intervenção da Justiça. O efeito disso é que não só o código ficou mais robusto, ampliando de 35 para 71 as tipificações das contravenções, mas também mais *denso*. Havia sido corrigida, por fim, uma certa *frouxidão* que parecia resultar da leitura daqueles artigos um pouco genéricos, alguns mesmo dúbios, que permitiam interpretações e reinterpretações que dificultavam desfechos condenatórios às causas.

> *"Queremos gerar um Código Contravencional que seja eficaz em sua prática, que aquele que viole a normativa seja sancionado com o alcance de uma contravenção. Tem que haver um Código Contravencional claro e preciso, que permita sua aplicação aos juízes, e que não seja uma lei para ser declamada e pouco aplicável"*[161]

159 Em 2007 contabiliza-se, além das contravenções e faltas, as causas penais, uma vez que já havia sido transferido competências nesse âmbito. Naquele ano foram 409 os casos penais analisados pelos tribunais de 1ª instância. Os dados são do Ministério Público Fiscal da Cidade Autônoma de Buenos Aires, tabulados pelo Conselho da Magistratura.

160 Em 2006, por exemplo, de 6.994 casos analisados, 6.582 tiveram algum tipo de resolução. Os 412 restantes ficaram aguardando o exercício seguinte.

161 Anibal Ibarra, então chefe de governo da CABA, anunciando o projeto do novo Código Contravencional em 15 de abril de 2004. Cf:http://www.buenosaires.gov.ar/areas/jef_gabinete/noticias/?modulo=ver&item_id=7529&contenido_id=131&idioma=es.

Curiosamente, entre 2004 e 2006, de acordo com os dados disponíveis, as formas de resolução das causa ingressadas nos juizados de primeira instância variaram bastante. Em 2004, quando as atividades judiciárias da cidade ainda corriam sob a égide da Lei nº 10/98, o número de condenações foi correspondente a 36,6% dos ingressos – 227 casos; em 2006, já sob a Lei nº 1.472/2004, as condenações caíram para 8,87% dos ingressos – 292 casos, sendo que o número de causas em que o denunciado reconheceu a culpa, evitando o julgamento, foi de 64,48% ou 2.122 casos. Trata-se de uma modalidade de resolução denominada *probation*, que podia remeter aos supostos infratores a realização de *serviços comunitários;* como não havia julgamento, não gerava condenação e, portanto, a geração de uma anotação enquanto contraventor. Mas também havia situações onde a confecção das chamadas atas contravencionais apresentavam problemas que dificultavam a interpretação jurídica. Claro está que com a elaboração de tais peças a Polícia Federal bem poderia estar fazendo seu trabalho "pela metade", como alguns *fiscales* costumavam dizer no âmbito do Ministério Público Fiscal, no período em que realizei trabalho de campo naquela instituição.

Concluindo a análise desses dados, e indo ao ponto que me interessa, é bastante significativo que nos anos subseqüentes à reforma do código, os casos tipificados como contravenção através do artigo 83 – uso indevido do espaço público – tenham sido responsáveis pela maior parte dos ingressos nos fóruns de 1ª instância do Contravencional e de Faltas. Em 2005, 2006 e 2007 estes casos equivaleram, respectivamente, a 40,86%, 46,70% e 37,75% de todos os ingressos[162]. Logo, se durante a vigência da Lei nº 10, o primeiro código contravencional, as formas de administração de disputas relacionadas à venda ambulante passavam por outros mecanismos extrajudiciais, com o novo CCU essa atividade passou a ter importância capital para o Poder Judiciário da Cidade.

Tal efeito não era de todo inesperado, se tomamos como parâmetro a análise feita pelo grupo militante *La Fogata*, de orientação marxista, que em fevereiro de 2004, quando o

162 As contravenções que seguiam a esta, de forma relevante, eram as definidas pelos artigos 111 – dirigir sob efeito de álcool e drogas – e artigo 81 – oferta de sexo em via pública.

poder legislativo da cidade debatia o projeto de Código Contravencional que substituiria a Lei nº 10, posicionou-se contrário ao projeto apresentado pelo deputado Jorge Enriquez nestes termos:

> *"Aproveitando o recesso de verão e ante a evidência que as políticas tanto do Estado nacional como do local não conseguem assegurar o acesso de numerosos grupos sociais aos direitos básicos de cidadania, a "nova" legislatura retoma o gesto de 1999 e se presta a afiar e produzir outra ferramenta inconstitucional de controle social que facilite a repressão e o disciplinamento de sujeitos vulneráveis, os movimentos sociais e toda a cidadania em geral; o que nas palavras do próprio Enriquez, é 'a pequena criminalidade'.*
>
> *No mapa nacional de ampla e profunda miséria, a Cidade de Buenos Aires não é a exceção. Segundo informações do INDEC a pobreza na Cidade de Buenos Aires afetava a 19,4% da população em 2002. Segundo dados da Defensoria do Povo da Cidade de Buenos Aires. 'No ano de 2002, a população da cidade abaixo da linha da pobreza foi de 130.950 pessoas, o que representa 21,2% dos residentes na Cidade. Esta proporção é mais de três vezes superior à registrada em 1994 - 6,4%. Enquanto à linha de indigência se registrou um salto semelhante, ao aumentar de 1,1% da população em 1994 a 5,7% em 2002'. A desocupação alcançou em nossa cidade o índice de 16,3% e a sub-ocupação 15,5%, em maio de 2002.*
>
> *Neste contexto socio-econômico, a maioria das propostas busca ampliar o artigo 41 do Código, com o que se pretende não só limitar o exercício legítimo do dissenso e do protesto, senão que, além disso,*

> *outorga às corruptas forças policiais a faculdade de regular arbitrariamente as atividades de milhares de vendedores ambulantes, artistas de rua,* cartoneros, *etc, quer dizer, trabalhadores e trabalhadoras que não podem inserir-se por falta de oportunidades no mercado de trabalho formal. Desse modo, as modificações pretendidas não só atentam contra as possibilidades de participação cívica de milhares de cidadãos, senão que além disso atentam contra o sustento de grande parte dos habitantes da cidade que trabalham na via pública. Isso ante a falta de alternativas que permitam empregar-se de forma que lhes garantam, junto a suas famílias, o acesso a direitos sociais e a âmbitos mais seguros de trabalho"*[163]

A serviço dos propósitos estratégicos dessa justiça, mas também de acordo com seus próprios interesses, a PFA atuou de forma a contribuir para que o sistema visse inserido em seu interior essas novas tipificações de infratores, *azeitando* suas engrenagens. Fazendo-o, parece ter conseguido restabelecer seu contumaz controle sobre os *ilegalismos*, o que era um dos alvos da reforma. Com mais força, mais legitimada e, portanto, com a possibilidade de ampliar suas cobranças para outros grupos que, até então, não se configuravam necessariamente como os principais *clientes* do sistema. Talvez por isso, em 2007, eu pude ouvir de um *fiscal*, no interior de seu escritório de trabalho a opinião que

> *"Nada se pode fazer nas ruas da cidade de Buenos Aires sem que a Polícia cobre. Lamentavelmente. A polícia maneja um duplo discurso, dependendo com quem fale. Demonstra-se claramente que esses tipos de conduta que estão proibidos, e que a polícia deveria reprimir, não o faz se não for com*

163 Cf em http://www.lafogata.org/04arg/arg1/ar_porque.htm - Disponível em 8 de setembro de 2009

recomendação nossa e presença nossa. Em todo o uso do espaço público: prostituição, estacionamento, venda ambulante. Nesse contexto é dificil o trabalho, pois além de tudo isso gera uma série de situações complexas"[164]

Assim, se em 1998 a preocupação dos segmentos estabelecidos da cidade estava mais dirigida ao uso do espaço público para formas de representação que atentavam contra a *moralidade pública*, em 2007, período em que iniciei meu trabalho de campo na cidade, a preocupação era outra. E isso se deveu, entre outras coisas, a uma mudança conjuntural importante, na qual a crise econômica e política de 2001 jogou um papel relevante. Por uma série de razões, que envolviam distintos processos ocorridos em um intervalo de 10 anos, o problema que os setores mais *acomodados* na cidade portenha visualizavam e combatiam era a venda ambulante.

O "flagelo" da venda ambulante

Talvez, a título introdutório, valha a pena veicular aqui parte de um documento editado em 2008, o qual foi produzido pela sessão portenha da Câmara Argentina de Comércio (CAC), entidade que, como mencionei, reunia comerciantes das pequenas e médias empresas. Trata-se do levantamento que é realizado mensalmente relatando os postos de venda ambulante, classificados pela entidade enquanto *ilegais*. Neste exercício, a CAC não só buscava ater-se à territorialidade de abrangência do fenômeno observado, construindo *manchas* de incidência daquela atividade, como também desenvolver um

164 Fiscal do Ministério Público da CABA em entrevista. 17 de novembro de 2007.

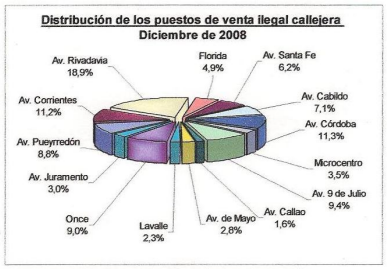
índice da mesma, denominado *Índice de Venda Ilegal*. Este me parece o argumento mais forte, dentre outros existentes, que caracteriza o tom enfático dos argumentos que buscam construir a venda ambulante enquanto um desvio que represente algo mais do que uma infração administrativa.

Cámara Argentina de Comercio

OBSERVATORIO de Comercio y Servicios PyMES

Av. Rivadavia: Desde octubre es la más afectada por la Venta Ilegal Callejera

- En el mes de diciembre de 2008 se detectaron un total de **1.257 puestos de venta ilegal callejera**, un 1,8% más que en el mes de noviembre, y un 22,6% por debajo del nivel registrado en diciembre de 2007. Durante este mes, 972 puestos (77,3% del total) se ubicaron en las 11 avenidas, 15 calles y 2 peatonales relevadas; el restante 22,7% se localizaron en las plazas y estaciones.



- **La Av. Rivadavia fue nuevamente la más afectada por este flagelo**: de los 972 puestos que se ubican en las calles y avenidas, 184 se alojan en ella; es decir, el 18,9 por ciento. Le siguen la Av. Córdoba con 110 stands, y la Av. Corrientes con 109.
- La densidad promedio de diciembre fue de 4,0 puestos por cuadra afectada. La Av. Juramento presentó la mayor densidad promediando 14,5 puestos por cuadra y la Av. Callao fue la que presentó el mayor incremento en densidad promedio con respecto a noviembre; 16,4 por ciento.
- El rubro que más se comercializó durante diciembre fue nuevamente Alimentos y bebidas, representando el 22,9% del total de puestos de venta ilegal callejera encontrados. El rubro que más creció con respecto a noviembre fue Ferretería y herramientas, un 31,0 por ciento. La mayor concentración del rubro Alimentos y bebidas se encontró en la Av. Rivadavia (13,9%); la mayor concentración del rubro Ferretería y herramientas también se encontró en la Av. Rivadavia (18,2%).
- **El índice de Incidencia de Venta Ilegal (IVI) se ubicó en los 87,2 puntos**. Esto evidencia un aumento del 4,5% con respecto al registrado en noviembre. Es decir que el perjuicio de la venta ilegal sobre el comercio formal aumentó con respecto al mes anterior.

RELEVAMIENTO DE PUESTOS DE VENTA ILEGAL CALLEJERA

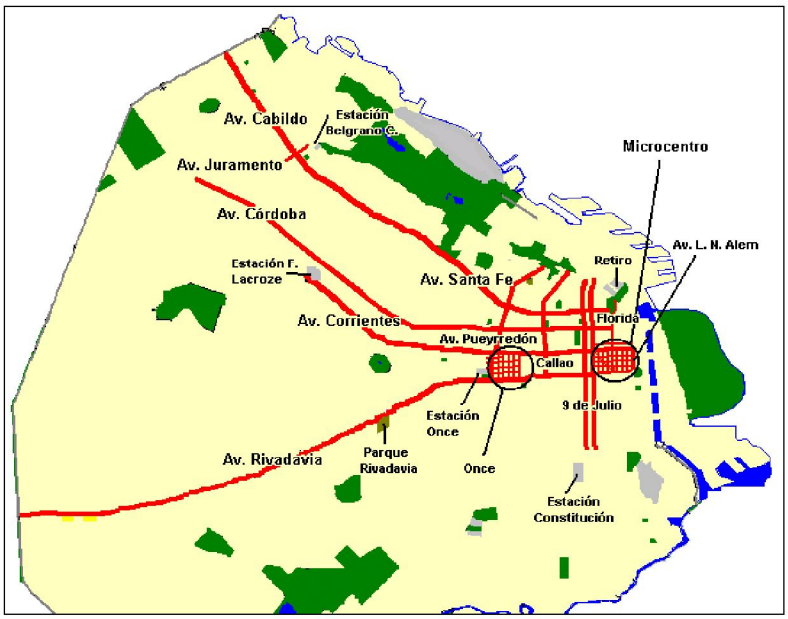
Nº 56 Enero de 2009

Datos correspondientes a Diciembre de 2008

Departamento de Economía - Cámara Argentina de Comercio

Percebe-se nessa iniciativa da entidade representativa dos comerciantes a existência de um tipo de organização destacada para lidar com a construção de dados acerca do *problema* da venda ambulante. Como sugere o exemplar que veiculo acima, a Câmara de Comércio mantinha (e mantém) um serviço especializado para coleta dessas informações. Conforme pude apurar, tratava-se de uma equipe de quatro pessoas que

recebiam salários para coletar dados sobre essas atividades no campo, analisar e publicar estas informações para um público de, aproximadamente, 10 mil pequenos e médios empresários estabelecidos na Cidade de Buenos Aires. Nessa atividade, eram diagnosticadas, utilizando o mapa da cidade, as áreas mais *afetadas* por aquela atividade que, para eles, era classificada enquanto um *flagelo*.



Fonte: Relatório da Câmara Argentina de Comércio – Janeiro de 2009

Assim, quantificavam-se os *puestos* e definiam-se as "áreas críticas", empregando uma metodologia supostamente *científica* para dar visibilidade àquilo que era identificado não apenas como um *problema*, mas que passava a ser representado mesmo enquanto um *mal*, uma moléstia a combater. O uso subreptício do qualificativo *ilegal* parece desejar causar tal efeito. Em certa medida, os argumentos destes boletins buscavam fazer coro com determinadas previsões normativas encontráveis no regime de contravenções e faltas e que faziam alusão ao conceito de *competição desleal*. Para tais situações, bem se poderia evocar, além do já mencionado artigo 83, dois outros dispositivos presentes no referido código para o enquadramento de iniciativas.

> *Artigo 74 – Exercer ilegitimamente uma atividade. Quem exerce atividade para a qual se lhe foi retirada a licença ou autorização, ou viola a inabilitação, ou excede os limites da licença, é*

> *sancionado/a com 2 (dois) a 10 (dez) dias de trabalho de utilidade pública, multa de um mil ($1.000) a dez mil ($ 10.000) pesos o detenção de dois (2) a dez (10) dias. Admite culpa.*

e,

> *Artigo 84 - Ocupar a via pública. Quem ocupa a vida pública em exercício de uma atividade lucrativa excedendo as medidas autorizadas ou a permissão de uso das calçadas, é sancionado/a com multa de quatrocentos ($400) a dois mil ($2.000) pesos.*

Críticas ao CCU

Em período anterior à reelaboração do CCU a *Defensoria General del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires*[165] emitiu a resolução Nº 3025/04, na qual teceu fortes críticas ao CCU, taxando-o de discriminatório e outorgando-lhe um caráter construtor de uma lógica pré-delitiva para as contravenções e faltas. Entre outras conjecturas e indagações, o documento pergunta "por que motivo os *Fiscales Contravencionales* e o pessoal policial que atuam contra os vendedores de rua não procedem da mesma maneira contra os locais comerciais ou industriais sem habilitação ou quando as empresas 'ocupam' a vía pública de manera ilegal?"[166]. Esta não era, evidentemente, uma questão que inquietava a CAC. À entidade interessava, tão somente, que se fizesse desaparecer o foco central do que enxergava como concorrência desleal, os vendedores ambulantes. No entanto, como veremos mais adiante, tal posição não era acompanhada por parte significativa de seus representados.

A previsão de detenção para tais práticas no âmbito contravencional era uma solução que esbarrava com uma precaução prevista no código que previa que "em nenhum caso podem utilizar-se a tal fim repartições policiais, nem outras destinadas à detenção de

165 A *Defensoria del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires* é um organismo de controle unipessoal, autônomo e independente, que protege e defendo os direitos humanos, individuais e sociais dos moradores da cidade; supervisiona e garante que as instituições e os funcionários do Governo da Cidade cumpram com seus deveres e respeitem a Constituição e as leis vigentes; controla que as empresas de serviços públicos prestem os serviços de maneira adequada a toda comunidade e atende as inquietudes das pessoas que se sintam afetadas por abusos, negligências ou irregularidades. Para mais informações ver http://www.defensoria.org.ar/institucional/quees.php

166 Resolução Nº 3.025 de 11 de julho de 2004 *da Defensoria del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires*, página 4.

pessoas processadas ou condenadas por delitos", conforme disposto no artigo 31 do CCU. Assim, possíveis contraventores eram recolhidos para um centro especificamente criado para esse fim, uma espécie de *Casa de Custódia*[167] voltada para o acolhimento de tais infratores. Isso refletia os primeiros momentos em que se buscava colocar limites no poder discricionário que gozava historicamente a Polícia Federal em Buenos Aires e que se esperava reverter com a autonomização da cidade. Na prática, pouco importava se a Polícia detivesse ambulantes de origem boliviana, paraguaia e, sobretudo, peruana para averiguar-lhes os antecedentes. De fato, estes costumavam ser *convidados* a aguardarem no *aprazível* calabouço de uma *comisaria* enquanto agentes da PFA podiam vasculhar suas vidas.

Para todos os efeitos, porém, a construção da venda ambulante enquanto uma atividade ilegal era operacionalizada pela representação dos *comerciantes estabelecidos* sobre ela. Muito em função, segundo me foi dito, pelo caráter *ambíguo* do artigo 83 que, ao mesmo tempo que definia a ocupação do espaço público urbano enquanto uma contravenção, relativizava a venda de *bagatelas* para *sobrevivência*. Logo, os setores *acomodados* tinham como meta demonstrar a *efetividade* de um tipo de competição que, deslealmente, gozava, entre outras vantagens, do não recolhimento de impostos. Isso garantía, segundo essa construção, o oferecimento das mesmas mercadorias que podiam ser encontradas na rede comercial estabelecida legalmente, porém a preços mais competitivos ao público. Mais do que isso, este se valia de um acesso aos possíveis consumidores de maneira privilegiada, em função de praticamente colidir com os mesmos no transcurso da vida urbana. Muitas vezes, inclusive, depositando suas mercadorias no espaço público de forma a invisibilizar lojas e demais estabelecimentos comerciais. Também se dizia que a obstrução para a vista dos passantes dos apelos visuais de marketing ou das promoções dos preços de mercadorias, era igualmente molestador para os comerciantes e para o público. Afinal, era alegado que havia situações onde o comércio estabelecido oferecia mercadorias mais baratas e de qualidade superior às que eram ofertadas pelos ambulantes.

167 Faço referência às Casas de Custódias, instituições criadas no Estado do Rio de Janeiro no âmbito do chamado Programa Delegacia Legal. Entre outras coisas, o projeto visava justamente tirar do âmbito das Delegacias de Polícia a responsabilidade pelo encarceramento dos detentos, transferindo para aqueles locais as pessoas que seriam detidas provisoriamente, aguardando decisão judicial acerca de sua liberdade ou transferência definitiva para o chamado sistema prisional. Sobre esse tema, ver Teixeira, 2004.

Esses argumentos, pelo que vim a conhecer, pareciam interagir de maneira bastante eficaz na conformação do ideário que movia o Governo da Cidade, como também com as ações manifestadas pela Fiscalia do Contravencional e Faltas da CABA. No entanto, Luís Miguel, coordenador dos fiscais do Governo da CABA, tinha uma outra representação sobre tais discursos, muito em função de sua atividade de fiscalizar a fiscalização:

> *"Aqui já estamos misturando o que era a necessidade das pessoas e a picardia dos comerciantes. Isso se demonstra na experiência de contato com os puestos onde há diariamente vendedores ambulantes. No bairro de Once quando os agentes municipais confiscam uma mercadoria-meia, por exemplo - se deposita tudo em uma bolsa negra, se etiqueta e especifica a quantidade, de quem foi confiscado. As mercadorias são retiradas das ruas, mas aquele que foi confiscado pode retirar a mesma na prefeitura, desde que apresente a nota fiscal. O que acontece é que em 90% dos casos não há nota fiscal. É que a pessoa vai até La Salada, compra meias e se dirige às ruas de Once. Chegando lá, paga uma 'guita' a um integrante da Máfia das Meias, que está* arreglado *com a Polícia. Estes são os capos das máfias. Há distintas máfias. Meias, calcinhas, carteiras, tenis, óculos. A maior é a que vende meias. O 'capo' que a maneja é um tipo que entra e sai da comissaria desse bairro, pois está "*arreglado*" com a polícia. A Direção de Feiras e Mercados já denunciou o comissário penalmente, por mal cumprimento de dever"*[168]

Luís Miguel contabilizava que 10% das mercadorias recolhidas tinham nota fiscal, uma

168 Entrevista gravada.

vez que pertenciam aos donos de estabelecimentos legalizados. Segundo ele, o valor nominal daquelas mercadorias correspondia a 95% do total que se vendia nas ruas. Segundo essa interpretação, 90% das mercadorias vendidas nas ruas correspondia a apenas 5% do capital que circulava. Esse dado, se verossímil, nos revela que os vendedores ambulantes que atuavam nesse circuito se colocavam sob os efeitos da tendência à concentração de renda nas mãos de uma minoria. E a questão podia ser assim resumida: havia comerciantes, particularmente em Once, que operavam em pelo menos dois circuitos: o legalizado e o circuito da venda ambulante. Neste último eram escaladas pessoas para vender e lhes davam uma pequena participação. Como se fossem vendedores de suas lojas, só que na rua. "São vendedores que trabalham sem nenhuma cobertura social, para o dono de um negócio estabelecido", dizia Luís Miguel.

> *"Sempre que se sequestra a mercadoria, os vendedores ambulantes alegam que as mercadorias são para sobrevivência e não para afrontar a lei. O tema é que quando você recolhe a mercadoria e pergunta se a mercadoria é da pessoa, parece que não. Na verdade, elas trabalham para uma 'sociedade anônima', que tem seu canal de renda local e depois um alternativo, pelo qual não pagam impostos. Quase tudo é 'sociedade anônima'"*.

Logo, eram estas *sociedade anônimas*, nas quais se ancoravam negócios estabelecidos, que tinham nota fiscal e podiam requisitar a devolução da mercadoria. Portanto, de acordo com essa perspectiva, o conceito de *máfia*, caso se verificasse, não corresponde a um fenômeno exógeno ao *comércio estabelecido*. É antes uma configuração entre setores estabelecidos, do ponto de vista legal, e segmentos que lutam para estabelecer-se na cidade, muitas vezes intermediando os interesses daqueles melhor acomodados com as estratégias de sobrevivência de migrantes e imigrantes. Esse não era o caso daqueles que vendiam brinquedos na rua que, segundo Luís Miguel, não eram vendedores ambulantes, mas *buscas*, ou dos senegaleses que vendiam bijuterias com suas maletas.

Buscas X Ambulantes

Uma das coisas mais complexas no entendimento da dinâmica da venda ambulante em

Buenos Aires foi entender as diferenças entre *buscas* e ambulantes. Definitivamente não são a mesma coisa e, dependendo do contexto, as distinções podem ser explicadas de diferentes maneiras. Luís Miguel, por exemplo, dizia que o sujeito que atuava na revenda não ganhava comissão. Ele trabalhava por uma diária de $ 20 ou $ 30, na época de minha pesquisa. Da mesma forma, o *capo* da máfia, o agenciador da mão-de-obra tinha um valor diário a receber, algo em torno de $80 a $100. Podia ser que um ambulante de revenda ou uma *sociedade anonima* recebessem comissão, mas não era comum.

A *sociedade anônima*, ou *capo*, como referi, organizava equipes de vendedores e as ofereciam aos comerciantes. Tanto os *capos*, quanto os comerciantes, tinham seus *arreglos* com os policiais. As mercadorias, em geral, eram sempre as mesmas: meia, tênis, celulares, ferramentas, ou seja, aquelas que tinham maior valor nas ruas. Era, portanto, muito raro que um vendedor ambulante investisse seu próprio dinheiro para ficar em um lugar. Era outro que o fazia, baseado em todo um conjunto de negociações prévias, que envolviam a Polícia Federal Argentina como também, como reconhecia Luís Miguel, gente do próprio Governo da Cidade. Gente que ele tinha que fiscalizar, nem sempre com sucesso. Os *puestos* que se podiam ver nas ruas, eram outra coisa. Como dizia Luís, "ou estão *arreglados* com a polícia ou estão *arreglados* com a polícia". Com o *busca*, porém, a forma de atuação era diferente.

> *"Quando você vê um 'busca', esse não tem nenhuma 'sociedade anonima' por trás. Ele é só. Ele ambula. É distinto um busca de um vendedor ambulante. O busca é independente. Geralmente vive em um hotelzinho em Constitución, pagando 6 ou 7 pesos por dia. Com o que vende paga o hotel e com o resto vive. Um vendedor ambulante geralmente é alguém que entra ilegalmente no país, que através da condição de ilegal precisa fazer uma 'pajita'[169] para viver no meio da rua"[170]*

169 Expressão que faz alusão à masturbação.

170 Luís Miguel, em entrevista gravada.

Um *busca* vende *cubanitos* e amendoins na feira dominical de San Telmo

Logo, um outro circuito seria aquele onde a venda ambulante era realizada pelo *busca*. Um circuito estruturado, particularmente, nos bairros Once, Constitución e Liniers. Nestes, o *busca* tem maior proximidade com os donos dos estabelecimentos atacadistas, não sendo refém de nenhum ator intermediário. Segundo Luís Miguel, neste circuito se pode observar a existência de uma espécie de conta-corrente entre o *busca* e os comerciantes.

> *B - O que tem pra vender hoje?*
> *C - Ferramentas.*
> *B - Quanto vale?*
> *C - Vale $ 5, para vender a $ 10.*
> *B - Dá-me 4, para provar.*

Nas situações em que o *busca* saía e não vendia, ele retornava à loja com as mercadorias. O comerciante reconhecia que ele tinha $ 20 pesos de crédito, em mercadoria. Como não vendeu, oferecia outra mercadoria em troca, correspondente ao valor. Caso vendesse uma parte, ele devolvia o que não vendeu e recebia uma outra mercadoria pelo correspondente. E muitas vezes o comerciante assessorava ao *busca*, particularmente àqueles que estavam iniciando a atividade. “Não conseguiu vender? O que vai querer? Meia? Carteira?”. Ou: “Não vendeu? Por quê? Onde foi vender?”; “Não, isso não vende lá. Bem, toma aqui outra coisa e vai pra outra rua, por que isso lá

vende". Com essa idéia de conta-corrente, mais do que a preservação dos valores monetários, estabeleciam-se confianças e possibilidades de relações duradouras.

No meu trabalho de campo eu focalizei apenas um estabelecimento, que vendia mercadorias absolutamente distintas, no bairro Constitución. Descrevo essa experiência no próximo capítulo. Mas os relatos de Luís Miguel me pareciam absolutamente verossímeis. Como pude observar, os negócios estabelecidos se valiam desses distintos circuitos – venda legal, venda a ambulantes, venda a *buscas* – para levar adiante suas estratégias de negócios. Da mesma forma, não havia reservas nem pudores em *arreglar* com a polícia para fazer com que os mesmos obtivessem êxito. Mas isso era uma dimensão que não constava nos boletins mensais da Câmara de Comércio Argentino. A acusação de *competição desleal*, que era dirigida aos ambulantes, para fazer jus aos fatos, deveria antes ser dirigida para o interior das hostes dos próprios comerciantes estabelecidos.

Tal iniciativa era difícil, pois as ditas investigações levadas a cabo pela estrutura criada pelos comerciantes estavam circunscritas ao fenômeno da venda nas ruas, e não à lógica da rede. Isso, conforme aprendi, seria tarefa de uma outra agência de origem estatal: a *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas*, já apresentada anteriormente. A uma certa altura de meu trabalho de campo, me foi possível ter acesso às representações dos *fiscales* sobre tais atividades. Dirigentes do Ministério Público da Cidade deste último estavam interessados que fosse feito um estudo sobre o tema da venda ambulante. Esta intenção chegou ao conhecimento da coordenadora do *Equipo de Antropologia Política y Jurídica* da Universidade de Buenos Aires, que sabendo do meu interesse no tema, convidou-me para participar de uma reunião onde se tentou contratar uma pesquisa para esse fim[171]. Naquela oportunidade, segundo foi dito pelo *fiscal geral*, a venda ambulante era o principal problema que enfrentavam naquela conjuntura.

A *Fiscalia* vista de perto

Discursivamente, os membros da *Fiscalia*[172] apontavam que se fazia necessário uma troca de idéias, partilhamento de experiências, no sentido de que se adotasse uma

171 Estiveram presentes naquela reunião as antropólogas Sofia Tiscórnia, Lucia Eilbaum e a advogada Maria Lousteau, que intermediou o contato.

172 Além dos fiscales geral e substituto, tinha outros dois promotores presentes na reunido.

perspectiva não repressiva, mas de ordenamento público. Assim, o que viam como possibilidade era que se desenvolvessem estudos que contribuíssem para táticas de mediação de conflitos, já que a venda ambulante era uma realidade posta, a qual gerava dificuldades para os vendedores, comerciantes e autoridades públicas. A solução, segundo vislumbravam, não passava pela privação da liberdade, uma das possibilidades de sanção segundo o código; expedir multas e apreender mercadorias tampouco lhes parecia formas adequadas de equação do conflito. Mas acreditavam que se fazia urgente atacar de frente uma realidade: havia gente que se estava beneficiando, obtendo lucro através da necessidade das pessoas. E ao afirmarem isso, evocavam o já mencionado artigo 84 do Código Contravencional.

Um dos *fiscales* que acompanhei em seu trabalho de investigação no âmbito do Ministério Público da CABA explicava o *boom* da venda ambulante na cidade enquanto um fenômeno que se desenvolveu no período compreendido entre 1989 e 2001. Para Ruben Guatzegaray, o *fiscal*, a paridade entre o Austral e o Dólar teria atraído muita gente para a Argentina. As atividades de prostituição teriam crescido bastante no período subseqüente. A partir daí chegaram também cada vez mais bolivianos, paraguaios e peruanos, a partir dos contatos com familiares que já viviam na região metropolitana. Aos poucos, foram ocupando distintas regiões da cidade, imprimindo traços distintos a certos bairros portenhos. Desde essas localizações, começaram a se ocupar de distintas atividades, entre elas a venda ambulante.

Ruben dizia que em Once, por exemplo, haveria já um predomínio de peruanos, e sua presença era crescente. Muitos deles teriam chegado na década de 90, sendo que havia segmentos numerosos que tinham contato com um movimento político chamado *Sendero Luminoso*. Isso se refletia, segundo o fiscal, no padrão de disciplina do grupo que buscava disciplinadamente, a partir das orientações de suas lideranças, se *enquadrar* conforme as negociações com as autoridades sobre os temas relacionados à contravenção.

O dado para Ruben é que muitos desses peruanos teriam se inserido no mercado ambulante e com os recursos obtidos aí ajudavam o PCP-SL[173] a lavar dinheiro que

173 O movimento Sendero Luminoso é denominado por Partido Comunista do Perú – Sendero Luminoso

provinha do comércio de drogas. Os peruanos, segundo ele, teriam três vetores de atividades principais: o tráfico, o comércio informal e o cooperativismo de construção. Assim, haveria uma gradação de "limpeza" de um setor a outro. E a partir do controle das atividades que podiam confrontar-se com a legislação sobre contravenções e faltas, segundo ele, era possível visualizar atividades criminosas e, dessa perspectiva, contribuir com outros ramos da Justiça, particularmente a penal.

Era interessante ratificar na fala e nas atitudes de Ruben um traço que me parecia dominante naquelas instituições criadas no âmbito da instauração do Poder Judiciário da CABA: o desejo de ser uma *Justiça Plena*, com atribuições mais além daquelas de contornos meramente administrativos. Era, por assim dizer, uma espécie de *complexo de inferioridade*, o que levava a uma necessidade permanente de demonstrar a aptidão para se fazer *justiça de verdade*, entendido mais por seu viés repressivo de condutas "criminosas".

Essa predisposição se traduzia na forma como o *fiscal* organizava sua equipe de investigação, cuja atuação se dava de acordo a expedientes secretos, combinando a condição de incógnitos de seus agentes para observar o cotidiano das ruas, como também o emprego de equipamentos de espionagem, como escutas microfônicas, câmeras fotográficas e de vídeo. No desenvolvimento de suas atuações, a equipe de Ruben buscava identificar em que contextos se cruzavam as atividades comerciais ambulantes com aquelas que os promotores consideravam criminosas. Com isso buscavam reunir indícios e provas para, posteriormente, com ajuda da Polícia, fazer *allanamientos*, ou seja, proceder à busca e apreensão em possíveis depósitos de mercadorias falsificadas ou em locais onde se exercitava o que os integrantes do Ministério Público Fiscal consideravam "exploração" ilegal de mão-de-obra.

Era interessante acompanhar na sala onde se instalava a equipe de Ruben a análise das fotos produzidas nas *tocaias* feitas pelos agentes, geralmente em apartamentos alugados em Once para observar as ruas onde se supunha estar a maioria dos depósitos. Lembrava dos muitos filmes hollywoodianos que vi quando me indagava acerca dos critérios utilizados para que eles identificassem, por exemplo, um homem empurrando um carrinho de cachorro-quente enquanto um integrante do que chamavam *máfia del*

pancho[174]. As fotos eram tiradas em seqüência e, muitas vezes, se buscava reproduzí-las por dias seguidos, em distintos horários. Em um conjunto delas havia um senhor que durante alguns dias, a julgar pelas distintas roupas que usava, saía de um portão empurrando um carrinho de sucos, bebidas e salgados. Todos os dias ele fazia um movimento de olhar para distintos lados, como se soubesse que estava sendo vigiado. Esta atitude era considerada suspeita pelos agentes, mas dava para notar que também contavam os diacríticos físicos e a simplicidade das roupas que o homem ostentava. Os integrantes da *Fiscalia* punham-se a discutir afirmando que por trás daquele portão funcionava uma empresa que dispersava suas mercadorias naqueles ambulantes. Estes, uma vez atomizados nas ruas, pareciam representar uma economia doméstica quando, na verdade, se tratava de uma empresa – a *sociedade anônima,* de Luís Miguel - a utilizar indevidamente o espaço público urbano.

Para se ter certeza que era disso que se tratava, neste caso, Ruben dizia que o ideal seria que um de seus agentes se infiltrasse naquela localidade. Mas isso era complicado, por que sua estrutura era pequena e caso um de seus homens atuasse como um agente disfarçado de ambulante, o modus operandi da promotoria poderia ficar a descoberto. O risco era que a repetição dessa prática, ao longo de distintos depósitos, expusesse as atividades de sua equipe com o passar do tempo. A solução passava, segundo ele, por contar com agentes da Polícia Federal, que eram mais numerosos e que sempre podiam mudar de *comisaria* com o tempo ou mesmo atuar em outra atividade dentro da Polícia que não estivesse ligada à investigação das ações contravencionais. O problema era que nem sempre a Polícia tinha gente confiável, particularmente nas *Brigadas*, segundo a perspectiva do Ministério Público. Logo, a alternativa que via como mais plausível era conseguir a delação de um ambulante, uma vez que fosse arrolado em um processo judicial. E era para produzir essas condições que os homens de Ruben estavam todos os dias nas ruas.

De volta às ruas de Once

Em uma oportunidade Ruben me propôs sair à rua com um de seus agentes, com o intuito de ver como era a atuação nas ruas da *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas*. Ramón foi o profissional designado para mostrar-me como as ruas do bairro comercial

174 Pancho significa cachorro-quente em castelhano.

eram vistas pelos *olhos* daquela instituição. Já o conhecia do trabalho interno, particularmente das análises de fotografias. Era um homem de pouco mais de 40 anos, que embora fosse argentino poderia ser confundido com muitos dos imigrantes dos países circunvizinhos que trabalhavam nas ruas. Sua família era proveniente do Chaco, província do norte argentino. Desde a adolescência vivia no conurbano bonaerense, mais precisamente no partido de Merlo, à oeste. Em sua companhia tive acesso a alguns níveis mais de entendimento sobre as representações que os profissionais ligados àquela agência partilhavam acerca da venda ambulante na cidade.

Sua idéia, nas conversas que tivemos, era que no controle daquela atividade estava a *Fiscalia* e o *Juzgado*, ou seja, as instâncias judiciárias. E ele fazia parte de um segmento que investigava a coisa, não sendo nem uma coisa nem outra. E ele defendia que a venda ambulante, que sempre existiu, tinha sua razão de ser em virtude "da necessidade econômica das pessoas". Mas cada vez mais havia aqueles que ganhavam muito dinheiro, para mais além dos *sobreviventes*. Gente que explorava a necessidade alheia, constituindo organizações que manejavam negócios vultosos, de maneira clandestina. E acreditava que "onde se manipula muito dinheiro, também se mete o tema das drogas. Também há dinheiro que vai pra política, pois alguém os protege".

Ramón me dizia que conhecia muito bem o que se passava em Once, onde um "mundo de gente" era controlado por uns *dez tipos*. Era uma região da cidade onde a venda ambulante era desempenhada principalmente por imigrantes, fazendo com que, como já mencionei, identificasse vinculação entre produtos e identidades nacionais. Segundo ele, aqueles que vendiam *fundas*[175] e telefones celulares seriam peruanos. Não só em Once, mas em toda a cidade. Os que vendiam CDs, roupas íntimas, eram bolivianos, particularmente do gênero feminino. Os argentinos vendiam meias, gorros, guarda-chuvas e também roupas de marcas *truchas*[176]. Já os paraguaios podiam vender qualquer coisa, muito embora eles fossem muito mais numerosos na atividade da construção. Essa representação avalizava, portanto, a existência de redes especializadas de distribuição de mercadorias de acordo com distintas nacionalidades.

175 Protetores de celulares, óculos, máquinas fotográficas, entre outros.

176 Em uma primeira abordagem se poderia dizer que uma coisa trucha seria uma falsificação. No entanto, como propõe Eilbaum, o trucho é antes uma cópia que busca refletir-se no original para, tanto quanto possível, reproduzir suas características nos mínimos detalhes e, desta forma, ascender a um status próximo a ele, não se configurando em algo falso, mas similar (Eilbaum, 2008).

Aquelas afirmações resultaram bastante curiosas, para mim. Caso alguém me dissesse que os paraguaios não são os especialistas na distribuição de mercadorias para a venda de ambulantes em qualquer lugar na América Latina, eu duvidaria. No entanto, eu já ouvira de Ruben, o chefe de Ramón, que a venda ambulante na Argentina estava estruturada de acordo com o que chamou de *matriz mexicana*. Ele, que se considerava um pesquisador do tema havia nove anos, afirmava que a cidade do México seria a plataforma de lançamento de determinados produtos e mercadorias e sua aceitação nos mercados populares da América Latina dependeria de um *teste* que consistia na circulação dos mesmos em lugares como Brasil e Argentina. Trata-se de países populosos e com diferentes segmentos sócio-econômicos. Havia, segundo ele, uma certa *divisão do trabalho*, onde determinadas mercadorias seriam oriundas não só do México, mas produzidas na Zona Franca de Manaus e, principalmente, na China, que seriam introduzidas via Paraguai. Nestes termos, o que Ramón dizia fazia sentido e adquiria a relevância de um conhecimento institucional.

A circulação dessas mercadorias na cidade portenha se estruturava, principalmente, como já frisei, na movimentação de migrantes e imigrantes, sendo estes últimos provenientes basicamente dos países limítrofes. E para Ramón isso era um problema, pois demonstrava que na Argentina "não se controla o tema da imigração; aqui não se deporta ninguém!". Segundo ele, teria havido um *fiscal* que encaminhava imigrantes que não tinham documentos para o serviço de imigração, ligado ao Ministério de Relações Exteriores, indicando a deportação. No entanto, a maioria dos *fiscales* não atuava de acordo com essa lógica, coisa que ele não entendia por quê.

Uma vez chegando em Once, Ramón me disse que deveríamos nos mover como se estivéssemos para fazer compras em uma das centenas de lojas do bairro ou mesmo em um dos ambulantes que estavam nas ruas. O disfarce era fundamental, pois se tratava de buscar informações para a *Fiscalia*, particularmente acerca da atividade policial. Segundo ele, o principal motivo de suas investigações nos últimos tempos era controlar

a polícia. E naquela oportunidade ele tinha por objetivo identificar possíveis vinculações entre integrantes da *comisaria* localizada em Once com um esquema de reprodução de CDs e DVDs piratas ali mesmo, na região[177].

Diga-se de passagem, era o mesmo problema que se podia atribuir às chamadas *ropas truchas*[178]. Mas os CDs tinham maior visibilidade, uma vez que as roupas eram feitas em confecções que, como referi, eram de propriedade de chineses e coreanos que empregavam mão-de-obra boliviana. A produção destas centenas de confecções disputava as encomendas das múltiplas empresas que estavam dispersas pela cidade ou no conurbano. Como muitas vezes as empresas solicitavam determinada quantidade em menor quantidade de tempo possível, o atendimento de tais premissas poderia ter desdobramentos sobre a qualidade da mercadoria produzida. De fato, as empresas tinham um rigoroso sistema de controle de qualidade, fazendo com que fosse prudente a produção de certo excedente que, uma vez descartado pelo contratante, poderia abastecer outras redes de estabelecimento[179]. Logo, era mais demorado demonstrar a não originalidade desse tipo de mercadoria, uma vez que os tecidos eram os mesmos utilizados pelos originais.

O tema da falsificação, evidentemente, era todo um assunto que dizia respeito à Justiça Federal, uma vez que se tratava de delito federal. No entanto, na busca por ser um "Ministério Público de verdade", que produza denúncias a serem recepcionadas por uma "justiça de verdade", tangenciar aqueles temas desde o controle das contravenções parecia fazer sentido. Ramón tão somente dançava conforme o tom da música que tocava Ruben.

177 A reprodução de CDs e DVDs é considerado crime federal na Argentina, segundo a lei de Patentes de Invenção e Modelos de Utilidade - Lei 24.481 modificada pela Lei 24.572 de 22/3/96.

178 Eram assim chamadas camisas, calças e calçados que imitavam modelos de marcas famosas, como Nike, Adidas, Puma, Hugo Boss, Armani, entre outras. Inclusive tinham as marcas destas empresas postas, ainda que as mesmas fossem, muitas vezes, imitações grosseiras das logomarcas.

179 Em Gomorra, Roberto Saviano descreve como se pode operacionalizar leilões entre costureiros que, combinando variáveis com tempo e preço, concorrem para que confecções famosas contratem seus serviços de acordo com o melhor custo-benefício. Uma vez que a melhor proposta, na perspectiva do cliente, é indicada, todos os demais concorrentes podem atuar no sentido de cumprí-la, ou mesmo diminuir tempo e valor da produção. Segundo Saviano, essa prática acaba por produzir um excedente de mercadorias que encontrará no chamado mercado informal uma alternativa para seu consumo. Cf Saviano, Roberto (2009).

Um *brasilero* na *mesita* de CD

Naquela manhã o alvo era uma *mesita* específica de CDs. Segundo Ramón, na tarde anterior ela havia sido abordada por policiais, sob a orientação da *Fiscalia*. No entanto, o vendedor, que era paraguaio, estava de volta, mesmo tendo já sido feito atas contravencionais contra ele e suas mercadorias recolhidas à *comisaria*. O que parecia ocorrer era que o comerciante tinha um esquema de reproduzir CDs nas imediações. Assim, o objetivo também era encontrar esse local e, se possível, buscar provas de que os policiais fazem parte de algum esquema de pagamento. Para que fosse possível chegar até esse extremo, era preciso antes assegurar-se que os CDs que se vendiam aí eram de fato *piratas.*

Ramon pediu para que eu olhase se a banca estava posta e o que vendia. Afinal, ele deveria manter-se incógnito e, dessa forma, proteger o modus operandi de sua agência. Além do mais, acreditava que por eu não estar sempre presente no lugar não levantaria maiores indagações. Concordei em fazê-lo, embora não me parecesse uma atividade das mais confortáveis servir de *espia* para uma instituição estatal. "Tudo pela antropologia", pensei. Atravessei a rua e me dirigi em direção à pequena mesa de madeira. Enquanto caminhava, passava por outros comerciantes ambulantes que estavam em outras bancas ou portando suas mercadorias nas mãos. À medida que caminhava, percebia que os olhares se dirigiam para mim. A certa altura, quando estava por passar em frente à mesa, o *paraguaio* passou a me acompanhar atentamente. Foi aí que me dei conta que todos os que vendiam ao redor, de certa forma, pareciam-se uns com os outros, em função de terem traços indigenados ou por serem negros africanos, com suas sombrinhas cheias de anéis e colares. O tipo mais distinto era eu, com minha pele amarronzada, cabelos encaracolados acinzentados e o inevitável andar arrastado que os anos vividos no Rio de Janeiro impuseram como parte de minhas técnicas corporais (Mauss, 2003). "Ê *brasilero*, o que vai ser?", me gritou um. Pensei comigo mesmo que, definitivamente, a tática de Ramón revelara-se equivocada. No entanto, momentos mais tarde me ocorreu que, talvez, era exatamente isso que ele queria. Mais adiante explico.

Sem atender diretamente ao chamado, limitei-me a esboçar um sorriso com o canto da boca. Aquela era mais uma oportunidade onde experimentaria a identidade de *brasilero* a partir da observação de meus diacríticos por parte de pessoas na cidade portenha. Era nessas situações que eu me descolava de minha identidade carioca, para me ver como

um tipo acabado, um *brasilero*, cujo diacrítico central naquelas circunstâncias era o falar *portuguêix*. Sorrir era sempre uma maneira de reconhecer que havia sido *pego*, pelo menos em parte daquilo que constituía minha identidade.

Contudo, eram situações que me ajudavam a relativizar não apenas a diversidade argentina, como as distinções possíveis entre os portenhos. Da mesma forma, imaginar as possíveis clivagens entre bolivianos, paraguaios, peruanos, senegaleses, entre tantas outras identidades nacionais presentes naquele espaço público. E pensar que em múltiplas situações concordar com essas classificações pode ser conveniente, mas também desvantajoso. Particularmente naqueles contextos onde a discriminação sofrida responde às estratégias de segmentos que contrariam seus interesses em estabelecerem-se na cidade. Essas circunstâncias que eu observava me faziam pensar ser verossímil a proposição de Frederick Barth acerca da possibilidade de manipulação das identidades, dependendo dos contextos, cenários, táticas e estratégias presentes para a permanência no espaço público.

Passei sem olhar detidamente a mesa do *paraguaio*. Mas deu para perceber que havia alguns CDs sobre ela. Dei a volta no quarteirão e reencontrei Ramón, repassando-lhe meu breve *relatório*. Ele ligou para a *Fiscalia*, requisitando que Ruben entrasse em contato com a *comisaria* e solicitasse uma diligência para que *levantasse* a *mesita* de CDs. Feito isso, nos dirigimos a um Café, localizado no cruzamento entre a avenida Rivadavia e a rua Misiones, onde era possível observar a banca e esperar que a operação policial ocorresse. A idéia de Ramón era, tão logo fosse feita nova ata contravencional contra o paraguaio e recolhidas suas mercadorias, segui-lo na tentativa de que ele o levasse até o ponto de onde, supostamente, proviria novas mercadorias. O negócio, então, era sentar e esperar. Eu não tinha idéia que a espera seria razoavelmente longa.

Tão logo nos sentamos e pedimos dois cafés, Ramón pôs-se a falar mais. Em frente à janela onde estávamos havia uma certa quantidade de ambulantes que tinham armado pequenas barracas, mas um deles tinha uma quantidade significativa de mercadorias ocupando cerca de $4m^2$ de uma calçada. “Está vendo isso?”, perguntou Ramón, enquanto apontava para essa barraca, “Isso é um *puesto*. Está aí, mas não tem autorização. Está tudo *arreglado* com a polícia”. Para ele aquilo era uma confrontação com as normas e com a *Fiscalia*. O certo, dizia ele, seria chamar a *brigada* para

levantar o ponto, *sequestrar* as mercadorias e levar todo mundo preso. A lei, porém, não previa essa última possibilidade, salvo no caso de mercadorias falsificadas. A polícia, na visão de Ramón, não estava mais aí para isso, para manter a ordem. E isso tinha se tornado a atividade de pessoas como ele, que trabalhavam para a Fiscalia. "Uma nova polícia, formada em outro tipo de academia", dizia. Lembrava de minha filha mais velha, que quando via alguém projetar-se discursivamente em papéis distintos ao que desempenhava na vida social costumava dizer "Esse aí se acha!". Era o caso. Ramón se achava um agente secreto.

Seus gestos contribuíam bastante para essa minha interpretação. Por exemplo, com alguns minutos de nossa permanência no café, passou a agir com certa inquietude, como se quisesse esconder o rosto. Caso tivesse um sobretudo com gola alta, certamente a puxaria para escondê-lo; se usasse chapéu, o afundaria na cabeça sem cerimônia. É que, segundo ele, rondava nossa mesa um dos integrantes da *máfia* que manejava os negócios de CDs na região. Pensava que, por aí, o homem já começara a identificá-lo devido às muitas vezes que se cruzaram no último mês. O homem em questão parecia nem estar aí. Aparentava uns 35 anos, era magro e tinha os cabelos crespos, não parecendo ser imigrante estrangeiro. Parecia mais os argentinos que conheci pelo conurbano ao sul e oeste, geralmente oriundos do norte-nordeste do país. Ele entrava e saía muitas vezes, sempre subindo até o segundo andar do estabelecimento em que nos encontrávamos. Portava no bolso de sua camisa uma caderneta com caneta presa no espiral e não deixava de falar ao celular por mais de dois minutos. Ramón dizia que era através desse aparato que informava a seus *empregados* como estavam as coisas nas imediações: se estava algum policial desconhecido, se havia algum movimento estranho, se estava na hora de buscar recarga de mercadorias, entre outras orientações.

Havia menos de quinze minutos que estávamos no interior do estabelecimento, quando vimos que o *paraguaio* começou a arrumar suas coisas e se preparava para retirar. A polícia ainda não tinha chegado. Ramón pôs-se nervoso, como se estivesse desorientado. "O que aconteceu?", parecia pensar. Enquanto arrumava os óculos, me olhava como se recalculasse alguma coisa. Eu não entendia nada. Quando olhamos de novo, o *paraguaio* já tinha desaparecido. O "agente" levantou-se de supetão e pediu para que eu ficasse de olho na polícia. "Quem sou eu!", pensei. Fiquei no interior do Café, enquanto via Ramón diluir-se entre outros rostos de traços indígenas que

circulavam na calçada subjacente. Em minutos começou a chover, fazendo com que o cenário a frente da janela de vidro se alterasse substancialmente. Vários ambulantes buscaram abrigo, guardando seus pertences ou desmobilizando suas banquinhas. Repentinamente, as calçadas pareceram mais vazias. Por mais de uma hora fiquei sentado naquele lugar, esperando pela diligência policial solicitada pela *Fiscalia*.

A uma certa altura vi Ramón ir ao local onde outrora estivera a mesa de CDs. O acompanhava um homem e ambos gesticulavam muito. Entraram na loja em frente e depois voltaram a atravessar a rua. Em segundos chegou o carro da polícia e dois agentes desceram do veículo. Ficaram andando de um lado para o outro, entraram igualmente na loja e se foram após dez minutos. Continuava sem entender nada. Fiquei naquele Café por mais uma hora, tempo em que o homem que parecia pertencer a tal *máfia* continuou a entrar e sair insistentemente. Como me pareceu que Ramón não mais voltaria, chamei a Ruben e disse o que sucedera. Ele informou-me que seu subordinado estava, naquele momento, na *comisaria* mais próxima apresentando uma denúncia contra os vendedores. O jeito foi me levantar e voltar para casa.

Minha incursão com Ramón, para ver como seria um dia de trabalho daquela equipe de investigação, não tinha sido tão cheio de atividades como esperava. E durante dias fiquei pensando que tinha dado azar. Com a seqüência dos dias, porém, ao tentar fazer novo contato com Ruben e Ramón para, quem sabe, agendar uma nova ida a campo, dei-me conta que talvez não tivesse sido assim. Digo isso por que as dificuldades que se apresentaram para que eu voltasse a realizar tal atividade, em companhia de alguém da *Fiscalia* foram significativas. Todas as vezes me foi alegado dificuldade de agenda, resguardo de sigilo, entre outras coisas. Pareceu-me, assim, que as atividades daquela *Fiscalia* já estavam, àquela altura, respondendo a critérios *policialescos* onde o segredo reservado aos procedimentos de investigação só interessavam àqueles do lugar. Parece-me que o acesso que tive àquele espaço foi criteriosamente preparado, de forma a permitir-me reproduzir a auto-representação institucional *para fora*.

É possível que tenham me visto mais como um jornalista, ainda que eu não fizesse

perguntas em demasia, nem botasse gravadores sobre as mesas ou tirasse fotos. Como disse antes, a incompreensão acerca do fazer dos antropólogos, em ambientes que não fossem circunscritos aos estudos de ossos e civilizações perdidas, causava certa estranheza em distintos âmbitos da sociedade portenha, mesmo alguns que fossem socializados academicamente. Pode ser que aí na *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas* isso tenha se passado. Mas também pode ser que eu não pudesse ou devesse testemunhar outras formas de se levar adiante a investigação que era feita. Nada de outro mundo, se pensarmos que era esse o modus operandi que caracterizava a polícia. Essa, que era tida como "sócia da venda ambulante" pelos *fiscales*, já havia se tornado igualmente, de certa forma, *parceira* daquela *Fiscalia* e, me parece, fonte inspiradora para os procedimentos investigativos sobre as contravenções.

Compreendendo o *arreglo*

Compreender as lógicas inerentes aos *arreglos*, as negociações, conduzidos pela Polícia Federal Argentina passou a ser um objetivo para mim. No entanto, o acesso àquela instituição revelou-se tarefa difícil. Foram várias minhas tentativas de encontrar interlocutores oriundos daquela instituição os quais se dispusessem a explicar-me, do ponto de vista interno, quais eram as circunstâncias e os sentidos constitutivos das situações de *arreglos*. Como vim a observar, nem mesmo pesquisadores experientes, entre sociólogos e antropólogos argentinos, encontravam facilidade em inserir-se naquele ambiente institucional, de forma a balizar suas investigações empíricas sobre temas como justiça criminal, segurança pública, violência policial, entre outros que poderiam ter na polícia um objeto empírico relevante. Para um pesquisador brasileiro não era fácil furar o que percebi ser um bloqueio institucional importante.

Tanto insisti que, a certa altura da pesquisa, consegui o contato de dois interlocutores: um *comisario* de polícia e um suboficial. O primeiro, através de um policial civil carioca, ex-aluno meu, que solicitou a este que me atendesse e me auxiliasse no que fosse possível; o segundo, a partir de advogados ligados a uma ONG que atuava na área de direitos humanos e representava-o contra um processo administrativo conduzido contra ele pela própria polícia. Duas interlocuções que, como veremos, tiveram suas limitações. Mas, ainda assim, capazes de aportar informações relevantes para esse trabalho.

O que pode fazer a polícia

Minhas interlocuções no âmbito da Polícia Federal abrangeram um integrante por cada escalão hierárquico daquela instituição: oficial e sub-oficial. O primeiro era Gomes, um *comisario*-inspetor de Polícia, responsável pela superintendência de investigações da Polícia Federal Argentina. O segundo chamava-se Daniel, um cabo que havia sido posto em disponibilidade por que denunciara junto ao Ministério Público práticas de malversação de recursos por parte de seu superior na *comisaria*, em Constitución. Logo, duas interlocuções bastante distintas.

O *comisario* constituiu-se em um entrevistado formal, tendo adotado uma tática bastante reservada durante nossas conversas. Sua atitude era de certa passividade, esperando que eu formulasse perguntas para respondê-las de modo a oferecer dados padrões. Não parecia disposto a falar de temas críticos, ou talvez não lhe fosse possível falar abertamente sobre todo ou qualquer assunto. Eu, de minha parte, não *forcei a barra* e deixei-o falar o que queria, apostando sempre em um próximo encontro. O interlocutor deve falar o que quer, como aprendi nas muitas pesquisas de que participei, em função do tempo que a interlocução necessita para estabelecer-se as necessárias relações de confiança. O suboficial, por sua vez, não teve economia de palavras e fatos, nas vezes que nos reunimos para conversas de algumas horas. Afinal, era uma *ovelha desgarrada* e a experiência que vivia, como me disse, requeria que quanto mais gente soubesse sobre suas opiniões sobre a instituição à qual estava ligado há 20 anos, melhor.

Nessas interlocuções percebi vantagens e desvantagens. Da parte do *oficial* Gomes, a maior vantagem foi a possibilidade de contemplar o discurso-padrão acerca do funcionamento da instituição, ainda que com algum posicionamento crítico. Entre as desvantagens, claro, a carência de dados que possibilitem uma interpretação mais ampla sobre o fenômeno que me interessei por analisar. No segundo caso, se foi vantagem tomar contato com informações detalhadas dos bastidores da Polícia Federal, particularmente no que se relaciona à venda ambulante, por outro se fez necessário levar em consideração o caráter conflitivo da relação do interlocutor com aquela instituição. Havia a possibilidade de que suas informações, em certa medida, estivessem interessadas em enfatizar uma representação que *espetacularizasse* os contextos nos quais era possível visualizar aspectos concernentes a uma pretensa *corrupção policial*.

No entanto, através dessas interlocuções eu pude tomar conhecimento mais detalhado acerca do funcionamento da PFA na Cidade de Buenos Aires e, a partir daí, perceber elementos de sua organização interna que possibilitassem entender parte das lógicas partilhadas pelos seus profissionais. Estas conversas revelaram alguns aspectos importantes da atuação policial em Buenos Aires. Entre eles, eu percebi um tema que muito me interessou em termos contrastivos, pensando nas instituições de controle no Rio de Janeiro: as práticas concernentes ao chamado serviço adicional.

O serviço adicional e demais transações

Em comparação com as polícias que atuam na cidade do Rio, a Polícia Federal Argentina tem uma característica institucional importante: a possibilidade de contratação legalizada de seus membros, por terceiros, para a prestação de serviços de segurança. Enquanto no Estado do Rio de Janeiro essa prática é desautorizada pelos regulamentos internos das instituições policiais, em Buenos Aires essa modalidade está assegurada na Lei. No entanto, tanto no Rio quanto em Buenos Aires, é comum que policiais atuem em jornadas de trabalho extras para terceiros. Entre cariocas e fluminenses, essa modalidade é conhecida como *bico*[180]. Entre portenhos e bonarenses, chama-se *servicio adicional.*

No caso de Buenos Aires, um policial federal trabalha diariamente cerca de 8 horas. Os intervalos de horários, segundo me foi dito, são 6h às 14h; 14h às 22h e 22h às 6h da manhã. No entanto, cada módulo de trabalho é equivalente a quatro horas. Logo, para cada dia normal de trabalho, equivalem dois módulos de serviços. No caso do serviço adicional, os contratos se referem a módulos de serviços, os quais são estabelecidos entre o interessado – um restaurante, uma associação, uma empresa, um banco – junto às *comisarias* da região onde está localizado o estabelecimento. Cabe ao *comisario* definir, baseado em planilhas de controle interno, qual o policial a ser destacado para cada atividade.

A indicação para tais serviços é, como se pode depreender, uma oportunidade de complementar salários sempre considerados insuficientes pelos policiais, particularmente aqueles na condição de suboficiais. Gomes, o *comisario* que entrevistei,

180 Explico com maiores detalhes no Capítulo VI.

dizia que o salário de um policial, com gratificações incluídas, somava mais ou menos $ 2.000 pesos. Na época de minha pesquisa, isso equivalia pouco mais que duas *canastas basicas*, espécie de cesta básica definida pelo governo nacional para a sobrevivência de uma família de quatro pessoas. Ela estava orçada em torno de $ 850 pesos. Logo, sobre o pagamento de $ 250 pesos por módulo de serviço adicional, a expectativa de cada policial indicado era receber pelo menos a terça parte disso. E à medida que as indicações, ao longo de um mês, somassem pelo menos dez, as chances de ganhar 50% mais eram concretas.

Dessa forma, o serviço adicional se tornava um recurso a ser administrado pelas *comisarias*, o qual era empregado, em parte, para controlar e estimular os profissionais que atuavam na rua. Acontece que tais recursos igualmente concorriam para a manutenção das unidades de polícia frente aos mais diferentes custos. Desde a compra de materiais de consumo, aquisição e manutenção de equipamentos, até o custeio de gastos necessários à preservação dos objetivos estratégicos da polícia. Podia ser necessário, por exemplo, pagar honorários advocatícios em situações extremas, organizar uma festa ou recepção para um magistrado ou, simplesmente, pagar a um *buchon*[181] que tivesse informações valiosas para uma investigação. No cotidiano de uma *comisaria*, o que não faltavam eram novas demandas e necessidade de mais recursos.

Todas as demandas de uma *comisaria*, porém, não eram satisfeitas apenas com os recursos oriundos de pagamento dos serviços adicionais. E isso por que, como me foi dito, o dinheiro arrecadado por uma *comisaria* não se circunscrevia apenas a seus próprios custos, mas tinham que ser ascendidos a instâncias superiores. Como já expliquei, as *comisarias* eram organizadas por circunscrições, de forma que um conjunto delas respondia ao comando de um chefe. Esta estava sob a jurisdição da Direção de *Comisaria*, a qual deveria render informações e tributos à Superintendência de Segurança Metropolitana (SSM) e esta, por fim, à Chefia da Polícia. Era de acordo com essa hierarquização verticalizada que os recursos deveriam ser distribuídos de acordo com "linhas".

Eilbaum (2004) alude a uma investigação judicial sobre uma denúncia de corrupção que

181 O mesmo que informante.

acabou por revelar a existência de todo um trajeto de distribuição da arrecadação das *comisarias*. Foi identificado que um terço da soma arrecadada por cada *comisaria* ficava na mesma, que seria dividido entre os membros da *brigada*, o *sub-comisario* e o *comisario*. Outra terça parte seria dirigida à circunscrição da zona, instância imediatamente superior. O terço restante seria dividido entre a *Direção de Comisarias*, a SSM e a Chefia de Polícia. Ou seja, a partir do trajeto legal das arrecadações correspondentes aos serviços adicionais, se carreavam através dessas "linhas" as cobranças das *coimas*, objetos das transações policiais *en la calle* (Eilbaum, 2004: 198).

A centralização de parte significativa das arrecadações nas mãos das autoridades responsáveis pelas circunscrições, pelas *comisarias* em geral, pela segurança metropolitana ou ainda a Chefia de Polícia, discursivamente, visava uma melhor distribuição dos meios para uma melhor prestação de serviços policiais. E isso não só nas *comisaria*s, onde se concentravam os serviços na rua, mas também em seus departamentos técnicos, divisões especializadas, responsáveis pela manutenção de arquivos, recepção e expedição de documentos, entre as várias atividades já descritas.

Ocorre, porém, que cada *comisaria* se constitui enquanto centro ativo da atividade policial. Como tal, cada uma delas têm sua própria dinâmica e desafios. Como me dizia o *comisario* que entrevistei, não se pode comparar as demandas de segurança pública apresentadas por uma localidade como Constitución com aquelas próprias de Belgrano ou da Recoleta. Mas o valor de cada *comisaria* variava em função daquilo que era praticado enquanto delito, ou seja, quanto mais crime, melhor. Conforme essa visão, a repartição equânime de recursos entre estas – que poderia ser operacionalizada pelas instâncias superiores - pode introduzir desigualdades que afetariam as estratégias policiais. Parece-me que era baseado nesse tipo de percepção que se podia originar todo um tipo de relativizações que envolviam não só os serviços adicionais, mas também outras formas de captação de recursos.

Começando pelos serviços adicionais em que, como me disse Daniel, era freqüente a superposição de escalas oficiais de trabalho e as de policiais contratados em segunda jornada. Em outras palavras, como era da competência das *comisaria*s definir quais agentes patrulhavam diariamente as ruas, como também aqueles que serviriam a um contratante particular, freqüentemente um agente fazia as duas coisas ao mesmo tempo.

Um banco, por exemplo, poderia pagar por dois módulos de serviço adicional para ter um policial à sua porta entre 10h e 18h. O *comisario* poderia organizar o patrulhamento de uma dada localidade de forma a posicionar um policial em frente a este estabelecimento. Dessa forma, a *comisaria* recebia o dinheiro e o agente era pago somente pelo erário público.

Daniel na cova dos leões

Essa teria sido a experiência vivida por Daniel, a partir de 2001. Durante meses a fio ele estendeu suas jornadas de trabalho por 12 ou até 16 horas. No entanto, ao assinar as planilhas de serviços prestados, percebia que muitas delas informavam atividades que não havia desempenhado. Era como se ele não dormisse ou tirasse folgas. Até aí, disse ele, não estava muito preocupado. Interessava-lhe apenas receber pelas horas que efetivamente havia trabalhado para além de suas oito horas diárias, conforme o contrato de trabalho que tinha com a instituição policial. O que acontecia paralelamente a isso não era de sua alçada, assim como da maioria dos suboficiais como ele. As *transações* da polícia, dizia ele, são assuntos dos oficiais e daqueles poucos que integram suas brigadas. O litígio para com a PFA iniciou-se, porém, quando percebeu que não era intenção do *comisario* pagar-lhe pelos serviços que efetivamente prestou.

Primeiramente, tentou resolver administrativamente. Seu *comisario*, porém, evitava falar do tema. Com as reiteradas cobranças, este último passou a insinuar que era difícil saber quanto lhe era devido, uma vez que Daniel havia assinado mais planilhas do que lhe correspondia. Estava clara a intenção de não pagar-lhe. Comentando o assunto com outros suboficiais, soube que isso não vinha acontecendo só com ele. Em uma oportunidade, em função da denúncia de um outro policial sobre situação análoga, foi chamado para prestar testemunho no âmbito da Justiça Federal. As coisas que relatou foram de tamanho impacto que uma causa contra a Polícia Federal, que se arrastava a pelo menos dois anos por denúncias de situações análogas, ganhou outra dinâmica. Uma nova investigação se iniciou, na qual foram ouvidos cerca de 200 suboficiais. Acabou-se por descobrir um esquema no qual cerca de 20 *comisarios* captavam recursos com serviços adicionais e não repassavam para os policiais e, claro, para as instâncias superiores. Os *comisarios* foram todos indiciados, sendo afastados de suas funções durante as investigações. “Um prejuízo com que não contavam”, ria-se Daniel ao

mencionar que, no fundo, o que mais molestava aos *garcas*[182] era ficar distante de suas *cajas recaudadoras*. As sanções contra ele, porém, não tardaram a ser aplicadas.

Como era de praxe nesses casos, Daniel sofreu "o pão que o diabo amassou". Foi transladado de destino pelo menos cinco vezes, perdeu o acesso aos serviços adicionais, o que comprometeu sua sobrevivência e de seus familiares; teve quatro advertências administrativas e sofreu duas denúncias penais cujas iniciativas foram da Divisão de Assuntos Internos da Polícia Federal. Ainda que tenha sido absolvido das denúncias penais, por absoluta falta de prova, a PFA seguiu solicitando sua demissão sumária, ao que Daniel interpôs recurso e por esse motivo ainda seguia na instituição. No momento em que nos conhecemos, ele encontrava-se afastado, recebendo metade do salário; a PFA seguia abrindo processos administrativos contra ele. Tais processos arrastavam-se havia já cinco anos, sem que fossem concluídos em função de provas que pudessem ser apresentadas e atestassem as acusações contra ele. Mediante tais mecanismos, ele resolveu apresentar-se como candidato a *consejal* (o equivalente a vereador) em uma cidade do conurbano bonaerense. Utilizando suas denúncias como argumento em prol de uma plataforma política que tinha como pressuposto a democratização das agências de segurança pública, ele estava em campanha com possibilidades de ser eleito. Tempos mais tarde sua previsão foi confirmada. Ele foi escolhido *consejal* com uma quantidade significativa de votos o que, segundo ele, não era apenas mérito dele, mas também resultado da credibilidade que tinha sua família junto à classe policial. Seu pai era um homem com mais de 50 anos de PFA e três de seus irmãos eram policiais como ele. Eles não só se mobilizaram muito, mas encorporavam a vocação familiar para a atividade policial, o que acreditava ter sido reconhecido não só por outros familiares de policiais, mas também pelos eleitores locais.

A *caja recaudadora*

Daniel dizia que as equipes de *brigadas* eram as *cajas recaudadoras*, ou seja, a responsável pela arrecadação que fazia com que uma *comisaria* como Constitución somasse recursos mensais da ordem de $ 1 milhão e meio. A *brigada*, também chamada por Daniel de "a *patota*", era a equipe encarregada da cobrança dos *arreglos* com os

182 É por esse termos que os sub-oficiais se referem aos oficiais na Polícia Federal Argentina. Segundo o dicionário argentino, um garca é um "cagador", uma má pessoa, de "feias atitudes", alguém que "caga a la gente". A origem do termo pode originar-se pela inversão das sílabas do verbo "cagar".

responsáveis pela venda ambulante, com os donos de hotéis que serviam de fachada para venda de drogas ou para a prática de prostituição, entre muitas outras possibilidades de transações que uma *comisaria* podia fazer, dependendo da localidade. Também havia os donos de estabelecimentos comerciais desejosos de uma "atenção especial". Estes, em geral, integravam uma "Associação de Amigos da *Comisaria*", constituída também por *vecinos* da região, a qual arrecadava dinheiro e repassava para as unidades policiais à guisa de "contribuição" para melhorar a infra-estrutura, e bem podia ser pensada como um *arreglo* oficial. Enquanto em uma localidade o forte pudesse ser a prostituição para executivos, em outra a fonte de arrecadação poderia ser a aprovação de determinados estabelecimentos para a ocorrência de shows ou eventos artísticos sem maiores exigências[183]. Em todos esses contextos, por trabalhar de forma incógnita, cabia à *brigada* recolher os valores não oficiais. Dessa forma, reforçava-se o caixa de uma instituição que, via de regra, estava sempre a reclamar junto aos segmentos políticos a falta de infra-estrutura e melhores condições de trabalho.

Essa estrutura de arrecadações, que comportam recursos oriundos com as manipulações de escalas e serviços adicionais até àqueles que resultam da concessão de diferentes espaços para o desenvolvimento de atividades ilícitas, expõe que as estratégias de negócios da polícia permeam níveis diferentes de ilegalidades. Para cada um desses contextos pode corresponder, segundo minha percepção, uma justificativa de natureza ética ou moral. Assim, ainda que se tenha clareza do caráter ilegal de certas práticas, elas podem ser legitimadas de diferentes maneiras. Em função de uma suposta *visão social*; dos interesses investigativos da polícia em prol do controle; em nome de um resgate de uma dívida que determinados segmentos sociais têm para com a polícia e, por extensão, com a própria sociedade, entre tantas outras formas de racionalização de tais práticas.

Com relação à venda ambulante, que é o que me interessa nesse texto, as justificativas para negociações das *coimas* podem ser das mais variadas e são acionadas simultaneamente. É possível, por exemplo, defender-se a necessária compreensão com

183 Isso parece ter ocorrido em dezembro de 2004, por ocasião da organização de um show de uma banda de rock em um boliche bailable denominado República Cromagnon. A ausência de maiores dispositivos de segurança favoreceu o início e propagação de um incêndio que resultou na morte de 192 pessoas, num episódio que passou a ser conhecido como "A tragédia de Cromagnon" ou simplesmente "Cromagnon". Sobre o episódio ver, entre outras notícias da época, http://www.clarin.com/suplementos/especiales/2005/08/28/l-09815.htm

as estratégias de subsistência daqueles que, atendendo necessidade mínimas, buscam contornar uma possível adesão ao mundo da criminalidade. Diga-se de passagem, essa era uma posição defendida pela já aludida *Defensoria del Pueblo de la Ciudad*. Mas junto a essa justificativa coexiste a necessidade de manter sob controle estratos sociais advindos dos processos de imigração. Pauta sempre vigente, considerando os preconceitos nem sempre assumidos por determinados *vecinos* portenhos. Mas aqueles também podem ser informantes privilegiados, em virtude de poder flanar em circuitos e contextos vedados aos agentes, e que são absolutamente fundamentais de se conhecer de acordo com os propósitos da atividade policial.

> *"O trabalho do policial é muito particular, por que o abecê da rua não se aprende em nenhuma faculdade. Em sua tarefa diária, o policial aplica um conhecimento intuitivo sobre as pessoas. Existe um conhecimento intuitivo em todos os âmbitos da vida, mas o policial, ao estar na rua com gente marginal e inadaptados sociais constantemente, adquire um conhecimento maior"*[184]

Portanto, manter tais segmentos ao alcance da vista é, ao mesmo tempo, representado enquanto atividade investigativa e de controle, em prol do ordenamento social e da preservação da *moralidade pública*. Essa lógica, que parte da capacidade de captar as lógicas morais que circulam no espaço público, conjugando-as com os objetivos estratégicos da atividade policial, parece se estender para outras relações. Neste diapasão se constrói a identidade policial como um ente que "tem uma cara moralizante e uma cara de bandido" (Tiscornia, 2004: 61). Um poder que oscila entre a correção e a disciplina e a guerra, a surpresa, o amedrontamento.

> *"Não é tudo branco ou negro, há zonas cinzentas. Zonas que não estão totalmente definidas, que está no limite do que corresponde e o que não corresponde, que está no limite do que é legal e o*

184 Comisario em entrevista. Eilbaum, 2004: 195

> *que não é legal. Então, o policial também caminha nisso. A polícia está mais próxima ao lodo, está mais próxima do barro, que da sociedade. E toma como válido um montão de coisas que talvez a sociedade não (...). Há disciplinas e códigos que são históricos, que vêm já com o delinquente, que vem já com o delito, que vem já com o policial, normas de funcionamento que estão à mão; nem ética, nem moralmente, por assim dizer, são aceitas pelo denominador comum da sociedade, mas têm que estar porque são parte disso"*[185]

É de acordo com essa lógica que eu entendo o conceito de *transação*, onde as trocas promovidas pela PFA com diferentes segmentos se inserem em uma espécie de vácuo no qual a previsão normativa parece se desprender da capacidade de ordenar o espaço público. E isso em função de que tais códigos mais pareciam expressar a convicção de uma moralidade do que uma tentativa de corroborar um preceito ético a ser seguido de maneira a mais ampla possível. Nestes contextos, onde se estabelecem dificuldades de internalização das regras por distintos segmentos, uma vez que elas se tornam irreconhecíveis, a polícia oferece a possibilidade da relativização de acordo com seus termos.

Um artigo bom pra pensar

Pensando no caráter ambíguo do artigo 83, tive a oportunidade de estabelecer conversas com uma advogada, responsável por mediações de conflitos por indicação das instâncias judiciais. Como ela me fez ver, as expressões que contém uma norma como o artigo 83 do Código Contravencional da Cidade de Buenos Aires, trazem à luz um aspecto sub-reptício da redação das normas jurídicas e do campo de sua aplicação: o da "textura aberta do direito" (Hart, 1977). Esta abertura dá margem de manobra à interpretação de quem opera com a norma, qualquer que seja sua autoridade de aplicação ou âmbito de competência, no momento de transitar das prescrições aos casos reais.

185 Comisario em entrevista. Eilbaum, 2004: 196

Expressões como “bagatelas”, “mera subsistência”; “artesanato” ou “efetiva”, esta última para qualificar uma igualmente imprecisa *competição desleal,* abrem margens de significado que necessariamente terão que ser complementados ou definidos pelas autoridades de aplicação. Afinal, quando algo deixa de considerar-se enquanto *bagatela* para considerar-se um objeto suscetível de algum valor funcional ou pecuniário? O que define este limite? Um objeto pode ser *bagatela* em um bairro da cidade, enquanto noutro ser objeto de valor. Quanto é o valor de uma mercadoria para entrar nesta categoría? O que é venda de mera subsistência e o que não é? Qual o limite quantitativo de *mera*? Qual o alcance de *subsistência* e os critérios para determiná-la? E a efetividade de uma prática em prejuízo de outra? Como se pode definir? A expressão “*que não implique competição desleal efetiva com o comércio estabelecido*” se refere a qualquer atividade ou somente àquelas que se enquadrem enquanto “*venda de mera subsistência*”? A contra-prestação pecuniária só está referida às atividades dos artistas de rua ou aos demais conceitos enumerados?

Resolver estas questões não são *meras* operações de ordem semântica ou sintática. Não é só um jogo de palavras, mas valer-se ou não do direito como referencial para operar a complexa equação na qual distintas moralidades buscam tecer uma base comum. Como um químico que, para obter uma substância de máxima pureza, deve estar atento as devidas proporções dos reagentes a combinar. Dessa forma, um determinado conflito pode ser razoavelmente administrado ou ter subprodutos indesejados na medida em que as dimensões discursivas e práticas abrangidas pelo direito, pela moral e éticas em disputa não conseguem interagir de maneira que não se produza um equilíbrio satisfatório, de acordo com o contexto e os atores envolvidos. Logo, estas operações interpretativas têm efeitos operativos e relevantes, tanto jurídicos como humanos, uma vez que podem implicar que em um caso real, indivíduos de carne e osso possam, ou não, ser amparados pela exceção, ou pelo contrário, por não ser incluídos na mesma, se encontrem categorizados dentro da primeira parte da norma, com conseqüências sancionáveis não desejáveis em suas perspectivas.

Assinalar um significado a estas expressões constitui uma decisão de intérprete. Interpretar uma norma é determinar seu sentido e alcance frente a um caso dado, uma vez que a interpretação judicial se materializa ao momento de “transitar da regra geral à decisão particular”, da lei à sentença (Ross, 1970). Mas a atividade de interpretar não é

exclusiva dos juízes. Quando a realizam os magistrados, sua escolha do significado a atribuir a uma expressão normativa é a que toma força jurídica e pode constituir um precedente sobre o qual se apóiam outros tribunais. Quando aqueles que interpretam o fazem desde outros papéis ou competências, o valor desta interpretação tem efeitos dentro de suas esferas de competências (*fiscales* e policiais, por exemplo). E se bem a última palavra sobre a interpretação válida a tem os juízes, as conseqüências da que lhe assinalam estes outros operadores não são menores na vida real.

Esta passagem da norma geral à norma particular implica um raciocínio que pode ser visto como um ato mecânico de aplicação. Uma vez que determinados aspectos considerados relevantes do caso estejam presentes, o intérprete observa se o caso se ajusta à descrição da norma para aplicar ou não a sanção. Visto assim o trabalho de quem aplica a norma parece automático, onde o operador só aplica. Esta descrição pressupõe, por certo, uma concepção prévia: as normas e os sistemas que as contém, basicamente legais, devem ser completos, precisos, coerentes, deixando poucos espaços a serem cobertos pela decisão do intérprete. Quanto mais perfeita a tarefa do legislador – e se pressupõe que em princípio o é – menos margem tem a função criadora de quem a aplica.

Ocorre, porém, que as normas e os sistemas que as incluem nem são tão completos, nem tão precisos, nem tão coerentes e por isso mesmo se abrem interstícios para que se observe, para o *bem* ou para o *mal*, uma atividade interpretativa menos mecânica. Nesta se põe em jogo, em maior ou menor medida, a subjetividade valorativa e ideológica do intérprete que é quem decide o sentido a atribuir (Carrió, 1972). Não só aplica, senão que cria significados. As normas, assim, podem ou não aparecer como diretivas concretas a aplicar, senão como orientações aos órgãos de aplicação acerca de como atuar frente a certos contextos da realidade.

Parece-me que é justamente esse o caso que envolve a lógica do *arreglo*, quando aplicada ao artigo 83, considerando a *dupla moral* nele contida. O *arreglo* é o pagamento devido à interpretação do agente policial, na rua, em detrimento daquelas que poderão ter *fiscales* ou juízes ante um fato que pode ser considerado contravenção ou não. Um pagamento que, como pude perceber, está vinculado pecuniariamente à atividade e possibilidade de ingressos dos vendedores ambulantes. Logo, proporcional à

condição de pagamento e que tem como alternativa, caso não haja o desembolso de recursos, a aplicação da lei. Uma retribuição esperada pelo não acionamento da mesma, uma vez que não fazê-lo, via de regra, pode render dividendos negativos aos agentes.

A questão, neste ponto, volta-se para a legitimidade que a tomada de decisões por atores estranhos ao corpo de magistrados tem no sentido de interpretar e promover sentidos de justiça. Em outras palavras, qual o sentido e valor que pode ter, por exemplo, o princípio da oportunidade – ou *discretion* - quando exercida pela polícia (Kant de Lima, 2008a). A lei irá recepcionar a possibilidade desta agência, por lidar com situações absolutamente inesperadas, interpretar contextos e arbitrar situações de acordo com os conhecimentos que são inerentes ao *habitus* de seus profissionais, ainda que submetidos a um ordenamento mais geral? Ou promoverá a priori a suspeição de suas práticas e, portanto, de seus critérios, em função de sua proximidade com a *massa ignária*? Isso é importante, pois os riscos de lidar com as diferentes ordens de sanções irão refletir-se diretamente sobre a forma e os valores a serem cobrados a título de *coima*, por exemplo.

Essa reflexão nos remete a uma indagação acerca do sistema de justiça hierarquizar funções em virtude da multiplicidade e crescente complexidade das práticas, como também da atribuição de diferentes responsabilidades, ou ensejar critérios que reproduzem, dentro do sistema, representações assimétricas sobre as desigualdades sociais. Em outras palavras, se as regras encontram-se externalizadas, voltadas para a repressão de um *outro* que, de certa forma, está representado dentro do próprio sistema, ou se as normas estão voltadas para a internalização de um ethos, também na interrelação entre as instituições que administram a justiça e exercem o controle social.

O pensamento jurídico positivista, porém, afirma que uma das razões para que as normas não sejam tão precisas é que estão em boa parte expressas em liguagem natural e não técnica, onde os significados são mais estreitos. Isso é assim para que sejam acessíveis aos seus destinatários, seja para obedecê-las ou aplicá-las. O uso da linguagem natural implica nesta possibilidade de uma maior compreensão, mas também abre para a possibilidade de observar-se *vaguedade* ou *ambigüidade* em seus significados. Por um lado, se pode afetar a precisão das palavras em seus significados possíveis; por outro, esta imprecisão permite alguma flexibilidade que possibilite a adaptação da norma à diversidade que a realidade apresenta, nem sempre rigorosamente

possível para o legislador.

É interessante dialogar com essa perspectiva, que pode contribuir para um entendimento do que está em jogo nestas operações. Um significante inclinado à *vaguedade* implica que seu significado oscila entre um extremo, no qual não cabem dúvidas acerca de sua aplicação, a um outro onde, sob nenhuma hipótese, pode ser considerado. Entre os dois existe uma *zona de penumbra* onde não fica claro se uma dada palavra é aplicável ou não a uma situação dada. Frente a cada dúvida é que deve decidir-se até onde se amplia ou se estreita o campo de significado (Carrió, op. Cit). Da mesma forma, um termo ambíguo, possuidor de mais de um significado no uso comum, deverá suscitar a escolha e posterior decisão. Deverá se combinar com as escolhas de outros significantes e respectivos significados, dependendo do contexto e dos atores envolvidos na situação real. A atribuição de significados às expressões da lei se baseia em elementos volitivos, de índole subjetiva, onde as valorações pessoais do intérprete jogam um papel predominante. Logo, o desfecho não se tratará de uma mera descrição de significados, mas antes de uma atribuição política de significado[186].

É verdade que a maioria das palavras que ornamentam os textos legais prima pela vaguedade, ou seja, tem significados em algum ponto imprecisos. Conseqüentemente, neles abundam expressões particularmente abertas a ser completadas pela atribuição de um significado por algum intérprete, no momento de sua aplicação: “bons costumes”, “bom pai de família”, “eqüidade”, “justiça”, “bem comum”, “comércio estabelecido”, entre outras. São fórmulas abertas que, aos olhos do direito positivo, apresentam a desvantagem de que seus sentidos serão decididos sobre a base de elementos subjetivos, nem sempre compartilhado por todos. No entanto, contam com a vantagem de permitir a adaptabilidade da norma à multiplicidade de situações imprevisíveis para quem legisla. Mas não deixa de ser interessante constatar que a administração da justiça se trata sempre um confronto entre “o que diz a lei” e “o que disse o intérprete do que disse a lei”. Intérpretes estes que não só tem suas próprias moralidades (Teixeira Mendes, 2007), como também diferentes responsabilidades e *valores* a cobrar por seus serviços.

186 Agradeço a Maria Elena Caram pelas muitas horas de conversas, pelos esclarecimentos e sugestões de leituras para o entendimento de aspectos concernentes à filosofia do Direito para refletir essas questões.

As interpretações e a lei

Nas interpretações ensejadas pela polícia, em geral, a lei não está de todo ausente. Como demonstra a repartição de recursos pela polícia baseada na utilização das *linhas* por onde são carreados os recursos do *serviço adicional* legalizado. A aplicação do artigo 83 do Código Contravencional de acordo com duas interpretações possíveis, dependendo do contexto, entre outros exemplos possíveis[187]. Suspendendo, na maioria das vezes, a prerrogativa de uso legítimo da força, a instituição policial pode se apresentar para certos segmentos como parte de um estado mais *justo*, tão somente pelo fato de não cometer o que pode ser considerado *injusto* para determinados segmentos que desejam estabelecer-se no espaço público. Evidentemente, só o podem fazer por que se apropriaram enquanto corporação de uma prerrogativa pertencente ao Estado, o que Misse qualifica de *mercadoria política* (Misse, 2006), Enquanto isso, para outros estratos a instituição policial se apresenta como um *ente corrupto*. Para estes últimos, ao suspender o uso da força (ou, ao menos, a estrita aplicação da lei) contra os *delinqüentes de sempre*, a polícia parece perfilar-se junto àqueles que vivem à margem. O que só acentua suas características imprevisíveis e ameaçadoras. Dessa forma, reforça-se seu poder no que se relaciona à convivência com os segmentos marginalizados, em um ciclo intermitente. Conhecedora desses ânimos e leituras, a PFA, assim me parece, construía seus contornos éticos sendo o *arreglo* um princípio ordenador de sua estruturação, como também promotora de uma certa ordem pública.

Por que o *arreglo*, como sugere Sofia Tiscornia, destrava inúmeras interações que, de outra forma, seguiriam um obscuro e muitas vezes injusto caminho legal. "Ir a um juizado, fazer longas filas enquanto espera-se ser atendido pelo juiz, pagar uma multa – sempre maior que a *coima* -, se demorar várias horas na estrada, etc". Assim, trata-se de um expediente onde é possível estabelecer uma negociação vantajosa para ambas as partes, que deixa por fora o império da lei "e nos afirma paradoxalmente, na resistência da autoridade ao mesmo tempo que a reforça. Por que quem "*arregla*" obtém vantagens,

187 Um exemplo mais podem ser os chamados procedimentos fraguados que grosso modo podem ser definidos como causas armadas, onde um informante de policiais atrae pessoas, geralmente desempregadas, para uma suposta atividade remunerada e, enquanto aguardam definição de uma possível contratação, são presas pelos policiais em uma localidade onde previamente haviam sido plantadas armas e drogas. O impressionante nestes casos é que a polícia procura montar o cenário de maneira verossímil aos olhos do Poder Judiciário, fazendo com que a Lei seja reconhecível como objeto atingido. Uma descrição e análise do tema podem ser encontradas em Eilbaum, 2008 e Comision Investigadora de Procedimientos policiales fraguados de la Procuración General de la Nacion – Los procedimientos policiales fraguados y su difusión em los medios de prensa. 2004.

mas cedendo frente a quem a concede secretamente. Dessa forma, constrói-se direitos privados e se bloqueiam as possibilidades de construir regras universais" (Tiscornia, 2000: 106).

Ainda que tais mecanismos sejam de conhecimento público – particularmente de *fiscales* e juízes, conhecedores das técnicas de atuação policial – a volumosa incidência de tais práticas ilegais, sem sancionamentos por parte das instituições de controle, autorizam interpretar a vigência de certa tolerância para com elas. No entanto, os custos e riscos dessas operações, por não atenderem à letra fria da lei, ficam sempre por conta das autoridades policiais e seus agentes. A polícia tem poder, mas não é capaz de auto-regular todos os processos de sancionamento de seus membros, o que sempre abre espaço para intervenções imprevisíveis por parte de outras agências sobre ela. O que só reforça a ideologia que é preciso manter a *caixa* sempre *fortalecida* para agradar e manter próximo um juiz amigo, contratar um advogado quando for o caso, ou pagar por informação se for preciso.

Um *fiscal* da *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas*, porém, falava que a circulação de tais recursos servia tão somente para o enriquecimento ilícito de funcionários públicos que, ao particularizarem a lei, obtinham vantagens que outros não usufruíam. Falava, por exemplo, de um *subcomisário* que com os ingressos que obtinha mensalmente, "o filho ia à uiversidade e tinha um carro zero kilômetro". Para ele o negócio funcionava dessa maneira. Então, dizer que controlar a venda ambulante era criminalizar a pobreza para ele era um mito. Na verdade, o que existia era toda uma estrutura muito grande de negócios clandestinos ou, como ele dizia, "em negro", que não pagava impostos, que envolvia mercadorias roubadas, falsificadas, obtidas em confronto com a lei de marcas ou fabricadas em confecções onde os trabalhadores seriam escravos.

Em uma outra perspectiva, vendedores ambulantes e *buscas* com os quais tive contato nas ruas me diziam que, no que dependesse da justiça, eles morreriam de fome. Não havia emprego para todos e, bem ou mal, era nas ruas que se podiam encontrar os meios para se seguir adiante. Para muitos deles, portanto, o que a polícia cobrava era de certa forma *justo*, por que se sabia que não havia permissão para certas atividades. O pagamento de *coimas*, assim, era vista como uma espécie de permissão para estabelecer o negócio, de acordo com o tamanho e possibilidade de cada um. Em alguns casos,

havia negócios que se estruturavam nas ruas cujo volume de transações se equiparava com alguns estabelecimentos propriamente ditos. Nesses casos, o que se pagava era bem menos do que custaria a legalização da atividade.

Os *arreglos* estavam e estão na ordem do dia em diferenciadas situações no cotidiano portenho. No entanto, os contextos comerciais na cidade portenha são nutridos por uma infinidade de outras práticas e lógicas onde as tensões entre moralidades distintas buscam cingir éticas que as orientem. A seguir proponho descrever e analisar algumas dessas dinâmicas de negócios, envolvendo parte dos setores estabelecidos da Cidade de Buenos Aires. A atividade no âmbito do comércio possibilita o desenvolvimento de regras de relacionamento que são vitais para a promoção da circulação das mercadorias. Voltando minha atenção para as técnicas de venda, indaguei-me acerca de suas contribuições para o reconhecimento e promoção de identidades nesse ambiente onde, como também procurei demonstrar no capítulo que se encerra, o comércio estabelecido e a venda ambulante podem ser descritos como faces de uma mesma moeda.

Idealmente, os estabelecimentos pertencentes aos comerciantes melhor acomodados na Cidade de Buenos Aires podem ser representados como inseridos em um trajeto totalmente legal. No entanto, como veremos, tais caminhos têm atalhos onde expedientes nem sempre legais são acionados provendo as dinâmicas dos negócios. Neste ambiente, os *arreglos* são constitutivos das relações e legitimados pelas práticas que estruturam os espaços de negociação, mas também em função de possibilitarem os valores que circulam com as mercadorias e que fazem a vida circular em um lugar como o bairro portenho de Constitución.

Capítulo IV

Entre ambulantes, comerciantes e *buscas* em Constitución

Acevedo e Rolando atendiam no balcão. O primeiro, olhando para um rapaz a sua frente, perguntou “quantas vai levar?”. Carlos, um rapaz de pele ligeiramente escura, corpulento, de cabelo espetado, segurava uma bolsa negra, grande, que parecia ter algo dentro. “Quero 22”, responde, “10 coca, 8 pomelo e 4 de limão”. Do interior da bolsa, sacou uma pequena geladeira de isopor. Rolando agarrou a geladeirinha e levou para trás de uma pilha de caixas de refrigerantes. Desviou-se do irmão, que era mais alto, porém mais magro que ele. Acevedo arrumou o rabo de cavalo, como se o deslocamento do irmão o desalinhara. Apoiou as duas mãos sob o balcão, como se o empurrasse. Nessa posição aguardava, ora olhando para o comprador a sua frente, olha desviando o olhar até a moça que, ao seu lado, atendia outro pedido. Quando seu irmão voltou, trazendo a geladeirinha cheia dos refrigerantes que fora buscar, o rapaz deixou cair sob o vidro uma pequena pilha de notas de 10, 5 e 2 pesos. Acevedo contava o dinheiro, enquanto El Cholo tirava as latinhas do interior da caixa de isopor para conferi-las. “Tudo sai vinte e seis pesos com quarenta”, disse Acevedo. Falta algo. O rapaz levou a mão ao bolso, em silêncio. Em seu movimento, revolvia algumas moedas. “*Dale* Cacho, tenho gente esperando”, disse Acevedo como quem misturasse impaciência e molecagem. “E eu, o que sou?”, perguntou aquele que comprava. “Não sou gente por acaso? Olha, que se não é pelo *busca*, você não existe!”. Eu estava logo atrás de Rolando, apoiado em uma escada que permitia acessar as prateleiras mais altas. Apesar de que ainda tivesse dificuldades com o manejo do castelhano, entendi perfeitamente o que disse o rapaz. Só não tinha possibilidade de compreender a profundidade das palavras daquele que era um jovem *busca* e comprador habitual da loja de Jorgito. Ainda que o dissesse meio em tom de piada, ele falava com convicção. Sem pessoas como ele aquele comércio não existiria com a mesma vitalidade. Mas isso eu só viria a saber com o tempo.

Até aqui minhas abordagens buscaram, por um lado, descrever a Cidade de Buenos Aires em função de características centrais que contribuam para entender nela o fenômeno da venda ambulante. Com esse mesmo propósito, descrevi aquelas que eu interpretei enquanto as principais agências de controle daquela atividade, sinalizando suas possíveis intersecções. Espero que tenha conseguido, até aqui, pontuar a dinâmica intermitente da cidade portenha, como também dado visibilidade aos principais personagens e papéis sociais que se relacionam no seu cotidiano.

Em minha perspectiva, e isso eu gostaria de marcar desde já, a vida em Buenos Aires parece sugerir que há um caminho a se seguir, na busca por estabelecer-se, que parece animar aqueles que procuram viver em seu interior. Seus *peregrinos*, porém, podem, de forma consciente ou involuntária, adotar trilhas e atalhos diversificados. Logo, as trajetórias são das mais variadas. Em certa medida, esse é o tema central desse capítulo.

Diferentes são os senderos que constituem o percurso que, por exemplo, se pode trilhar desde esse mercado no qual está inserida a venda ambulante. No entanto, o destino a se alcançar é o mesmo que está sinalizado para outras atividades e outros mercados: o do viver com certa dignidade, atendendo condições mínimas de conforto, em conformidade com um ideal de previsibilidade e justiça que integre a sociedade. Para a pactuação de tais princípios são múltiplas as estratégias, particularmente no mundo que envolve, por exemplo, comerciantes e seus negócios em Constitución.

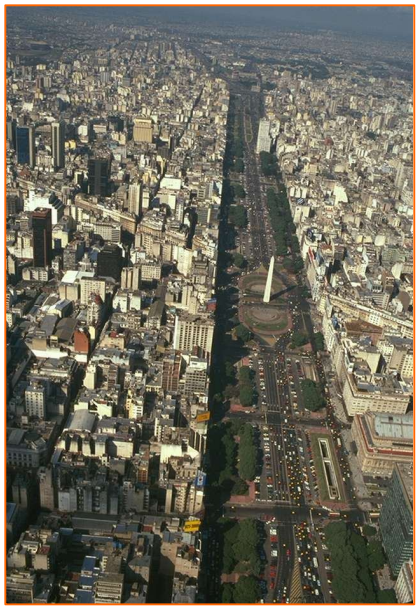
Antes mesmo de minha viagem para Buenos Aires me fora recomendado dirigir minha atenção àquele bairro localizado ao sul da cidade de Buenos Aires. Foi um dos primeiros que busquei conhecer, pois nele se encontrava um dos principais terminais de trens da capital argentina. No entanto, foi somente com o tempo que eu o concebi enquanto lugar no qual se estabelece um mercado envolvendo atacadistas, donos de kioskos, armazéns, supermercados, vendedores ambulantes, entre outros atores. Relações reveladoras de um determinado sistema de valores e lógicas de comercialização e trocas que buscarei descrever neste capítulo.

Dessa forma, Constitución foi tomado por mim como o princípio de um mercado, “lugar de encontros, transações, novidades e escândalos”, cujo rítmo lhe é próprio, intenso, lócus de conversas, intrigas, rixas, amizades e competições (Mello, Vogel & Barros.

1993: 7). Um lugar no qual a finalidade da permuta ou da compra e venda de mercadorias produz, sobretudo, o encurtamento de longas distâncias (Polanyi, 2000: 76). Sejam elas físicas ou sociais.

Assim, o caminho que representa o mercado com suas variadas trilhas pode guardar relação, em maior ou menor grau, com o chamado sistema de *arreglo*, objeto central de minha abordagem nesse texto para o entendimento das relações sociais que observei em Buenos Aires. Antecipo que mais adiante pontuarei o prolongamento desse mercado para o conurbano, através do sistema de transportes ferroviários. E na minha perspectiva, de acordo com a apreensão que tive da cidade, Constitución é o lugar onde esse mercado se represa de maneira bastante peculiar, antes de ser injetado nas artérias do conurbano.

Até Constitución



Constitución localiza-se no prolongamento da Avenida 9 de Julio, cujas duas pistas centrais, pelas quais navegam veículos nos dois sentidos, formam com suas ruas laterais – Cerrito e Carlos Pellegrini[188] – um dos trechos mais largos para se atravessar, na América do Sul. Para chegar a Constitución muitas vezes caminhei suas quase trinta quadras que se podem contar a partir, da mesma numeração, da avenida Santa Fe. Neste caminhar, parecia assistir a um desfile intermitente de árvores e edifícios de diferentes estilos arquitetônicos, destinados a toda sorte de estabelecimentos. Era eu, porém, que desfilava entre hotéis, teatros, cinemas, edificios residenciais e comerciais, prédios públicos, empresas de transportes aéreos, bares, restaurantes, cafés, entre tantas outras possibilidades de utilização daquelas instalações físicas.

Foram tantas as vezes que fiz esse trajeto que acabou por imprimir-se em minha mente

188 Que após cruzarem a Av. Rivadávia se transformam, respectivamente, em Lima e Bernardo Yrigoyen

uma imagem acerca desse deslocamento: os olhos no fluxo de veículos, em um momento, me levavam a deparar com o enorme obelisco, local onde foi hasteada pela primeira vez a bandeira nacional argentina. Na medida em que caminhava para o sul, a *9 de Julio* transformava-se em dois viadutos que ligavam a cidade ao conurbano, ao mesmo tempo que geravam o efeito de fazer emergir aos poucos, do meio da calçada, as cúpulas góticas da Igreja Imaculado Coração de Maria. A partir desse ponto, em poucos minutos, estaria em Constitución, onde a cidade parecia trocar as pressas suas vestes. Ficam para trás os enormes edifícios, sobre os quais out-doors coloridos em diferentes línguas vendem idéias e produtos; assumem o campo de visão prédios mais modestos, notadamente mais velhos, nos quais funcionam *parrillas*, pequenos hotéis, casas de cômodos e um sem número de lojas, muitas das quais vendem mercadorias no atacado.

O bairro

O bairro de Constitución leva esse nome em virtude da grande praça nele localizada. A *Plaza Constitución* é local de passagem de milhares de pessoas todos os dias. Ao redor dela estão situados inúmeros terminais de ônibus que fazem a ligação com bairros das zonas norte e oeste. Dessa forma, as dezenas de milhares de pessoas que saem dos trens, desde o terminal ferroviário General Roca, podem optar por um dos destinos oferecidos por aqueles meios de transportes, além daqueles que são alcançados pelo metrô, cuja estação está localizada imediatamente abaixo da enorme praça. Não por acaso, portanto, no interior da mesma estão localizadas várias barracas – *puestos* – de comércio ambulante, ainda que isso venha a contrariar a visão de ordem urbana de determinadas instituições.

Na época de minha pesquisa, por momentos, percebi uma ligeira diminuição nesse tipo de utilização da praça. Isso se deu por distintos motivos, ora pelo aumento da fiscalização conjunta do Ministério Público da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) e dos órgãos vinculados ao Governo da Cidade de Buenos Aires, ora pela

execução de obras de infra-estrutura na praça, o que obrigou a retirada de tais postos comerciais, mesmo aqueles legalizados. Via de regra, porém, os comerciantes ali instalados, geralmente auxiliados por um ou mais ajudantes, atendem aquele público apressado e sempre em busca de alimentações rápidas, bebidas frescas, entre outras mercadorias por ele demandadas.

Como referi, foi em Constitución onde concentrei meus esforços por reproduzir tanto quanto possível o traçado de pesquisa que desenvolvi desde a Central do Brasil, no Rio de Janeiro. E isso se deve, por um lado, à minha percepção de que havia similaridades do ponto de vista infra-estrutural que apontavam para a possibilidade de fazer comparações entre as duas cidades, a partir das duas localidades. A exemplo da Central, o bairro Constitución, como disse, abriga um terminal ferroviário em torno do qual se organiza uma significativa rede de negócios atacadistas.

Calle Brasil, em Constitución. Ao fundo, o Terminal General Roca

Também é atribuída àquela localidade uma aura de marginalidade. Isso se deve, entre outras coisas, à concentração de profissionais do sexo que atuam em variados pontos do bairro, em especial mulheres de origem dominicana; à considerável quantidade de prédios ocupados por imigrantes, majoritariamente em situação ilegal no país; pela ocorrência de punguistas que se misturam aos passantes para furtar carteiras e, como pude constatar, pela representação negativa atribuída aos muitos vendedores ambulantes que podem ser encontrados nas calçadas de suas ruas e avenidas. A exemplo de outras localidades, percebi que a maioria deles pode ser oriunda dos países limítrofes.

A associação entre imigração latino-americana e marginalidade atendia, pelo que vim a entender, uma lógica discursiva que animava grupos mais amplos que os taxistas da cidade portenha. Pacheca, Pita & Courtis (2009) afirmam que desde meados do século XX a Argentina deixou de ser um destino prioritário para os imigrantes intercontinentais, dando lugar cada vez mais aos intracontinentais, ou seja, da América do Sul. Na década de 1990, à medida que a porcentagem de população estrangeira sobre a população total continuava diminuindo até chegar aos 4% atual, "foi ganhando força e difusão o discurso sobre a insegurança gerada na Cidade de Buenos Aires pela imigração latino-americana". Assim, se no passado imigrantes podiam ser suspeitos em virtude de suas convicções ideológicas – europeus, sobretudo - e atividade política[189], o imigrante sul-americano é hoje suspeito de delinqüência comum[190].

Naquele contexto de ajuste estrutural em termos econômicos, que afetou fortemente amplos segmentos da população argentina – particularmente a classe média – a imprensa cumpriu um papel relevante. Foi ela que se ocupou de dar visibilidade ao crescimento da presença imigrante, sobretudo na Grande Buenos Aires, vinculando-a com o delito[191]. Assim, conteúdos xenófobos e discriminatórios eram recorrentes, sobretudo nos veículos gráficos, para responsabilizar os imigrantes pelos aspectos negativos observados a partir das políticas neoliberais (Pacheca, Pita & Courtis, op.cit: 12). Não por acaso, como pude atestar, haviam sido disseminadas em diferentes segmentos sociais formas de referir-se aos estrangeiros de maneira marginalizadora.

189 Entre italianos, espanhóis e mesmo franceses das primeiras décadas do século XX podiam ser encontrados ativistas socialistas e anarquistas das primeiras décadas do século XX Cf Sáens Quesada (op. Cit). Também no período marcado pela existência de uma ditadura militar na Argentina, uruguaios, chilenos e até brasileiros foram eliminados no marco da chamada Operação Condor. Este era o o nome dado a uma associação entre os governos militares de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, entre outros, para prender e/ou eliminar ativistas políticos contrários aos regimes dos respectivos países. Cf http://www.derechos.org/nizkor/doc/condor/

190 Em 1998, o Ministro do Interior Carlos Corach informou à imprensa que 77% dos delitos menores de dezembro daquele ano haviam sido cometidos por imigrantes, e que 58% das pessoas detidas pela Polícia Federal Argentina no âmbito da Cidade de Buenos Aires eram estrangeiras. Naquele instante o índice de desocupação, em função da crise econômica que já se instalara, era de 12% e foi naquele contexto que se anunciou um novo projeto de lei migratória, como também um conjunto de ações. Também se observou uma sucessão de operações policiais, particularmente de busca e apreensão, contra estrangeiros, as quais foram noticiadas na imprensa durante quase um mês (Pacheca, Pita e Courtis, 2009: 10).

191 Ao longo da década de 1990, os textos de imprensa tematizaram persistentemente a imigração como envolvida com o desvio à norma jurídico-legal. Boa parte das noticias gerais que envolviam imigrantes, particularmente de países vizinhos, foram publicadas na seção "policial" e relatavam tanto fatos de sangue, como uma variedade de delitos comuns, menores. Dessa maneira, os âmbitos que se recortavam como próprios destes imigrantes foram "Uma festa que terminou banhada em sangue!"; "Homicídios", "Assassinatos"; "Falsificação de documentos"; "Patotas que agridem policiais"; "Tráfico e posse de entorpecentes", acusações de delitos de roubo e furtos. (Pacheca, Pita & Courtis, op. cit).

Mas tudo isso eu experienciei ao longo da pesquisa. Nos primeiros momentos da mesma, para aceder àquele universo de práticas e representações foi necessário recorrer ao auxílio de alguém que me ciceroneasse no campo. Um interlocutor que conhecesse o bairro de Constitución e me apresentasse alguns dos atores com os quais queria estabelecer contato. E que além de disponibilidade tivesse paciência para, tanto quanto possível, traduzir eventuais incompreensões ou contribuir para que eu entendesse rapidamente os códigos que resultassem herméticos ou mesmo inexcrutáveis. Afinal, eu não tinha muito tempo para o meu trabalho de campo.

Afortunadamente, uma amiga antropóloga conhecia alguém com esse perfil e tão logo soube de meu interesse em fazer pesquisas em Constitución prontificou-se a colocar-nos em contato. Tratava-se de um amigo seu dos tempos que cursara o curso de Antropologia na Universidade de Buenos Aires. Ele tinha se dedicado, por um certo tempo, a estudar o tema da venda ambulante com fins de elaborar sua monografia de fim de curso. No entanto, em função de compromissos familiares, acabara por não concluir a graduação. Ela me passou seus contatos e passadas algumas semanas de minha chegada a Buenos Aires o procurei. Dias depois nos encontramos em Constitución, marcando com isso minha efetiva entrada naquele campo.

Na rota da venda ambulante

O nome de meu novo interlocutor era Hector. Ele tinha 45 anos, à época e era uma pessoa muito atarefada. Ele fazia a representação de importantes marcas de biscoitos, refrigerantes, entre outras mercadorias, junto às pequenas empresas e redes de mercados e supermercados. Sua atividade englobava vender produtos aos comércios de atacado, que tinha nos vendedores ambulantes parte significativa de sua clientela. Com esse conhecimento prático, pensei, talvez pudesse me ajudar a estabelecer contato mais direto com os ambulantes, coisa que tentava havia um mês sem sucesso. Naquela manhã de setembro marcamos de nos encontrar em um café pertencente a um pequeno hotel. Situado ao lado do terminal ferroviário, levava o sugestivo nome de *tren mixto*.

O ambiente encontrava-se bem agradável em comparação com os 9ºC que resfriava as cinzentas ruas de Constitución, com seus muitos bares e lojas de atacado. Os garçons deslizavam entre as mesas, levando aos seus muitos clientes cafés, *medias lunas* e

facturas[192], pães tostados com queijo e presunto, pizzas, entre outros pedidos que marcavam aquela atmosfera com odores típicos da manhã, ainda que o meio do dia não tardasse em chegar. Por telefone, ficamos de nos encontrar às 11h. Informou-me algumas características de sua roupa para que eu o pudesse reconhecer. Disse-lhe que para ele não seria difícil saber quem era quando chegasse ao recinto, uma vez que tinha a pele negra e cabelos grisalhos, ou seja, tipo pouco comum nos ambientes da cidade de Buenos Aires. Cheguei pontualmente no horário marcado, coisa rara em minha vida de carioca.

Interior do Café Tren Mixto, em Constitución

Esperei algum tempo, até que me pareceu estranho o desencontro. Tentei ligar em seu celular, mas encontrava-se fora de cobertura. Preparava-me para ir embora, quando percebi que o restaurante se prolongava para o fundo, formando um "L". Avisei ao garçom que ia ao outro ambiente, ver se estava um amigo. Levantei-me, procurando desviar-me de uma enorme quantidade de bolsas e pacotes depositados no chão, ao mesmo tempo que evitava chocar-me com casacos e cachecóis que pendiam das cadeiras usadas por outros clientes. Aos poucos, o salão dos fundos se abria ante meus olhos. Era enorme, com muitas mesas pregadas às paredes, tendo bancos de frente uns para os outros. Pareciam pequenas cabines para quatro pessoas. Umas poucas mesas encontravam-se dispostas no centro do salão. Em uma delas, servindo-se de uma garrafa

192 Media lunas são pães tipo *croissant* em formato de caranguejo. Facturas são espécies de pães doces, de diferentes consistências e sabores.

de soda, encontrava-se um homem de cabelos rebeldes e grisalhos, ligeiramente calvo e olhos verdes. Era Hector.

Sempre que encontrava uma pessoa no trabalho de campo pela primeira vez era como se fosse lançado um desafio. Nos primeiros minutos estudava cada palavra que usaria; estas deviam ser, ao mesmo tempo, um resumo de minhas intenções e uma breve apresentação de meu perfil. Algo que revelasse, em cápsulas atraentes e palatáveis, algo de meu potencial de formular questões e hipóteses que fossem inteligíveis para o interlocutor, de maneira que este se sentisse interessado em interagir com elas. "Afinal, por que cargas d'água alguém tem que me dar atenção?", pensava.

Com Hector me parecia que o desafio era ainda mais complexo. Ainda que não tivesse concluído o curso de graduação, tinha praticamente as mesmas informações que eu em relação à Antropologia. Ele já concluíra os créditos em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. E minhas referências sobre tal formação eram consideráveis. Àquela altura, já tivera contato com profissionais formados naquela instituição, começando por minha esposa. Em todos os pesquisadores com os quais interagia, percebia um domínio bastante apurado de uma técnica capaz de sintetizar as discussões propostas nos textos antropológicos e certa disciplina na forma de sistematizá-los para a exposição. Ainda que variassem em estilos correspondentes a um maior ou menor tom de voz, maior fluência verbal, entre outros aspectos, a tônica era a sistematização visando a síntese dos argumentos centrais. Quando os via em ação, seja em eventos científicos, seja em salas de aula onde compartilhamos cursos, era difícil não contrastar com o que me parecia usual em minha socialização acadêmica, particularmente na graduação. Minha representação é de que entre nós, no Rio, primava o gosto por certa dispersão nas sínteses e ênfase nos aspectos que beneficiassem uma melhor performance na exposição dos conteúdos[193]. Ali em Constitución estas duas formas de pensar tinham que se por em acordo, pensava.

193 Kant de Lima (1997) chama a atenção para esse aspecto da socialização dos estudantes de ciências sociais já na década de 70, no Brasil, em comparação com os estudantes de Direito e, mais ainda, em relação à formação dos estudantes nos Estados Unidos onde, segundo ele, a existência de uma maior formalidade nas interações acadêmicas concorriam para uma melhor internalização de regras acadêmicas por parte do alunado. Segundo o autor, estas características de comportamento acadêmico correspondiam à representação da crença compartilhada naquela sociedade em relação à prática da igualdade, o que o autor demonstrou estar presente em outros âmbitos como, por exemplo, no sistema de justiça.

Por sorte uma série de elementos contribuiu para que nossa interlocução fluísse já no primeiro encontro. Começando, evidentemente, pela apresentação por parte da amiga antropóloga em comum. Contudo, o que teve maior efeito na nossa pronta identificação foi que ambos tínhamos interesses em pensar questões a partir do contato com a venda ambulante. As motivações eram distintas, assim como as abordagens. Começando pela maneira como chegamos a tais interesses.

Da minha parte, disse-lhe que tinha passado a me interessar pelo tema ainda no curso de graduação[194]. E meu foco, primeiramente, estava voltado para a venda ambulante nas ruas do Rio. No entanto, a profusão de ambientes que percebia enquanto caóticos e minha insegurança em desenvolver uma pesquisa sem orientação fez-me migrar para o ambiente dos trens onde, afinal, construí questões que resultaram, anos depois, em minha tese de mestrado[195].

Hector, por sua vez, tinha chegado ao tema por diferentes motivações que envolviam aspectos acadêmicos e pessoais. Entre estes últimos, o mais significativo deles, a princípio, foi seu próprio desenvolvimento enquanto profissional liberal. Naquele momento que conversávamos, segundo me disse, havia pelo menos quatorze anos que se dedicava àquela atividade de representação. Em seu cotidiano, observava com interesse o universo da venda ambulante e alimentava a intenção de escrever sua monografia para o fim do curso.

Em 1993, segundo ele, foi quando tudo começou. Havia algum tempo que trabalhava com vendas de material de informática, mas as coisas não andavam bem naquele ramo. Assim, resolveu ajudar um amigo que recentemente havia constituído sociedade com seu cunhado. Héctor disse-me que as coisas foram bem, até o momento em que um dos sócios resolveu dar um passo maior do que as pernas. Comprou três contêineres de mercadorias em um momento onde a economia argentina sofrera uma inflexão. Durante meses teve enormes dificuldades para se desfazer daquela quantidade de mercadorias a um preço que não significasse prejuízo. No final das contas, segundo ele, foram os

194 Cursei Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na época, não havia cursos de graduação em Antropologia, Sociologia ou Ciência Política nas instituições universitárias do Rio de Janeiro.

195 Na referida dissertação apresento longamente uma discussão sobre essas motivações e interesses acerca da venda ambulante no Rio de Janeiro, envolvendo minhas dificuldades enquanto estudante de graduação, como também minha condição, à época, de militante político em organizações partidárias e sindicais.

buscas que o salvaram. “Uma história *larga*”, me disse. “Um dia eu conto pra você”.

Olhando para frente, Hector parecia projetar para si mesmo, na parede de *Tren Mixto*, suas lembranças; baixou os olhos sobre a mesa, como se examinasse fotos ou escritos dessa experiência. Parecia querer me contar algo, mas se conteve. Apertou o gatilho da garrafa de soda e serviu-se um pouco mais da bebida. Ofereceu-me um copo. Aceitei. Fiquei intrigado. Parecia-me que ele tinha algo que considerava importante para dizer. Héctor acendeu um charuto, a despeito do cartaz que recomendava não fumar no recinto. Pedimos café e nossa conversa acabou tomando uma outra direção.

Meu interlocutor perguntou sobre meu trabalho. O que eu havia produzido e o que queria, de fato, entender. Disse-lhe que meu trabalho estava concentrado na abordagem sobre o comércio ambulante nos trens do Rio de Janeiro e que queria comparar com aquele que tinha lugar nos trens de Buenos Aires. A essa altura já tinha me dado conta que a estrutura de serviços ferroviários que ligavam a capital argentina às cidades circunvizinhas era mais complexa e que estava com certa dificuldade para começar. Eu não conhecia ninguém e minha esperança era que ele conhecesse pessoas que vendessem nos trens e me apresentasse algumas.

Héctor, entre uma baforada e outra, me passou a falar que sua experiência com os *buscas* era muito antiga e que não conhecia a mais ninguém. Que, na verdade, poderia me apresentar alguns de seus clientes, os quais vendiam para os chamados *buscas* e ver se, por aí, eu conseguiria meus próprios contatos. Disse que não se tratava de má vontade, mas que sua impossibilidade se dava em função de certo distanciamento no contato direto com os *buscas*.

Perguntei-lhe o que vendia, embora na minha cabeça a palavra *busca* já tivesse se tornado uma interrogação. É que nesta época eu ainda não concebera as distinções entre *busca* e *ambulante*. Ele me perguntou se eu conhecia *Don Satur*. Respondi-lhe que não. “É um biscoito”, explicou-me. “*Muy rico*”, disse. Tratava-se de um produto de origem nacional e, possivelmente, o mais vendido na Argentina. Ele era um dos principais representantes da fábrica para a Grande Buenos Aires, havia alguns anos. Além disso, trabalhava com marcas de doces, bebidas energéticas, entre outras mercadorias que comercializava para o comércio de atacados.

Estava ansioso, por assim dizer, em falar um pouco do meu trabalho. Mas, ao mesmo tempo, eu ficara intrigado com a história dos três contêineres. E, afinal, o que eram *buscas*? O mesmo que ambulantes? Como ele os havia conhecido? E por que havia se distanciado deles? Manifestei meu interesse em saber essas coisas. Em resposta ao qual Hector fez uma pausa; parecia pensar no que dizer. Depois de um tempo, disse que teria que ordenar as idéias, pois fazia muito tempo e, de mais a mais, estava justamente querendo sistematizar os acontecimentos vivenciados, com vistas à conclusão de sua dissertação de graduação. Assim, combinamos de conversar sobre isso em uma outra ocasião.

Ficamos no café mais algum tempo, no que então nos pusemos a conversar sobre as coisas que nos interessavam em nossos dia-a-dia. Perguntou-me se era a primeira vez que vinha à Argentina, ao que respondi que não. Era, na verdade, a quarta vez. A primeira, porém, por um período superior a 15 dias. Disse-lhe que era casado com uma antropóloga argentina que estudava no mesmo programa que o meu, no Brasil. Indagou-me se era meu primeiro casamento; respondi que não. Na época eu tinha três filhos, em função de matrimônios anteriores. Perguntei-lhe se era casado e se tinha filhos. “Separado”, respondeu-me com a voz um pouco embargada. Pelo tom, aquele era um assunto delicado.

Como se algo destravasse dentro dele, passou a contar que fora casado por um bom período e que tinha um filho de 4 anos. Graças ao êxito obtido em seus negócios, conseguiu casar-se como planejara e adquiriu uma linda casa em um bairro afastado do centro. Semanas mais tarde viria a conhecer o bairro de Hector, *Mataderos*. Surpreendeu-me, aliás, o significativo número de casas baixas, em oposição àqueles bairros onde as pessoas se concentravam principalmente em edifícios de apartamentos. Para ele, aquela casa tinha sido a concretização de seus anseios, muitos dos quais presentes na aludida conversa com Ricardo em 1993. Era, enfim, a cristalização de sua capacidade de planejar e se realizar socialmente. No entanto, os infindáveis desentendimentos entre ele e sua mulher levaram à separação do casal. Por aqueles dias, tinha posto a casa à venda por algo em torno de US$ 120 mil ou $ 360 mil pesos à época.

Quando falava dessa experiência, que ainda lhe era recente, percebia um misto de angústia e melancolia em sua voz, seguido de um olhar um pouco distante. Disse-me que era uma situação muito incômoda a que passara a experimentar desde a separação. Ele vivia agora em um apartamento alugado a poucos metros de sua antiga casa. Nele recebia seu filho nos finais de semana e vivia com seu cão, Brutus. Este último era sua companhia no cotidiano, constituído de trajetos entre a casa e as visitas que fazia a clientes pela cidade de Buenos Aires e pelo conurbano. Era um período muito duro aquele que atravessava, mas ainda assim encontrou um tempo para atender-me naquela manhã.

Tempos depois pensei que nossa pronta identificação, de certa forma, fora facilitada pelas nossas afinidades para com os temas relacionados à antropologia, mas também pelas nossas trajetórias. Éramos, àquela altura, homens que já haviam vivenciado desafios importantes, o que envolvia a decisão de constituir família. Ambos nos desenvolvemos como sujeitos de nossos destinos em um dos momentos mais controvertidos do final do século XX. A década de 1990, na qual primaram os chamados postulados neoliberais, lançou para nossa geração um conjunto de promessas de realização e incertezas quanto ao futuro. Eu, de minha parte, me desempenhara boa parte daquele período enquanto um ativista político no Brasil, sindicalista dos mais engajados nos chamados *enfrentamentos* à uma *lógica neoliberal*. Como se no Brasil, algum dia, o liberalismo tivesse chegado. Mas foi graças a isso que eu pude manter meu humilde emprego de funcionário público com ganhos anuais da ordem de US$ 25 mil dólares[196]. Hector, por sua vez, não se saíra mal como um profissional liberal. Graças ao domínio que tinha da lógica de funcionamento daquele mercado, somava ganhos anuais da ordem de US$ 50 mil dólares. Considerando a maioria das pessoas em nossas sociedades, podíamos ser considerados pessoas de algum sucesso.

No entanto, naquele momento experimentávamos pontos distintos em nossas trajetórias. Eu estava desenvolvendo uma pesquisa de doutoramento que, talvez, significasse a possibilidade de novos desafios em minha vida. Talvez mesmo algumas novas experiências de trabalho que aumentassem meus ingressos. Por outro lado, vivia um momento muito importante afetivamente. Hector, diferentemente, não via desafio algum

196 É que o governo federal brasileiro, nos primeiros anos da década de 1990, tinha planos de demitir vários servidores federais. No caso da UFRJ, onde eu trabalhava, falava-se em 5.000 demissões dos funcionários contratados a partir de 1985, o que era meu caso.

no que fazia. Emocionalmente, encontrava-se mal. Sua meta era, em algum momento, voltar à universidade e concluir sua graduação. O que por si só, na Argentina, pode significar a possibilidade de acessar o mercado de trabalho de formas variadas. Inclusive para lecionar. Como eu, Hector procurava mais satisfação no fazer cotidiano do que, necessariamente, recursos que o levassem a ter posses materiais que o projetassem socialmente.

O negócio de Jorgito

Para melhor aproveitarmos nosso dia, Hector decidiu me levar a uma das lojas com a qual estabeleceu contato naquele afastado ano de 1993. O dono era uma pessoa distinta daquela que ele manteve contato no passado, mas pareceu-lhe adequado levar-me lá para que eu tivesse idéia de como se organiza uma loja atacadista que comercializa produtos com os *buscas*. Aceitei a proposta e saímos. Caminhamos pela estreita calçada da rua Lima Oeste, subindo em direção aos fundos do terminal de trem, localizado na calçada oposta. Passamos por lojas de roupas, bares, *parrilla*, utilidades para o lar, um outro pequeno hotel, uma espécie de tinturaria. No caminho, nos desviávamos de uma multidão de gente que aguardava os ônibus que ali fazem parada, enquanto eram assediados por vendedores ambulantes que lhes ofereciam balas, doces, luvas, cachecóis, guarda-chuvas e toda uma multiplicidade de coisas que iam e viam conforme os ambulantes se deslocavam.

Cerca de 100 metros depois atravessamos uma rua que, ao se observar seu prolongamento por várias quadras adiante, um pouco que sintetiza o que é aquele conjunto de ruas do bairro. Muitas lojas de atacados, intercalando-se com *parrillas* e pequenos hotéis, em frente aos quais estavam estacionados carros de modelos mais antigos do que aqueles que comumente circulam pelo centro da cidade, muitos em condições precárias. Atingindo a calçada oposta, na esquina de O'Brien e Lima, deparei-me com uma sala comercial ocupada por um tal Círculo de Suboficiais da

Policia Federal Argentina[197]. Seguindo por Lima, duas lojas depois, se situava a loja na qual Hector gostaria de apresentar-me o dono.

Entramos em um negócio que, com boa vontade, teria uns 3 metros de frente e 8 m de fundo, pelo menos até uma prateleira que ficava em frente. A sala era dividida por um balcão em "L", fazendo com que dois terços do espaço fosse reservado para o dono e os quatro funcionários que lá trabalhavam. Apesar disso, o espaço existente era exíguo, pois a maior parte do tempo as pessoas ficavam espremidas entre caixas de papelão que armazenavam mercadorias, como também por estantes e prateleiras que acondicionavam os produtos para venda. O público a ser atendido, por sua vez, não dispunha de mais do que, aproximadamente, 6 m^2. No momento que entramos, havia umas quatro pessoas esperando atendimento. Aguardávamos praticamente na porta. Caso alguém mais quisesse entrar, resultaria impossível.

Passou-se um tempo significativo, conforme minha ansiedade, até que o dono levantasse os olhos para onde estávamos. Primeiro me fitou e percebi uma certa indagação quanto à minha identidade. Na seqüência, visualizou a Héctor e fez-lhe um aceno bem humorado. Em minutos veio até onde estávamos. Alternava o olhar entre eu e Héctor, enquanto falava somente para este último. "*Hola, como te va*?", saudou-o encostando sua bochecha na de Héctor e fazendo estalar um beijo no ar. Em seguida apertou minha mão, enquanto Héctor apresentava-me como seu amigo, que estudava antropologia no Brasil e que estava escrevendo uma tese sobre os *buscas*. Jorge – esse era seu nome – franziu o senho e meio que sorriu ligeiramente desde o canto da boca. "*Que querés saber*?", perguntou-me.

Um pouco atrapalhado, e em *portunhol* sofrível, expliquei-lhe que fazia um trabalho sobre o comércio ambulante nos trens do Rio e que queria entender como se organizava o mesmo em Buenos Aires. E que Héctor havia sugerido conversar com atacadistas que

197 O circulo de suboficiais da Polícia Federal Argentina é uma entidade que tem como objetivos formais a criação de um lugar de encontro e confraternização entre suboficiais. Nele se espera desenvolver atividades recreativas individuais e em grupo, a realização de cerimônias de entrega de diplomas e medalhas a sócios vitalicios e vitalícios de ouro, formas de reconhecimento aos mesmos em função dos anos de trabalho na instituição policial e de compromisso para com o círculo. Mas o mais importante é que o círculo provê uma série de serviços, que envolve atendimento a saúde em vários níveis, promoção de atividades desportivas, turísticas, creche para filhos de sócios, entre outras iniciativas que marcam definitivamente a divisão desse círculo com relação aos oficiais.

vendem para ambulantes, pois redigia uma tese de doutorado em Antropologia. Franziu a testa novamente e, olhando-me atentamente, perguntou-me o que tinham a ver os *buscas* com o estudo dos ossos. Lembrei-me que já havia algum tempo que tinha percebido ser essa a representação dominante sobre a Antropologia, na Argentina. Eu teria que me explicar melhor e ter paciência com minhas próprias limitações.

Jorgito tinha cerca de 40 anos. Era três anos mais jovem que eu. Tipo mediano, magro, cabelos lisos, negros e aparados, tinha algo em seu rosto que não terminava de lembrar um tipo índigena. Mais ou menos como acontece com algumas pessoas que são filhos daqueles que nascem no norte e nordeste do Brasil e que, eventualmente, podem ser encontrados em distintas localidades do Rio e Grande Rio. Ele me fora apresentado por Hector como um ex-*busca* que chegou a dono daquele negócio atacadista depois de um significativo período no qual trabalhou para um ex-cliente seu. Este último fora um dos comerciantes com o qual Hector havia negociado em 1993, na tentativa de realizar sua primeira grande venda. História, aliás, que ficou a me dever desde então.

Após conversarmos alguns minutos, ficou acertado que eu poderia voltar em outra oportunidade, prescindindo da presença de Héctor. Já estávamos apresentados e, como disse este último, dali em diante o negócio era comigo. Antes que eu me despedisse, Jorgito passou a dar atenção a uma conversa entre um cliente e seu filho, que o atendia. Um jovem que tentava comprar doces, biscoitos e alguns refrigerantes para pagar depois. Ele ouvia os argumentos do rapaz com cara de quem não estava nem aí. Disse ao jovem que ele sabia muito bem que crédito ali não existia para ninguém. Este, porém, insistia. A uma certa altura, o comerciante perguntou quanto de dinheiro ele possuía. O rapaz abriu a mão, na qual tinha um conjunto de notas. Parecia querer contar, mas Jorgito tirou-lhe da mão tão rapidamente que este pareceu dar-se conta somente quando o comerciante já lhe entregava as mercadorias correspondentes ao dinheiro que tinha. Pegou suas coisas e saiu, meio assustado, dando lugar ao cliente seguinte. Jorgito, por fim, despediu-se de mim e caminhou para o fundo da loja, deixando que um de seus assistentes assumisse o atendimento. O ambulante, por sua vez, dirigiu-se no sentido de *Plaza Constitución*. Pode ser que tenha ido tomar um ônibus, o metrô, o trem, ou até mesmo percorrer uma das muitas ruas que se entrecuzavam na direção do micro centro. Nos meses subseqüentes eu não o veria de novo.

Escoando a mercadoria: o potencial dos *buscas*

Conhecer Hector e Jorgito havia significado algum progresso em meu trabalho de campo. Naquele instante, havia pouco mais de 30 dias que estava em Buenos Aires. Durante esse tempo me dedicara não só a conhecer a cidade, mas também a aprender um pouco mais do castelhano. Com esse propósito, inclusive, havia me matriculado em um curso de espanhol para estrangeiros, na UBA. O fato, porém, é que por muito tempo, por mais que eu me esforçasse para entender o que as pessoas me diziam, assim como entender os usos do espaço urbano, muita coisa que me passava pelos olhos e ouvidos me resultava incompreensível. “Normal”, pensava. Mas também experimentava a sensação de que, talvez, tenha buscado dar um passo maior que as pernas. Havia a possibilidade de que minha temporada argentina não aportasse maiores contribuições às minhas reflexões.

Com esses receios, aguardei os dias até que pudesse voltar ao negócio de Jorgito. Enquanto esperava mantive o estudo e a prática da língua com as pessoas que conheci participando do círculo de amigos de minha mulher. Também prossegui no reconhecimento da cidade, enquanto esperava a manhã da terça-feira seguinte, conforme combinado com Jorgito. Por essa época, estava já em diálogo com pessoas que faziam parte de agrupamentos de usuários de trens e reclamavam por melhorias naqueles meios de transportes. Foi uma forma que encontrei para me aproximar do ambiente ferroviário e, quem sabe, ter um melhor acesso aos ambulantes que atuavam no seu interior já que minhas tentativas até então tinham sido infrutíferas. Mais a frente me deterei na descrição e análise dessa experiência.

Na semana seguinte, cheguei às 10 horas do dia combinado. A loja estava movimentada, como da vez anterior. Logicamente, o tamanho da mesma contribuía para isso. Mas era bastante sugestivo que houvesse seis pessoas no interior da loja e mais umas cinco esperando do lado de fora. Fiquei com elas, esperando a loja esvaziar. Tentava entender o que falavam, sem muito sucesso. Com o passar do tempo, os clientes saíam e outros entravam. No entanto, mais gente chegava e eu sentia-me como um peso. Qual o momento que me seria possível entrar sem atrapalhar a dinâmica dos negócios? Decidi dar voltas por Constitución e também pelo interior do terminal ferroviário. Era necessário dar tempo ao tempo.

Com aquelas primeiras caminhadas por Constitución já era possível dar-se conta de uma faceta do bairro: a freqüente presença de policiais, presentes no espaço público de diferentes formas. Em duplas patrulhando o bairro a pé ou em automóveis; dispostos pelas calçadas ou nas extremidades da praça; entrando e saindo do metrô, como também da estação ferroviária. Era praticamente impossível caminhar mais de 200 metros sem que se topasse com um homem de farda negra. Eu, que tinha por hábito tirar fotos, fui avisado por Hector para tomar cuidado. Os policiais estavam todo o tempo atentos aos múltiplos movimentos que caracterizavam aquele bairro tão movimentado. E alguém tirando fotos era algo que estes e outros atores não gostavam de ver por ali.

Voltei por volta das 14h. A loja tinha ainda bastante movimento, mas foi possível entrar e perguntar por Jorgito. Uma jovem de seus 20 anos, morena de cabelos presos em rabo de cavalo, chamou-o. Escutei sua voz perguntando do que se tratava. Como não lhe foi possível precisar o que eu queria, disse apenas "*El brasilero*". Interessante como em uma única expressão foi possível perceber todo um conjunto de significados. Eu, com certeza, tinha sido objeto de conversas ao longo dos últimos dias. Em certa medida, já tinha sido identificado, ainda que não se soubesse claramente o que eu queria. Jorgito veio em minha direção, destendido e com um meio sorriso. Saudamos-nos com o tradicional beijo no ar como fazem os argentinos e ele pediu para que eu passasse para o espaço interior da loja. Desviando das caixas de alfajores que, por acaso, tinha o mesmo nome que meu anfitrião, procurei um lugar onde pudesse conversar com ele sem atrapalhar a moça e o outro funcionário que atendiam as pessoas naquele momento. Expliquei-lhe que tinha vindo no horário marcado, mas que não me foi possível entrar. Ele pediu desculpas, dizendo que a manhã tinha sido muito complicada, pois era uma terça e havia gente de menos para trabalhar.

"E então, como posso mesmo ajudá-lo?", perguntou olhando-me fixamente. Contei-lhe que meu interesse era comparar o comércio ambulante nos trens do Rio e de Buenos Aires. Ele coçou a cabeça. Disse-me, na seqüência, que não sabia que interesse podia ter a Universidade em um mundo tão *aburrido*[198] como o mundo dos *buscas*. Expliquei-lhe que foi pesquisando o mundo dos camelôs, no Rio, que eu escrevi uma dissertação anteriormente, como também me havia levado a Buenos Aires. E que eu tinha uma

198 Aburrido, em castelhano, quer dizer monótono, aborrecido. No contexto que descrevo, pode ter também o significado de sem graça.

ajuda do governo do Brasil e da Argentina para fazê-lo. Ele ficou intrigado. “O governo paga pra você fazer isso?”, uma pergunta que mais pareceu uma afirmação indignada.

Fiz referência ao meu trabalho enquanto uma reflexão do chamado comércio informal, na qual articulava dimensões importantes relacionadas à economia e ao direito. E disse que, fundamentalmente, o que me interessava era investigar, comparativamente, como se construía um direito que não está escrito. O direito que não tem a ver com a lei, mas com a legitimidade das pessoas a ocuparem determinados espaços na cidade e, dessa forma, instituirem uma atividade que possibilita a circulação de mercadorias. Jorgito respirou fundo e, enquanto pensava, desviou-se um instante para olhar a jovem que manipulava o dinheiro na caixa registradora. Voltando os olhos para mim, sugeriu que eu sentasse e se pôs a falar com seus empregados, ao mesmo tempo que começava a pedir uma pizza por telefone. Parecia impaciente.

Passados alguns minutos Jorgito acercou-se, tomou uma caixa de chocolates que tinha em uma prateleira e começou a dizer que, em geral, um *busca* começa com uma coisa pequena assim. O primeiro lugar que lhes ocorre são os sinais de trânsito, onde é grande a circulação de pessoas e se pode também ter acesso àqueles que estão nos carros e nas janelas dos ônibus. Segundo ele, naquele lugar se deve falar muito rapidamente o nome do produto e o preço. Não há tempo para maiores apresentações, nem para “seduzir” os clientes falando dos benefícios e vantagens que podem conferir a aquisição da mercadoria. Isso só se torna possível caso um cliente o chame pela janela de um carro. Mesmo assim, tem que ser rápido para aproveitar ao máximo o sinal fechado. Fazendo caretas, levantando os olhos, mostrava-me como tinha sido sua técnica quando atuava nestes espaços.

Segundo ele, os lugares nos quais mais trabalhou foram os semáforos, ônibus e por pouco tempo no metrô. Nunca tinha comercializado nos trens. Os ônibus apresentavam como vantajoso o fato de o público encontrar-se imóvel, passivo, o que contribuia para uma melhor explanação daquilo que

era vendido. Sua técnica, como me demonstrou, consistia em distribuir os chocolates entre o público que estava sentado e, a uma certa altura, olhar para trás do coletivo, fazendo de conta que havia interessados a chamá-lo. “Já vou, só um minutinho...”, representava para mim. Essa técnica era bastante similar àquela identificada por Strozer (2006), como também por Silva (2008b), entre os ambulantes que comercializavam nos ônibus do Rio de Janeiro. Consistia, por assim dizer, na expressão do que seus interlocutores denominavam por *talento*, e que configurava um elemento distintivo da identidade daqueles camelôs em relação aos demais que se distribuíam por minha cidade. Em Buenos Aires, pelo que Jorgito me falava, não era diferente a observância de técnicas específicas para lidar ora com um tipo de público consumidor, ora com outro.

Conversamos bastante sobre esse período da vida de Jorgito. Período de muitas dificuldades, segundo ele, mas que foi vivido dia-a-dia, sempre com o propósito de cuidar da família e fazer alguma poupança. Sua expectativa era de que, em algum momento, sua *sorte* pudesse mudar. Nunca teve como propósito trabalhar em outra coisa que não fosse o comércio. A formação que tinha, segundo ele, não alcançava para que postulasse outras atividades na cidade para a qual mudara há pouco mais de 20 anos. Cidade na qual conhecera sua mulher, de origem paraguaia, e com quem teve três filhos, dois dos quais trabalhavam com ele na loja.

Aos poucos ficava claro que Jorgito sinalizava para mim a possibilidade de se pensar a existência de distintos atalhos e trilhas no irrecusável caminho que tinha por meta estabelecer-se na cidade. As escolhas, porém, deveriam se fundamentar na aptidão de cada um, no talento particular para levar-se adiante uma empresa. Mas também se faz necessário um plano, um objetivo e um esquema para alcançá-lo. No mundo dos negociantes de Buenos Aires o plano, pelo que pude perceber, passa por comandar um negócio. A exemplo do observado por Rabo (2005) entre comerciantes de Aleppo, na Síria, é absolutamente estratégica a aquisição de uma loja, no que concerne à constituição da identidade de um comerciante. No caso sírio, uma identidade de sucesso se constrói em função da capacidade do negociante em desenvolver a ramificação de seus negócios e, sobretudo, mantê-los isentos de dívidas e da interferência de terceiros, particularmente do Estado. Ser negociante em Buenos Aires guardava similitudes importantes com essa idéia básica. No cotidiano portenho, porém, há detalhes que são contrastantes com àqueles identificados no *souq* aleppino. As possibilidades de fincar

raízes na cidade autonomamente envolviam estratagemas e relações específicas.

Entre os aleppinos, a imbricação entre família e mercado tem como lógica orientadora a ramificação do comércio, fazendo dispersar pela *medina* o nome da família, sinal exterior da aptidão familiar para os negócios. Aptidão essa que é representativa não só da reputação do patriarca, como também da confiabilidade que pode gozar em relação a seus clientes, financiadores e demais parceiros. É condição demonstrar que, num ambiente no qual vigora a tensão entre a liberdade requerida e a dependência à estrutura inerente ao mundo dos negócios, o comerciante sabe fazer as coisas como *devem* ser feitas. Em certa medida, sua autonomia depende do controle da liberdade de outro, particularmente dos filhos, os quais devem, por assim dizer, proceder à preservação do *nome* adquirido no mercado. Em Buenos Aires, diferentemente, o sucesso de um empreendimento pode estar referido não só à preservação dos negócios familiares, mas também à circulação do nome da família em outras esferas de produção da vida social. Era essa, por exemplo, a expectativa dos comerciantes que mantêm os filhos na universidade, de forma a adquirir competência como profissionais liberais, particularmente nas áreas de medicina e advocacia. A meta, assim me pareceu, é estabelecer o nome familiar nas esferas mais altas da sociedade, aquelas que têm a capacidade de definir os caminhos a serem seguidos pelos demais.

Na primeira terça-feira que fui a loja de Jorgito ele estava bastante chateado, pois os filhos haviam faltado ao trabalho. "Ficaram de *boludeces*[199]" durante a noite e não reuniram forças para ir à loja. "E que pensam eles da vida?", murmurava entre os dentes. Irritado, dizia que dava de tudo a eles. Pagava-lhes a faculdade, para que não tivessem que viver a vida inteira nos confins de Constitución. Não que fosse ruim ser comerciante, mas que o fizessem em outros níveis, onde não fosse imprescindível o domínio da *lengua callejera*[200]. Também lhes havia dado uma casa a cada um, no mesmo bairro em que vivia, na cidade de Lanus, no conurbano bonaerense. Tudo o que esperava em troca é que os filhos cumprissem com correção o acordado entre eles; que tivessem responsabilidade com o meio de vida que lhes permitia ter aquela vida, que

199 Palavra que deriva do termo castelhano boludo. Este signo, de caráter polissêmico, pode se referir a alguém que seja considerado bobo, otário, tonto, engraçado. Em outros contextos, um boludo pode ser alguém sacana. "Que boludo que es". Ficar de boludezes, neste caso, me soou como "Ficar de sacanagem" – sendo sacanagem um termo que, entre os cariocas, tem distintos significados - como falamos no Rio de Janeiro, em alusão a alguém que não cumpre um compromisso agendado.

200 Linguajar da rua.

incluía ainda carros para se deslocarem com comodidade e pagamento pelos serviços que prestavam na pequena loja de atacados.

Um dos filhos reuniu forças e compareceu na parte da tarde. Ajudava no embalamento das muitas caixas de pedidos que fazíam os clientes que ali estavam. Eram *buscas*, em sua maioria, mas também havia donos de *kioskos*, de pequenos armazéns, cafés do bairro, entre outros tipos de comerciantes que constituíam a clientela de Jorgito. Gente que, segundo ele, estava sempre à sua porta, mas também flutuando em torno a muitos negócios atacadistas, em busca de oportunidades e melhores preços para as mercadorias oferecidas.

Passou-se mais um tempo e passamos a comer as pizzas que chegaram por volta das 16h30. A esta altura Hector havia se unido a nós, uma vez que passara pelo bairro para fazer algumas cobranças a clientes. Enquanto comia pizza e tomava mate quente, eu observava os poucos clientes que acessavam a loja naquele horário. Pelo que pude entender do que falavam entre eles, àquela altura, alguns compravam mercadorias para o dia seguinte; outros, para melhor proverem as demandas próprias do horário do *rush* nos trens. Perguntei a Jorgito se ele conhecia aquele que trabalhava no trem. Ele disse que não, mas que tinha curiosidade de saber como era a venda lá. Caso eu conseguisse acompanhar a dinâmica, talvez eu pudesse contar para ele.

Puesteros, fijos* e *buscas

Falando sobre o que tinha percebido em minhas observações pela cidade, comentei que me parecia haver diferentes tipos de vendedores ambulantes. Hector, a esse respeito, tinha um próprio sistema classificatório que, uma vez exposto, parecia corresponder às minhas observações. Havia vendedores que ambulavam, utilizando os próprios corpos para comercializar nos semáforos, nas calçadas, nos ônibus, nas composições de metrô e de trens. Estes anunciavam os preços, faziam propaganda das qualidades do produto e se moviam em direção à clientela. Estes seriam *buscas*.

Havia também aqueles que se estabeleciam mais fixamente. E estes se subdividiam em pelo menos duas categorias: os *fijos* e os *puesteros* (foto anterior). Os primeiros, em geral, acondicionavam suas mercadorias em tabuleiros, carrinhos, carrocinhas, ou coisa que o valha; os outros utilizavam grandes estruturas de madeira ou de metal, que eram

fechadas e deixadas no local onde funcionavam. O que era comum a ambos é que se esperava que contassem, para se estabelecerem no espaço público, de uma licença da prefeitura de Buenos Aires. Os *fijos* para se estabelecerem, sobretudo nas ruas e praças, ainda que pudessem também ocupar determinadas localidades próximas aos pontos de ônibus; os *puesteros*, basicamente, se estabeleciam nos pontos de maior confluência de pessoas no cruzamento entre trens, ônibus e metrôs, como acontecia em Constitución. No entanto, o mais comum era que *fijos* e *puesteros* não tivessem licença e atuassem a partir dos *arreglos* que faziam com policiais, aos quais era devido o pagamento de *coimas*.

Puesto localizado em terminal de ônibus, em Constitución

Os *buscas*, por sua vez, eram considerados por Hector tipos autônomos. Em geral, seriam pessoas desempregadas que procuravam na venda ambulante recursos emergenciais para tocar suas vidas. Muitos deles imigrantes, que encontrariam naquela atividade uma forma mais imediata de monetarizar-se. No entanto, para atuar nas ruas eles também deveriam estar atentos à possibilidade de terem que participar do sistema de *arreglos* comandado pela polícia.

Jorgito dizia que tinha sido justamente por isso que tinha deixado de ser um *busca*. “As coisas iam bem até o momento que se encontrava um policial”, disse. Tais encontros

sempre causavam constrangimentos e como eles eram “os donos da rua”, o *busca* só tinha duas alternativas: ou mudava constantemente de lugar, abrindo mão da clientela que se podia fazer, ou participava do *arreglo* com a polícia, abrindo mão de parte do dinheiro que se arrecadava. E o problema, segundo Jorgito, era que quando percebiam que o *busca* melhorava um pouco, eles queriam aumentar o valor da *coima*. “Um inferno”, sentenciou.

Nas conversas que tive com Jorgito ele não fazia distinção entre ambulante e *busca*. Para ele, o segundo termo qualificava todos aqueles que viviam da venda ambulante. Mesmo *puesteros* e *fijos*, que eram notadamente diferentes em função do volume de mercadorias que negociavam nas ruas, eram considerados por ele enquanto *buscas*, particularmente aqueles que não progrediam daquela condição. Diferentemente, Hector dizia que ambulante era uma coisa e *busca* outra. No entanto, sua percepção sobre essas distintas identidades *callejeras* não passava pela vinculação ou não às chamadas máfias, como aprendi nas minhas interlocuções no Governo da Cidade e na *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas*. Para ele tinha mais que ver com uma postura frente à vida, avessa à submissão aos meios modernos de controle, tais como horário de trabalho, contas a pagar, pagamento de impostos, polícia, entre outros. Em certa medida, Jorgito corroborava dessa perspectiva, embora não olhasse para isso com o mesmo ar de contemplação do amigo.

Com as informações que dispunha, Hector acreditava que os ambulantes que comercializavam nos trens eram os mais prósperos, em comparação com os da rua. Particularmente se estes já tinham uma clientela habitual, em função dos trajetos nos quais estavam habituados a comercializar. Trajetos estes que, segundo seu conhecimento, eram definidos em negociações prévias ocorridas entre os próprios *buscas*. Mas faltava-lhe, assim como a Jorgito, uma maior vivência entre os ambulantes nos trens para melhor definir uma opinião. Nesse ponto, coincidia com a opinião do comerciante que esse seria meu aporte: conhecer o que de fato se passava nos trens e socializar com eles minhas impressões.

O combinado entre eu e Jorgito era que eu poderia ir à loja sempre que quisesse, no período da tarde, para observar o fechamento do dia de trabalho. Nestas ocasiões poderia compartilhar o *mate* e ver se alguém, em virtude das conversas que travasse, me

aportava alguma coisa relevante para a pesquisa. Achei ótimo e, de fato, foram muitas as vezes que lá fui durante dois meses, com esse propósito. Não foi sempre, porém, que pude estar todo o tempo no interior daquele estabelecimento. Nos dias que tive tal oportunidade, porém, testemunhei situações que me possibilitaram compreender a dinâmica daquela loja, o que foi bastante estimulante. Informações as quais, aliadas a outras que eu detinha, em função de minha temporada em Buenos Aires, me permitiram pensar algumas coisas sobre a circulação de valores na sociedade portenha. É o que pretendo demonstrar a seguir.

Contêineres de desafios e oportunidades

Simultaneamente às visitas na loja, segui fazendo minhas incursões nos trens e conversando com as pessoas que ia conhecendo. Contudo, as informações a que tive acesso junto a Jorgito só adquiriram melhor sentido na medida que minhas conversas com Hector foram progredindo e, por fim, obtive entendimento aprofundado de sua trajetória naquele mercado. As conversas com ele proporcionaram informações que contribuíram para meu entendimento sobre como se podiam hierarquizar as atividades e os valores naquele mercado, a partir das relações que proporcionava a circulação daquelas mercadorias que se movimentavam nas mãos de *buscas, fijos*, *puesteros, kioskeros*, donos de mercados, cafés, entre outros.

Na primeira vez que nos encontramos, pareceu-me que Hector teria várias coisas a me dizer. E, de fato, as coisas que me foi dizendo, pouco a pouco, revelaram como se pode organizar aquele mundo de compras e vendas em Constitución, como também me ajudaram a entender as experiências por ele vivenciadas. Foram muitos nossos encontros em bares, cafés, praças ou mesmo em sua casa. Na medida que me contava suas experiências, dei-me conta que ao longo de um período de mais ou menos quinze anos, mudanças na conjuntura política e econômica do país levaram a uma sensível transformação daquele mercado. Baseado em seu relato me foi possível entender, como veremos, por que sem o *busca* aquele mercado não teria a mesma pujança que podia observar naqueles dias.

O começo

Quando Hector entrou no universo de Constitución ele contabilizava 32 anos. E tudo começou quando em janeiro de 1993 viu-se diante de um desafio e de uma

oportunidade. Era período de férias e a cidade estava esvaziada, enquanto fervia sob um calor infernal. Muita gente estava de férias nos balneários existentes em Buenos Aires, como Villa Gesel, Pinamar e, sobretudo, Mar del Plata. Ele era representante de vendas – o que começara a fazer em 1987 com material de informática – e àquela altura queria dar um salto maior, segundo disse-me, não só como profissional, mas também como *homem*. Encontrava-se no escritório no qual trabalhava havia uns seis meses. Desta vez com representações de alimentos e bebidas. Situada na esquina das ruas Talcahuano e Bartolomé Mitre, a loja ficava muito próxima da avenida Rivadavia. Como referí, esta é um marco que divide simbolicamente a cidade. Hector estava acompanhado de Lucas, seu amigo e um dos donos da empresa. Este era filho de seu antigo patrão no negócio de informática. Com eles estava também Ricardo, cuja irmã era casada com Lucas. Hector, como mencionei, estava ali por que resolvera migrar para a representação comercial de alimentos e bebidas devido à forte crise que enfrentava o setor de informática com a chamada Lei de Convertibilidade[201].

Ricardo, por sua vez, encontrava-se angustiado. Por ocasião das festas de fim de ano, tivera uma acalorada discussão com Lucas, seu sócio. As discussões se remetiam à continuidade ou não do negócio. A empresa havia começado enquanto um empreendimento de iniciativa de Ricardo. Na ocasião, este se casara havia pouco tempo, razão pela qual havia comprado um apartamento na Recoleta, no *Barrio Norte*, onde, como já pontuei anteriormente, moravam segmentos de classe média alta. Sua mudança de Belgrano para lá significava, portanto, um sinal exterior de ascensão social. Ricardo montara o negócio, segundo Héctor, para ganhar autonomia frente aos negócios da família e, por outro lado, para ajudar o marido de sua irmã. Este último, fazia tempo, encontrava-se desempregado e em dificuldades financeiras.

Quando Lucas saiu para fazer algumas entregas, Hector e Ricardo ficaram conversando sobre negócios. Falavam de suas expectativas com relação àquele empreendimento, ao

201 A lei nº 23.928, de 27 de março de 1991, foi elaborada pela equipe do então Ministro da Economia Argentino Domingo Cavallo. Responsável pelo presidente Carlos Saul Menem por coordenar a recuperação de uma economia combalida por um processo de hiperinflação, Cavallo concebeu a lei que, na prática, propôs a conversão do austral, moeda argentina da época, em dólar, numa proporção de 10.000 australs para cada dólar. Essa foi a base para a posterior paridade entre peso, a moeda que sucederia o austral, e o dólar, inaugurando um processo de muito otimismo na Argentina. Segundo relatos de pessoas, foi um período onde segmentos da classe média argentina viajavam para diferentes países da América Latina, como também para os Estados Unidos e Europa, pois a valorização da moeda assim o permitia. Naquele período também se verificou a significativa entrada de imigrantes dos países vizinhos em busca de oportunidades em uma economia que parecia aquecer-se.

qual ambos estavam vinculados com papéis diferentes. Aos dois, porém, interessava uma maior autonomização e desenvolvimento em termos materiais e existenciais. Ricardo referia-se com certo desdém ao cunhado, sócio minoritário na empresa o qual, supostamente, não demonstrava vocação para os negócios. Por conseguinte, estava insatisfeito e inseguro. Hector também não se encontrava confortável com suas expectativas econômicas e sociais àquela altura. Tinha igualmente o interesse de casar-se e ter sua própria casa. Àquela altura, com os ingressos que somava tradicionalmente, isso não ia acontecer tão cedo. Enquanto falavam de suas expectativas para o futuro, Ricardo dirigiu a Hector uma proposta.

A empresa, que tinha sido criada havia pouco mais de um ano, era praticamente de Ricardo; pelo menos tinha sido este a mobilizar o capital financeiro necessário. O cunhado tinha direito a uma participação minoritária, pois entrara na sociedade apenas com sua força de trabalho. Com esse arranjo, as decisões mais importantes cabiam a Ricardo. O negócio, por uma série de razões, ainda não deslanchara como este último queria. Sua proposta, assim, foi que Hector aumentasse ainda mais sua representação de vendas, na perspectiva de ampliar a rede de compradores. Em outras palavras, ele ficaria encarregado de buscar clientes em tipos de estabelecimentos que até então eram visitados por Lucas. Manteria a comissão de 3% sobre as vendas e com o crescimento do negócio, em um segundo momento, poder-se-ia rediscutir as bases de participação nos lucros.

Foi uma proposta interessante para Hector, pois Ricardo parecia ser um negociante talentoso. Pelo menos tinha sido criado num ambiente propício para tal formação. Seus pais eram judeus, de ascendência russa e durante anos haviam se dedicado ao negócio de exportação e importação de peles naturais para vestuário. Com os ingressos de recursos obtidos, criaram os três filhos no bairro Belgrano, um dos mais tradicionais da classe média portenha. Com trabalho, custearam a formação educacional dos mesmos, contribuindo para que pudessem operar suas próprias ascensões. Estratégia muito parecida, por sinal, àquela de grupos de imigrantes no Brasil, como os de ascendência judia, siria e libanesa na localidade carioca do SAARA[202]. Ricardo era o filho mais velho. Economista graduado pela Universidade de Belgrano, tinha adquirido

202 Ver Cunha & Mello, 2006. Ver também Cunha, 2005.

competência em várias línguas em função de ser o único dos três filhos a se dedicar a ajudar o pai na empresa de exportação e importação de peles, antes que este último viesse a falecer. Nesse exercício, viajara pelos quatro cantos do mundo. Os outros irmãos se dedicavam ao exercício de profissão liberal, no caso, advocacia.

Logo, o que Ricardo e Hector partilhavam era a meta de autonomizarem-se e ter dinheiro era um recurso mais que requerido nesse sentido. Afinal, era esta não só a ética do mundo dos comerciantes (Rabo, op. cit), mas da própria Buenos Aires, cujo cosmopolitismo organiza a vida da cidade desde as primeiras décadas do século XX, fruto de sucessivos processos migratórios que fizeram da Argentina, particularmente Buenos Aires, destino da "maioria dos segmentos sociais: prósperos e carentes, investidores, mercadores e comerciantes, assim como artesãos e trabalhadores", oferecendo "histórias de riquezas, oportunidades e progresso, assim como também de dificuldades, exploração, marginalidade, miséria" (Tevik, 2006: 41). Era esperado daqueles jovens nada menos do que "*hacer lo suyo*", máxima que se apoiava em um mito, ao mesmo tempo que mitificava, a existência de uma classe média portenha. Como pude depreender na convivência com diferenciados atores na cidade de Buenos Aires e mesmo no conurbano, há um conjunto de elementos que concorrem para a formação desse ideário. Uma moralidade que, fundamentada no esforço do trabalho, derivando na posse da propriedade, no compromisso com a educação mais ampla possível, como também a responsabilidade com a reprodução e manutenção da família são alguns dos pontos basilares dessa idéia de ser portenho, quiçá argentino.

> *"Como a maioria dos argentinos de hoje, esta história atravessa nossa própria história pessoal. Eu também sou "filho" daquela imigração e de seu cruzamento político e cultural. Pascual Amato, meu avô, chegou à Argentina em período de entreguerras, em 1930, proveniente de Molfeta, Italia, com 18 anos, segundo ano primário e ofício de pescador. Vinha só, para buscar suas irmãs que já haviam se instalado no país. Ele também queria "fazer a América". Instalou-se em La Boca, e*

começou a trabalhar em barcos de pesca "de altura". Com o tempo, casou-se, terminou o ensino secundário e cursou seus estudos na Marinha Mercante argentina para ser diplomado capitão de barcos pesqueiros de ultra mar"[203].

A conjuntura política

No momento em que Hector e Ricardo conversavam, numa manhã de janeiro de 1993, havia quatro anos que o presidente era Carlos Menem. Aquele seria um ano decisivo para o *turco*, pois ele desejava reeleger-se, o que era vedado pela legislação argentina então em vigor. Em seu primeiro governo, este se notabilizara por introduzir a tal *convertibilidade,* sendo, como mencionado, que cada peso argentino equivaleria a um dólar. Esta política se combinava com medidas estruturais semelhantes àquelas que estavam em curso na América Latina naquele período: privatizações de estatais, reestruturação administrativa do serviço público e ampla abertura para a importação de bens produzidos em diferentes países, particularmente dos Estados Unidos e Europa.

A combinação entre o fim de restrições e maior flexibilização nas taxas alfandegárias fez com que a Argentina vivesse um *boom* de novos produtos. Por isso mesmo, Hector havia migrado da representação de insumos de informática para um ramo que não conhecia. Sua capacidade de vendas não atendia mais às expectativas e demandas pelas novidades tecnológicas introduzidas naquele período. Outras representações para material de informática haviam se colocado em melhor posição no mercado. Por outro lado, em termos comerciais, novas marcas de biscoitos, batatas fritas, água, refrigerantes, cervejas, entre outros, pareciam apontar para melhores oportunidades diante de anseios emergentes de consumo, sobretudo por que era maior o espectro social a ser alcançado por essas relações de consumo.

O fato era que àquela altura já se sentia que a Lei de Convertibilidade de 1991 tinha golpeado fortemente as exportações de produtos nacionais. Com a paridade com o dólar e a profusão de produtos novidosos no mercado, a ampla classe média portenha experimentara retomar um padrão de vida que a aproximava de padrões de consumo de

203 Amato, Fernando. A invenção da Argentina. In Revista Caras y Caretas. Los mitos del crisol de razas – Historia de la inmigración en la Argentina. Ano 48, Nº 2.238. p 16.

países industrializados. E isso era proporcionado, sobretudo, pela substituição de produtos nacionais por importados. Não era diferente com o negócio das peles, como até então se dedicara a família de Ricardo. A comercialização de tais mercadorias, inclusive, sofria restrições em seu consumo, em função dos discursos ecológicos que ganharam força também naquele período.

No fundo, a raiz das discussões familiares as quais aludiu Ricardo era justamente essa: as discordâncias em relação às análises, levando à incapacidade de construção de estratégias familiares em comum. O que se agravava com uma certa apatia de Lucas. Ricardo mantinha-se firme na crença de que os esforços deveriam inclinar-se para o negócio de importação, o qual era beneficiado pelo câmbio. Isto permitiria competir com a produção local, em particular no ramo de alimentos. Parte dos familiares acreditava que isso não só poderia arruiná-los, como também arruinar todo um conjunto de comerciantes que se conheciam havia anos, adquirindo mutuamente mercadorias e compartilhando oportunidades. Além do mais, ele estaria contribuindo para desmantelar outras redes.

Esse relato crítico por parte de Hector fez-me recordar, em certo sentido, as discordâncias entre dois personagens descritos por Richard Senett, em relação ao mesmo período histórico nos Estados Unidos, para exprimir parte de sua visão sobre como os chamados ajustes estruturais, de vertente neoliberal, impunham significativas mudanças na sociedade norte-americana, particularmente no mundo do trabalho. O autor descreve a tensa relação no interior de uma família – no caso, entre um pai e um filho - à medida que estratégias de ascensão social entre imigrantes de distintas gerações impõem o conflito entre diferentes visões de mundo. Conceitos como solidariedade, lealdade, compromisso, entre tantas outras clivagens do comportamento humano, se distinguem, gerando a incapacidade de se porem de acordo diferentes concepções de caráter, “traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (Senett, 2004:10).

No caso descrito por Hector, a ruptura com as perspectivas familiares não tinha chegado ao mesmo termo observado pelo sociólogo norte-americano no estudo de caso que lhe serviu de referência. Ricardo mantinha-se em colaboração com o negócio familiar, ainda que já tivesse iniciado seu próprio negócio no final de 1991. Tratava-se,

possivelmente, de uma noção distinta de individualismo, onde haveria margem para colaboração com o núcleo familiar. Esta pode ter tido diferentes motivações: interesse, solidariedade, apego à memória e manutenção do *nome* em um mercado ainda existente. Sempre é melhor prevenir que remediar.

Mas isso não era suficiente para que Ricardo renunciasse às suas convicções. Sua primeira importação, feita em início de 1992, custou cerca de US$ 60 mil e envolvia um pequeno contêiner de refrigerantes em lata, biscoitos e batatas fritas. O sucesso foi estrondoso. Em dois meses toda a mercadoria que dispunha foi carreada para novas cadeias de supermercados que surgiam como empresas que veiculavam as novas marcas que ganhavam o mercado. Tal como temiam outros segmentos de comerciantes, tais iniciativas remetiam a um segundo plano as mercadorias de produção nacional.

O representante comercial da firma, durante significativo período de 1992, fora um amigo pessoal de Lucas. Chamava-se Mauricio, que a partir do sucesso obtido passou a ser gerente de vendas da empresa, com direito a salário e comissão. Fora nomeado pessoalmente por Ricardo, que com tal iniciativa esperava manter sob sua égide a rede de clientes construída por Maurício, pois o dinheiro recebido resultava em significativo lucro. Embalado pelo sucesso da primeira importação, Ricardo decidiu arriscar e investir 3 vezes mais na compra de mercadorias importadas. A estratégia foi diversificar um pouco os sabores de refrigerantes, biscoitos e batatas fritas. No entanto, as coisas não sairam como esperado. E era por isso que, naquela manhã de janeiro de 1993, Hector e Ricardo, enquanto compartilhavam um mate, conversavam sobre o destino da empresa.

Redes e furos

A segunda importação tinha chegado a Buenos Aires meses antes, em setembro de 1992. Durante seu translado de navio, Ricardo tomou uma série de iniciativas para recepcionar as mercadorias. Começando pelo aluguel de um depósito, ainda que em uma localidade mais afastada do centro onde os preços de aluguéis eram mais em conta, e seguiam sendo naquele instante em que Hector me relatava. Foi necessário fazer reformas no lugar e dotá-lo de alguma infraestrutura - água, luz, telefone – como também de alguns equipamentos que ajudassem a manter os produtos adequadamente armazenados. Por outro lado, era preciso garantir condições para o pessoal que viria a

ser responsável pela armazenagem, controle, vigilância das mercadorias e distribuição de mercadorias. A contratação de Hector fora feita justamente naquele período. Embora tudo isso significasse custos, a firma parecia crescer, para contentamento de Ricardo. Ele não sabia que os problemas não tardavam por começar.

A chegada das mercadorias coincidiu com um significativo aumento da taxa de impostos, em função de alterações legislativas. Isso se verificou após veementes reclamos de representações de empresas nacionais que detinham alguma capacidade de mobilização e exigiam melhores condições de competitividade. Era um fato que os produtos estrangeiros aliavam melhor qualidade e preço. Aumentando impostos, a meta era aumentar os preços dos produtos importados e, desta forma, selecionar o público consumidor pelas camadas sociais. De fato, com um volume maior de mercadorias importadas – cerca de 10.000 caixas de refrigerantes e outras 6.000 de biscoitos e batatas fritas - e com o aumento dos impostos, Ricardo se viu obrigado a repensar os números de sua ousada operação.

Uma vez praticadas as novas taxas, reduzir-se-iam sensivelmente as expectativas de ganho, caso fossem mantidos para o público atacadista os valores pensados preliminarmente. A alternativa, então, era aumentar os preços. A orientação foi passada a Maurício, a quem cabia o ônus de anunciar aos possíveis compradores. Apenas ao sugerir essa possibilidade, este viu os primeiros clientes inclinarem-se para outros importadores, os quais podiam praticar preços mais competitivos. Muitos, entre estes últimos, tinham mercadorias encomendadas desde um período anterior às mudanças nas taxas de importação. Assim, eram capazes de apresentar o melhor custo-benefício para a aquisição de mercadorias similares. E era cada vez mais freqüente o número de jovens empreendedores, ambiciosos e desejosos de autonomizarem-se, atentos às oportunidades criadas pela Lei de Convertibilidade.

O que eu entendia do que me era relatado é que 14 anos antes se pôs em curso uma progressiva ampliação do mercado de consumo. No caso que eu analiso, de refrigerantes, biscoitos e batatas fritas. Esta se dava em torno a estratégias que resultavam não só ameaçadoras para a chamada produção nacional, como também entre os estratos diferenciados de importadores. Era um “salve-se quem puder” sem precedentes, que tinha repercussões mercadológicas das mais variáveis e que mais tarde,

nos anos 2001 e 2002, viria a ser um dos ingredientes de uma séria crise econômica e política, com sérios desdobramentos institucionais para o país cisplatino.

Em setembro de 1992, porém, essa ainda não fosse era uma realidade palpável. Apesar disso, Maurício teve que enfrentar as inconvenientes e inesperadas anulações de pedidos. Houve demora na liberação de mercadorias por parte da Aduana e, diante da progressiva chegada das férias de fim de ano, vários atacadistas não mantiveram suas expectativas em torno a mercadorias que não lhes eram entregues. Afinal, era preciso vender, aproveitar as oportunidades que chegavam com os últimos meses do ano. Diante de tais circunstâncias, Ricardo decidiu abrir novas frentes. O cunhado deveria buscar novas redes de clientes nos bairros do centro e zona norte da cidade. Hector, por sua vez, fora encarregado de vender a *kioscos* e comércios do chamado *microcentro*.

Segundo meu interlocutor, durante quatro meses – de setembro a dezembro de 1992 – ele passou a oferecer as mercadorias para *kioscos* e *maxikioskos* do *microcentro* de Buenos Aires, enquanto Lucas, o cunhado, se ocupava da cadeia de super e mini mercados. Maurício não sustentou por muito tempo sua posição de gerente de vendas. Era preciso conter gastos e ele fora dispensado por Ricardo tão logo chegara a mercadoria, em meados de outubro. Diante da inexistência de tal articulador, a função de visitar e conhecer outros estabelecimentos comerciais que pudessem adquirir as mercadorias importadas passou a ser dividida entre Hector, Ricardo e Lucas. Supermercados, armazéns, atacadistas de alimentos, vinotecas, atacadistas de doces, cadeias de postos de gasolina, nada escapava à abordagem do trio. Era tudo ou nada. Neste exercício, as localidades mais buscadas eram os bairros Constitución, Once e Retiro, onde estão situados os cinco principais terminais de trem da cidade, mas também onde se concentra a maioria dos negócios atacadistas de Buenos Aires.

Em suas peregrinações, Hector se deparou com uma rede diversificada de estabelecimentos comerciais que, sistematicamente, exigiam quantidades mínimas de entrega, não arcavam com frete e negociavam maiores prazos e diversos meios de pagamento. Por outro lado, para regatear os preços, buscando aumentar sua margem de lucro, os atacadistas e demais comerciantes costumavam apor variados *defeitos* nos produtos. Reclamavam, inicialmente, do tamanho das caixas onde estavam acondicionadas as unidades a serem consumidas, o que causava problemas de

armazenamento. Sobre os produtos em si, diziam que embora fossem bons enquanto novidade, o desconhecimento do público não assegurava a satisfação por si. Assim, era arriscado comprar grandes quantidades. Também diziam que as embalagens dos produtos estavam escritas em inglês, o que dificultava a compreensão de seus conteúdos. Os sabores, em determinadas circunstâncias, se compunham de combinações distintas daquelas preferidas pelo público local. Para alguns negociantes, o preço parecia caro para a mesma quantidade de um produto equivalente de origem nacional. Por outro lado, como os produtos alimentícios têm data de validade, o fator tempo era uma variável a mais nessas negociações. Esta infinidade de questionamentos obrigara Hector a desdobrar-se para sustentar, tanto quanto possível, o preço inicialmente planejado por Ricardo. E as dificuldades para isso o levaram à conclusão que o primeiro lote de importados havia sido vendido rapidamente por ser novidade; o segundo não era novidade e, portanto, detinha menor competitividade do ponto de vista comercial.

O resultado de tudo isso foi que a estratégia de Ricardo não fora exitosa. E essa era uma razão mais para retomar as discussões que tanto importunaram as festas de fim de ano em sua familia judia. Ricardo, na verdade, parecia ter definido o fim da sociedade com Lucas – possivelmente, um bode expiatório - e falava na possibilidade de migração para outro país, preferencialmente Estados Unidos. Como era jovem, graduado, com fluência em outras línguas, acreditava que podia buscar um emprego e voltar a tentar reunir capital para poder investir em novos negócios em um país mais "próspero, estável, previsível e com regras claras". A alternativa, então, era liquidar a mercadoria existente e partir para outra.

"A questão não se tratava mais ganhar, mas recuperar o máximo do que fora investido", sintetizou Héctor. "Por outro lado, deter os gastos com a manutenção da empresa", prosseguiu. A tarefa, porém, não era fácil. Meu interlocutor lembrava a experiência já acumulada de oferecer as mercadorias a um sem-número de comerciantes, que as rechaçavam por diferentes motivos, muitas vezes sem nem escutar os preços. Em plenas férias, com a cidade esvaziada, e com a data de validade das mercadorias por vencer, as possibilidades de clientela eram das mais escassas.

A emergência dos *buscas* num cenário decadente

Foi aí que Ricardo, como que em tom de pilhéria, teria dito "Por que não procura os

buscas, os que vendem *cubanito*[204] na 9 de Julio? Por aí, pode ser que a alguns interesse". Semanas antes o dono da firma, também em tom de piada, teria mencionado essa possibilidade. É que àquela altura, topar com vendedores nas ruas, nos ônibus, metrôs e trens já tinha se tornado uma constante. Inclusive, tornara-se já um assunto para os meios de comunicação da época. Era uma gente que vendia de tudo: agulhas, pentes, revistas, cartilhas para crianças, chocolates, *alfajores*, entre uma multiplicidade de produtos que eram oferecidos às pessoas enquanto elas se deslocavam pela cidade. Para Hector era mesmo parte da paisagem, tal qual um cego que ele recordava vender balas sob um túnel na estação de trem de Lanús, no conurbano bonaerense, do qual comprava quando se deslocava entre sua casa e a escola. No fundo, porém, Hector não acreditava que a quantidade de mercadorias que tinham na empresa pudesse ser escoada por aqueles vendedores.

Foi justamente nesse período onde a venda ambulante começou a crescer significativamente, que Jorgito teria trocado as ruas pelo posto de encarregado em uma loja no bairro Once. Conforme esse último me disse, ele fora cliente daquela loja durante muitos anos, até que o dono o convidou para tomar conta de sua loja. Com o aquecimento do mercado, ele estava por montar um novo negócio em sociedade no bairro Constitución. A proposta não chegava a ser tentadora em termos de salários, ainda que fosse mais do que ganhava como ambulante. Mas havia a vantagem de se ver livre da necessidade de volta e meia ter que fazer um *arreglo* com a Polícia. Por outro lado, havia a possibilidade de fazer poupança e, quem sabe, montar seu próprio negócio. Como veremos, isso acabou se verificando e os acontecimentos envolvendo Héctor tiveram muito a ver com isso. Particularmente aqueles que se relacionam à conclusão da venda dos contêineres, o que se deu após um período de intensas negociações.

Até aqui exploro o relato de Hector para mostrar como se estruturava o mercado de uma maneira geral. Quais as lógicas imanentes a eles, considerando a presença do Estado como um indexador de obrigações tarifárias, as possíveis divisões de tarefas entre os atores em seus estabelecimentos, entre outros aspectos. Ao mesmo tempo, que valores sociais são fundamentalmente compartilhados pelos atores, em suas estratégias de se

204 Cubanito é um doce caseiro argentino, feito com uma massa folhada, na forma de um cone, que é recheado com doce de leite. É semelhante ao popular canudo que é vendido no Rio de Janeiro. Um interlocutor meu nos trens da Central, Rivaldo, os fazia em casa e os recheava com doce de côco.

vincularem a esses espaços. Não apenas aceder ao mundo do trabalho, mas adquirir responsabilidade para com instituições futuras, como uma família. Daí a necessidade de autonomização frente a lógicas engendradas por um *outro*, que pode ser um pai ou mesmo um negócio de configuração mais ampla, familiar. Bem demonstrada na metáfora de *tornar-se homem*, com correspondentes diacríticos materiais, como a aquisição de uma casa, um carro ou outro, dependendo dos interesses e trajetórias dos atores. Mas também são importantes os diacríticos simbólicos, como a vinculação com uma instituição universitária, que agrega não só conhecimento, mas fundamentalmente *distinção* àqueles que a frenqüentam ou concluem seus cursos.

A seguir, seguirei explorando o relato de Hector, para tentar demonstrar como estes valores podem circular por outros segmentos desse mercado, onde a divisão social do trabalho se fragmenta em níveis ainda mais básicos. Também me interessa remarcar como as etiquetas comerciais se remontam no desenvolvimento de determinadas técnicas comerciais, onde não só se buscam vantagens e lucros, mas fundamentalmente classificar os atores sociais envolvidos em tais processos.

Três conteineres para *queimar*

Recorrer aos *buscas* como sugerira Ricardo pareceu a Hector, como me disse, um ato de desespero. Pouco a pouco, porém, essa possibilidade passou a ser considerada menos absurda. Mas não foi um processo fácil. Inicialmente, ele se punha a olhar de longe e ver aquele mundo de gente com bolsas e geladeiras de isopor se locomovendo a cada interrupção de trânsito. Da mesma forma, no interior dos ônibus e metrôs era possível ver sempre alguém vendendo alguma na cidade. Foi aí que deu-se conta que aquelas mercadorias deveriam vir de algum lugar. E que, talvez, pudesse seguí-los e identificar os provedores. Com esses, talvez, fosse possível fazer negócio. Foi assim que, conversando com um ou outro ambulante, como também seguindo-os em seus movimentos de reposição de suas mercadorias, chegou ao bairro Constitución. As dificuldades estavam apenas começando, mas Hector não tinha muito a perder em arriscar-se numa peregrinação por aquela zona. Na verdade, ele poderia perder muito se não o tentasse.

Ele havia recorrido vários estabelecimentos comerciais em um dia. Lembrava-se claramente desta experiência, inclusive o que tinham conversado nessas ocasiões em

que o chamado *menemismo*[205] dominava o cenário político-econômico. Em uma primeira abordagem, entrou em um negócio atacadista localizado na rua O'Brien. Eu conheci esse lugar. Era uma loja de seis metros de frente e 3 de fundo. Tinha um enorme balcão logo à frente. Atrás dele, se abria um corredor no qual trabalhavam os atendentes, os quais se detinham entre três paredes que sustentavam estantes repletas de caixas de doces, de todas as cores e tamanhos. Uma pequena porta interrompia a parede central, dando acesso aos fundos. Possivelmente para uma sala como àquela que descrevi em relação à loja de Jorgito. Estruturalmente, era a mesma loja que Hector conhecera em 1993, quando tentou ali negociar suas mercadorias.

A primeira negociação

Naquela ocasião, há 14 anos, já estava localizada na extremidade do balcão a caixa registradora, sendo que era uma senhora que a operava enquanto conversava com um homem. Este último, segundo Héctor, tinha uns 30 anos, cabelos negros e curtos, vestia sapatos, jeans e camisa de manga curta ensacada. Tamanho detalhamento, pensei eu, só podia ter a ver com seu treinamento no curso de Antropologia. Ou talvez ele fosse um sujeito realmente chegado a observar detalhes, o que me pareceu surpreendente retê-los por tanto tempo. Hector teria se aproximado e perguntado se podia conversar com o dono da loja. A mulher indagou de volta do que se tratava e ele disse-lhe que era importador de refrigerante em lata, tendo um produto novo para oferecer. Hector representava para mim a mulher trocando olhares furtivos com o homem à sua frente, ao mesmo tempo que informava que o dono não estava e que podia falar diretamente com ela. Pôs-se a tirar as latinhas que tinha para mostrar e colocou sob o balcão. Enquanto falava com a mulher, o homem acercou-se e passou a olhar as latinhas uma por uma, por vários ângulos.

Enquanto este ouvia, analisava o produto, até que deteve a exposição e perguntou se já havia sido vendido algum lote dele para alguém em Constitución. "Não", respondeu Hector. Depois de um tempo analisando o produto, o homem perguntou quanto custava. "Quarenta e cinco centavos, mais IVA[206]", respondeu-lhe Héctor. O homem perguntou se a mercadoria tinha fatura de importação, seu prazo de validade, e uma série de outras perguntas para buscar algum ponto onde pudesse pechinchar o preço. Como não

205 Relativo ao governo de Carlos Saul Menem.

206 Imposto de Valor Agregado, cobrado pelo governo federal argentino.

encontrou margem de manobra para negociação, propôs a meu amigo, que lhe aceitasse um cheque ou lhe concedesse um prazo de 30 dias para pagamento para uma quantidade experimental de 50 caixas de refrigerantes. Caso fosse boa a aceitação no mercado, ele poderia comprar mais. Hector não aceitou a proposta, alegando que tinha instruções de vender somente com pagamento à vista. Afinal, era apenas um representante do dono do negócio. O homem, por fim, comentou que igualmente falaria com o dono daquele estabelecimento e no dia seguinte voltariam a se falar. Parecia não haver dúvida que ele era um encarregado tendo, portanto, autonomia limitada para definir as negociações. Mas, como todo encarregado, ele queria montar sua própria rede de clientes para, quem sabe, autonomizar-se mais adiante.

A segunda negociação

Em um segundo negócio atacadista, que abordou momentos depois, foi recebido por um homem de uns cinquenta anos, mais ou menos. Vestia jeans, tinha a camisa de botão aberta, e ostentava anéis e cordões de ouro. Chamava-se Hugo. Seu negócio era uma espécie de mini-mercado atacadista; uma loja grande, com gôndolas repletas de mercadorias de diferentes tipos: doces, balas, pirulitos, refrigerantes, biscoitos, *alfajores*, e até alguns gêneros alimentícios. Assim, atendia aos kioskos da região, como também a *buscas* e até clientes eventuais que procuravam atender demandas varejistas. Hector apresentou-se como representante de uma importadora e mostrou as mercadorias que tinha. Perguntou ao homem se ele era o dono, recebendo um "sim" como resposta.

Uma vez apresentado à mercadoria, o homem tomou as latas em suas mãos e se pôs a olhar. Perguntou o preço, recebendo de Hector a mesma resposta dada ao negociante anterior. Hugo voltou a olhar o material. Eram refrigerantes das marcas Coca-Cola e Fanta Laranja, Lima-Limão e uma nova marca de soda. Cada caixa tinha 24 latinhas e cada latinha saía a $0,45, mais imposto de 21%. O homem pôs-se a fazer conta: "São $0,55 o preço final por latinha, multiplicado por 24. Assim, cada caixa me sai a $13,20". Hector concordou. "Qual a quantidade mínima?", perguntou o dono da loja. "Cinquenta", especulou Hector, que disse não haver pensado nisso até então. "São $ 660 pesos", concluiu o homem.

Uma vez feitas as contas, Hugo especulou sobre a forma de pagamento, recebendo de Hector a resposta de que só havia entrega de mercadoria mediante o pagamento em

dinheiro. Esta foi refutada sob a alegação que não havia manipulação de dinheiro na loja, por se tratar de um bairro perigoso. “Trabalho com cheque. Se lhe dou um cheque de 30 dias não pode aceitar?”, teria perguntado Hugo, recebendo um não como resposta. O homem, então, pôs-se a dizer que tinha crédito, que era dono de outros negócios no bairro Once e que tinha aberto aquela loja recentemente. Tratava-se, então, do dono do negócio no qual Jorgito trabalhava em Once. Reclamou que, inicialmente, ele e seu sócio tinham confiado em um encarregado que acabou por desviar mercadorias e dinheiro e montado uma loja concorrente nas imediações. Todas as alegações e lamúrias de Hugo não teriam sido suficientes, porém, para que Hector abrisse mão das orientações de Ricardo. Ainda assim, ficou de consultar esse último e, mais adiante, faria contato. Assim, deixou mais aquele negócio em O’Brien e seguiu caminhando, dobrando a esquina e, por fim, chegando a Lima. Foi parar, assim, na loja de Alonso. A mesma loja que anos mais tarde seria adquirida por Jorgito.

A terceira negociação

Alonso era loiro e tinha, em 1993, aproximadamente a mesma idade de Hector. Segundo este último recordava, ele vestia jeans e um casaco verde, tipo militar. Era despojado e simpático. Tão logo foi apresentado às mercadorias que Hector tinha para vender, se pôs a analisar as latas, atento não só ao formato, mas também às informações nelas contidas. A mercadoria estava para vencer em dois meses, o que era um problema. “Qual o preço?”, perguntou, recebendo a mesma resposta que os negociantes anteriores. Buscou uma calculadora e pôs-se a fazer contas. Hector antecipou-se: “São $13,20 cada caixa com 24 latinhas”. Alonso seguiu sua conta, em voz alta “$0,45 mais imposto de 21% finalizam $0,545 cada uma. A caixa dá $13,08”. Em seguida, abandonando a máquina e rindo-se disse: “Quer me roubar 0,12 centavos por caixa?”. Ainda que a título de brincadeira, a afirmação de Alonso deixou Hector desconcertado. Havia confiado na conta do vendedor anterior. Refez os cálculos em sua própria calculadora e constatou que Alonso estava certo. Para um total de, aproximadamente, 10.000 caixas a diferença correspondia a US$ 1.200 dólares. Ele pediu desculpas.

Pensei que uma das coisas que mais tivesse importunado a Hector fora passar por desonesto. Ao perguntar-lhe, ele me disse que esse não era absolutamente o problema. Mas a de revelar-se um negociante incauto, despreparado para lidar com as regras daquele mundo tão hostil. Com o passar do tempo ele percebia que se tratava de um

sério desafio a sobrevivência naquele ambiente, já dominado por lógicas e técnicas de venda distintas daquelas que ele conhecia do comércio de insumos de informática, destinados a outro tipo de clientela. Mas ele ainda não tinha tido a exata noção do quanto parecera despreparado.

Preparando a *trampa*

O dono da loja pediu a Hector que saísse um minuto e aguardasse na calçada em frente. Ele consultaria as três pessoas que trabalhavam com ele, antes de se decidir. Possivelmente eram seus sócios minoritários ou apenas seus empregados. Hector não soube precisar. De qualquer forma, excetuando a Coca-Cola, os demais produtos eram de sabores desconhecidos do público. A conversa - especulo em função de minhas observações daquela dinâmica de negócios em Constitución – pode ter envolvido a consulta sobre as impressões de cada um dos parceiros de Alonso acerca do possível comportamento da clientela. Quem sabe? O fato é que passado algum tempo, Hector foi chamado de volta para dar prosseguimento às negociações.

Alonso pediu que ele passasse para o lado interno, além do balcão de atendimento. Na pequena sala dos fundos[207] perguntou se os sabores eram apenas aqueles quatro, recebendo "sim" como resposta e que, além disso, havia mais laranja e lima-limão do que coca-cola e soda. O homem teria pensado uns segundos e dito algo como "dependendo do que seja, posso comprar tudo o que tem". Hector surpreendeu-se: "As 10.000 caixas?". Alonso confirmou, perguntando qual o preço que ele poderia fazer por toda a mercadoria.

Ele não queria que o produto fosse revendido a outros negócios por um preço menor. Isso poderia acontecer, como disse a Hector, à medida que fosse se escasseando o produto e, ao mesmo tempo, aproximando-se a data de vencimento. "Eu sei que posso vender tudo em um mês", teria dito. O perigo seria, então, a mercadoria ser vendida a alguém que, para cobrir um cheque ou pagar uma fatura por vencer, acabaria por vender a mercadoria a um preço final menor do que aquele que Alonso pensava praticar. Isso poderia afetar sua credibilidade frente aos clientes. "Podem te chamar de ladrão", teria dito. Como em Aleppo, tratava-se de manter a confiança e credibilidade enquanto

207 A mesma que aludi ser utilizada por Jorgito, em 2007, na condução dessa loja atacadista.

diacríticos da reputação que se pode angariar no mundo dos negócios (Rabo, op. cit).

Alonso perguntou se Hector havia oferecido para mais alguém nas imediações de Constitución. “A Hugo, aqui perto”, respondeu Hector. “Esse é uma ratazana”, teria dito rispidamente Alonso. “Não tem dinheiro e busca calçar-se. Não trabalha com *buscas* e, portanto, não pode vender quantidade”. Alonso, como Hector viria descobrir mais tarde, era ninguém menos que o tal encarregado a quem Hugo fizera referências igualmente maldosas anteriormente. Mundo pequeno. Mas o preço, segundo Hector, era o mesmo para todos com quem havia se contactado. O outro negociante afirmou que uma vez que um comerciante compra uma mercadoria, não interessa muito o preço que paga, mas o preço que vende. Teria dito que “a mercadoria é dele e faz com ela o que quiser”.

Segundo lembrava Hector, a certa altura Alonso olhara para ele e dissera que não queria o mesmo preço dos demais. Ele queria “o melhor preço”, teria dito sacando do interior de um armário uma caixa cheia de dinheiro. “Por que eu tenho dinheiro vivo e posso pagar”. Apontando para a clientela que entrava e saía da loja, seguiu dizendo que aqueles eram *buscas* e ele vendia para todos da região. Também vendia a *puesteros*, revendedores e *kioskeros* das proximidades, mas eram os ambulantes que demandavam a maior parte da oferta que tinham. “São eles que vendem”.

Nesse ponto da conversa, Alonso passou a discutir o que ele considerava “o melhor preço”. E uma vez mais, para os efeitos desse cálculo, o *busca* era uma variável a se considerar. Segundo Hector, o atacadista teria dito que o justo para os *buscas* era comprar a mercadoria e vendê-la pelo dobro do preço. Era assim que eles trabalhavam, por que eram muitos e levava, cada um, pouca quantidade. Caso não fosse para vender pelo dobro não trabalhavam ou buscavam outra coisa para fazer, senão pouco compensava. Na época, uma lata de refrigerante nas mãos de um ambulante custava $1. Hector perguntou-lhe se isso queria dizer que ele teria que vendê-la a $0,50 cada latinha. Alonso, lançando mão de sua máquina de calcular, disse que não. Que esse era o preço dele para o *busca*, portanto, ele teria que adquirir cada latinha a $0,40, para obter um lucro de 20%, que era o que esperava ganhar. Por fim, o atacadista pediu exclusividade por uma semana e pediu uma pequena quantidade como teste: “100 caixas de laranja e 100 de lima-limão”. Os *buscas* é que diriam se o produto era bom ou não, de acordo com a aceitação de seu público. Hector queria consultar Ricardo e por isso

não fecharam negócio naquele mesmo instante.

O escasso tempo que dispunham obrigou Ricardo a concordar com a estratégia de Hector, mas calculou uma contraproposta que envolvesse perdas que pudessem ser mitigadas em função de operações financeiras a serem feitas posteriormente. Aplicação em poupança, mercado de capitais, ou mesmo um golpe de sorte na aquisição de mercadorias para venda a preços competitivos. Assim, cada latinha poderia ser vendida a Alonso por $0,425. E foi sob esse valor que este concordou em fazer uma primeira aquisição de 200 caixas de refrigerantes. Segundo Hector, em uma semana o estoque foi vendido, fazendo com que no final de semana seguinte Alonso se decidisse por adquirir mais 800 caixas. Era pouco, considerando que havia mais 9.000 caixas. E ainda restavam as de batata fritas e de biscoitos, mas muitas haviam sido vendidas em função de terem preços mais acessíveis. Também o prazo de validade era maior, possibilitando estender as negociações. O problema eram os refrigerantes, cuja data limite estava por expirar. Isso obrigou Hector a buscar nova clientela. O que não lhe foi tão mal.

Negócios em Liniers

Como Alonso solicitara mais uma semana de provas, agora com mais 800 caixas, eles acordaram que novas vendas só poderiam ser feitas com outros negócios de atacado em bairros distintos a Constitución. As alternativas estavam, principalmente, nas localidades de Once e Liniers. Na primeira estava Hugo e seu sócio, em um negócio cujo encarregado era Jorgito. Seria uma alternativa, mas nada assegurava que eles não revendessem a mercadoria em seu estabelecimento ao sul da cidade. Isso poderia ser interpretado como uma ruptura com o combinado por parte de Alonso, causando a desistência de aquisição do restante das mercadorias. Pensando assim, Hector decidiu-se por buscar outra zona. Em Retiro não havia atacadistas. Sua decisão foi por internar-se mais à oeste.

Seu destino então foi o bairro de Liniers, conhecido como *La Frontera*, em virtude de fazer divisa entre a cidade e o conurbano bonaerense a oeste. Este era provido de uma significativa rede comercial atacadista de distintas mercadorias. Particularmente de bebidas, doces, biscoitos, refrigerantes, entre outras que constituem o chamado *comércio de golosinas*. Nesta localidade, depois de realizar peregrinação de negócio em negócio, semelhante àquela que realizou em Constituição, Hector acabou encontrando o

negócio de Manolo. Este era um comerciante de origem galega, com o qual, enfim, pode fazer negócio. Mais do que isso, ele teve acesso a informações que lhe permitiram interar-se de como se estruturava a rede naquele ramo comercial.

Hector - e a essa altura, segundo me disse, seu corpo parecia dispensar a necessidade de um raciocínio prévio - ofereceu os quatro tipos de refrigerantes que carregava em sua já tradicional bolsinha. Tão logo o homem mirou as quatro latinhas de alumínio, esboçou um sorriso, como se descobrira algo. "Ah!, agora vejo do que *eles* tanto falam", teria exclamado. Surpreso, Hector perguntou o que Manolo queria dizer. Este disse que havia alguns dias um determinado grupo de ambulantes havia procurado seu negócio em busca dos *novos* refrigerantes que estavam sendo vendidos desde Constitución. A procura tinha que ver com o fato de ser novidade refrigerante em latas de alumínio. O problema é que o preço para o ambulante não estava compensando muito. Manolo até então não tinha visto tais refrigerantes. Hector explicou que ele era representante exclusivo do importador que, por isso, era o único que tinha o produto. Isso não era absolutamente verdade, uma vez que outros importadores já haviam tido acesso à fonte de importação. O problema é que as remessas pedidas ainda estavam a caminho. Era preciso liquidar a mercadoria de Ricardo e rápido.

Hector achou estranha a assertiva de que os ambulantes, particularmente os *buscas*, tenham achado excessivos os preços praticados em Constitución. Foi aí que Manolo revelou para ele que o preço cobrado por Juan era de $0,55 por latinha. Assim, o lucro obtido em cada venda pelo mesmo remontava a quase 30%. Ou seja, 10% mais do que Alonso dissera ser sua expectativa de lucro, argumento central para que tenha se empenhado a convencer Ricardo a arcar com parte um significativo prejuízo frente as suas expectativas iniciais. "*Cagou* a mim e a Ric", disse-me ele rindo-se. Indaguei-lhe se não lhe parecera algo desonesto. "Não. É assim!", contestou-me com convicção. "E por isso depois eu tive que *cagar* a ele também".

Dando o troco

Cagar a alguém, nesse contexto, equivale a *passar a perna* ou, como também se diz no Rio, *passar para trás*. Era o que Alonso havia feito com Hector e Ricardo, ao negociar um preço de compra das mercadorias vendidas pelos mesmos, atrelando-o à compra de venda para os ambulantes. Hector dizia que tinha ficado bastante chateado, mas que

logo entendeu em suas conversas com Manolo que essa era uma dinâmica muito comum naquele ramo de negócios. Tratava-se de trampas, de pequenas seduções e armadilhas, onde a meta era ganhar o máximo possível em função da inabilidade de um negociador. A conta que havia sido feita por Hugo, o segundo negociante com quem conversou, não se tratava de um engano, mas do que Hector qualificou de "generosidade tramposa". Ao arredondar a conta, ele esperava que Hector quisesse ganhar a diferença confiando que ele, Hugo, é que teria sido inábil. Na verdade, meu amigo é que *baixara a guarda* ao não levar a sério a advertência do negociante que, uma vez de posse de uma mercadoria faz com ela o que quiser. Assim, fazia necessário para Hector provar a Manolo que não era um *tonto* e partir para a réplica.

A operação entre Hector e Manolo foi parecida com aquela feita com Alonso. Cada latinha de refrigerante a $0,425. Mas o acordado entre eles é que o valor para os ambulantes deveria ser de $0,50. O que foi feito por Manolo, que comprou já para a primeira remessa uma quantidade de mercadorias superior a mil caixas. Muito maior que àquela encomendada pelo atacadista de Constitución. O resultado foi que tão logo os ambulantes que compravam em Liniers tomaram conhecimento da existência e preço da mercadoria vendida por Hector, a notícia circulou como rastilho de pólvora naqueles circuitos de compra e venda.

Ao longo de uma semana, multiplicou a quantidade de ambulantes em Liniers, muitos dos quais costumavam comprar em Constitución. Foi tão grande a movimentação na loja de Manolo que este teve que pedir mais mercadorias a Hector. Por outro lado, o movimento na loja de Alonso caiu e este se viu obrigado a baixar os preços, passando a praticar os valores combinados anteriormente, na tentativa de reaver seus clientes. Em um mês, segundo Hector, cerca de 13.000 caixas de refrigerantes, batatas fritas e biscoitos foram vendidas, para contentamento de Ricardo. A fatura estava liquidada.

O fato é que o *galego* de Liniers comprou mais de dois terços de toda a mercadoria de Hector. Este, por sua vez, diante da manipulação de Alonso, sentiu-se liberado para fazer negócios com outros atacadistas em Constitución, inclusive Hugo que decidira levar Jorgito para atuar em sua loja ao sul da cidade. Com isso, Alonso perdeu a exclusividade sobre o produto naquela região; ao mesmo tempo, se falava a boca pequena a negociação *tramposa* que este havia feito com Hector. Mal dizer os

concorrentes também é uma forma de estabelecer competição. Meses mais tarde ele se enfraqueceria a tal ponto que teria que vender a loja. Definitivamente, não tinha boa reputação (Rabo, op.cit). Ela seria comprada por Hugo em companhia de um novo sócio: Jorgito, que àquela altura já teria conseguido não só poupar uma determinada quantidade de recursos mas, principalmente, dispunha de uma importante rede de clientes. Foi só uma questão de tempo para autonomizar-se e, dessa forma, tornar-se um nome importante entre os negociantes do bairro.

Uma racionalidade *busca*

Esse conjunto de acontecimentos, por fim, revelou a Hector como se coordenavam as lógicas naquele mercado e, mais do que isso, revelou como elas se conjugam.

> *"Aí é que começo a entender qual é o tema dos* buscas*. É certo que eles querem vender metade por metade, mas também podem vender por outro preço. E isso já me tinha advertido Ricardo. O problema é que o valor final [da latinha de refrigerante] tinha que ser um peso. Afinal, aí está a conta do atacadista. E qual é a conta do* busca*? 'Com a coca em geral, ganho $0,40; com a pepsi, ganho $0,43. É quase o mesmo. Com essa nova ganho $0,45, mas se eu posso ganhar cinco centavos mais, trabalho menos para ganhar o mesmo em menor tempo. E aí já está!"*[208]

Assim, na visão de Hector, a conta que faz o *busca* é distinta daquela que faz, por exemplo, o atacadista ou o *kioskero*. Tratava-se de uma outra visão, uma outra perspectiva, que atuava concorrentemente para fazer as mercadorias circularem e, desde aí, fazer funcionar aquele mercado. Visão esta que Jorgito, muito embora tivesse partilhado da convivência de outros *buscas*, poderia valorar como preguiça, desinteresse pelo trabalho, irresponsabilidade para com o futuro, entre outras possibilidades. Para meu amigo, porém, tratava-se de uma outra atitude frente à vida, como aquela que tinha

208 Entrevista gravada.

seu pai, que também fora, como me disse, um *busca*. Um compromisso em ganhar-se cada dia, de pouco a pouco. Não um gosto pela incerteza, mas por reafirmar a certeza diária de que se pode, sempre, alcançar o suficiente para bem estar, de acordo com seus próprios parâmetros. Muito semelhante, por sinal, a outras racionalidades econômicas (Sahlins, op. cit; Godelier, op. cit) como, por exemplo, aquela que Kant de Lima (1999) interpretou existir entre pescadores artesanais no Rio de Janeiro.

Os relatos de Hector, aliados às minhas próprias observações dos processos negociais em Constitución, me possibilitaram compreender as variáveis presentes nos possíveis encontros entre distintos sujeitos que faziam funcionar aquele mercado. Pelo que pude entender, a forma de fazer negócios não havia se alterado ao longo de uma década. Em sua tentativa por introduzir no ciclo de negócios suas mercadorias, Hector percorreu lojas, conhecendo negociantes distintos. Nestas operações foi possível captar pelo menos três formas diferentes de se representar e estilos distintos de negociação. Nos processos negociais descritos, distinguem-se as apresentações pessoais, as posses de negócios, diacríticos materiais a ornamentar os corpos e, particularmente, recursos monetários como variáveis acionadas em torno às táticas negociais. Estas, ao mesmo tempo que embalavam os interesses de lucro em torno a um negócio de venda e revenda de produtos, veiculavam valores sobre aqueles sujeitos, seus pertencimentos, seus status no cenário compartilhado e visões de mundo.

Mas talvez não seja demasiado chamar a atenção para a centralidade do *busca* no cenário. Personagem despretencioso, marginal mesmo em função de determinadas construções, era ele o *dono da bola* em lugares como Constitución, Once e Liniers. Não por acaso os donos dos estabelecimentos tinham estratégias para permitir que esse circuito funcionasse de maneira intermitente. A não concessão de crédito, por exemplo, era compensada pelo exercício de preços baixos e negociáveis em função das quantidades compradas. Mas também era absolutamente central a manutenção do sistema de *arreglos* com a polícia, para que os estabelecimentos não fossem controlados em relação à procedência dos produtos. Afinal, em alguns casos havia também *arreglos* com os funcionários da Alfândega, na tentativa de mitigar os custos excessivos com impostos. Da mesma forma, se pagava para que não se coibisse o trânsito de vendedores pelas localidades de comércio de atacado, tão logo os produtos eram adquiridos. Eram custos aceitáveis, diante das decisões tomadas em executar as vendas e, dessa forma,

manter em funcionamento os estabelecimentos, fazendo circular as mercadorias e, dessa forma, as estratégias familiares, as reputações e prestígios dos negociantes, entre outros elementos constituintes daquele mercado.

Circulação de valores semelhantes eu pude atestar nas semanas que pude acompanhar o cotidiano do negócio atacadista comandado por Jorgito, em Constitución. No entanto, há particularidades na forma como meu interlocutor conduzia seu negócio que apontam para possibilidades de exercícios cognitivos bastante ricos, do ponto de vista das maneiras como no mercado se podem construir trajetórias, modificando postulados, mas também reafirmando convicções.

De volta à loja de Jorgito

O que me pareceu relevante ao longo das semanas em que compareci ao negócio de Jorgito é que seu gerenciamento era feito com observância a duas regras fundamentais: o dono tinha que estar sempre presente, acompanhando as operações de venda, e as mercadorias deveriam ser entregues somente mediante o pagamento em dinheiro. Caso Jorgito tivesse que se ausentar para algum compromisso, seu filho mais velho era o encarregado de conduzir o gerenciamento, o que significava basicamente gerir o caixa. Compras com fornecedores, como Hector, eram decisão exclusiva de Jorgito. Caso não estivesse, que os interessados em vender mercadorias ao atacadista passassem em outro momento ou esperassem. Não estava autorizado, sob nenhuma hipótese, vendas à crédito para quem quer que fosse.

Como referi, acorriam à sua loja comerciantes de diferentes tipos: donos de armazéns, *kioskos, maxikioskos*, mini-mercados entre outros estabelecimentos, e, principalmente, *puestereos, fijos* e *buscas*. Assim como existiam estabelecimentos de diferentes tipos, em função do tamanho dos mesmos, ou da área da cidade em que estavam instalados, igualmente existiam ambulantes de diferentes envergaduras. O que é significativo, porém, é que em função dessas distinções se podiam operar reconhecimentos desses diferentes status. Uma das maneiras de se verificar isso se dava através da observação das negociações que tinham diferentes localidades em torno ao negócio de Jorgito: o balcão de vendas, o interior da loja ou a calçada em frente.

O balcão de vendas era o ponto de recepção de todos os interessados em adquirir ou

fornecer mercadorias. Fossem conhecidos ou não, o primeiro contato era sempre ali, onde não havia mais que 6 m^2 de espaço para se transitar. Um fornecedor contumaz, em geral, não demorava mais que cinco minutos para tomar o pedido e combinar a entrega. Às vezes, quando os preços se alteravam essa conversa poderia durar um pouco mais, pois poderia levar à reformulação das quantidades demandadas ao dono da loja. Já um comprador, via de regra, apresentava sua solicitação de mercadorias e quantidades, certificando-se ao final da apresentação de sua lista, se os preços continuavam sendo aqueles observados na vez anterior. A dinâmica dos negócios, em termos dos valores materiais e contábeis, era essa. O que podia alterar, porém, eram as conversas em função de uma maior ou menor proximidade pessoal de Jorgito para com aqueles que adentravam seu negócio.

Como já mencionei os atendimentos eram feitos, via de regra, pelos dois filhos de Jorgito – Acevedo e Rolando – e os dois funcionários. Salvo, evidentemente, os fornecedores, que negociavam diretamente com o dono da loja. Havia, porém, situações onde Jorgito atendia diretamente um cliente, particularmente os donos de armazéns e *kioskos*. Os *buscas*, em geral, não eram atendidos diretamente pelo comerciante. Havia em Jorgito uma espécie de evitação ao contato com esses últimos. Mas havia, evidentemente, aqueles para com os quais tinha apreço e, nesses casos, como mínimo, saudava-os quando estes se dirigiam à caixa registradora e aí se detinha um pouco mais para perguntar como andavam as coisas nos negócios e na família.

Assim, o balcão não era lugar para negociações de crédito a possíveis compradores. Seja um *busca* ou dono de algum estabelecimento comercial. Muito embora isso fosse tentado por vários compradores, particularmente os mais antigos. Como demonstrei mais acima, o usual era que fosse vendida a mercadoria na quantidade que o dinheiro existente alcançava para comprar. No entanto, para determinados buscas, era possível sugerir a aquisição de mercadorias outras, por preços diferenciados.

Por exemplo, um *busca* que costumasse vender biscoitos de uma determinada marca, e que quisesse comprar uma caixa da mercadoria por um preço mais baixo, poderia ser convencido a adquirir maior quantidade de uma outra, similar. Esa possibilidade era oferecida em função da quantidade de mercadoria no estoque da loja, confrontado com a data de validade da mesma. No entanto, essa possibilidade não era dada a qualquer um,

mas a determinados *buscas* que Jorgito entendia partilhar de algum compromisso com o trabalho.

Em geral, Jorgito caracterizava um *busca* como um tipo avesso ao trabalho. Para ele, se tratava de pessoas que viviam de acordo com uma lógica imprevidente. Saiam de suas casas com o propósito único de dobrar o capital investido em uma compra, no menor prazo de tempo possível. "Eu sei por que vivi aí", costumava dizer. Isso significava, por exemplo, que um *busca* começava o dia vendendo biscoitos, balas, doces, refrigerantes, ou o que fosse, pelo dobro do preço que pagavam pela aquisição. Assim, se tivessem comprado $ 20 pesos em mercadoria, a meta era chegar a $ 40 pesos. Feito isso, retornavam às suas casas, ou para o bairro. Poderiam reservar os $ 20 pesos para o dia seguinte e gastar o excedente. Caso fossem casados, podiam destinar algum dinheiro para a mulher comprar uma *milanesa* ou fazer um *puchero*[209]. O restante dos recursos seriam gastos com os amigos, tomando cerveja ou consumindo outra sorte de coisas. Os solteiros, segundo ele, gastariam diretamente todo o dinheiro e, muitas vezes, ficariam mesmo sem recursos para adquirir novas mercadorias e voltar para as ruas. Isso, normalmente, gerava pedido de empréstimo a terceiros, os quais nem sempre eram honrados no devido tempo.

Jorgito, assim, parecia dirigir a esse público, que constituía parte de sua clientela, um juízo particular sobre os valores que pareciam estruturar suas vidas. Elementos e conceitos que se opunham àqueles que estruturavam sua visão de mundo e que podiam ser sintetizados em uma palavra: trabalho. E o que seria trabalho para Jorgito? Na minha maneira de perceber, tinha que ver com a disposição em manejar seu trajeto de vida, intrincando os esforços de produção e reprodução da vida material em um mosaico de dimensões onde variáveis como espaço e tempo eram pontos que coordenavam as possibilidades de trânsito social. Em outras palavras, o comparecimento diário a um mesmo local, por um horário prolongado, construindo uma previsibilidade de sua localização no tempo e no espaço. Contrariamente, um *busca* era potencialmente um ser errático, incógnito em termos fisicos – pois nunca se sabia ao certo onde comercializava suas coisas – mas também em termos sociais. Estava sempre à margem, conseqüência da inaptidão para o trabalho e inclinação para escolhas equivocadas.

209 Uma espécie de cozido que é feito com legumes e carnes de segunda linha.

Resgato, assim, o momento com o qual abro esse capítulo, no qual o jovem *busca* relembra a Acevedo, de forma tranqüila, mas firme, qual o lugar que pessoas como ele ocupam naquela rede de relações. Relações tensas, onde se sistematizam conjuntos de interdependências inexoráveis, numa intrincada rede na qual se entremeiam quantidades de mercadorias, oscilação de preços, valores morais, fazendo com que representações e performances detenham a capacidade de marcar distanciamentos sociais. No entanto, não possibilitam um grau de alienação onde as identidades vividas nessas tramas, e nesses dramas, sejam borradas em função de uma perspectiva moral específica.

Lembro-me de uma outra tarde, quando um outro *busca* era igualmente atendido por um dos filhos de Jorgito. Aparentava uns 30 anos, embora só tivesse 23, como me disse em conversa dias depois, na calçada. Comprava uma quantidade considerável de mercadorias, o que obrigava a Rolando organizar e amarrar vários conjuntos de caixas. Jorgito o olhava de longe, queixo ligeiramente inclinado para a frente, como se olhasse através de óculos imaginários. Ficou um bom tempo fazendo isso, até que o rapaz perguntou o que olhava. Dirigindo-se para mim, disse que não tinha dúvida que era capaz de vender aquilo tudo no dia seguinte ou até naquele dia mesmo. O problema, segundo Jorgito, é que ele ia gastar boa parte do seu lucro com cocaína, fazendo com que nunca deixasse de se dirigir à sua loja na condição de um busca e não de um *kioskero*, por exemplo.

Meu interlocutor era implacável em suas análises. Para ele, desejos e divertimentos tinham momentos certos. Citou, por exemplo, que suas férias eram muito curtas, e sempre aconteciam acompanhando os momentos em que a cidade se esvaziava em função das férias de fim de ano, quando muita gente ia para a costa, ou em meados de julho. Nessas ocasiões, agarrava a família e ia por alguns dias a localidades como Mar del Plata, Villa Gesel ou, no período de inverno, Bariloche. Também conhecera localidades no Brasil, como Camboriú, Búzios e mesmo o Rio de Janeiro que, segundo ele, não pode conhecer muito, pois o tema da insegurança o obrigou a andar na van do hotel ou em táxi. E tudo isso tinha que ver com os ingressos obtidos com o trabalho em sua loja. Algo inconcebível nos tempos em que era *busca*, onde eram escassos os recursos. Período, porém, que não cedeu às “falsas ilusões” e aos vícios.

Um exemplo mais pode contribuir para demonstrar o quanto Jorgito era crítico dos comportamentos possíveis para com esse segmento de sua clientela. Um homem que tinha um ponto fixo em frente à estação de Retiro era um cliente contumaz. Tinha aproximadamente 50 anos e pelo menos duas vezes na semana ia até a loja para repor mercadorias. Este trabalhava com sua mulher e inúmeras vezes o encontrei em frente ao Terminal Mitre. Era, segundo o negociante san juanino, um *fijo* que sabia ganhar dinheiro. Seu lucro líquido, diariamente, seria algo em torno de 500 pesos. Uma quantia considerável, à época, se tomarmos como referência o valor da cesta básica de alimentos, divulgada pelo governo argentino para aquele período: 850 pesos por mês. No entanto, o homem tinha um incorrigível vício pelo jogo, o que fazia com que perdesse, diariamente, somas e somas em um cassino que estava situado em um barco, nos arredores do bairro La Boca. Com isso, o homem jamais ascendia de sua condição de vendedor das mercadorias que adquiria na loja de Jorgito, sendo prisioneiro, por um lado, dos *arreglos* com os funcionários da prefeitura e da polícia e, por outro, das roletas do chamado *casino flotante*.

Em função de histórias como essa, Jorgito tinha um certo "pé atrás" quando o assunto era *busca* ou vendedor ambulante em geral, como demonstrou logo no primeiro momento em que nos conhecemos. Parecia-lhe inconcebível que um pesquisador de uma universidade brasileira tivesse interesse em um universo tão problemático, segundo seu ponto de vista. A mesma atitude, no entanto, não tinha com relação aos donos de estabelecimentos com quem igualmente negociava. E isso fazia com que os demais espaços da loja tivessem uma outra configuração, em termos materiais e simbólicos.

O interior da loja

Um outro espaço para negociações era o interior da loja. Mais especificamente na pequena sala de Jorgito, nos fundos da mesma. Era lá onde tinha uma pequena mesa, com duas cadeiras e um telefone. Também tinha um arquivo com fichas dos clientes, onde constavam endereços e mercadorias mais requisitadas. Neste espaço, também exíguo, eram recepcionados novos fornecedores e compradores mais antigos, particularmente donos de armazéns e mini-mercados da região. Neste lugar se discutiam valores para novos produtos, redefinição de preços das mercadorias, quantidades, promoções e particularidades acerca dos bens comercializáveis, entre outros aspectos relacionados às operações de compra e venda que se davam ali. Mas também se falava

de questões relacionadas à política, à economia, às famílias, à cidade e ao bairro de Constitución.

O espaço da calçada e a invisibilidade do *arreglo*

A calçada em frente à loja se constituía em um espaço também importante para discutir aspectos análogos à compra e venda das mercadorias, como também para a manutenção dos negócios. Sobretudo no que se relacionava ao atendimento de *kioskeros* e donos de pequenos armazéns, muitas vezes ávidos por novidades rentáveis. Essa localidade era destinada também ao pagamento dos *arreglos* que eram pagos pelos comerciantes da zona. Geralmente, um outro comerciante ia até a porta da loja com um policial e coletava o valor que cabia à loja de Jorgito. Estes recursos eram recolhidos, de acordo com os discursos, como contribuição dos comerciantes para o melhor funcionamento da *comisaria* da zona. Na prática, porém, funcionava para que a Polícia deixasse a mercadoria escoar de Constitución até outra parte da cidade.

Pode-se pensar que neste expediente está embutida a lógica de dissimulação de relações corruptas com a polícia. No entanto, no discurso daqueles comerciantes pagar a Polícia para deixar os negócios fluírem não configurava corrupção, mais ou menos como ocorria com os comerciantes em Allepo (Rabo, op. cit). Era antes um complexo ajuste de contas. Este pode ser resumido da seguinte forma: os políticos, estes sim corruptos, não possibilitam recursos para a segurança pública. A sociedade civil organizada pode e deve contribuir para que se melhore a infraestrutura das *comisarias*, visando o bem comum. Para que a sociedade possa contribuir é preciso que esta ganhe o dinheiro que, além de pagar impostos, ajuda com a infraestrutura. Para que se ganhe dinheiro, é necessário deixar os negócios fluírem. O fluxo dos negócios é o que garante dinheiro para que se possa contribuir para o controle da criminalidade.

O curioso é que para que os negócios possam fluir, é preciso *arreglar* para que as mercadorias deixem Constitución com os *buscas* e ambulantes. Caso a polícia, posteriormente, os reprima, retirando-os de circulação, isso é outro problema. Inclusive, há mesmo aqueles comerciantes que esperam que isso seja feito, pois acreditam que entre ambulantes há aqueles que competem deslealmente, explorando mão de obra para arruinar com *kioskeros*, minimercadistas, entre outros. Acredita-se também que pode haver ambulantes chegados a grandes transgressões, particularmente imigrantes. O que

ocorria, porém, na época de minha pesquisa, é que a polícia também *arreglava* com ambulantes e *buscas*. Caso estes não pagassem, podiam ser detidos por até dez horas, como vimos.

O público e o privado na loja de Jorgito

A entrada da loja de Jorgito era um lugar que podia ser considerado discreto por que, geralmente, havia uma grande mobilização de caixas e embalagens, que eram embarcadas da loja de Jorgito para o porta-malas de carros, para o baú de pequenos furgões ou caminhões, triciclos, entre outras formas de locomoção utilizadas pelos clientes. Mas havia situações em que Jorgito se prostrava para observar o movimento e conversar com um cliente. Nessas conversas, em algumas ocasiões, se negociavam os preços de algum produto em função da quantidade pedida. Eram raras as situações em que era concedido algum crédito, mas podia acontecer, dependendo do tempo que se conheciam e a credibilidade do cliente frente a Jorgito. Tratava-se de uma decisão exclusiva do titular da loja e tomada em contextos que não podiam, de forma nenhuma, tornar-se *pública*, ou seja, reverberar para o pequeno espaço à frente do balcão.

A partir das negociações comerciais na loja de Jorgito se podia perceber a veiculação de estratégias de negócio, para as quais correspondiam diferentes táticas no interrelacionamento com clientes e fornecedores. No interior da loja, particularmente no espaço à frente do balcão, a circulação de palavras, gestos, como também a imposição dos insistentes silêncios, eram capazes de veicular as representações do dono da loja - conhecidas de seus funcionários e de parte dos clientes - acerca da estratificação da clientela que buscava o atendimento de suas demandas por mercadorias naquela loja. Em outras palavras, isso resultava no compartilhamento de determinados códigos que atualizavam a valoração – a princípio, por Jorgito - destes muitos sujeitos que se dedicavam, em diferentes formas, ao comércio de biscoitos, doces, balas, bebidas, entre outros produtos ali comercializados. A promoção de distintas formas de tratamento comercial nestes distintos espaços, por parte do dono da loja, se dava em função não só de uma amizade ou conhecimento mais longevo, mas fundamentalmente em relação ao tipo de estabelecimento que o interlocutor representava.

Esta prática, por fim, alterava lógicas supostamente naturalizadas como, por exemplo, as configurações entre o que podia ser considerado espaço público e privado. O interior

da loja tinha uma maior dimensão pública, onde se tornavam conhecidos e praticados os códigos – sociais ou não - que orientavam as transações. Em algumas situações, porém, o espaço da rua, protegido pelo ruído dos ônibus e automóveis que passavam intermitentemente, podia transformar-se em ambiente de privacidade, ainda que episodicamente. Nele a particularização das regras poderia ser exercitada por Jorgito, não comprometendo a manutenção de sua estratégia comercial.

Em meu trabalho de campo na loja de Jorgito, não fiz contatos que viessem a permitir minha inserção entre os ambulantes ou *buscas*. Isso eu só consegui fazer utilizando uma outra rede. No entanto, me foi possível acompanhar bastante a relação entre o dono da loja e os mais variados clientes que buscavam prover-se de mercadorias para seus negócios. Nestas observações, me foi possível conhecer o temperamento do comerciante e parte de sua percepção sobre as coisas. E se a forma como a loja se dividia permitia vislumbrar alguns aspectos dessa percepção, da mesma forma analisar as técnicas de gerenciamento podia revelar não apenas lógicas imanentes à sua visão de mundo, mas mesmo alguns dos valores que circulavam naquele meio como um todo.

O valor que o dinheiro tem

Como frisei anteriormente, Jorgito mantinha-se muito atento à caixa registradora de sua loja. Na maior parte do tempo, era ele quem a manipulava. Mas havia situações em que seus filhos ou mesmo um funcionário se punham a receber os valores, como também providenciavam o troco para valores pagos a maior, em função do preço das mercadorias. Todas essas operações com dinheiro eram supervisionadas atentamente por ele, que também controlava os estoques, cuidava do fluxo de pedidos dos estabelecimentos, negociava com fornecedores, entre outras atividades que tinham que ver direta ou indiretamente com o desembolso de recursos financeiros. Logo, eram de sua responsabilidade as orientações de como se devia atuar com a manipulação daquilo que era o principal objetivo em torno das trocas que se produziam naquele estabelecimento.

Uma das orientações de Jorgito era que a caixa registradora fosse mantida fechada todo o tempo, com as notas de pesos arrumados. Ao longo do dia ele ia recolhendo os valores e guardando no fundo da loja, até que por volta das três da tarde pudesse ser depositado. Havia dias em que, dependendo do movimento, ele dispensava o depósito. Nesse caso,

as somas eram reunidas e levadas para sua casa. Como é regra na maioria dos estabelecimentos comerciais, não se deixava dinheiro no interior da loja de um dia para o outro.

O dinheiro era arrumado na caixa registradora de maneira que as notas ficassem separadas por valor. Igualmente, essa é a forma de se arrumar o dinheiro na maioria dos estabelecimentos comerciais, assim como nos bancos. Assim, as notas de $ 2, $ 5, $ 10, $ 20, $ 50 e $ 100 pesos eram arrumadas em pilhas e acondicionadas no interior da caixa registradora. Com o passar do dia as notas de $ 10, $ 20 e $ 50 pesos podiam ser combinadas formando montes no valor de $ 100 pesos. As de $ 100 eram empilhadas e caso somassem quinhentos ou mil pesos eram retiradas da caixa registradora. As que ficavam maior parte do tempo soltas nos estribos correspondentes eram as notas de $ 2 e de $ 5 reunidas, as quais, junto com as moedas, tinham maior circulação em virtude de serem bastante requisitadas como troco. Contudo, havia uma lógica para arrumação dessas e outras notas que chamou minha atenção.

Na medida em que as notas iam sendo entregues, Jorgito ou outra pessoa que operava a caixa registradora observava se a nota não era falsa e, em seguida, em lugar de depositá-la diretamente sobre a pilha já arrumada, buscava arrumá-la como se estivesse embaralhando cartas. Na verdade, o que se buscava fazer era colocar em ordem decrescente de qualidade. Dessa forma, as notas mais gastas e usadas ficam por cima e as notas mais novas por baixo. Acevedo me disse uma vez que dessa forma o dinheiro rasgado, amassado, sujo ou rabiscado era posto em circulação, evitando problemas de recusa para possíveis pagamentos de fatura ou quaisquer outros que tivessem que ser feitos na loja.

Esse era o modus operandi de todos os donos de estabelecimentos. A orientação em geral era que o *dinheiro velho* era pra ser posto rapidamente em circulação. Dessa forma, os donos de mercados, supermercados, *kioskos*, cafés, entre outros estabelecimentos buscavam, tanto quanto possível, repassar rapidamente para o público usuário esses bilhetes indesejados. Nem falar das chamadas notas falsas, que eram

odiadas e que podiam significar prejuízo certo para um funcionário mais incauto que as recebesse. Aquelas notas que sobrassem em mau estado poderiam ser depositadas no final do dia e, dessa maneira, seriam substituídas pelo banco quando fossem retiradas posteriormente.

Da mesma forma, os transeuntes que compravam com ambulantes e buscas, caso tivessem uma dessas notas indesejadas, sobretudo as de 2 e 5 pesos, passavam-na sem cerimônia. Era possível que um *kiosko*, mercearia, locutório ou qualquer outro estabelecimento criasse caso com uma nota amassada ou rasgada. Um ambulante ou *busca* dificilmente o fazia, pois ele tinha seus canais de troca: os atacadistas que queriam mais era vender e caso não conseguissem passar esses bilhetes adiante, sempre podiam depositar no banco e terem seu dinheiro assim *renovado*. Mas o dinheiro que chegava amassado, sujo, rabiscado ou mesmo rasgado era qualificado como *dinheiro de mendigo* ou *dinheiro de busca*.

Analisando esse movimento até aqui, me pareceu que, para além do valor monetário que poderia ter determinada nota, no curso diário havia algumas que tinham mais valor que outras. Em função das interlocuções dos comerciantes, dos vínculos que queriam manter ou da forma como gostariam de se representar, a utilização de *dinheiro velho* ou *novo* fazia certa diferença. Lembro-me que o pagamento das faturas de determinadas aquisições feitas por Jorgito junto a fornecedores, como Hector, eram feitas com maços de dinheiro previamente reservado, cujas notas eram majoritariamente de $ 20, $ 50 e $ 100. Quando não tinham sido retiradas do banco, eram cuidadosamente escolhidas entre as notas recolhidas ao longo de um ou dois dias. Diferentemente, o dinheiro que Jorgito reservava para pagamento dos policiais era constituído de muitas notas em más condições, além de terem majoritariamente notas de $ 5 e $ 10, ainda que as somas a serem repassadas estivessem entre $ 100 e $ 200. Assim, ainda que se repassasse uma significativa soma de dinheiro para um pagamento indesejado – mas inexorável, dentro da lógica de funcionamento dos negócios em Constitución – se procurava informar um certo *perfil baixo* em termos das vendas realizadas no estabelecimento.

O resultado de toda essa operação, de forma resumida, é que pelo menos na loja de Jorgito o dinheiro que era aplicado para o pagamento do *arreglo* dos policiais era o *dinheiro de busca*. Para mim, parecia que a operação que Jorgito desenvolvia buscava utilizar o dinheiro e seus sinais exteriores como símbolo para rechaçar em um só movimento duas identidades que ele considerava poluidoras – o *busca* e o policial. Fazendo-os circular em uma esfera externa à sua vida, bem representada pela calçada em frente à sua loja, lugar de subversão das regras e das representações que ele cultivava em sua identidade enquanto comerciante que experimentara certo sucesso, se comparado com o início de sua trajetória. Diferentemente, mas de acordo com a mesma lógica, o *dinheiro dos kioskos* era utilizado para pagar certos fornecedores, como também o era o *dinheiro do banco*. No entanto, esse último, constituído em sua maioria de notas novas e semi-novas, era utilizado não só para saldar compromissos com fornecedores, como também com os gastos cotidianos da família de Jorgito: universidades, prestações, crediários, entre outros. O *dinheiro do banco*, assim, transformava-se em *dinheiro da família*.

Estas relações podem ser pensadas, guardadas as devidas proporções, em relação àquelas observadas por Hutchinson (1993) entre os Nuer, em um período compreendido entre 1930 e 1983. A antropóloga analisa, baseada em outras etnografias, assim como em seu trabalho de campo, os processos de vinculação dos Nuer à chamada economia de mercado, particularmente a partir do final da década de 1940 com a introdução das feiras de gados, nas quais passaram a se utilizar moedas de origem britânica[210]. Processos estes onde, gradativamente, o dinheiro passou a fazer parte dos processos de troca, mas sem assumir definitivamente a capacidade de "estender e diversificar a interdependência humana, ao mesmo tempo que excluir todo o pessoal e específico" (Simmel APUD Hutchinson, 1999: 122).

Nos contextos analisados pela autora, o *dinheiro britânico* passou a ser resignificado de acordo com a lógica Nuer. Em outras palavras, passou a ser contraposto ao gado, que era o que tinha valor transcendental para aquele povo nilota; afinal, era através da

210 Segundo Hutchinson, até meados da década de 1960 os Nuer não aceitavam fazer suas transações em papel moeda. Isso tinha que ver, por um lado, pela percepção Nuer de que o metal seria dotado de maior materialidade. Por outro lado, "a vida ordinária" Nuer fazia com que não se pudesse guardar as notas com segurança, pois podiam queimar-se, voar com o vento, ser comido por formigas ou dissolvidas pelas chuvas. Ver Hutchinson (1999)

acumulação de rebanhos que homens e mulheres construíam suas relações e manifestavam seus desejos em possuí-lo. Esse processo foi sistematizado em três períodos distintos, tendo como síntese a percepção de que gado e dinheiro nunca chegaram a ser bens totalmente intercambiáveis. Ainda que essas formas de intercâmbio tenham adquirido, com o passar do tempo, maior dinamismo, em função da forma como tais processos foram outorgando distintos valores ao gado, ao dinheiro e à relação entre estes. O dinheiro, nestes contextos, não era um objeto que podia ser utilizado universalmente para o intercâmbio e o gado, por sua vez, nem sempre podia ser alienável. Fazia-se necessário, portanto, estar atento às distintas categorias de riqueza: o *gado das mulheres*, o *gado do trabalho*, o *dinheiro do trabalho*, o *dinheiro do gado* e o *dinheiro de merda*[211]. Em outras palavras, à maneira como os Nuer concebiam a idéia de dinheiro ou, melhor, como concebiam as relações sociais e os valores que circulavam nas transações que envolviam o dinheiro.

Eu acredito que é possível pensar que também Jorgito tinha uma forma de utilizar o dinheiro que, ainda que não fosse calcado em uma lógica socialmente instituída, não deixava de reverberar acúmulos e conhecimentos para mais além de suas concepções individuais. Como disse, não é de todo um equívoco pensar na possibilidade de que utilizar o *dinheiro de busca* para meu interlocutor podia ter, como lógica, a conjuração das identidades *busca* e policial. Todavia, considerando a hipótese para esse último caso, penso se Jorgito não acionava um pouco de seu passado de *busca* onde, avesso à *coima*, buscava tanto quanto possível resguardar seu *dinheiro novo* ou *dinheiro bom* para essa utilização. Tal qual observado por Hutchinson entre os Nuer, parece que também em Constitución nem todo o dinheiro era para ser utilizado em todas as transações. Pelo menos em um caso havia distintos dinheiros para diferentes trocas.

Algumas considerações

A loja de Jorgito, bem sei, era muito particular. E isso tinha que ver com sua origem social, sua história, que envolvia um passado como *busca* e a superação dessa identidade pela de um comerciante que assumiu os valores da classe média portenha.

211 Era assim classificado pelos Nuer o dinheiro ganho por aquelees que viviam de lavar as latrinas de determinados estabelecimentos e moradias. Não podia ser utilizada para a compra de gado ou, no caso dos homens, para compra do dote de uma noiva. Era *dinheiro de merda*, de forte potencial poluidor, sendo utilizado especificamente para o consumo de bebidas, segundo Hutchinson.

Movimento esse que ele dizia ser compensador do ponto de vista financeiro, mas que significava também, como dizia, "a escravidão do dono pelo seu negócio". Para Jorgito, sua vida tinha mudado muito nos últimos anos e as pessoas só viam alguns aspectos disso: o carro importado que usava, as casas dele e de seus filhos, suas carreiras universitárias, entre outras coisas. No entanto, sua vida também havia mudado em termos da liberdade[212]. Ele se via como um homem aprisionado entre aquelas quatro paredes, atento ao movimento de cada moeda, cada nota, cada mercadoria, em prol do progresso da família.

Caso eu tivesse feito trabalho de campo em outros estabelecimentos em Constitución, provavelmente teria tido a possibilidade de visualizar outras formas de processar os negócios, combinando de maneiras diferenciadas aspectos comuns, como o tratamento aos clientes, o uso dos espaços da loja, entre outros elementos. Mas aquilo que mais me chamou a atenção em relação à circulação de determinados valores que eu identifiquei como sendo próprios a uma certa classe média portenha, foi possível de ser observado, não só na loja de Jorgito, ou outros comércios, mas em variados contextos da vida em Buenos Aires: a conquista de uma vida melhor mediante o trabalho; o compartilhamento de metas e objetivos em família; a formação escolar, particularmente universitária, como forma de engajamento a valores sociais mais amplos; a casa própria – logo, a propriedade - como base de inserção do indivíduo na sociedade, entre outros. Em outras palavras, a opção por uma vida calcada em requisitos que dotassem os percursos de algum grau de previsibilidade, ainda que combinados com o gosto por certos riscos.

Coincidentemente ao encarregado de um pequeno negócio em 1993, que vê em um novo produto a possibilidade de alçar vôo próprio, eu tive a oportunidade de acompanhar negociações de encarregados com Jorgito, na calçada da rua Lima com conteúdo parecido. Da mesma forma, negociantes atentos às oportunidades de tirar vantagens frente a um representante mais incauto, como aqueles oriundos de Once, eu pude perceber nas conversas de Hector pelo conurbano. Da mesma forma, não faltaram

212 Em 2009, quando retornei à cidade de Buenos Aires por três meses, tomei conhecimento por Hector que Jorgito estava freqüentando, havia algum tempo, sessões de psicanálise. Segundo a percepção de meu amigo, que era íntimo de Jorgito, isso se dava em função de suas dificuldades em assumir definitivamente as mudanças de base identitária, produzidas nos últimos quinze anos de sua vida.

oportunidades de visualizar um jovem empreendedor, possivelmente filho ou neto de imigrante, lutando por cada centavo a mais que pudesse, talvez, significar uma certa autonomia. Exatamente como buscavam aqueles jovens descritos por Hector, naquela Buenos Aires dos tempos da convertibilidade[213], começando por ele próprio.

Nesse fluxo no qual discursos, contas, dólares, pesos e centavos iam e vinham, me parecia que a partir da loja de Jorgito as pessoas - ele, particularmente - se apresentavam e se representavam, fazendo circular mercadorias e, com elas, seus valores. O conjunto de situações vividas em seu estabelecimento, a audiência das histórias contadas por Hector, entre outras situações, me permitiram conhecer as formas com que se organizava aquele negócio, em particular, mas também transcender para um entendimento sobre a forma como se organizam e se relacionam os distintos estabelecimentos responsáveis pela circulação de mercadorias, do atacado ao varejo. E, mais intensamente, que valores podem circular juntamente com as mercadorias, a partir das distintas perspectivas que possuem os sujeitos responsáveis pelo mundo dos negócios em lugares como Constitución.

Essa compreensão aportou importantes elementos para que minhas incursões no universo do comércio ambulante adquirissem, gradativamente, novos olhares e desenvolvessem novas perguntas. O desafio era buscar encarar definitivamente meu objeto: a relação entre os agentes de controle e o comércio ambulante nos trens de Buenos Aires. Após circunscrever minha pesquisa à região de Constitución, era imperativo, de acordo com meus interesses, que eu buscasse me introduzir nos ambientes que se podiam alcançar a partir de seu terminal de trens. Este, por sua vez, ligava o extremo sul da capital federal às cidades que constituíam o sul do conurbano, como também à capital da província, La Plata. A exploração da conexão entre a capital e o conurbano passou a ser uma busca inevitável. Um reconhecimento que empreendi com dificuldade, em função das limitações de tempo, por não conhecer as pessoas e, por um certo tempo, pelo já referido manejo sofrível da língua espanhola. Este último

213 É interessante observar que a conta feita por Hugo, que fora reproduzida por Hector, e corrigida por Alonso, significava tão somente que uma diferença de $0,132 por caixa, para um total de 10.000 caixas, eram $1.320, o que equivalia a 1.320 dólares na época relatada. Infiro que a formação e a percepção de Alonso, distinta da do outro negociante, poderia ter haver com uma melhor formação educacional ou mesmo sua criação em uma família de comerciantes de longa data, como era Ricardo por exemplo, onde a atenção a cada detalhe significa possibilidade de poupança e, por conseguinte, maior efetividade na concretização dos resultados planejados.

aspecto, porém, foi contornado em função do trabalho de campo, no qual me submetia aos relacionamentos pertencentes aos contextos nos quais me inseri. Relacionamentos estes que, no curso dos acontecimentos, mostraram-se generosos e esclarecedores sobre as maneiras de agir e pensar que podiam presidir o cotidiano daquelas pessoas, no desenvolvimento de seus interesses e estratégias de vida. No próximo capítulo me dedicarei, portanto, a descrever de forma sintética esta experiência, tendo como parâmetro os problemas e dados que construíra anteriormente, a partir do trabalho de campo que desenvolvi na minha própria sociedade.

Capítulo V

Caminhos de Ferro que levam ao coração

Buenos Aires não é só o nome da capital federal argentina, mas também da maior província daquele país. São dois espaços instituídos política e juridicamente de formas distintas, como também se constituem enquanto duas regiões culturalmente diferentes. Entre elas, porém, há um *continuum* que une a Cidade à província, constituindo a região metropolitana, a chamada *Gran Buenos Aires*. E esta região pode ser entendida se tomamos a capital federal argentina como referência e partimos do eixo de seus transportes ferroviários. É, sobretudo, através dele que se integra a cidade ao conurbano e vice-versa. No movimento das pessoas, entre uma região e outra, me foi possível conceber o compartilhamento de propósitos que davam sentido àquele ir e vir. Sentidos que estruturam e se estruturam nas cidades as quais compõem aquela região onde vivem cerca de 13 milhões de pessoas.

Até aqui, venho descrevendo a cidade portenha de distintas maneiras. Mas falta enfatizar a forma que me pareceu mais fortemente contrastiva com relação ao Rio de Janeiro: a maneira como Buenos Aires, em seu conjunto de ruas e avenidas, se faz interromper por uma estação, uma passagem de nível ou por viadutos que suspendem trilhos sobre uma rua. Refiro-me a interrupção por que, por um lado, as linhas férreas impõem descontinuidades às ruas e avenidas, obrigando muitas vezes as pessoas, sejam pedestres ou motoristas, a aguardarem a passagem das composições para seguirem seus cursos. Por outro lado, por que o serviço de trens ferroviários, ainda que privatizado, é representação do poder nacional e não da cidade ou da provincia. Para os propósitos dessa tese, no que se relaciona ao entendimento das formas de estruturação do comércio ambulante nos trens, esse é um dado relevante, como espero demonstrar a seguir.

O *conurbano*, por sua vez, pode ser descrito como constituído de cidades - ou *partidos* - que têm algumas características em comum. Começando pela existência de um ponto

referencial, uma praça, em volta da qual se localizam a *Intendencia*[214], a *Camara de Consejales*[215], uma igreja e uma escola. A partir desse ponto se dispersam as casas, as lojas, os supermercados, as verdurerias, açougues, entre tantos outros estabelecimentos que preenchem as quadrículas planas que caracterizam a Grande Buenos Aires. As estações de trens, próximas às referidas praças, são responsáveis pela circulação de dezenas de milhares de pessoas, entre estas localidades e a capital. Um movimento que, como referi, é responsável por levar aos domínios do distrito federal cerca de 2 milhões de pessoas cotidianamente. Movimento este que se faz sentir nas primeiras horas da manhã e que no final da tarde tem seu refluxo, fazendo escoar pelas cidades as pessoas, que trazem consigo idéias, modas, mercadorias e os sonhos que circulam desde a cidade onde está o Porto, o aeroporto e a rodoviária que ligam *todo mundo* ao mundo e *o mundo* à Buenos Aires e adjacências.

As linhas de trens estão espalhadas pelo norte, sul e oeste da cidade e do conurbano. Uma vastidão de terras, estações e trilhos tal que não me foi possível conhecer mais que 40% de todo o sistema. Em minha breve estadia em Buenos Aires, porém, eu optei por conhecê-lo significativamente ao sul. Partindo dos arredores de Constitución, me esmerei por entender como se operavam os negócios desde uma loja de atacados ali localizada. Da mesma forma, foi a partir do terminal de trens daquele bairro que pude complementar minhas percepções sobre os valores que circulavam naquele *mercado* no qual, a exemplo do que percebi no Rio de Janeiro, introjetava-se para além da *metrópole* através das linhas férreas. Dessa forma, contribuíam decisivamente para o movimento das mercadorias e das vidas que se organizavam para fazê-las circular. Buscando comparar com relações análogas àquelas que observei nos trens da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, interessa-me neste capítulo discutir aspectos concernentes à estruturação dos respectivos processos negociais e ampliar minha compreensão sobre uma categoria que chamou minha atenção em Buenos Aires, em distintas situações sociais, e que já venho mencionando ao longo deste texto: o *arreglo*.

Na maior parte dos meses que vivi em Buenos Aires, ao acercar-me do sistema ferroviário dediquei-me a acompanhar também um outro conflito, além daqueles que pude observar focalizando a venda ambulante. O mesmo era protagonizado por usuários

214 Instituição similar à Prefeitura, no Brasil.

215 Instituição similar à Câmara de Vereadores, no Brasil.

de trens, que se organizavam em agrupamentos de passageiros. Estes reclamavam por melhores serviços junto às empresas concessionárias e ao governo federal argentino, conforme esclarecerei mais adiante. Havia um número significativo de tais agrupamentos, que organizavam pessoas de quase toda a Grande Buenos Aires, a partir de diferentes concepções. Algumas resultavam das táticas de atuação de partidos políticos, buscando novas temáticas e adeptos para fazerem fluir suas visões sobre o processo político mais geral, na Argentina. Outros expressavam as táticas de grupos de bairros que, na luta por criar novos postos de trabalho para desempregados, reclamavam melhorias no sistema ferroviário que abrissem a possibilidade de criação de vagas. Outros ainda, expressavam nada mais do que o descontentamento particular de uma ou duas pessoas. No tocante àqueles conflitos, e aos agrupamentos que os tornavam visíveis, as motivações atendiam a diferentes perspectivas e expectativas.

O que julgo relevante destacar é que no acompanhamento destes grupos eu tive acesso aos ambientes privados de pessoas que os constituíam. Assim, de forma mais próxima, com repetidos encontros para tratar de tais conflitos, me foi possível tomar contato com outras dimensões do cotidiano delas e familiarizar-me com suas representações sobre diversificados temas e assuntos. Representações essas que seriam contrastadas com a de outros grupos sociais com os quais tive contato em Buenos Aires, como também com aquelas que podem informar visões de mundo presentes em minha própria sociedade.

Os agrupamentos de passageiros de trens

Em minha experiência, foram os integrantes de dois agrupamentos que se mostraram mais receptivos à minha interlocução. Estes chamavam-se *Pasajeros del Roca*, que reunia moradores ao sul do conurbano bonarense, e *Desesperados del Sarmiento*, localizados a oeste da cidade e da Província de Buenos Aires. Este último era parte da estratégia do chamado *Movimento Humanista* de fazer chegar a um grande público, através de veículos midiáticos, suas propostas e apelos políticos que se baseavam em uma perspectiva *não-violenta para resolução de conflitos*[216]. Foram os primeiros a me receberem e saberem de meus propósitos de pesquisa. Desde então me apoiaram incondicionalmente, tornando-se interlocutores importantes no eixo oeste da chamada Grande Buenos Aires, partindo do bairro portenho de Caballito. Já o grupo *Pasajeros*

216 O Movimento Humanista foi fundado por Mario Luis Rodriguez Cobos, mais conhecido como Silo. Sobre o movimento humanista ver www.movimentohumanista.org

del Roca era constituído por um significativo número de pessoas e, em função de meus interesses de pesquisa, foi com estas que estabeleci uma mais prolongada interlocução, me valendo não só de conversas presenciais, mas também de todo um conjunto de recursos tecnológicos que me fez estar muito presente no cotidiano daquele agrupamento. E foram muitas as razões para isso. Em primeiro lugar, pelas características do sistema ferroviário ao sul, que era flagrantemente o mais precarizado; em segundo lugar, por originar-se em Constitución e, dessa forma, concorrer para que eu pudesse ter acesso a ambulantes ao sul da província. Um outro aspecto relevante era que o grupo se representava enquanto *apartidário*, o que me ajudava a controlar minhas pré-noções sobre essa ou aquela doutrina política. O importante, porém, é que as interlocuções com ambos agrupamentos iniciaram-se em função de meu interesse por conhecer o ambiente ferroviário.

Passageiros de trem em mobilização na Plaza de Mayo – 20/9/2007

Com o tempo, diante de minhas dificuldades em contatar ambulantes, passou a ser encarado por mim enquanto um canal de acesso a eles. Esta abordagem contribuiu para que minhas problemáticas iniciais experimentassem reformulações significativas, causando efeitos em meu trabalho de campo. No acompanhamento destes agrupamentos, como também nos contatos posteriores com camelôs nos trens e outros atores, fui apresentado às cidades circunvizinhas à capital e que, com ela, formam a Grande Buenos Aires. Logo, neste capítulo buscarei também descrever parte de minhas percepções acerca dessas interações, mas mantendo o foco nas atividades ambulantes no interior do sistema ferroviário.

De Buenos Aires ao Conurbano – agrupamentos e reclamações

Pelo Terminal de Constitución circulavam aproximadamente, na época de minha pesquisa, 500 mil pessoas por dia[217]. Contingente próximo àquele que cotidianamente circulava pela estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro[218]. No dia a dia, vagando pelo bairro, eu alternava minhas observações, ora naquele terminal, ora nas ruas adjacentes a ele, como também acompanhava os negócios na loja de Jorgito. Era um período no qual havia obras em Plaza Constitución, em frente à estação, como também eram freqüentes as operações conjuntas entre a *Fiscalia Contravencional*, o governo da cidade e a polícia federal, na tentativa de controlar o fluxo da venda ambulante. Conseqüentemente, minha percepção era que aquele público experimentava um período no qual suas demandas de consumo, que eram atendidas em parte pelo comércio ambulante, sofriam restrições em função da diminuição de *puestos* e *fijos*.

Era factível que muito do que podiam consumir durante seus translados entre o conurbano e a cidade de Buenos Aires fosse atendido no interior dos trens. Mas, como veremos, o comércio ambulante nas composições era apenas parte do mercado que se podia instalar a partir do terminal Constitución, o *Roca*. Ainda que eu tenha circulado por toda a cidade e o conurbano, em seus eixos norte, oeste e sul, foi no sistema ferroviário que atendia esta última por onde mais circulei em meu trabalho de campo. Logo, minha perspectiva está informada prioritariamente pelas conversas, observações e dados construídos a partir dos acompanhamentos que fiz dos movimentos e transações comerciais nas dezenas de estações e composições ferroviárias do sistema, como também nas interações com as pessoas nas localidades servidas por aquele eixo ferroviário.

As linhas de trem

Em Buenos Aires, além de Constitución, havia outros cinco terminais de trens pelos quais circulavam cerca de 1 milhão e meio de pessoas todos os dias[219]. Cada uma das 6

217 Segundo dados da Comision Nacional de Regulacion de los Transportes de Argentina.

218 Segundo dados da empresa concessionária, os trens da Central do Brasil transportam em média 450 mil pessoas por dia. Cf www.supervia.com.br.

219 No total são 6 linhas que levam nomes de importantes personagens da história argentina. A linha de Constituicion chama-se Gral. Julio Argentino Roca e atende a zona sul da cidade e do chamado conurbano bonaerense. Em bairro Once está situada a estação do mesmo nome de onde parte a linha Sarmiento para o Oeste. A linha Urquiza parte de Federico Lacroze, no bairro

linhas de trens apresentava características bem peculiares, ainda que todas funcionassem a partir da administração de empresas privadas. A exemplo do que ocorreu no Rio de Janeiro, na década de 1990, todas foram privatizadas. Diferentemente do Rio, onde apenas uma concessionária privada se fazia responsável pela prestação dos serviços[220], em Buenos Aires havia quatro empresas responsáveis pela administração dos transportes ferroviários[221].

Cabia à empresa UGOFE S.A.[222] administrar a Linha General Roca. Esta ligava a capital argentina à maioria dos municípios na região sul da província de Buenos Aires. Os passageiros organizados nos referidos agrupamentos de usuários com que trabalhei diziam que UGOFE prestava o pior serviço. As demais empresas, em suas respectivas linhas, também brindavam o público com serviços caracterizados por atrasos significativos nos horários, composições consideradas em mau estado pelos usuários e mesmo perigosos. Segundo levantamentos que fiz, nas diferentes linhas se observavam registros de ocorrências de incêndios espontâneos nos vagões durante as viagens, descarrilhamentos, entre outros acontecimentos[223]. A partir de Constitución, porém, estas ocorrências eram mais freqüentes e dramáticas. Dali partia uma maior quantidade de trens com problemas em sua infra-estrutura, com riscos de interromper seu curso durante a viagem, incendiar-se ou simplesmente atrasar a saída diante de problemas na sinalização das vias. A opinião dos passageiros organizados, de deputados de partidos de oposição ao governo ou mesmo de outras autoridades políticas[224], era que isso

---

Chacarita, até General Lemos. Em bairro Retiro estão localizadas outras três linhas, que partem de três prédios distintos, situados um ao lado do outro. A maior é a linha Bartolomé Mitre, que se dirige a bairros e cidades da Região Norte considerados mais bem estruturados. As linhas Belgrano Norte e San Martin partem para regiões onde a população apresenta condições mais modestas de moradia e renda. Os prédios que as abrigam, comparados com os demais terminais, parecem adaptados aos destinos dos trens que acolhem.

220 Essa administra os serviços de 5 ramais a partir de um único terminal de origem, a Central do Brasil.

221 Estas empresas são Trens de Buenos Aires (TBA), Metrovias, Ferrovias e Unidad de Gestión Operativa Ferroviaria de Emergencia (UGOFE S.A). A primeira administra duas linhas: uma a oeste e outra ao norte. A segunda e terceira, ao norte, partindo do terminal de Retiro. A quarta, uma linha ao sul e outra ao norte.

222 UGOFE foi criada a partir do Decreto 798/2004 do Poder Executivo Nacional argentino, e pela resolução 408/2004 da Secretaria Nacional de Transporte daquele país. É formada pelas empresas TBA, Metrovias e Ferrovias.

223 As empresas mantém em cada estação do sistema o chamado *Libro de Quejas*. Neles os passageiros registram suas reclamações com relação aos serviços. Em meu trabalho de campo tive acesso a vários deles, que eram requisitados pelos passageiros para comunicarem atrasos, quebras de aparelhos, maus tratos por parte de funcionários, entre outros eventos que podiam ser ali registrados.

224 Um exemplo era o chamado Defensor Publico de la Nación, chamado por alguns de *Ombudsman*, que se expressava publicamente sobre esses assuntos, tendo inclusive apresentado à justiça uma ação judicial contra o que ele considerava discriminação pela desigualdade dos serviços prestados por uma mesma empresa, que administrava duas linhas distintas em duas

ocorria pela falta de investimentos das empresas concessionárias na manutenção e melhoria dos serviços.

Pasajeros del Roca

Foi por conta desse *drama* cotidiano que surgiu o agrupamento *Pasajeros del Roca*, o qual passei a integrar em 2007 como parte de minha estratégia de trabalho de campo. Tratava-se de um grupo de passageiros de trens que viviam em localidades tão distintas como La Plata, City Bell, Lomas de Zamora, Burzaco, Adrogué, Glew, Claypole, Alejandro Korn, entre muitas outras ao sul/sudeste do conurbano[225]. Conheci essas localidades acompanhando as pessoas a que tive acesso em função dessa problemática. O grupamento *Pasajeros del Roca* havia surgido em 2005, através de um *blog*[226] publicado por uma passageira indignada, à qual somaram-se outros[227]. Quando tive conhecimento deles, através de um programa de televisão[228], eles coordenavam suas atividades a partir de uma lista de discussão na internet com quase 300 pessoas. Lista esta onde os assuntos, volta e meia, redundavam em polêmicas entre distintas visões que, ao final, tendiam a uma certa polarização de posições. Cotidianamente, porém, pouco mais de dez pessoas se propunha a se reunir e tomar iniciativas de mobilização política. Quando ocorriam manifestações públicas, esse contingente poderia ser um pouco maior, contribuindo para dar maior visibilidade aos *reclamos*. Segundo me diziam, tais movimentos reivindicatórios tiveram origem em função da precarização dos serviços ferroviários iniciada com o processo de privatização.

---

regiões diferentes da grande Buenos Aires. Para mais informações ver www.defensor.gov.ar. E http://www.youtube.com/watch?v=16dqX-hFnpE&feature=related

225 Das cidades referidas, a única que não integra o conurbano é La Plata. Esta, na verdade, é a capital da província de Buenos Aires, distando do Distrito Federal cerca de 50 km. No entanto, o trem que tinha aquela cidade como destino costumava consumir quase duas horas em seu translado, em virtude das más condições das vias e do estado precário das composições utilizadas. A partir de La Plata surgiu a agrupação Sufrientes Usuarios do Ex-Roca, mais conhecida como Grupo SUER.

226 Blog é um sítio virtual que pode ser alojado na rede mundial de computadores, a internet. No caso dos blogs dos agrupamentos de passageiros de trens, havia sempre uma pessoa que administrava os conteúdos, elevando à página somente os temas pertinentes às problemáticas partilhadas em comum.

227 O endereço virtual é www.pasajerosdelroca.blogspot.com

228 Trata-se do programa *Mañana Informales*, em sua edição do dia 8 de agosto de 2007. Naquela data, estava a uma semana na cidade e chamou-me a atenção o tema de usuários dos trens. Eram representantes de vários agrupamentos, que denunciavam o que lhes passava diariamente. A partir daquele dia passei a acompanhar as notícias sobre aqueles grupos, supreendendo-me com a má qualidade dos serviços ferroviários. Ao final da referida entrevista, os agrupamentos disponibilizaram direções eletrônicas e endereços de seus blogs, na internet. As anotei e fiz contato com boa parte delas. No entanto, foram os agrupamentos *Desesperados del Sarmiento*, que organizava usuários à oeste da cidade e do conurbano, e *Pasajeros del Roca* que me acolheram durante meu trabalho de campo.

Atento aos blogs e, em seguida, participando das listas de discussões que o grupo mantinha (e mantém) na internet, foi possível que eu me introduzisse nos temas relacionados ao transporte ferroviário ou, como costumavam dizer, *de ferrocarril*. Pude perceber que tais agrupamentos são formados por pessoas de distintas idades e posição social, reunindo estudantes universitários, aposentados, trabalhadores das próprias empresas ferroviárias, funcionários públicos, pequenos e médios empresários, donas de casa, desempregados, entre muitos outros atores. De um modo geral, pelos recursos que dispunham e, sobretudo, pela forma como articulavam conhecimento formal e informação, poderiam ser considerados de *classe média*. Com o tempo, à medida em que fui me tornando mais íntimo deles, passei a freqüentar suas casas em distintos lugares do conurbano. Desta forma, pude transformar virtuais contatos em relações de confiança. Relações essas que me ensinaram muitas coisas sobre os trens e sobre a sociedade argentina.

Manifestação de passageiros em Constitución – janeiro de 2008

Eram recorrentes, por exemplo, as conversas envolvendo análises sobre a crise social argentina de 2001, os problemas políticos vigentes, os desaparecimentos de pessoas na época da ditadura além de, claro, o mal que se viajava de trens em Buenos Aires. Nos inúmeros almoços e *asados* dos quais participei, por exemplo, na casa de Alícia, em La Plata, estes eram temas mais do que recorrentes. Alícia, uma professora de química aposentada da Universidade Nacional de La Plata, fazia questão, de tempos em tempos, de convidar-me para compartilhar estes assuntos em sua casa. Ocasiões em que participavam também sua filha Ana, o genro Carlos e duas netas: Sofía e Elena.

Conversas essas que, vez ou outra, tinham a presença de seus dois outros filhos, como também dos dois outros participantes de seu grupo SUER: Andres e Ramona[229].

Nestas conversas, muitas delas desenvolvidas em *asados*, alguns temas eram sempre enfatizados, como se fossem molduras em torno das quais se estruturavam os debates conjunturais. Um primeiro aspecto era a questão da descendência em função das correntes migratórias. Alícia, por exemplo, era originária de família espanhola. Ela era argentina de segunda geração, sendo seus avós provenientes, na verdade, da região da Galícia. Seu marido, diferentemente, era oriundo da classe média peruana, tendo chegado à Argentina em meados da década de 70, com o objetivo de estudar agronomia. Não por acaso em nossos almoços e jantares predominavam a culinária espanhola, peruana e argentina, sempre regados a vinhos argentinos e refrigerantes.

Arturo, marido de Alícia, acabou ficando no país e tornando-se professor da Universidade Nacional de La Plata. Foi lá que conheceu sua mulher. Já falecido, *o peruano*, como chamavam carinhosamente seus filhos, era um personagem que estava sempre presente em nossas conversas. Era como se estivesse sentado em uma das cadeiras da enorme mesa alocada no centro da sala. Ele e Alícia tiveram três filhos, todos *morochos* e de pele ligeiramente escura para os padrões argentinos. Por isso, dizia Alícia, seus filhos eram sempre parados nas ruas e tratados como suspeitos por policiais que, no entanto, os liberavam tão logo apresentavam suas identidades.

Tão logo manifestei a eles essa minha percepção acerca da relevância para o tema da descendência, eles puseram-se a pensar e concordaram comigo. Dizia-lhes nessas

229 O grupo SUER – Sufrientes Usuarios do Ex-Roca, surgiu em La Plata, no ano de 2006, após um descarrilhamento de um vagão. Os passageiros, assustados, passaram a se mobilizar em torno de um abaixo-assinado a ser remetido às autoridades governamentais e à concessionária, solicitando melhorias no sistema de tranporte ferroviário que atendia a região. Naqueles dias, porém, estava resumido a não mais que três membros.

ocasiões que no Rio de Janeiro muito raramente eu e meus amigos comentávamos as procedências de nossos país e avós; em geral, podíamos ser descendentes de portugueses, enquanto representantes europeus, e de alguma região do Brasil, muitas vezes nordestinos. Muito raramente, porém, as pessoas lembrariam exatamente, entre nós cariocas, se seus avós ou bisavós eram provenientes desse ou daquele estado ou pais.

Eles me diziam que, ainda que não pensassem muito nisso, era verdade que era comum se saber de onde eram provenientes os avós, bisavós e, em alguns casos, até tataravós. Particularmente se eram originários da Europa. Já no tocante às nacionalidades latino-americanas, particularmente dos países vizinhos, as pessoas até se lembravam, mas poderia ser conveniente, dependendo do caso, não comentar muito, contornando possíveis manifestações discriminatórias. A esse respeito, Ana dizia que enfrentava muitas dificuldades como professora de uma escola pública, no nível fundamental. Muitas vezes crianças e pré-adolescentes, ao brigar, utilizavam termos discriminatórios dirigidos a bolivianos e paraguaios, por exemplo. Estes eram chamados de *bolishas* e *paraguas*, o que nem sempre era levado na esportiva.

O conteúdo das conversas sobre esse tema, nesses encontros, um pouco que se reproduzia em outros espaços pelos quais circulei pelo conurbano e na capital. É como se essa heterogeneidade de origens contribuísse para a estratificação discursiva das diferenças imanentes às sociedades portenha e bonaerense, com suas similitudes, mas também seus contrastes. Era nítida nessas conversas em La Plata, por exemplo, como referiam-se à cidade de Buenos Aires como lugar das elites – os portenhos – os destinatários da maioria dos recursos públicos e porta-vozes dos processos discriminatórios "*hacia la gente*".

Mas havia temas igualmente recorrentes nessas distintas conversas que, a meu ver, pareciam construir não só espaços de interlocução entre estas identidades, como também freqüências nas quais elas se punham em acordo, conformando uma identidade nacional *argentina*. Um deles dizia respeito ao caráter repressivo dos governos militares, particularmente a partir de 1976, que levou ao desaparecimento de milhares de pessoas. Um processo que, por um lado, se coadunava com os interesses geopolíticos norte-americanos na América do Sul sendo, por isso mesmo, detectável em distintos

países do continente naquele período. Por outro, refletia os interesses conservadores dos grupos avessos aos movimentos políticos de conteúdo popular, sobretudo ao chamado peronismo.

Alícia mesmo tinha vários colegas do tempo de universidade que haviam sido sequestrados e possivelmente mortos. Em uma situação fui com ela a seu departamento conhecer as placas confeccionadas em memória dos desaparecidos políticos vinculados àquela universidade, onde um jardim fora erguido para homenageá-los. Iniciativas estas que, como pude testemunhar, foram tomadas por várias outras instituições universitárias, religiosas e da sociedade civil com as quais tive contato. Assim, a memória sobre os que *tombaram* na luta pela democracia encontrava lugar no espaço das casas, como também das instituições, sendo reivindicada cerimonialmente, sempre que possível.

Nas minhas andanças pela Cidade de Buenos Aires e por outras localidades do conurbano, em contato com diferentes segmentos sociais, as avaliações eram eqüânimes sobre os efeitos do chamado *terrorismo de Estado* argentino[230]. As variações das opiniões políticas, em torno de uma maior afinidade com ideais peronistas, radicais, comunistas, socialistas, humanistas ou o que fosse, não tergiversavam em suas abordagens sobre os conteúdos autoritário, conservador e de exceção dos governos militares inaugurados, sobretudo, em março de 1976. Verdadeiras ditaduras, a virulência de tais governos deixou como legado para o país uma legião de mortos que, no dia-a-dia da sociedade argentina, está quase tão presente e *ativa* quanto Arturo - *o peruano* - nas conversas de La Plata. Mortes que são reclamadas, que *aconselham*, eventos cuja memória indignam não só pela interrupção das vidas, mas também pelo curso que teve e tem a vida dos demais. Mortos que são personagens morais que se indignam, através das vozes que as resgatam, nas situações em que alguns juízes ainda vacilam em encerrar seus algozes; como também reprovam, diante das denúncias contemporâneas de corrupção: “Não foi para isso que tantos morreram na década de 70”, costumavam

230 Segundo o sítio virtual wilkipedia, Terrorismo de Estado consiste na utilização por parte do governo de métodos ilegítimos para introduzir o medo na população civil para alcançar seus objetivos sociais, políticos ou militares. A expressão passou a ser utilizada nas denúncias de práticas massivas, pelos serviços secretos ligados ao Estado, de assassinatos, torturas, censura aos meios de comunicação e exercício enfim de uma série de violências similares aos empregados no terrorismo o qual, por sua vez, se notabiliza por ser uma estratégia política que consiste no uso de violência, física ou psicológica, em tempos de paz, por indivíduos ou grupos políticos, contra a ordem estabelecida. http://pt.wikipedia.org/wiki/Terrorismo_de_Estado

dizer alguns. Mortos estes que, na maioria dos casos, ainda reclamavam seus corpos.

Benedict Anderson chama a atenção que talvez não haja na cultura moderna do nacionalismo um emblema mais imponente que epitáfios e tumbas dos soldados desconhecidos (Anderson, 1993: 26). São tumbas vazias de restos mortais, mas preenchidas de imaginações nacionais fantasmagóricas. Similarmente se pode pensar, ante os milhares de nomes que reclamam tumbas e, junto com seus familiares, os restos mortais que lhes correspondem enquanto argentinos, ainda que pudessem ser uruguaios, chilenos, paraguaios, bolivianos ou mesmo brasileiros aqueles que vieram a desaparecer sob a ação do chamado *terrorismo de Estado* na Argentina. É possível, por exemplo, que o clã que administra o grupo *Clarin* e os setores progressistas que criaram a importante ONG denominada *CELS* divirjam sobre muitas coisas. No entanto, não há tergiversação quando se trata de conjurar a prática estatal que fez desaparecer os corpos de, aproximadamente, 30 mil pessoas na Argentina, durante a última ditadura militar. São combatentes cujos nomes são conhecidos, mas que a ausência de suas substâncias materiais, a meu ver, vem contribuindo para se imaginar a nação argentina contemporaneamente.

O enquadramento da memória

Contemporaneidade essa, aliás, que pautava, nos debates dos passageiros, o tema da **c**orrupção, particularmente quando eram abordados os chamados *anos menemistas*. Situações onde meus interlocutores de La Plata localizavam o incremento das políticas neoliberais que, em suas formas de entender, já haviam se iniciado sob o governo *alfonsinista*. No entanto, diziam, foi com Carlos Menem que se deram de forma desenfreada as privatizações, a dolarização da economia e um conjunto de medidas que foi, *"cuando todo se empezó a ir al carajo"*. As opiniões expressavam, de um modo geral, que quando o presidente Fernando de la Rua foi obrigado a sair às pressas da Casa Rosada, cercado por uma multidão que pedia sua cabeça, em 2001, era por que as estruturas econômicas e políticas da sociedade argentina estavam combalidas. O que resultava em forte descrença no sistema, um índice brutal de desemprego, volta galopante do processo inflacionário, recrudescendo o desânimo e a desesperança com os rumos do país.

Essas conversas, na medida em que se repetiam, me faziam pensar que a cada encontro me pintavam quadros onde, após a constituição de um pano de fundo recorrente, eram depositadas as imagens do cotidiano nos mais diversos assuntos: do futebol à política. Mais ou menos como acontece, para citar um exemplo, na obra de Francisco Goya onde as guerras napoleônicas em Madrid formam o pano de fundo sobre o qual eram depositadas imagens de um cotidiano onde ganhavam relevância os dramas íntimos da loucura, da morte ou do amor.

Eram situações que me obrigavam a pensar nos panos de fundo dos quadros que eu e meus amigos pintávamos no Rio. Pelo que eu lembrava, processos como o chamado *varguismo* eram recordados de maneira distante, não possuindo os mesmos conteúdos que tiveram no passado anterior à ditadura militar no Brasil. Da mesma forma, este último período não estruturava mais as conversas dos estudantes e professores universitários com os quais eu convivia, nem tampouco os assuntos familiares. Salvo quando um ou outro mais desmemoriado fazia alusão à criminalidade violenta, se dizendo saudoso da *linha dura* militar. Em geral, nossas conversas tinham como cenário estruturador mais longínquo os tempos do chamado *Fora Collor*; ou as peripécias do presidente Fernando Henrique Cardoso – o FHC – e, junto a tudo isso, as transformações pelas quais passou o personagem político de Luís Ignácio *Lula* da Silva, presidente do Brasil no momento em que escrevo essa tese. Mas na vida, por onde andamos, levamos *quadros* dessas muitas conversas que temos. Ao contemplá-los constato que ainda falta muito óleo para fazer emergir texturas e luzes que expressem de maneira verossímil minhas representações sobre a vida.

Alícia, em seus quase 65 anos de vida, me parecia uma artista de maior envergadura. Em geral, tinha uma postura militante, cuja forma de pensar me sugeria uma forte educação marxista-leninista, que eu conhecia tão bem. Era crítica do que ela identificava como *estalinismo*[231], representado por ela enquanto uma matriz teórica autoritária, burocrática, centralizadora, conservadora e responsável pelos fracassos observados na extinta União Soviética. Mas tampouco podia ser creditada a ela uma verve *trotskista*, que eu mesmo aprendi em minha juventude ser a mais anti-estalinista

231 Referente ao ex-dirigente soviético Josef Stalin. Alicia fazia alusão particularmente ao que relacionava com os métodos com os quais Stalin promoveu os chamados expurgos de seus adversários políticos no partido bolchevique da ex-URSS. Sobre Stalin ver NETTO, 1981.

entre as correntes de inspiração marxista[232]. Ela era mais chegada às idéias de seu conterrâneo e personagem singular da história mundial contemporânea: Ernesto Che Guevara[233]. Para ela, fazia-se necessário um processo revolucionário político, mas também moral, que unisse não só os argentinos, mas integrasse toda a América do Sul. E para isso, em sua maneira de pensar, os trens exerceriam um papel importante, pois integrariam todos os países.

Ela via como um problema o dado que a América Latina nunca chegou a se integrar através das linhas férreas como, por exemplo, a Europa. Por outro lado, o sistema ferroviário argentino, o maior que já existiu em toda a América Latina, fora reduzido a menos de 25% em um processo iniciado desde os anos 1950, com o incremento da indústria automobilística no país, ao qual Juan Carlos Cena (2003) definiu enquanto um verdadeiro *ferrocídio*. O processo de privatização efetuado pelo *menemismo* nos anos 90 teria sido o golpe de misericórdia. Privatizações que, segundo Alícia, ainda hoje usavam dinheiro reservado a políticas públicas para fazer a alegria de muita gente do setor privado.

Em função dos conteúdos daquelas conversas, foi ficando cada vez mais claro para mim que, para entender o que se passava nos trens de Buenos Aires, eu teria que debruçar-me sobre as particularidades envolvendo o processo de privatização argentino e, tanto quanto possível, os acontecimentos mais recentes envolvendo *ferrocarril*. Através da modalidade de gestão empresarial dos serviços ferroviários, da estruturação da prestação de tais serviços, como também da maneira como se representa a relação dos trens com a Nação, pude entender a particularidade do comércio ambulante nos trens de Buenos Aires, em seu contraste com os mesmos serviços no Rio de Janeiro.

Entendendo o processo de privatização

A Lei 23.696, de 17/8/1989, é também conhecida na Argentina como a Lei de Reforma

232 Minha representação sobre o trotskismo insere tal corrente de pensamento enquanto defensora do socialismo internacionalista, contrapondo-se ao "socialismo em um só país", que aprendi ser a concepção da qual partilhava o estalinismo. Sobre Trotsky ver Campos, 1983.

233 Em 14 de junho de 2008, Alícia e seus parentes foram a Rosario assistir a instalação, na praça central da cidade argentina, da escultura de corpo inteiro de Ernesto Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana, mas de origem rosarina.. A mesma fora elaborada pelo artista Andrés Zerneri, em homenagem aos 80 anos do nascimento de El Che. Mais de 15.000 pessoas de todo o mundo doaram 75 mil chaves e outros objetos com os que se obtiveram 3 toneladas de bronze necessários para fazer-se o monumento.

do Estado. Nela se preveram múltiplas formas de privatização das empresas públicas "sujeitas a privatização", após declarado um "Estado de Emergência", nos termos da Lei. No entanto, de uma maneira geral, proponho que dois procedimentos ocupariam o extremo de uma escala de opções:

a) Transferência da titularidade, do exercício de direitos societários ou da administração das empresas, sociedades, estabelecimentos, entre outras formas de propriedade do Estado "sujeita a privatização"

b) Outorga de permissões, licenças ou concessões para exploração dos serviços de interesse público a que estivessem vinculados os ativos, empresas ou estabelecimentos "sujeitos a privatização".

Neste último extremo, os adquirentes deveriam reunir as condições exigidas pelos regimes legais vigentes, assim como assegurar a eficiente prestação do serviço. Em todos os casos, se exigiriam a adequada equivalência entre os investimentos feitos e a rentabilidade. Tais investimentos, por sua vez, seriam aqueles previstos na Lei 17.520/1967, onde estão detalhados os casos em que o poder público poderia lançar mão de subsídios para que empresas privadas se responsabilizassem pela prestação de serviços.

As privatizações reguladas por essa lei poderiam, ainda, se materializar segundo as seguintes modalidades, seja de forma direta, seja pela combinação entre elas: a) Venda dos ativos das empresas, como unidade ou por loteamentos; b) Venda de ações, quotas ou parte do capital social, estabelecimentos, etc; c) Locação com ou sem opção de compra, por prazo determinado, estabelecendo previamente o valor do preço de venda; d) Administração com ou sem opção de compra por um prazo determinado, estabelecendo previamente o valor de sua venda; e) Concessão, licença ou permissão.

Dito tudo isso, me parece que o modelo aplicado na privatização dos trens de Buenos Aires ocupou o segundo extremo da Lei da Reforma do Estado, a partir de uma combinação entre distintas modalidades. Em suas linhas gerais, as empresas obtiveram a concessão, licença ou permissão por prazo determinado, para prestar os serviços, fazer o pagamento de pessoal e planejar as atividades de manutenção do sistema. Para isso, além da arrecadação das bilheterias, as empresas concessionárias teriam acesso a subsídios do governo, de forma a possibilitar o cumprimento das metas acordadas e uma

margem de lucro pré-acordada[234]. Além disso, caberia ao governo a compra de equipamentos e peças para a manutenção[235]. Logo, os serviços de trens, mais do que privatizados, eram concedidos para a exploração capitalista, mas o Estado Nacional manteve-se responsável pelo mesmo, sobretudo por que a este interessava politicamente o controle das tarifas a níveis que não introduzissem dificuldades de aquisição dos chamados *boletos.*

Para concorrência dos editais resultantes, formaram-se distintos consórcios, todos formados por empresários estrangeiros e argentinos. Um *arreglo* transnacional. Os primeiros, atuantes em seus países de origem no ramo de transportes ferroviários, seriam responsáveis pelo atendimento técnico. Entre os representantes do chamado *capital nativo*, uma exigência do modelo de privatização argentino, algumas dezenas de empresas de ônibus participaram do processo[236]. Empresas que, inclusive, concorriam com os trens para fazer o translado de pessoas entre os municípios do conurbano e a cidade de Buenos Aires. Ao final do processo de privatização quatro consórcios resultaram vencedores. Uma delas chamava-se Metropolitano. Esta tinha ficado com três linhas importantes que ligam a capital e o conurbano: Belgrano Sur, San Martin e General Roca. Ela partilhava daquilo que os passageiros diziam ser a principal fonte de lucro: a significativa estrutura de subsídios do governo para manutenção dos serviços com preços acessíveis para a população[237]. Um verdadeiro *arreglo*, me diziam os passageiros. Pelo menos até o conflito que aludirei a seguir.

O conflito em Constitución

Em maio de 2007 a Estação de Constitución havia sido palco de um dos mais vigorosos protestos registrado naqueles tempos, em uma região marcada pela mobilização

234 Geralmente na ordem de 6%.

235 As informações contidas neste parágrafo constam dos seguintes documentos: Ley 23696, de 18/8/1989 que versa sobre a reforma do Estado Argentino; Contratos de concessão das empresas TBA, Metrovias, Ferrovias e Metropolitano. Disponíveis na página do Ministério de Planificacion Federal, Inversion Pública y Servicios. http://www.minplan.gov.ar/

236 Esses dados constam do documento Informe Ferrocarriles – Area Metropolitana: Transportes Metropolitano; Sobre la privatización del sistema ferroviario, de autoria da Comisión de Investigación del ARI (Agrupación para una República de Iguales), partido político argentino. Esse documento elaborado e redigido pelo deputado nacional Adrián Pérez e se encontra disponível na Câmara Federal Argentina e também em www.diputados.ari.org.ar/informes/informe_ferrocarriles.pdf

237 No período em que fiz meu trabalho de campo em Buenos Aires, a menor tarifa custava $ 0,50 (cinquenta centavos de peso) e a maior $1,35 (um peso e trinta e cinco centavos de peso). Esses valores equivaliam, respectivamente, a aproximadamente US$ 0,30 (trinta centavos de dólar) e US$ 0,75 (setenta e cinco centavos de dólar). No mesmo período, no Rio de Janeiro, os trens circulavam mediante uma tarifa única de, aproximadamente US$ 1,25 (um dólar e vinte e cinco centavos).

social[238]. Centenas de usuários, após esperarem mais de uma hora pela saída de trens para suas casas no conurbano, iniciaram um intenso quebra-quebra. Segundo circulou na imprensa da época, tudo começou por não haver nenhuma comunicação sobre as causas do atraso. Passageiros que estiveram presentes na estação, os quais conheci posteriormente, me disseram que o problema maior foi quando as pessoas, após esperarem todo aquele tempo sem nenhuma perspectiva do que poderia acontecer, começaram a pedir de volta o dinheiro pago por seus boletos. Como os funcionários se negassem a fazê-lo, iniciaram o quebra-quebra da bilheteria, enquanto outros decidiram deixar a estação para tomar os ônibus nos terminais em torno da praça.

15 de maio de 2007: Conflito em Constitución

238 É tão comum observar marchas e protestos sociais na Grande Buenos Aires que não só há identidades sociais que se veiculam a partir das práticas e tecnologias das chamadas protestas – como os piqueteros, por exemplo – como também há dias definidos em cada semana para abrigar tais atividades. Na cidade de Buenos Aires, como referi no capítulo I, era esperado que todas as terças e quintas-feiras algum movimento, em protesto por alguma coisa, ocupasse a área da Plaza de Mayo situada em frente à sede do governo federal argentino.

A superintendência da polícia ferroviária, cujo contingente de agentes não foi capaz de controlar a situação, tendo ficado mesmo acuada em uma sala, solicitou reforços à *Guardia de Infantaria*. Especializada em intervir nos conflitos massivos envolvendo manifestações políticas, torcidas de futebol, entre outros, esta guarnição da Polícia Federal chegou em minutos com dezenas de homens vestidos de preto, portando longos cassetetes e escudos. Ao chegar na estação, em um momento onde a cobertura da imprensa era ampla, mobilizando diferentes mídias, buscou deter os mais exaltados, o que levou a uma reação ainda mais explosiva da multidão, que ainda aguardava definições sobre os trens. Àquela altura os passageiros já haviam se transformado em manifestantes, contando inclusive com o apoio logístico dos chamados *militantes profissionais* das agremiações de esquerda. Em uma verdadeira batalha campal entre manifestantes e policiais, outras dependências da estação foram consumidas por pedras, pau e fogo. O saldo daquele início de noite de 15 de maio de 2007 foi uma estação significativamente depredada, uma composição ferroviária incendiada e dezesseis presos. Depois dessa ocorrência, o policiamento em Constitución foi reforçado significativamente.

Quando iniciei meu trabalho de campo na capital argentina o estrago já havia sido satisfatoriamente reparado. A enorme estação concebida no século XIX, em estilo neo-renacentista vitoriano, havia sido consertada dos danos daquele dia, como também restaurada em algumas partes que se encontravam deterioradas em virtude de outros processos degradantes relacionados às intempéries e infiltrações hidráulicas. No entanto, a empresa Metropolitano fora substituída por UGOFE, um operativo de emergência formado por outras três empresas que há pouco mais de um ano administravam outras linhas. UGOFE tinha também as concessões de outras duas linhas, as quais ligavam a capital a outras regiões do conurbano bonaerense; tais concessões foram também obtidas em substituição à empresa Metropolitano[239]. Assim, com o ocorrido em Constitución em maio de 2007, parecia deixar o cenário uma das empresas formadas nos anos 90 para participar do processo de privatização das linhas ferroviárias na Grande Buenos Aires.

239 Tratavam-se das linhas Belgrano e San Martin, descritas anteriormente.

Passados três meses daquele episódio, os agrupamentos de passageiros – particularmente *Pasajeros del Roca* - diziam através de seus blogs ou em entrevistas à imprensa que o serviço prestado por UGOFE era muito ruim. No entanto, observavam que isso era assim devido aos anos de administração da empresa Metropolitano. Anos onde a empresa encabeçada por um conhecido empresário ítalo-argentino[240] se dedicou, segundo afirmavam meus interlocutores, a receber não só os recursos oriundos das bilheterias, mas, sobretudo, dos chamados subsídios, sem realizar investimentos mínimos para melhoria dos serviços.

Meses depois do conflito em Constitución, as logomarcas de Metropolitano perduravam na maioria das composições e nos uniformes dos empregados. Seu nome só havia sido apagado da bilheteria de Constitución, onde tudo começou. No entanto, em seu lugar não colocaram a logomarca de UGOFE. Talvez isso fosse o maior indicativo daquilo que meus interlocutores entre os passageiros tanto reclamavam na época: ninguém se fazia responsável pelo que ocorria nos serviços ferroviários que atendiam o sul do conurbano bonaerense.

A confusão em todo aquele processo era grande para mim. Uma empresa havia perdido a concessão para prestar serviços ferroviários e em seu lugar assumira uma outra formada por três consórcios concorrentes. Minha confusão aumentou quando Tito, um jornalista que morava em Lomas de Zamora, e que era um dos membros de *Pasajeros*, descobriu algo inusitado. Embora houvesse perdido a concessão, o dono da Metropolitano ainda mantinha o direito sobre o magnífico prédio da estação. Suas inúmeras salas, dispostas em seus três andares, as lojas distribuídas pelas extremidades de sua nave arqueada de coloração magenta, como também no subsolo que dá acesso aos serviços de metrô, entre outros espaços, eram ainda objeto de lucro desse empresário. Ele podia alugá-los como e para quem quisesse. Seja para os lojistas exibirem e venderem bijuterias, telefones celulares, cafés, restaurantes, lojas de artigos esportivos, sanduicherias, bancas de jornais ou simplesmente para produções cinematográficas. UGOFE parece ter ficado apenas responsável por fazer funcionar os

240 Conhecido de parte da população argentina, através dos meios de comunicação que de tempos em tempos abordavam em suas notícias os negócios que esse empresário detinha, em virtude de sua proximidade com pessoas que detinham importante parcela de poder político na Argentina. Ele ficara conhecido por ganhar concessões de empresas deficitárias e propor administrá-las desde que o governo federal as brindasse com subsídios monetários, além de saneá-las economicamente.

serviços das bilheterias para as plataformas e trens[241].

Tito conseguira as informações sobre as concessões em Constitución junto a uma instituição chamada ONABE[242], após reivindicar o direito de acesso à informação pública garantido por lei[243]. A ele fora informado por escrito que o contrato do Estado argentino com Metropolitano estava vigente até 23/8/2019, e compreendia

> *"A concessão de obra pública para melhorar, ampliar, remodelar, explorar, conservar, manter e administrar a Estação Terminal Plaza Constitución, localizada sobre as ruas Brasil, Hornos e Lima da Cidade de Buenos Aires, identificada como imóvel N º3622731, com uma superfície aproximada de Trinta e quatro mil e setecentos metros quadrados (34.700 m2)"*[244].

Assim, o que aquela informação me sugeria era que a retirada da concessão da Metropolitano referia-se tão somente ao não cumprimento do disposto à prestação de serviço de transporte ferroviário de passageiros. Logo, a iniciativa de substituir Metropolitano envolvia tudo o que se relacionava ao material rodante, mas não envolvia o prédio da estação, ainda que a concessão de ambas coisas fizesse parte do mesmo processo. Em minha forma de ver, era como se os documentos legais que fundamentavam a concessão fossem *recortados* por alguém – no caso, no âmbito do governo federal, a quem cabia a relação com as concessionárias - que dizesse *"Isso está valendo, mas isso não está"*. Assim, o empresário seguia mantendo alguma perspectiva de lucro com parte de sua concessão. Era o que Alícia chamava de uma "punição pela metade".

Contudo, não estava explicitada nos termos da concessão a responsabilidade sobre os imóveis localizados na parte interna da estação, onde se situam as plataformas. E isso fazia diferença para a questão da venda ambulante, como veremos a seguir.

241 Ainda que o consórcio UGOFE S.A. mantivesse serviços de atendimento ao cliente em salas das estações onde operava – tanto ao sul quanto ao norte – sua sede principal estava localizada distante das estações, na avenida Juan B. Justo, no bairro Palermo.

242 Organismo Nacional de Administraciones de Bienes, ligado à Secretaria de Obras Públicas do Ministerio de Planificacion Federal, Inversion Publica y Servicios da Argentina.

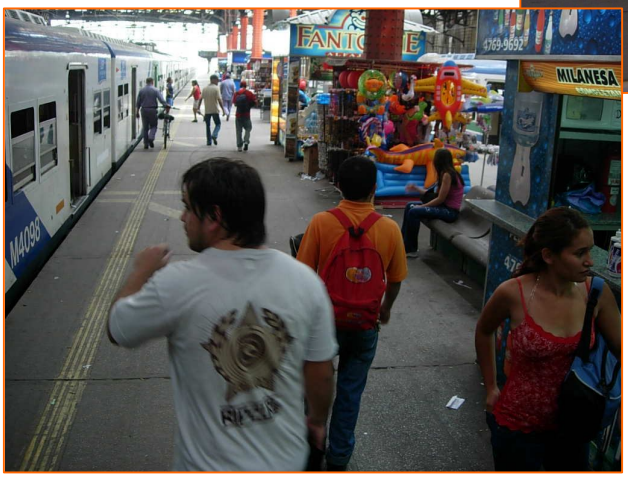
243 Decreto Federal Nº 1172/2003

244 Estas informações foram veiculadas por e-mail, na lista compartilhada pelos membros da lista de discussão Pasajeros del Roca, da qual faço parte. A tradução é minha.

Entre a capital e o conurbano:

a liminaridade das plataformas de Constitución

Passar pelas roletas que davam acesso às palataformas de trens, era como ingressar em um outro mundo. Um mundo no qual, contrastando com o magnífico prédio do terminal, com suas inúmeras lojas e estabelecimentos que ainda proporcionavam consideráveis lucros ao dono de Metropolitano, se exibia uma multiplicidade de *puestos* e *kioskos*[245].



245 Espécie de pequena barraca ou trailler feito em fibra de vidro ou fórmica onde se vende de tudo: cigarros, bebidas, doces, balas, pilhas, cartões telefônicos, entre outras mercadorias. Essa estrutura de negócio está presente não só nas estações ferroviárias, mas dispersa por toda Buenos Aires e Grande Buenos Aires e é uma das modalidades de negócio mais difundidas em toda a Argentina.

Para mim foi surpreendente, na primeira vez, observar formas de venda ambulante nas plataformas por onde circulavam passageiros até os trens. Eu nunca vira nada semelhante no Rio de Janeiro, nem tampouco em outras partes de Buenos Aires. Das treze plataformas existentes, dez estavam tomadas por esses *estabelecimentos* que vendiam de tudo: cachorros-quente, refrigerantes, pãezinhos, doces, ferramentas, utilidades para o lar, brinquedos, bilhetes de loteria, entre tantas outras mercadorias que eram comercializadas a preços módicos. Os valores variavam de $ 1 (um peso), no caso de um pequeno pacote de balas, a no máximo $10 (dez pesos) para uma ferramenta ou utensílio doméstico. A maioria das mercadorias, porém, não ultrapassava $3 (três pesos). Um clássico de vendas era o *choripan* ($2,50) sanduíche de pão com lingüiça, cuja persistência de perfume no ar denunciava a preferência dos passantes.

O fato é que ninguém entre os usuários de trens que eu conhecia sabia ao certo quem era responsável pela concessão desses espaços para a exploração desses serviços. E eram muitos. Uma vez contei a quantidade de *puestos*, como são chamados e cheguei ao número de 45. No entanto, no período natalino, esse número aumentou sensivelmente. Tanto que nesse período os passageiros que formavam a referida agrupação ao sul de Buenos Aires, e se comunicavam através de uma lista de discussão, localizaram na presença desses *puestos* um sério problema. Eram tantos que dificultavam a locomoção das pessoas, principalmente nas *horas pico*[246]. Temia-se também a falta de espaço para a dispersão das pessoas em caso de conflito ou algum acidente. *El Tito* buscara informações, pois queria saber quem eram os responsáveis por aquele *quilombo*[247]. Contudo, nada lhe foi esclarecido a contento. Conseqüentemente, incorporou-se às demandas dirigidas ao governo nacional e à UGOFE, por daqueles passageiros organizados, a exigência de que os *puestos* fossem retirados de Constitución.

Naquele período, eu experimentava dificuldades em contactar ambulantes nos trens. Eu falava abertamente com meus amigos, passageiros de trem, se eles não conheciam vendedores ambulantes em suas viagens. Escrevi na lista de *Pasajeros*, publicizando minha solicitação. Após dias sem respostas, Juan Fol, um jovem de origem sueca e um dos mais atuantes daquele coletivo, respondeu-me. Disse ter um amigo pessoal que por um tempo havia sido um *busca* nos trens. Passou-me o telefone deste, dizendo que já o

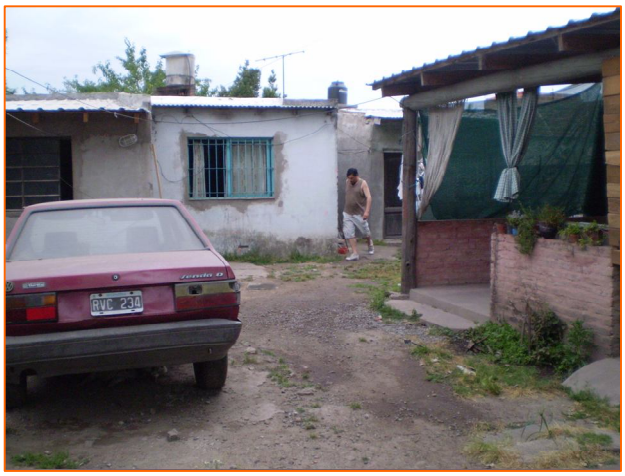
246 Horas de maior movimento.

247 Em castelhano, pode significar o mesmo que bagunça ou confusão.

havia consultado e que eu podia procurá-lo. Ao mesmo tempo, eu intensificara minhas viagens pelo conurbano. Graças a estes movimentos, conheci novos interlocutores no âmbito da venda ambulante. Nos meses seguintes, eles me dariam dicas ou mesmo me acompanhariam pelo universo da venda ambulante que se desenvolvia no sistema ferroviário ao sul de Buenos Aires.

Ao encontro de um *busca* cantante

Em uma manhã de sábado, após combinarmos por telefone, fui ao encontro de Victor. Ele fora colega de escola de Juan Fol, de quem era muito amigo. Juntos estudaram os ciclos fundamental e médio em instituições públicas em Adrogué, também no conurbano bonaerense. Juan viera da Suécia no início da década de 80, acompanhando seus pais que, apoiados pela rede familiar, haviam se exilado naquele país durante os anos mais duros da ditadura militar. Após o secundário tinha se dedicado ao curso de Sociologia na Universidad de Buenos Aires na qual, inclusive, atuava como professor de uma cátedra[248]. Victor, por sua vez, engendrara pelo universo da venda ambulante após concluir o secundário. E era por isso que eu o procurara em sua modesta casa de fundo de terreno, localizada em uma rua de terra no distrito de Glew, pertencente a Almirante Brown.



Victor em sua casa, em Glew

248 O sistema de cátedra é aquele onde um professor lidera uma disciplina, tendo em sua equipe um conjunto de professores que se distribuem por diferentes cursos ou se revezam nas ofertas periódicas dos mesmos. Muitas vezes os professores sequer são remunerados, como observei na Universidade de Buenos Aires. Vige aí um princípio análogo ao que se observa no ambiente jurídico na Argentina, onde atuam os chamados meritórios, profissionais recém formados ou em vias de formação que se dispõem a desenvolver atividades de forma voluntária e, dessa maneira, acedem ao mercado de suas profissões.

Sua casa, assim como a de seus vizinhos, distava pouco mais de 5 quilômetros da estação ferroviária. Juntas formavam um bairro bastante humilde, onde os comércios mais próximos eram as próprias casas das pessoas, nas quais se instalaram *kioskos*, pequenos mercados, assim como oficinas mecânicas e de consertos de pequenos eletrodomésticos. O lote onde vivia Victor era protegido por um muro de tijolos e um portão de ferro em grades quadriculadas sobre as quais ele tinha depositado um tecido grosso que protegia sua casa dos olhos curiosos dos transeuntes. Além disso, mantinha três cadelas bastante ruidosas, que ladravam tão logo uma pessoa se aproximasse do portão. Foi assim, aliás, que minha presença foi notada na primeira fez em que lá estive, ocasião que abriu novas perspectivas e entendimentos em meu trabalho de campo.

Victor recebeu-me cordialmente, apertando minha mão e convidando-me a entrar. Não mostrou surpresa, curiosidade ou interesse. A interlocução que iria manter comigo se dava em deferência a Juan, seu amigo. Diferentemente, sua mãe não só veio em direção para abraçar-me com um grande sorriso, como chegou a ensaiar trocar algumas palavras em português. Margot era uruguaia, natural de uma região que faz fronteira com o Brasil. Daí seu contato com o português. Dizia adorar o Brasil e, particularmente, os brasileiros. Com Victor também moravam Verônica e Nagual, sua mulher e filho. O nome do menino me chamou a atenção, pois eu lera as obras de Carlos Castañeda e lembrava que era assim que descrevia, em seus escritos, tudo aquilo que no universo não podia ser percebido racionalmente. Como o antropólogo havia apreendido com seu interlocutor, Dom Juan, o *nagual* era toda a sensação que vai além da razão, tornando irrelevante qualquer tipo de questionamento. Ao fazer esse comentário, a atitude de Victor em relação a mim mudou significativamente.

Durante boa parte daquela tarde conversamos sobre os livros de Castañeda, os quais eu lera no período de transição de minha adolescência para a primeira fase adulta. Na época, como boa parte dos leitores de então, eu os lera como parte de uma literatura mística, muito em voga naqueles dias. As construções literárias do autor, que combinavam empiria e mistério, me atraiam. Victor, cinco anos mais novo que eu, também tinha se encantado com os livros do antropólogo latino-americano – até hoje não se sabe se brasileiro ou peruano - duas décadas atrás. A diferença é que eu, ao longo dos anos, me tornara muito mais materialista, ao passo que meu novo interlocutor ainda concebia viver *espiritualmente* suas experiências cotidianas.

Naqueles primeiros momentos em que nos conhecemos, as conversas giraram em torno dos conceitos e definições de Castañeda para o universo de sentidos a que teve acesso em sua interlocução com um índio Sonora. Durante horas discutimos as distinções entre *ver* e *olhar*, o conceito imanente à *segunda atenção*, a noção de *impecabilidade do guerreiro* e tantas outras que, sabe lá por que cargas d'água, eu internalizara de maneira tão *douta* desde meus dezessete anos. Com essas informações e domínio dos conceitos ganhei a confiança de Victor que, em seguida, sem muita cerimônia, perguntou-me o que queria saber sobre o dia-a-dia de um *busca*.

Repetindo minha ladainha sobre o trabalho comparativo entre Rio e Buenos Aires envolvendo venda ambulante, trens, instituições de controle, entre outros aspectos, disse que ele poderia falar o que quisesse. Como ele não fazia idéia por onde começar, sugeri que ele recapitulasse, tanto quanto possível, como decidiu se tornar um vendedor ambulante e onde havia atuado.

Enquanto servia-me um prato de arroz, tomates e salsichas refogadas, ele se pôs a falar. Disse que tudo havia começado por volta de 1994. Havia um tempo ele terminara o ensino médio e, inicialmente, tentara matricular-se no Ciclo Básico Comum, na perspectiva de ingressar em um curso superior na área de humanidades[249]. Na época, a melhor opção de se estudar numa instituição pública era a Universidade de Buenos Aires. Só mais tarde outras universidades nacionais se consolidariam ou mesmo seriam fundadas na Grande Buenos Aires[250]. Cursou um período de *CBC*, mas sentia que não era bem o que queria. Era também, segundo ele, um período em que a utilização de algumas drogas ilícitas lhe dispersava a atenção. Com quase vinte e cinco anos de idade, e com poucas chances de emprego bem remunerado, experimentou trabalhar em pequenos comércios e escritórios, sem fixar-se demoradamente em nenhum

249 Ciclo Basico Comun, cuja abreviação é CBC, é a forma de ingresso em toda a Argentina para o ensino universitário. Diferentemente do que ocorre no Brasil, um estudante ao terminar o ensino médio dirige-se ao Ciclo Basico Comum de uma carreira. Todos tem o direito a cursar seis disciplinas de um ciclo e, assim que sejam aprovados nestas, adquirem o direito a cursar a Universidade. Essas seis disciplinas podem ser concluídas em um ou mais anos, dependendo do estudante.

250 Na Grande Buenos Aires estão instaladas, distintas instituições universitárias de caráter público, a maioria delas surgidas nas duas últimas décadas. Ao sul do conurbano, surgiram a Universidad Nacional de Lanús, Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Universidad Nacional de Quilmes. Ainda no sul, tão tradicional quanto a UBA era a Universidad Nacional de La Plata. Mais para sudeste e oeste do conurbano foram criadas a Universidad Nacional de La Matanza, Universidad Nacional de Tres de Febrero, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Para noroeste e norte as Universidad Nacional del Noroeste de la Provincia de Buenos Aires e Universidad Nacional General San Martin.

estabelecimento. Era morador de J. Marmol, também ao sul de Buenos Aires. A uma certa altura, passou a ir diariamente até a capital na busca por emprego. A maioria destes requeria uma maior qualificação, coisa que ele ainda não conseguira atingir.

Com o tempo passou a precisar de dinheiro para o dia-a-dia. Por esse período nascera sua filha mais velha, o que impôs a ele certa pressão. Observando que havia alguns vendedores ambulantes que vendiam doces, balas e outras mercadorias nos ônibus de Buenos Aires, pensou na possibilidade de ganhar alguns trocados que, pelo menos, o mantivessem em suas incursões pela capital. Por um lado, conseguiria recursos para seguir sua peregrinação na procura de alguma posição no mercado de trabalho. Por outro, passava a depender menos dos parcos recursos que a mãe, que era aposentada no Uruguai, recebia e com ele socializava. Victor dizia que era um período onde não havia tanta gente vendendo nos ônibus, o que garantia o escoamento das mercadorias em pouco tempo. Por outro lado, com a dolarização, o retorno que se conseguia era bastante razoável. Foi assim que passou a vender ferramentas, lanternas, cadeados, pilhas, entre outras mercadorias.

Ele descrevia em tom animado as dificuldades iniciais para aprender as técnicas existentes para pedir o acesso aos ônibus, como também das regras de convivência. O segredo era procurar estabelecer com os motoristas um nível de conversa no qual enfatizava a necessidade do trabalho, combinado com a exibição de uma dignidade comum a quem quer seguir o cotidiano de cabeça erguida. “Afinal, éramos todos trabalhadores e não *chorros*[251], como os políticos que nos colocavam naquela situação de merda a todos", me disse. O apelo a uma suposta proximidade com motoristas, enquanto *classe trabalhadora* costumava surtir efeitos positivos. Não obstante, por mais de uma vez foi detido em função das operações policiais que apoiavam as ações dos funcionários das empresas de ônibus, pagos para pedir comprovantes de passagens aos passageiros, como também para impedir a venda ambulante no interior dos coletivos. Esses, em geral, eram chamados de *chanchos*[252].

Ele trabalhou por um período vendendo produtos, mas sentia que não tinha a mesma vocação de outros *buscas* que eram, segundo Victor, mestres na arte da venda. Até que

251 O mesmo que ladrão.

252 O mesmo que *porco.*

um dia, viajando de metrô, percebeu que os músicos eram muito bem quistos pelo público. E ele, afinal, também era músico. Assim, decidiu parar de vender e se dedicar a tocar *charango*, um instrumento de cordas de origem andina. Além de ganhar alguns cobres, ele passou a fazer algo que lhe dava mais satisfação. Para sua surpresa, a opção por tocar lhe garantiu melhor acesso aos ônibus, por parte dos motoristas. Afinal, não era mais vendedor, mas um *artista callejero*[253]. Da mesma forma agradava muito mais ao público. Assim, seus ganhos cresceram significativamente. O que foi diminuindo com o tempo, pois aos poucos foi crescendo o número de vendedores, como também de músicos nos ônibus. A concorrência tinha ficado *pesada*.

Por várias oportunidades foi detido pela polícia. Via de regra, os policiais se aproximavam dele, provavelmente em função do aspecto que exibia à época: cabelos compridos, roupas precárias, portando sempre um instrumento musical. Não diferia muito de como se exibia naquele momento em que conversávamos. Os policiais costumavam ser diretos: "Ei, você! Que está fazendo? Tocando na rua?". A princípio, Victor respondia positivamente, razão pela qual era prontamente detido. "Marche preso!", era a forma como os policiais comunicavam seu destino pelas próximas horas. Depois passou a negar, dizendo que estava tão somente se deslocando. Às vezes dava certo, outras vezes não. Em geral, pediam-lhe documentos. Como era uruguaio, ainda que tivesse visto permanente, os policiais o levavam alegando que era preciso averiguar seus antecedentes no Uruguai.

Expediente análogo era desenvolvido com outros ambulantes ou músicos. Esse argumento, segundo Victor, era o mais utilizado contra os estrangeiros, mas também podia ser acionado para com os argentinos. Assim, tinha curso um dos mecanismos de controle mais recorrentes da Polícia Federal Argentina, a já mencionada *Detenção por Averiguação de Identidade*, atribuição que, naquela época junto com os antigos *edictos policiales*, possibilitava o império absoluto da Polícia sobre a população de Buenos Aires. Era também um dos mecanismos utilizados para elaboração de estatísticas e que, como referi anteriormente, era acionado naqueles dias de luta da polícia para *mostrar serviço* e contestar as opiniões que defendiam não só a redução de seu poder, como também sua substituição por uma instituição policial autônoma vinculada à CABA.

253 Artista de rua.

Naquelas situações, Victor era repetidamente levado às *comisaria*s, uma vez que ainda não funcionavam as instituições de custódia para contraventores. Ele e outros mais que eram recolhidos nas ruas costumavam ser levados para o que ele chamava de *calabozo*[254]. Ficava, em média, 10 horas detido, com o que se perdia todo o dia[255]. Mas nunca havia sido vítima de pancadaria por parte dos policiais. Da mesma forma, nunca lhe tiraram os instrumentos com os quais atuava nas ruas. Mas a detenção por si só "era molesta". Assim, uma das coisas que era preciso dominar no dia-a-dia da rua era o conhecimento sobre o posicionamento dos policiais nas quadras e calçadas. Estes não só podiam abordar a um *busca* como também, e principalmente, chamar por rádio a *Brigada*. Representando, como se estivesse em um ônibus, demonstrava suas alternâncias entre tocar o instrumento e, de repente, baixar o corpo para não ser visto por um policial posicionado na rua. Para evitar percalços em suas atividades, era preciso configurar um conhecimento específico que envolvia tocar e, simultaneamente, equilibrar-se no ônibus e manter a percepção na conjunção das variáveis tempo de viagem, espaço da cidade e polícia nas ruas.

No domínio dessas variáveis se refletia seu talento particular. Dessa forma, na medida em que aprendia as *regras* da rua, era menos abordado ou detido. Assim, ele desenvolvia seu próprio conhecimento e domínio sobre o *estar nas ruas* e, em função disso, consolidava-se mais naquela ocupação de *busca*. Contornando as armadilhas de cada esquina, absorvendo os infortúnios, reelaborando-os para transformar em vantagem, ele não era simplesmente um *busca* a mais. Ele ia se tornando *o busca*. Aquele a quem os mais jovens acorriam, para perguntar sobre os melhores pontos de venda ou quais os pontos da cidade mais propensos à repressão policial.

Por volta do ano 2000 Victor decidira mudar dos ônibus para os trens do metrô. Disse que fez isso por não aguentar mais as formas como as pessoas se tratavam naquele ambiente. Fazendo caretas, imitando distintas vozes e incorporando personagens, Victor descrevia as formas como as pessoas eram tratadas, variando a intensidade da violência de natureza verbal a que eram submetidas. Ele disse que nunca testemunhara violência

254 O mesmo que calabouço, em português.

255 A lei lque regulava a detenção por averiguação de identidade (n. 23.950) tinha sido modificada em 1991, no sentido de diminuir a quantidade de horas que a pessoa detida podia ficar presa na comisaría. Esse período passou de um máximo de 24 horas a 10.

de natureza física, até o dia que decidiu deixar os ônibus.

Naquela ocasião ele fora impedido de tocar por um motorista, que inclusive o teria insultado. *Enojado*, como disse, decidiu tomar de parte das moedas que tinha e pagar a passagem. O motorista disse que ele não podia pagar e tocar. Ele disse que não ia tocar, mas que, como todo o mundo, tinha direito a entrar no ônibus e não ser insultado. O chofer, transtornado, teria dito que no ônibus *dele* um "*busca hijo de puta*" não andava. Foi a senha para Victor devolver-lhe os insultos de forma veemente. O motorista levantou-se e desferiu-lhe um soco na boca. A confusão generalizou-se e logo outros motoristas pararam seus ônibus para formarem uma *patota* contra Victor. Os *buscas* também se uniram em sua defesa. Desenhava-se assim uma batalha campal, o que foi evitado pela presença providencial da polícia que, ao saber de todo o conteúdo do episódio, decidiu não levar ninguém detido. Após aquele dia, Victor nunca mais quis saber de tocar nos ônibus e se submeter àquele "tratamento indigno por parte de outro ser humano".

O discurso em tom politizado era uma das características de Victor, ainda que não fosse um militante na acepção do termo. Na verdade, era avesso às doutrinas partidárias ou organizativas. Mais tarde, quando passei a andar seguidamente com ele por Almirante Brown ou nos trens, testemunharia situações em que ele buscava esquivar-se das investidas de Juan para fazê-lo parte da *Frente Obrera por la Libertad*, um coletivo de inspiração anarquista do qual seu amigo era dirigente e que tinha significativa atuação entre os desempregados em Almirante Brown. Mas talvez a verve crítica daquele que se dizia um *busca* tenha se originado em sua casa, na convivência com sua velha mãe, Margô, que viera do Uruguai na década de 1970 fugindo da repressão política em seu país. Como ela costumava dizer, "um salto da panela para o caldeirão".

Margot

A mãe de Victor trabalhara como secretária em um banco, no centro de Montevidéu. Era viúva e Victor era muito pequeno quando se viu obrigada a deixar seu país. É que ela, inadvertidamente, concordou com o pedido de amigos seus, bancários como ela, para realizar reuniões políticas em sua casa. Da mesma forma, lhe pediam para levar encomendas para postar no correio, guardar coisas, entre outras solicitações que ela nunca julgara problemáticas. No entanto, logo após o golpe militar de 1973, as coisas

começaram a mudar em sua vida. Ela foi comunicada pela Diretoria do banco em que trabalhava que seu nome fora anunciado pelas autoridades do novo governo enquanto suspeita de colaborar com o grupo considerado de extrema-esquerda, Tupamaro[256]. Segundo Margot, foi seguida durante meses, assim como sua correspondência era seguidamente violada por agentes do governo. Como não se conseguiu provar nada contra ela, concederam-lhe a possibilidade de aposentar-se parcialmente aos 35 anos de idade. Uma legislação assim o permitia, por ser ela viúva e mãe de uma criança menor de idade. Victor tinha quase cinco anos quando sua mãe vendeu o confortável apartamento de Montevidéu, decidindo por migrar para a província de Buenos Aires.

Na localidade de J. Marmol, ao sul de Buenos Aires, criou Victor, seu único filho, o qual Margot definia enquanto uma pessoa de um coração infinito e de grande espiritualidade. E isso desde pequeno, quando estudou nos colégios públicos da região, onde sempre estava envolvido com empreendimentos culturais. Participava das peças de teatro, praticava esportes e, sobretudo, tocava violão para os colegas. A música era uma herança da própria mãe, uma pianista de mão cheia. Quando os conheci, eles estavam em busca de um piano para que ela e Victor praticassem, mas o dinheiro "nunca alcançava".

Os *subtes*

Da mesma forma o dinheiro não alcançava na casa de Victor em 2000, quando tão logo migrou das ruas para os ambientes dos *subtes*. Antes da confusão com o motorista, porém, ele reativara uma velha amizade com um outro *busca* que trabalhava em uma das cinco linhas que atende a cidade. Um boliviano, "*cuerpo grande, pelo largo*" que tocava os mesmos instrumentos que ele e com o qual havia se conectado musicalmente. Neste reencontro, o amigo chamou-o para um *asado* em sua casa. Na conversa que tiveram, Victor disse que gostaria de fazer o mesmo, ou seja, tocar no metrô. Na época, o espaço dos *subtes* não era dos mais concorridos. Combinaram de encontrar-se e, se possível, tocar juntos. Com o sucedido nos ônibus, Victor não pensou mais e resolveu aceitar aquela parceria. Assim foi feito por um tempo, mas logo seguiria *carrera solo*.

256 O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T), ou simplesmente Tupamaros, é um movimento político do Uruguai que teve uma etapa de atuação enquanto guerrilha urbana, de esquerda radical, de inspiração maoísta, nos anos 1960 e 70. Em 1989, após a redemocratização do país, desmilitarizou suas iniciativas, integrando-se à esfera política-parlamentar.

Segundo Victor, não havia muita gente atuando no metrô naquele período. Havia umas moças que vendiam pequenos cartões com dizeres que eram distribuídos para os passageiros. As pessoas davam o que queriam. Tinham alguns poucos músicos, como ele e o boliviano. Com o passar do tempo, passaram a chegar outros, em função dos conhecimentos que tinham com aqueles que já estavam estabelecidos. Da mesma forma, os vendedores foram não só aumentando em quantidade, como também se diversificaram os produtos. Em função dessa circulação de sujeitos na venda ambulante, sobretudo de origens nacionais diversas, a Polícia Federal Argentina passou a se fazer representar mais incisivamente por agentes das Brigadas, que atuavam de maneira diferenciada daqueles que tão somente custodiavam as cabeceiras das linhas ou mesmo os trens do metrô. Com isso, passou-se a exigir pagamento dos ambulantes e *buscas*. O músico dizia que isso não acontecia com *buscas* como ele, pois não havia mercadorias a seqüestrar.

Geralmente os mais antigos tinham a capacidade de indicar outros, o que se respeitava. Havia uma certa hierarquia nesse sentido, ainda que volta e meia algum desavisado subvertesse essa ordem. Foi o caso de um homem que certa vez dirigiu-se humildemente aos *buscas* que atuavam no metrô, perguntando se podia vender *tartas*[257]. Recebeu a permissão após uma reunião dos *buscas* locais. Com pouco tempo passou a se fazer de *capo*, crescendo mediante um discurso repressivo contra outros postulantes a um espaço, exercendo assim um controle do território.

Victor dizia que os *buscas* são como *perros*[258], que marcam territórios e que às vezes, para defendê-los, mordem. Ele concebia como razoável a idéia de proteger o mercado, para não banalizá-lo, assim como evitar o ingresso de pessoas que tivessem outros propósitos junto aos clientes. Mas perguntava-se qual era o preço a ser pago para efetivar essa proteção. Em sua concepção, havia um limite para as práticas que defendessem os interesses daqueles que estavam naqueles espaços e que as vias deveriam ser sempre as mais seguras, pacíficas e justas.

Segundo me disse, acreditava ser justo permitir que todos tivessem direito a tirar o suficiente para sua sobrevivência diária, no menor tempo possível. “Assim todos

257 Comida típica argentina, semelhante a um empadão.

258 Cães, em castelhano.

trabalhamos, não é?". Houve poucos momentos em que, mesmo com sua aura pacífica, viu-se obrigado a participar de *sessões corretivas* contra sujeitos que desafiavam as regras de convivência entre os ambulantes no metrô. Não era sempre, mas ocorria. Os *buscas* se reuniam, ameaçavam e empurravam o indivíduo desrespeitoso que, caso revidasse, era *cagado a trompadas*[259]. Não fazia muito seu estilo, mas dizia que aderia àquelas ações no que tocava às ameaças e ao *empurra-empurra*. Dizendo isso, demonstrava corporalmente, enfatizando os olhares e exposição dos dentes que podia assumir naquelas ocasiões. Sim, os *buscas* podiam ser como cães, caso quisessem.

Nos trens do metrô, Victor disse ter trabalhado mais quatro anos, entre 2000 e 2004, sempre como músico. Eventualmente tentava tocar nos trens que saíam de Constitución, particularmente entre as localidades de Temperley e Glew. No entanto, não eram nada fáceis tais incursões. Tão logo chegou nos trens, os *buscas* que ali estavam questionaram sua presença. Mesmo sabendo que se tratava de um *busca* antigo nos ônibus e metrô, não lhe abriram possibilidades de se integrar naquele mercado. Era bem verdade que o metrô lhe parecia melhor, pois as pessoas que lá viajavam, em geral, eram de melhor nível sócio econômico. Mas nas viagens de ida e volta para J. Marmol, e depois para Glew, não estava mal aquecer as cordas vocais e os dedos, assim como ganhar algumas moedas extras. Disseram-lhe as regras, informando que havia um *arreglo* semanal com integrantes da *Brigada* da Polícia Federal. Ele disse que nos subterrâneos não *arreglava* com ninguém, pois há muito estava na estrada. Não havia possibilidade de conversa, segundo lhe afirmavam em conversas tensas, sempre desagradáveis. Eram situações em que dentes lhe podiam ser mostrados.

Com o dinheiro que ganhou em suas jornadas diárias, que variavam entre 3 e 5 horas, Victor teria participado do sustento de Ayelen, sua filha. Quando conheci Victor, ela tinha 15 anos, fruto de uma relação do músico com uma jovem pertencente à classe média residente em Adrogué, com quem se casou. Esta mulher, segundo me disse Margô, não perdoava a Victor por sua simplicidade e desapego às coisas materiais. A separação teria sido inevitável. Naqueles dias que conversávamos, Victor agilizava o divórcio para casar-se novamente com Veronica, mãe de Nagual. Para alegria de Margô, que se dizia bastante satisfeita com a nora, a quem considerava uma mulher simples,

259 Expressão que se reportava ao ato de surrar alguém. Para mim soava muito parecido à expressão carioca que, em contextos análogos, referia-se a "encher de porrada" uma pessoa.

mas trabalhadora e dedicada aos problemas comuns da família.

Os dias em Glew

Veronica tinha pouco mais de 35 anos quando a conheci. Era morena, de estatura mediana, e tinha cabelos pretos. Natural de Tucuman, no norte do país, ela conhecera Victor ainda no secundário. Eram amigos, mas depois se distanciaram. Anos depois, em um reencontro festivo de ex-alunos do colégio, passaram a namorar. Naquele instante, já viviam juntos havia cinco anos, dois dos quais com a presença de Nagual. Vero, como era chamada, estava desempregada havia um tempo. Para contribuir com a manutenção da família ela costurava aventais escolares e vendia incensos em uma barraca de feira. Era, portanto, ambulante aos sábados e domingos. Com o que obtinha, pagava algumas contas e comprava alimentos diários, como pão e leite. Era uma mulher educada, inteligente, e se mostrava também muito atenta às tarefas domésticas. Durante minhas visitas, conversava comigo sobre seu dia-a-dia, através do qual tive conhecimento sobre a dinâmica da vida naquelas redondezas.

Ela diariamente levava Nagual ao *jardin*. Trata-se de um estabelecimento público, pertencente ao governo da municipalidade de Almirante Brown, e que recebe as crianças a partir dos dois anos para pô-las em contato com o ambiente escolar. Em minha experiência pessoal, no Rio de Janeiro, tive que pagar por estabelecimentos assim para meus filhos, pois não há instituições públicas que recepcionem crianças a partir dessa idade. Salvo em algumas regiões onde há creches municipais, mas as vagas existentes não contemplam todas as demandas. Da mesma forma, a existência de creches públicas no Rio não é tão disseminada quanto observei na cidade portenha e no conurbano, as chamadas *guarderias publicas*. Isso permitia que Veronica se envolvesse em atividades laborais ainda que informais, até que foi aprovada em um concurso para trabalhar como merendeira em uma escola da região.

Por aqueles dias ela se dizia preocupada com a percepção de que o consumo de *paco*[260] estava crescendo entre os adolescentes da localidade. De fato, a duas quadras da casa de Victor era comum eu passar por um grupo de 10 ou 15 adolescentes que, invariavelmente, tomava cervejas e falava em altos brados por seguidas horas. Fosse dia

260 O mesmo que crak, uma droga que resulta do aproveitamento do subproduto da elaboração da cocaína.

de semana, feriado, sábado ou domingo. Eram os *pibes de la esquina*, como os chamava Victor. Segundo meu interlocutor, eram *chorritos*[261] que tinham o péssimo hábito de furtarem os vizinhos para financiar seus hábitos de consumo. Certa vez, alguns deles se envolveram com o roubo de uma leitoa, o que acabou gerando brigas entre eles. Na confusão, um dos jovens teria sido alvejado por um outro. Veronica dizia que estavam ficando loucos e perdendo a noção de limites. E era pensando neles que Victor procurava, tanto quanto possível, não expor sua residência.

Casa de Victor

Victor, Vero e Margô tomam mate

Victor e Nagual

Eu, Victor e família

261 O mesmo que ladrõezinhos.

Em uma dada ocasião, convidei Victor e sua família para visitar a mim e minha mulher em Buenos Aires. Esperava retribuir com um *asado* todo o carinho e atenção com que eles sempre me recebiam. Ele encantou-se com o convite, mas disse que nem todos poderiam atendê-lo. Alguém teria que ficar com a casa, pois havia risco de invasão. Por essa razão, inclusive, não se podia tirar férias em família ou passar-se os períodos de festas na casa dos parentes em Tucuman ou no Uruguai. Imediatamente lembrei-me de Jorgito, para quem as quatro paredes de seu negócio o oprimiam. Cotidianamente, a vida de Victor parecia fundamentada em dois princípios: a possibilidade de livre circulação e despojamento material. Contudo, a vida em Glew, condizente com suas condições econômicas, parecia impor uma relativização ao seu próprio conceito de liberdade. Ele não podia circular por todo lado e em todas as situações que quisesse.

Um *busca* na escola

Naqueles dias Victor já havia deixado a venda ambulante. Dois anos antes fizera concurso para professor de música em uma escola da província de Buenos Aires. Foi aprovado e, desde então, dava aulas de música para crianças ali mesmo em Glew. Segundo me dizia, graças à decisão de tocar nos meios de transportes, ele não só mantivera gosto pela música, mas também havia se mantido ativo, especializando-se profissionalmente. Tocando pelas moedas que o público voluntariamente lhe outorgava nos coletivos e composições de trens, ele transformara uma vocação recreativa em uma profissão que lhe rendia, mensalmente, cerca de 2.000 pesos.

Perguntei-lhe certa vez se ele ganhava mais como professor ou como *busca*. Sua resposta foi categórica: “Ganho mais, pois trabalho menos”. Tal qual Hector me dissera, a racionalidade econômica de um *busca* se estabelece sob bases distintas daquelas que favorecem a acumulação. E nas muitas vezes que estive em sua casa observei que sua lógica era realmente avessa a pensar demasiadamente no porvir. Os recursos que dispunha eram, para além de pagar as contas de abastecimento de água e energia, garantir o sustento de Nagual e Veronica. Por isso mesmo sua casa tinha dimensões bem modestas, decorada com móveis precários, mas funcionais.

Na literatura sociológica é possível encontrar relatos sobre identidades urbanas cuja

racionalidade econômica não se coadunam com a lógica capitalista. Uma delas é a etnografia de Nels Anderson (1998) sobre os denominados *hobo*s, homens e mulheres que viviam em uma espécie de nomadismo urbano entre meados do século XIX e a três primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos da América. Segundo aquele autor, um *hobo* era um trabalhador não especializado que vivia na conexão entre o campo e a cidade. Sem fixar-se em nenhuma região, era uma mão-de-obra vital para o processo de expansão dos Estados Unidos para o oeste.

A cada nova cidade ou vilarejo que se formava, construções de casas, estradas, abertura de poços, entre outras atividades, demandavam significativa quantidade de mão-de-obra, preferencialmente barata. Os *hobos*, que se deslocavam de região para região valendo-se da complexa ramificação dos serviços ferroviários, eram os provedores de tais demandas. Talvez por isso suas presenças nos comboios, geralmente clandestinas, eram toleradas pelos funcionários das companhias ferroviárias, instalando um jogo de contornos e evitações durante as viagens que muito me fez lembrar as relações entre camelôs e agentes ferroviários nas minhas observações nos trens da Central do Brasil. Indo de um lugar para o outro, procurando sempre instalar-se em localidades que oferecessem condições adequadas a seus ganhos, os *hobos* acabavam por indicar uns aos outros quais regiões de uma cidade eram melhor para se instalar. Tais indicações podiam ser dadas em comunicações diretas ou através de símbolos e códigos que eram deixados nas localidades, conslidando uma linguagem de comunicação que era parte de uma cultura particular de *hobo*.

Em minhas andanças por Buenos Aires eu percebi a existência de regiões onde os *buscas* buscavam igualmente se instalar. Hotéis baratos, próximos a estabelecimentos com comida igualmente barata, contíguos às estações de trens e metrôs, possibilitando o acesso de pessoas que circulavam, como também um rápido deslocamento para diferentes regiões da cidade e do conurbano. Contudo, havia também aqueles que já haviam se estabelecido em propriedades, particularmente no conurbano, o que não era encarado como uma base para possibilitar a acumulação de bens e recursos. Era esse, justamente, o caso de Victor.

Seu carro, um volkswagen modelo *senda*[262] da década de 90, andava somente pelas ruas de terra de Glew, pois estava em situação muito precária. Acionava o motor mediante o recurso da chamada *ligação direta*; não tinha faróis ou lanternas, o que lhe impedia de circular à noite; assim como não possuía mecanismos para limpar para-brisas de forma a enfrentar adequadamente os dias de chuva. Igualmente a mobilete, com a qual Veronica circulou durante sua adolescência, requeria investimentos tamanhos que melhor seria comprar uma nova. Nada disso, porém, parecia importar a Victor e sua família, os quais me receberam todas as vezes em clima festivo. Raras foram as situações onde não organizou-se um *asado* para mim, regado a vinho e muita carne. Para ele era um prazer encontrar-se com seu amigo *brasilero*, me dizia. Não poderia haver limitações orçamentárias para aquelas ocasiões.

Empregado público, Victor passava seus apertos. No entanto, não se fazia de rogado nestes momentos: tomava consigo seu *charango* ou seu violão e partia para o trem. Dessa forma, em poucas horas, de moeda em moeda, ele garantia o jantar ou mesmo o almoço do dia seguinte. E isso muito rapidamente, para evitar os *capos* que poderiam questioná-lo. Ao mesmo tempo, divertia-se e reencontrava alguns poucos amigos que fizera naquelas idas furtivas ao ambiente ferroviário. Com ele fiz algumas viagens naquela condição e, na prática, ele tornou-se meu principal interlocutor para compreender como se estruturavam os acordos que permitiam a organização da venda ambulante nos trens.

Paralelamente a minha interlocução com Victor – que se transformou numa grande amizade - eu segui com minhas conversas com passageiros de trem. Assim eu seguia em contato com realidades sociais distintas, percebendo que entre elas havia um conjunto de valores e regras que circulavam, responsáveis pelo compartilhamento de aspectos comuns que estruturavam aquela sociedade. Essa percepção eu contrastava com minhas experiências no Rio de Janeiro, onde as sociabilidades entre as regiões da cidade diferiam, como também podiam ser distintos os valores que se compartilhavam em um lugar e no outro. Em Buenos Aires, porém, eu percebia que, predominantemente, em

262 O modelo senda, na Argentina, equivale ao voyage, modelo volkswagen fabricado no Brasil entre 1982 e 1995. Sobre o período de fabricação ver http://carplace.virgula.uol.com.br/novo-seda-da-linha-vw-gol-deve-trazer-de-volta-o-voyage/

cada ambiente as configurações entre fatos históricos e contemporâneos, que se representavam de maneiras distintas, também resultavam em configurações distintas de Estado, sociedade, como também noções de legalidade e ilegalidade. E isso tinha conseqüências, como veremos.

Clarita

Retornando de uma das muitas viagens que fiz à casa de Victor, conheci uma jovem vendedora que trabalhava em um dos *puestos* da plataforma 6, por uma diária de $ 35 (trinta e cinco pesos). Com ela aprendi um pouco mais sobre como se podem *arreglar* as coisas em Constitución. Seu nome era Clarita e contabilizava 36 anos quando nos conhecemos. Era branca, de cabelos negros, baixinha e quando sorria trincava seus

grandes dentes, deixando-os à mostra por um tempo. Ela morava em Gutierrez, distrito de Berazategui, também no sul bonaerense. Em nosso primeiro contato, ocasião em que comprei de suas mãos umas lentes de aumento que me serviram apenas para *puxar papo* com ela, mostrou-se muito solícita. Ao longo daquela tarde, à medida que tentávamos nos entender, dizia-lhe com cuidado do que se tratava minha pesquisa. À medida que compreendia, sentia que se pôs a pensar em como podia ajudar-me. E assim o fez durante semanas. Mesmo depois de ter sido dispensada do trabalho, após os períodos de festas natalinas, ela seguiu aportando informações ao meu trabalho sobre o que ela chamava “o mundo de Constitución”.

Clarita trabalhava em um *puesto* cuja especialidade era a venda de ferramentas e pequenas utilidades para o lar. Estava localizado em uma plataforma na qual haviam outros quatro *puestos*, além de um *kiosko* que vendia sanduíches. Era casada com um homem doze anos mais velho que ela, ao qual inicialmente detestava por que pensava que freqüentava a casa de sua família interessado em sua mãe, uma *entreriana*[263]. No entanto, há cerca de 20 anos, ele a pedira em casamento, surprendendo-a. No entanto, ela não pensou muito para aceitar tal pedido. Rindo, dizia-me que não tinha idéia quanto era tênue a linha que separa o ódio do amor. Por outro lado, atribuía a rapidez do seu

263 Pessoa que nasce na província de Entre Ríos, localizada logo acima de Buenos Aires, no sentido nordeste.

"sim" à faceta prática e objetiva que dizia ter; pelo menos, brincava ela, podia ser uma explicação do por quê estava ali no meio de uma tenda com tantos alicates, chaves de fendas, fitas métricas, entre tantas outras preciosidades utilitaristas.

Ela trabalhava naquele *puesto* havia alguns meses. Antes tinha sido responsável pela limpeza cotidiana de um cabeleireiro. Estava sempre trabalhando para, dessa forma, ajudar o marido a criar os dois filhos. Era natural de La Plata, mas o marido era de Posadas, capital da província de Misiones, no nordeste do país. Juntos ganhavam pouco mais de $ 2.000 ao mês, mas como moravam em uma casa que lhes pertencia, conseguiam dar aos filhos uma alimentação decente, além de mantê-los na escola.

Clarita se dizia obcecada por estudo. Lembro-me que seus olhos ficaram fixos em mim e brilhavam quando lhe disse, com meu sotaque arrastado, que era antropólogo e que estava realizando um *estudio*[264] sobre o comércio ambulante. Expliquei sobre o convênio entre uma universidade brasileira e a Universidade de Buenos Aires, que parece ter servido de senha para ela falar de sua experiência como estudante na Universidade Nacional de Lomas de Zamora, ali mesmo no sul bonaerense. Ela começou a cursar Pedagogia, após um ano de *CBC*[265]; no entanto, teve que deixar a universidade para ajudar o pai, um *tucumano*[266] que vivia em Buenos Aires há mais de 40 anos, o qual ficara doente e impossibilitado de trabalhar. Fechar o ciclo universitário era uma questão pendente em sua vida, segundo dizia, a qual resgataria em momento oportuno. Mas ela afirmava não deixar que o casal de filhos se desviasse do caminho que ela, infelizmente, não pôde trilhar.

Em seu cotidiano no *puesto*, sempre sorridente e atenta – até por que seu patrão tinha o péssimo hábito de furtar mercadorias para testar seus empregados – ela expressava muito dos valores que eu já percebera em outros segmentos das sociedades portenha e bonaerense. A perspectiva de crescimento mediante o trabalho; a crença no processo educativo como capaz de pavimentar caminhos seguros em termos técnicos e morais,

264 No ambiente ferroviário eu utilizava o termo estudio para designar pesquisa, em alternativa a outro termo sinônimo em castelhano que é investigacion. Afinal, investigacion é não só pesquisa, mas investigação que é o que faz a Polícia. Por uma questão econômica, para evitar ter que dar explicações acerca das distinções do emprego dessa categoria nos círculos policiais e acadêmicos, pareceu-me pertinente sempre referir-me a realização de um estudo.

265 Ciclo Básico Comum, já descrito anteriormente.

266 Natural da província de Tucuman, no norte argentino.

assim como uma devoção irrenunciável à família.

Clarita mantinha conversas de mesmo contéudo com Brian, um jovem de 16 anos que trabalhava com ela no *puesto*. Este a chamava de *tia*, e ouvia atentamente quando ela lhe dizia que deveria levar muito à sério a oportunidade que tinha de estar estudando. Afinal, muita gente vinha da Bolívia e do Paraguai para ter acesso àquilo que era direito de todo argentino.

Brian

Brian, por sua vez, era um rapaz de cabelos negros, escorridos, magro e de pele morena que andava sempre com as calças meio que caindo. Morava em Glew, estudava em Adrogué e sua vida circulava entre esses dois distritos de Almirante Brown e a estação de Constitución. Quando o conheci, dizia nunca ter ido à cidade. Convidei-o para perambular com ele pelas ruas da capital, mas dizia não ter tempo, pois após o trabalho tinha que ir para a escola. Estava sempre sorrindo e com o tempo passou a me recepcionar, nas situações em que Clarita não estava. Morava com o pai, já que a mãe falecera havia um tempo. Freqüentava o colégio, mas ainda lhe faltava bastante para poder concluir o ensino médio. No entanto, dizia que não vivia com os *pibes de la esquina*[267] e que esperava um dia poder ajudar sua família a viver em um lugar melhor. Brian, em contraposição aos adolescentes de sua vizinhança, era um *pibe de familia*.

O rapaz era sobrinho do dono do *puesto* em que trabalhava Clarita e, como tal, ele estava sempre circulando entre os vários negócios do tio em Constitución. Ele dizia que o irmão de sua mãe tinha outros negócios, em vários lados, como era o caso de uma

bicicleteria nas proximidades da estação da localidade de Florêncio Varela. Esta última era uma espécie de estacionamento coberto onde as pessoas podiam guardar suas bicicletas durante o dia. Dessa forma, não precisavam viajar com elas nos trens até a capital, utilizando os desconfortáveis *furgones bicicleteros.* Como pude observar, havia uma grande quantidade de pessoas que faziam uso de tais meios de transportes entre as estações e seus locais de moradia no conurbano. Alguns deles

267 Essa expressão ele utilizava para fazer referência àqueles jovens adolescentes que não estudavam e/ou trabalhavam, ficando a maior parte do tempo conversando nas esquinas e, como dizia, se metendo em confusões.

distantes do centro das respectivas cidades, em bairros onde eram numerosas as ruas de terra, com valões a céu aberto. Lugares onde viviam as camadas mais pobres da população, onde havia gente que, como alegava Brian, não podia dispor diariamente de $ 2 para guardar uma bicicleta. Ele mesmo costumava viajar no trem com a sua.

Perguntei-lhe certa vez por que não deixava a bicicleta guardada no negócio do tio. Brian afirmou que era importante não confundir as coisas. Afinal, o negócio era do tio e ele não queria dever favor ou correr o risco de que, com isso, o irmão de sua mãe deixasse de pagar a ele o combinado. Era como que consensual entre seus familiares que já era hora dele ser responsável por si próprio, não sendo um peso a mais para seu pai e a madrasta. Por outro lado, caso ele tivesse que ir a algum outro bairro ou localidade, ter a bicicleta à mão ajudaria a economizar o dinheiro da passagem que era cobrada nos precaríssimos ônibus que serviam os bairros do conurbano. Desconfortáveis, barulhentos e bastante sujos, eles cobravam às vezes tarifas mais caras que aquelas praticadas na cidade, considerando o valor da passagem e a quilometragem percorrida. Para a casa de Clarita, por exemplo, era necessário tomar um ônibus que cobrava $1,20 por um trajeto de, mais ou menos, sete quilômetros desde a estação ferroviária de J. M. Gutierrez.

Como ter um *puesto* em Constitución

Em uma certa ocasião, antes que fosse dispensada, Clarita contou-me detalhadamente como é que se chegava a ser *dueño* de um daqueles *puestos*. Era uma tarde tranqüila, em que tomávamos *mate* no interior do *puestito* em que trabalhava. Ela disse-me que, em primeiro lugar, a pessoa teria que conhecer um dos *capos*[268], ou seja, um dos donos de *puestos* mais antigos atuando nas plataformas de Constitución e que fosse uma espécie de porta-voz dos comerciantes. Com esse conhecimento, e dependendo da influência deste *capo*, ele poderia veicular aos demais sua intenção que seria apreciada em uma das reuniões mensais dos comerciantes.

268 Diminutivo de capanga, como são reconhecidos as lideranças entre os comerciantes informais. Cf. Policastro & Rivero, 2005.

Uma vez aceita a proposta, a etapa seguinte era fazer chegar ao conhecimento do *comisario de policía*[269], ou do *subcomisario*, o pedido. Essa era a instância definitiva de aprovação, a qual fixaria uma taxa mensal ou semanal a ser paga para a instalação em uma plataforma. A essa taxa os comerciantes chamavam, a exemplo do observado em outros contextos, *coima*.

Além disso, o comerciante deveria permanecer atento e fiel às regras acordadas no âmbito da associação de *puesteros*. Essa, de tempos em tempos, se reunia para combinar os valores dos preços das mercadorias, quem podia vender o quê, em que plataforma, sob que condições. Quem descumprisse o que era acordado em uma reunião sofria sanções estipuladas pelo grupo. Geralmente quem as aplicava era a polícia, que visitava o *puesto* do infrator na procura de irregularidades em uma escala progressiva. Primeiro, buscavam mercadorias sem nota ou sem fatura; depois, o prazo de validade dos produtos, no caso de bebidas e alimentos; algumas vezes, os policiais perguntavam sobre o status dos empregados dos *puesteros*, se sabiam suas procedências, se não deviam nada à justiça, etc. Em último caso, os policiais retiravam as mercadorias, solicitando antes algum documento oficial que informasse a autorização para comercializar na plataforma. Caso o comerciante reclamasse, poderia ser detido por *resistencia à autoridade*. Era muito dificil haver problemas naquele arranjo, segundo Clarita, que concordava com a maneira como tudo estava arranjado. "Tem que se respeitar as regras", dizia. E para que houvesse tal respeito às regras informais que vigoravam naquele espaço era necessário pagar a *coima*.

A *coima*

O termo *coima*, como referi, era bastante difundido no universo da informalidade em Buenos Aires, como em outros segmentos da sociedade argentina. Tem praticamente o mesmo sentido que *propina* para nós, brasileiros[270], ou seja, dinheiro empregado, na

269 Trata-se da autoridade policial, responsável pela organização do serviço de policia em uma *Comisaria*. No caso de Constitución, havia um destacamento da Superitendencia de Seguridad Ferroviaria.

270 Curioso é que propina, em castelhano, significa o mesmo que gorjeta, no Brasil. Ou seja, um valor que é pago ao garçom pela prestação de seus serviços. A diferença, porém, é que em Buenos Aires a gorjeta não está incluída no preço, mas é paga

melhor das hipóteses, na contratação da aquiescência de autoridades com atividades ilegais ou não formalizadas. Era com esse sentido que era também empregado, como vimos, no metrô e nas ruas da Grande Buenos Aires. Quase sempre denotando uma relação possível de comerciantes, formais ou informais, com agentes da polícia[271].

A partir de 2005, como referi, a *Fiscalia en lo Contravencional y Faltas*, vinculada ao *Ministerio Público* da CABA, passou a atuar de forma mais incisiva sobre a *Venta Callejera*[272], particularmente sobre redes de comerciantes que naquele âmbito, como também no do Poder Judiciário, eram chamadas de *mafias*[273]. Estas eram consideradas organizações distintas, por exemplo, daquelas que passaram a explorar – com o aval da empresa concessionária Metrovias - o trabalho de camelôs que atuavam há anos nos metrôs da cidade em troca do pagamento de comissão[274]. O aumento do controle exercido pelo Ministério Público *Fiscal*, desenvolvido, sobretudo, nos anos 2005 e 2006, acabou acarretando uma série de mudanças na organização do chamado comércio informal nas ruas de Buenos Aires.

Seus efeitos se fizeram sentir mais fortemente nas adjacências da estação de Constitución, segundo a opinião de comerciantes com que conversei nas plataformas, como também nas lojas localizadas no entorno ao terminal. Como exemplo, citavam que na praça localizada em frente à estação e aos terminais de ônibus vários *puestos* foram fechados. Sobraram alguns que seguiam funcionando, regulizarizados ou não. O *Fiscal Geral-Substituto* da cidade de Buenos Aires disse-me que muitos destes *puestos* remanescentes vinham funcionando na época sob a gerência de pessoas ligadas ao Sindicato dos Vendedores Ambulantes de la Republica Argentina (SIVARA), que conseguiram negociar concessões com a Prefeitura. A cessão de *puestos* por parte daqueles contingentes, segundo aquele dirigente, significava o reconhecimento da existência de uma estrutura hierárquica no âmbito da venda ambulante na cidade e, mais do que isso, da estratificação de elites na ocupação de espaços de poder. Poder que se

---

voluntariamente pelo cliente e, muitas vezes, proporcionalmente a sua satisfação.

271 Nas cidades da província de Buenos Aires operava a polícia pronvicial, conhecida como la bonarense, que também era responsável pelas atividades de policiamento e investigação, neste último caso em apoio ao Ministério Público provincial.

272 Venda ambulante na rua.

273 http://www.lanacion.com.ar/archivo/Nota.asp?nota_id=740628

274 Por isso mesmo, na época de minha pesquisa coexistiam duas estruturas da venda ambulantes nas estações de metrô: uma legalizada, de contingente reduzido, e outra estruturada na ilegalidade, mais numerosa.

originava por se instituir a ocupação territorial de ambulantes em uma área de forte conflito entre estes e a *Fiscalia Contravencional.*

A *feira* que havia sido instituída nas plataformas de Constitución parecia ter acolhido parte desses negócios que não podiam mais se instituir do lado de fora como antes. Pelo menos Clarita acreditava que o número de *puestos* nas plataformas tinha aumentado bastante nos últimos dois anos. Da mesma forma Hector, meu amigo comerciante, dublê de antropólogo, dizia que nos últimos anos os ambulantes estavam deixando o local devido à forte incidência de *coimas*. Segundo este último, além de pagar a integrantes da Prefeitura portenha e à Policia Federal, também havia funcionários ligados à *Fiscalia* que estavam cobrando sua *participação* para "*no darse cuenta de lo que pasaba"*.

E não é qualquer dado que as plataformas da estação Constitución, assim como as ruas e praças adjacentes a ela, eram guardadas pela "sócia da venda ambulante", a Policia Federal Argentina. A *Superintendencia de Seguridad Ferroviaria* era um segmento histórico dentro da instituição policial e a ela cabia fazer a guarda e vigilância dos ambientes ferroviários[275]. Logo, era com ela que se tinha que *arreglar* para manter um *puestito* nas plataformas e nos trens de Constitución. Um *comisario* de polícia, em uma entrevista, disse-me que no interior dos trens os policiais são os únicos que podem operar, como definido no processo de privatização, mas que os policiais que eu via nos trens eram contratados pelas empresas concessionárias, como prestação de *serviço adicional.*

É possível que a *feria* do *Roca* tenha servido para manter os *arreglos* financeiros entre policiais e alguns ambulantes que estavam do lado de fora e que faziam seus negócios com a *Comisaria* local. Pelo menos era o que me propunha Daniel, o policial federal que caira em desgraça, ao qual me referi no capítulo anterior. Conhecedor daquela *Comisaria* na qual trabalhara, disse-me que esse era um tipo de *arreglo* possível, o *arreglo cruzado*, onde se faz um negócio de uma *comisaria* em outro lugar; afinal, o

275 Em algumas estações cheguei a encontrar também agentes da Gendarmeria Nacional Argentina, instituição responsável pelo policiamento das fronteiras argentinas com os países limítrofes. Era também uma possibilidade de atuação de uma agência estatal na guarda das instalações ferroviárias que eram consideradas áreas de interesse nacional. A exemplo do que ocorria com a Polícia Federal, os agentes eram contratados pelas empresas concessionárias em regime de serviço adicional. Certa vez El Tito, o jornalista, disse-me que tinha conhecimento de conflitos entre policiais federais e da Gendarmeria em função dos *arreglo*s que se faziam nas estações. Nunca tive, porém, a oportunidade de confirmar essa informação.

importante é fazer com que o dinheiro esperado pelos escalonamentos superiores, ligados às superintendências regionais, chegue na quantidade orçada idealmente.

Por outro lado, esta saída pode também ter contribuído para uma relação equilibrada entre a Polícia e a *Fiscalia Contravencional* nas ruas do bairro Constitución. Relação nada fácil, diga-se de passagem. Em meu trabalho de campo na *Fiscalia Contravencional* pude constatar que era pouca a confiança dos *fiscales* e dos demais funcionários desta na atuação transparente dos agentes policiais no trato com os vendedores ambulantes. Particularmente naqueles que eram ligados à *Comisaria* de Constitución, considerada junto com a de *Once* a mais *coimera*.

Os *capos*

Nessa estrutura de negociações, era de fundamental importância o papel desempenhado pelos chamados *capos*. Policastro e Rivero (2005), na pesquisa que realizaram na Linha Mitre a partir da estação Retiro, identificaram que a organização dos ambulantes, seja no interior dos trens, seja nas plataformas, previa a existência de capangas ou *capos*, homens que "realizam suas atividades desde muito tempo e ganharam posições reconhecidas no mesmo âmbito, que lhes outorgam uma autoridade que se encontra socialmente legitimada entre os vendedores" (Policastro e Rivero, 2005: 98). Essa posição entre os ambulantes é de muita responsabilidade, sobretudo em situações de negociação e conflito. "És capanga, então decides o que tem que se fazer e o que não tem que se fazer" (Op. cit).

Essa posição se alcança em virtude não só da antigüidade no posto e dos aspectos morais associados à pessoa, mas também em função da capacidade de negociação com diferentes atores presentes no sistema ferroviário: representantes da empresa concessionária, polícia, outros vendedores, delinqüentes, mendigos, entre outros. E essa foi uma característica igualmente emulada nas conversas que mantive com vendedores ambulantes, *buscas* e outras personagens em Constitución.

Clarita, por exemplo, me disse que o dono de seu *puesto* tinha outros três dispersos pelas plataformas de Constitución. Ele havia adquirido o primeiro em função de sua amizade com um conhecido *capo*, ainda em atividade naquele momento. Era uma pessoa tranqüila, considerada generosa pelos seus empregados, mas não era um *capo*.

Afinal, ele ainda não havia demonstrado maiores talentos nas negociações com a Polícia Federal em relação aos valores pagos pelos *puesteros* a título de *coima*. Segundo Clarita, essas reuniões entre comerciantes e policiais eram mensais e se desenvolviam não só em função das cobranças de valores, mas também para discussão sobre os acontecimentos observados nas plataformas.

É que a polícia não só fazia a concessão do espaço, como também fazia o que Clarita chamava "*la nuestra seguridad*". Diariamente, de 5h da manhã até por volta da meia-noite, um significativo número de policiais faziam ronda entre os *puestos* buscando evitar que alguns entre os 500 mil passantes diários subtraíssem quaisquer mercadorias frente a um vendedor desavisado. E era realmente surpreendente que aquele vai e vem de milhares de pessoas, particularmente nas chamadas *horas pico*, não resultasse em conflitos envolvendo tentativas de furtos, roubos ou desentendimentos por um ou outro esbarrão nas mercadorias. Particularmente em dias de jogo de futebol envolvendo Independiente e/ou Racing, times de futebol que tinham estádio em Avellaneda, primeira cidade do conurbano ao sul. Nesses dias, os torcedores saíam dos estádios em grupos barulhentos e os policiais se postavam ao lado dos *puestos*, tanto para evitar tumulto entre eles, quanto para evitar problemas com os comerciantes. Esse trabalho de segurança não se encerrava nunca, pois quando os *puestos* eram fechados se fazia necessário vigiá-los, uma vez que as mercadorias ficavam em seu interior.

Como os comerciantes não constituíam pessoa jurídica que pudesse contratar os serviços adicionais, os acordos eram fechados na base do *arreglo* mesmo. No entanto, a quantidade de agentes era drasticamente reduzida a partir da meia-noite quando os policiais, ritualmente, despachavam uma composição muito especial: o *tren cartonero*.

Era também o momento em que os negócios de Constitución sofriam uma considerável inflexão. Afinal, a partir desse momento o fluxo de trens escasseava, restando alguns poucos horários a interligarem a capital ao conurbano. Os *puestos* começavam a fechar, pois não fazia muito sentido mantê-los abertos. Da mesma forma, algumas composições de trens ficavam estacionadas em algumas plataformas, aguardando pela chegada das primeiras horas da manhã, quando se reiniciaria o movimento em função de mais um dia de trabalho para as pessoas. Constitución transformava-se, então, em um grande motel sobre trilhos, onde os vagões poderiam abrigar profissionais do sexo, que

atuavam nas noites do bairro, nas situações em que atendiam seus clientes.

Negócios esses que eram, claro, *manejados* também pela polícia federal e que, segundo Daniel, poderiam significar uma fonte de renda para alguns suboficiais. Era um negócio considerado *sujo*, *menor*, em relação aos *arreglo*s com a rede de prostituição que se estruturava a partir dos hotéis e algumas *casas tomadas* localizados nas ruas de Constitución. Negócios que corriam do lado de fora sob a vigilância cerrada da *brigada* da *16*. A partir das plataformas de Constitución, os *arreglo*s com os ambulantes, nas plataformas e nos trens, eram da competência do *comisario* e do *subcomisario*, como esclareceu Clarita. Para Daniel, porém, era possível que a comercialização de sexo nos trens estivesse sendo *concedida* pelos oficiais, uma vez que o serviço adicional nos trens não dava para incorporar todo o contingente de suboficiais da superintendência ferroviária.

Clarita dizia que também se observava a circulação de drogas, as quais eram vendidas para os clientes das *chicas*, ou entregues a elas para que, ao ambularem pelas calçadas, contribuíssem com o escoamento da mercadoria. Esse era um mercado mais regulado, que não só contava com a aquiescência dos setores hierarquicamente superiores na superintendência ferroviária, como encontrava conexões com policiais de Constitución. Daniel me disse que isso era assim por que, afinal, era importante alcançar *el blanco*, o *objetivo*, a *meta*. E uma *comisaria* como Constitución, por exemplo, tinha como meta mensal algo em torno de 1,5 milhões de pesos.

Pode ter sido em decorrência da estruturação desse *mercado marginal* nas plataformas de Constitución que Clarita veio a perder seu emprego. Pelo menos ela acreditava nisso. É que nos dias que antecederam o natal de 2007, o *dueño* de seu *puesto*, tio de Brian, a chamou e perguntou se ela estava disposta a *dobrar* os dias 23 e 30 de dezembro atendendo no *puesto*. Segundo ele, o movimento seria contínuo, pois muita gente estaria buscando presentes de última hora e ele esperava atender essa demanda a partir de seus negócios. Ela a princípio não quis se comprometer, mas a proposta de pagar mais $ 100 por dia dobrado parece tê-la seduzido. Conversou com seu marido, que não tinha feito objeção. Afinal, eram $ 200 a mais, numa época em que os gastos eram excessivos.

Na tarde do dia 22, entretanto, um senhor que trabalhava em outro *puesto*, com o qual

Clarita conversava bastante, aproximou-se e, enquanto tomavam *mate*, pediu que ela não aceitasse dobrar. O homem passou a contar-lhe detalhadamente o que mais se passava nas noites de Constitución e que não era do seu conhecimento. Este teria dito que o fato dela trabalhar durante a madrugada poderia ser interpretado como uma senha de que estaria disposta a "complementar seus ganhos de outra forma". E que as pessoas que manejavam aqueles negócios não exitariam em propor a ela ingressar nesse tipo de mercado, o que poderia dar muito trabalho para ela rechaçar, particularmente em uma noite em que as pessoas costumam beber um pouco mais. Ela decidiu acatar a sugestão do senhor e informou ao *dueño* que não trabalharia nos dias 23 e 30/12, pois seu marido fizera objeção. Após a noite de natal, ao retornar a Constitución, Clarita ficou sabendo pelos empregados dos outros *puestos* que o dono a havia dispensado, pois já não fazia mais parte de seus planos.

Durante as semanas seguintes eu segui encontrando Clarita no partido de Berazategui, no conurbano bonaerense, acompanhando-a em suas peregrinações em busca de trabalho. Ela inscreveu-se, por exemplo, nas secretarias municipal e provincial de educação, buscando trabalho como inspetora substituta nas escolas. Desempenhando essa função, ela cobriria as férias dos inspetores que fazem parte dos quadros permanentes daquelas instituições. Mas nunca chegou a ser chamada, o que a obrigou a oferecer-se como explicadora de crianças, utilizando sua própria casa. Ela tinha, de alguma forma, encontrado uma atividade mais prazerosa e mais sintonizada com suas aspirações, a partir da maneira como se representava: uma pessoa que tinha um compromisso com o conhecimento e com sua família.

Eu segui com minhas atividades pelas ruas de Constitución, minhas visitas a Victor, como também com minhas observações nas plataformas daquele terminal ao sul de Buenos Aires. Ali me apoiava em Brian para contornar os olhares indagadores de outros vendedores ambulantes os quais, nas vezes que tentei puxar conversa, ou não me respondiam diretamente ou rechaçavam-me dizendo que estavam trabalhando. Ao mesmo tempo, seguia com minhas viagens de trens, visitando passageiros inconformados, assim como conversando com os ambulantes. E a partir dessa convivência fui compreendendo que a Polícia, além de locatário dos espaços públicos e prestador de serviços de segurança, poderia ser também um importante fornecedor de mercadorias.

Os ambulantes nos trens – *capos* e *arreglos* em movimento

Para parte dos ambulantes que trabalhavam no interior dos trens a Polícia era diretamente uma sócia. É que havia alguns entre eles que vendiam CDs piratas. Em seus

cotidianos exibiam suas mercadorias de forma ruidosa, utilizando seus aparelhos de som que levavam nos braços ou nos ombros, cuja energia saía de baterias acondicionadas em suas cinturas. Constituíam um segmento peculiar entre os ambulantes, sendo alguns entre eles considerados verdadeiros *capos*. Os ambulantes que conheci, acompanhado por Victor, diziam isso deles por que, por um lado, manejavam um dos negócios mais rentáveis – um CD custava, em média, $ 5; por outro, devido às suas relações mais íntimas com a Polícia. Alguns de meus interlocutores - entre eles Daniel, uma fonte privilegiada nesse assunto - diziam que muitos daqueles CDs eram tirados de camelôs nas ruas, nas operações policiais de apoio às investidas da *Fiscalia Contravencional*. Em seguida, eram descarregados nos trens que não constituíam jurisdições do Ministério Público da CABA. Tratava-se, evidentemente, de um delito federal, mas como a polícia avalizava, o MP Federal não tomava conhecimento e, portanto, nem o judiciário. Logo, a relação de proximidade de alguns destes vendedores com a polícia fazia com que eles fossem vistos como detentores de um outro tipo de poder naquele ambiente.

Existiam os *capos* que não tinham esse tipo de proximidade com os policiais, mas que faziam os *arreglos* em nome da coletividade. Eram, como referi, ambulantes mais antigos, alguns mesmo se identificando como *buscas*, embora houvesse controvérsias quanto a esta identidade para um *capo*. Entre os *buscas*, como frisei anteriormente, era quase que uma questão de princípio não *arreglar* com ninguém. O fato é que eram respeitados por todos, incluindo os policiais que estavam ali para coletar os recursos. Eram pessoas com as quais não se devia contar na hora de arrecadar-se os recursos para repassar aos policiais, na perspectiva de deixar o mercado funcionar sem maiores

intervenções. Nem *capos* nem policiais os abordavam. Logo, suas existências eram tidas como o *top de linha*, a *meta* que um ambulante, certa vez, disse-me querer atingir: "*laburar sin tener que arreglar con nadie*"[276].

E eram muitos os ambulantes nos trens de Buenos Aires. Estes se especializavam de acordo com as mercadorias que eram oferecidas ao público. Podiam variar, dependendo se encontravam no mercado alguma oferta que contribuísse para fazerem seus negócios no menor tempo possível, de acordo com a lógica que me havia sido descrita por Hector. Não era freqüente, porém, que mudassem de artigo, pois muitos já tinham suas imagens associadas aos produtos que comercializavam, o que lhes davam credibilidade, segundo me diziam em nossas conversas nas plataformas.

A guisa de sistema classificatório, os ambulantes que atuavam nos trens podiam ser classificados brevemente, como referidos entre eles mesmos, segundo os artigos mais freqüentemente oferecidos ao público:

a) *Trapicheros* o *traperos* : são aqueles que vendem panos de prato, guardanapos, etc .

b) *Medieros* : são aqueles que vendem meias e calcinhas;

c) *Pileros*: dedicam-se a vender pilhas, baterias, tomadas, extensões, lanternas de bolso, etc..

d) *Relojeros*: vendedores de relógios, que não eram muito abundantes em função dos *altos* preços que combravam (de $ 5 para cima)

e) *Golosineros*: são os mais numerosos e se subdividem em "pastilleros", que vendem pastilhas; "chocolateros", que vendem chocolates; "masiteros", que vendem doces de confeitaria; "factureros", que vendem pães doces, entre outros.

f) *Lapiceros*: vendem lápis, marcadores de textos, canetas esfereográficas, etc .

g) *Papeleros*: comercializam cadernos, blocos, agendas, anotadores e, em algumas situações, porta-documentos e carteiras.

h) *Los Magicliks*: vendem inqueiros e acendedores de cozinha.

j) *Cantantes*: músicos em geral.

276 Trabalhar sem ter que arreglar com ninguém.

As comercializações, em geral, ocorriam nos vagões de acordo a um princípio de exposição das mercadorias a partir de seus anúncios pelos ambulantes. Concorria para isso o *arreglo* feito entre os próprios comerciantes onde estava previsto que em cada vagão atuasse um ambulante por vez. Era um momento no qual entrava em jogo toda a experiência e talento do comerciante. Este tinha alguns segundos para apresentar e seduzir os passageiros que passivos, deslocando-se de um lugar para outro, ou não estivessem plenamente conscientes de suas necessidades de consumo, ou hesitantes do ponto de vista do emprego de recursos para adquirir uma ou outra mercadoria naquele momento.

> "*Para a moça, veja a meia que lhes apresento. É da marca Crazy's, meia tornozeleira, um dos modelos de meia que mais se usam, seja no frio ou no calor. Modela todo o pé, não aperta; é totalmente absorvente e não desbota com a lavagem. Em geral custa 5 pesos um só par. Mas aqui na minha mão, três pares para a dama, três pares a 5 pesos. Também para o cavalheiro, meias tornozeleiras, três pares a 5 pesos. É da marca Crazy's, de tão boa qualidade. Podem revisar aqui, sem compromisso*"[277]

Assim, as técnicas de venda, invariavelmente, buscavam elencar as vantagens na aquisição das mercadorias que eram apresentadas, destacando-se as variáveis preço, qualidade e quantidade. Fossem objetos palpáveis, para consumo direto e exclusivo do adquirente dos mesmos, fossem produtos destinados a proporcionar momentos de confraternização, encontros em família, entre outros.

> "*Está comprovado cientificamente que o riso e o*

277 Gravação feita em 29/11/2007. Transcrição e tradução minhas.

> *humor curam uma série de enfermidades, como também prevêem uma série de males para o fígado e o coração. Bem, amigos, eu não tenho a intenção de molestá-los e desde já desculpem as moléstias. Mas antes de tudo, boa tarde a todos. Mas é que eu tenho aqui comigo o melhor do humor cordobês. E não há nada mais lindo do que compartilhar nas festas, com toda a família reunida, um bom momento de humor. E aqui temos um compilado duplo. Dois compactos em um. Como todos nós sabemos, um compacto que é vendido em qualquer livraria, dura uma hora, uma hora e quinze minutos. Aqui temos mais de duas horas de gravação. Dois compactos em um, com o melhor do humor cordobês e com convidados especiais: Cacho Garay, Coche Chavez, Yallo e muitos mais que fazem com que valha a pena. Cinco pesos, nada mais. Muito menos do que você pagaria por um só compacto em qualquer livraria. Querem ver, querem tocar? Aqui na minha mão, sem compromisso*"[278].

Entre as formas de promoção das mercadorias se recorria também ao apelo à condição de pais e mães atentos à educação dos filhos, uma das questões mais importantes do ponto de vista da sociabilidade portenha e bonaerense, como venho destacando. Ativar essa permanente preocupação das pessoas, particularmente aquelas que em virtude dos compromissos laborais tem pouco tempo para dedicar aos filhos, com os princípios de oportunidade que envolvem qualidade do produto e adequação dos preços, podia surtir efeitos desejáveis para um ambulante.

> *"A todos vocês muito boa tarde. Antes de tudo, um montão de desculpas pelas moléstias que novamente posso voltar a ocasionar. Se têm filhos em idade*

278 Gravação feita em 29/11/2007. Transcrição e tradução minhas.

escolar, esta é uma excelente oportunidade para enriquecer sua biblioteca escolar, para complementar o tradicional livro de manual de escola primária. Em quantas ocasiões o escolar tem que trabalhar com leituras, buscar contos, narrações, buscar informação ou mesmo exercitar a "lecto-escritura", ou mesmo para sanar os erros ortográficos que, em geral, todos podemos chegar a cometer. Veja, esse é um excelente manual de língua de "lecto-escritura", para buscar narrações, contos, fábulas, prosas, versos, poesias, poemas, fragmentos de grandes obras acompanhados por exercícios e atividades de "lecto-escritura", a interpretação de um texto, expressão oral, expressão escrita, lingüística, vocabulário, conceito gramatical sobre a ortografia, que é a parte da gramática onde se ensina a escrever corretamente, o correto uso das letras, quando se escreve com maiúscula, com minúscula, com bê larga e quando com vê corta, com "esse", com cê e zê, com jota e com gê, com agá, as acentuações, pontuações, os sinais, os sinônimos, antônimos, parônimos, dintongos, tritongos, que é um substantivo, um adjetivo, um nome próprio, um nome comum, um sujeito, um predicado, os verbos regulares, irregulares, a semântica, uma parte importante da escrita que nos permite utilizar corretamente todas as palavras de nosso idioma já que há algumas que, segundo a acentuação, ou um acento agudo, podem ter diferentes significados. Mais de duzentas páginas em papel platinado, fotocromo, com sete cores, excelentes ilustrações, exemplos teóricos, exercícios e atividades. Algo para destacar, através da leitura, informação sobre a história, a geografia, a

natureza; se falamos do valor creio que não confunde nem assusta a ninguém, que todos mais ou menos conhecemos o valor dos livros. Ir visitar uma livraria não me deixa mentir. Sai entre $ 18 e $ 20 pesos nas livrarias. Quanto vai pagar hoje, nesta oportunidade? Tomara possam aproveitar. Vale $ 5 pesos. Cinco pesos lhes cobro. Eu lhes vou convidar ante todos a ver, tocar, sem compromisso"[279]

Os *cantantes*

Como referi, aqueles que se dedicavam a cantar ou tocar nos trens, como era o caso de Victor, eram os *buscas* mais apreciados. Limitados a um por trem, suas intervenções sempre arrancavam aplausos do público que, em geral, separavam moedas para oferecer-lhes após suas execuções musicais. Era possível que um vendedor percorresse todo um vagão sem vender absolutamente nada; o mesmo não acontecia com um músico que recebia moedas que variavam dos $ 0,05 centavos até $ 1. No entanto, o mais usual é que lhes fossem dadas moedas de $0, 25 ou $ 0, 50 centavos. A despeito disso, ao final de algumas poucas horas se arrecadava uma soma considerável. E isso sem que fossem obrigados a adquirir mercadorias nos negócios de atacado.

Em uma ocasião Victor e duas amigas saíram para tocar. Eu os acompanhei, ficando responsável por ajudar na coleta dos recursos. Em duas horas, após percorrermos não mais que cinco trens, arrecadamos $ 86, o que equivalia a algo próximo a US$ 27 dólares, na época. A incursão dos mesmos fora acompanhada de perto, como observei, pelos *buscas* que atuavam entre Temperley e Glew naquela tarde. Pareciam dispostos a questionar a presença de meus amigos, mas foram dissuadidos por um evento curioso.

279 Gravação feita por mim em 9 de junho de 2009. Transcrição e tradução: Lucía Eilbaum

Rosa, Maria e Victor tocam ao sul de Buenos Aires

Alguns *buscas* mais antigos aproximaram-se dos três músicos e perguntaram se haviam ganho muitas moedas. Victor abriu a bolsa onde estas vinham sendo depositadas pelos doadores, contou-as e disse o valor: algo em torno de $ 70. Os *buscas*, então, pegaram os bolos de notas que tinham e ofereceram valor análogo, em troca das moedas. Assim, havia se estabelecido um momento de reciprocidade, onde ficou claro que os músicos, dentro daquele sistema de práticas, tinham essa capacidade de arrecadar um volume importante de moedas, boas para dar troco aos clientes, como também para se viajar de ônibus em toda grande Buenos Aires. E isso não era qualquer coisa, em uma conjuntura onde vários supermercados pertencentes a chineses vinham retendo moedas para vendê-las em uma espécie de mercado negro que se havia instituído em toda Grande Buenos Aires, diante de uma verdadeira escassez daquele recurso monetário.

Assim, esses e outros *ramos*, baseados nas mercadorias oferecidas, estruturavam um mercado dinâmico, no qual desfilavam *buscas* e ambulantes diversos, cada qual com suas competências. Como me dissera Hector, eles procuravam colocar-se no meio do *tempo* das pessoas, fazendo-as refletir, se representar, lembrar de datas ou ocasiões ou, tão somente, desejar um *momento lindo* através de um presente, uma lembrança, um afago, fosse para si, fosse para um ente querido. E dessa forma, a exemplo do que eu já identificara nos trens do Rio, os ambulantes constróem a pertinência de suas atividades e a legitimidade de sua pertença, dentro daquele mercado onde circulam mercadorias, desejos, representações e, como muito me chamou a atenção nas falas e categorias

daqueles homens e mulheres vendedores, os valores fundamentais que estruturavam a vida naquela sociedade.

Este mercado se organizava desde a manhã, cujos atores se distribuíam em distintos horários, em função dos *arreglo*s com a polícia, mas também de acordo com as negociações que faziam entre eles mesmos. E os *capos* no interior dos trens, independente das razões pelas quais eram assim considerados, tinham o mesmo papel daqueles situados nas estações, particularmente nas plataformas de Constitución: fazer funcionar as regras acordadas entre os ambulantes de forma a disciplinar os conflitos entre eles.

A exemplo do que havia sido detectado por Policastro e Rivero no outro extremo do sistema ferroviário em Buenos Aires, fazia parte das regras não haver duplicidade de vendas no interior dos vagões. Um ambulante deveria sempre esperar o outro anunciar e vender seu produto para depois oferecer suas mercadorias. Caso ambos coincidissem nos produtos comercializados, o vendedor que efetuara a venda deveria saltar um vagão, fazendo com que o vendedor que aguardava sua vez pudesse acessar o público prioritariamente. E tudo isso fazia parte de um conhecimento internalizado por todos – incluindo os *buscas* - que estavam ali cotidianamente, não se fazendo necessário falar muito sobre isso. Salvo em situações quando um incauto não observava tais regras, ocasiões onde o *capo* era acionado e, dependendo das circunstâncias, todo o sistema de sanções que se assemelhava àquele descrito para as plataformas de Constitución.

Também era muito importante observar os chamados *cruces*, que eram as estações previamente acordadas como limítrofes para a atuação de um determinado contingente de camelôs. Da mesma forma, os *cantantes* que tocavam nos vagões – modalidade mais apreciada pelo público – deveriam se limitar a um por composição, pois utilizavam tempo considerável no desenvolvimento de seu *laburo*[280]. Observadas essas e outras regras, não havia necessidade de intervenção dos policiais e dessa forma o mercado fluía sem maiores problemas.

Os conflitos mais sérios, alguns poucos derivando em confrontações físicas entre os

280 O mesmo que trabalho, mas como ênfase do termo expediente ou o equivalente popular batente, no Brasil.

próprios ambulantes, podiam ser observados quando um novo ambulante passava a atuar nos trens sem autorização ou vinculação com um *capo*. Sobretudo se, em virtude disso, desconhecesse as regras de convivência. Muitas vezes, agentes de segurança dispostos ao longo das estações do sistema ferroviário[281] - que não podiam entrar nos trens, território da Polícia Federal- eram acionados pelos *capos*, ou os ambulantes mais antigos, para fazer *cumplir la ley*. Auxiliando a instituição policial, tais agentes podiam contribuir para solucionar possíveis conflitos, geralmente retirando do sistema presenças nada desejáveis àquela altura. Contudo, era necessário que estivessem atentos a não usurpação do poder público, reservado às forças policiais.

Todo esse arranjo fazia com que os ambulantes nos trens tivessem maior autonomia em seu cotidiano, em comparação com aqueles que trabalhavam nas ruas, o que os levava a atuar com maior desenvoltura nas composições e mesmo nas estações. Era curioso perceber que os funcionários que a empresa UGOFE escalava para cobrar os bilhetes de passagens – os chamados *pica boletos* ou, simplesmente, *chanchos*[282] - não pediam boletos aos vendedores ambulantes; ao contrário, muitas vezes aguardavam eles terminarem suas cantinelas para procederem suas atividades. Por outro lado, em comparação com os ambulantes nas ruas, os valores da *coima* aí eram menores, oscilando entre $ 10 e $ 20 semanais.

Era, assim, uma atividade significativamente rentável dentro da estrutura da venda ambulante na Grande Buenos Aires, seja do ponto de vista do ganho monetário, seja do ponto de vista *busca*, onde a economia do tempo de trabalho era uma variável relevante. Daniel, o policial *rebelde*, dizia que nem todos tinham tanta autonomia assim. Algumas *concessões*, segundo ele, eram *arregladas* não só na delimitação dos *cruces*, mas também dos horários nos quais se podia atuar. Entre os ambulantes com os quais conversei, porém, nenhum confirmou que tal imposição fosse factível. O importante no

281 Nas estações espalhadas pela Província de Buenos Aires havia homens uniformizados que, via de regra, tinham como função informar aos maquinistas, quando era possível fechar as portas para reiniciar o movimento sobre os trilhos. Eles utilizavam apitos que, através de trilados codificados, informavam se o maquinista podia sair ou não. O fato é que, em algumas situações, estes podiam ser acionados para, em conformidade com a Polícia Federal, no interior dos trens, ou com a Gendarmeria em algumas estações, retirar algum recalcitrante do ambiente ferroviário.

282 Chancho, em castelhano, significa porco. O animal também é chamado de cerdo, mas o termo chancho é utilizado como uma forma de delimitar as características do animal em seu habitat natural, ou seja, o chiqueiro. Os chanchos, ou pica boletos, eram mantidos nos trens, uma vez que os bilhetes, a exemplo dos ônibus, tinham valores diferenciados em função da quilometragem percorrida.

arreglo, segundo me diziam, é que todos guardassem as regras locais e, quando fosse o caso, o valor que correspondia àquele negociado com a polícia. O resto era com cada um, já que nem todos podiam atingir suas respectivas metas em um tempo delimitado previamente.

Passageiros e ambulantes

Essa dinâmica, essa multiplicidade de possibilidades e visões no universo da venda ambulante era, em boa medida, desconhecida por parte significativa dos pasageiros com os quais me relacionei. No período em que passei a falar-lhes de meu interesse em conhecer vendedores ambulantes nos trens para entrevistá-los, e poder comparar suas visões com aquelas dos ambulantes nos trens do Rio, alguns deles estranharam. Não chegaram a reproduzir as indagações que Jorgito me havia feito, quando o conheci em sua loja de Constitución. Mas sentia que, igualmente, não concebiam como poderia um antropólogo se interessar por aquele universo. A maioria dos passageiros disse para mim que não conhecia pessoalmente os vendedores, mesmo que os vissem diariamente. Ainda que fossem capazes de reconhecê-los em virtude de vários encontros, não faziam parte do mesmo círculo nas cidades ou bairros em que viviam ou sequer conversavam cotidianamente sobre assuntos de interesses comuns.

Os mais preconceituosos, porém, me diziam diretamente que aquelas pessoas que vendiam nos trens eram ligadas às *máfias*, tal como ocorria nas ruas, e que operavam ilegalmente suas comercializações. Diziam não querer relacionar-se com elas e que, provavelmente, estavam metidas em coisas não muito legais. Essa interpretação não se coadunava com os dados de minhas pesquisas. Caso houvesse *máfias* nos trens, ou seja, pessoas que contratavam outras para vender como ambulantes, não era tão predominante como nas ruas. Por outro lado, entre os ambulantes não era tolerado a permanência de larápios de ocasião ou quem gostasse de cometer furtos se ocultando com base naquela identidade. A organização entre eles, assim como o *arreglo* com os policiais, desestimulava aquele tipo de prática. Diferentemente do que eu testemunhara em minhas inserções nos trens do Rio. Lá tive conhecimento da existência de indivíduos que comercializavam drogas ilícitas para alguns clientes, enquanto vendiam sorvetes para outros tantos. Em Buenos Aires, a exemplo do que eu vira nos trens de minha cidade, havia ambulantes que atuavam como *buchones*, ou seja, como informantes de policiais. A polícia, assim, podia contar com esse tipo de apoio às suas práticas de

controle. Mas nenhuma dessas atividades era capaz de *poluir* a representação social que tinha o vendedor ambulante enquanto alguém que buscava naquela atividade condições dignas de sobrevivência através do trabalho[283].

Não obstante isso, entre os passageiros de trens que conheci ao sul de Buenos Aires a venda ambulante nas plataformas de Constitución havia se transformado em uma problemática. Na minha forma de ver, muito mais para alimentar as recorrentes polêmicas e lutas pelo controle da agenda do agrupamento do que, necessariamente, um problema estrutural a ser combatido. Disputas que já se davam, ao longo dos meses, em função de outras questões que buscavam impor parâmetros às formas de atuação daquele coletivo. Uma delas, por exemplo, dizia respeito à realização ou não de manifestações. Havia aqueles que defendiam ir às praças e ruas, manifestando publicamente o conflito. Outros priorizavam uma perspectiva mais diplomática. Desde que passei a acompanhar aquele coletivo, somente três atividades de rua haviam sido possíveis de fazer. Por outro lado, quais as essências das cartas remetidas ao público em geral e ao governo em particular? Denúncia, cobrança, ameaça? Tudo era razão para uma troca enfurecida de emails e que, com o tempo, foi dando conformação a distintos grupos no interior do agrupamento. Após as festas de final de ano em 2007, os *puestos* da plataforma de Constitución passaram a ter os dias contados.

É que naquele período, após um conjunto de manifestações e atividades que tiveram significativa repercussão midiática – através de programas televisivos, de rádio, como também por veículos impressos – os passageiros de trem lograram um espaço de negociação com o governo nacional. Particularmente os passageiros *del Roca*, que eram os mais numerosos e bem organizados, que recentemente haviam conseguido fazer somar entre suas fileiras um agrupamento de pais de adolescentes que morreram em acidentes e incidentes envolvendo trens. Estes haviam agregado importante conteúdo dramático às denúncias acerca das condições do transporte ferroviário ao sul de Buenos Aires[284]. Em março de 2008, então, as reuniões com o subsecretário de transporte

283 Em abril de 2009 a empresa de comunicação ARNET passou a veicular uma propaganda onde ambulantes nos trens ofereciam aos passageiros, com suas famosas cantilenas, os produtos de telefonia, acesso à internet e tv a cabo que faziam parte de um pacote. Baseada nas técnicas de venda daqueles comerciantes, a peça publicitária enfatizava as vantagens qualitativas dos produtos e os preços competitivos, em comparação com seus concorrentes. O comercial pode ser visto por http://www.youtube.com/watch?v=FJWq7aJxKHE&feature=related

284 Aqueles homens e mulheres viviam nas localidades de J. Marmol e Claypole, sendo liderados por um homem de nome Dario.

ferroviário se iniciaram, inaugurando um período de expectativas, mas também de fortes disputas entre os passageiros *del Roca*.

Alícia e seus correligionários de La Plata eram os que mais se reuniam entre eles, até por que não eram tantos. Em geral, destoavam das lógicas pretensamente conservadoras de um grupo de pessoas que vivia em Almirante Brown e que se representava como avesso à política partidária, desideologizado e unicamente interessado na problemática que dizia respeito ao "direito de viajar bem". Quando se iniciaram as negociações com o governo, este último segmento localizou na venda ambulante um problema a ser equacionado. E na seqüência originou-se uma significativa troca de mensagens na qual se buscava definir qual seria a posição do grupo frente àquele problema. Entre outras coisas, era considerado perigoso por reduzir o espaço de circulação de milhares de passageiros de trens no caso de algum imprevisto ou acidente. Esta era, por exemplo, a posição que Pablo, um operador do mercado financeiro, que vivia na localidade de Burzaco. Ele, na minha forma de ver, teria iniciado a discussão em torno desse tema, como veiculo abaixo.

Pablo, 25 de janeiro de 2008

"Hoje na lista voltamos a tocar no assunto dos "puestos" comerciais e as plataformas. Faz alguns dias, voltou a fazer tema de preocupação em quem subscreve e mais ainda a partir do momento que puseram as estruturas tubulares para obras. E assim,

---

Ele havia perdido o filho de 15 anos quando este, no terceiro dia de trabalho, viajava pendurado na porta de um trem lotado. Segundo Dario, seu filho desconhecia as particularidades de se viajar em trem, por isso não percebeu quando se aproximava a plataforma de uma estação, que era mais alta que o piso do trem, colhendo-o na altura das pernas. Para ele, a empresa concessionária deveria fazer-se responsável pelo acidente que levara a vida de seu filho. Da mesma forma, as autoridades policiais deveriam investigar e indicar a verdade, ou seja, que eram incompatíveis as relações dimensionais entre os trens e parte das plataformas do sistema. Por isso mesmo propôs a outros pais, cujos filhos morreram em circunstâncias parecidas, a constituição de uma associação. Seguno Dario, a meta era "fazer chegar nossa dor e nosso reclamo a Buenos Aires". Uma sentença que muito me ensinou sobre a relatividade entre distâncias espaciais e sociais. Coube a mim, durante um de meus encontros com ele em Claypole, sugerir que se integrasse às fileiras de Pasajeros del Roca. Lembro-me que, na época, ele sequer tinha conta na internet ou sabia utilizar um computador. A tática sugerida por mim demonstrou-se acertada para ele que, logo após anunciar seu interesse em participar do grupo, liderou uma contundente manifestação em Constitución. Aquela, ocorrida num final de tarde de sexta feira, em dezembro de 2007, atraiu diferentes meios de comunicação àquele terminal. Após aquele ato público no hall do terminal, de intensa carga emotiva que não só atingiu as dezenas de milhares de transeuntes daquela nave ferroviária, mas também outras dezenas de milhares através dos canais de televisão, o governo federal entrou em contato com o agrupamento Pasajeros del Roca, disposto a estabelecer um canal de negociações.

no dia 21/01/08, o deixei registrado no livro de queixas. Por isso me pareceu um assunto para voltar a denunciar. Os convido a ler o que escrevi em meu blog"[285].

Na seqüência, outros membros passaram a interagir com o assunto, desde diferentes pontos de vistas e formas de referir-se à prática da venda ambulante, quando não diretamente aos vendedores.

Julia, em 25/01/2009

"*(…) Realmente, eu também desconheço a quem pertence o espaço comercial da estação; pode ser que seja do concesionario, mas a estação a consertou o Estado. As explorações colaterais antes se licitavam e tinham tarifas públicas. Mas isto que está sucedendo na estação é um chiqueiro, não há nenhum controle sobre a segurança nem a bromatologia. Deveriam tirar todos os comércios a partir das roletas até as plataformas. E tirar também os ambulantes. Essas salsichas boiando em água morna! E suponho que nada mais é que para ganhar alguns imundos milhares de pesos. E o pior é que nem sabemos quem o autoriza ou quem o cobra*"[286]

Smith, 26/01/2008

"Sempre pensei, disse, e defendi, que entre as "gateras" e as plataformas só devem haver PASSAGEIROS e FERROVIÁRIOS. Os puestos de venda devem estar fora do âmbito de circulação das pessoas. Repito: PASSAGEIROS e FERROVIÁRIOS. É claro que penso no pobre empregado que MAL ou

285 Comunicação na lista de discussão de Pasajeros de Roca de 25 de janeiro de 2008, as 7h47min. O blog de Pablo pode ser visitado em http://unamiradadesdelsur.blogspot.com/2008/01/estacin-constitucin-un-croman-en.html

286 Julia em resposta a Pablo, ainda em 25 de janeiro de 2008. Mensagem original consta dos anexos ao capítulo V".

BEM tem esse emprego que o resgata de ser um desocupado (ainda que não sei…). Uma das vendedoras de um 'puesto' de cachorro quente e hambúrguer me contava que tem que estar 12 horas com um expediente que, de acordo como esteja com o horário, tem um domingo quase por sorteio. E não chegam a ganhar (segundo as categorías) mais de 1.500 pesos.

Enfim, estou satisfeito por que vejo que não só eu estou na luta por melhorar as coisas, ainda que seja pouco, para que tudo seja mais tranqüilo e que nos comportemos como pessoas".

Havia também aqueles mais atentos a possibilidade de que aquelas atividades significassem ingressos que possibilitavam a sobrevivência dos ambulantes. Estes logo passaram a veicular uma outra posição, problematizando os discursos que não relativizavam a condição do comerciante ambulante que atuavam no terminal.

Lopez, em 28/01/2008

Olá! Nunca pretendi nem propus que os Pasajerros del Roca devam resolver os problemas de informalidade laboral da Grande Buenos Aires, mas tampouco deveriam propor erradicar a quem são explorados nos espaços ferroviários. Pelo mesmo motivo acredito que tampouco devemos ser os Pasajeros del Roca promotores do desemprego e da humilhação tipicamente golpista de meia-tigela "que se danem todos por que estamos indignados", quando os responsáveis e os que geraram tal situação jamais se vão porque são os donos do resultado do extermínio ou seus promotores necessários, tipo Neustad ou Hadad ou

> *Longobardi*[287] *(...). De um ponto de vista mais prático, quando alguém peça que se retirem esses artefatos da miséria, o primeiro que farão é dizer a todas essas pessoas que sofrem a miséria da exploração muito mais que nós que "os passageiros do Roca" estão pedindo que os coloquemos na rua. Aqueles que pedem melhorias nos trens figuram com nome, sobrenome, identidade e telefone. Que faria você se te põem na rua se teus vizinhos pedem?*

Vozes como a de Lopez, que expressava certa solidariedade com os *puesteros*, como também medo de suas reações, eram dissonantes naquela lista. O dominante era a opinião que era mais bem expressada por um segmento que, pouco a pouco, foi tornando-se hegemônico. É que esse grupo de pessoas não só se limitava a escrever na lista, mas também a participar das atividades públicas, ganhando com a materialidade de suas ações uma maior legitimidade em falar e decidir em nome do grupo.

> **Gilda, em resposta a Lopez, em 28/01/2008**
> *Claro, Lopez, que não queremos que nos assinalem como os culpados de que as pessoas se privem de seu modo de vida (...). Quantos são os "puestos" da estação de Constitución que obstaculizam a passagem? Exagerando, podem ser 10 por plataforma; ponhamos 10 por plataforma (que não é assim, mas tomemos um coeficiente de segurança). Serão então 100 "puestos", talvez atendendo em dois turnos: 200 famílias.*
> *Comparando com o investimento do Trem Bala (1,3 bilhões de dólares), que talvez seja o dobrou ou o triplo do que haveria de investir em nossas pobres redes suburbanas.*

287 Jornalistas considerados de tendência conservadora.

> *Não se pode falar de porcentagem (nem em um por dez mil, por ejemplo), por que qualquer coisa resulta ridicula frente a aqueles custos monstruosos, mas deveria sobrar algum valor para solucionar o emprego de 200 famílias, de maneira creativa, interesante, promotora, ingresando-as no trabalho formal ou atividade empresária, com capacitação bromatológica se seu ramo é alimentício, com algum empréstimo brando para arrendar locais e equipar-se, etc. (...) No en tanto, creio que o acesso dessas pessoas a trabalhar em Constitución debe haver sido, para dizê-lo finalmente, algo obscuro e tortuoso. O qual não fala mal delas, senão dos que em seu momento o aceitaram e devem haver semeado medo com isso (e por aí sem cobrando). Não deveriamos auspiciar que se convalidem esses procedimentos quase delitivos.*
>
> *Mas o problema de Constitución (…) se repete nos ambulantes que recorrem as composições. Ainda que vá ser muito difícil encontrar ocupações legais para todos, de rentabilidade parecida. Quando os tirem das plataformas ou das composições, seu mercado se reduz à décima parte. Mas é o que queremos, não?*

Durante dois meses mensagens como estas foram trocadas, tratando do tema dos ambulantes nos trens e plataformas. Quando uma comissão de passageiros reuniu-se com o governo, no início de março de 2008, já era hegemônica a opinião que tais atividades deveriam ser erradicadas de Constitución. E essa foi a posição sustentada com veemência pelo *núcleo hegemônico*, que os membros do grupo SUER representavam como de viés mais conservador. Alicia, aliás, também integrava a comissão e, apesar de ter opinião diferente, comportou-se como voto vencido. Naquela reunião, então, várias questões foram apresentadas para o governo, como a reforma das instalações de várias estações, cumprimento dos horários, atualização dos equipamentos

e melhoria dos recursos de manutenção das máquinas, entre outros pontos. A questão dos *puestos* de Constitución, porém, foi a que obteve do governo a mais pronta resposta. Este concordou com a remoção de parte daqueles estabelecimentos. Definição que acabou sendo noticiada dias depois pelo jornal de maior circulação do país, o qual havia feito recentemente uma reportagem sobre o assunto.

MEDIDA DEL GOBIERNO NACIONAL TRAS UN INFORME DE CLARIN

Ordenan cambiar de lugar los negocios que obstruyen los andenes

Es para los puestos de Constitución, Retiro y Once. Debe hacerse en un plazo de 30 días.

La Secretaría de Transporte de la Nación ordenó cambiar de lugar **todos los locales comerciales de los andenes de Constitución. La medida, que debe cumplirse en un plazo de 30 días, se conoció tras el informe que publicó** Clarín **el viernes, denunciando que los comercios obstruyen el paso y ponen en peligro a los pasajeros.**

La orden, que deberán hacer cumplir la CNRT (la Comisión Nacional de Regulación del Transporte) y la Subsecretaría de Transporte Ferroviario, también alcanza a las estaciones terminales de Retiro y Once**. Pasados los 30 días, la Secretaría, a cargo de Ricardo Jaime, podrá aplicar sanciones administrativas y legales.**

En los andenes de Constitución -que deberían estar destinada exclusivamente al ascenso y descenso de los trenes- los pasajeros se disputan el espacio con más de 50 locales de panchos, choripanes, hamburguesas, golosinas, paraguas, CDs truchos y revistas, entre otras cosas.

Durante los días de semana alrededor de 500.000 personas utilizan la terminal de Constitución. En 2005 el hall central y la fachada fueron restauradas y se colocaron ascensores y escaleras mecánicas. Pero los andenes son una deuda pendiente y la contracara del hall: están arruinados y sucios **y el enorme techo que los cubre esta muy deteriorado. En 2007 Metropolitano debería haber comenzado con las obras, pero perdió la concesión de la línea Roca por "incumplimientos graves y reiterados en el servicio", según entendió la Secretaría de Transporte. "Desde 1999 venimos denunciando la invasión de *puestos* en andenes. En enero de 2005 logramos que un juez le ordenara a la CNRT que inicie acciones legales contra los puesteros y no pasó nada", dijo Domingo Sestito, de la Asociación de Usuarios de Servicios Públicos.**

Ayer Eduardo Montenegro, vocero de UGOFE, el organismo a cargo de la operación de la línea Roca, le dijo a Clarín **que la invasión de los *puestos* "es un problema que heredamos de Metropolitano. Provocan problemas de seguridad y serias complicaciones operativas. Estamos de acuerdo con la idea de organizar los comercios y si hay instrucciones precisas para hacerlo, mejor"[288].**

As negociações entre os passageiros de trens e o governo nacional definiram outros pontos que obtiveram solução, ainda que pontuais. Melhoraram significativamente as

288 Disponível em http://www.clarin. com/diario/ 2008/03/09/ laciudad/ h-06001.htm, em 19 de setembro de 2009

sinalizações em algumas vias; várias estações foram reformadas, ganhando melhores condições de iluminação e acesso para passageiros, como também várias plataformas passaram a ser redimensionadas em função da sua relação com os estribos de trens. No entanto, os principais problemas continuaram sem solução. Os trens continuaram por observar atrasos em suas circulações, como também a exibir imperfeições que, volta e meia, interrompiam uma viagem no meio do caminho. Situações essas que podiam obrigar as pessoas a terem que caminhar pelas linhas férreas até a estação mais próxima. Mas os *puestos* de Constitución foram retirados em sua grande maioria. Restaram apenas alguns *kioskos* que eram de propriedade de uma empresa chamada DECSA que, segundo meus levantamentos, estava ligada ao empresário, dono de Metropolitano.

A racionalidade dos passageiros, em minha maneira de ver, fundamentava o *direito de viajar bem* no contrato estabelecido pela sociedade e o Estado que, por sua vez, tinha os meios legais para dar conseqüência a essa expectativa. Da mesma forma que dispunha dos instrumentos para propiciar políticas públicas de emprego, habitação, promoção da saúde pública, entre outras. Era uma racionalidade na qual a sensibilidade jurídica envolvia um apego à norma como uma dimensão ética fundamental. A mesma que deveria ser partilhada, acreditavam, pelas autoridades governamentais, pelos representantes da concessionária dos serviços ferroviários, entre outros atores envolvidos na administração dos serviços públicos.

Logo, a venda ambulante, mais do que um lócus no qual se desempenhavam atividades laborais, meios de sobrevivência ou de expressão de talentos era uma coisa *fora de lugar*, poluidora por excelência, nos termos de Mary Douglas (1976). Desde então, deveria ser superado, erradicado mesmo, fosse como *sinal de boa vontade*, fosse como o primeiro movimento no sentido de colocar as coisas no lugar no sistema ferroviário ao sul de Buenos Aires, começando por Constitución, de onde partia.

A essa altura eu constatara, uma vez mais, que as formas de se conceber ordem, direito e Estado eram absolutamente distintas entre aqueles segmentos que se julgavam mais bem estabelecidos na sociedade e os mais marginalizados. E que as lutas e disputas pela hegemonia dos discursos e pelo poder de classificação sobre o *certo* e o *errado*, no ambiente ferroviário ao sul de Buenos Aires, havia produzido um pouco mais do mesmo. Os *puestos* e seus ambulantes tiveram que se retirar de Constitución, em virtude

das negociações entre o Estado e a sociedade civil dos *acomodados*. No entanto, eu tinha certeza que os negócios iriam prosseguir em um outro lugar. E para isso teriam que se por de acordo esse mesmo Estado e a sociedade civil *marginalizada*. Em uma operação na qual, uma vez mais, se deveriam movimentar as bases sociais do *arreglo*. Assim, a Polícia Federal Argentina poderia mais uma vez desempenhar um papel imprtante na garantia de um território que propiciasse a circulação de mercadorias, trajetórias, interesses e valores.

A convivência com aqueles atores, das plataformas de Constitución aos *quinchos* de La Plata, passando pela casa de Victor, em Glew, além das minhas incursões por Adrogué, Burzaco, Longschamps, Temperley, entre tantas outras localidades ao sul de Buenos Aires, me permitiram conhecer diferentes formas de sociabilidade, em comparação com a que eu estava acostumado. Deram-me a oportunidade de conhecer maneiras diferentes de organização da venda ambulante que, no meu modo de ver, refletiam as formas como os indivíduos se representam naquela sociedade. Estas experiências me fizeram refletir sobre o universo da venda ambulante no Rio de Janeiro e que valores estão fundamentalmente associados na sua vigência. É sobre estas reflexões que faço referência no próximo e derradeiro capítulo dessa tese.

Capítulo VI

Fazer Arreglo X Pedir arrego – particularismos e particularidades na venda ambulante do Rio de Janeiro e de Buenos Aires

> "As cidades sempre tiveram esse caráter de legal, de regulação pelo estatuto do poder instituído: a cidade controlada pelos códigos de postura e de obras, a cidade cuja legislação determina o comportamento esperado ou desejado, que exige atitudes pertinentes a um determinado nível de urbanidade contido e expresso em sua legislação (...)
> O Estado, com suas políticas públicas, é obrigado a democratizar o espaço da cidade. Nas cidades brasileiras, o mercado de trabalho não tem sido capaz de absorver todos. Diante de sua incapacidade, ele institui "legalmente" o ilegal, ou, dizendo o contrário, uma legalidade gera uma ilegalidade. Já que não tem condição de assumir a produção do espaço urbano com políticas públicas capazes de atender a demanda social por habitação, equipamentos e as infra-estruturas capazes de garantir o mínimo de inserção da sociedade, ele acaba sendo conivente na produção da cidade ilegal, com suas favelas, cortiços, etc"[289].

No Rio de Janeiro, através das restrições ao uso do espaço público, sempre considerado um usufruto precário, ambulantes e camelôs são atores contra os quais o Direito parece incidir para mantê-los em limites pouco generosos, se pensarmos nas potencialidades existentes no comércio de bens e serviços. Pelo menos é o que se pode depreender de uma análise de aspectos legais envolvendo a venda ambulante na Cidade do Rio de Janeiro. Exercício que pode suscitar reflexões estimulantes sobre o direito à cidade e, nessa perspectiva, qual status determinados segmentos podem ter.

A análise que passo a desenvolver no presente capítulo se detém sobre um conjunto de normas que, uma vez confrontado com as práticas cotidianas dos agentes do Estado, parece devotado à proteção do território pertencente ao Estado, em detrimento do cidadão; ao mesmo tempo, porém, tais normas se voltam discursivamente para a correção de desigualdades em prol da *justiça social.* Uma concepção aparentemente

289 Silva, 2008: 153

humanista, *social*, que fica no meio do caminho entre as duas concepções de igualdade na chamada modernidade.

Dumont enfatiza que o individualismo é o fundamento da modernidade. No entanto, este pode ter concepções bastante distintas, em se considerando o caráter igualitário com que se concebe a inserção dos indivíduos na sociedade. Uma é a teoria igualitária *liberal*, que recomenda uma igualdade ideal, igualdade de direitos ou de oportunidades, compatível com a liberdade máxima de cada um na convivência com os demais. Outra é a perspectiva *socialista* que propõe a realização da igualdade *de fato*, abolindo a propriedade privada. Como dizia Marx, privar o indivíduo da propriedade privada significa privá-lo de parte significativa de sua liberdade. Conseqüentemente, diz Dumont, comparando tais concepções com o sistema holista das castas, a igualdade na sociedade liberal recorre às leis da troca mercantil e à "identidade natural de interesses" a fim de assegurar a ordem. A sociedade socialista, por sua vez, ainda que negue a hierarquia, fundamento central das sociedades divididas em castas, aproxima-se dessa última por igualmente orientar-se para a necessidade de todos. Dessa forma, em sua leitura, a igualdade deixa de ser um atributo do indivíduo, residindo sua substância na chamada justiça social (Dumont, op. Cit: 92).

Nesse movimento em zigue-zague, me parece que na legislação brasileira há espaços para se *desconstruir* o sujeito de direito o qual - segundo a auto-proclamada perspectiva liberal que, supostamente, anima os arranjos institucionais brasileiros - deveria estar no centro das políticas públicas. Iniciativas que deveriam promover sua dignidade em prol da mobilidade do mercado, o que contribuiria para expandir a *cidade*. Resta em seu lugar, porém sua antítese, o que parece contribuir para a promoção de formas institucionais de controle ainda mais atentatórias aos seus direitos civis.

Aspectos legais sobre o uso do espaço público

O Código Civil brasileiro estabelece que são públicos os bens do domínio nacional pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios. Restam para o domínio privado todos os demais. O artigo 65 do mesmo define que os bens públicos estão classificados em: a) os de *uso comum do povo*, tais como mares, rios, estradas, ruas e praças; b) os de *uso especial*, tais como os edifícios ocupados por serviços públicos específicos, como

escolas, quartéis, hospitais; e c) os *dominicais*, também chamados de *bens do patrimônio disponível*, que são aqueles que o Poder Público utiliza como deles utilizariam os particulares, e que podem, por exemplo, ser alugados ou cedidos, neste caso, obedecendo-se às regras de licitação e contratação administrativa.

Note-se a tempo que o Rio de Janeiro é uma cidade onde há morros que, outrora, estavam circunscritos a propriedades de dimensões consideráveis. Estas podiam pertencer ao Estado, como também a particulares. Muitas delas foram desmembradas em propriedades menores, os chamados lotes, partilhando particularmente as áreas planas e onde se verificavam aclives e declives um pouco mais suaves. O que não quer dizer que terrenos mais íngremes não tivessem tido o mesmo destino, dependendo da região da cidade. Estas foram vendidas e, dessa forma, geraram títulos de propriedades a seus adquirentes.

No entanto, as áreas mais altas da maioria das propriedades, os chamados morros, acabaram sendo ocupados por segmentos que ali se estabeleceram com suas famílias, configurando um processo chamado de *favelização*. Nesta região, não se tem verificado a possibilidade de que seja reconhecido o direito à propriedade, o que não tem nada a ver com o fato de ser morro ou região montanhosa. Caso contrário, as magníficas residências do Alto do Joá não alcançariam os valores astronômicos que exibem no mercado imobiliário. A questão do por quê as áreas de favelas do Rio não serem entendidas como passíveis de constituir direito à propriedade - o que possibilitaria, por exemplo, o acesso ao crédito para vários de seus moradores - até hoje é um mistério que intriga pesquisadores do tema[290].

No entanto, através de um processo denominado sugestivamente de *desafetação*, os bens públicos podem ser alterados na sua respectiva classificação. Ao Município, no exercício de seu poder de polícia, responsável pela organização da comunidade, cabe legislar sobre os assuntos de interesse local e promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Tal previsão abrange, através de mecanismos constituintes do ordenamento jurídico - leis, decretos e regulamentos - dispor, no Código de Postura e no Código

290 Entre produções acadêmicas sobre o assunto podem ser lidos, Soares Gonçalves, 2008; Valladares, 2000.

Tributário, sobre os ambulantes ou camelôs[291]. É sobre esse aspecto que me detenho a seguir.

Ambulantes e camelôs segundo o direito administrativo

O sistema classificatório do direito brasileiro dispõe que ambulante é o comerciante que não possui estabelecimento fixo, transportando suas mercadorias consigo. Sucede, de certa forma, ao antigo *mascate*[292], o qual levava suas mercadorias nas casas das cidades, aldeias e fazendas. Podia ser chamado também de *caixeiro viajante*, personagem anterior à difusão e sedimentação dos mercados nas mais variadas localidades. Lembro-me que na Ilha do Governador, há pouco mais de três décadas atrás, ainda havia alguns que se deslocavam pelas várias ruas do bairro vendendo panelas, roupas, utilidades para o lar, gêneros alimentícios, tecidos, entre outras mercadorias. Alguns poucos eram portugueses, mas muitos eram de outros lugares do Brasil. Tinham rotas específicas e sempre um caderninho onde lançavam as compras feitas a crédito. Com o tempo, alguns deles se fixaram na região, particularmente nas regiões contíguas aos morros do bairro. Ali casaram, tiveram filhos e, de certa forma, deram seqüência às suas atividades comerciais. Um caixeiro viajante hoje é um personagem não tão freqüente, tão raro de ver-se quanto, por exemplo, um amolador de facas. Um ambulante, diferentemente, está em toda parte. Atua de acordo com circuitos que se repetem - o que Mafra (2005) denominou "pistas" - em uma determinada área geográfica da cidade, não trabalha com crédito e dificilmente capitaliza seus ganhos de forma a mudar de posição social.

Outra coisa, pelo menos é o que opinam profissionais do direito, é a atividade do *camelô*[293]. Alguns ordenamentos jurídicos municipais admitem a ocupação de trechos específicos das vias públicas fazendo com que a atividade "ambulante" se fixe. Passa, assim, a denominar-se *camelô*. Para estes municípios compreende-se como *ambulante* aquele que não tem ponto fixo e como *camelô* o que ocupa espaço predeterminado. Os comerciantes ambulantes não fazem tal distinção entre eles, como observei nos trens da

291 Slaibi Filho, Nagib. Ocupação da via pública por ambulante e camelô. Disponível em http://www.clubjus.com.br/cbjur.php?artigos&ver=2.16764

292 Era a princípio, imigrante do Oriente Médio ou judeu da Região do Reno. Com o aumento da imigração européia, eles eram de diferentes cantos do mundo. "Vendedores de tecidos, jóias, bijuterias e miudezas em geral. Percorriam as ruas com baú de flandres e armados de varas dobráveis de medir panos (Silva, 2006: 34).

293 Do Dicionário Aurélio, Mercador que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugigangas ou outros artigos, apregoando-os de modo típico.

Central do Brasil. Neste último caso todos se definem alternadamente enquanto *camelô* ou *ambulante*. E todos ambulam, ainda que alguns se *fixem* mais que outros em função de certa *estabilidade* que se pode adquirir a partir das relações construídas e domínio das regras locais de convivência entre múltiplos atores (Pires, 2005a).

As leis municipais tendem a exigir, por necessidade de organizar a atividade comercial "devido a razões sanitárias e de defesa do consumidor", que ambulantes e *camelôs* dependam de autorização para o exercício de suas atividades. Tais autorizações são dadas sempre a título *precário* e podem ser cassadas a qualquer tempo pela autoridade pública. Os titulares, via de regra, não podem argüir eventual direito adquirido, em função do exercício de suas atividades, não importando eventuais impostos e/ou taxas recolhidos. Os atos normativos que regem a concessão de espaço público para a atividade da camelotagem geralmente estipulam que "a autorização do ambulante ou camelô é pessoal e intransferível e concedida a título precário". São dignatários de um *uso especial*, como é chamado o título individual que a Administração Pública pode atribuir a uma determinada pessoa para, com exclusividade, usufruir de um bem público. Visa dar conseqüência a "atividades transitórias e irrelevantes para o Poder Público, bastando que se consubstancie em ato escrito, revogável sumariamente a qualquer tempo e sem ônus para a Administração"[294]. Tais autorizações, entretanto, "não geram privilégios contra a Administração ainda que remuneradas e fruídas por muito tempo, e, por isso mesmo, dispensam lei autorizativa e licitação para o seu deferimento"[295].

Ocorre que o Direito Administrativo brasileiro não é codificado. Está vinculado ao que dispõe a Constituição da República e com autonomia das esferas políticas - União, Estados e Municípios - para sobre ele dispor. E desde o interior das administrações públicas, particularmente no Rio de Janeiro, é usual o temor que a autorização do uso do espaço público seja confundida com permissão, admissão, licença e até mesmo concessão. A autorização "é ato administrativo discricionário, unilateral, pelo qual se faculta, a título precário, o exercício de determinada atividade material, que sem ela seria vedada"[296]. De acordo com essa leitura, portanto, a *precariedade* rege a

294 Meirelles, 1990: 428

295 Ibid, p. 429

296 Bandeira de Mello, 1969: 493

autorização que o município concede ao ambulante e ao *camelô*.

Para a Administração Municipal, segundo opinião corrente entre juristas, geralmente não se faz necessário lei formal para conceder a autorização para exercício de atividade comercial no espaço público, já que dela não decorrem direitos. O que pode ser visto, inclusive, como uma vantagem da representação do Estado frente ao ambulante ou *camelô*, que dessa forma não teria a seu favor algum direito que o resguardasse na relação com o poder público e, dessa forma, melhor estabelecer estratégias a partir da veiculação de suas práticas no espaço público urbano.

> *"Aliás, por razões de Política da Administração, sequer interessa ao Poder Municipal a existência de tal norma que, se existente, poderá restringir a discricionariedade administrativa. A autorização somente está submetida aos próprios termos da norma que a prevê ou do despacho que a concedeu. Se houver norma, a ela ficará vinculado o despacho"*[297].

Entre as *vantagens* do governo municipal, assim, figuraria a possibilidade de a autorização concedida por prazo determinado possa ser revogada antes do prazo, sendo normalmente previsto que se dê ciência ao autorizado da decisão do poder estatal. Tal previsão visa tão somente não fragilizar o município no acionamento do *devido processo legal* a que se refere o art. 5°, LIV, da Constituição[298]. Essa inclinação é coerente com a noção demonstrada por Ferreira (2005) de que o processo, no Brasil, diferentemente do que vige em outros países ocidentais - como os Estados Unidos, por exemplo - é uma garantia do Estado contra o cidadão. Dessa forma, acentua-se o poder deste último sobre um indivíduo que, sendo um vendedor ambulante, vê ampliada a relação assimétrica a que está submetido por definição. A legislação municipal pode estabelecer a cobrança de tributos e taxas sobre a atividade do ambulante e para expedição de sua autorização, mas nem por isso perderá o seu caráter precário. Ou seja,

297 Slaibi Filho, op. Cit.

298 O referido inciso do artigo 5º da CF brasileira versa que "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".

não será mediante essa autorização que se garantirá que a atividade desenvolvida no espaço público por ambulantes e camelôs concorra para o direito ao estabelecimento dos atores na cidade, recepcionado pelo direito de maneira plena.

Para contrastar, recordo que o arcabouço jurídico que versa sobre a utilização do espaço público da Cidade de Buenos Aires estabelece não só a possibilidade de autorização pela Lei 1.166/2003, mas também a regulação da atividade pelas instâncias legislativas, o acompanhamento do poder judiciário da CABA e o recorrente controle policial. Resulta desse aspecto uma diferença importante de Buenos Aires em relação ao Rio: a maneira como se expressa institucionalmente o direito dos indivíduos em exercer a venda ambulante utilizando o espaço público das ruas.

Pareceu-me, por um lado, que em Buenos Aires o espaço público urbano está mais disponível em sua plenitude, enquanto que no Rio de Janeiro a particularização territorial é uma regra. Por outro lado, o acompanhamento de distintas instituições, estabelecendo um controle hierárquico não apenas sobre a atividade da venda na cidade portenha, mas também sobre as práticas dos distintos agentes de controle, impunha limites importantes às formas institucionais de coerção. No Rio de Janeiro, diferentemente, a legislação que teve vigência nos últimos 18 anos, na corrente do que propõem os juristas, organiza o controle do tema desde a alçada exclusiva do executivo municipal. Cabe ao judiciário, por sua vez, analisar e decidir sobre eventuais conflitos envolvendo ambulantes e a Administração Pública exercitando interpretações que envolvam o que dispõem as normas exaradas pelo poder público municipal, o caráter difuso das contravenções - que não se referem atualizadamente aos usos do espaço público – e, entrementes, aos chamados delitos de baixo potencial ofensivo.

O executivo municipal carioca, seguindo uma premissa histórica[299], tem procurado administrar o problema através da conformação de espaços delimitados – os já aludidos camelódromos. Dessa forma, dá continuidade a uma lógica de *desterritorialização*[300] da

299 A existência de mercados a céu aberto no Rio de Janeiro fez com que, no início do século XX, o então prefeito Pereira Passos introduzisse em seu projeto de reforma urbana a previsão de demarcação de espaços para o funcionamento dos mercados que abasteciam diversas áreas da cidade. Depois de Passos, várias administrações públicas iriam buscar na regulamentação de espaços específicos a forma de administrar a venda ambulante, que ampliou-se no mesmo ritmo de expansão da cidade devido aos processos migratórios, o crescimento natural de sua população, entre outros elementos. Ver Silveira, 2002: 60-61.

300 Faço uso da concepção de território proposta por Silveira, que se respalda nas contribuições de Milton Santos para afirmar que a

venda ambulante na cidade, *reterritorializando-a* com base em lógicas de utilização e pertencimento estranhos aos segmentos que se ocupam daquela atividade. Geralmente a definição dessas localidades é realizada em contraposição aos interesses dos comerciantes que reclamam o afastamento dos grandes fluxos urbanos, onde estão os consumidores em potencial. Como vimos, particularmente no capítulo 1, esse não é um problema que se observe em Buenos Aires. A previsão de ocupação do espaço urbano pela venda ambulante, na cidade portenha, ainda que não inclua a todos, possibilita uma padronização daquelas atividades de maneira mais ou menos organizada, com base nos sucessivos *arreglos*.

Na cidade carioca, o modelo de organização da venda ambulante preconiza o represamento formal de seu mercado em áreas territoriais predefinidas pelo poder público. A legislação correspondente define quais segmentos sociais podem se ocupar da venda ambulante, que mercadorias podem ser vendidas, as dimensões dos estabelecimentos em que devem ser oferecidas, que atores são responsáveis pelo monitoramento da atividade, entre outros detalhamentos. Um amontoado de regras e previsões elaboradas e impostas aos segmentos que se ocupam da atividade e que muitas vezes atentam contra os interesses e lógicas dos mesmos. Além de promover uma classificação que pode atribuir diferentes status para participação das pessoas naquele mercado profissional.

A lei 1876/1992: carentes e desafetos

A lei 1876/92 define comércio ambulante como atividade profissional temporária, exercida em logradouro público. É pessoa física que exerce essa atividade por sua conta e risco, "com ou sem uso de tabuleiro" e apregoando suas mercadorias no espaço público. No entanto, nos termos do artigo 5º da referida lei só podem ser habilitados para o exercício da atividade,

> *I- "os cegos, paraplégicos, mutilados e demais deficientes físicos";*

organização do território, na ótica dos camelôs, envolve uma dimensão mais concreta, de caráter disciplinar, e uma dimensão simbólica, de caráter cultural e que remete à identidade, sendo essa última "o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (Santos APUD Silveira, op. cit:95).

> *II- "os carentes, aí entendidas as pessoas físicas com idade superior a 45 anos, os desempregados por tempo ininterrupto a um ano e os egressos do sistema prisional", condicionado o exercício da atividade ao não envolvimento em nova prática delituosa;*
> *III- as pessoas físicas que já exerçam atividades profissionais previstas nesta Lei na data de sua promulgação*

Muito me estimula analisar o sugestivo conceito de "carente" referido, em primeiro lugar, às pessoas maiores de quarenta e cinco anos, sem maiores definições acerca de seus interesses ou aptidões para atuar no comércio ambulante. Pelo que se lê, qualquer pessoa que se enquadre em faixa etária igual ou superior a essa pode ser considerado carente e, dessa forma, ser autorizado a comerciar. As discussões parlamentares que precederam sua aprovação parecem ter levado em consideração uma crença muito difundida de que uma pessoa acima dessa idade, e que perde o emprego, dificilmente se reposiciona no mercado de trabalho. Particularmente naquelas profissões de baixa qualificação.

Mas a letra da lei estabelece, enfim, que uma pessoa de quarenta e cinco anos, ainda que esteja empregada, ou desenvolva atividades empresariais, possa vir a ser autorizada. Tudo dependerá do critério de quem interpreta a lei e a executa. De qualquer forma, esta terá uma vantagem sobre os desempregados e os egressos do sistema prisional, pois segundo o parágrafo único do mesmo artigo,

> *Parágrafo único – Os desempregados e os egressos do sistema penitenciário poderão exercer as atividades previstas nesta Lei pelo prazo de dois anos.*

Ou seja, após dois anos, ainda que não se resolva a situação de desemprego – o que costuma ser difícil, sobretudo para os egressos do sistema prisional – o jeito é arrumar outra coisa que fazer. Parece estar implícita a crença em um mercado capaz de criar

insumos para que uma pessoa, a partir de sua vinculação ao comércio ambulante, se requalifique e adquira condições de reconquistar uma posição no mercado de trabalho. O comércio ambulante aparece, de acordo com essa crença, como um lugar natural de reativação de competência para distintas atividades. Menos, evidentemente, para aqueles que já eram *camelôs* antes de 1992, os deficientes físicos e os maiores de 45 anos, considerados permanentemente carentes, isto é, objeto de políticas caritativas. É parcialmente recurso de reintrodução de mão de obra no mercado, mas fundamentalmente lugar de promoção de políticas públicas para pobres em potencial que, por isso mesmo, devem atuar sempre no sentido de não capitalizar e não empreender "competição desleal" para com o comércio estabelecido. O espaço público urbano aparece assim disponibilizado para a promoção da *caridade* de forma permanente e para a *filantropia* de maneira transitória.

Isso não me parece qualquer diferença. Afinal, a *caridade* historicamente é motivada pelo sentimento de compaixão, de amor ao próximo ou a uma causa. Pode partir de uma individualidade isolada ou de um grupo mais numeroso e seus mecanismos podem mobilizar valores pecuniários ou não. A *filantropia*, diferentemente, é uma espécie de beneficência que é planejada socialmente e, via de regra, está associada a algum projeto de desenvolvimento e mudança social, tentando, muitas vezes, preencher lacunas deixadas pelo poder público. Em outras palavras, enquanto a caridade parece se refletir como prática moral, por ensejar a mobilização de valores individuais ou de um grupo específico, a filantropia pode ser assumida como possuidora de uma essência comprometida com valores societários mais amplos. Voltamos, assim, para a problemática que articula moral e direito, me fazendo indagar acerca de suas conseqüências sobre a ordenação do espaço público, agora no Rio de Janeiro.

Retomando a comparação contrastiva com a Lei 1.166/2003, que versa sobre a autorização para venda ambulante no espaço público em Buenos Aires, há um conjunto de distinções "boas para pensar". Originalmente, os legisladores portenhos propuseram que houvesse reserva de vagas para públicos distintos. Cerca de 70% das autorizações para as permissões existentes em poder de representações sindicais ou por associações civis reconhecidas pelo Ministério do Trabalho ou pela Inspetoria Geral de Justiça e que tivessem, pelo menos, dois anos de antigüidade. Os 30% restantes seriam outorgados de

forma equitativa a pessoas desocupadas entre 50 e 70 anos, pessoas comprovadamente incapacitadas e ex-combatentes da Guerra das Malvinas.

Esta proposição, porém, foi vetada pelo Governador da CABA à época, alegando através do decreto nº 2.350/2003 que o alto percentual de vagas reservado para o outorgamento daqueles que já desenvolviam atividade na via pública, a partir de representações sociais e representativas do setor "resulta a todas luzes desequilibrado e em prejuízo dos demais possíveis permissionários (as)"[301]. O Projeto de Lei aprovado pela Legislatura, segundo o governo, omitiu considerar como prioritário atender chefes e chefas de família desocupados. Tratava-se de uma questão central no projeto originalmente enviado para a Legislatura pelo executivo e que "apontava essencialmente a possibilitar que este setor pudesse acessar ao exercício de uma atividade econômica sustentável". Neste sentido, o governador manifestou seu veto por ser "necessário estabelecer um mecanismo eqüitativo de outorgamento de permissões que contemple em igualdade de condições a todos os possíveis permissionários", o que "não significa excluir aqueles que já exerceram legalmente estas atividades no ramo". Tratava-se de "estabelecer parâmetros de igualdade entre estes e outras pessoas com idénticas necessidades laborais". Não se percebe nesse discurso menção a lógicas caritativas, ao mesmo tempo que há uma clara preocupação com a eqüidade de oportunidades.

Parece-me que a lógica de *territorialização* presente na política pública carioca está permanentemente associada à intenção de disponibilizar o espaço público para a reprodução de uma vida proba e ascética. Isto é, contrária a maiores acumulações e comprometida com a reprodução de um padrão de vida condizente a um público "carente" e, portanto, dignatário permanente da caridade pública. Um dos mecanismos neste sentido é a previsão de que as dimensões de barracas ou bancas não ultrapassem 1,10m2 de superfície e a altura de 1,50 m[302], o que limita significativamente a quantidade de mercadorias a ser exposta. Da mesma forma, é vedada mais de uma autorização para uma mesma pessoa. Uma série de medidas que resulta na tentativa de retenção da dinâmica do mercado, no qual as mercadorias circulam, podendo fazer com

301 Decreto do Governo da CABA, nº 2.350 de 21 de novembro de 2003.

302 Portaria F/CLF – AP-1 nº 002 de 20 de março de 1995, que dispõe sobre a utilização de equipamentos pelo comércio ambulante sintuado na Praça Estado da Guanabara, Rua Ramalho Ortigão e Mercado Popular da Uruguaiana.

que as vidas circulem com elas. Para cima ou para baixo, de acordo com o *talento* e a *competência*, conforme reza a ladainha liberal. Mas que parece não valer para determinados segmentos, seja pela crença de que não são capazes, seja por proteger os interesses dos que já se estabeleceram anteriormente neste mesmo espaço público.

Afinal, o mercado é anterior ao Estado e, dessa forma, o que hoje é comércio estabelecido nada mais foi antes que uma maneira informal de se processar compras e vendas. Como já chamou a atenção Polanyi, é justamente na delimitação e regulação do mercado local que se funda e se consolida a idéia de Estado. No caso liberal, porém, como propõe o autor, este para desenvolver o mercado atua no sentido de que as legislações e políticas públicas, entre outras práticas e discursos, criem dificuldades para a provisão da caridade. Dessa forma, desenvolve sua intervenção no sentido de fomentar, por um lado, o mercado de trabalho e, por outro, o mercado de produção e circulação de bens e capitais. Para o desenvolvimento de ambos, estimulando medidas e ações cujos sentidos podem ser acompanhados de medidas de características filantrópicas, que contribuam para impulsionar o chamado mercado auto-regulado, o *moinho satânico* de Polanyi (op. cit).

O liberalismo é pecado?

Não deixa de ser instigante pensar que as reservas com relação ao desenvolvimento das potencialidades do mercado, no Rio de Janeiro, podem, em certa medida, refletir o pensamento de Dom Felix Sardá, frei espanhol do final do século XIX. Este qualificava o liberalismo, cujo crescimento testemunhava naquele período, na Europa, enquanto uma espécie de "epidemia" que "leva já devoradas em silêncio grande número de vítimas". Concluída sua institucionalização, ela teria se derivado, na concepção do frei, em uma seita na qual há homens "que vivem e obram como grupo organizado, com chefes reconhecidos, com dependência deles, com fim unanimemente aceito" (Salvany, 1949).

> *"Na ordem das idéias o Liberalismo é o conjunto do que se chamam princípios liberais, com as conseqüências lógicas que deles se derivam. Princípios liberais são: a absoluta soberania do indivíduo com inteira independência de Deus e de sua autoridade; soberania da sociedade com absoluta independência do que não nasça dela*

> *mesma; soberania nacional, isto é, o direito do povo para legislar e governar com absoluta independência de todo critério que não seja o de sua própria vontade, expressa primeiro pelo sufrágio e depois pela maioria parlamentar; liberdade de pensamento sem limitação alguma em política, em moral ou em Religião; liberdade de imprensa, assim absoluta ou insuficientemente limitada; liberdade de associação com iguais amplitudes. Estes são os chamados princípios liberais em seu radicalismo mais cru. O fundo comum deles é o racionalismo individual, o racionalismo político e o racionalismo social. Derivam-se deles a liberdade de cultos mais ou menos restringida; a supremacia do Estado em suas relações com a Igreja; o ensino leigo ou independente sem nenhum laço com a Religião; o matrimônio legalizado e sancionado pela única intervenção do Estado: sua última palavra, que todo o abarca e sintetiza, é a palavra secularização, isto é, a não intervenção da Religião em ato algum da vida pública, verdadeiro ateísmo social, que é a última conseqüência do Liberalismo"*

O procedimento prático liberal é descrito pelo clérigo como um amplo leque que pode compreender "desde o ministro e o diplomata que legislam ou intrigam, até o demagogo que perora no clube ou assassina na rua; desde o tratado internacional ou a guerra iníqua que usurpa do Papa seu principado temporal, até a mão cobiçosa que rouba o dote da monja ou se apropria da lâmpada do altar". Um "mundo completo de máximas, modas, artes, literatura, diplomacia, leis, maquinações e atropelos inteiramente seus" e que se coloca "em radical oposição e luta com a sociedade dos filhos de Deus, que é a Igreja de Jesus Cristo".

Como propõem diferentes autores (Damatta, 1985; Kant de Lima, 2000; Carvalho, 2001), o triunfo das idéias liberais sobre aquelas que estruturavam o antigo regime no Brasil não foi completo. Daí não julgo excessivo imaginar que a composição da esfera pública no Rio de Janeiro, capital da República após abrigar a antiga corte imperial, tenha se constituído de forma conflitante, abrigando lógicas distintas no tocante à constituição do Estado e da própria sociedade. Enquanto uma teria inspiração secular, preconizando o individualismo e o desenvolvimento das relações de mercado, outra seria de caráter dogmático, defendendo uma concepção mais holista e de segmentação social. Pergunto-me, portanto, o quanto há do pensamento dogmático católico na

estruturação do espaço público por essa esfera pública?

A religião, afinal, está presente na nossa esfera pública, ainda que não de uma maneira explícita como, por exemplo, nos Estados Unidos. Naquela sociedade, a religião constitui legitimamente os círculos de elaboração e decisão sobre as políticas públicas, a chamada esfera pública. O que define a concepção laica estadunidense calcada no direito de enunciação no espaço público da crença que se têm, de maneira igualitária. Neste particular, se diferencia do laicismo francês, onde o republicanismo é a ética que deve compor as convivências, definindo-se ao espaço privado enquanto lugar para expressão das crenças[303]. No Brasil, a moral religiosa parece muitas vezes penetrar no discurso jurídico, propondo-se enquanto uma ética universalista.

Côrrea (2005), por exemplo, analisou as razões jurídicas para obliteração do reconhecimento jurídico do afeto para pares homoafetivos e reconheceu na moral religiosa católica vários princípios que norteiam as decisões judiciais em meio a um vácuo nas previsões. Tomando como parâmetro o exercício feito pela autora, não me parece fora de lugar sugerir que uma legislação que distingue no mercado atores cujos diacríticos físicos e morais os fazem objeto de políticas caritativas esteja movida por fundamentos de ordem moral e mesmo religiosa.

Moral religiosa esta que, como vimos, tem sua relação com o liberalismo marcada pela suspeição de que é este uma ameaça ao ordenamento da sociedade de acordo com seus princípios. O que pode ser resumido como temor frente "à absoluta soberania do indivíduo com inteira independência de Deus e de sua autoridade" o que resultaria na "soberania da sociedade com absoluta independência do que não nasça dela mesma". Retomemos a concepção da esfera pública enquanto ambiente no qual o liberalismo está por demais aconselhado pelo fundamentalismo religioso com quem anda de braços dados. Dessa maneira, é ele agora que passa a olhar os indivíduos com desconfiança. A alternativa é colocá-los sob o olhar vigilante de Deus, que a esta altura, tal qual um

303 Perspectiva enunciada por Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, em comunicação realizada por ocasião da instalação do projeto "A crença na igualdade e a produção da desigualdade nos processos de administração institucional dos conflitos no espaço público fluminense: religião, direito e sociedade, em uma perspectiva comparada", desenvolvido pelo NUFEP/UFF, a partir do edital FAPERJ Humanidades, de 2008.

Cook travestido de *Lono*[304], outra coisa não é senão a própria sociedade. Nas instituições do Estado, igualmente, se pode representar sua igreja e seus sacerdotes nos agentes públicos ungidos pela liturgia das normas pretensamente legais e burocráticas. Cabe a estes, nas disputas que travam com a sociedade, como também entre si, fazendo do Estado uma construção heterogênea e complexa, enunciar os ritos de sacralização da desigualdade excludente.

Camelódromos: territorialização e pasteurização

Via de regra as administrações municipais, particularmente, no Rio de Janeiro, costumam propor formas de *territorialização* das atividades de venda ambulante em localidades nas quais não se observa grande concentração de pessoas, afastando-as de terminais rodoviários, estações de trens ou metrô, universidades, estádios de futebol, entre outros. São critérios decididos por comissões regionais previstas pela Lei 1876/92, compostas por representantes municipais, do comércio e da indústria, das associações de moradores de uma região e de representações de ambulantes cujas formas associativas não costumam ser bem desenvolvidas. Estas submetem seus critérios a uma Comissão Permanente, com configuração parecida, ainda que de instâncias superiores, a cada um dos círculos representados[305]. Tais proposições muitas vezes produzem contrariedades, pois ordenam o espaço em confronto com necessidades e interesses presentes neste mercado cujos operadores necessitam apresentar-se ao público. Desconsidera-se, assim, sua especificidade de atuar, como referi, nos interstícios dos espaços nos quais circulam possíveis consumidores. Estabelecendo-se em lugares de grande movimentação, estes profissionais atuam no sentido de fazer com que os consumidores lembrem-se, escolham ou mesmo decidam o que e por que comprar, conforme os eventos cotidianos de suas vidas particulares ou as *obrigações* geradas pela observância do calendário conforme o dia, mês ou ano.

Na Cidade do Rio de Janeiro, porém, há contextos em que estes *camelódromos* estão estrategicamente situados. Em minha pesquisa na cidade carioca tive contato direto com dois deles: um camelódromo localizado nos fundos da Central do Brasil, contíguo ao terminal rodoviário Américo Fontenelle e um segundo, já extinto, onde realizei trabalho de campo entre a Avenida Presidente Vargas e o mesmo prédio da Central do Brasil.

304 Sahlins, 1990.

305 Ambas comissões são previstas no artigo 6, da Lei 1.876/92. Ver anexo.

Além dessas, tenho conhecimento de um terceiro, o Mercado Popular da Rua Uruguaiana. Este o mais conhecido dos três. Experiências distintas de organização desse mercado, mas com alguns elementos em comum. Entre as distinções, os tipos de mercadorias que se podem ou podiam observar nestas localidades. Entre as semelhanças, a imprecisão do marco regulatório que orienta as vigências dos mesmos, a verificação de formas associativas a representar os interesses dos comerciantes e de distintas agências de controle disputando os possíveis espólios gerados por tais atividades econômicas.

Os camelódromos em volta da Central

Durante meu trabalho de campo envolvendo os ambientes da Central do Brasil, estabeleci contato com a Associação do Comércio Popular da Praça Procópio Ferreira, localizado entre a Avenida Presidente Vargas e o prédio da Central do Brasil. Em funcionamento desde o início da década de 1970, o mesmo foi extinto no ano 2005. Seu presidente, um tal Galego, tinha sob sua liderança dezenas de comerciantes, a maioria de origem nordestina. Estes comerciavam em cerca de 320 barracas, feitas de ferro fundido, medindo cada uma 1,10 m^2. Nesse sentido, guardava as dimensões definidas em Lei. Nestas barracas eram vendidos produtos e serviços dos mais variados, muito embora fosse predominante o comércio de roupas e calçados (novos e usados), mochilas e bolsas. Também se podia verificar o comércio de *cds* e *fitas piratas*, mas não eram predominantes como o eram mercadorias tais como ferramentas de trabalho mecânico; brinquedos importados; doces e biscoitos, além de salgados e refrescos servidos em tendas armadas sobre armários de fórmica, que se assemelhavam a bares improvisados (Pires, 2005a: 55). Também se ofereciam serviços especializados como corte de cabelo ou a venda de produtos terapêuticos, como ervas medicinais. Os barraqueiros instalados nas partes mais internas do complexo de barracas pareciam não arrecadar tanto quanto aqueles situados nas margens da via que abrigava o fluxo de pedestres. Todos, porém, contribuíam semanalmente com os gastos da associação com limpeza, segurança e "eventuais dispêndios" com a Prefeitura.

Parecia que estava tudo certo até que a Secretaria de Estado de Segurança Pública passou a situar-se no prédio da Central do Brasil. Foi cobrado pelo então Secretário de

Segurança Pública[306] que a Prefeitura "limpasse" as redondezas, pois a *desordem* era considerada grande. Vários comerciantes haviam pago suas *anuidades*, como também mantinham o pagamento que, evidentemente, cobria eventuais agrados para supostas autoridades. Para isso é que realizavam contribuições semanais à associação. Suas barracas, porém, tiveram que ser retiradas do lugar. A notificação fora dada alguns poucos dias antes da remoção. Esta acabou ocorrendo sob protestos e resistências dos camelôs, muitos dos quais atearam fogo em suas barracas[307]. Talvez revoltados, quiçá expressando que, ante tal assimetria, o jeito era partir para outra.

O segundo camelódromo no qual fiz trabalho de campo está ainda localizado nos fundos da Central do Brasil, em uma área pertencente à CODERTE[308], mas cedida à Prefeitura do Rio para acomodação daquelas atividades. O beneficiário é a ASCACEN, Associação do Comércio Alternativo da Central do Brasil, cuja Diretoria era composta, na época em que pesquisei no lugar, por pessoas ligadas a políticos influentes e membros da Polícia Militar. Na verdade, eram estes últimos os que mandavam no lugar. As características físicas e estruturais do chamado Centro Comercial Popular do Terminal Américo Fontenelle são distintas daquelas que descrevi para o camelódromo já extinto. Ocupa um espaço físico de, aproximadamente, 3.500 m^2, ocupado por várias lojas dispostas em formas de *Box*, compostas em alvenaria e metal, de diferentes dimensões. Há lojas diminutas, cujas dimensões podem ser de 2 m^2, até supermercado, de propriedade de um chinês (Pires, 2005a: 57). Pelos amplos corredores da associação trafegam milhares de pessoas todos os dias, seja para comprar, seja para deslocar-se entre os terminais de trem e ônibus.

Naquele lugar o comércio é muito diversificado, assim como se verificam múltiplas etnias na condução dos negócios. Brasileiros de diferentes estados, africanos de diferentes países (muitos de origem angolana e moçambicana), chineses, coreanos, portugueses, entre outros, estão à frente de empreendimentos que vendem ferramentas para obras civis (pás, enxadas, etc); instrumentos musicais; plantas ornamentais; camisetas estilizadas; tênis importados; roupas e calçados; bicicletas; brinquedos

306 Tratava-se do ex-governador Anthony Garotinho.

307 Ver http://www.consciencia.net/2005/1311-camelos.html

308 Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro è uma estatal de Economia mista, vinculada à Secretaria de Transportes.

eletrônicos; discos e fitas (piratas ou não); eletrodomésticos de pequenas dimensões, como televisores e aparelhos de som; equipamentos de informática, entre outros produtos que podem ser adquiridos a partir da rede que liga o Brasil ao Paraguai, à zona franca de Manaus ou mesmo à China.

Na ASCACEN também se oferecem serviços dos mais diversificados, como cabeleireiros, pedicures, manicures e até veterinários. Os serviços de alimentação, por sua vez, não se restringem às ofertas de lanches rápidos, havendo pequenos restaurantes que oferecem refeições completas a um público significativo que trabalha nas imediações ou na própria associação comercial. Por conseguinte, a faixa de preços praticada no local é superior àquela que eu observava no extinto *camelódromo* liderado pelo Galego. Os donos dos estabelecimentos comerciais associados à ASCACEN parecem gozar de uma melhor situação financeira, o que deve ajudar a explicar a existência de significativa estrutura de segurança que contava o lugar. Na época de minha pesquisa, diariamente, quinze homens se responsabilizavam por guardar aqueles estabelecimentos 24 horas por dia; alguns deles eram ligados às forças de segurança, em regime de segundo emprego, o chamado *bico*. Imagino eu que também tenham uma condição mais favorável para bonificar material e politicamente aos atores que contribuem para preservar aquele espaço frente à discricionaridade do poder público que, a qualquer momento, pode requerer a suspensão daquelas atividades.

Ainda, para se entender e problematizar a vigência desses espaços no Rio de Janeiro acredito que mereça particular menção e destaque aquela área conhecida como Comércio Popular da Rua Urugaiana, o *Camelódromo da Uruguaiana*. Foi criado em 1995, fruto de um processo bastante conflituoso, onde a mobilização de segmentos oriundos da venda ambulante teve papel determinante. Um histórico que pode ser focalizado, ainda que brevemente, através de uma parca documentação existente, confrontada com os trabalhos e pesquisas realizados em seu interior (Canellas & Calandrino, 2008; Mafra, 2006; Silveira, 2000). Mesmo assim, acredito que se possa dar conta de demonstrar a enorme complexidade existente em sua constituição e gestão, refletindo relações que me ajudam a pensar as especificidades do comércio ambulante no Rio de Janeiro em sua comparação com Buenos Aires.

O Mercado Popular da Rua Uruguaiana

A década de 1980, no Rio de Janeiro, foi marcada por iniciativas de caráter popular que suscitaram severas críticas dos opositores do então governador Leonel Brizola. Entre estas medidas, consta a redefinição de linhas de ônibus que fizeram com que, pela primeira vez na história da Cidade do Rio de Janeiro, os habitantes da zona norte pudessem chegar em viagem direta às praias da zona sul. Lembro-me que foi em 1983, quando contabilizava dezenove anos, que conheci a Praia de Ipanema, na companhia de amigos com os quais trabalhava num barracão de escola de samba[309]. Foi também naquele período, mais precisamente em 1984, que o governador orientou o prefeito do Rio, que na época era cargo nomeado, que definisse os bairros onde deveriam ser instalados "centros populares de comércio". Era época em que se observava tendência ascendente ao desemprego e a venda ambulante, como sempre, atraía diferentes segmentos, entre desempregados, imigrantes e mesmo pessoas que queriam complementar renda. Na esteira das atividades se desenvolvia uma forte repressão por parte das agências de controle, particularmente policiais. É que a dispersão daquela atividade pela cidade, sobretudo pelo centro, já suscitava reclamações dos segmentos melhor estabelecidos da sociedade comercial.

Naquele mesmo ano foi inaugurado um *camelódromo* na Praça Onze que, no entanto, não funcionou por muito tempo. Era uma localidade distante dos grandes fluxos de pessoas, o que contrariava os ambulantes. Em questão de meses estes voltaram às ruas, fazendo intensificar as reclamações dos membros do Clube de Diretores Lojistas, entidade que chama para si a representação dos interesses de comerciantes e lojistas cariocas[310]. Era necessário fazer alguma coisa que atendesse a esses reclamos, como também desse termo ao recrudescimento das ondas de repressão.

309 Éramos todos montadores técnicos do Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, que naquele ano saiu com o enredo "A constelação das estrelas negras". Um samba exaltação à negritude, em um período onde o movimento negro brasileiro ainda engatinhava em termos políticos. A escola sagrou-se campeã do carnaval carioca naquele ano.

310 O CDL mantém há ano um cadastro de inadimplentes chamado Serviço de Proteção ao Crédito, conhecido pela temível sigla SPC. O sambista Zeca Pagodinho eternizou em um pagode de sua autoria, com Arlindo Cruz, o significado poluidor que pode ter, para os meios mais populares, o enquadramento no sistema. "Precisei de roupa nova/Mas sem prova de salário/Combinamos, eu pagava/Você fez o crediário/Nosso caso foi prá cova e a roupa pro armário/E depois você quis manchar meu nome/Dentro do meu metiêr/Mexeu com a moral de um homem/Vou me vingar de você/Porque!/Eu vou sujar seu nome no seu SPC/Tu vai vê!/Eu vou sujar seu nome no SPC.

Em 1988, sob a gestão de outro prefeito – Saturnino Braga – a Prefeitura iniciou as negociações com o governo do Estado para cessão de terrenos então pertencentes ao Metrô, que era empresa estatal, localizados na rua Uruguaiana. O objetivo era instalar ali um novo centro popular de comércio. No ano seguinte, com a volta de Marcelo Allencar, agora prefeito eleito, essa medida foi estancada, sob a alegação que a área seria dedicada a um tratamento urbanístico que naturalmente criasse constrangimentos à fixação da venda ambulante. Durante seu governo foram realizadas obras, como também promulgada uma nova lei sobre o comércio ambulante no município[311]. Durante seu mandato a Uruguaiana acabou por ser ocupada por quatro filas de barracas, reunindo cerca de oitocentos *camelôs* (Mafra, 2005: 76).

No início de 1994, com a vigência do primeiro governo do ex-prefeito César Maia, passou a ter vigência o Decreto nº 12.644, no qual constava a nova regulamentação para o cadastramento de *camelôs* na Cidade. Os vendedores interessados deveriam declarar a origem de suas mercadorias e os locais de armazenamento das mesmas. No mesmo ano foi criada a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, que já nos seus primeiros movimentos teve como atividade confrontar-se com os segmentos de ambulantes que, evidentemente, haviam retornado às ruas do centro da cidade, em uma proporção ainda maior do que se verificara anteriormente. O desafio para o governo municipal, assim, era iniciar a grande operação para "retirar" ambulantes das ruas e iniciar um "plano de revitalização da área" (Mafra, op. Cit: 80).

Essa política, evidentemente, gerava exclusão. A resistência dos comerciantes ambulantes foi tremenda, o que fez com que a Prefeitura, com o apoio do governo do estado, requisitasse um forte aparato policial para controlar os espaços da cidade. A tônica cotidiana era verificar um grande número de protestos, o que gerava insegurança no comércio estabelecido que muitas vezes fechava suas portas com medo de represálias. Foi um período onde foram empregados métodos violentos contra os ambulantes, sobretudo por parte da Polícia Militar. A Guarda Municipal ainda era uma debutante e não se configurara, como veio a ocorrer mais tarde, em um esquadrão anti-camelô copiando metodologias de enfrentamento da polícia militar que, aliás, detém o

311 Justamente a Lei 1.876 de 29/6/1992.

monopólio sobre os comandantes da Guarda Municipal, designados pela Prefeitura desde sua criação[312].

A etapa de transferência dos *camelôs* para o mercado popular da rua Uruguaiana foi concluída em agosto daquele ano. Para que os excluídos não voltassem às ruas foi adotado como tática a ocupação de toda a área do centro com policiais e guardas municipais, o que surtiu efeito por um pequeno período. Com a volta dos camelôs, o prefeito propôs aos comerciantes estabelecidos que contratassem empresas particulares de vigilância ou que o governo do estado liberasse os policiais militares para a segunda jornada. Tais propostas não foram sequer consideradas pelos interlocutores. O prefeito então, coerente com a lógica anti-mercado que impera por essas paragens, encomendou a seus auxiliares a elaboração de um decreto que determinava a detenção de quem comprasse em *camelôs* fora dos camelódromos. A alegação é que o consumo em tais condições caracterizaria receptação. Como até policiais militares eram clientes dos *camelôs* fora dos camelódromos, como mostravam os jornais à época (Mafra, op. Cit: 81), o conteúdo moral dessa alternativa esvaiu-se no interior da sede da Prefeitura, o famoso "piranhão"[313].

Confusões à parte nas ruas, o fato é que desde o interior do camelódromo observaram-se transformações que em muito contribuem para olhar para a Lei 1.876/92 como uma peça de museu. Da mesma forma, a portaria que propôs a ordenação do comércio em barracas virou uma lenda. Como referi, quando em março de 1995 foi baixada a portaria AP.1 nº 02/95, que criou o referido mercado popular, foram estabelecidas características padronizadas para as barracas. Estas dimensões, porém, foram alteradas gradativamente em virtude de vários aspectos. Por um lado, à medida que parte dos camelôs "carentes" não podiam renovar seus pedidos passados dois anos, a alternativa, assim parece, foi

312 O primeiro comandante da Guarda Municipal foi o coronel Amêndola, que também foi o idealizador do Batalhão de Operações Especiais _ BOPE – da Polícia Militar. A ele seguiu-se o coronel Antunes. Atualmente o comandante é o tenente coronel PM Ricardo Coutinho Pacheco.

313 A sede da Prefeitura, o Centro Administrativo São Sebastião (CASS), é mais conhecido como Piranhão. Esse nome é uma referência ao antigo uso da área onde o prédio foi construído. Era lá que funcionava a Vila Mimosa, área que reunia as casas de tolerância, os prostíbulos, que acabou sendo transferido para as imediações da Praça da Bandeira, mais precisamente na Rua Ceará. Sobre as atividades e vidas que tem seus cursos naquela localidade, pode-se consultar a dissertação de mestrado de Soraya Simões. Vila Mimosa II: a construção do novo conceito de Zona. Apresentada e defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense em 2003.

"passar" o ponto ou encontrar um "laranja"[314] que se enquadrasse nas previsões normativas. Por outro lado, muitos barraqueiros reagiram à tentativa de limitação de suas pretensões comerciais em tabuleiros de 1,10m^2. O ordenamento original, dessa forma, não resistiu por muito tempo.

Os padrões de cores das lonas que cobriam as barracas, que caracterizavam os distintos terrenos cedidos pelo governo do Estado à prefeitura, foram abandonados. Em seu lugar foram adotados toldos em tons amarelos ou verdes e enormes lonas azuis que melhor protegiam as barracas e corredores das intempéries. Barracas galvanizadas foram introduzidas no mercado, sendo que algumas delas logo derivaram para estabelecimentos em alvenaria. Carrocinhas passaram a circular por suas vielas, o que não estava previsto. Carros e pequenas caminhonetes estacionam no interior do mercado para descarregar rapidamente mercadorias de "estranha procedência" (Silveira, 202: 96), o que contraria a prescrição de que os depósitos devam ser informados previamente. Estas mudanças começaram a ser introduzidas já nos primeiros momentos, quando ainda atuava a Associação dos Comerciantes Ambulantes do Centro do Rio (ACAC-RJ).

Durante um período significativo chineses e coreanos compraram vários "box", um movimento que se verificou entre 1995 e 1999. Segundo Silveira (op. cit), foi um período que não só inflacionou os preços dos "pontos", como também das mercadorias. Os chineses passaram a ser atravessadores das mercadorias que outros *camelôs* compravam, fazendo com que os valores das mesmas ficassem mais caros no varejo. Em 1998, porém, a ACAC-RJ acabou sendo afastada pela Prefeitura, por sugestão da Comissão Regional que define questões sobre o comércio ambulante na localidade. Pesavam sobre ela suspeitas de vender irregularmente postos e bancas para comerciantes de origem oriental. Em substituição à antiga associação, assumiu a União dos Comerciantes do Mercado Popular da Uruguaiana. Esta surgiu em reação ao que se entendia por descaracterização do lugar, em detrimento de segmentos autóctones. "A nova associação criada, apoiada pela prefeitura, conseguiu eliminar quase todos os chineses que ali trabalhavam, tendo ficado apenas os 'chineses pobres'" (Silveira, op. Cit: 97). A União, com o apoio da Prefeitura, conseguiu fazer com que a maioria dos

314 *Laranja* é definida como uma pessoa que assume a titularidade de algum empreendimento ou propriedade em substituição a outra, limitada por razões normativas ou legais, e que não usufrui dos mesmos.

chineses e coreanos deixasse o lugar, deslocando-se para o setor de pastelarias da cidade e no Grande Rio, como também para o interior do SAARA. De lá prosseguiram vendendo suas mercadorias no atacado. Com isso, restaurou-se minimamente a clientela pretensamente "carente" da política pública que organiza os chamados mercados populares. Atendendo, assim, aos interesses tuteladores do poder público, como também às conveniências dos *protegidos* que só podem comerciar entre os muros imaginários do camelódromo. Fora de tais limites, a política é a repressão[315].

A nossa tortura

Camelôs espancados pela Guarda Municipal.

Os camelôs Ratinho e André levaram uma surra da Guarda Municipal na tarde desta sexta-feira, dia 7, no Centro do Rio e foram internados em estado grave no Hospital Souza Aguiar. Ratinho é cego de um olho. Veja o que os guardas fizeram com o seu outro olho (foto ao lado). Segundo o coordenador do Movimento Unido dos Camelôs (Muca), Idison Silva, o inspetor André da 5ª DP, no centro do Rio se recusou a receber os detidos devido aos ferimentos e os encaminhou para o hospital. Os camelôs estavam no depósito onde guardam as mercadorias quando foram detidos e espancados[316].

Do interior do mundo jurídico, a crença existente partilha a idéia que *eventuais* excessos da Administração Pública, como, por exemplo, o confisco de mercadorias de pessoas encontradas comerciando sem autorização, podem ser corrigidos pelo Poder Judiciário. "Inclusive com as cautelares e tutelas antecipadas cabíveis, requeridas não só pelo titular do direito lesionado como por seu sindicato ou associação"[317]. As dificuldades legais para que ambulantes ou camelôs se organizem na forma de sindicatos, no Rio de Janeiro, fazem com que usualmente estes tenham que optar pelo modelo do associativismo, com os limites que tal forma de representação pode ter no tocante ao acionamento da justiça. Ou seja, esta não pode acionar a Justiça do Trabalho e, por outro lado, só pode representar aqueles que são associados diretamente. Um sindicato,

315 Em 2007, em circunstâncias até hoje não esclarecidas publicamente, o então presidente foi assassinado. Em seu lugar assumiu a vice-presidente que, desde então, vem resistindo a tentativas de fazer surgir uma associação alternativa à União.

316 http://www.consciencia.net/opiniao/rio-barreto/seguranca01.html (disponível em 18/11/2009)

317 Slaibi Filho, op. cit

diferentemente, fala em nome de toda uma categoria profissional. Por outro lado, a pouca predisposição de variados segmentos cariocas ao associativismo voluntário faz com que a atuação representativa não seja das mais fáceis, diante de uma possível fragilidade em sua capacidade de mobilização política.

Por outro lado, o recorrente uso de dispositivos violentos para impor limites aos usos dos espaços públicos urbanos não parece produzir resultados. Cada dia mais, simultaneamente à criação de áreas de mercado nas quais se estabelece o usufruto precário para alguns, gera-se a exclusão de outros tantos que seguem nas ruas, ilegalmente. E o fazem apesar de todo constrangimento e das demonstrações de força das agências de controle e de segurança pública. Isso é possível por que são muitos entre os ambulantes aqueles que pagam diretamente aos policiais para que não seja usada a força para desalojá-los.

Há mesmo caso de policiais que comercializam mercadorias através de ambulantes e *camelôs*. São formas dos chamados *arregos*, visualizáveis nas relações entre estes agentes e comerciantes ambulantes. Relações que têm como elemento central de persuasão para que os *camelôs* adiram ao contrato, justamente, o uso, ou não, da força. A não utilização da violência – geralmente, violência física – vem em primeiro lugar do que a utilização ou não da lei. E neste ponto me parece que se insere a diferença fundamental entre o *arrego*, no Rio de Janeiro, e o *arreglo*, em Buenos Aires.

No Rio de Janeiro, para que se viabilize a atividade de venda nas ruas, o que se negocia é a não aplicação da força, do castigo corporal que pode deixar marcas naqueles que praticam desvios aos olhos da Administração Pública. Logo, enquanto no *arreglo* portenho a questão é, sobretudo, a aplicação da lei ou, alternativamente, a compra de sua não aplicação, no Rio de Janeiro o que vige fundamentalmente é o pagamento para que não se proceda a ilegalidade do castigo. A ilegalidade do constrangimento físico, ilegal, por parte de agentes públicos que deveriam atuar em conformidade com a Lei, que preconiza a garantia da integridade física dos cidadãos.

Misse propõe que quando determinados atores se apropriam do uso legítimo da força pertencente ao Estado para atender interesses próprios ou particulares, ocorre a transformação de um bem ou um serviço em uma mercadoria política (Misse, 2006:

207). Mercadoria essa que circula em um ambiente avesso à regulação estatal e que compete com o poder estatal na definição das regras para seus usos e trocas. É um bem disponível em um mercado e que circula de acordo com distintos interesses e objetivos, seja público ou privado. O *arrego*, na maioria das vezes, aproxima-se da *extorsão*, o qual o autor define como "caso-limite" desse tipo ideal de mercadoria, pois as trocas por ele ensejadas desenvolvem-se sob contrangimento de uma das partes, para quem a troca é ilegítima. Às vezes pode ocorrer da parte mais frágil do contrato considerar parcialmente vantajosa a adesão a ele, mas ainda assim a mercadoria é política, pois "combina custos e recursos políticos para produzir um valor-de-troca político ou econômico" (Misse, op. Cit: 209). O *arreglo*, distintamente, não pode ser equiparado ao outro limite da tipologia construída pelo sociólogo, a *proteção*, ainda que eu tenha observado situações em que policiais federais em Buenos Aires avisassem os vendedores ambulantes das ações de outras agências de controle – ou de outras *comisarias* de Polícia – ou mesmo efetuassem a guarda de *puestos* em praças e na estação de Constitución. No entanto, o nível de constrangimento é distinto, fazendo com que a assimetria na relação seja de outra ordem, uma vez que a integridade física dos atores não costuma estar ameaçada para além da privação de liberdade, nos termos da legislação corrente. Estaria, assim, localizado enquanto uma mercadoria política em um outro ponto dentro do universo de coordenadas que distinguem essa tipologia.

Estas diferenças apontam para as distinções entre o sistema de crenças em um lugar e no outro e, fundamentalmente, como a lei pode se articular no sentido de mediar a intervenção estatal sobre o corpo das pessoas que praticam a venda ambulante. Processo no qual se pode observar uma complexa operação, na qual moralidades distintas se põem em acordo, ou não, em torno de um ponto de vista ético acerca dos usos do espaço público urbano. Diferenças fundamentais que podem resultar em níveis diferenciados de respostas institucionais aos conflitos existentes, com conseqüências muito diferentes nas respectivas sociedades.

Em Buenos Aires o espaço urbano no qual se prevê a possibilidade do uso para a venda ambulante é contínuo. Da mesma forma, há a previsão que amplos setores que se interessem possam aceder à condição de vendedor ambulante. O que se reflete, inclusive, nos ambientes abrangidos pelos sistemas de transportes. No Rio de Janeiro, a existência de *mercados populares* promove a aglutinação de distintos atores e

interesses, conformando relações que fazem com que estes espaços se circunscrevam dentro de um outro mercado, nos quais as moedas de troca são favores, lealdades e compromissos políticos. O que gera determinados direitos para poucos, que podem não ter nada a ver com o direito positivado. Uma vez observado esse ordenamento, parece que se promove uma descontinuidade em relação ao espaço da cidade, na qual a venda ambulante passa a ser indesejada e, por conseguinte, seus ocupantes transformando-se em sacos de pancadas. Tal esvaziamento da condição cidadã do ambulante poderá seguir-se no âmbito do sistema ferroviário, onde se poderão observar prioritariamente formas de administração de castigo em lugar de mecanismos de controle da venda ambulante.

A associação de ambulantes nos trens do Rio

Quando iniciei minhas pesquisas nos trens da Central do Brasil, a principal reivindicação que o então sindicato dos ambulantes dirigia à empresa privada que administra os serviços ferroviários era a autorização para atuarem nos trens e nas plataformas. Sete anos depois, com algumas alterações nas configurações institucionais, segue sendo essa a mesma expectativa. O que os ambulantes desejam, resumidamente, é comercializar suas mercadorias nas dezenas de composições de trens e nas 89 estações do sistema ferroviário sem que sejam vítimas de violência ou apreensão das mesmas. Seqüestro de bens, ameaças, injúrias, socos, pontapés e até mesmo tiros costumam ser dirigidos contra aquele público por parte de pessoas ligadas a empresas que prestam serviços de segurança para a concessionária de transportes ferroviários, que chamarei neste texto de TRILHOS, em regime de *terceirização*. Era esse o principal motor que dava vida a um sindicato sem paredes. Não havia sede, nem estatuto. Sua estrutura organizacional, como convinha ou podia, era absolutamente *informal*.

Aquelas pessoas buscavam, em certo sentido, o restabelecimento de uma agenda de negociações já verificada em um período anterior ao início de minha entrada ao campo. Em janeiro de 2001 o então SINDATREM conseguiu o estabelecimento de um acordo documentado entre os representantes dos ambulantes e dirigentes da empresa. Naquele acordo mediado por uma central sindical[318], ficou estabelecido de comum acordo que os responsáveis pela vigilância das instalações ferroviárias não apreenderiam mercadorias,

318 Tratava-se da seção Rio de Janeiro da maior central sindical do Brasil.

nem usariam de violência no trato com os camelôs. Estes, por sua vez, deveriam zelar pela limpeza nas composições ferroviárias e estações, tratando bem os clientes do sistema e evitando brigas e confusões. As partes concordaram com os elementos negociados e, durante um pequeno período, não foram observados maiores problemas, segundo me disseram os ambulantes.

Em julho daquele mesmo ano, porém, a TRILHOS suspendeu as negociações com os representantes sindicais dos ambulantes. Segundo estes últimos, a empresa atravessava uma crise financeira que, em certa medida, era explicada pela baixa freqüentação dos trens. Segundo aquele discurso, o trem deveria se apresentar de forma mais convidativa para atrair novos públicos. Conforme essa perspectiva, a presença dos camelôs era considerada um ponto negativo. Os conflitos voltaram a se verificar na medida em que a companhia resolveu "limpar" um dos cinco ramais do sistema das suas presenças, consideradas esteticamente inadequadas[319]. O ano de 2002, conseqüentemente, foi de muita repressão para com os ambulantes nos ramais do sistema ferroviário. Particularmente no mais rentável deles – o ramal de Deodoro - que atendia os bairros da zona norte da cidade, nos quais vivem em significativa quantidade segmentos de classe média. Em minhas atividades de campo, por mais de uma oportunidade, assisti *camelôs* correndo ou serem retirados do interior dos trens. Mas a TRILHOS precisava modificar a infra-estrutura dos trens, caso desejasse sair do vermelho.

No ano seguinte, em 2003, os trens passaram a ser dotados de ar condicionado para climatizar as composições. Os recursos, oriundos do Banco Mundial, foram avalizados pelo governo do Estado. Dessa forma, tornou-se um meio de transporte atraente para essas classes médias - sobretudo nos meses mais quentes do ano – além de alternativo aos ônibus que costumavam enfrentar engarrafamentos e abrigar assaltos nas viagens cotidianas. E aí se intensificou mais ainda, segundo a percepção dos líderes dos ambulantes, a repressão.

Os vigilantes passaram a ser orientados a evitar o uso do ramal de Deodoro pelos *camelôs*. E isso era uma novidade, pois o usual era a vigência de um acordo tácito que observei, no qual esses profissionais, ainda que não pudessem concordar formalmente

319 Pelo menos foi este um dos argumentos do coordenador de segurança da empresa, em entrevista dada a mim.

com a atividade dos *camelôs*, autorizavam implicitamente suas atuações de forma comedida. Os vigilantes toleravam a atividade ambulante, desde que ela não fosse realizada nas estações. Da mesma forma, quando os trens paravam, os camelôs deveriam guardar suas coisas em bolsas ou sacos negros, dissimulando sua atividade, por "respeito" à autoridade do vigilante. Caso essa atitude se verificasse de acordo com uma etiqueta específica, os guardas poderiam ter "consideração" pelo camelô e deixá-los seguir viagem (Pires, 2005a). Na preservação do ramal dileto da TRILHOS, porém, se intensificaram as práticas que tais negociações tácitas buscavam evitar: a apreensão de mercadorias e a retirada física dos ambulantes de trens e estações. Pior que isso, eventualmente, acabava ocorrendo o que na introdução descrevi como "esculacho".

Em resposta a tais iniciativas, os camelôs através do SINDATREM, ainda em 2002, buscaram a instalação de uma nova rodada de negociações que permitisse suas inserções nos trens de todos os ramais. No entanto, em momento algum isso foi possível. A principal alegação da TRILHOS era que não era plausível receber uma entidade que não existia formalmente. A relação entre as partes estava sempre agravada por essa tensão entre o que era "legal" e o caráter "informal" das atividades dos vendedores ambulantes.

Na tentativa de contornar tais argumentos, os responsáveis pela organização dos *camelôs* juntaram esforços e buscaram regularizar a existência do sindicato. Com o apoio da assessoria jurídica da aludida central sindical, organizaram um estatuto dispondo dos objetivos e finalidades da entidade e propuseram seu registro em um cartório. Qual não foi a surpresa quando o pedido foi negado, em dezembro de 2004, sob a alegação que a mesma não podia existir uma vez que não existiria no cadastro nacional de profissões a ocupação de "ambulante" ou "camelô". Aturdidos, aguardaram um tempo, se reorientaram e meses depois pleitearam registro na forma de uma associação. Assim, em julho de 2005 nasceu a ASTRATERJ, a Associação dos Trabalhadores Ambulantes dos Trens do Estado do Rio de Janeiro.

A mobilização política: uma agenda agitada

Já em seu primeiro boletim, dirigido aos quase 1.200 ambulantes que atuavam nos ramais[320], os dirigentes da associação reafirmavam sua disposição para "lutarmos pela nossa legalização", e para reunir os *camelôs* nos ramais "visando orientar os ambulantes sobre normas de conduta e como agir diante da violência cometida por parte da segurança da concessionária dos Trens"[321]. Todavia, a atuação da associação estava também dirigida a buscar apoio externo, no sentido de construir um ambiente de negociação junto à concessionária dos transportes ferroviários, que restabelecesse condições minimamente seguras para o comércio nos trens.

As iniciativas da associação mobilizaram diversas entidades sindicais, políticos dos mais diferentes partidos e, mesmo, pessoas ligadas ao mundo acadêmico, no sentido de dar visibilidade aos dramas cotidianos dos camelôs. Nesta época, eu já estava reinserido nos ambientes ferroviários. Visitas freqüentes a gabinetes de vereadores e deputados, participação em debates sobre transportes públicos ou processos de privatização, entre outras atividades, se pautavam nas agendas dos dirigentes da associação. Azulão era cada vez mais o militante *mor* da causa dos ambulantes dos trens, assumindo por mérito a presidência da entidade.

E foi assim que, em 2006, através das atividades de campo, acabei por me envolver um pouco mais no cotidiano dos ambulantes nos trens e pude testemunhar o recrudescimento dos expedientes repressivos contra aquela atividade comercial ambulante. Em resposta a tais mecanismos, a associação propôs como alternativa buscar apoio da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, órgão do governo estadual. Diante de uma solicitação dos meus interlocutores, intermediei o contato com o subsecretário e, por isso, acabei participando da mesma. A realização da reunião se viu facilitada porque liguei diretamente para o subsecretário, um ex-professor

320 Na percepção de Azulão, o presidente da ASTRATERJ, havia ocorrido um decréscimo do contingente, se comparado ao período de minha pesquisa. O mesmo conjecturou que a explicação era que a repressão ao comércio ambulante no principal ramal teria espantado os "turistas", ou seja, os camelôs ocasionais.
321 Boletim da ASTRATERJ, nº 29. Janeiro/Fevereiro de 2006.

meu. Previamente à aprovação do encontro, sua chefe de gabinete quis se certificar de algumas questões. Na ligação que lhe fiz, ela se mostrou temerosa. Sua representação sobre os ambulantes classificava-os como vendedores de mercadorias *piratas*. Meu papel foi argumentar no sentido de desfazer aquele preconceito, de forma a garantir um espaço de conversa.

Na reunião o subsecretário, muito solícito, explicou que estaria ali para ouvir a demanda dos representantes dos ambulantes dos trens, mas que o pleito de comercialização de produtos não poderia envolver negócios com *pirataria*. Segundo ele, um membro do governo não poderia se envolver com iniciativas que redundassem em práticas criminosas[322]. Os membros da associação foram objetivos em demonstrar que as mercadorias manuseadas pela "categoria" nos trens eram genuínas e que todos eram orientados a portar as respectivas notas fiscais. Assim, o que parecia estar em questão para o funcionário era a questão da legalidade ou não dos produtos vendidos, e não a atividade em si,. Já para os ambulantes, a expectativa era por definir políticas de promoção de direitos a comercialização em um espaço de circulação do público.

Esclarecida essa questão, e apresentado o interesse por uma rodada de negociações com a empresa, a conversa se concluiu com o compromisso por parte daquela Secretaria em intermediar os contatos até que tal encontro fosse viabilizado. Na prática, porém, não houve progressos nessa direção. Ora se alegava dificuldades na agenda dos representantes do governo do Estado do Rio para intermediar a conversa com a empresa, ora se informava o desinteresse daquela em discutir o tema "camelô". Por mais um significativo período os *camelôs* tiveram que fazer muitas reuniões em diferentes estações, em todos os ramais; foram alvo de apreensões e pancadaria nos trens, enquanto simultaneamente, os membros da associação prosseguiam em suas visitas e mobilizações no meio político e sindical[323].

322 Entende-se por pirataria a reprodução, venda e distribuição de produtos sem a devida autorização e o pagamento dos direitos autorais, conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

323 Como parte dessa prática, os representantes da ASTRATERJ participavam de almoços oferecidos mensalmente no Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro; de audiências públicas sobre transporte ferroviário na Assembléia Legislativa do Estado Rio de Janeiro; de passeatas com outras associações de camelôs da região metropolitana; de reuniões em gabinetes de políticos; de reuniões de conselhos comunitários dos bairros e cidades atendidas pelos trens, entre outros espaços onde fosse possível veicular os problemas vivenciados pelos camelôs.

Nos meses subseqüentes foi possível observar uma mudança qualitativa na disposição da empresa que administrava os trens da Central do Brasil. Após uma ampla reformulação do seu quadro diretor, e reorientação de sua política de segurança e vigilância dos trens e estações, ocorreu um aceno desta em direção aos *camelôs*. Intermediada pelo Comandante do Batalhão Ferroviário da Polícia Militar (BPFer), que agora seria integralmente responsável por guardar as instalações e composições no sistema ferroviário, uma reunião entre a empresa e a ASTRATERJ se tornou possível. As motivações para esse convite, assim como as lógicas operadas durante a tal reunião merecem uma exposição e análise mais detida.

Mudança de conjuntura: a *Segurança* nos trens

A questão central era que a TRILHOS e a Polícia Militar estavam preocupadas com os problemas de segurança na linha ferroviária. Talvez tenha sido coincidência o fato de que semanas antes um jornalista tivesse feito uma matéria no principal jornal da cidade – e um dos mais lidos no país – revelando que, em dez anos de privatização da linha, a prática do tráfico de drogas tinha aumentado. Em estilo de denúncia, com fotos de rapazes armados e utilizando drogas, a matéria dizia que os usuários dos trens corriam riscos em virtude de várias estações do sistema constituírem pontos de venda de drogas controlados pelo *tráfico*. Além disso, o texto afirmava, subsidiariamente, que a empresa tratava desigualmente os passageiros na medida em que os bairros e cidades servidas pelo meio de transporte se distanciavam do centro do Rio. Como contraponto a sua escrita, o jornal solicitara que eu escrevesse um artigo relativizando aquilo que parecia uma "desordem", o qual foi publicado ao lado da matéria[324]. Pode ser que a repercussão da matéria tenha contribuído, como disse, para a mudança de ânimo da empresa. O fato é que também fui convidado pela mesma para participar da reunião, momento este que contribuiu para que eu refletisse sobre os possíveis significados com os quais a Polícia Militar do Rio e representantes da empresa podiam conceber e representar as práticas dos *camelôs* nos trens da Central.

É possível negociar?

A reunião se deu na sede da empresa. Encontrei Azulão e mais dois integrantes da ASTRATERJ no interior da Central do Brasil, de onde se tinha acesso até o prédio da

324 Jornal O Globo, nº 26.914, Edição Metropolitana de 15/4/2007, 1º caderno, pg 19

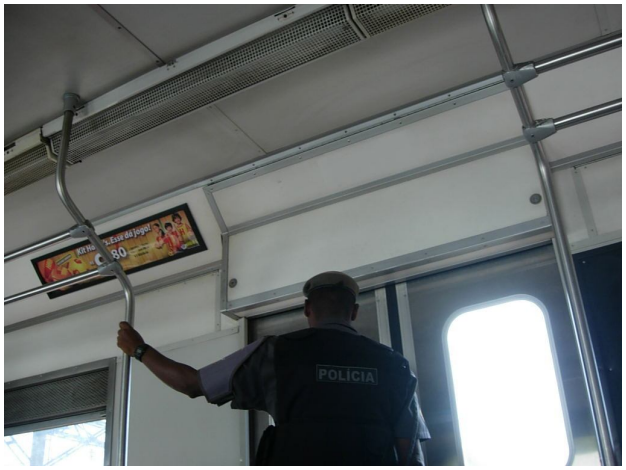
companhia. Quando entramos na sala, dois representantes da empresa – o coordenador de segurança e seu subordinado - já estavam instalados e com eles se encontrava o comandante do BPFer, o qual iniciou a conversa. Com suas mãos sobre um caderno cuja capa tinha uma estampa de São Jorge Guerreiro, padroeiro dos militares, o Tenente Coronel Eduardo disse que estava intermediando o encontro por que havia lido o projeto de regularização dos *camelôs*, disponibilizado pela associação semanas antes, e achava que havia espaço para discussão. Seu interesse, segundo disse, era que aquela negociação possibilitasse um melhor controle sobre o contingente de centenas de pessoas que comercializavam nos trens. "Sem controle, não há segurança", frisou. No entanto, enfatizou, "a decisão sobre a regularização pertence à TRILHOS".

Os membros da associação defenderam seu projeto de regularização da atividade no sistema ferroviário. Segundo ele, os *camelôs* passariam a ser identificados com crachás e portariam apetrechos padronizados. Todos usariam coletes, com cores diferentes por ramal. Somente estariam habilitados a trabalhar aqueles devidamente associados e treinados com técnicas de atendimento ao público. Com isso, se esperava o fim da apreensão de mercadorias e, principalmente, da ocorrência de violência contra os ambulantes. Conclusivamente, apresentaram a idéia de realização de um "teste", fazendo com que cerca de cem ambulantes fossem cadastrados para trabalhar no ramal de Deodoro, o mais rentável e justamente do qual tinham sido expulsos.

Euler, coordenador de segurança da empresa, respondeu que muita coisa que estava no projeto era passível de um acordo, mas que seria ainda objeto de discussão na Diretoria da empresa. Contudo, Eudes, seu subordinado, perguntava insistentemente que garantias teriam de que os *camelôs* que ficassem de fora iriam respeitar o que fosse negociado. A resposta dos membros da ASTRATERJ foi que o dever da associação era defender os interesses daqueles que se cadastrassem na entidade e aceitassem os termos acordados. Os demais, aqueles que preferissem seguir na "informalidade", que assumissem as conseqüências. De forma ainda mais incisiva, o subordinado insistia que essa deveria ser uma atribuição da associação, ou seja, "controlar o seu pessoal".

Estava implícito, então, que se incluíam aí não só os comerciantes de mercadorias, mas também aqueles que, aproveitando a ocorrência de tais atividades, comercializavam drogas em distintas estações. Azulão e os demais membros da associação

demonstravam desconforto com aquela insistência, dizendo com muito jeito que isso era uma coisa que fugia à competência da associação. A conversa se desenvolvia e, a certa altura, percebi que algo estava implícito naquela ocasião. Era forte a representação de que quem fosse *camelô* e não quisesse se associar estaria sob a suspeição de não querer "trabalhar direito". Essa construção, se estava presente nos discursos dos representantes da concessionária e do comandante do BPFer, era de certa forma partilhada pelos representantes dos *camelôs*. Pela primeira vez desde que iniciara minha pesquisa, a presença da Polícia Militar se colocava em um plano destacado, de forma a influir na relação entre os ambulantes e a TRILHOS.



Policial militar custodia uma composição de trens, no Rio - junho de 2007

É estimulante pensar que os *camelôs*, neste cenário, seriam alvo de uma prática institucional que o sociólogo Michel Misse definiu como processo de sujeição criminal (Misse, 1999). Nos termos propostos por aquele autor, trata-se de iniciativas de controle, dentro de um quadro de acumulação social da violência no Rio de Janeiro, que selecionam preventivamente supostos sujeitos que comporão un tipo social cujo caráter é socialmente considerado como "propenso a cometer um crime" (Misse, 2005). Nessa perspectiva, o *crime* que poderia ser cometido pelo *camelô*, em função de seus diacríticos físicos, sociais, ou pelo pertencimento a determinado segmento socio-cultural, parecia-me variável segundo a perspectiva dos atores que em posição hierárquica superior, dirigiam àquele coletivo a acusação social de "ser *camelô*".

O crime, na perspectiva da polícia, corresponderia principalmente ao delito penal que um sujeito pode cometer, *travestido* de *camelô*: pirataria, tráfico de drogas, roubo ou

furto a um cliente, entre outras possibilidades. No caso dos membros da TRILHOS, como pude atestar inúmeras vezes, o *crime* não só é algo que um indivíduo poderia cometer *camuflado* na condição de ambulante. A própria atividade em si desgastar-se-ia em sua substância moralizadora, que ensejava a defesa do direito à subsistência e ao trabalho. Tal desgaste se observaria em virtude dos ambulantes supostamente permitirem o concurso de delinqüentes penais entre eles. "Diga-me com quem andas e te direi quem és", reza o adágio popular que parece informar a concepção dos dirigentes da TRILHOS. Assim, a prática comercial naquele lugar, engendrada por aqueles sujeitos, se contaminaria negativamente (Douglas, 1976). Essa lógica pode ser visualizada nos argumentos de um vigilante na estação do Engenho de Dentro, dizendo-me por que reprimia a atividade ambulante:

> "*Eu sei que tem muita gente que está aqui pra trabalhar. Mas também há aqueles que estão aqui para roubar, para vender drogas. Outro dia, na estação de Cascadura, um cliente deu queixa, acusando um deles. E você não pode saber quem é quem. Pois eles se misturam e não é fácil separar o joio do trigo*[325]"

Assim, naquele processo não se tratava apenas de operar no sentido de construir *fatos* que pudessem ser criminados/incriminados, a partir de uma moral juridificada, e que fossem atribuídos a *sujeitos* construídos previamente como delinqüentes potenciais. Também estava em curso um processo de interpretar uma prática comercial, em função dos sujeitos que a exerciam, outorgando-lhe o caráter de concorrência e associação para com as práticas penalizáveis. Vender em si não é considerado delito pela falta de autorização. No entanto, diante da incidência da venda de drogas nos trens, e focalizando a origem social do público que, geralmente, desenvolvia tais práticas, passou-se a admitir que quem não buscasse trabalhar nos moldes assinalados era por que estava interessado em delinqüir. Pouco importava o fato de que não havia oportunidade para todos, segundo a proposta. Assim, fora dos limites colocados pela TRILHOS e pela Polícia Militar, a venda ambulante passava a confundir-se com os

325 Caderno de campo.

delitos. Era, por assim dizer, uma prática atentatória contra os limites morais estabelecidos pela autoridade administrativa. Um *delito* contra essa moralidade. *Delito* este que se somava, desde a perspectiva daqueles atores, ao *potencial* caráter delinquente dos sujeitos que a exerciam. Dessa forma, parecia factível reduzir os limites de tolerância para com seu exercício. E pareceu-me que era isso que significava o concurso da Polícia Militar naquelas condições: uma mudança de sinal no trato com aquela atividade.

Como referi, por um período fiquei afastado do sistema ferroviário e havia coisas que eu não compreendia. Perguntei se a segurança dos trens continuava sendo feita pela empresa privada que eu conhecera no período entre 2002 e 2004. A resposta de Euler, o coordenador de segurança da TRILHOS, foi negativa. Segundo ele, a concessionária tinha realizado estudos e visto que os gastos com segurança, de acordo com aquele modelo, não estavam surtindo o efeito esperado. A decisão tinha sido reorientar os esforços para estabelecer "parcerias" com a Polícia Militar, confiando à instituição o patrulhamento das vias ferroviárias e estações. Em regime de terceirização, foi contratada uma outra empresa privada, com menor efetivo, para guardar as bilheterias e fazer vigilância noturna.

O significado do termo "parceria" naquele contexto não foi explicado. Haveria recursos financeiros envolvidos? Quais eram as contrapartidas de cada uma das partes? Estas questões ficaram na minha cabeça, mas não as verbalizei. Ficou pairando no ar. O fato, porém, é que do ponto de vista legal não havia maneira de que essa parceria envolvesse contratação de policiais ou repasse de verbas para a instituição policial. Tais expedientes são vedados pelos regulamentos da Polícia Militar, como também da Polícia Civil, no Rio de Janeiro. Essa é uma das razões para que, como já mencionei, à diferença de Buenos Aires, uma eventual segunda jornada de trabalho, uma vez realizada por um policial, seja considerado um desvio de conduta[326].

O que me pareceu evidente, no entanto, era que o cenário mudara. A Polícia Militar

326 A segunda jornada policial é conhecida no Rio de Janeiro como bico, em alusão a um trabalho que se faz de maneira precária, sem contrato. Segundo o regulamento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, como também da Polícia Civil, essa possibilidade é vedada, configurando desvio de conduta do ponto de vista administrativo, passível de punição. Não obstante, essa é uma prática institucionalizada nessas agências, sendo reconhecidamente a ocasião onde mais acontece situações de conflito ocasionando mortes e ferimentos de terceiros e dos próprios policiais. Mais detalhes sobre o tema ver Cortes, Vanessa A. P. (2005).

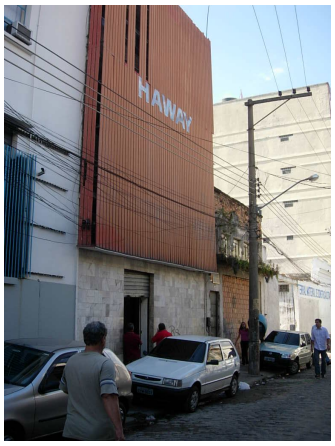
passou a ter um papel mais ativo na segurança dos trens e plataformas. Talvez por isso Azulão tenha perguntado diretamente ao comandante do BPFer como seria a orientação da instituição para o trato com os ambulantes. A resposta foi que, enquanto não fosse feito algum acordo regularizando a atividade e, portanto, se estabelecendo autorização para o comércio nos trens e estações, a PM seria instruída a deter o ambulante e enviá-lo à delegacia para autuação por "exercício irregular da profissão". Azulão retrucou que a atividade de vendedor ambulante é reconhecida juridicamente e, portanto, não se configurava delito. Seguiu-se novo silêncio. O coronel Eduardo ratificou que procederia dessa forma. A possibilidade que se abria, pensei, era que os *camelôs* – os quais eram referidos pelos membros da empresa por "lixo", "desordeiros", entre outros pejorativos, quando falavam em *off* - passassem a ser classificados agora de acordo com uma dualidade: ou seriam trabalhadores ou *aliados do tráfico*.

A redução da tolerância para com o comércio ambulante nos trens, originada no já aludido processo de *sujeição criminal* dos camelôs, conjugado com uma lógica de transformação daquela atividade em uma espécie de *delito moral*, parecia restringir ainda mais as possibilidades daquelas pessoas se reproduzirem socialmente. A limitada capacidade daquele público em se propor à contratação como força de trabalho no mercado ordinário – por limitações nos campos educacionais, de saúde, de moradia, de idade, e tantos outros argumentos possíveis para a verificação dessas restrições - parecia agora ampliar-se para o interior daquele mercado alternativo, criado à margem das esferas reconhecidas pelo Estado enquanto *legal*. Em outras palavras, a mudança do sinal para com a tolerância daquela atividade nos trens parecia apontar na direção do aumento da segregação social daquele público. Com isso, criava exclusão em um universo desenvolvido, a partir de um conjunto de discursos e práticas, justamente para contornar, ainda que minimamente, outros processos excludentes, em outras esferas de reprodução da vida social e econômica no Rio de Janeiro. Com isso, restringia-se ainda mais o direito daquelas pessoas a estabelecerem-se, introduzindo ainda mais incertezas em um ambiente já precarizado.

Como se corroborasse essa minha interpretação, o chefe de segurança da empresa propôs a Azulão, antes da reunião acabar, que "enquanto isso" ele mantivesse os *camelôs* atuando nos ramais "mais lá pra cima". Ele se referia a um conjunto de estações que servem às populações da zona oeste do Rio e da Baixada Fluminense, a

partir dos ramais de Santa Cruz, Japeri, Belfort Roxo e Saracuruna (Duque de Caxias). Seu objetivo parecia ser preservar um conjunto de 19 estações, entre a localidade de Deodoro até a Central do Brasil, e que atendem os segmentos de classe média a que referi anteriormente[327]. O encontro foi dado por concluído, cabendo à representação dos *camelôs* aguardar em duas semanas o pronunciamento da diretoria da empresa sobre a proposta de regularização.

A ASTRATERJ em ação



Foi assim que, alguns dias depois, os camelôs realizaram a assembléia que referi na introdução desta tese. Eram cerca de 50 pessoas, espalhadas por aproximadamente 80 metros quadrados de um hall muito escuro, que dava acesso a diferentes salas comerciais. Era um ambiente um tanto insalubre, com infiltrações nas paredes, pequenas poças dáguas pelas toscas escadas de acesso, localizado internamente a um prédio situado ao lado de uma das entradas do Morro da Providência, no centro da cidade (foto). Estava localizado em uma das ruas paralelas à Senador Pompeu, onde se concentra a maioria das lojas de atacados onde boa parte daqueles ambulantes comprava suas mercadorias para revender nos trens. A associação tinha assumido o dispêndio de R$ 150 (cento e cinquenta reais) mensais com o aluguel de uma pequena sala de, aproximadamente, 15 metros quadrados. Nela a atividade principal que se processava era o cadastro de algumas dezenas de camelôs, os quais deveriam contribuir com R$ 10 por mês para manutenção daquele espaço. Mediante os recursos constituidos com tal arrecadação a ASTRATERJ disponibilizava também serviços de orientação jurídica e alguma assistência médica básica, particularmente fisioterapia[328].

Azulão informava como havia transcorrido o encontro com a empresa e a BPFer. Uma vez mais foi detalhada a proposta. As dúvidas estavam não só expressas nos rostos

327 Nesta operaria, segundo viemos saber semanas depois, uma empresa privada, representante de uma conhecida marca de chocolates, para a qual seria dada autorização para vender bebidas, sorvetes e chocolates nos trens. Mais adiante detalho este processo.

328 Em virtude do peso que muitos camelôs carregavam diariamente, era comum a reclamação de dores por parte de significativo contingente de ambulantes.

angustiados daqueles homens e mulheres, negros e pardos[329] em sua maioria, mas também em suas vozes ora embargadas, ora agressivas com toda aquela situação. As opiniões veiculadas remetiam a um contexto de discriminação e *desconsideração* com sua situação de "trabalhadores", ainda que entre eles quem concordasse com a assertiva da empresa que entre os camelôs há os que trabalham bem e os que "não prestam".

Mouzinho chama a atenção, interagindo com o conceito de *sujeição criminal* introduzido por Misse, que para que este possa ser aplicado "é preciso que ocorra um processo de estereotipação dos sujeitos, uma identificação negativa de uma trajetória de vida e, principalmente, uma auto-identificação dos indivíduos que são objeto da incriminação" (Mouzinho, 2007: 8). Parece-me aqui que o discurso de Azulão, liderança máxima daquela luta pela regularização do comércio ambulante nos trens, corrobora essa interpretação e se torna em um elemento chave para que se possa entender o processo de *sujeição* da atividade *camelô* nos trens da Central ao que chamo aqui de *delito moral*, por parte da TRILHOS.

Azulão coordena reunião na sede da ASTRATERJ

O ponto central nesta reunião, como referi, era como conseguir a regularização das atividades, em meio ao problema da segurança nos trens e estações. Particularmente se, conforme fora discutido com a concessionária, a questão do tráfico de drogas estava se tornando um problema cada vez mais nítido, sobretudo com a intervenção mais freqüente da Polícia Militar naquele espaço. Os conflitos envolvendo traficantes e

329 Pardo, segundo o sistema classificatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é toda pessoa cujo fenotipo reflita o cruzamento genético entre pessoas de distintas etnias.

policias tinham se tornado cada vez mais freqüentes e as viagens, por sua vez, se tornado mais arriscadas para os usuários.

Passaram-se dois meses e nenhuma informação sobre a posição da Diretoria da empresa em relação à proposta chegou à associação. Enquanto isso, cresceu razoavelmente o número de camelôs interessados em se filiar à entidade. Alguns chegaram mesmo a solicitar para Azulão que fosse averiguado se eles figuravam com pendências em relação ao sistema de justiça criminal, com medo que isso atrapalhasse as negociações. Essa tarefa Azulão confiou a mim, através de um telefonema. Relutante a princípio, acabei por fazer as consultas virtuais às Varas Criminais, conforme pedira meu principal interlocutor. Nada constatei sobre aqueles nomes que me foram passados, embora soubesse que entre os meus conhecidos havia egressos do sistema penal o que, segundo a legislação da cidade do Rio de Janeiro, paradoxalmente, qualificava as pessoas para serem *camelôs*. No entanto, nos trens da Central parecia um segmento poluidor, segundo a moralidade ali dominante. Enquanto a empresa não se posicionava, os ambulantes seguiam sendo alvo de represálias nos trens.

Trabalho e exclusão

Passado algum tempo, uma empresa privada obteve autorização da TRILHOS para atuar no ramal de Deodoro, a menina dos olhos do sistema. Tratava-se de uma franquia de uma conhecida marca de chocolates que era da propriedade de um empresário conhecido por Juca Mata. Aceitando recomendação de Euler, segundo este me disse, o empresário fez contato com a associação e solicitou que fossem indicados quinze *camelôs*. Estes atuariam no ramal de Deodoro vendendo, legalmente, chocolates, sorvetes, bebidas e algumas mercadorias mais. Seriam inseridos em um contingente de 30 pessoas que trabalhariam em dois turnos: das 6 às 13 e das 13 às 20h. Trabalhariam com identificação, e sua relação com a empresa era de comercializar as mercadorias pegas em consignação. Ao chegar, os ambulantes receberiam as mercadorias, uniformes, geladeiras de isopor ou carrinho de sorvete, a identificação e, ao final do expediente, prestariam contas do que fora vendido. A ASTRATERJ indicou as pessoas que, segundo Azulão, eram as mais “confiáveis”.

Merece menção o caso de Dona Sebastiana, uma mulher que conheci na referida reunião. Ela trabalhava nos trens durante o dia, além de trabalhar na coleta de papelão

no período noturno; aos domingos ajudava Azulão em uma feira livre, vendendo verduras. Ela tinha um filho que também era *camelô* e que se encontrava com sérios problemas de saúde em virtude de uma surra que teria levado dos vigilantes dos trens. Segundo ela, seu filho teria problemas para se locomover, além de entrar em pânico quando lhe perguntavam se voltaria a atuar novamente nos trens. Um dos primeiros indicados por Azulão foi justamente a mulher e seu filho. Naquelas condições, o filho da mulher voltou à ativa, ostentando o uniforme azul e vendendo *picolés*[330] que eram pelo menos oito vezes mais caros do que aqueles que vendia anteriormente.

O surgimento da empresa no ambiente ferroviário, se por um lado significava exclusão de vários ambulantes não contratados - contra os quais se movia com maior virulência o aparato repressivo patrocinado pela associação entre a TRILHOS e a Polícia Militar - por outro produzia uma outra exclusão: a de consumidores. Os preços praticados pela empresa, como também as características das mercadorias absolutamente incompatíveis com as práticas de consumo daquele público, acabaram por introduzir insatisfação em vários segmentos de passageiros. Eles não só reclamavam de ter que pagar bem mais caro para tomar um sorvete, uma garrafa de água mineral ou um refrigerante, como também diziam não ter nada a ver comercializar chocolates no calor. “Uma idéia de jerico”, me disse um passageiro certa vez.

Concomitantemente, a empresa passou a exigir que os ambulantes chegassem ao trabalho em um horário específico. Diante de eventuais atrasos, passou a tratá-los como se fossem funcionários e não permitia que adquirissem as mercadorias em consignação. Assim, as pessoas tinham que voltar para casa. Outra alternativa era buscar mercadoria para vender em outros ramais, correndo o risco de serem reprimidas pela Polícia Militar ou mesmo pela vigilância remanescente. O detalhe é que ninguém tinha registro em carteira nem se observava o pagamento de seus

330 Picolés são sorvetes que são vendidos em palitos.

encargos sociais, como FGTS ou INSS[331]. A insatisfação com o sistema da empresa começou, igualmente, a mobilizar ambulantes. Muitos retornaram para o antigo sistema, para felicidade de parte dos consumidores. Para aqueles *camelôs*, enfim, valia a pena correr o risco com a repressão em lugar de trabalhar sob as limitações impostas pela empresa autorizada pela TRILHOS.

Logo, o que se percebe na tentativa de política pública que instituiu a empresa é a incompatibilidade de absorção do ambulante, de acordo com o conjunto característico de suas aptidões. A temporalidade de sua atuação, a forma de dispor do espaço e de se apresentar para os passageiros, tinha que responder a critérios estranhos àquela atividade historicamente instituída. Aquelas pessoas pareciam ser vistas como um recurso a mais para viabilizar o lucro para quem, aos olhos da empresa, era, reconhecidamente, um empresário. A dificuldade de enquadrá-los plenamente como trabalhadores também chama a atenção. É como se eles fossem vistos como uma categoria híbrida: nem trabalhador, nem empresário, mas não mais *camelôs*. Passavam a ser aqueles que "por sua conta e risco" se submetiam a uma "escala de trabalho" com ganhos incertos, em função da capacidade de venda de cada um. Uma personagem estranha àquele ambiente, como me disse um camelô explicando por que havia desistido de vender para a empresa de Juca Mata.

> *"Eu vendia coisas que poucos queriam, por um preço que as pessoas não podiam pagar. Eu não sabia quanto ia levar pra casa no final do dia. Eu não era ninguém mais"*

Nas minhas incursões pelos trens de Buenos Aires, não percebi problemas dessa natureza. Lá havia empresas que empregavam pessoas para venderem seus produtos nas plataformas, ou mesmo nos trens, quando estes paravam em determinadas estações. Era uma das novidades surgidas com o processo de privatização, que estimulava as mais

331 O FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – é um encargo que cada empregador, no Brasil, ao contratar uma pessoa, deve recolher em benefício de seu empregado. Em geral, recolhe-se 8% do valor do salário da pessoa que constituirá um fundo que ficará a disposição deste caso seja demitido. O trabalhador pode também acionar estes recursos para o caso de compra de casa própria. O INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social – diz respeito ao direito que cada trabalhador tem, após 35 anos de trabalho comprovado, de aposentar-se auferindo como proventos um valor compatível.mo proventos um valor compatvado, de aposentar-se auferindo coo a, deve recolher em benefo.oa melhor umateriais e morais. caind

diferentes modalidades de negócios nos ambientes de circulação nos trens, como também no metrô. No entanto, os ambulantes tinham seu espaço garantido para comercializar durante as viagens, ainda que resultasse dos *arreglos* com policiais. Arranjos estes que incluíam funcionários das empresas concessionárias como, por exemplo, chefes de estações. Tratava-se da existência de circuitos diferentes dentro de um mesmo mercado. Não havia, portanto, contradição nas ofertas, nem tampouco a presença das duas modalidades de comercialização geravam conflitos que não fossem administráveis, dando lugar a expedientes excludentes ou práticas violentas para sua contenção.

É estimulante questionar por que no Rio de Janeiro, diferentemente, um empresário pode ser autorizado pela TRILHOS a ter acesso aos ambientes ferroviários e os ambulantes, através da associação, não. Por que se pode reconhecer o mercado, mas não sujeitos que o fundaram e fundamentam nele suas práticas cotidianas? Os argumentos desde a TRILHOS eram desencontrados. Segundo Euler, o coordenador de segurança, as limitações para a empresa seriam de caráter normativo. A concessão dos serviços obrigaria a TRILHOS a manter relações e contratos com instituições públicas e privadas reconhecidas por lei. Quando aleguei que a ASTRATERJ seria uma instituição legal, a réplica foi taxativa: “mas muitas pessoas por trás dela não são”. Já para a área de relações corporativas – responsável, entre outras coisas, pela locação de espaço, contratação de publicidade e contratação de serviços - uma empresa privada tem sua razão social definida para a realização de negócios, ao passo que uma associação de ambulantes tem interesses de representação corporativa. Em caso de um conflito entre um ambulante e um passageiro, por exemplo, este último poderia questionar a TRILHOS por conceder espaço a uma entidade que não está constituída para atuar daquela forma. Uma explicação precisa do ponto de vista jurídico.

No entanto, não se podem desprezar os efeitos distintos desses dois discursos. O setor corporativo, que enxerga a oportunidade de negócios, apresenta argumentos *racionais-legais* que parecem buscar a proteção da empresa diante de questionamentos de ordem jurídica que venham a fragilizar a condição de concessionária frente às autoridades públicas. Com isso, produz a vedação da associação enquanto lócus de realização de negócios, reconhecendo seu caráter representativo. O outro discurso, oriundo dos segmentos responsáveis pela segurança, focaliza na figura do ambulante uma substância

moral pouco digna (Cardoso de Oliveria, op. cit), o que contaminaria o caráter legal da associação e mesmo seu potencial representativo. Daí as dificuldades de interlocução não só para acessar uma política pública que contemple as aspirações de reconhecimento do grupo, mas mesmo para a observância de tratamentos mais dignos. Conseqüentemente, no plano interativo, esta perspectiva pode gerar efeitos pouco previsíveis, podendo gerar um estado de ânimo onde determinados atores venham a se motivar em serem "mais realista que o rei". Neste sentido, o investimento em práticas violentas, para coibir as atividades da venda ambulante, pode originar um processo que, combinado com a atuação que as instituições promotoras de justiça podem ter na discriminação de tais agentes, contribui para a negação de direitos aos indivíduos e a sua desumanização.

Os *camelôs* e a Polícia: dificuldades no acesso à justiça

O recrudescimento das práticas contrárias à venda ambulante se verificava particularmente nas estações que a empresa buscava resguardar e que eram as mais rentáveis. Basicamente aquelas que atendiam o ramal Deodoro e que, de certa forma, eram compartilhadas pelos ramais de Santa Cruz e Japeri. Sobretudo porque se aproximava o período dos jogos pan-americanos e o estádio olímpico[332], que iria abrigar a maioria dos eventos, ficava justamente no bairro do Engenho de Dentro. Nele fica a principal estação do sistema, depois do terminal da Central. Nela se intercruzam os ramais de Deodoro, Santa Cruz e Japeri, tornando possível o acesso de pessoas das mais diferentes regiões da cidade, assim como de outros seis municípios, para assistir parte significativa dos jogos. Os *camelôs* prosseguiam, assim, sem um posicionamento e sob o aumento da repressão às suas atividades. A associação, em virtude da agudização de determinados tipos de conflitos, e interrompida mais uma vez a interlocução, se viu esvaziada em suas iniciativas.

Neste período, o próprio Azulão, presidente da ASTRATERJ, fora alvo das ações de controle levadas a cabo pela TRILHOS. No ramal de Gramacho, onde ainda era significativa a presença de vigilantes ligados a uma empresa privada que havia substituído a anterior, ele fora vítima de um *derrame*[333]. Estava parado na estação de Caxias, aguardando o trem, quando um vigilante se aproximou e chamou-o pelo nome.

332 Estádio Olímpico João Havelange.

333 É como é chamada pelos ambulantes a perda de mercadoria para os vigilantes da TRILHOS ou para policiais. Cf: Pires, 2005a.

Ao atender, o homem pediu para ver o que trazia em sua bolsa. Ele mostrou e o agente, utilizando um rádio, teria chamado um outro membro de sua equipe. Tão logo chegou seu companheiro, o primeiro vigilante informou que estava apreendendo a mercadoria que tinha em seu poder. O líder dos ambulantes, tirando do bolso a nota fiscal do produto, perguntou por que lhe estavam confiscando as coisas que tinha. O homem disse sabia que ele era *camelô* e que não estava autorizado a vender nos trens. Respondeu que não estava vendendo nada, mas o homem disse-lhe que se quisesse reaver suas mercadorias, deveria ir à sede da empresa e falar com os responsáveis. Na interpretação de Azulão, aqueles vigilantes queriam "mostrar serviço", temerosos de que ali também a Polícia Militar ocupasse seus postos. Por isso teriam ido sobre ele, numa ação "exemplar" para os demais ambulantes e, ao mesmo tempo, chamando a atenção da TRILHOS para sua *eficiência*.

Munido de sua nota fiscal, Azulão compareceu à sede da TRILHOS. Ao chegar, ouviu de Eudes, um dos homens com o qual se havia reunido para negociar, que sua mercadoria não seria devolvida. Azulão alegou que aquilo era ilegal, mas seu interlocutor alegou que ele apenas cumpria ordens. O presidente da ASTRATERJ tentou falar diretamente com Euler, o coordenador de segurança. Não obteve sucesso, pois ninguém queria recebê-lo. Diante disso, ele buscou registrar na Polícia Civil uma queixa por apropriação ilegal de propriedade alheia contra a empresa. E aí iniciou sua experiência com a polícia judiciária do estado do Rio de Janeiro.

Azulão vai à Polícia

Comparecendo pela manhã a uma delegacia de Polícia Civil, após esperar por muitas horas, ele "apresentou queixa" pela subtração de suas mercadorias. A atendente, uma estagiária em assistência social, encaminhou-o a um inspetor de polícia que, após ouvi-lo, negou-se a registrar a ocorrência. Azulão tentou falar com o delegado assistente, oficialmente o coordenador no plantão daquele dia. Este não quis recebê-lo, alegando que estava dando prosseguimento a outro caso. Azulão, que não sabia como funciona a polícia civil, sequer pediu para falar com o delegado titular, autoridade máxima da delegacia. Mesmo que o soubesse, dificilmente conseguiria falar com o mesmo. Pela minha experiência, casos como o que ele apresentava eram considerados pelos policiais

como *coisa menor* ou *pouco relevante*. Ou, em jargão policial carioca, *feijoada*[334].

Eu conhecia vários policiais, particularmente delegados de polícia. Afinal, havia um tempo que trabalhava com alguns deles, fosse ministrando aulas, fosse realizando pesquisas no NUFEP. Eu sabia que a demanda de Azulão poderia ser entendida como feijoada, mas ainda assim liguei para um deles. Escolhi um que julgava não só influente, mas hábil na delicada tarefa de ligar para um colega seu e interceder em favor de meu interlocutor e amigo num caso dessa natureza. Sabia que ficaria devendo favor, mas, por outro lado, não podia deixar de tentar atender ao pedido de alguém que, como disse, era meus olhos e ouvidos no trem.

Fiz uma ligação telefônica para o delegado Julio Pompeu, que atuava como coordenador de quatro delegacias de uma importante cidade da região metropolitana do Rio. Expliquei-lhe o que havia passado com Azulão e perguntei-lhe de que maneira poderia nos ajudar. Sua resposta foi categórica:

> "*Meu amigo, segundo o código penal, isso que se passou com seu amigo é apropriação indébita, mediante usurpação de atribuição policial e abuso de poder. Não há outra palavra para definir isso que não seja delito. E eu terei imenso prazer de ligar para o titular da delegacia X, que é meu colega de academia e amigo pessoal, para solicitar que o registro seja realizado como corresponde*[335]"

O delegado Pompeu era um sujeito culto, arguto, que se interessava por diferentes tipos de leituras; de história à filosofia, passando pela arqueologia. Nessa busca por conhecimento, havia freqüentado um curso ministrado por mim de introdução à sociologia, promovido pelo NUFEP enquanto um preparatório para um Curso de Especialização. Daí nosso conhecimento mútuo. Ele tinha sido um dos meus principais

[334] Feijoada, como me disse uma vez um policial, é tudo aquilo que chega na delegacia com um monte de coisas misturadas, que demanda muito tempo e trabalho para registrar, abrir processo e acompanhar, sendo que não tem relevância em termos daquilo que eles entendem ser o trabalho policial, ou seja, a recepção e resolução de delitos penais como assaltos, sequestros e, principalmente, homicídios. Sobre a feijoada ver Giuliane, Erika (2007).
[335] Fala registrada em nota de caderno de campo de 8/1/2007.

interlocutores em uma das pesquisas que participei sob o tema da segurança pública e, em função dessa convivência, eu o conhecia minimamente. Sabia que ele não hesitaria em negar meu pedido, caso achasse impertinente, sem que isso introduzisse mal estar em nossa interlocução.

Ele estava na polícia havia 12 anos, mas se tornara àquela altura uma pessoa influente. Ele entrou naquela corporação em um momento onde o chefe de polícia era um homem identificado com ideologias de esquerda e que, contrariado com o que chamava lógica corrupta da polícia, promovia a ascensão de delegados jovens a posições de maior poder dentro da estrutura policial. Ainda que ele não fosse um dos chamados "meninos de ouro" daquele importante ator do meio policial carioca, ele orbitava em torno de círculos que apoiavam aquela Chefia. Em função dessa vivência, tinha adquirido respeitabilidade e capacidade de influenciar outros de seus colegas, muitos dos quais mais antigos do que ele na Polícia Civil. Essa era uma possibilidade existente naquela instituição, onde a circulação de bens e favores, a exemplo de outros contextos sociais, tinha prioridade sobre os ditames institucionais.

Graças a isso, Azulão conseguiu realizar seu registro. Com esse documento nas mãos, ele tomou duas iniciativas: tirar cópias e buscar o escritório de advocacia com o qual a associação trabalhava. Com este último, buscou acionar juridicamente a TRILHOS; com as cópias, passou a falar com cada um de seus companheiros ambulantes o que havia passado e qual era o exemplo a ser seguido. Como me disse, conseguir aquele registro havia se tornado uma questão de honra. Ele tinha entendido que a tentativa da empresa era atingir politicamente a representação dos ambulantes. E aquele documento representava a reação adequada àquela situação.

No entanto, esse tipo de desfecho era incomum na experiência dos ambulantes envolvendo tentativas de acesso à polícia civil e, conseqüentemente, à justiça. Eu conhecia vários *camelôs* que haviam sido vítimas desse tipo de procedimento, alguns mesmo com desdobramentos violentos contra sua integridade física. Havia situações onde pessoas tiveram suas pernas e/ou braços quebrados, em função da virulência como os agentes contratados pela concessionária agiam no trato para com aquele público. No último ano, porém, o nível de violência aumentara a tal nível que já se registrara casos de ambulantes baleados enquanto fugiam de uma tentativa de apreensão de mercadorias.

Outros chegaram mesmo a ser ameaçados de morte. Nestas oportunidades, ou não conseguiam registrar as ocorrências, ou os termos dos registros eram construídos brandamente pelos policiais que recepcionavam as demandas apresentadas pelos ambulantes.

O recrudescimento da violência: experiências ilustrativas

Em uma oportunidade, eu mesmo testemunhara uma situação dessas. Tratava-se de um rapaz de pouco mais de 20 anos que, ao ser abordado por um vigilante da empresa recém-contratada para fazer a vigilância de uma das estações, teve sua perna quebrada. Na história contada por Duda, a vítima, ele tinha deixado o interior do trem na estação da Penha, quando foi avistado por um vigilante reconhecidamente provocador e violento: um certo Miguel. Ele, como corresponde à etiqueta partilhada naquele ambiente, tinha suas mercadorias guardadas no interior de uma bolsa escura. Portanto, não tinha intenção de vender fora do trem. Ainda assim o vigilante o chamou, após trilar seu apito. Duda encontrava-se distante e correu, sendo perseguido pelo homem que, diga-se de passagem, era bem mais alto e pesava, possivelmente, o dobro que ele. Ao final da plataforma da estação, Duda lançou-se nos trilhos parando de correr. Fez isso por que, por um lado, as pedras britadas impedem tal movimento e, por outro, em virtude de um código partilhado entre ambulantes e vigilantes segundo o qual, uma vez fora da plataforma e dos trens, não há conflito. No entanto, Miguel precipitou-se sobre ele. Com seu peso, acabou não só derrubando o rapaz, mas quebrando-lhe uma das pernas.

O mesmo foi deixado para trás pelo vigilante, sendo socorrido por passageiros que se encontravam na estação. Foram estes que se responsabilizaram por solicitar uma ambulância da rede pública de saúde[336]. Após ter sua perna imobilizada, Duda procurou Azulão e juntos decidiram que acionariam a concessionária TRILHOS e a empresa de vigilância por danos físicos e morais. No entanto, era necessário fazer a denúncia à Polícia Civil. Foi o que deu origem a uma peregrinação que durou pelo menos doze horas, período que acompanhei do início ao fim.

336 Mais conhecido como SAMU.

A *via crucis* de Duda

Azulão havia me chamado em virtude da sua experiência em tentar acessar a Polícia Civil. Já era conhecido entre os ambulantes que a mesma era instruída a não realizar registros em virtude de denúncias de *camelôs* nos trens, em distintas circunscrições. Dizia-se que isso se dava em virtude de que o dono de uma das empresas que prestara serviços de segurança à TRILHOS era um policial civil. Este colocava sua esposa à frente da empresa como *testa de ferro*[337], mas era ele quem mandava. O fato é que era muito difícil os ambulantes registrarem inúmeras situações de violência e abuso. Mas também era verdade que uma parcela significativa dos que sofriam tais abusos sequer tentava comunicar à autoridade policial. Alguns, por que acreditavam que tais registros não dariam em nada; outros, por que *deviam* ao sistema, por distintas razões. Havia o caso famoso de um ambulante que devia pensão alimentícia à ex-mulher, que registrou queixa contra ele. Este acabou sendo detido por registrar um *derrame*. Logo, era melhor "não cutucar onça com vara curta". Minha convocação, porém, se dava de maneira preventiva na perspectiva de furar um possível bloqueio, como acabou se verificando.

Nossa *via crucis* começou pela manhã em uma delegacia da Penha, na zona norte da cidade. Após esperarmos alguns minutos pelo atendimento, aproximou-se de nós um inspetor, que chamarei Rogério. Após ouvir de Duda o que teria acontecido, regiu dizendo "Mas você não devia nem estar lá. O que você esperava?". O ambulante estava nervoso e não conseguia mais falar. O que me obrigou a insistir em seu nome que ele fora vítima de uma violência. O policial perguntou-me se eu era advogado do rapaz, ao que respondi que não. "Você também está errado. Não tem nada para fazer aqui". Disse-lhe que tudo o que meu amigo queria era a prestação de um serviço público, que era a lavratura de um registro. Este era importante para dar seqüência a trâmites que julgava necessários. O homem, que em momento algum permitiu-nos transpor o balcão de recepção, disse que isso não era possível. Afinal, um ambulante está em desempenho ilegal de profissão e que, por isso, o que de errado vier a ocorrer com ele nesse contexto não é passível de recepção por parte da justiça.

Fazendo uma analogia, disse que a mesma coisa poderia ocorrer com um ladrão que é baleado por um dono de uma casa e se dirige para uma delegacia para prestar queixa.

337 Similar a laranja, alguém que assume a titularidade de algum negócio ou empreendimento, que na verdade é coordenado por outro.

Perguntei-lhe se, no caso por ele sugerido, o usual não seria prender o denunciante já que se trataria da confissão espontânea de um delito. Percebendo que eu tramava desconstruir sua afirmação anterior, uma vez que venda ambulante não é crime, ele afirmou que dependia se o roubo havia sido feito ou não. Se negativo, o máximo seria invasão de domicílio e isso não gerava uma detenção, mas sim um registro contra aquele que, a princípio, queria fazer uma denúncia. Pela experiência que tinha acompanhando expedientes em delegacia, o policial começava a ameaçar em reverter um registro contra Duda. Mas Rogério não queria ter trabalho. Dispensou-nos, entregando para Duda um papel onde havia o endereço da defensoria pública. Segundo ele, lá poderia ser feita alguma coisa.

Propus a Duda e Azulão que nos encaminhássemos alternativamente à Corregedoria de Polícia. Trata-se de um setor onde se pode informar, por exemplo, a negação da prestação do serviço policial. Com isso eu esperava conseguir um encaminhamento a outra delegacia. Afinal, está previsto normativamente que a denúncia sobre um evento ocorrido em local pertencente a uma circunscrição policial pode ser registrada em outra. Em seguida, cabe à instituição policial fazer a transferência dos dados, o que é facilitado no Rio pela existência de uma base de dados virtuais compartilhada por praticamente todas as delegacias[338].

Com essas informações na cabeça, e uma vez partilhadas com meus interlocutores, nos dirigimos à sede da Polícia Civil, no centro da cidade. Lá chegando, e após um tempo de espera, fomos atendidos por um policial para o qual relatamos todo o ocorrido, desde o conflito nos trens até a recepção na delegacia, informando o nome do inspetor de polícia que nos atendeu. Contrariado, este pegou o telefone e ligou para a delegacia, chamando Rogério. Esbravejando, disse-lhe que já tinha problemas de mais e que não custava fazer um registro, livrando-o do problema que significaria fazer um relatório

338 Trata-se do Programa Delegacia Legal, criado em 1999, onde não só foram desenvolvidos novos lay-outs de delegacias, mas também criado um banco de dados comuns onde são armazenados registros de ocorrências, entre outras informações. No primeiro aspecto, a modernização das dependências das delegacias possibilitou a transformação de seus ambientes em lugares mais arejados, com melhores condições de recepção do público, dando maior transparência sobre o trabalho policial para os usuários, uma vez que a maior parte das atividades são desenvolvidas em área acessível aos olhos de todos. No segundo aspecto, a criação de um ambiente virtual onde são armazenados dados oriundos dos registros de ocorrência, como também dos chamados inquéritos policiais, entre outros documentos gerados pela atividade policial, possibilitou a circulação de informação entre as delegacias integradas no sistema que, no momento em que escrevo essa tese, significa a quase totalidade daquelas localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, o chamado Grande Rio. Sobre o Programa Delegacia Legal ver Paes, Vivian (2006).

para a Chefia de Polícia Civil acerca de uma negação de prestação de serviços. Segundo ele, havia outros problemas mais sérios a serem tratados. Ficou alguns poucos minutos escutando o que se dizia do outro lado, finalizando a conversa com um "Não quero saber. Estou mandando o pessoal aí e dê-se por satisfeito por eu não ter feito o que tenho que fazer". Desligando, voltou-se para nós e disse que voltássemos para a delegacia que o registro seria feito. Duda, pulando em uma perna, amparado por Azulão, resignava-se em ter que voltar sob sol quente para a zona norte da cidade.

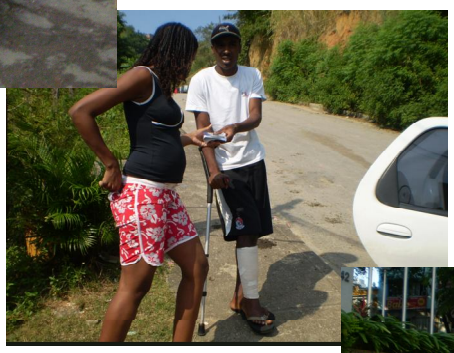
Ao retornarmos à delegacia, nem bem nos aproximamos do balcão de atendimento, imediatamente a atenção de um outro inspetor foi despertada. Ele perguntou o que queríamos e eu tomei a iniciativa de dizer que estávamos vindo da Corregedoria e que tínhamos um registro a fazer. Disse que o inspetor Rogério havia se negado a nos atender, o que nos obrigou a buscar a Corregedoria. "Eu sei do que se trata", disse o homem, que pediu que aguardássemos alguns instantes. O tom do policial era de alguém incomodado, mas resignado em fazer o atendimento.

Antes que pudéssemos falar, porém, o homem dirigiu-se a Duda e começou a falar para ele como as coisas teriam acontecido. "O que aconteceu é que vocês se atracaram e na confusão ambos caíram". Esperava que Duda reafirmasse sua versão, mas ele não entendia que o policial começara a construir sua própria verdade. Puxei-o para um canto e lhe disse que ele tinha que contar o que se passara, pois senão ficaria uma versão atenuada do ocorrido. O ambulante pôs-se a falar, mas a cada palavra, a cada dado relatado, o policial apresentava uma análise alternativa. Eu me indignava, mas ao mesmo tempo analisava como o policial desconstruía a versão de Duda, introduzindo elementos que contribuíssem para um registro mais brando não só para Miguel, o agressor, mas para a empresa. Ao final, o ocorrido foi registrado como Lesão Corporal, sendo especificado da seguinte forma:

> "*Que o declarante trabalhava como camelô e no dia 08/05/2008, por volta ds 15h, encontrava-se na Estação Ferroviária da Penha, vendendo sua mercadoria, quando foi perseguido pelo Guarda da Rede Ferroviária, Miguel; que o declarante na tentativa de desvencilhar-se pulou da plataforma na brita; que Miguel pulou em seguida, caindo sobre o*

declarante, que fraturou a perna direita. Que o declarante permaneceu na Estação no aguardo da ambulância, posteriormente sendo encaminhado ao Hospital".

Como se pode ver, a versão policial informa Duda atuando enquanto *camelô* na área externa do trem, o que definitivamente ele não estava fazendo. Mais do que isso, ao dizer que o ambulante buscava *desvencilhar-se*, cria a informação de um contato prévio entre Duda e Miguel, contrariamente ao que o ambulante informou. Dessa forma, o que resulta da ação do *camelô* é uma espécie de resistência à autoridade, que segundo a norma, deve evitar a venda ambulante. O ocorrido, assim, mais parece um acidente de percurso. Dessa forma, o policial constrói argumentos em um documento que constitui um chamado *termo circunstanciado*[339], que a polícia judiciária encaminha para o Juizado Especial Criminal, como um delito de baixo potencial ofensivo. Da mesma forma, ao dizer que Duda atuava ostensivamente quando abordado, constrói argumentos que podem ser utilizados pela defesa da TRILHOS para o caso desta ser acionada por danos materiais e morais.



Na seqüência de fotos, Duda em casa, com Azulão. Em seguida, com sua mulher, preparando-se para registrar denúncia por agressão. Ao final, dirigindo-se para a Corregedoria de Polícia Civil, acompanhado também por um advogado.

339 Documento pelo qual uma delegacia encaminha uma causa ao Juizado Especial Criminal.

Analisando algumas causas impetradas por advogados de ambulantes contra a TRILHOS, percebi que juízes podem dar ganho de causa aos *camelôs* quando estes são expulsos das estações ou sofrem apreensões de mercadorias que estão guardadas. O próprio Azulão, em função do registro que conseguimos fazer com o auxílio do delegado Julio Pompeu, acabou por sair vitorioso em primeira instância na ação judicial que moveu contra a TRILHOS por danos materiais e morais. Na decisão a juíza argumentou que sua decisão se fundamentava no fato de que ele estava tão somente deslocando-se no trem, o que não dava o direito a ninguém de subtrair os objetos que levava consigo. Tais objetos, portanto, não se constituíam enquanto mercadorias, não destinando-se à prática do comércio ambulante, o que se confrontaria com o já aludido Decreto 1.832/97.

Em uma outra decisão, o magistrado dá ganho de causa a um passageiro que teve indevidamente objetos seus seqüestrados. Tratava-se de um ambulante que conseguiu fazer um registro no qual constava que ele utilizava o trem para deslocar-se ao centro da cidade, onde trabalhava. O ambulante costumava vender na Central, como frisou Azulão, que foi quem me passou a sentença. No entanto, naquele dia decidira tentar a sorte em outros lados. O curioso é que a decisão inicial ressarcia o ambulante em R$ 18.600 por danos materiais e morais. Valor que foi reformado nas instâncias subseqüentes, caindo para R$ 5 mil sob a alegação que a decisão teria "caráter pedagógico" para com a concessionária, não devendo servir para "enriquecimento ilícito" daquele que impetrou a ação. Em outras oportunidades, diante de atos violentos e injuriosos de vigilantes que trabalhavam para a TRILHOS, instâncias judiciais igualmente optaram por punir a empresa com a mobilização de valores igualmente "educativos"[340].

Considerando a estrutura jurídica brasileira, e seu funcionamento no Rio de Janeiro, o acesso à justiça acaba não sendo um direito para todos, dependendo se os eventos se circunscrevem em relações mais ou menos assimétricas. No caso dos conflitos entre os ambulantes e a TRILHOS, para que os abusos verificados contra os *camelôs* possam ser juridificados, faz-se necessário furar o bloqueio policial. Coisa nada fácil, considerando a maneira seletiva como policiais civis costumam pensar não só o que deve ou não ser

340 http://extra.globo.com/rio/materias/2009/04/16/passageiro-espremido-entre-os-sindicalistas-a-supervia-755317455.asp

registrado, mas também quem pode ou não fazê-lo, e em que circunstâncias (Kant de Lima, Pires & Eilbaum, 2008). Quando são furados tais bloqueios, as decisões judiciais procuram proteger os bens patrimoniais da concessionária em detrimento dos valores morais das pessoas atingidas por atos injuriosos que são veiculados para garantir as estratégias comerciais da empresa. Há situações em que tais decisões são consideradas adequadas pelos impetrantes das causas, mas há também aqueles que julgam insuficiente o dano material e psicológico sofrido.

A mitigação do direito pleno à justiça pode apontar para conseqüências ainda mais virulentas, considerando que muitas vezes esses conflitos podem extrapolar os limites da violência diuturna a que estão submetidos os ambulantes naquele contexto de forte desigualdade e discriminação. Fazendo crer, paulatinamente, que tudo é permitido, o que pode resultar em impunidade dos patrocinadores de tais violências. Há situações em que as formas de lidar com os conflitos na malha ferroviária podem resultar em ações para mais além das partes que diariamente se confrontam de acordo com tais expedientes ou, pior, no encerramento dos conflitos a partir da eliminação de uma de suas partes.

O uso ilegítimo da força enquanto regra

No dia 15 de abril de 2009 as imagens de um canal de televisão mostraram para todo o Brasil o tratamento dispensado por vigilantes que atuavam nos trens da Central do Brasil para com passageiros. Como havia greve de ferroviários, o número de trens era reduzido, o que aumentou o intervalo entre as composições. A concentração de pessoas nas plataformas fez com que os trens ficassem lotados antes do que de costume. Foi o que aconteceu com um trem proveniente de Japeri, que ao parar na estação de Madureira teve dificuldades de fechar suas portas. Os vigilantes, tentando acomodar as pessoas no interior dos vagões, as empurravam, davam socos e até chicotadas. As imagens escandalizaram o Brasil e fizeram *sair do armário* todo um conjunto de arbitrariedades que eu sabia ser comum no trato com os camelôs.

Nos dias subseqüentes ao episódio, várias pessoas apareceram nos meios de comunicação dizendo-se vítimas daqueles abusos. Houve denúncias de outros passageiros reportando terem sido vítimas em outros episódios, nos quais vigilantes usaram de força e truculência, inclusive utilizando barras de ferro como arma. Algumas

delas deram depoimento dizendo terem impetrado ação judicial contra a concessionária de transportes ferroviários, inclusive com sentença anunciada. Até o Comando da Polícia Militar resolveu tomar posição e decidiu estender a atuação da corporação para além do BPFer, orientando a todos os batalhões a ajudarem na vigilância das estações "a fim de que se evitem tumultos e se preserve o patrimônio e a integridade física dos usuários"[341]. Os agentes de segurança foram demitidos e autuados por lesão corporal e constrangimento ilegal. Foi a primeira vez, desde que eu iniciei minha pesquisa nos trens, que um público mais amplo tomou conhecimento daquela forma de lidar com os conflitos nos trens.

Antes disso, porém, essa possível forma de relacionamento havia feito muitas vítimas entre os ambulantes. E suspeita-se que uma delas pode ter sido fatal. Numa noite, após retornar de uma viagem, recebi um telefonema. Do outro lado da linha um *camelô* me deu a notícia que um ambulante bastante ativo no ramal de Deodoro, que eu conhecia de vista, tinha sido morto. Na tarde do dia anterior, o *Porquinho* – esse era seu apelido - teria se envolvido em um conflito com integrantes da empresa de segurança que atuava nos ramais da TRILHOS. Foram trocados empurrões e ameaças. Segundo sua esposa, horas mais tarde, quando o último trem com destino à Central do Brasil para lá se deslocava, o *camelô* teria sido retirado do trem por alguns homens. Amedrontada, ela viu o marido pela última vez ao ser cercado por outros homens na plataforma. Ela seguiu viagem. Tinha receio que algo acontecesse a seu companheiro, mas não soube o que fazer. Ficou aguardando pela chegada do marido na estação terminal até que o prédio fechasse. Como ele não apareceu, resolveu ir embora. Possivelmente teria tomado um ônibus e ido para casa, situada num outro município da região metropolitana. Quando lá chegou, recebeu um telefonema informando que *Porquinho* havia morrido baleado. Não se sabia em que circunstâncias havia ocorrido tal fato. Ninguém sabia ou queria informar o que teria se passado. Ela, no entanto, me dizia ter certeza que se seu marido não tivesse sido retirado do interior do trem aquilo não teria acontecido.

O homicídio de *Porquinho* até o presente momento não foi esclarecido. Muito provavelmente não o será, somando-se aos milhares de casos dessa natureza que seguem sem solução no Estado do Rio de Janeiro. Pelo que sei, as dificuldades de

341 http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u551286.shtml

apuração dos responsáveis de um homicídio, passado 48 horas de sua consumação, são praticamente intransponíveis. A coleta de evidências e provas que pudessem ajudar a elucidar tal crime nunca ocorreu, segundo os membros da ASTRATERJ. A responsabilidade por essa morte, ao que parece, jamais será apurada. O que seria diferente, seguramente, se tal fato ocorresse com algum *figurão* da TRILHOS.

A desigualdade social, ao mesclar-se com aquela de natureza jurídica, pode provocar esse tipo de fenômeno, onde uma pessoa perde humanidade gradativamente. Primeiramente, em termos modernos, por não ser objeto das ações que, em primeiro lugar, a promovam enquanto um sujeito apto a contrair propriedade e a estabelecer contratos e, dessa forma, estabelecer trocas legítimas em prol de seu desenvolvimento. Ainda nesta linha, enquanto alvo de uma instituição que, teoricamente, está constituída para protegê-la, resguardá-la e fazer justiça quando vilipendiada. Logo, *Porquinho*, a exemplo de tantos outros ambulantes discriminados, humilhados, surrados, alvejados e mesmo assassinados – tenho registro de pelo menos mais duas mortes de ambulantes nos trens – é tão somente um pseudônimo, um *ninguém*, que tombou em conseqüência da forma de se organizar de forma repressiva o acesso ao mercado de venda ambulante nos trens.

Minha cidade tem dessas coisas. Nela os sujeitos parecem habitar patamares diferentes em termos jurídicos e sociais, o que se reflete na maneira como eles podem usufruir do tratamento igualitário dispensado pelas agências e autoridades públicas. Com isso, não apenas o direito, como diz Kant de Lima, é um recurso disponível desigualmente, de forma a dar seqüência à máxima de que, no Brasil "a verdadeira igualdade é tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam"[342]. O mercado também parece ser reservado de forma a se desenvolver desigualmente, de acordo com a substância moral que tenham as pessoas que se ocupem de promover a circulação de mercadorias e, dessa forma, fazer com que elas circulem nos distintos espaços da sociedade, angariando conhecimento, modificando seu status e representação. Nem todas as trajetórias estão disponíveis para todos e o Estado, ao regular o mercado, promove a reprodução de limites onde a pobreza e a riqueza mantenham-se eqüidistantes. Uma se desenvolve em função da outra, contendo a circulação de valores

342 Rui Barbosa APUD Teixeira Mendes, 2005.

que recombinassem tal relação. O Rio de Janeiro, a capital de tudo isso, é uma cidade sem leste como Buenos Aires. Mas, diferentemente do que ocorre entre os portenhos, também não há nela um norte no qual a igualdade seja um parâmetro a ser seguido.

Conclusões

> "Os muros da cidade contemporânea são invisíveis; a muralha se manifesta de outra forma, tem outro formato construtivo, está ligada a esse nível da urbanidade: é uma muralha que mantém a segregação. Há várias muralhas invisíveis em que algumas pessoas, nessa sociedade, ficam submetidas às máximas do "ponha-se no seu lugar", do "você sabem com quem você está falando" ou "não, isso não é pra mim". Essa postura subalterna é limitante. Só permite que parte expressiva da sociedade ocupe, olhe e perceba a cidade a partir da periferia. A cidade ilegal é, ao mesmo tempo, uma concessão da cidade legal, mas é persistência e resistência, no sentido da luta pela cidade, do direito à cidade".[343]

Neste texto minha intenção foi apresentar meu entendimento sobre as formas como se podem dar os usos dos espaços públicos urbanos, para a prática da venda ambulante, nas cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro. Procurei descrever e analisar as atividades de comércio, como também os processos de administração institucional de alguns conflitos adjacentes a tais utilizações. Minha estratégia foi apresentar, tendo como pano de fundo os ambientes urbanos, parte significativa das interlocuções que mantive com diferentes atores, a partir de seus posicionamentos em distintas instituições, ou no curso das atividades cotidianas que estes podiam desenvolver. Para melhor entender as dinâmicas da venda ambulante em ambas as sociedades, busquei comparar tais relações a partir de ambientes análogos, os quais foram pesquisados por mim. Essa comparação por contraste foi feita ancorada na exploração de duas categorias nativas, presentes nos discursos dos atores: *arreglo*, em Buenos Aires, e *arrego*, no Rio.

Após as temporadas de pesquisas em Buenos Aires, o retorno ao Rio de Janeiro me impôs também um conjunto de indagações sobre as características da cidade em que nasci e vivo. Nos primeiros dias de fevereiro de 2008, quando retornei de minha estadia mais longa entre portenhos e bonaerenses, eu experimentava uma sensação estranha enquanto caminhava pelas ruas da Glória, bairro no qual eu morava e situado na divisa

343 Silva, 2008: 153

entre o centro e a zona sul do Rio de Janeiro. Estranhava as fisionomias e formas de expressão das pessoas, os quais me eram familiares há pelo menos três décadas. Igualmente, as formas de utilização das ruas e calçadas me pareceram estranhas, como também a ausência dos cafés, das filas de passageiros de ônibus, dos carros fora das calçadas ou das linhas retas para andar indefinidamente. Minha cidade parecia diferente para mim.

Minha experiência em Buenos Aires, a primeira em outra sociedade, me possibilitou fazer comparações por contraste, as quais empreendi em dois momentos distintos. Em um primeiro, nos primeiros meses vivendo em Buenos Aires, tive que recorrer às minhas experiências vividas até então para entender questões e sutilezas daquela sociedade que se abria para mim enquanto uma novidade. Em um segundo momento, já de volta à cidade do Rio de Janeiro, um conjunto de situações, episódios e experiências de minha vida passada e presente foi passado em revista, sob novas lentes. Tais exercícios possibilitaram que eu me reconhecesse enquanto meu primeiro informante e fizeram com que deixasse de achar *natural* uma série de questões.

Depois de iniciado esse ciclo - onde voltei meu olhar sobre mim mesmo, repensando os significados de distintos conceitos e experiências que eu entendia enquanto "normais" – retornei outras vezes a Buenos Aires para dar seqüência à pesquisa. Nestas oportunidades segui experimentando contrastar as duas cidades, ampliando minha percepção acerca de suas distinções, particularmente no que se relaciona aos comportamentos de seus habitantes.

Minha focalização, diga-se de passagem, não teve como pretensão dar conta de todas as instituições e atores que compõem o mosaico de relações que pode ser observado nas duas sociedades, nos contextos a que fiz referência. Estes poderão, futuramente, ser abordados com a continuidade de minhas pesquisas sobre o tema. Afinal, há muitas questões em aberto, assim como muitos objetos a serem construídos nos universos empíricos que abrigam meus interesses e abordagens. Até aqui, porém, o contraste entre os processos envolvendo a venda ambulante em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, respectivamente, me ajuda a pensar sobre os efeitos e conseqüências dos arranjos sociais onde os direitos civis podem ser mais ou menos vigentes. Considerando essa perspectiva, "*arreglo*" e *arrego* têm lógicas diferentes.

No primeiro caso, uma combinação entre partes desiguais, que participam de uma negociação movidos por interesses distintos, possuidores de diferentes aportes materiais e, em determinados casos, de poder. No entanto, essas desigualdades parecem ser compensadas minimamente com a representação de que as partes são moralmente iguais. Esta os autoriza a participar do *arreglo*, negociando vantagens, benefícios e obrigações de cada parte, proporcionalmente a quantidade de bens e poder, mas, a princípio, incluindo todos os interessados que são iguais em dignidade. Na medida em que as competências se exercitam e alteram a configuração inicial, modificam-se as disposições dos atores no concertado, mas igualmente procura-se manter, tanto quanto possível, os participantes, uma vez que o status civil não se altera.

No segundo caso, a desigualdade material pode ser somada a um não reconhecimento da substância moral dos atores (Cardoso de Oliveira, op. cit) com quem se busca estabelecer a interlocução. Isso faz com que não só os benefícios e vantagens materiais - e de poder – sejam distribuídos desigualmente, mas também que a inclusão do interessado na *partilha* seja feita em condições que lhe seja negado o reconhecimento a uma mesma dignidade de outros presentes à contratação. A conseqüência pode ser, como se costuma dizer, que uma parte resulte *arregada* – ou seja, plenamente satisfeita em suas pretensões, quando não ultrapassada em suas expectativas iniciais – e outra *arregaçada*, "dobrada"[344] em sua vontade, contrariada em suas pretensões. Um buscando estar mais acima dos incluídos; outro levado à beira da exclusão.

Não tenho por ambição apresentar conclusões definitivas, mas pensar possíveis caminhos para a continuidade de meu trabalho. Nesta direção, opino que nos ambientes abordados nas duas sociedades, nas quais focalizo as relações aqui explanadas, se foi possível perceber assimetrias existentes nas relações entre os atores nas negociações pelos usos dos espaços disponíveis, também foi possível identificar lógicas distintas de lidar com as mesmas. E essas lógicas podem ser descritas em função dos significados empregados para os termos *arreglo* e *arrego*.

Conteúdos e significados

Durante minhas estadias em Buenos Aires percebi que a palavra *arreglo* era

344 Segundo o Dicionário Aurélio, arregaçado é aquilo que foi levantado, por efeito de enrolamento, arqueamento, enrugamento.

persistentemente veiculada nos contextos da venda ambulante, como também em outras situações. *Arreglo*, entre portenhos e bonaerenses, é palavra que significa conserto – arreglo de uma roupa ou de um carro, por exemplo – como também o que conhecemos por *combinação*. "*Fulano arregló algo con sicrano*" significa dizer que duas pessoas fizeram um acordo, combinaram algo. Também há situações em que muitas pessoas combinam coisas, negociam, fazendo um *arreglo* mais amplo.

Estudando o processo de privatização dos trens argentinos, por exemplo, constatei que a modalidade de concessão com o pagamento de subsídios por parte do Estado foi o que mais atraiu as empresas que se reuniram em consórcios. Consórcios esses que podem ser entendidos como um primeiro estágio de *arreglo* - empresas de transportes rodoviários argentinos com empresas ferroviárias estrangeiras, por exemplo – mas não o único nível. Pois também houve a partilha das distintas linhas, por diferentes consórcios, fazendo com que os mais distintos interesses empresariais se vissem contemplados no processo. Sendo o dinheiro público a receita líquida e certa – o que os passageiros organizados diziam ser a fonte dos interesses - era razoável segundo essa lógica que todos os interessados que se apresentaram para a concorrência tivessem acesso.

As características estruturais dos transportes ferroviários em Buenos Aires – distintas linhas em localidades diferentes - contribuíram em muito para que múltiplas empresas, presentes nos consórcios, acabassem por se tornar concessionárias, diferente do que ocorreu no Rio onde uma única empresa administra cinco linhas a partir de um único terminal. Como na fórmula de *Highlander*[345], o processo de privatização do sistema ferroviário no Rio parece ter sido direcionado para a assunção de um único vencedor[346].

Mas mesmo em uma escala micro, essa lógica do *arreglo* pareceu-me perceptível em distintos momentos. Citando outro exemplo, as combinações entre policiais e

345 "Só pode haver um" era o que dizia Connor MacLeod, um personagem de um filme de ficção no qual um guerreiro escocês tinha a particularidade de ser quase imortal. MacLeod, interpretado pelo ator Christopher Lambert, era obrigado a se degladiar com outro guerreiro, igualmente quase imortal, que só poderia ser eliminado se lhe fosse cortado a cabeça. A frase era dita cada vez que ele cortava a cabeça de um oponente. O filme preconizava a possibilidade de uma seqüência de duelos até que um único imortal restasse vivo, com sua cabeça no lugar. Ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Highlander

346 No processo de privatização, foi arrolado em um único lote as linhas que saiam dos terminais da Central do Brasil e da Leopoldina. Este último foi fechado em 2001, fazendo com que as linhas que dali saíam em direção a Belfort Roxo e Saracuruna fossem transferidos para a Central do Brasil.

comerciantes ambulantes, subordinadas às conveniências de policiais e *fiscales* da *Fiscalia Contravencional* eram, ao mesmo tempo, gritantes e sutis. Maior suavidade eu pude perceber no *arreglo* entre os ambulantes, particularmente nos trens – que resultava em uma etiqueta rigorosa em termo dos comportamentos – os quais, porém, podiam recorrer muitas vezes a outros atores e instituições igualmente presentes no âmbito do sistema ferroviário para melhor se posicionarem no interior desses processos.

Em uma outra direção, o *arrego*, como verifiquei no Rio, pode ser observado de forma significativa nas relações envolvendo vigilantes e camelôs, como nos trens da Central do Brasil, mas também em outras relações sociais envolvendo força e poder. Não por acaso um sinônimo para *arrego* é a tradicional expressão carioca "pedir penico"[347]. O *arrego* está presente, para citar um exemplo que evoca a comparação que tento fazer nesse texto, na relação entre os camelôs nas ruas da cidade do Rio e guardas municipais, policiais militares ou mesmo policiais civis. Diferentemente do que ocorre em Buenos Aires, não há promotores de justiça que se dedicam aos conflitos contravencionais. As agências próximas ou pertencentes ao poder judiciário, no Rio de Janeiro, não procuram se envolver diretamente nos processos de administração de disputas envolvendo o espaço público urbano. Estes são dependentes das agências que atuam na esfera administrativa – as polícias ou guardas municipais, sobretudo – as quais cabem comunicar os conflitos que são definidos, geralmente, enquanto de "baixo potencial ofensivo". Espera-se, porém, que tais conflitos jamais cheguem à consideração de agências tão "elevadas", cujos representantes acreditam ter mais o que fazer. Dessa forma, as esferas administrativas têm a responsabilidade por administrar tais conflitos, o que nem sempre é feito de acordo com as regras atinentes a um estado democrático de direito. É neste contexto que pululam práticas como o *arrego*.

O que é o arrego?

É possível que me seja perguntado, a essa altura, qual a diferença entre *arreglo* e *arrego* se nos dois casos há pagamento em dinheiro para que o comércio ambulante se efetue

347 Pedir penico significa muitas vezes desistir de uma disputa, por medo ou por covardia. Lembro-me que uma das "brincadeiras" mais freqüentes entre grupos de adolescentes era feita pelos mais velhos contra os mais novos, geralmente com a assistência de outros. Consistia em segurar o menor pela força, dobrar seu braço para trás e lentamente levantá-lo em direção ao ombro. A dor era insuportável. Para deter esse processo, o mais velho exigia ao menor que esse pedisse *arrego*. Ao fazê-lo, imediatamente os assistentes se riam e chamavam-no de medroso ou maricas. Expressava-se publicamente, assim, não só sua inferioridade, mas sua covardia.

em Buenos Aires e Rio, respectivamente. No primeiro caso, a *coima*; no segundo, a *propina*. O *arreglo*, na sociedade portenha - e bonaerense -, pareceu-me dotado de sinal mais positivo, se em comparação com a maneira como o *arrego* é representado no Rio. Não digo com isso que o *arreglo* seja bom e o *arrego* ruim. Tão somente que existem diferentes formas de percepção dessas formas de relacionar-se em meio a situações envolvendo práticas não recepcionadas pelas normas legais e suas formas de controle.

São variadas as maneiras como se pode enunciar um *arreglo*, em Buenos Aires. Quando é considerado algo muito negativo, cheio de *tramóias* - ou, em linguagem nativa, *trampas* – é, geralmente, atribuído aos *outros*. O *arreglo*, na minha maneira de ver, pode ter como reflexo uma regra *trucha*[348], uma *truchada*. É, assim, parte daquilo que meus interlocutores em Buenos Aires atribuíam a uma *viveza criolla*, uma esperteza desenvolvida por descendentes de europeus, já nascidos na Argentina. É parte desta *viveza* reproduzir nos moldes locais os ideais e instituições modernos, importados da *matriz*, mas de maneira adaptada à *realidade* dos trópicos. Por isso mesmo, há até situações em que se pode fazer referência a um "*arreglo bien hecho*". Coisa semelhante, porém, eu nunca ouvi alguém dizer com relação ao *arrego*. É que não se trata de uma coisa que se faz junto, nem que alguém pode se orgulhar de fazer – particularmente aquele que é *vitimado*. É algo que se impõe ao outro o qual, desafiado, tem apenas duas opções: desistir ou aceitar.

A *coima* é um produto do *arreglo*, uma conta de chegada, em virtude dos interesses dos atores em estabelecer-se no espaço público. Dessa forma, ela podia estar referida proporcionalmente aos ingressos do vendedor ambulante. A *propina*, na minha perspectiva, é outra coisa. É um objeto ao qual se vincula o *arrego*, a forma que o consagra[349]. E, como vimos no capítulo IV, o dinheiro pode ter diferentes empregos e representações.

348 Trucho é um termo popularmente utilizado na Argentina. Segundo o dicionário etmológico de lunfardo, de Oscar Conde, significa algo "falso, fraudulento". Como já mencionado, Eilbaum, porém, também chama a atenção que uma coisa trucha não significa tão somente falsear ou imitar um original, mas é "faze-lo com astúcia". Exige dominar as regras daquilo que é original para poder simula-lo com êxito. "E alcança seus objetivos por que domina uma técnica. Conhece tão bem as regras que sabe como enganá-las", pois "não só tem o domínio do que elas dizem, como também do que não dizem, dos espaços que deixam para negociação, para 'arreglar' as coisas" (Eilbaum, 2008: 134).

349 A exemplo da nota anterior, o reconhecimento da inferioridade e da covardia de não suportar a dor que poderia ser imposta pelo lado mais forte.

Cito um exemplo que pode contribuir para demonstrar que a *coima* pode ter um limite definido. Li um processo judicial em Buenos Aires onde um ambulante denunciava um policial com o qual mantinha há algum tempo um *arreglo* para montar uma *mesita* em uma esquina. A razão da denúncia não era necessariamente pela *coima* em si, mas por que o policial tentava extrair dele um valor mais elevado do que o historicamente combinado. Segundo estava escrito nos autos do processo, o ambulante havia feito a denúncia, em primeiro lugar, para o *comisario* ao qual o policial era subordinado. Cumprindo orientação superior, este último interrompeu o assédio para aumentar a *coima*. Dias mais tarde, porém, ele retomou o assunto. O ambulante não pensou duas vezes e apresentou uma denúncia por extorsão ao Ministério Público Federal, na perspectiva de obter algum amparo legal. As ações desta instituição não contemplaram as aspirações do ambulante, pois este último utilizava ilegalmente o espaço público. No entanto, resultaram em investigações que acabaram por desnudar todo um conjunto de *transações* de uma *comisaria* em Constitución.

No caso do Rio, a *propina* – que pode receber nomes mais brandos como *agrado*, *cafezinho*, *cervejinha*, *gorjeta*, entre tantos outros – muitas vezes é percebida por aquele que deve pagá-la como uma imposição para que não seja utilizada a força. Não tenho informação de que alguém tenha ido a uma Delegacia de Polícia Civil ou Batalhão de Polícia Militar para reclamar que os valores cobrados em um *arrego* teriam sido excessivos. Tampouco que alguém tenha apresentado denúncias de igual teor diretamente ao Ministério Público. Talvez seja por que o *arrego* é uma relação bastante disseminada em distintos contextos na sociedade carioca, ao qual Misse (op. cit) definiu como sendo uma *mercadoria política*. Mercadoria essa que está presente nesse amplo mercado da informalidade, que envolve não só produtos contrabandeados ou de origem duvidosa, mas também práticas e mercadorias ilícitas, que circulam à margem das agências reguladoras e promotoras da justiça.

A palavra *arreglo* parece ter sua origem, de acordo com o espanhol castiço, enquanto significado de uma adaptação de peça teatral[350]. Assim, o *arreglo* é um ajuste, uma combinação que busca adaptar um texto pré-existente. Uma vez expressando um acordo comum, tanto quanto possível, adquire legitimidade. Pode ser igualmente entendido

350 Cf verbete *Arreglo*, In Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo. 2004

como uma reinterpretação coletiva de uma norma ou texto existente – por exemplo, uma lei – que passa a ter vigência com novo conteúdo a partir da legitimidade conferida ao *arreglo* entre as partes.

Em meus levantamentos documentais deparei-me com um único texto legal que falava explicitamente da venda ambulante nos trens na Argentina. Trata-se do decreto federal nº 51, de 17/2/1989 que considera "um problema a presença, a bordo dos trens e nas estações, de vendedores não autorizados, com as conseqüentes perturbações que ocasionam ao passageiro". Para esse "problema", o decreto propunha medidas para "erradicar os ilícitos do âmbito ferroviário", propondo, para isso "uma medida coercitiva de suficiente magnitude para desalentar sua reiteração". No entanto, "para alcançar este objetivo, a sanção a aplicar deve guardar relação com o momento econômico, pelo que deve prever seu ajuste automático".

O decreto de apenas dois artigos, por fim, estipula que a multa à infração de venda ambulante nos trens deve ser equivalente a 22 passagens mínimas do trajeto de ida do transporte ferroviário. Pelos valores verificados no período de minha pesquisa, essa multa equivalia a $11 pesos (onze pesos). Segundo alguns de meus interlocutores entre os camelôs, a *coima* semanal média girava em torno de $ 10 (dez pesos). Esse conjunto de informações me encoraja a interpretar que, em certa medida, o decreto servia de referência para o combinado. O valor da *multa* estava referido naquilo que se dispunha legalmente, mas sua periodicidade e método de recolhimento eram ditados pelo que havia sido *arreglado*.

O escritor e lingüista Deonisio da Silva opina que a palavra "arreglo" entrou na Língua Portuguesa provavelmente pela fronteira do Rio Grande do Sul. Segundo ele,

> *"o significado preferencial de "arreglo" é um tipo de ajuste que soa a rendição ou ao menos a concessões inesperadas. No Rio de Janeiro, porém arreglo tornou-se arrego e indica desistência, mudança de comportamento por medo, impaciência ou disposição de obter vantagens diante de iminente derrota"*[351].

351 http://caras.ig.com.br/etmologia/etmologia_92.htm

Como pude observar nas relações de ambulantes nos trens do Rio com vigilantes de uma empresa privada, policiais militares e outros atores, a referência ao *arrego* soava quase sempre como uma reclamação. Uma troca injusta, onde uma parte resultava *arregada* e outra *arregaçada*. O *arrego*, naquele contexto, era um tipo de relação onde uma parte tinha sido forçada a aderir a uma imposição, para que pudesse seguir desenvolvendo suas estratégias de comercialização – o que alguns chamavam de "estratégia de sobrevivência" em meio a uma situação de *precariedade*.

Bourdieu, analisando as repercussões do chamado neoliberalismo sobre a sociedade francesa, chama a atenção que os trabalhadores são impelidos, cada vez mais, a renunciarem à mobilização diante de uma insegurança objetiva e subjetiva, que ameaça suas posições no mercado de trabalho. Essa seria uma conseqüência da precariedade que "está hoje por toda parte" (Bourdieu, 1998: 120). O sociólogo francês aponta que a ausência de padrão de garantias do emprego leva "à desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e à degradação de toda a relação com o mundo e, como conseqüência, com o tempo e o espaço" (op. cit). Precariedade esta que torna o futuro incerto, impedindo qualquer antecipação racional e, especialmente, "esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável". Mas será que a noção de precariedade, a que fiz referência no capítulo anterior, como também a que se fazia alusão em Buenos Aires, pode ser pensada nos mesmos termos? Ou, em outras palavras, estamos falando de padrões de modernidade os quais o sociólogo francês faz referência no caso francês?

Precariedade e mercado

Rio de Janeiro e Buenos Aires são consideradas "cidades modernas" e, deste ponto de vista, são exemplos de "Cidade", esse substantivo generalizado e generalizador, *tipo ideal* no qual está implícito um conjunto de idéias e ideais naturalizados acerca da modernidade. Um lugar que pode ser definido, por exemplo, como "um *habitat* humano que permite com que pessoas formem relações umas com as outras em diferentes níveis de intimidade, enquanto permanecem inteiramente anônimas[352]". A idéia de anonimato sugerida aqui parece remeter à noção de indivíduo que aos olhos do direito natural

352 Ochsenhofer, 2008:13.

moderno, ocidental, pode ser interpretado enquanto "homens que se bastam a si mesmos enquanto feitos à imagem de Deus e enquanto depositários da razão" (Dumont, 2000: 87). Logo, a *cidade* é o lugar do exercício desse individualismo, que subentende ao mesmo tempo *igualdade* e *liberdade*.

Essas considerações são importantes para introduzir parte de minhas reflexões acerca das distinções entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, no que se concerne à venda ambulante e à noção de precariedade que podia estar subjacente aos seus ambientes. Exercícios que fizeram com que eu me questionasse sobre o lugar que tem a concepção de mercado em cada uma delas. Ou seja, que legitimidade pode ter, nesses ideais citadinos, a ordem social fundamentada nas trocas embaladas pela observância da liberdade de escolha frente a múltiplas opções.

Em Buenos Aires, nos contextos que pesquisei, pareceu-me que as tensões entre os interesses envolvendo o comércio ambulante criavam espaços para a acomodação de estratégias envolvendo os conflitos inerentes à luta por estabelecer-se na cidade. Os segmentos sociais que se dedicam à venda ambulante, assim, estão inseridos na ordem na qual se preconiza que diferentes trajetórias sociais são possíveis, de acordo com os interesses, talentos, vocações a serem exercidos no mercado. No Rio de Janeiro, contrariamente, tais relações parecem, por vezes, obstaculizadas por "várias muralhas invisíveis em que algumas pessoas, nessa sociedade, ficam submetidas às máximas do 'ponha-se no seu lugar', do 'você sabem com quem você está falando' ou 'não, isso não é pra mim"[353]. O universo da venda ambulante, particularmente nos trens, é por excelência um lugar de condenados ao ostracismo e à repressão.

Não que as articulações entre esfera e espaço público em Buenos Aires produzam um espaço de inclusão social por si só. Mas minha experiência entre distintos espaços e contextos daquela sociedade não me impõe reservas para afirmar que nela dificilmente os indivíduos se contentam com o cerceamento de seus espaços e de suas trajetórias por outros, sem reação. Os limites estão postos, sobretudo, neles mesmos. E a luta pela inclusão, pelo "direito à cidade", é permanente. A mobilização no presente é um direito, em prol do futuro que todos podem e devem projetar para si enquanto o melhor, de

353 Silva, 2008: 153

acordo com seus próprios interesses.

A cidade moderna é, idealmente, uma organização que acena com o triunfo do homem sobre a natureza, que dessa forma controla as intersecções entre o espaço e o tempo, dimensões pensadas de acordo com uma racionalidade desenvolvida em moldes liberais e capitalistas. Ela é, assim, representada como o resultado da associação de todos e, portanto, um direito comum. E tudo de acordo com um pretenso compromisso com a longevidade, com a expansão da expectativa de vida sã, como também com a multiplicação e incremento dos espaços por onde se possa viver. A *Cidade* é, assim, uma promessa que pode levar o homem contemporâneo a viver mais e melhor, em comparação com outras gerações, considerando as coordenadas *tempo* e *espaço*, partindo de uma concepção moderna.

Bourdieu, referenciado nesse ideal histórico, denuncia que desempregados e trabalhadores destituídos de estabilidade "não são passíveis de mobilização, pelo fato de terem sido atingidos em sua capacidade de se projetar no futuro, a condição indispensável de todas as condutas ditas racionais" (Bourdieu, op. cit: 121)[354]. Em Buenos Aires, a *precariedade* não parece ter criado problemas para que a mobilização seja uma característica distintiva, sobretudo dos portenhos. Mesmo o uso precário do espaço público, tal como previsto para a venda ambulante, não parece afetar os indivíduos que dela se ocupam, em suas crenças de que podem lutar, em pé de igualdade com os demais, em prol de um futuro nos seus próprios termos. O que as instituições, em boa medida, parecem minimamente respeitar.

Buenos Aires me pareceu uma promessa que se renova cotidianamente entre portenhos e bonaerenses. Que pode seguir com cada um, se interiorizar e, tanto quanto possível, se expressar na diversificação do mercado, dos gostos, dos bens, das instituições. Corolários que uniformizam valores os quais, por sua vez, transmitem a idéia básica de ser a cidade um direito de todos, ainda que não se possa vivê-la intensamente por limitações materiais. Entre os cariocas e fluminenses, me parece haver maior inclinação para a resignação das *pessoas* – e aqui faço referência a distinção que Damatta (1997:

354 Em certa medida, a pretensa promoção da segurança e da justiça, controlando a natureza selvagem dos homens, são elementos que apontam na mesma direção. O paradigma baconiano que preconiza domínio da racionalidade humana sobre a característica selvagem da natureza, neste ponto, parece seguir vigente e absoluto.

225) faz desta categoria em relação a de *indivíduo* - frente à idéia que o Rio de Janeiro pode não ser para todos, fazendo com que se observe uma ordem na qual tenha vigência o "cada macaco no seu galho".

Em tais contextos, *arreglo* e *arrego* são categorias nativas "boas para pensar". São também categorias analíticas que podem expressar formas de administrar conflitos, no que se relaciona aos usos do espaço público urbano, de acordo com regras de sociabilidades distintas. Enquanto no primeiro caso enfatiza-se a igualdade entre os atores que estabelecem interlocuções entre si, refletindo uma negociação, no segundo caso a desigualdade é uma condição para a definição dos parâmetros que decidirão a vigência do *contrato*. Por conseguinte, no *arreglo* o desrespeito às regras acordadas, geralmente pela parte assimetricamente inferior, aciona comumente os dispositivos normativos pertinentes para seu sancionamento. O destino do *infrator* é, portanto, o seqüestro de bens ou a detenção, se for o caso. Diferentemente, no *arrego*, a violência institucional, como a privação dos bens comercializáveis ou da liberdade, não costuma ser suficiente como forma de sanção, fazendo do castigo corporal um lugar comum.

Nas duas cidades, portanto, é possível observar-se tanto uma forma quanto outra. No entanto, enquanto em Buenos Aires a recorrência ao *arreglo* me pareceu mais freqüente entre ambulantes e agentes de controle, no Rio o *arrego* é a forma mais comum de viabilização das práticas envolvendo a venda ambulante. No primeiro caso, a negociação dá a tônica; no segundo, a imposição de condições é estruturante. Por outro lado, enquanto no *arreglo* a precariedade é imaginada enquanto circunscrita às atividades, no *arrego* parece estar nos atores a essência de sua substância. Conseqüentemente, enquanto num caso a precariedade é tida como transitória para os sujeitos, no outro ela é estrutural.

Em uma sociedade na qual o *arrego* é parte estruturante das relações de mercado, os indivíduos se estabelecem no espaço público de maneira precária, do ponto de vista dos direitos civis básicos. Não é imaginado como sujeito possuidor do direito, por exemplo, à contratação de sua força de trabalho. Não é pensado, do ponto de vista das políticas públicas, como alguém propenso a adquirir propriedade e, portanto, passível de maior liberdade. É antes objeto de iniciativas tutelares, ou mesmo caritativas, as quais reafirmam sua condição *hiposuficiente* e esvaziam sua substância digna. Torna-se,

assim, possível alvo do *arrego* ou, pior, do que defini enquanto *esculacho:* um insulto violento, em termos físicos e, sobretudo, morais, que pode arremessá-lo para fora da estrutura social onde a desigualdade orienta sua conformação (Pires, 2005a: 152). O *arrego*, como também o *esculacho*, veicula-se como mecanismo produtor da precariedade, transformando-a em parte da estrutura.

A precariedade, nos termos de Pierre Bourdieu, atua diretamente sobre aqueles que ela afeta e indiretamente sobre todos os outros "pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização" (Bourdieu, op. cit:123). Para aquele autor, é a precariedade o produto de uma vontade política e não de uma *fatalidade econômica*. E o que dizer de uma sociedade, como a minha, na qual a precariedade, além de ter outra conotação, não é nenhuma novidade conjuntural, mas parte da estrutura social? Está aí uma boa pergunta, com a qual espero interagir a partir de uma reflexão mais aprofundada de minhas etnografias, amparada por novas bibliografias que iluminem os dados construídos, a partir de outros ângulos.

BIBLIOGRAFIA

ADAMOVSKY, E (2009). Historia de la clase media argentina. Apogeo y decadência de uma ilusión, 1919-2003 1ª ed. – Buenos Aires: Planeta.

_____De la academia a la escuela: los inicios de un interés por la clase media en la sociología y la historiografía argentinas y su primer impacto en la educación general. Em Visacovsky, S. & Garguin, E. (compiladores). Moralidades, economías e identidades de clase media. Estudios historicos y etnográficos - 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

Amato, Fernando (2009). A invenção da Argentina. In Revista Caras y Caretas. Los mitos del crisol de razas – Historia de la inmigración en la Argentina. Ano 48, Nº 2.238. p 16.

AMORIM, M. S. KANT DE LIMA, R., MENDES, R.L.T. (2005) Introdução. In Ensaios sobre a igualdade jurídica – Introdução. RJ: Editora Lumen Juris, xi-xxxvi

ANDERSON, Benedict (1991): Imagined Communities. Verso: London / New York.

ANDERSON, Nels (1998). On Hobo and Homelessness. Chicago: The University of Chicago Press.

BACKHEUSER, Everardo (1944). Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia – Ano VI, Nº 1. janeiro-março.

BALBI, Fernando Allberto (2007). De leales, desleales y traidores. Valor moral y concepción de política em el peronismo – 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha (1969). Princípios gerais do direito administrativo, Rio, Forense, v. I.

BARTH, Fredrik (2005). Etnicidade e o conceito de Cultura. In Revista Antropolítica. Nº 19. Niterói: Eduff. P 15-30.

BEATIE, John (1972). Otras culturas. Fondo de Cultura Económica. México.

BENENCIA, Roberto (2003): Inmigrantes bolivianos en áreas rurales de la Argentina: su participación en la conformación de territorios y comunidades transnacionales. En: Estudios Migratorios Latinoamericanos, año 17, abril 2003, número 50, pp. 161-180.

BENENCIA, Roberto (2004): Trabajo y prejuicio. Violencia sobre inmigrantes bolivianos en la agricultura periférica de Buenos Aires. Manuscrito.

BONILLA, Alcira (2006): Autonomía moral entre limones y colectivos: las ‘mamacitas’ bolivianas en Buenos Aires. En: Ingrid Wehr (ed.). Um Continente en movimiento. Migraciones en América Latina. Fankfurt a. M/Madrid. Velvuert/Iberoamericana, pp143-158.

BOURDIEU, P. (2005). Condição de Classe e Posição de Classe. In A Economia das Trocas Simbólicas. SP: Editora Perspectiva.

_____(1998) Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

BRETAS, Marcos L.(1997). A luta pelo monopólio da força. In A guerra das ruas – Povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro (cap III). Autor: Marcos Bretas. Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisas. RJ: Arquivo Nacional, 53-70

BUTLER, Judith (1997): Excitable Speech – A Politics of the Performative. Routledge: New York / London.

CAMPOS, José Roberto (1983). O que é trotskismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos,.

CANELLAS, Lídia & CALANDRINO, Tatiana (2007). Os donos da situação – Uma discussão sobre significados e sentidos do associativismo em um camelódromo no município do Rio de Janeiro (RJ). Texto apresentado na VII Reunião de Antropólogos do Mercosul. UFRGS, Porto Alegre.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (2000). O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (2002). Direito Legal e Insulto Moral – Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

_____ (2004). Honra, dignidade e reciprocidade. In Direitos Negados – Questões para uma Política de Direitos Humanos. Revista Cadernos de Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. pp 31-48.

CARRIÓ, Genaro (1972). Notas sobre derecho y lenguaje". Buenos Aires: Abeledo Perrot.

CARUSO, H., PATRICIO, L. , ALBERNAZ, E. (2006) "A Polícia que queremos": considerações sobre o processo de reforma da Polícia Militar do Rio de Janeiro In Cadernos Adenauer, Brasil: O que resta a fazer? Vol 3. Rio de Janeiro.

CARVALHO, José Murilo de. (2001). Cidadania no Brasil; o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASARAVILLA, Diego (1999): Los laberintos de la exclusión. Relatos de inmigrantes ilegales en Argentina. Lumen-Humanitas: Buenos Aires.

CASSANELLI, Lee V. (2008) Qat: mudanças na produção e no consumo de uma mercadoria quase-legal no nordeste da África. In APPADURAI, Arjun. A Vida Social das Coisas – As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF.

CASTAÑEDA, Dina Isabel Freitas (2003). *Correndo atrás do Pão de Cada Dia: um*

estudo sobre a identidade de trabalhador *entre* camelôs *em Copacabana*. Trabalho apresentado como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais. UFF, Niterói.

CENA, Juan Carlos (1998). El Guardapalabras, memoria de un ferroviario. Buenos Aires: La Rosa Blindada.

CELS (2009). Derechos Humanos em Argentina. Informe 2009. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Vienteuno Editores.

_____ (2003). El Ferrocidio. Buenos Aires: Rosa Blindada

CONDE, R. (2003). La Crisis Argentina de 2001. Cuadernos de economia: Latin American Journal of Economics, Nº 121, 2003, pags. 762-767

CORRÊA, Claudia Franco. (2005) O reconhecimento Jurídico do afeto: a legitimidade de pares homoafetivos. In: Maria Stella de Amorim; Roberto Kant de Lima; Regina Lúcia Teixeira Mendes. (Orgs.). Ensaios sobre Igualdade jurídica. 1 ed. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2005, v. , p. 35-59.

CORTES, V. (2005). Espaço urbano e Segurança Pública: entre o público, o privado e o particular. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

COURTIS, Corina; PACECCA, María Inés y PITA, María Victoria (2009). "Migración y seguridad en la Argentina. Construcciones discursivas y prácticas". En: Publicación temática sobre seguridad y migración (Título a definir), Facultad de Derecho y Programa de Seguridad Urbana, Universidad Alberto Hurtado - Centro Internacional para la Prevención de la Criminalidad. Chile, UAH.

CRAVINO, M. C. (2001) La propiedad de la tierra como un proceso. Estudio comparativo de casos en ocupaciones de tierras en el Area Metropolitana de Buenos Aires. Conferência ministrada por ocasião do Land Tenure Issues In Latin Amercia. Birmingham, Abril de 2001.

CUNHA, N. V. ; MELLO, P. P. T. (2006). Libaneses &Chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio do Rio de Janeiro. Anuário Antropológico, v. 1, p. 155-169.

CUNHA, N. V. (2005) Comércio e Etnicidade no centro do Rio de Janeiro: o mercado popular do SAARA. Anais do I Congresso Latinoamericano de Antropologia, 2005, Rosário - Argentina. I Congresso Latinoamericano de Antropologia, 2005.

DA MATTA, Roberto (1997) - Carnavais, Malandros e Heróis. Rio: Editora Rocco.

_____ (1985) A casa & a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo; Editora Brasiliense.

_____ (1987). Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

DAVIS, Shelton (Org) (1973) Antropologia Jurídica – Estudo Comparativo de Categorias de Dívida e Contrato. Rio de Janeiro: Zahar Editores. P. 9-24.

DOMINGUES, Andrés Gil (1997). Constitución de la Ciudad Autonoma de Buenos Aires. Un recorrido critico. Editorial EUDEBA. Buenos Aires, 234 pp

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo (1976). São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

_____ & ISHERWOOD, Baron (2004). O mundo dos bens – Para uma Antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

DUMONT, Louis (2000). O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.

DÜRKHEIM, Émile (1978). As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 6ª edição.

ECO, Umberto y MARÍA MARTINI, Carlo (1996) ¿En que creen los que no creen?. Un diálogo sobre la ética al fin del milenio. Madrid: Temas de Hoy.

EILBAUM, Lucía. (2008). Los 'casos de policia' en la Justicia Federal en Buenos Aires – El pez por la boca muere. Premio Eduardo Archetti 2007, IDES, Buenos Aires: Editorial Antropofagia.

_____ (2004). La policia "al servicio de la comunidad": tradición policial y vientos de cambio. In TISCORNIA, Sofia. Burocracias y Violencia – Estudios de ntropologia Juridica. 1ª ed. Buenos Aires: Antropofagia.

EKMEKDJIAN, Miguel Angel (1994). Comentarios a la Reforma Constitucional de 1994. Buenos Aires: Depalma.

ESCUDÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés (2000) Las actividades del nazismo en la Argentina, en Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas. CARI – Consejo Argentino de Relaciones Internacionales.

ESTEVEZ BOERO, Guillermo (1994). Reseña Labor Constitucional 25-5-94 - 24-8-94. Santa Fe, Paraná: Convención Nacional Constituyente.

EZRA-PARK, Robert (1976). A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In O Fenômeno Urbano. VELHO, Otávio G. (org) - 3ª edição – Coleção Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FERRERAS, Norberto O. (2006). O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920). Niterói: EDUFF.

FERREYRA, Raúl Gustavo (1997). La Constitución de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires Buenos Aires: Argentina

FORNET-BETANCOURT, Raúl (2003). Interculturalidad y Filosofía en América

Latina. Aachen: Wissenschaftsverlag Mainz in Aachen.

FOUCAULT, Michel (2004). Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.

_____ (2001). A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora.

GARGUIN, E (2009). "Los argentinos descendemos de los barcos". Articulación racial de la identidad de clase media en Argentina (1920-1960) Em Visacovsky, S. & Garguin, E. (orgs). Moralidades, economías e identidades de clase media. Estudios historicos y etnográficos - 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

GAVAZZO, Natalia (2003): La Diablada de Oruro en Buenos Aires. Cultura, Identidad e Integración en la Inmigración boliviana. Tesis de Licenciatura en Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires. CD-Rom. Edição da autora.

GEERTZ, Clifford (2002). O saber local. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

_____(1978). A interpretação das culturas. Rio de janeiro: Editora Zahar.

GELLI, Maria Angelica (1997) "La Constitución Estatuyente de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires", Revista Jurídica La Ley, Buenos Aires.

GERMANI, Gino (1942) La clase media em la ciudad de Buenos Aires. Estúdio Preliminar. Boletin del Instituto de Sociologia 1: 105-126

GIL DOMÍNGUEZ, Andrés (1997). Constitución de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: un recorrido crítico. Editorial Buenos Aires, Argentina

GODELIER, Maurice. (S/D). Racionalidade e Irracionalidade na Economia. RJ: Edições Tempo Brasileiro.

GOFFMAN, Erving (1982) Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 4ª edição.

_____(2002) . A Representação do *Eu* na Vida Cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes.

GÓMEZ, Pablo Martín Sebastián (2008) Redes sociales en la migración paraguaya hacia la Argentina. Las redes de ayuda y los vínculos binacionales en regiones de frontera y el Gran Buenos AiresCEA-UNC. Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba

GONÇALVES, M. A. 2000. *A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em Presidente Prudente – SP*. (Dissertação de Mestrado apresentada na FCT/Unesp) Presidente Prudente.

GORI, Gastón (1988). Inmigración y colonización en la Argentina. Buenos Aires: Eudeba.

GRIMSON, Alejandro (1999): Relatos de la diferencia y la igualdad. Los bolivianos en Buenos Aires. Buenos Aires: EUDEBA.

_____ (2000): La migración boliviana en la Argentina. De la ciudadanía ausente a una mirada regional. En: Grimson, Alejandro; Paz Soldán, Edmundo: Migrantes bolivianos en la Argentina y los Estados Unidos. : La Paz: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Cuaderno de Futuro 7, pp. 13-52.

_____ (2003): La vida política de la etnicidad migrante: hipótesis en transformación. En: Estudios Migratorios Latinoamericanos, año 17, abril 2003, número 50, pp. 143-159.

HALL, Edwart (1989) T. El lenguaje silencioso. Madrid. Alianza Editorial.

HARRÉ, Rom (2001) 1000 años de filosofía. Madrid. Taurus.

HART, H. L. A (1977) El Concepto del derecho. Buenos Aires: Abeledo-Perrot.

HUTCHINSON, Sharon. (1999) El ganado del dinero y el ganado de las mujeres entre los Nuer, 1930-1983. In **Antropología social y política : hegemonía y poder : el mundo en movimiento**, Buenos Aires: Eudeba. 121-154.

HUXLEY, Julian S (1947). Evolution and Ethics. Pilot Press. Harper, Nueva York.

ILO. (1972). Employment, Incomes and Equity: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya . Ginebra: ILO Publications.

KANT, Emanuel (1961) Obras selectas. ***Crítica de la razón pura y Crítica de la razón Práctica.*** Buenos Aires. El Ateneo.

KANT DE LIMA, Roberto (1995). A Polícia da cidade do Rio de Janeiro – seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: editora Forense.

_____ (1997). Antropologia da Academia: quando os índios somos nós. Niterói: Eduff.

_____& Pereira, Luciana F. (1999). Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff.

_____ (2000) Carnaval, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In GOMES, Laura Graziela, BARBOSA, Lívia, DRUMOND, José Augusto (Orgs). O Brasil não é para principiantes. Rio de Janeiro: FGV, p. 105-123.

_____& NOVAES, Regina Célia Reyes (2001). Antropologia e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Niterói, EDUFF, p. 7-15. 2001.

_____ (2008a). Prevenção e Responsabilidade ou Punição e Culpa? Uma discussão sobre alguns reflexos da ambigüidade de nossos modelos de controle social e produção de verdade na burocracia oficial brasileira In Ensaios de Antropologia e de Direito. Autor: Roberto Kant de Lima. RJ: Ed. Lumen Juris

_____ (2008b) Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: Uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. In Ensaios de Antropologia e de Direito. Autor: Roberto Kant de Lima. RJ: Ed. Lumen Juris

_____, PIRES, Lenin & ELBAUM, Lucía (2008a). Constituição e Segurança Pública: exercício de direitos, construção de verdade e a administração de conflitos. In A Constituição de 1988 na vida brasileira. Ruben George Oliven, Marcelo Ridenti & Gildo Marçal Brandão (orgs). São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs 152-190

_____, PIRES, L. & EILBAUM, L. (2008b). "Ici c'est différent": espace, conflits et techniques d'accueil policière dans les commissariats de Rio de Janeiro, em co-autoria com Roberto Kant de Lima e Lucía Eilbaum, IN: Outre Terre : Revue française de géo-politique.nº 18, Paris.

KOVARICK, Lúcio. (1975). *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KYMLICKA, Will (1996): Ciudadanía multicultural. Barcelona: Ed. Paidós.

LAPLANTINE, François (2004). A descrição etnográfica. São Paulo: Terceira Imagem.

LAUTIER, Bruno (1994). L'Economie informelsle dans lê tiers monde. Paris: Éditions La Decouverte.

_____ (1997). Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. In Contemporaneidade e Educação, Ano II, nº 1, maio de 1997. p 59-91.

LENK, Kurt (1974): El concepto de ideología. Buenos Aires: Amorrortu eds.

LESSA, Carlos (2000). O Rio de todos os Brasis. Rio de Janeiro -São Paulo: Editora Record

LÉVI-STRAUSS, Claude (1996). Saudades de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras.

LINHARES, C. R. S (2005). A ambigüidade do Inquérito Policial. In Ensaios sobre a igualdade jurídica. Maria Stella de Amorim, Roberto Kant de Lima & Regina Lúcia Teixeira Mendes (orgs). RJ: Ed. Lumen Juris. 107-127

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de (1997). Recordações do Escrivão Isaias Caminha. Rio de Janeiro: Ediouro. São Paulo: Publifolha.

LOPES. C.M. (2000). Luanda: Cidade Informal. Estudo de caso sobre o Bairro Rocha Pinto. Comunicação apresentada ao VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-9 Setembro de 2000.

LÖWITH, Karl (2007). Max Weber y Karl Marx. Barcelona: Editorial Gedisa S.A..

MACHADO, Rosana Pinheiro (2005). La garantia soy yo - Redes locais e transnacionias de comércio popular – camelôs e sacoleiros (Brasil- Paraguai). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS: Porto Alegre. 155p.

_____(2008). Fábrica de sonhos em *sweatshops*: dilemas da construção da igualdade na China pós-Mao. In Kant de Lima, R. (Org) Antropologia e Direitos Humanos V. Brasília, Rio de Janeiro: ABA; Booklin, 2008. 350-387

MAFRA, Patricia D. (2005). "A 'pista' e o 'camelôdromo': Camelôs no Centro do Rio de Janeiro". Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper (1969). Crimen y Costumbre en la Sociedad Salvaje. Barcelona: Ediciones Ariel.

_____ (1984) Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Editora Abril, 3ª edição.

MANJUK, Valerja; MANOLCHEVA, Stoyanka; VIOR, Eduardo J. (2004): The Politics of Otherness: Constructing the Autonomy of Political Subjects in the Migant Minorities as a Way of Reforming Western European Democracies, in: Scheinin, Martin; Toivanen, Reetta (eds.): Rethinking Non-Discrimination and Minority Rights, Turku / Berlin: Institute for Human Rights, Abo Akademi University / German Institute of Human Rights, pp. 135-154.

MANNHEIM, Karl (1952): Ideología y utopía. México D.F.: Fondo de Cultura Econômica.

MÁRMORA, Lelio (1996): El desafío de las polítics migratorias; su gobernabilidad. En: Celton, Dora Estela (coord.): Migración, integración regional y transformación productiva. Universidad Nacional de Córdoba. Centro de Estudios Avanzados. Colección Debates: pp. 89-120.

MARSHALL, H. T. (1965). Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MARTINEZ, María Josefina; PITA, María Victoria y PALMIERI, Gustavo. "Detenciones por averiguación de identidad: policía y prácticas rutinizadas". En: Inés Izaguirre (comp.), Violencia social y derechos humanos. Buenos Aires, EUDEBA, 1998.

MARX, Karl (1964) Sociologia da política. In Sociologia e Filosofia Social de Karl Marx. Textos escolhidos. BOTTOMORE, T.D. & RUBEL, M. (orgs). Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MAUSS, Marcel (1972). Fenômenos Jurídicos. In Manual de Etnografia. Lisboa: Editora Pórtico. p147-212.

_____ (1974). Ensaio sobre a dádiva. In Sociologia e Antropologia, Mauss, Marcel. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2003). Ensaio sobre a dádiva. In Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify.

MEIRELLES, Hely Lopes (1990). Direito Administrativo Brasileiro, 15 ed., Revista dos Tribunais, pág, 428.

MELLO, Marco Antonio S. & VOGEL, Arno (1985). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. Relatório do projeto de pesquisa "Espaço Sociale Lazer, Estudo antropológico e Arquitetônico do Bairro do Catumbi. FINEP.

MELLO, Marco Antonio S., VOGEL, Arno e BARROS, J. F. P. (1993) A Galinha D'Angola – Iniciação e Identidade na Cultura Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: Pallas: FLACSO; Niterói: Eduff

MELLO, K. S. S. (2007) Igualdade e Hierarquia no espaço público: analise de processos de administração institucional de conflitos no município de Niterói. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

MIRANDA, A. P. M., MOUZINHO, G. M. P. & MELLO, K S. S. (2003). Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os "camelôs. In Revista Comum - Rio de Janeiro - v. 8 - nº 21, julho/dezembro de 2003, 39-52

MISSE, Michel (1999). Malandros, Marginais & Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

_____ (2002). O Rio como Bazar – A conversão da ilegalidade em mercadoria política. Revista Insight Inteligência. Rio de Janeiro: Julho, Agosto e Setembro de 2002. p 68-79.

_____ (2006). As Ligações Perigosas: Mercado Informal Ilegal, Narcotráfico e Violencia no Rio. In Crime e Violencia no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

MONJARDET, Dominique (2003). A Instituição. In O que faz a Polícia. Autor: Dominique Monjardet. Edição revisada. São Paulo: Edusp, 21-40

_____ (2003). A profissão policial. In O que faz a Polícia. Autor: Dominique Monjardet. Edição revisada. São Paulo: Edusp, 151-201

MOORE, Sally Falk (1978). Law as a process. London, Henley and Boston.

MOUZINHO, Gláucia (2007). "Sobre culpados e inocentes: o processo de criminação e incriminação pelo Ministério Público Federal brasileiro". Tese de doutorado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

MEZABARBA, Solange R (2004). *Marketing Empírico: Práticas de Marketing entre os Ambulantes do Rio de Janeiro.* Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Pesquisa de Mercado e Opinião, Departamento de Comunicação Social/ UERJ.

NADER, Laura e TODD Junior (eds.). 1978. The Disputing process – Law in ten societies. New York: Columbia University Press.

NETTO, José Paulo (1981). O Que é Stalinismo. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.

NEUFELD, María Rosa; Thisted, Jens Ariel (comp.), (1999): "De eso no se habla…" los usos de la diversidad sociocultural en la escuela, EUDEBA: Buenos Aires.

NORONHA, Eduardo G. (2003) "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Revista Brasileira Ciências Sociais [online], vol.18, no.53, p.111-129

OCHSENHOFER, Wilfrid (2008). Uma nova proposta para a igreja: tratar a solidão do homem urbano. Trabalho de conclusão de Bacharelado em Teologia da Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

O'DONNELL, Guillermo. (1986). E eu com isso? Notas sobre sociabilidade e política na Argentina e no Brasil. In.: Contrapontos: Autoritarismo e Democratização. São Paulo: Vértice.

OSTROWER, Isabel (2006). "Fazendo do limão uma limonada": moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia apresentada ao Programa de Pósgraduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAES, Vivian Ferreira. (2006) A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro: análise de uma (re) forma de governo na Polícia Judiciária. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

PEREIRA, Mauricio H. G. (1989). A Policia Civil e os sistemas processuais. In A Polícia à Luz do Direito. Bismael B. Moraes (org). SP: Editora Revista dos Tribunais, 88-98.

PEREIRA, José Matias (2004). Políticas neoliberais, desequilíbrio macroeconômico e governabilidade: os casos do Brasil e Argentina. Observatorio de la economia latinoamericana. Revista académica de economía. Número 23, Abril de 2004.

PIRES, Lenin. (2005a). "Esculhamba, mas não esculacha!. Um relato sobre os usos dos

trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social". Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, RJ: Niteroi. 162p.

_____ (2005b). El derrame - cuando el derecho corre hacia de otro lado de la estación. In Derecho humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil. Tiscórnia, Sofia e Pita, Maria (orgs). Estudios de Antropología Jurídica. Buenos Aires, FFyL, UBA.

_____(2006). "Deus ajuda a quem sempre madruga?" – Trabalho, Informalidade e Direitos Civis nos Trens da Central do Brasil. In Grossi, M. Heilborn, M. L. & Machado, Lia Z. (orgs). Antropologia e Direitos Humanos IV. Florianopolis, Nova Letra.

_____ (no prelo). As mercadorias e seus estabelecimentos: um olhar comparativo sobre o comércio ambulante nos trens do Rio de Janeiro e de Buenos Aires IN: LIMA, Roberto Kant de; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin. (Org.). *Estudos sobre os processos de administração institucional de conflitos em perspectiva comparada*. [FINEP/PRONEX-CNPq-FAPERJ]. Rio de Janeiro: Garamond. Enviado em 2009.

PERALDI, Michel (2001). "L'esprit de bazar. Mobilités transnationales maghrébines et societés metropolitaines. Les routes d'Istanbul" In Peraldi (ed.), **Cabas et containers: activités marchandes informelles et réseaux migrants transfrontaliers.** Paris: Maisonneuve & Larose. p. 329- 361

PINTO, Paulo Gabriel H. R. (2004). Negociando o Público: Retórica, Troca e Identidades Religiosas no Suq AI-Medina de Alepo, Síria. Paper apresentado na 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, Olinda.

PITA, Maria (2003). Lo infinitamente pequeno del poder político. Policía y contravenciones em el âmbito de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Tesis de maestria en Administración Pública presentada a la Facultad de Ciências Econômicas de la Universidad de Buenos Aires.

POLANYI, Karl (2000) A Grande Transformação. As origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus.

POLICASTRO, B. & RIVERO, E (2005). "El mundo de los vendedores ambulantes sobre las vías del ferrocarril Mitre", In Mallimaci, F. & Salvia. Los nuevos rostros de la marginalidad. Bs As: Biblos: Instituto Gino Germani, 93-106.

QUIROGA LAVIÉ, Humberto (1996). Constitución de la Ciudad de Buenos Aires comentada Editorial: Buenos Aires, Argentina

QUIRÓS, J. (2006). Cruzando la Sarmiento. Una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Antropofagia.

RABOSSI, Fernando. (2004). Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num

mercado de fronteira. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RABO, Annika (2005). A Shop of Ones´s Own. Independence and Reputation among Traders in Aleppo. London/New York: I.B.Tauris.

RADDICLIFFE-BROWN, Alfred Rerginald (1971) Estrutura e Função na Sociedade Primitiva; capítulos XI e XII. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

RECHINNI DE LATES, Zulma; LATTES, Alfredo (1971). *La población de Argentina*. Buenos Aires: CICRED.

ROSS, Alf (1970) "Sobre el derecho y la Justicia" 2ª ed, Buenos Aires: EUDEBA, Bs As.

ROUX, A. (1920) La pensée d'Auguste Comte. Paris: Chiron.

SÁENZ QUESADA, Maria (2006). La Argentina. Historia del pais y su gente. 1ª ed. Buenos Aires: Ed. Delbolsillo

SAHLINS, Marshall (1979). Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (1978) "A primeira *sociedade da afluência*". In: Carvalho, Edgar Assis de. (Org.). Antropologia Econômica. São Paulo, Humanas.

_____ (1990). Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

SALVANY, Dom Felix Sardá y (1949) O Liberalismo é pecado. Coleção Convivium 1ª Série, V. 4. São Paul: Companhia Editora Panorama.

SANTILLO, Mario Miguel (2003): Las organizaciones de inmigrantes y sus redes en Argentina. Manuscrito.

SANTOS, Wanderley G. dos. (1979). Do laissez faire repressivo à cidadania em recesso. In Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

SANTISTEBAN, Fernando Silva (2007). La Ética desde una perspectiva antropológica. Em Urbanitas – Ano 4, Vol 4, nº 5.

SARRABAYROUSE, M. J. (2004) La justicia penal y los universos coexistentes. Reglas universales y relaciones personales. In Tiscórnia, S. (org). Burocracias y Violencia: Estudios de antropologia jurídica. – 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

SARRAMONE, Alberto (1999). Los abuelos inmigrantes. Avellaneda: Biblos Azul.

SAVIANO, Roberto (2009). Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia italiana. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SCHAMBER, Pablo (2008). De los desechos a las mercancias: una etnografia de los cartoneros. Buenos Aires: SB Editorial, 1ª edição.

SECONDANT, Charles-Louis de, Barão de Montesquieu (1996) Espírito das Leis. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

SENETT, Richard (2004) A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record.

SHKLAR, Judith N. (1967). Direito, Política e Moral. Rio de Janeiro: Ed. Forense.

SILVA, Luiz Antonio Machado da, (1971) Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual e Marginalidade. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____(1993). Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. *Tempo e presença*, ano 15, nº 269, maio/junho, p. 31-34.

SILVA, Marcelo Custódio (2006). Comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro: a apropriação do espaço público. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, RJ: Niterói.

SILVA, José Borzachiello da (2008a). O mercado de trabalho e a cidade brasileira. In Valença, Márcio M. (org). A Cidade (I) Legal. Rio de Janeiro: Mauad X.

SILVA, Lucilane C. A. (2008b). A transformação do espaço público dos ônibus em espaço econômico: a atuação dos vendedores ambulantes nos ônibus do Rio de Janeiro. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Sociologia Urbana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVEIRA, Marcelus Silva da (2002). Os camelôs e o mercado popular da Rua Uruguaiana: o ordenamento territorial na área central do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental da Universidade Federal Fluminense, RJ: Niterói.

SIMMEL, Georg (1976). A metrópole e a vida mental. In O Fenômeno Urbano. VELHO, Otávio G. (org) - 3ª edição – Coleção Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SIMÕES, Soraya (2008). "Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos moradores de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro". Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

SOARES GONÇALVES, Rafael (2008). O debate jurídico em torno da urbanização de favelas no Rio de Janeiro. Revista Internacional Direito e Cidadania, v. 2, p. 139-148.

STAR, June & COLLIER, Jane (1989) History and Power in the Study of Law. New Directions in the study of law. Cornell University Press.

TEVIK, Jon C. (2006) Porteñologicas – 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

TEIXEIRA, Paulo A. (2004) Casas de Custódia: um enfoque sistêmico. Monografia apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública.

TEXEIRA MENDES, R. (2005) Igualdade à brasileira: cidadania como instituto jurídico no Brasil. Em: AMORIM, Maria Stella de ; LIMA, Roberto Kant de ; MENDES, Lúcia Teixeira (Org.). Ensaios sobre a igualdade jurídica: acesso à justiça criminal e direitos da cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris,. p.1-33.

THOMAZ Jr, *A.* (1999). Território em transe. *Actas* del Seminário Internacional sobre perspectivas de desarrollo en Ibéroamerica. Santiago de Compostela: Servicio del Publicaciones e Intercambio Científico.

_____ & GONÇALVES, M. A. (2002). Informal economy and the increasing precarious employment: a contribution to the geography of the world of the work. Scripta Nova. Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales Vol. VI, núm. 119 (31), 1 de agosto de 2002.

TISCORNIA, Sofia (2008). Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales. El caso Walter Bulacio. 1ª ed. – Buenos Aires: Del Puerto/CELS.

_____ (2004). Entre el honor y los parientes. Los edictos policiales y los fallos de la Corte Suprema de Justicia. El caso de "lãs Damas de la calle Florida" (1948-1957). In Tiscórnia, S. (org). Burocracias y Violencia: Estudios de antropologia jurídica. – 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

_____; EILBAUM, L. & LEKERMAN, V. (2004). Detenciones por averiguaciones de identidad. Argumetnos para la discusión sobre sus usos y abusos. In Tiscórnia, S. (org). Burocracias y Violencia: Estudios de antropologia jurídica. – 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

_____. EILBAUM, L. & SARRABAYROUSE, M. J. (2004) De los edictos de policía al Código de Convivência Urbana. Las trágicas paradojas de los procesos de construcción de espacios de convivência. In Tiscórnia, S. (org). Burocracias y Violencia: Estudios de antropologia jurídica. – 1ª ed. – Buenos Aires: Antropofagia.

_____ (2000). Poder de Policía, Costumbres Locales y Derechos Humanos em Buenos Aires de los 90. Em: Revista Antropolítica n.9, 2 semestre 2000, pp.101-118.

TURNER, Victor W. (1974). O Processo Ritual. Petrópolis: Vozes.

VALLADARES, Licia do Prado (2000). A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34.

VARGAS, Patricia (2005). Bolivianos, paraguayos y argentinos en la obra – Identidades etnico-nacionales entre los trabajadores de la construcción. Buenos Aires: Editorial Antropofagia.

VAN DIJK, Teun (1999): Ideología. Barcelona: Gedisa.

VELHO, Gilberto (1978). A utopia urbana - 3ª edição - Rio de Janeiro: Zahar Editores

VIOR, Eduardo J. (1991): Bilder und Projekte der Nation in Brasilien und Argentinien. Microfilmada. Tesis de doctorado presentada a la Unievrsidad de Giessen, Alemania.

VIOR, Eduardo J. (2003), ¿Cambia la visión de los Derechos Humanos de cultura en cultura?, texto de la lección pronunciada en la Universidad Otto von Guericke de Magdeburgo el 27 de mayo de 2003 [Verändert sich die Sicht der Menschenrechte von Kultur zu Kultur?] en el marco del ciclo de lecciones sobre "Experiment Menschenrechte" [El experimento de los Derechos Humanos].

VOMMARO, Gabriel (2008). "Lo que quiere la gente". Los sondeos de opinión y el espacio de la comunicación política en Argentina (1983-1999) – 1 ed. – Buenos Aires: Prometeo Libros; Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento.

WEBER, Max. (1978). Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In Sociologia da Burocracia. Edmundo Campos (org). RJ: Zahar editores. 15-28

_____. (1982). A "Objetividade" do Conhecimento nas Ciências Sociais. In Weber. COHN, Gabriel (org). 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática (Grandes Cientistas Sociais, nº 13).

_____. (1976). Conceito e categorias de cidade. In O fenômeno urbano. Otávio Guilherme Velho (org). Zahar editores. p. 82

WEBER, Marianne (1995). Biografia de Max Weber. México, Fondo de Cultura Económica.

WIRTH, Louis (1976). O urbanismo como modo de vida. In O Fenômeno Urbano. VELHO, Otávio G. (org) - 3ª edição – Coleção Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores.